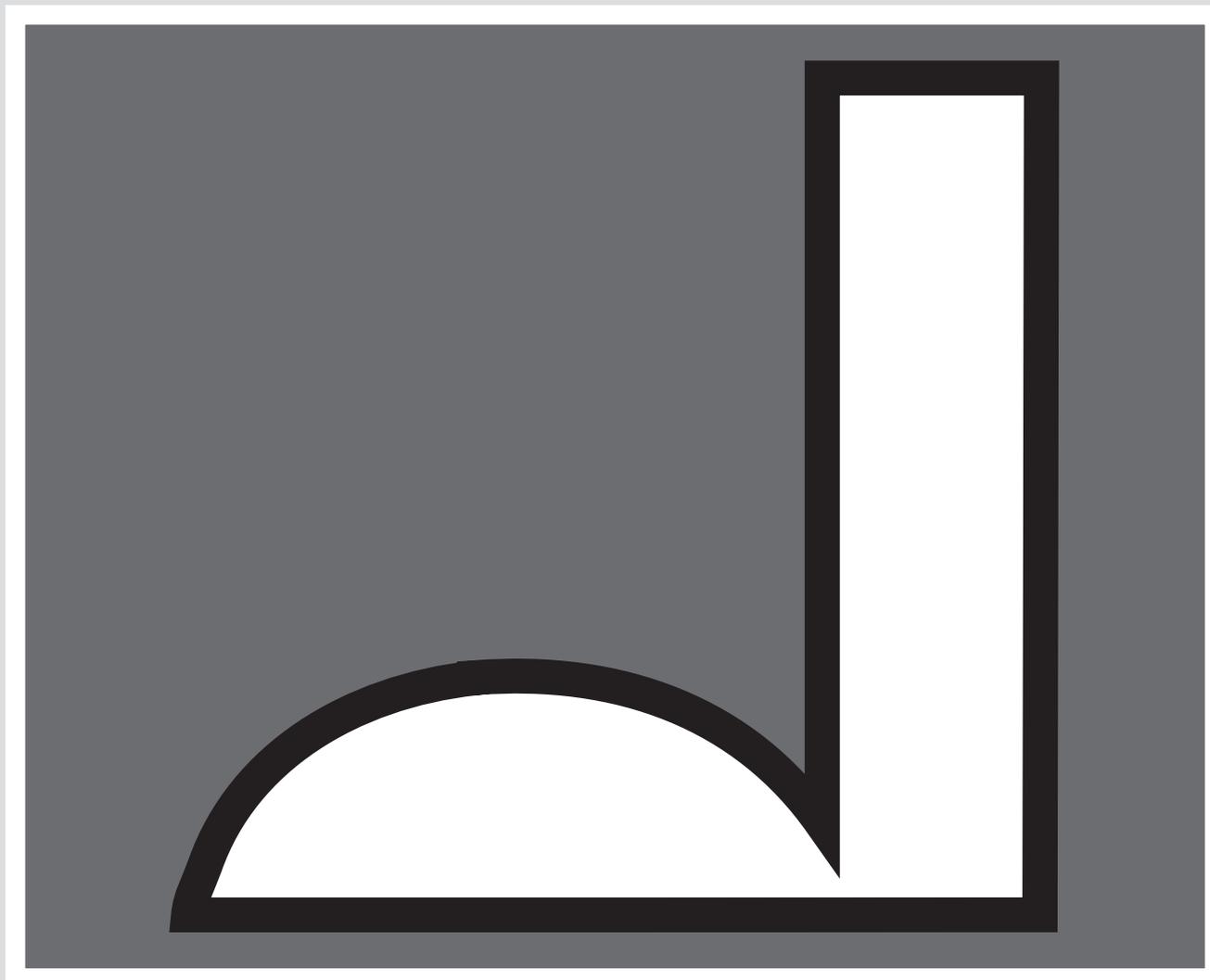




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Temporárias

ANO LXVII – SUP. “C” Nº 81 – SÁBADO, 02 DE JUNHO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(1,4)
1º SECRETÁRIO
Cicero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)⁽²⁾

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Cyro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RGS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
- O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

| | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacó⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza⁽²⁶⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia⁽¹²⁾</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p> | <p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT^(22,26)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes^(37,45)</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro^(22,26)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias⁽²³⁾ Ana Rita⁽²⁸⁾ Ambal Diniz⁽⁵⁾</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líderes do PDT Pedro Taques⁽²¹⁾</p> <p>Líder do PSB - 4 Lidice da Mata^(29,39)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Antonio Carlos Valadares⁽³⁰⁾</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes^(37,45)</p> | <p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM⁽²⁴⁾</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda⁽⁴⁴⁾ Flexa Ribeiro^(7,35) Lúcia Vânia⁽³¹⁾ Mário Coato⁽³²⁾ Paulo Bauer^(6,33)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira⁽⁸⁾ Paulo Bauer^(6,33) Flexa Ribeiro^(7,35)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino^(2,10,14,48)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Pedro Taques⁽²¹⁾ Jayme Campos⁽²⁴⁾</p> |
| <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PC) - 13</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairn Maggi⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim^(17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6 Blairn Maggi⁽¹⁹⁾</p> <p>Vice-Líderes do PR Vicentinho Alves⁽⁴⁹⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim^(17,47,48)</p> | <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB⁽³⁸⁾</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p> | <p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD^(11,33)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecco</p> |
| <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolph Rodrigues - PSOL⁽¹⁸⁾</p> | | |

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 7 e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 7 de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercera a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 09 de outubro de 2011.
- Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
- Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
- Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecco, como Vice-Líder do PSD.
- Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
- Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
- Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
- Senador Randolph Rodrigues é designado Líder do PSOL, conforme OF. GSBM Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
- Senador Blairn Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. SN - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
- Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPPT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
- Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. SN, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Ambal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
- Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Mário Coato é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
- Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 342/2012-GSMC).
- Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
- Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
- Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
- Senador Romero Jacó é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
- Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
- Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012-GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
- Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM, Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formulação para leitura em Plenário.
- Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
- Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
- Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC decidido de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUIFSF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/2012-GLBUIFSF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.

EXPEDIENTE

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Doris Marize Romariz Peivoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p> | <p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amélia Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atos</p> <p>Luiz Carlos de Figueiredo e Fajal Diretor da Secretaria de Tipografia</p> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

| | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-----|
| 1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA | | |
| 1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORARIAS | | |
| 1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher – CPMI | | |
| Ata da 9ª Reunião, realizada em 16 de abril de 2012..... | 004 | |
| Ata da 10ª Reunião, realizada em 19 de abril de 2012..... | 033 | |
| Ata da 11ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2012..... | 057 | |
| Ata da 12ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2012..... | 081 | |
| Ata da 13ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2012..... | 108 | |
| 1.1.2 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desven- | | |
| dadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal – CPMI | | |
| Ata da 5ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2012..... | | 133 |
| Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2012..... | | 164 |
| Ata da 7ª Reunião, realizada em 22 de maio de 2012..... | | 174 |
| Ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2012..... | | 201 |
| Ata da 9ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2012..... | | 240 |
| Ata da 10ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2012..... | | 260 |
| 1.1.3 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil | | |
| Ata da 24ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2012..... | | 323 |

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIAS DE OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2011-CN.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 16 de abril de 2012, às quatorze horas e quarenta minutos, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**; do Senhor Senador **Humberto Costa (PT/PE)**; das Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**; **Keiko Ota (PSB/SP)** e **Elcione Braballo (PMDB/PA)**. Esteve presente, ainda, a Senhora Deputada Federal não-membro da Comissão: **Luciana Santos (PCdoB/PE)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Lídice da Mata (PSB/BA)**; **Ângela Portela (PT/RR)**; **Vanessa Grazzitton (PCdoB/AM)**; **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**; **Gorete Pereira (PR/CE)**; **Sueli Vidigal (PDT/ES)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)**; **Célia Rocha (PTB/AL)**; os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Dr. Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador Geral de Justiça de Pernambuco; Dra. Maria Tereza Paes de Sá Machado, Juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Pernambuco; Dr. Wilson Salles Damázio, Secretário de Defesa Social; Sra. Cristina Maria Buarque, Secretária da Mulher de Pernambuco; Sra. Maria Betânia Serrano, Representante do Fórum de Mulheres de Pernambuco; Sra. Elaine Neves, Assessora da Diretoria de Políticas para as Mulheres da FETAPE; Sra. Rejane Pereira, Secretária da Mulher de Recife; Dr. Carlos Humberto Inojosa Galindo, Juiz Assessor Especial da Presidência/TJPE.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. Bloco/PCdoB – MG) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situ-

ação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública no Estado de Pernambuco, com os seguintes convidados...

Aproveitamos, nesta oportunidade, para convidar a Exmª Srª Deputada Mary Gouveia, Presidente da Comissão de Defesa do Direito da Mulher, da Assembleia Legislativa de Pernambuco. (*Palmas.*)

Já se encontram à Mesa, além desta Presidência, a nossa Relatora, Senadora Ana Rita; a nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko; a nossa, também membro da Comissão e requerente desta audiência, Deputada Luciana, de Pernambuco; a nossa Deputada Marina, de Goiás.

Passamos, agora, para início dos trabalhos, a palavra à nossa Relatora.

Também conosco, o nosso Senador, membro da CPMI, Humberto.

Passamos, agora, a palavra à nossa Relatora, que fará suas considerações iniciais.

Há inúmeras personalidades, representantes de entidades, de instituições, sobretudo dos movimentos de mulheres. Vamos passar o registro de algumas. Ao longo dos trabalhos, daremos continuidade ao registro, agradecendo desde já a presença da Exmª Srª Cristina Buarque, Secretária da Mulher, de Pernambuco; do Exmº Sr. Wilson Damázio, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; da Exmª Srª Deputada Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação; do Exmº Sr. Manoel Carneiro, Chefe da Polícia Civil; do Exmº Sr. Deputado Luciano Siqueira.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Boa tarde a todas e a todos. É um prazer poder estar aqui com vocês, na tarde de hoje, para cumprir uma tarefa extremamente importante, que é a de ouvir o Poder Público deste Estado sobre como está o atendimento à mulher vítima de violência.

Queremos ouvir aqui os representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Defensorias Públicas.

Como Relatora da CPMI, quero iniciar, antes que os nossos convidados possam usar a palavra, já levantando algumas questões, que para nós é importante serem respondidas.

Acreditamos que, na apresentação que vocês vão fazer, esses questionamentos já deverão ser contemplados, mas vou fazer aqui diversos questionamentos. Gostaria de obter as respostas, por parte dos nossos

convidados e das nossas convidadas, com relação às questões que temos aqui.

Essas perguntas foram elaboradas a partir do interesse, claro, da CPMI naquilo que é o essencial, mas também a partir do que já ouvimos no dia de hoje.

Então, gostaríamos de obter essas respostas, se for possível.

Quero também agradecer muito não só a presença do Poder Público, mas também da sociedade civil. Nós tivemos a oportunidade, hoje cedo, de ter uma reunião com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que nos entregou um dossiê, fazendo um relato bastante detalhado, bastante completo do atendimento à mulher vítima de violência e também fazendo relato de alguns casos que são emblemáticos. Então, esse documento, esse dossiê também irá contribuir muito com o trabalho desta Relatora. Também recebemos uma contribuição do Centro das Mulheres do Cabo, que faz algumas recomendações e chama atenção do Estado brasileiro para a relação entre o crescimento econômico e a violência de gênero, que também será considerada pelos nossos trabalhos.

A violência contra mulheres é um grave problema para o pleno desenvolvimento da cidadania feminina, para o desenvolvimento econômico do País, para a saúde pública e para o aprofundamento da democracia no Brasil. Não há democracia possível e plena se as mulheres, em virtude das inúmeras violências sofridas, não puderem participar livremente de todas as instâncias políticas ou se não tiverem acesso a serviços públicos de qualidade.

Os Poderes públicos, Executivo, Judiciário e Legislativo, têm o poder de atuar para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Esta CPMI demonstra a preocupação do Poder Legislativo com o tema, assim como a criação da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha.

Os índices de violência no Brasil são assustadores, e a violência torna-se cada vez mais complexa. Novas vulnerabilidades expõem as mulheres a diferentes formas de violência, como o *crack*, a criminalidade organizada e o desenvolvimento urbano, hidroelétricas, usinas etc, em regiões do sertão e da mata.

Os poderes públicos devem ser capazes de responder a essas novas violências e prevenir essas vulnerabilidades.

As diferenças entre campo e cidade impõem que se pense no acesso de todas as mulheres ao serviço público, assim como os marcadores de raça, etnia, idade, orientação sexual, deficiências, entre outros.

No Brasil, desde 1997, observa-se uma taxa mais ou menos constante de homicídio de mulheres, em torno de 4,2 a 4,4. Apenas, em 2007, houve uma

redução para 3,9, isto é, morrem cerca de 4 mil mulheres anualmente no Brasil. Diminuir a taxa de feminicídios é um desafio que os Estados devem perseguir com obstinação.

Esta é a primeira audiência pública de uma série de muitas que iremos fazer. Pernambuco é um Estado com uma tradição forte de organização da sociedade civil, particularmente de mulheres.

O objetivo desta CPMI é investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Para tanto, as informações prestadas pelos Estados são fundamentais ao trabalho.

Lamentamos o fato de não termos recebido com antecedência as informações oficiais das instituições públicas do Estado de Pernambuco, Poder Executivo estadual, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Menciona, agora, alguns dados e já faço meus questionamentos iniciais sobre violência contra mulheres no Estado de Pernambuco, que preocupam a CPMI e esta Relatoria.

Femicídios ou homicídio de mulheres. No que se refere às mortes violentas de mulheres, os dados do mapa da violência no Brasil, elaborado pelo Instituto Sangari, revelam que o Estado de Pernambuco é o décimo Estado mais violento do País. Em 2010, a taxa de homicídio de mulheres foi de 5,4 mortes para 100 mil mulheres. Segundo os dados da própria Secretaria de Defesa Social, morreram no Estado, em 2010, 244 mulheres e, em 2011, 224. Pergunta-se: qual a natureza dessas mortes? Que medidas concretas a Secretaria de Defesa Social está tomando para prevenir novas mortes? Como o movimento social tem sido incorporado na discussão da prevenção das mortes de mulheres?

Com relação às delegacias de mulher. O Governo anunciou a criação de 14 delegacias da mulher, mas só sete estão em funcionamento. Por que as demais ainda não foram implantadas? Qual o orçamento que a Secretaria de Segurança destinou em 2012 para implementação das delegacias da mulher no interior? Como funciona a política de integração das delegacias de mulher aos quartéis? Por que não aos juizados de violência doméstica, ministério e rede de atendimento?

Essa política de integração foi discutida e acordada com a Secretaria da Mulher e com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher? Atentou o Sr. Secretário para o fato de que essa integração policial pode dificultar ainda mais o registro das denúncias pelo fato

de um ambiente de quartel não ser o mais adequado às mulheres?

Com relação à violência sexual contra as mulheres. A CPMI recebeu a informação de que o serviço modelo de atendimento, Cisam, está interdito. A informação é procedente? Em caso afirmativo, onde as mulheres irão realizar o abortamento legal a que têm direito? Qual o hospital está realizando, neste momento, o abortamento legal em Recife? Há serviços de abortamento legal nas demais regiões do sertão, na Zona da Mata e outras? Como o governo do Estado pretende resolver em curto prazo essa necessidade?

Com relação aos juizados de violência doméstica. A Lei Maria da Penha determina que o Poder Judiciário instale as varas ou juizados de violência doméstica contra mulheres com equipe multidisciplinar. A Lei nº 13.169, de 2006, e a Lei Complementar nº 143, de 2006, estabeleceram a criação de sete juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, o Estado de Pernambuco permanece com apenas duas varas localizadas na capital. O interior do Estado não possui nenhuma vara especializada. Por que ainda não foram implantadas as varas previstas na legislação estadual? Existe previsão orçamentária para implementação das varas este ano? Proceder a informação de que haverá cinco juizados para atender 13 Municípios? As mulheres terão que se deslocar até esses Municípios? Como essa medida poderia facilitar as denúncias? Sabe-se que as varas de violência doméstica de Recife atendem apenas meio turno. É procedente essa informação? Por que isso ocorre? Quantos processos tramitam nas varas especializadas? Quantos agressores foram condenados? Quantas medidas protetivas foram concedidas? As medidas estão sendo concedidas no prazo legal?

Com relação à rede especializada de atendimento. Conforme informação da Secretaria de Mulheres, há seis casas-abrigo no Estado. Qual a média mensal de mulheres atendidas? Conforme relatório da Secretaria da Mulher, no ano de 2010, foram atendidas 81 mulheres. Isso significa dizer que foram atendidas seis mulheres por mês. Esse número não revela uma baixa institucionalidade? Por que um número tão reduzido de mulheres tem acesso ao serviço? Como a Secretaria está integrando a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual e suas políticas de acolhimento às mulheres? Que medidas têm sido desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que o HIV-Aids, hoje, apresenta-se como um fator de vulnerabilidade das mulheres?

Recebemos denúncias de que os Centros de Referência em sua grande maioria não dispõem de equipes permanentes e condições adequadas para o

seu pleno funcionamento. Por exemplo, o Centro de Referência de Jaboatão dos Guararapes não possui advogado. O Centro de Referência Márcia Dangremon não dispõe de automóvel. O centro de Caruaru possui apenas psicóloga e advogada. Como pretende o Estado contribuir para o funcionamento adequado dessas instituições? Há algum concurso público aberto para o preenchimento das vagas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços? Qual a política do Estado para associação das novas violências, como o *crack*, à violência doméstica?

Com relação ao orçamento. Embora tendo aumentado nominalmente, o que é um dado muito positivo, observa-se que, proporcionalmente, o orçamento da Secretaria de Mulheres tem diminuído. Em 2008, o orçamento da secretaria era de R\$6 milhões e mais que dobrou em 2009, para R\$15 milhões. Em 2010, aumentou em quase 50%, passando para R\$23 milhões, e, em 2011, para R\$28 milhões. De 2010 para 2011, houve apenas um aumento de 20%. Qual a razão dessa diminuição proporcional? Qual a previsão para o próximo orçamento do Estado para o enfrentamento às violências?

Qual percentual do orçamento da Secretaria de Recursos Federais e Estadual? O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é um organismo de controle social e que deve participar da elaboração das políticas. Qual tem sido a participação do Conselho na elaboração e monitoramento das políticas públicas?

Por fim, a CPMI recebeu algumas denúncias para as quais requeremos providências. No Município de Água Preta, na zona da Mata, uma mulher de nome Adriana sofreu violência doméstica, praticada por seu ex-companheiro, Cícero Malaquias, em 2011. Até o presente momento, não houve nenhuma audiência por falta do promotor de Justiça. As audiências têm sido reiteradamente remarçadas porque o promotor de Justiça não comparece. Consideramos essa uma das piores formas de prestação jurisdicional. Não é possível que as mulheres do sertão não tenham acesso à Justiça. É preciso que o Ministério Público designe um promotor de Justiça exclusivo para a comarca, de modo que as mulheres não corram risco de morte.

Outra denúncia que recebemos refere-se à morte de Izaelma Cavalcante Tavares. Foi morta por seu ex-companheiro, comissário da Polícia Civil, Eduardo Moura Mendes, que desde então se encontra foragido.

Além disso, a imprensa local noticiou que o referido comissário havia sido promovido.

Pergunto: por que ainda não foi preso? Que esforços a Polícia Civil está fazendo para cumprir o mandado de prisão? O ato de promoção foi revogado? Por fim, recebemos uma denúncia de que a delegacia da

mulher local recusou-se a registrar uma denúncia de discriminação contra duas mulheres lésbicas, união já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, porque elas, supostamente, não teriam vínculo de parentesco. Essa é uma norma presente nas delegacias da mulher?

Igualmente, no que se refere à violência doméstica contra trabalhadoras domésticas amparadas pela Lei Maria da Penha, recebemos denúncias de que a delegacia da mulher de Recife não registra as denúncias de violência doméstica. Isso é procedente? Essa é a orientação repassada às delegacias da mulher?

Então, senhoras e senhores, essas são as perguntas que eu gostaria, como relatora, de ver respondidas.

É claro que, hoje cedo, tivemos a oportunidade de fazer audiência com o governador do Estado, com o presidente do tribunal de Justiça, mas acredito que aqui é o espaço para que possamos colocar, de forma oficial, todas essas respostas e é aqui que gostaríamos de ouvir, dos senhores e das senhoras, as respostas às referidas perguntas.

Por enquanto é isso, Sr^a Presidenta. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Senadora.

Eu queria aproveitar para registrar a presença do Exm^o Sr. Juiz Carlos Humberto Galindo, neste ato representando o Exm^o Sr. Desembargador Jovaldo Nunes, que nos recebeu; do Exm^o Sr. Deputado Odacy Amorim; da Exm^a Sr^a Cláudia Sansil, Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, da nossa Procuradora da Câmara, Deputada Elcione Barbalho, e da Rejane Pereira, Secretária da Mulher do Recife.

Nós passaríamos agora a escutar, atentando às oitavas da nossa Relatora, a Sr^a Cristina Buarque, que terá até 20 minutos e poderá usar o microfone do...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Antes de a Sr^a Cristina fazer a sua fala, eu gostaria inclusive de fazer o seguinte esclarecimento. As perguntas que fiz estão separadas de acordo com os temas. Caso os senhores e as senhoras desejem recebê-las em mãos, nós poderemos providenciar agora, para facilitar à senhora e aos demais que aqui estão. Está bem? Então, por favor.

A SR^a CRISTINA BUARQUE – Eu quero passar aos demais o relatório da Secretaria e todos os anexos constantes do que nós fizemos. (*Fora do microfone*)

Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Antes de falar, passei às mãos da nossa Presidenta da Comissão, a Deputada Jô Moraes, o relatório do Executivo estadual sobre as ações relativas ao ponto solicitado, que era o relacionamento de todos os equipamentos e ações que teriam sido feitos em Pernambuco em favor do enfrentamento da violência contra mulheres nos últimos cinco anos.

Eu não vou me ater a todo o relatório, mas sim às questões levantadas pela Comissão.

Quero dizer de todo o interesse do Governo do Estado de Pernambuco e da Secretaria da Mulher pela presença desta Comissão aqui. Entendemos a presença da Comissão, Deputadas e Senadoras, Deputados e Senadores, como algo que nos fará avançar mais ainda. É assim que recebemos e é assim que o Governador está recebendo esta Comissão, como uma ajuda que é necessária em todo o Brasil.

Dentro dessa perspectiva, eu acho que a primeira questão com relação ao enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil, e Pernambuco como parte desse enorme País, é não termos recursos cravados para que seja realizada essa política. Essa política foi criada, mas os recursos federais estão à mercê de projetos. E esses projetos são muito complicados, porque o Município todo está inadimplente, o Estado está inadimplente, e as mulheres continuam precisando, da mesma forma, do recurso. E ele está dependente disso. Então, nós não podemos criar uma política sem criar recursos muito explícitos para que essa política seja exercida. Este é um ponto.

Dos pontos que nos foram colocados diretamente para o Executivo, vem o Cisam como da área de saúde. Não é bem da área da Secretaria da Mulher, mas da área da saúde.

Na área de saúde como um todo, e já falando sobre a transversalização, o papel de uma secretaria de mulheres hoje, no Brasil, que é o papel de ter ações pontuais e o papel de transversalizar ações dentro do aparelho do Estado.

É muito claro para todas as pessoas que estão aqui que nós temos um Estado muitíssimo patriarcal, um Estado profundamente machista, um Estado que até 2006 absolutamente não depositava um real para cuidar da violência contra as mulheres. Há uma mudança nesse Estado nesse período, que é sair de 6 milhões para 28 milhões em 2011.

Houve uma queda? Não. Poderia o aumento ter sido na mesma proporção – eu vou de trás para frente agora na resposta – que foi em anos anteriores. Mas compreender a violência significa entender que nós não temos, muitas vezes, situação de recursos humanos compatíveis para executar tal e tal serviço. Você não avança porque você precisa recuperar um espaço que não tinha.

Então, nós temos avançado, sem dúvida nenhuma, o orçamento tem crescido, mas nós temos uma política, atualmente, voltada para as universidades, para os institutos de ensino superior, para formar pessoas, para que elas venham a se capacitar e a trabalhar dentro do aparelho do Estado voltado para isso,

porque o que tinha no aparelho do Estado, e não só em Pernambuco, mas no Brasil todo, não era formado para atender a violência contra as mulheres.

Esse é um ponto muito sério e que é preciso ser entendido.

O que o Governo mais está fazendo em relação a isso é criando dois centros de aceleração do desenvolvimento da mulher, um da mulher metropolitana e outro da mulher rural. Esses dois centros deverão formar pessoas que também vão contribuir com esse processo, principalmente nos espaços municipais, porque não tem. Se a gente, aqui na capital, tem pouco, há de se pensar o que um Município de três mil habitantes terá de quadros para cuidar da violência.

Então, é um processo que é denso, é comunicativo. Ele é, necessariamente, muito comunicativo entre o Poder Executivo... E esse é o papel da Secretaria da Mulher, que é o papel da articulação, e essa articulação começou, sem dúvida nenhuma, em fevereiro do ano de 2007 e continua crescente essa articulação, seja com o juizado, seja com a promotoria, seja com as delegacias.

Então, o Cisam. Perguntaram-me e, agora, eu venho para o Cisam.

O que foi que nós fizemos na área da intersectorialidade?

À medida que a Secretaria da Mulher foi avançando para conquistar... Conquistar no bom sentido, porque é obrigação do Estado, mas nada, na democracia, é só por decreto. A democracia é um espaço de discussão, de negociação, de convencimento e não basta um decreto. Vai além desse trabalho de decretar aquela lei.

Então, o que foi que nós fizemos? Começamos a construir, com aquelas secretarias de maior importância para o enfrentamento da violência contra a mulher, planos, e aí estão os planos com a Secretaria de Saúde, e fala, justamente, o anexo nosso, como é que nós estamos trabalhando com a Secretaria de Saúde.

Nesse plano da saúde, especificamente, entrou como prioridade a questão da saúde das mulheres negras – a anemia falciforme – e a questão do enfrentamento da violência contra a mulher.

A mesma coisa com a Secretaria de Defesa Social, com que nós também temos uma relação de discussão constante, para que essas delegacias tenham, sim, um perfil completamente especializado.

Essa é a grande questão, e essa questão... Hoje, eu acho que a Senadora e a Deputada ouviram do próprio Governador como é difícil essa máquina se mexer a nosso favor, mas nem por isso deixa de acontecer.

Então, as nossas propostas eram: regionalizar as delegacias... Essa é a proposta, esse é o indicativo da Secretaria da Mulher, porque não teremos 184

delegacias de mulheres. Eu preciso que as delegacias sejam regionalizadas e eu preciso que a gente tenha um formato de locomoção entre elas, para as mulheres, para que a gente possa funcionar.

Ainda dentro desse trabalho, nós fizemos, também, um plano de trabalho com a Secretaria de Educação, que seria uma secretaria muito importante para que ela venha a formar novas turmas a partir de uma perspectiva de gênero, coisa que a gente tem dificuldade com as Secretarias de Educação do Brasil, que adotam direitos humanos, mas não adotam gênero como questão fundamental.

Então, aí está, também, esse indicativo e, nesse ano, no final de 2011, começo de 2012, começou a funcionar melhor.

Por outro lado, a rede especializada de atendimento às mulheres: o que foi que Pernambuco fez, tenta discutir com o Governo Federal e tem tido sucesso nessa discussão?

Nós teríamos: Governo do Estado, obrigatoriedade com relação às delegacias – já era –, obrigatoriedade com relação às casas-abrigo, ao abrigamento e obrigatoriedade com relação à prevenção, enquanto o Município teria obrigatoriedade de criar uma Secretaria da Mulher e agregar a ela o Centro de Referência.

Com aquele processo de convênios, muitas Secretarias ou Coordenadorias Municipais de Políticas para as Mulheres que recorrem aos recursos públicos federal estão inadimplentes. Então, o que foi a que a Secretaria da Mulher do Estado fez? Como a gente não era inadimplente, a gente fez o convênio com a Secretaria Nacional e depois distribuiu não o recurso, porque não podemos distribuir o recurso, mas tudo o que era necessário para aquele centro de referência fomos nós que repassamos inclusive carro.

Então, eu acho que estes são pontos que é preciso que a Comissão compreenda. É preciso que os Centros de Referência estejam no Município. Esta questão da violência precisa ter uma política de Estado e de Estado nacional. Então, quanto ao abrigamento, o que nós fizemos? Nós estadualizamos o abrigamento, criamos uma lei de abrigamento. Quanto a Senadora pergunta: “Oitenta e um não é pouco?”, aí eu disse: “Senadora, eu posso lhe dizer o seguinte, que, em 2011, nós atendemos 107 mulheres e abrigamos 81. Mas, destas 107 mulheres, muitas delas, que poderiam ter ido para outros Estados, nós temos recursos garantidos na lei, que também está aí, para que façamos o deslocamento dela, com toda a família, com roupa e tudo”.

Então, essa lei também nós a enviamos ao Governo Federal há bastante tempo, desde 2009, para que o Governo também a levasse para outros Estados.

Então, eu penso que, no fim, foram quase 200 mulheres atendidas em 2011; só que 81 ficaram nas casas-abrigo de 107.

Uma questão fundamental das casas-abrigo, porque ela é muito mais complicada ainda do que o governador falou hoje, é que você recebe uma mulher que tem um filho de três meses e outro de quinze anos. E ela tem de ir para dentro da casa-abrigo com o de três meses e com o quinze anos, que já é um rapaz. E lá tem mocinhas de 18, 19 anos. Essa convivência é tão complexa, que nós resolvemos construir, agora, na região metropolitana, uma nova casa-abrigo modelo – nós podemos mandar a planta para a Comissão para que veja como vai ser –, onde tem diversos prédios dentro de um único terreno.

Eu acho que não respondi a todas as questões. Mas, também com relação à questão integrada, como é que nós estamos? Estamos nas comissões que o governador criou em relação ao *crack*. E mais ainda: o Centro da Mulher Metropolitana vai agir completamente com relação à violência urbana e não especificamente com relação à violência doméstica.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos à Secretária Cristina Buarque.

Passamos a palavra neste momento, para o Secretário de Defesa Social, Dr. Wilson Sales Damásio, que também contará com até 20 minutos para os seus esclarecimentos.

O SR. WILSON SALES DAMÁSIO – Boa tarde a todos e a todas!

Quero saudar nossa Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da Comissão; à Senadora Ana Rita, Relatora da Comissão; à Deputada Federal Keiko, Vice-Presidente da Comissão; saudar os demais Parlamentares que integram a Mesa de trabalho; saudar o Procurador-Geral de Justiça aqui presente do Estado de Pernambuco; o nosso Juiz, Assessor da Presidência do TJ, Dr. Humberto Inojosa; o chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; à minha colega de secretariado, Cristina Buarque; saudar as demais autoridades aqui presentes; Parlamentares; demais convidados, na qualidade de Secretário de Defesa Social é uma satisfação muito grande ser convidado para um evento dessa magnitude e recepcionar aqui no nosso Estado a Comissão Mista do Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Como alguns aqui sabem, sou delegado da Polícia Federal, há trinta e quatro anos trabalhando na área de segurança pública. Fui agente da Polícia Civil do Estado no início da minha carreira, agente de Polícia Federal e, por fim, delegado da Polícia Federal, tendo exercido a Superintendência da Polícia Federal neste

Estado em duas oportunidades, a Superintendência da Polícia Federal em Porto Velho, fui Vice-Diretor da Polícia Federal, Coordenador Geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, que tem uma interface muito forte com toda a área social dos Governos Federal e Estaduais. Assumi a direção do Sistema Penitenciário Federal, o implantamos e, por fim, agora, em 19 de abril de 2010, com muita honra, fui convidado pelo Governador do Estado de Pernambuco para dirigir a Segurança Pública deste Estado.

Por que fiz essa digressão a respeito da minha trajetória como policial? Para dizer que, aqui chegando, após seis anos de ausência, trabalhando no Distrito Federal no DPF e no Ministério da Justiça, foi com muita satisfação que encontrei no Estado de Pernambuco o primeiro e verdadeiro Plano Estadual de Segurança Pública do nosso Estado, que é o Pacto pela Vida, um programa pautado em primeiro lugar na integração, principalmente dos quatro órgãos operativos da Secretaria de Defesa Social, mas também uma integração com todos os entes parceiros da política de segurança pública e Justiça, como é o caso do Ministério Público, como é o caso do Poder Judiciário, das secretarias que labutam na área social, como a própria Secretaria da Mulher, cuja secretária está aqui presente, e também, acima de tudo, essa integração com os municípios.

Posso dizer de cátedra do êxito dessa política porque não fui eu quem a construiu. Estou aqui há apenas dois anos e, portanto, já encontrei o terreno asfaltado. O grande desafio foi dar continuidade a esse trabalho que vem sendo feito no sentido de tirar Pernambuco das páginas negras dos noticiários em todos os níveis. Nós encontramos aqui uma média de homicídios, em 2006, beirando a 5.000 mortes/ano. Hoje, já podemos dizer que estamos com uma média de 3.500 mortes. Portanto, 1.500 a menos desde o início do nosso Pacto pela Vida, em 2007. Se nós mantivéssemos os patamares de violência encontrados, se a curva ascendente continuasse, se nós conseguíssemos mantê-la controlada, como estava em 2006, nós teríamos hoje de chorar 4.738 mortes a mais.

Através desse trabalho, construído a várias mãos, e aí trabalharam profissionais da área de segurança pública, chamamos a Academia para o debate, as universidades, o povo pernambucano trabalhou na construção dessa política. Portanto, não é uma política eminentemente do Governo do Estado, é uma política pernambucana, é uma política de Estado, não uma política de Governo. Os êxitos são notados. Pernambuco hoje já saiu desse campeonato maldito de ser líder na criminalidade nacional.

Quando a gente diminui os homicídios, como estamos diminuindo, também diminuímos os “femicídios”,

como disse aqui a Senadora. E o número que alcançamos com relação à morte de mulheres tem sido bem mais alvissareiro do que o número geral dos homicídios. Nesse primeiro trimestre, por exemplo, quando comparamos as mortes de mulheres com o que ocorreu no trimestre passado, podemos dizer que diminuímos em 25%. É certo que 51 mulheres ainda morreram, contra 68 no ano passado, mas nós estamos avançando.

O Pacto pela Vida é uma política que vem, a cada dia, sendo reconstruída. Os trabalhos que aqui são feitos, tanto na área de repressão à criminalidade como na área preventiva, têm sido copiados por diversos Estados brasileiros, e algumas políticas nossas têm merecido prêmios internacionais. No entanto, muita gente não sabe disso, porque o que se vê é aquilo que os jornais noticiam no dia a dia. Por exemplo, no mês de janeiro, nós conseguimos diminuir a criminalidade, especialmente o número de homicídios, em 11,9%. A notícia que saiu foi: “Pernambuco continua sem bater a meta de 12% de redução nos homicídios”. Quer dizer, por causa de um ou dois décimos, nós não conseguimos bater a meta. Então, o que o povo vê é isso.

Agora, se vocês prestarem atenção, verão que nós estamos, pelo terceiro mês este ano, com uma redução muito significativa na violência. O Governo arbitrou metas ambiciosas de diminuição da criminalidade. Muitas vezes a gente se senta e acha que aquilo não é possível, mas o Governador tem sido implacável ao manter aquilo que ele traçou desde 2007, e assim vai ser, e assim vai continuar sendo, e é possível fazer porque o índice de criminalidade do nosso Estado estava muito alto.

Nós termos aqui, na área de segurança pública, o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Quando aqui cheguei, a tendência era fazer esse núcleo migrar para outra secretaria, mas eu fiz questão de mantê-lo, mesmo porque tenho certa experiência no tráfico de pessoas, que é um dos mais lucrativos sob o ponto de vista internacional, especialmente o tráfico de mulheres. Nós temos um núcleo que tem feito um trabalho preventivo muito bom, inclusive com várias campanhas, trabalhando nos aeroportos, orientando as nossas pernambucanas com relação a esses convites que recebem para “trabalhar” no exterior.

Dentro do Pacto pela Vida, nós temos uma operação denominada Contra Ameaça, operação que não existe em outro lugar do Brasil além de Pernambuco. E o que é a operação Contra Ameaça? Muito simples: é uma operação na qual o delegado de Polícia, mesmo na menor delegacia que houver no Estado, tem a obrigação de, no prazo de 24 horas, prender ou, pelo menos, intimar e trazer à sua presença o autor de qualquer ameaça. Esse trabalho tem dado muitos re-

sultados. Quando o delegado age da forma como foi pactuada em nosso plano operacional, cada pessoa daquela que vem prestar uma queixa na delegacia, no caso principalmente das mulheres, vê uma providência ser tomada, e aquela violência deixa de existir e, em 99% dos casos, aquela pessoa deixa de ser vítima.

Esse trabalho é monitorado, inclusive, no acompanhamento semanal que fazemos no Pacto pela Vida. Toda quinta-feira nos reunimos, cinco câmaras temáticas que integram o Pacto pela Vida – Defesa Social e Ressocialização, Ministério Público, Poder Judiciário, Enfrentamento ao Crack, Prevenção Social –, todas essas câmaras se reúnem lá na Secretaria de Planejamento, e ali a gente discute tudo o que está acontecendo no Estado em termos de contenção da violência.

O nosso Estado está dividido em 26 áreas integradas. Cada área integrada dessa tem um oficial da Polícia Militar e um delegado da Polícia Civil que cuidam da segurança pública, e essas pessoas, sempre que essas áreas não estão indo bem, estão no vermelho como a gente diz, são chamadas à reunião do Pacto para darem um diagnóstico de sua área e dizer por que não estão conseguindo melhores índices com relação à violência. Por outro lado, todas as pessoas que estão conseguindo alcançar suas metas, e algumas delas o fazem com louvor, são chamadas para explicar o que está acontecendo, justamente para transferir aquele conhecimento, a sua expertise, para as demais áreas que não estão tendo sucesso.

Agora, como eu falei, a grande sacada do Pacto pela Vida é justamente a integração. No passado, as próprias polícias eram concorrentes e, às vezes, até inimigas. O Ministério Público, os delegados, o Poder Judiciário não dialogavam. A relação era por papel, por ofício, por documento. Hoje, não. Sentamo-nos à mesa, conversamos e, uma vez por mês, o próprio governador do Estado de Pernambuco está à frente dessa discussão. E, com tudo isso que está sendo feito, os investimentos que Pernambuco faz na área de segurança pública, eu abro um parêntese para dizer, Srs. Parlamentares, que a nossa Secretaria trabalha com o orçamento de R\$2,5 bilhões. E, quando digo isso - sou Vice-Presidente do Colégio Nacional de Secretários de Segurança e Defesa Social – muitos pensam que eu estou mentindo. Não. São R\$2,5 bilhões, sendo R\$2 bilhões para pessoal.

Tivemos ganhos significativos na área de pessoal, de salário. Temos uma média de R\$400 milhões para custeio da máquina pública e, hoje, trabalhamos muito com locações, o custo-benefício é muito bom. Acabou aquela história de carros caindo aos pedaços no meio da rua, de veículos faltando gasolina, empresários ouvidos, mas tendo que auxiliar a Polícia para

ver defender um direito dele. Hoje, temos recursos para trabalhar.

No tocante a investimentos, nós trabalhamos com R\$87 milhões, pelo menos para este ano de 2012. Esse investimento se reveste justamente nas obras das próprias delegacias, dos quartéis das áreas integradas e também na aquisição de bens.

Eu preparei um roteiro. Não sei se o tempo é suficiente.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. Bloco/PCdoB – MG) – Faltam cinco minutos.

O SR. WILSON SALES DAMÁSIO – Cinco minutos. Então, não vai dar. Eu vou justamente fazer uma parada justamente para trabalhar nas perguntas que me foram feitas. Eu penso que talvez seja isso que os senhores e senhoras querem ouvir.

Devo dizer que um tema como segurança pública, especialmente quando falamos na violência contra a mulher, teríamos que fazer um seminário de três a quatro dias para discutir. Não vai ser em 20 minutos que um secretário de defesa social vai explicar tudo o que está fazendo, responder esse monte de perguntas. Vamo-nos ater ao que é mais importante.

Femicídio ou homicídio de mulheres. Qual a natureza dessas mortes? Bom, a natureza dessas mortes, principalmente diz respeito aos crimes de proximidade, aos crimes de intolerância e também aos crimes relacionados com o convívio entre homens e mulheres, os chamados crimes passionais. Agora uma porcentagem significativa dessas mulheres está morrendo no Estado. Elas têm um forte envolvimento com a criminalidade, muitas vezes fruto da prisão dos seus parceiros. Essas mulheres às vezes assumem o protagonismo daquela miniorganização criminoso. Nós temos caso em que o pai, a mãe, alguns filhos maiores e menores estão presos por conta principalmente do tráfico de drogas. Então, a natureza dessas mortes é justamente isso.

E, quanto a esse trabalho da contra-ameça de que lhes falei, Parlamentares, temos conseguido um êxito muito significativo. Paralelamente a isso, apesar de a Secretaria de Defesa Social ser um órgão que, a princípio, cuidaria da repressão à criminalidade, nós nos preocupamos muito com a prevenção. Nós temos uma gerência de prevenção e articulação comunitária que interage com a comunidade, principalmente naquelas áreas em que a violência é maior, aonde chegamos com os parceiros.

O Governo do Estado tem um programa chamado Governo Presente, em que 14 secretarias trabalham integradas, justamente no sentido de dar apoio a essas comunidades mais carentes. Então, essas medidas por parte da Secretaria de Defesa Social e por parte do Governo têm surtido um efeito muito grande e é por

isso que os homicídios com relação às mulheres têm caído numa proporção bem maior do que os homicídios de forma geral.

O Governo anunciou a criação de catorze Delegacias da Mulher, mas só sete estão em funcionamento. Por que as demais ainda não foram implantadas?

Nesses cinco anos de governo Eduardo Campos, o avanço foi muito significativo com relação a essa questão, inclusive com a criação do Departamento de Proteção à Mulher, em 2008. Hoje, nós temos catorze delegacias criadas, das quais sete estão em funcionamento, mas eu devo lhes dar a notícia de que, no próximo mês, vamos inaugurar a Delegacia da Mulher em Vitória de Santo Antão, e a Delegacia de Proteção à Mulher em Goiana. Serão dois novos equipamentos públicos e estamos trabalhando no sentido de chegar às catorze. Agora, como todo mundo sabe, o Governo tem um orçamento para trabalhar, e nós temos isso.

Por outro lado, a grande dificuldade que se tem para implantar uma delegacia é justamente a existência do delegado ou da delegada, e nós, no Governo Eduardo Campos, dos 530 delegados que nós temos, contratamos pelo menos 220 nos últimos cinco anos. Estamos avançando nessa política de recomposição. Nós contratamos, nesses cinco anos, 10.700 novos servidores para a área de segurança pública. Para delegado, nós pretendemos fazer um concurso até o final do ano, para pelo menos cem profissionais da área de Polícia Judiciária e mais 640 agentes escrivães devem ser contratados também, mesmo porque existe um concurso público em vigor, e nós queremos aproveitar esses remanescentes. Então, chegando os delegados e os novos agentes escrivães, vamos avançar com relação à instalação das demais delegacias já criadas.

Quanto à pergunta com relação à Delegacia do Cabo – eu vi alguém de Cabo de Santo Agostinho –, nós estamos com o projeto pronto da Área Integrada de Segurança do Cabo e, dentro dessa área integrada, vai funcionar também uma Delegacia da Mulher.

Aqui, faço um aparte para responder a uma pergunta que, acho, não está aqui: por que as Delegacias da Mulher estão integradas a quartéis? Não é bem assim. O Governo de Pernambuco, como eu disse, trabalhou muito na integração das polícias. Área Integrada de Segurança significa dizer que ali trabalharão, de mãos dadas, todos os profissionais de segurança pública, e, quanto à Delegacia da Mulher, aqueles que trabalham com essa causa tão importante estão integrados nesse trabalho.

Agora, muitas vezes se fala como se a delegacia estivesse dentro do quartel; não é verdade. Nós temos um terreno, e o projeto piloto tem a seguinte configuração: é uma grande área onde, à esquerda, há o batalhão

da Polícia Militar, que faz o trabalho preventivo; ao lado do batalhão, quase porta com porta, há a Delegacia Seccional, onde o delegado tem esse trabalho junto com o comandante, geralmente um tenente-coronel e um delegado especial; e a Delegacia Distrital também fica nesse mesmo prédio.

Quando se fala de Delegacia da Mulher, da Delegacia da Criança e do Adolescente e de Instituto Médico-Legal, temos uma seção nessas áreas integradas; eles ficam à parte. É um segundo prédio, afastado, que está dentro do mesmo terreno, mesmo porque a gente tem que ver também o problema de custeio dessas áreas, porque, quando se pulveriza muito cada unidade desta, tem-se de gastar com serviço de plantão, tem-se de gastar com energia elétrica e com telefone. E o Governo tem trabalhado dessa forma integrada, o que inclusive gera um custo menor com relação ao custeio da máquina, o que nos proporciona uma prestação de serviço bem melhor do que aquela feita desgarradamente.

Nós temos de falar também, dentro desse atendimento mais especializado não somente à mulher, mas a todos aqueles mais vulneráveis. Nós temos 75 patrulhas rurais funcionando no Estado hoje.

E o que é patrulha rural?

É um modelo de policiamento comunitário, onde três a quatro policiais, eles ficam fazendo ronda nessas áreas onde a acessibilidade é mais difícil, justamente para atender aquelas pessoas, conversar com os líderes daquelas áreas. E esse trabalho tem dado resultado, as ocorrências nas áreas rurais eles têm sido atendidas de uma forma mais célere e inclusive já registramos uma diminuição sensível da criminalidade, principalmente aos crimes de proximidade nessas áreas rurais.

Esse trabalho da cultura de paz ele é muito importante; temos um projeto piloto lá em Caruaru, onde a Rede Globo de Televisão ela esmerou nesse trabalho fez algumas matéria mostrando porque dizer não à banalização da vida e mostrou casos que por conta de um animal, um cachorro, determinada pessoa matou outra. E “ene” casos relacionados com a violência doméstica também. E nesse trabalho quando a gente diz não à violência, à banalização dessa violência entra aí também operação contra a ameaça. Isso tem dado muito resultado.

Bom, já falei do orçamento da Secretaria e como funciona a política de integração também.

Esse problema da integração da Delegacia da Mulher com as outras unidades policiais funciona de uma forma muito tranquila, mesmo porque o trajeto que a mulher, ou o menor, ou aquelas pessoas que serão submetidas a perícias sexológicas ele é outro, ele não

precisa passar por dentro do quartel para isso. Quando ele chega à guarita, ali na frente já é informado; tudo com placa são equipamentos públicos de primeira linha. Inclusive, Srs. Parlamentares, uma dessas unidades nossas, se os senhores tiverem tempo, eu gostaria que fizessem uma visita à Área Integrada nº 4. Fica aqui na Várzea, uma área de um índice de violência muito alto. Ela mereceu prêmios internacionais por ser um dos melhores equipamentos públicos, não somente pela sua configuração arquitetônica, mas também pelo trabalho e pela forma como se está trabalhando naquela área integrada.

Com relação ao caso Isaelma, este crime – e a gente lamenta muito a ocorrência dele, como todos vocês também – acreditem, o Secretário de Defesa Social, em que pese os 34 anos de serviço ligado a área de segurança pública e vendo coisas absurdas que já viu nesse Brasil inteiro, mas nós somos muito sensíveis a esses problemas, a violência contra a mulher, a violência contra a criança – tivemos um caso aqui que nos doeu muito que foi do Lucas Cauã. No caso da Isaelma, o inquérito policial foi concluído, o mandado de prisão foi conseguido, o Ministério Público efetuou denúncia, o juiz já se pronunciou e o caso seguirá seu curso com prioridade dentro do Poder Judiciário. Para a prisão dele nós colocamos o que há de melhor na Secretaria de Defesa Social para fazer essa investigação e também trabalhar na prisão desse policial e a gente acredita que, mais cedo ou mais tarde, vamos conseguir prendê-lo, mesmo porque em Pernambuco a gente tem conseguido índice altíssimo de esclarecimento de crime e de prisão dos infratores.

Com relação ao Eduardo não será diferente. E funcionalmente falando, esse policial responde a dois processos administrativo-disciplinares, que estão já na sua fase final, um deles por abandono de cargo e o outro por conta da violência praticada contra a sua esposa. Certamente, ele será demitido das fileiras da segurança pública. Ele não foi promovido, o que havia naquele momento era um reenquadramento que foi repactuado com o Governo desde junho do ano passado, quando nós fechamos a política salarial de toda a área de defesa social e trabalhamos para quatro anos. Naquele momento, o que ficou acertado era que eles seriam reclassificados, e foram todos os policiais que tinham aquele tempo necessário que foram reclassificados. E ele, como não havia sido demitido ainda, não podia deixar de ser reclassificado. Ele continua comissário como era antes, não foi promovido a delegado nem a perito, nada disso. O que houve foi uma reclassificação dentro da sua própria categoria, o que proporcionou um ganho salarial para todos que ali estavam, não somente para ele. E se nós fizesse-

mos de outra forma, certamente o Poder Judiciário, quando demandado fosse, iria desqualificar o ato do secretário de Defesa Social.

Por conta do tempo, eu encerro aqui a minha fala dizendo que estou aberto a qualquer debate, em qualquer fórum, e em qualquer lugar. A Secretaria de Defesa Social fica aqui bem próximo, na Rua São Geraldo, nº 111, no 2º andar. O meu gabinete está de portas abertas, como sempre estive, recebendo qualquer pessoa que tenha qualquer demanda para a Secretaria de Defesa Social, em especial as entidades que tanto nos ajudam a combater a violência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Dr. Damásio. Está uma interrogação se a Drª Maria Tereza Paes de Sá Machado se encontra. Por gentileza, Drª Maria Tereza, está sendo chamada para se colocar aqui à frente.

Nós queremos registrar a presença da secretaria da Mulher da CTB de Pernambuco, do Coletivo de Mulheres Bissexuais e Lésbicas de Pernambuco, da União Brasileira de Mulheres, anunciar e já convidar para suas palavras o Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco, Dr. Agnaldo Fenelon de Barros, que terá até 20 minutos.

O SR. AGNALDO FENELON DE BARROS –

Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Presidenta, Deputada Jô Moraes, quero cumprimentar a Mesa, mas queria, inicialmente, fazer os agradecimentos em nome do Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério pernambucano, ao Senador Humberto Costa e a Deputada Federal, Luciana Santos, por ter dado essa oportunidade a Pernambuco, Deputada, por discutir a questão da violência contra a mulher. Esses são os meus agradecimentos também em nome do Ministério Público pernambucano a V. Exª.

Eu vou ser breve e dos 15 minutos só usarei 10 e, nos 5 minutos, o Dr. João Maria, que é o Promotor, coordenador deste evento, peço permissão para ele dar um dado muito importante, que trabalha junto comigo. Ele está presente também neste evento. É o coordenador do Núcleo de Defesa da Mulher do Ministério Público pernambucano.

Eu gostaria de dar algumas informações antes de falar o que eu quero dizer, o que eu tenho aqui a explicar. Lá na cidade de Água Preta, nós temos um Promotor Titular, Dr. Rodrigo Chaves. Eu vou conversar com eles a respeito das denúncias que surgiram aqui. É importante, porque a sociedade é o fiscal que deve ver. Vou conversar e saber o que aconteceu. Agora, tem um promotor, ele é muito atuante, é um grande colega, mas como foi citado, eu terei que convidá-lo a ir a meu gabinete para explicar o que foi que aconteceu, e

gostaria que vocês formalizassem isso para o Ministério Público, dizendo que não está havendo audiência. Esse é o papel do promotor e da sociedade. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

E o relatório também já foi entregue. O relatório, que aqui foi citado, já foi entregue também. Dr. João Maria depois vai falar sobre esse assunto.

Meus senhores e minhas senhoras, Parlamentares, no ano de 2007, o Ministério pernambucano ofereceu 1.075 denúncias de crimes contra a mulher; no ano de 2008, 1.667 denúncias; no ano de 2009, 3.170 denúncias; no ano de 2010, 2.921 denúncias; no ano de 2011, 3.608 denúncias. Brevemente, coloquei à disposição o ano de 2012. Isso totaliza 12.441 denúncias até o ano de 2012. Nós acreditamos que, até a presente data, cerca de 14 mil denúncias já foram oferecidas pelo Ministério Público pernambucano.

Acredito que isso aconteceu, esse crescimento desses crimes aqui, em Pernambuco, porque a mulher está tendo também a consciência de denunciar.

O Ministério Público fez uma parceria com a Compesa, a empresa de água de Pernambuco, para que as contas da Compesa levassem a mensagem do Ministério Público durante doze meses. E assim foi feito. Um milhão e oitocentas mil contas atingiram cerca de quase sete milhões de pessoas, recebendo o número 180 em suas residências para que a mulher pudesse ter uma ferramenta. Nós estamos usando as empresas como parceiras, porque todas as instituições são frágeis. Elas têm que trabalhar interagindo, deixando as vaidades de lado, e entender que nosso objetivo é dar cidadania à sociedade. E só se consegue isso trabalhando sem vaidade, pedindo apoio a outras instituições, como o Poder Judiciário, a Polícia Civil, a Militar, as instituições, as ONGs, como foi feito também com a Celpe aqui, local, um trabalho para não se ter racismo. Nós somos pioneiros no País, com um grupo de trabalho no Ministério Público que combate os crimes de racismo. E a Celpe emitiu as contas também.

Ao lado disso, o Ministério Público foi para as ruas. Andamos o sertão pernambucano com o projeto Ministério Público nas Ruas, discutindo várias ações de cidadania, de conscientização, entre elas, a questão da mulher. Quando a Lei Maria da Penha fez cinco anos, eu fui com os promotores, promotoras e servidores para o metrô distribuir panfleto, conscientizando o homem e a mulher de que não podemos aceitar, em pleno século XXI, esse alto índice de violência. Fomos para a rua. Nosso último evento foi no bairro do Coque. Os promotores foram para lá. Agora, diga-se de passagem, fui com a Polícia Militar, mas ela foi com instrumento musical, não entrou com arma acompanhando o Ministério Público. E lá a gente foi muito bem recebido pela

comunidade do Coque. Estamos voltando para prestar contas de todas as ações de cidadania, entre elas, as ações em favor da mulher pernambucana.

O Ministério Público também está fazendo capacitação de promotores e servidores nessa área para proteger e preparar o Ministério Público no sentido do enfrentamento à violência contra a mulher. Contratamos um grupo de teatro chamado Bem-Me-Quer. Esse grupo teatral já foi para o Paço Alfândega, já foi para algumas cidades do interior, já foi para algumas faculdades e universidades, mostrando como a mulher pode se defender. É um grupo de teatro que visita as escolas públicas e privadas, as universidades, conscientizando de que é necessário fazer o trabalho repressivo, mas também o trabalho de conscientização.

Ainda o Ministério Público pernambucano, com esses 12 projetos na área de cidadania porque há projetos que a gente vai discutir com a comunidade. Entendo, Senadores e Deputados, que a justiça no País é muito elitizada. A gente precisa suar um pouco, tanto os juízes como os promotores. Nós precisamos encostar mais na sociedade. A gente só pode defender aquilo que a gente conhece. (*Palmas.*)

Quando assumi o Ministério Público há poucos mais de um ano, meu primeiro projeto foi colocar o Ministério Público nas ruas. Com esse projeto, sobre o qual já falei inicialmente, andamos o sertão pernambucano inteiro, agora estamos indo para a zona da mata, onde participam – porque nos convidamos – os gestores municipais, os juízes, os defensores públicos, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Prefeitura Municipal. Convidamos todas as entidades. A gente vai discutir, a gente vai ouvir críticas, a gente vai ouvir da sociedade o que é prioridade. Prioridade não é aquilo que a gente escolhe, mas aquilo o que a gente discute com a sociedade. Essa é a visão do Ministério Público Pernambucano hoje.

Por isso, nomeamos, de dois anos para cá, alguns vieram da gestão passada, mas estamos nomeando, ainda, na próxima semana, mais dez promotores para o sertão, atingindo, em menos de dois anos, 51 promotores de justiça para o sertão e para o agreste pernambucano. Antes não tinha. Apesar do orçamento curto, quando a gente quer, quando a gente tem vontade, a gente resolve. Foi isso que foi feito com o Ministério Público Pernambucano. Serão mais dez – e podem acompanhar o Diário Oficial – até o dia 23. Até o dia 23 mais dez promotores vão – e promotoras logicamente – para o sertão defender a cidadania pernambucana.

Gostaria de concluir. Peço permissão ao auditório e também à Mesa para convidar o meu colega, coordenador do Núcleo de Defesa da Mulher, Dr. João. Quero também dizer que somos parceiros tanto da Polícia

de Pernambuco quanto do Judiciário e da Secretaria da Mulher. Estamos conversando. Não chegamos à perfeição, estamos distantes, mas estamos reconhecendo isso e precisamos avançar. Não vou sossegar, não vou ficar feliz como Procurador-Geral – porque foi um cargo que Deus me deu – enquanto a gente não puder atingir todo o Pernambuco com um trabalho de concentração. Dr. João, com a autorização da Mesa, peço permissão para o senhor.

Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. João Maria.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG)

– Obrigada. Eu o cumprimento e digo-lhe que o senhor foi rigoroso no tempo, gastou apenas os dez minutos que eram necessários.

O SR. AGNALDO FENELON DE BARROS –

Muito obrigado.

O SR. JOÃO MARIA – Então, me sobram cinco.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PC do B – MG) – Sobram-lhe dez. Tem até vinte minutos cada autoridade.

O SR. JOÃO MARIA – Muito obrigado, Sr^a Presidente, demais Parlamentares da mesa, autoridades aqui presentes, o Procurador-Geral de Justiça abordou, de uma forma muito rápida, o que o Ministério Público está realizando nessa área de prevenção e repressão à violência contra a mulher.

O número de denúncias é bastante expressivo. Foram mais de 12 mil denúncias até dezembro de 2011. Agora, quero deixar registrado que é um trabalho ordinário, que é nossa obrigação. Oferecer denúncia é nossa obrigação. O que nós procuramos, de dois anos para cá, é fazer um trabalho extraordinário, especialmente ao notarmos que as mulheres e os homens, especialmente os homens, sabem que existe a Lei Maria da Penha, mas não sabem as garantias e as sanções que a Lei Maria da Penha prevê em seu bojo. Então, a nossa preocupação foi divulgar a lei. Já atingimos, em nossas ações de fevereiro para cá, um total aproximado – e isso é uma estimativa porque é feito o cálculo do militar quando olha um estádio cheio e diz tem mais ou menos tantas pessoas – de 396 mil 440 pessoas com a divulgação. Vez por outra, também, com a divulgação da lei.

Esse é o grande trabalho do Ministério Público nessa área. Obviamente, também temos a parte da fiscalização, dos serviços públicos. Aqui temos presente um colega, o Dr. Wesley Conde, que tem uma parcela de atuação nessa área. Mas me preocupou muito com a questão da divulgação. Confesso que, em que pese esse número expressivo, além da mídia espontânea e além de eu ter desobedecido ao Procurador-Geral e dizer que o Ministério Público não ia para as ruas, que ia para dentro das casas de todos os pernambu-

canos. Assim nos fizemos com 1,800 milhão de contas de água, com o *slogan*: “Violência contra a mulher é crime. Denuncie.” Desobedeci, portanto, ao procurador-geral que só nos queria na rua. Eu entrei nas casas dos pernambucanos junto com a nossa equipe. Entramos, Procurador-Geral.

Minha preocupação é que ainda não pegou. A Lei Maria da Penha está aí, Lei Maria da Penha está aí, cuidado com a Lei Maria da Penha, mas as pessoas ainda não se chocam, não se chocam com a violência doméstica. Essa é a verdade.

Para aqui, recentemente, – mais uma vez cito que foi minha anfitriã a Deputada Mary Gouveia –, eu trouxe um dado, que agora nós estamos tentando, porque as nossas ações elas se aglutinam; elas não se perdem; uma hora é capacitação; outra hora é divulgação. Não! Nós estamos tentando agora inserir nesse conjunto de ações – agora vem para a ação Bem Me Quer, um dado bastante interessante E eu vou dar o dado do Brasil e vou dar o dado de Pernambuco, para ver se só assim a gente se choca. E mais uma vez eu bato na tecla, e me parece mantra, do nome epidemia. Nós temos um medo danado desse nome “epidemia”, um medo da dengue, a dengue mata. O Governo Federal está aí com propaganda, o governo estadual também em cima, para combater essa epidemia, os governos municipais. No Brasil, no ano passado, 2011, morreram 191 pessoas por causa da dengue; 4000 mulheres foram assassinadas. E nós não notamos que isso é epidemia. (*Palmas.*)

Em Pernambuco, 13 pessoas morreram por causa da dengue; 273 mulheres foram assassinadas no ano passado. E as pessoas ainda não se tocaram que é uma grande epidemia.

Por isso é que estamos divulgando este número 180. E a partir do momento em que conseguimos divulgá-lo, entrar na casa das pessoas, nós tivemos ainda é estimativo, não é um dado estatístico, um aumento de 66% do número de denúncias através do 180. Inclusive eu fui um dos reclamados. A reclamação foi assim: Dona Delza, uma pessoa que eu conheci, trabalhei no processo dela, reclamou que eu tinha pedido absolvição porque eu não sou só o coordenador, mas sou o promotor, trabalho com Dr^a Tereza, que eu tinha pedido a absolvição do seu agressor, embora existentes todas as provas nos autos para a sua condenação. E eu, como servidor, tenho apenas, permitam-me uma expressão nordestina, baixar as orelhas e passar a reclamação para a Ouvidoria e, se for o caso, a orelha ser puxada. Então, funciona? Funciona.

A grande saída para essa lei é a denúncia, e é a capacidade de o Estado, seja aí o Município, sejam aí as unidades federadas, seja o Governo Federal, o

Ministério Público, conseguirem chocar as pessoas, porque as pessoas ainda não estão chocadas com o caso da violência doméstica contra a mulher, essa verdadeira epidemia.

Nós estamos à disposição de dados com mais detalhes. No relatório inclusive enviado por intermédio, ou melhor, enviado à Secretaria Estadual, que deverá chegar às mãos de V. Ex^{as}...

Fica aqui a minha sugestão de nós fazermos uma campanha nacional comparando esses dados, ou quem tiver uma melhor ideia, porque a lei pegou, mas a situação gravíssima ainda não choca. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO MARIA – Como?

É minha ainda a palavra?

Nós temos apenas que ter um cuidado. Eu concordo com as senhoras. Inclusive há uma tese do Ministério Público nacional para não caber fiança no caso de violência doméstica contra a mulher. Ok? Existe isso.

Nós estamos decidindo...(*Palmas.*)

Na próxima reunião da Copevid, virá uma súmula da Copevid. Nós não admitimos fiança, mas temos que ter cuidado e respeito com algo chamado lei. Lei é a tentativa débil do homem – essa frase não é minha – de estabelecer a Justiça. Então, estamos caminhando, há uma tendência do Ministério Público nacional, em bloco, em entender o não cabimento da fiança nos crimes praticados contra a mulher em situação de violência doméstica. E fica a resposta, espero que a senhora me cobre dentro de 90 dias após a realização da próxima reunião da Copevid, que eu faço parte.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Dr. João Maria, que, segundo a Deputada Luciana, é conhecido como Dr. João Maria da Penha, sem dúvida nenhuma, as preocupações levantadas pelos Plenário dizem respeito também ao Congresso Nacional, para que a gente possa dar respaldo às decisões que os senhores estão encaminhando na Funavid.

Queria, neste momento, chamar para fazer uso da palavra o Exm^o Sr. Juiz Carlos Humberto Galindo, que dividirá o seu tempo também com a Dr^a Maria Tereza Paes de Sá Machado, Juíza do Juizado de Violência Doméstica Familiar Contra a Mulher de Pernambuco. V Ex^{as} dispõem de até vinte minutos.

O SR. CARLOS HUMBERTO GALINDO – Boa tarde a todos, boa tarde Sr^a Senadora, Relatora, boa-tarde a todas e a todos, boa-tarde Sr^{as} Deputadas e Deputados, quero dizer aos senhores que o Poder Judiciário de Pernambuco, honrosamente tem uma referência de magistrada no Juizado da Mulher que é a Dr^a Tereza Machado que falará daqui a pouco, a

cerca de números e de outras questões que ela queira abordar. Eu dividi com ela o tempo de dez minutos talvez eu fale muito menos, porque como assessor do Presidente do Tribunal de Justiça eu tenho que me ater apenas a números, a questões mais pontuais e explicar para os senhores porque nós estamos em débito com a questão da proteção à mulher com relação ao combate a violência.

O Tribunal de Justiça participa do Programa Governamental, chamado Pacto pela Vida, aqui mencionado já pelo Secretário Damázio e eu represento o Poder Judiciário naquele programa. A Dr^a Cristina sempre tem participado também das reuniões e é uma grande cobradora de ações do Poder Judiciário. Elas nos cobras reiteradamente a instalação de juizados que foram criados e ainda não instalados.

Nós temos cinco juizados criados nas cidades Joabato, Igarassu, Cabo, Camaragibe e Olinda. Ele pleiteou junto ao Presidente do Tribunal a instalação dos cinco juizados. O Presidente disse para ele que teria condições de instalar pelo menos dois, foi o que ele disse para as eminentes parlamentares que estiveram com ele hoje pela manhã.

Telefonei para ele agora a pouco no intervalo, antes de começar a sessão, e disse que a Dr^a Cristina estava reiterando os pleitos anteriores de instalação de mais juizados e ele me disse que podia assegurar que pelo menos três ele instalaria. E eu vou defender que ele instale os cinco, que ainda é pouco, na região metropolitana.

Quero também dizer para as senhoras e senhores, especialmente para as senhoras, que nos Municípios onde não há juizado são os juizes criminais quem cuidam dos assuntos relativos à violência doméstica contra a mulher. Nas varas esse assunto é tratado e ele é tratado especificamente também nos juizados. O Juizado de Violência contra a Mulher tem números, números significativos que a Dr^a Tereza vai passar para senhoras e senhores daqui a pouco. E eu digo apenas também, acrescentando, o seguinte: das questões que foram formuladas pela eminente relatora, perguntando por que ainda não foram instalados esses juizados; e a questão dos juizados passa pela quantidade de magistrados que cuidem desses juizados, que assumam a presidência desses juizados.

Nós temos hoje no Estado de Pernambuco 190 vagas para magistrados. Foi feito um concurso recentemente, que ainda está se ultimando e somente 52 magistrados estavam habilitados e somente 50 permaneceram para fazer a última prova que deve se realizar já agora no mês de maio. Então nós temos uma demanda reprimida, muito grande de falta de magis-

trados e também de serventuários, por mais que o tribunal tenha contratado pessoas para essa finalidade.

Dos cinquenta magistrados que ingressarão, a maioria ocupará principalmente as cidades de menor porte no sertão para que os magistrados que já lá se encontram venham para a região metropolitana e os da região metropolitana ascendam à capital.

Hoje, na capital, temos uma média de três varas para cada magistrado. Todos estão acumulando varas, assim como o Ministério Público tem deficiência de pessoal. Embora saibamos que é justo e cabível esse orçamento da STS de R\$2,5 bilhões, o Poder Judiciário recebe um terço desse valor, porque é verba do Estado. O Estado já faz um esforço muito grande, temos que reconhecer, nesse aspecto, porque os orçamentos desses poderes são submetidos ao governo do Estado na proporção da disponibilidade recursal, ou melhor, da disponibilidade financeira que eles alocam esses recursos para cada um dos poderes. E o Tribunal de Justiça, como era a expectativa da presidência anterior, não contratou 140 magistrados dos 190, porque apenas 50 foram aprovados no concurso, embora cinco mil tenham se inscrito.

Por esse motivo, Sr^s e Srs. Parlamentares, ainda não foram instaladas essas varas, porque instalar e não prover de magistrados e serventuários não é muito honesto e temos que primar por isso. Mas neste ano temos previsão orçamentária e com o ingresso desses magistrados instalaremos, sem dúvida nenhuma, os cinco juizados na região metropolitana.

Quanto à pergunta se esses juizados seriam regionalizados para atender mulheres de outros Municípios, a lei prevê assim, mas nada impede, em se observando na prática que se inviabiliza o acesso das pessoas aos juizados, que a lei seja modificada no sentido de que ou elas continuem sendo atendidas pelas varas dos Municípios em que elas residem, ou onde os fatos ocorram, ou, ainda, que se criem novos juizados e sejam efetivamente implementados.

Há mais alguns números que a Dr^a Tereza vai responder. Apenas lembraria aos senhores e às senhoras que, além dessas atividades que tenho na área criminal, durante algum tempo militei na área de execuções penais. E quando falamos em violência contra a mulher, não voltamos muito os olhos para a situação das mulheres presas. A Dr^a Cristina faz um grande esforço nesse sentido porque ela pleiteia com um dos projetos que ela está começando a elaborar que essas unidades prisionais femininas venham para a Secretaria da Mulher.

É um pleito que ela faz, mas que depende, naturalmente, da decisão governamental e estadual. Parece-me que seria uma excelente medida não somente

pela pertinência do caso entregue a uma mulher que titula a Secretaria, como também pelo esforço e pela necessidade de que uma mulher cuide das mulheres, porque parece que os homens não são bons cuidadores. (*Palmas.*)

Faço parte também do Provita, que é o Programa de Proteção à Testemunha, e vi em uns relatórios, em uma reunião há alguns dias, que há poucas mulheres protegidas pelo programa. Isso porque as autoridades não encaminham mulheres testemunhas para o programa de proteção. E o serviço de proteção também não é dos melhores. Parece-me que o Serviço de Proteção à Testemunha deveria ser revisto, reestudado e reanalisado, de modo que pudéssemos atender ao seu objetivo.

Para finalizar e entregar a palavra para a Dr^a Maria Tereza, quero dizer que foram criadas 100 varas, boa parte delas criminais, no Estado de Pernambuco. Ainda não foram instaladas, mas o serão brevemente. E aumentando o número de juizes criminais, também se aumenta o atendimento às mulheres no interior, onde não há juizado. O critério utilizado...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Solicitamos que sejam concluídas as questões, para que possamos chegar a bom termo no processo de registro das exposições.

Por gentileza.

O SR. CARLOS HUMBERTO GALINDO – O critério utilizado para criação de juzizados especializados é vinculado à demanda. Então, essas cidades da região metropolitana que mencionei têm uma grande demanda reprimida de situações de violência contra a mulher. O objetivo desses juzizados criados é atender a essa demanda transferindo das varas esses processos que já existem para que sejam tratados por juizes especializados.

Com relação ao interior, como há uma demanda menor, existem no interior situações que chamam muita atenção, não há dúvida, mas o quantitativo não é tão grande em algumas cidades ou na maioria das cidades mais distantes, como é na região metropolitana e na capital que, sozinhas, acumulam mais de 50% do número de crimes do Estado de Pernambuco. Está aqui o Dr. Damásio que possivelmente corrobora o que estou dizendo. Mas isso não inviabiliza que se criem futuramente juzizados também nas cidades do interior do Estado, até porque a mulher violentada deve receber, da mesma forma, atenção em qualquer lugar do Estado do Pernambuco e do País.

Então, Sr^a Presidente, finalizo a minha fala. Agradeço e convido, se a senhora me permite, a Dr^a Tereza, para que venha complementar.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos ao senhor e passamos a palavra, por dez minutos, para a Dr^a Maria Tereza.

A SR^a MARIA TEREZA MACHADO – Boa tarde a todas e a todos. Acho que já conheço a grande maioria das pessoas aqui do Grupo de Movimento de Mulheres. Sou Maria Tereza Machado, juíza titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da capital, do Recife.

O juizado foi instalado, inicialmente, no dia 8 de março de 2007, no dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. E foi o primeiro juizado do Norte e Nordeste instalado aqui. Foi o nosso, em Recife. Fui, na oportunidade, designada como juíza para responder por esse juizado e, depois, titularizei-me nesse juizado.

Com pouco tempo de funcionamento, cerca de um ano, o juizado já estava com sua demanda totalmente saturada, porque o grande número de processos que nós recebemos – e ainda recebemos – era muito grande. Então, logo em seguida, foi criado o 2º Juizado de Violência Doméstica também aqui na Comarca da capital que, apesar de estar instalado há cerca de dois anos e três meses, ainda não conta com um juiz titular, dada a carência de magistrados, como já dito pelo Dr. Humberto Inojosa. Então, a cada mês, um juiz substituto ou um outro juiz acumula a demanda desse juizado.

Quanto aos índices da violência contra a mulher, efetivamente, de acordo com o código da organização judiciária, os juzizados funcionam em dois turnos. O primeiro, no horário das 7 às 13 horas, e o segundo, das 13 às 19 horas. E eles não têm interligação entre um e outro. Mas é um horário estipulado pelo código de organização judiciária. Todas as varas judiciais do Estado funcionam no turno de 6 horas corridas.

Quanto aos números dos juzizados, temos a demanda maior do que qualquer vara no Estado de Pernambuco. Só o 1º Juizado recebeu, em relação às medidas protetivas de urgência, cerca de 5.984 processos, ou seja, mensalmente, recebemos, só a título de medidas protetivas de urgência, cerca de 200 processos mensais. Isso me causa uma angústia muito grande, porque a Lei Maria da Penha estabelece o prazo de 48 horas para que o magistrado aprecie aquele pedido de medida protetiva e defira-o ou não.

E cerca de 90% desses pedidos de medida protetiva são oriundos da Delegacia da Mulher. A mulher vítima da violência dirige-se à Delegacia, registra a ocorrência e, na mesma oportunidade, requer o pedido de medidas protetivas sem necessidade de procurar um defensor público ou um advogado. Quando recebemos aquela demanda, muitas vezes não temos nenhum subsídio ali para deferir ou não aquela medi-

da protetiva. Então, nos juizados, procuramos entrar em contato com aquela mulher por telefone, mandar carta, mandar o oficial de justiça lá para trazê-la, mas tenho a preocupação de pelo menos, inicialmente, já determinar o afastamento dele do lar; e que ele não se aproxime dela, não entre em contato com ela, que não frequente a residência nem o local de trabalho.

Durante esse período, nós tivemos 226 processos abertos. Entre as medidas protetivas deferidas, que são cerca de 90% – a não ser que não tenhamos nenhum subsídio, nenhum dado para deferir –, não tivemos caso de nenhuma mulher que não tenha sido abrangida por essa medida protetiva. Ela tem consciência daquilo, e nos casos de reincidência, é, sim, decretada a prisão preventiva daquele agressor. Então, houve vários casos de prisão preventiva decretada por descumprimento de medidas protetivas. E, graças a Deus, pelo menos em relação ao primeiro Juizado de Violência Doméstica, não temos notícia de nenhuma mulher assassinada depois que aquele suposto agressor e que aquela mulher tomaram conhecimento do deferimento daquelas medidas protetivas. Agora, muitas vezes, não há como apreciarmos uma questão de alimentos, porque a delegacia manda apenas “requer alimentos”. Não sabemos o trabalho, não sabemos a necessidade daquela mulher, porque R\$100 pode ser muito para uns e pouco para outros. Então, fica difícil, às vezes, lidarmos com aquilo. Também há nossa carência de pessoal. No juizado eu só conto com sete servidores. É um número muito aquém da necessidade, dada a nossa demanda de processos.

Com relação aos agressores condenados – estou falando isso com dados do primeiro juizado, porque sou juíza titular apenas do primeiro juizado; não posso falar com relação a dados do Estado ou de outro juizado –, são 102 agressores condenados. Ocorrências envolvendo estupros, 43; e o número de processos julgados foi este dado que já dei: 5.866 processos.

Mas é muito importante que tenhamos consciência também que o juizado, de acordo com a Lei Maria da Penha, não é uma Vara judicial comum. Essa lei estabeleceu parcerias com o Poder Público. Então, o juizado tem que trabalhar de forma integrada, e nós estamos procurando fazer essa integração. E nosso juizado conta também com equipe multidisciplinar de assessores, de psicólogas, de assistentes sociais, o que é de fundamental importância no julgamento dessas demandas, porque não estamos lidando com criminoso comum. Estamos lidando com o companheiro, com o pai daquela mulher, com o ex-companheiro, pai dos filhos dela. Muitas vezes, a mulher não quer que aquele homem fique na cadeia para sempre. Ela quer que ele pare de beber. Ela quer que ele pare de che-

gar em casa embriagado e vá agredi-la, vá agredir os filhos. Ele não bate no amigo de bar, mas chega em casa e agride a mulher.

Então, é de essencial importância a intervenção dessas psicólogas, dessas assistentes sociais, para nos dar um suporte para decidir aquela questão. A mulher não está lidando ali com uma pessoa que a assaltou, que a furtou na rua. É o pai dos filhos. Ela convive com aquilo.

Assim, é importante não só a ampliação do número dos juizados, mas também que os juizados funcionem dessa forma, contando com essa equipe multidisciplinar; e também como funciona nosso primeiro juizado, em que a Defensoria Pública também atua dentro do juizado, tanto a Defensoria de defesa da mulher quanto a que defende aquele suposto agressor e o Ministério Público.

Portanto, eram esses os dados, as pinceladas que eu teria a dar com relação ao primeiro Juizado de Violência Doméstica.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Drª Maria Tereza.

Nós escutaremos agora a sociedade civil, que, como os demais setores, dividirão seu tempo de 20 minutos. Passarei a palavra à Senadora, mas também à sociedade civil.

Já chamo para se aproximar Elaine Neves, que é da assessoria da Diretoria de Políticas para as Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco; e Betânia Serrano, do Fórum de Mulheres.

Antes, nossa Relatora terá algumas considerações a fazer.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Quero aproveitar, antes que outras falas aconteçam, a partir das respostas e a partir também do que nós ouvimos, eu gostaria de fazer alguns questionamentos e algumas recomendações ou pedidos.

Na verdade, para a secretaria, para a Srª Cristina Buarque, eu queria fazer duas perguntas, se for possível para a senhora responder agora à tarde, que é sobre o Centro de Referência de Recife.

Quantas mulheres foram atendidas em 2010 e 2011, nesse Centro de Referência e se a equipe técnica está completa.

Para o Sr. Wilson, que é o Secretário de Defesa Social, com relação ao caso Isaelma, eu gostaria de fazer aqui um requerimento verbal. Solicito que este caso seja tratado com a devida prioridade por parte da Secretaria de Defesa Social e da Delegacia de Homicídios.

Estou aqui fazendo um requerimento verbal que vai constar em ata. Então, que seja dada a devida prioridade porque, se não houver prioridade para investigar o paradeiro do homicida, ele, com certeza, não será preso e o mandado de prisão não será cumprido. Então, é preciso realmente dar prioridade a isso.

Há outra questão que eu gostaria de abordar aqui com o nosso Procurador-Geral, Dr. Aguinaldo. Primeiro, gostaria de agradecer a atenção que deu, e que tem dado, ao caso da Adriana. Mas, em especial, esta relatoria gostaria de receber todas as informações sobre este caso, inclusive sobre as audiências que têm sido realizadas em Água Preta. Então, faço este pedido para o senhor. Gostaríamos muito que o senhor passasse para nós.

Por último, a nossa equipe, a nossa assessoria ouviu, enquanto estamos reunidos aqui, o depoimento de uma pessoa. Quero aqui expor o que foi ouvido e peço a atenção de vocês.

O que eu quero aqui? Quero fazer um pedido de informação também para o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Aguinaldo. Nós queremos informações detalhadas do Ministério Público acerca do processo que envolve a morte de Christina Gabrielson, mineira que migrou para Pernambuco e foi assassinada pelo ex-companheiro em 1995. Passados quase 20 anos desde a prática do crime, o réu Anthenor Ferreira Gouveia Pimentel Beleza Neto, filho de pessoas influentes aqui do Estado, não foi julgado e nem há previsão de julgamento. Pelo menos é o que se sabe até agora e que nós ouvimos da pessoa que nos deu o depoimento. Então, interessam-nos essas informações, porque esse caso será acompanhado pela CPMI de agora em diante. (*Palmas.*)

Sim, Dr. Aguinaldo, pode falar, por favor.

O SR. AGUINALDO FENELON DE BARROS –

Sr^a Relatora, apenas para orientar o trabalho do Ministério Público, gostaria de saber se o caso está com o Ministério Público, se o processo está com o Ministério Público. Facilitaria muito a localização, já que esse processo é de 1995, o fato.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está na Primeira Vara do Júri. E só para reforçar o nome do réu: Anthenor Ferreira Gouveia Pimentel Beleza Neto.

O SR. AGUINALDO FENELON DE BARROS – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra agora para Betânia Serrano, pelo Fórum de Mulheres, que disporá de 10 minutos para suas considerações.

A SR^a BETÂNIA SERRANO – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Nosso Fórum de Mulheres está, juntamente com as mulheres negras, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, mulheres sindicalistas, lésbicas, mulheres vivendo com HIV/AIDS, enfim, toda diversidade das mulheres pernambucanas, querendo parabenizar a iniciativa do Congresso Nacional, que, como representante da sociedade brasileira, indignou-se com o alto índice de mulheres vítimas de violência no Brasil e resolveu instituir a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência contra Mulher, com a finalidade de investigar a situação de violência contra as mulheres no Brasil e apurar denúncia de omissão dos Poderes Públicos Executivos e Judiciários, com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres vítimas de violência.

O Poder Legislativo aprovou a Lei Maria da Penha e hoje está aqui para inquirir os outros Poderes, Executivo e Judiciário, sobre os possíveis entraves à efetivação da lei. Ou seja, o foco desta CPMI, como está escrito em seu plano de trabalho, não é investigar casos de violência e, sim, apurar causas que podem revelar as possíveis fragilidades e insuficiências do aparato institucional do Estado brasileiro na proteção às mulheres.

Portanto, é esperado que esta CPMI faça um diagnóstico das lacunas existentes entre o sistema de segurança pública, o Judiciário e os demais serviços, avaliadas as condições estruturais, administrativas e orçamentárias desse sistema e apresente propostas de aperfeiçoamento das políticas de combate à violência contra a mulher. Nós saudamos essa iniciativa e queremos dar nossa contribuição nesse processo.

A violência cotidiana sofrida por nós mulheres é resultado do patriarcado, sistema de dominação e exploração dos homens sobre as mulheres, que institucionaliza a violência sexista nas práticas sociais e em diferentes instituições da nossa sociedade, como a família e o próprio Estado. Por esta razão, só chama atenção da sociedade quando somos assassinadas. E, conseqüentemente, quando o número de assassinatos de mulheres diminui em algum lugar, as pessoas começam a construir a ideia de que isso é sinal de que a violência doméstica ou a violência contra a mulher está diminuindo. Isto não é verdade! O assassinato é o extremo da violência. Portanto, quando ele não acontece, não significa que não tem violência e, sim, que ela não foi devidamente enfrentada. (*Palmas.*)

O assassinato é um desfecho mais trágico de situações que muitas vezes perduram por anos e, em muitos casos, das falhas do poder público na proteção às vítimas em situação de violência e àquelas que buscaram sair dessa situação, mas o Poder Público não conseguiu aplicar medidas que as protegessem.

Nós mulheres negras somos vítimas dessa violência há séculos, desde o estupro colonial. E nos dias de hoje, continuamos apontadas e tratadas como objetos e mercadorias, vítimas principais do tráfico e da exploração sexual; e somos a grande maioria, mais de 80% das mulheres assassinadas no estado. Somos aquelas que enfrentamos mais dificuldades para superar as situações, por conta das condições de vida produzidas pelo racismo, ainda não superado pelo Estado brasileiro.

Nós mulheres somos vítimas de violência institucional nos serviços de saúde. Quando chegamos para sermos atendidas após sofrermos violência sexual, não somos informadas sobre o kit de profilaxia criado para evitar que sejamos contaminadas pelo HIV, HPV e Hepatite C, nem sobre termos uma pílula do dia seguinte, que é para evitar a gravidez e não é abortiva, mas que alguns teimam em dizer que é; e alguns profissionais se negam a informar à mulher; ou então, os serviços que são referenciados pelo Estado, os municípios realmente não os têm. Isso é violência institucional.

Somos vítimas de violência institucional do Estado quando transferem delegacias especializadas da mulher para dentro de quartéis da Polícia Militar, um ambiente extremamente masculino e intimidador para denunciarmos agressores por violência. E se eles forem um policial, aí que não vamos conseguir denunciar essa violência. (*Palmas.*)

Além disso, nas delegacias especializadas da mulher, os boletins de ocorrência não estão saindo em prazo menor do que trinta dias. E ainda estão exigindo duas testemunhas para que o boletim ocorra. Isso fere a Lei Maria da Penha.

Para piorar, quando o boletim de ocorrência solicita medidas preventivas, é enviado ao juizado e as medidas protetivas chegam às vezes até com seis meses de atraso. Por isso, não aceitamos quando o Secretário de Defesa Social vem aqui dizer que a maioria das mulheres que morrem nesse Estado está metida em crimes. A maioria das mulheres que morrem no Estado é porque o Estado não consegue protegê-las a tempo e elas têm que passar por tudo isso. (*Palmas.*)

Nós não aceitamos que todas elas sejam tratadas como criminosas. Isso não é verdade.

Continuamos sofrendo violência institucional quando, apesar das Leis 13.169, de 2006, e a Lei Complementar 143, de 2009, estabelecerem a criação de sete juzizados para a Região Metropolitana, e, no período de 2007 e 2010, apenas dois foram efetivamente implantados e têm uma situação restrita de jurisdição para o Município de Recife.

A situação se agrava porque esses juzizados funcionam no mesmo espaço físico; cada juiz trabalhando

meio expediente, apesar de a juíza ter explicado para a gente, mas a Lei Maria da Penha prevê um juizado de plantão 24 horas. E é isso que a gente quer que seja cumprido.

Mesmo que esses serviços sejam criados, eles só vão atingir a Região Metropolitana de Recife. A Zona da Mata, o Agreste e o Sertão de Pernambuco vão permanecer descobertos. E a escassez desses serviços (*Palmas*) gera uma grande demanda reprimida, morosidade no julgamento do processo no âmbito do Judiciário, contribuindo com a impunidade, a não adoção de medidas protetivas e, conseqüentemente, favorecendo a perpetuação de situação de violência. Vidas de mulheres foram roubadas, estão ameaçadas pelo não cumprimento de medidas protetivas, pela morosidade do Poder Judiciário, na Zona da Mata, no Sertão, e aqui também, na Região Metropolitana, como é o caso da Maria Estela, em que nada foi feito e ninguém foi preso.

Os Municípios de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Goiana e Petrolina possuem instalados centros de referência para atendimento a mulheres em situação de violência. Entretanto, nenhum desses centros funcionam integralmente, porque eles não têm, não cumprem as normas técnicas previstas pela Secretaria. As suas equipes não são multidisciplinares e não estão completas; alguns nem atendem em final de semana, quando a gente sabe que, no final de semana, o índice de violência contra a mulher aumenta. (*Palmas.*) O funcionamento precário desses centros nos preocupa, porque na rede eles teriam que dar o primeiro acolhimento a essa vítima e seriam eles que iriam dar todo o encaminhamento.

No que se refere às Casas Abrigo, não sabemos quantas Casas Abrigo sob a responsabilidade do governo estadual estão funcionando e nem as condições que as mesmas funcionam, uma vez que nem o conselho estadual conseguiu visitá-las

Sabemos que as mulheres do interior, em ameaça e que precisaram do abrigo e que nós acompanhamos, enfrentaram uma peregrinação para serem efetivamente acolhidas; e outras, que não conseguiram serem acolhidas, tiveram que mobilizar recursos de outras formas para sair do Estado com seus filhos. Em que condições elas vão refazer as suas vidas?

Sem recursos não há políticas públicas, muito menos políticas públicas integradas para proteger as mulheres, acabar com a impunidade e garantir as condições de superar a violência e reconstruir vidas com autonomia. Os mecanismos de políticas para as mulheres, sozinhas, não poderão garantir a efetiva ação dessas políticas.

Defendemos políticas integradas, a articulação de todas as secretarias, entes e, poderes para prevenir, proteger as mulheres, punir os agressores e garantir condições de reconstrução de suas vidas. E, para isso, é preciso que o Governo Federal, os Estados e os Municípios aportem recursos públicos para garantir a infraestrutura, pessoal concursado, integração das mulheres nos serviços de habitação, trabalho e renda. E queremos instrumentos de transparência que, no âmbito dos Estados e Municípios, nos permitam monitorar a aplicação desses recursos. *(Palmas.)*

Queremos denunciar a situação de vulnerabilidade, a violência produzida pelo modelo de desenvolvimento do Estado; denunciar o que vem acontecendo em Suape, nas obras da transposição e na Transnordestina. Para nós mulheres, as conseqüências do crescimento tem sido precarização das condições de vida em Municípios que passam a receber um imenso contingente de trabalhadores e a exploração sexual, a violência sexual contra mulheres e meninas aumenta.

Nós, mulheres, nesta região, não temos sido beneficiadas com os possíveis benefícios desse modelo, que seria a renda. E temos que ficar com a sua pior conseqüência que parece invisível ainda ao poder público. Queremos denunciar a situação de vulnerabilidade das mulheres vivendo com HIV/Aids, das mulheres vítimas de crime e de ódio no contexto do tráfico de crack, das mulheres rurais e das mulheres lésbicas.

Por fim, avaliamos ser de extrema importância que esta CPI além de ouvir e inquirir gestores das políticas públicas: governadores, prefeitas e prefeitos, secretários e secretárias o Poder Judiciário também visite e avalie os serviços, as delegacias, os juizados, os centros de referência, casa-abrigo para saber o que existe de fato: funcionamento e acessibilidade desses serviços.

Será possível que esta CPML vai fazer um diagnóstico, avaliar as condições estruturais, administrativas e deficiência do sistema de segurança pública, judiciário, nos Estados, sem checar o que realmente existe nos Estados e Municípios?

Outro ponto que gostaríamos fosse esclarecido para nós, enquanto cidadãs se houver realmente comprovação de omissão do Estado, do Poder Executivo ou do Judiciário, eles vão sofrer alguma sanção? *(Palmas.)*

Esperamos que os trabalhos desta comissão não se encerrassem nesta Audiência Pública, hoje, que outros espaços de monitoramento, fiscalização e diálogo possam ser criados. E que, nós do movimento de mulheres, que também temos como contribuir para a efetivação da implementação da Lei da Marinha da Penha, para a efetivação de uma rede de serviço que cumpra com as suas normas técnicas, com a necessidade de atendimento digno a nós mulheres e para

as políticas integradas que erradiquem a prática de violência dos homens e do Estado, de nossas vidas.

Queria passar também um dossiê do fórum de mulheres e dos outros movimentos aqui presentes para a comissão. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Nós agradecemos, Betânia.

Passamos a palavra a Elânia Neves, da Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco.

A SRª ELÂNIA NEVES – Boa tarde a todas e todos, estou aqui na condição de Assessora da Diretoria de Mulheres, que por motivo de doença ficou impossibilitada e me delegou esse papel.

Como nós ajudamos o Fórum a construir, comunicamos um pouco de tudo que foi colocado pelo Fórum, e durante o processo de construção das “Marchas das Margaridas”, onde colocamos em Brasília 100 mil mulheres, e uma das questões que pautamos foram a violência contra as mulheres, nas oficinas de preparação um dos temas era: violência contra as mulheres, violência sexista e não sexista.

E o que as mulheres trazem muito forte é a naturalização da violência como se isso fosse comum. E a gente traz para a nossa reflexão a naturalização, porque isso se expressa na forma como o Estado nos assiste, nos acolhe de como o sistema de acolhimento às mulheres é colocado.

E, aí, a violência institucional. Nós não temos como apresentar caso, porque as denúncias elas estão amarradas a toda uma rede de acolhida que as mulheres não têm. Então denunciar para quem se a gente não tem acolhimento para resguardar as nossas condições. Então, não há dados escritos, materiais. Temos só as falas das mulheres que trazê-las para cá é colocá-las mais ainda numa situação de vulnerabilidade. Então, uma das coisas que a gente coloca como desafio é desinstitucionalizar a violência contra as mulheres.

Não é justo que mulheres em situação e abortamento, por exemplo, que a gente tem encontrado escutado muito, sejam acolhidas nos serviços e sejam negligenciadas no atendimento só porque elas estão em situação de abortamento. Não convém ao serviço de saúde, por exemplo, negar o atendimento, quer seja aborto legal ou não. Convém ao serviço garantir a assistência. E temos refletido sobre tudo isso; nós somos usuárias que refletimos sobre isso, cabe ao Estado olhar com muita atenção os profissionais que seleciona, ao tipo de serviço que é prestado para que nós não sejamos mais vítimas ainda do acaso.

Outra questão que tem sido colocada pelas mulheres e que é muito forte, porque a gente não vivencia, não vê, é que por ausência de interiorização do serviço de acolhimento das delegacias, as mulheres não

têm como se socorrerem. Não somos contra nenhum modelo de desenvolvimento, pelo contrário, queremos um Pernambuco forte, um Pernambuco organizado, um Pernambuco que seja para homens e para as mulheres, afinal a sociedade é feita por homens e por mulheres.

Nós nos relacionamos, nós também estamos na política e nada mais justo que essa sociedade seja para homens e para mulheres, mas o desenvolvimento, que está posto, está negando a situação em que as mulheres são colocadas. Temos ouvido falar que a violência é coisa de mulher pobre e negra. Eu tenho refletido isso e debatido muito, porque a violência é coisa de toda a sociedade pernambucana, de toda a sociedade brasileira.

A violência é uma doença social, e a gente precisa acabar com ela, buscar as curas. E convém ao Estado, com todos os seus aparatos, buscar contribuir para que isso seja solucionado. A gente faz a nossa parte, a gente denuncia, a gente milita, a gente grita, a gente faz vigília, mas cabe ao Estado instituído, pelos seus poderes, garantir com que isso seja, de fato, implementado, executado e monitorado, com o controle das mulheres, com o controle de toda a sociedade pernambucana. A violência não é porque Deus quer, não é porque nós somos meramente mulheres. Nós somos cidadãs, nós votamos, nós temos acesso aos mercados de trabalho, mas nós precisamos ser olhadas como cidadãs de fato.

Outra questão que as mulheres rurais, em função da marcha refletiu, e aí minha fala está muito alimentada sobre o processo de construção das marchas... A escuta se dá, acho que a gente precisa ouvir muito mais as mulheres que são usuárias dos serviços... É que, por exemplo, como eu vou dizer às instituições que são responsáveis pelo serviço, quer seja saúde, quer seja delegacia, que a violência não é uma coisa da mulher, se são as pessoas que vivenciam o sistema patriarcado, que está arraigado na sua cultura, que dizem: Ah, você também, com a sua roupinha, quer o quê?

A gente tem que refletir sobre tudo isso. E as mulheres rurais, com o *boom* que está acontecendo, pela sua miserabilidade e vulnerabilidade, porque a pobreza traz miséria e muita, e a gente não reflete sobre ela, estão se submetendo a algumas condições porque precisam sobreviver, e isso as torna vulneráveis ao mundo capitalista que não está nem aí para o que ela vivencia. E a gente precisa refletir sobre isso. (*Palmas.*)

Eu sou da cidade de Escada, que é considerada a cidade mais violenta do País. Está nos dados. Tem um jornal que divulgou. Eu moro no Cabo de Santo Agostinho e fico, assim, abestalhada, o termo é esse, porque a gente não tem outro termo para dizer, quan-

do a gente chega lá e vê a situação que é o índice de exploração sexual que está tendo.

Gente, nós temos que refletir, porque nós não tínhamos a vocação que a gente tem hoje. E olhar para a Zona da Mata hoje como está e dizer assim: Todo mundo está inserido nesse modelo? As mulheres estão se apropriando dos mecanismos que as fazem se desenvolver e crescer com dignidade? As mulheres do agreste, do sertão, também estão?

Uma coisa que a gente refletiu, só para concluir, é que para denunciar, para eu me sentir à vontade para dizer: Olha, estamos aqui, o que a gente quer é respeito, é direito à vida, é ser feliz, porque todo mundo sonha com a felicidade, porque é o momento mais culminar da vida do ser humano é olhar para o outro e dizer: Poxa, eu estou feliz e eu consegui construir a minha vida pautada no meu direito e na minha cidadania.

Então as mulheres não têm... E se vocês observarem muito melhor a gente está lutando por casas abrigo, porque é o único mecanismo que ainda as mulheres têm para viver, porque os caras batem nelas, os caras ferram elas e elas que vão viver presas. A gente tem que refletir sobre isso. Elas e os seus filhos é que vão viver presas. E muitas outras como eu conheci do Goiás, porque a gente tem articulação interestadual, que têm o seu nome até mudado, sua identidade totalmente alterada para poder guardar a sua vida. Vamos refletir sobre isso, porque não é justo e Deus fez a vida para todo mundo, Deus fez a sociedade para todo mundo, nós apenas a re-desconstruímos e mudamos o foco para atender as nossas necessidades.

As mulheres não são objeto, as mulheres não são meramente máquinas de fazer filhos, as mulheres são cidadãs, que merecem respeito e não estão só se matando, porque dizem que as mulheres estão se matando só porque se envolvem com drogas. Muitas vezes elas são levadas pelo contexto a se envolverem. E a gente tem que refletir sobre as consequências disso e sobretudo sobre as causas que isso tem para a vida das mulheres. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos o veemente depoimento.

Aproveitamos para registrar que é muito bom estar entre nós, escutando essas palavras, o prefeito de Escada, o Sr. Jandelson Gouveia. Obrigada.

Antes de passar a palavra para as parlamentares inscritas, que inquirirão, a Senadora, nossa relatora, quer dar uma informação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui passar uma informação que acho importante estar socializando com todos vocês.

Acabei de receber do Dr. João o retorno do caso que havia solicitado, da Christina Gabrielson. O pro-

cesso abriu vistas ao Ministério Público agora à tarde, logo após o nosso pedido aqui, às 16h43min. (*Palmas.*)

Então, o Ministério Público vai agora acompanhar o caso. Não é isso? Que bom!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Passamos neste momento a palavra para a primeira inscrita, que disporá de até 5 minutos para os seus questionamentos, a Deputada Marina Sant’Anna.

A SRª MARINA SANT’ANNA (PT – GO) – Boa-

tarde a todas e a todos, às componentes da Mesa, Deputadas e Senadora, ao Senador Humberto, que estava até há pouco e deve estar retornando logo, à Deputada Luciana, à Deputada Keiko, à Deputada Jô e à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Desculpe-me, é que o nosso Procurador tem uma audiência agora e deixará a Drª Maria Tereza respondendo pela Procuradoria. Retorno a palavra à Srª Marina Sant’Anna.

A SRª MARINA SANT’ANNA (PT – GO) – Por sinal, uma belíssima participação do Procurador. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Retornando a palavra à Deputada Marina.

A SRª MARINA SANT’ANNA (PT – GO) – Não gostaria de fazer muitos comentários, apenas três perguntas para que possamos registrar esses resultados, são coisas com certo nível de objetividade, até um pouco numérico, para que a gente possa depois utilizar como dados para monitoramento.

O meu nome é Marina Sant’Anna, sou do Estado de Goiás e do Partido dos Trabalhadores. Bom, ao Dr. Carlos Humberto, parece-me que seria mais atinente à área do Tribunal de Justiça, solicitar uma informação da seguinte forma: a Lei Maria da Penha, o senhor, em algum momento, abordou esse assunto, no art. 33 das Disposições Transitórias, abordou anteriormente a obrigatoriedade dos juizados especiais, mas o art. 33, como prevê toda disposição transitória, diz que enquanto não forem feitos os juizados em cada local, em todos os lugares onde se possa prever, onde se possa chegar mais próximos das mulheres, que as Varas Criminais acumularão as competências Civil e Criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

É claro que a ansiedade de todas as pessoas, a partir da edição da Lei Maria da Penha, é que tenhamos de fato o juizado especial. Gostaria de saber que tipo de ação está sendo tomada pelo Tribunal de Justiça para que, enquanto esses juizados não cheguem de fato aos municípios, às comarcas, para que o Poder Judiciário funcione de acordo com o art. 33, colocando as Varas Criminais para julgamento e, portanto, o

aprimoramento desses profissionais, sejam os juízes, sejam os atendentes, todas as pessoas relacionadas ao Poder Judiciário, para que possam atender corretamente, porque a experiência que nós temos não é uma experiência muito boa, senão a Lei Maria da Penha nem mandava criar juizados especiais. Então, tanto na área do Poder Judiciário, quanto na área das polícias, a criação de espaços especiais se dá pela experiência anterior, como alguém disse mais cedo, falando do machismo, para resumir o machismo, e uma posição, vamos dizer assim, pouco solidária de profissionais da área ou despreparo mesmo.

Então, gostaria de saber quais as providências que estão sendo tomadas pelo Poder Judiciário local aqui do Estado de Pernambuco. E só é mais outra pergunta, porque não sei se há outras perguntas para V. Sª e também para o outro que interrogo.

A outra é para o Dr. Wilson Sales ou para a Drª Cristina, porque me parece que está em transição a questão relacionada às presidiárias, mas, com relação aos plantões nas delegacias, é diretamente mesmo para o Dr. Wilson. Como que é o quadro de plantões nas delegacias da mulher e outras delegacias onde não há delegacia da mulher para o atendimento 24 horas? Na verdade, nos relatos que nós temos de mulheres que sofrem violência doméstica, muitas vezes, os homens trabalham, mais de 70% são companheiras de dentro de casa. Os homens trabalham e, nos finais de semana e feriados, se embebedam e tudo o mais. Em muitos relatos, acaba havendo uma tendência de haver mais necessidade de funcionamento em horários que às vezes não há disponibilidade. Então, plantão nas delegacias das mulheres e as demais delegacias para o atendimento das mulheres.

Outra coisa também para V. Sª, Dr. Wilson Sales, é relacionada ao atendimento para os casos de violência sexual, para que seja feito exame de corpo de delito, sejam apuradas as condições das mulheres que são estupradas ou que vêm oferecendo uma informação de estupro, se há plantão também de profissionais nas delegacias para o atendimento permanente dessas mulheres, como também de outros profissionais, que seria muito interessante, não em outras áreas da rede de atendimento, mas também em delegacias, como há delegacias pelo Brasil – não sei aqui no Estado de Pernambuco –, com psicólogas, com outros profissionais que podem ajudar naquele momento.

Sobre as presidiárias, que eu havia perguntado antes. Segundo os dados que há no texto do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e outros textos e vem as pesquisas reafirmando isso, quando há mutirões do Poder Judiciário ou de Defensorias Públicas ou do Ministério Público para averiguar

como é a situação das presidiárias, em geral, é levantada uma situação muito desfavorável. As presidiárias são tratadas inadequadamente. A Lei Maria da Penha também diz respeito a esse assunto e é objeto de investigação desta CPMI. Além de tratadas inadequadamente, de acordo com a lei, do ponto de vista do cuidado ali no ambiente prisional, ainda as mulheres não têm atendimento de Defensoria, de advocacia, para que possam ter a legislação rigorosamente ouvindo seu processo, assistindo seu processo. Então, nesse caso, mulheres ficam presas mais tempo do que deveriam ou, enfim, não são ouvidas corretamente.

E apenas voltando ao Dr. Carlos Humberto, pedindo desculpas por isso, também com relação aos plantões no Judiciário. A Dr^a Maria Teresa falou da dificuldade, porque, se ela está em um Juizado e todas as Varas atendem seis horas por dia e um número tão grande de processos chegando, mais de cinco mil, como ela relatou aqui, para nós, então, como é que se consegue fazer com que os processos andem dentro do ritmo que a lei orienta e dentro das necessidades de combater a impunidade.

Minha querida Deputada Jô, eram essas as minhas interrogações. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Marina. Passamos a palavra à nossa Vice-Presidente, Deputada Keiko.

A SR^a KEIKO OTA (PSB – SP) – Feliz tarde a todos e a todas. Quero saudar a Presidente desta CPMI, a Deputada Federal Jô Moraes, a Relatora da CPMI, Senadora Ana Rita, as demais Deputadas Federais aqui presentes, a Luciana e a Marina, os convidados e autoridades.

Na condição de Vice-Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher, estendo meus cumprimentos a todos aqui presentes, inclusive os movimentos. Eu tenho certeza de que o Estado de Pernambuco dá um passo muito importante para fazer valer os direitos das mulheres. O que queremos e estamos aqui fazendo é somar, é verificar se o Estado brasileiro se encontra realmente preparado para encontrar soluções que evitem o crescimento dos casos de violência que ainda, infelizmente, são cometidos contra as mulheres.

Para nós, Parlamentares que integramos esta CPMI, interessa saber como anda a aplicação da Lei Maria da Penha. Pesquisa do Instituto Avon aponta que seis entre cada dez pessoas conhece alguma mulher que já foi vítima de violência. No País todo, 94% da população sabe da existência da Lei Maria da Penha, porém apenas 13% conhece o que diz a lei; 68% continua sendo principal razão de não denunciar o seu agressor.

E Pernambuco? Será a Lei Maria da Penha está fazendo valer nesse Estado? Isso é o que queremos fazer. Não podemos admitir que uma lei tão importante quanto Lei Maria da Penha não esteja sendo aplicada devidamente, passando à sociedade feminina uma sensação de impunidade no nosso País. Na condição de mulher e mãe, que perdi meu filho querido Yves Ota, brutalmente assassinado aos oito anos, sinto-me honrada de estar aqui junto desta CPMI. Afinal, deste episódio triste do meu filho, já 15 anos se passaram, junto ao movimento paz e combate a qualquer tipo de violência, sei como é lutar por justiça e direitos humanos para todos.

Hoje o Brasil ocupa o 12º lugar mundial na taxa de homicídios de mulheres. Precisamos entender que proteger a mulher é proteger as nossas famílias, as nossas crianças, garantindo uma sociedade de paz. Eu gostaria de aproveitar e fazer uma pergunta ao Exmº Secretário de Segurança sobre a questão do quartel. Há, no Estado de Pernambuco, um treinamento de todas as delegacias que cuidam do atendimento a vítimas de violência doméstica? Um treinamento para saber receber uma vítima que quer denunciar? Há material explicativo e orientação dos profissionais de orientar a vítima em seus direitos, a Lei Maria da Penha? Principalmente instaurar um inquérito e pedir medidas protetivas? Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradeço à Deputada Keiko Ota, que foi rigorosa no cumprimento dos seus cinco minutos e passo a palavra para a Deputada Luciana Santos.

A SR^a LUCIANA SANTOS (PCdoB – PE) – Boa tarde. Eu não sou membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, apenas uma das que assinaram a iniciativa de muitas das parlamentares do Congresso Nacional, mas sou autora desse requerimento da presença da CPMI no Estado de Pernambuco, assim como o Senador Humberto Costa, na perspectiva de colaborar, ajudar, questionar e ajudar a não só colocar o diagnóstico, mas principalmente tirar consequências e um produto desse esforço que o Congresso Nacional está fazendo no fortalecimento não só da Lei Maria da Penha, e ela é o principal símbolo exatamente porque é muito abrangente. Ela procura dar indicadores, não só indicadores, mas ela legisla sobre procedimentos nas diversas instâncias do poder do Estado brasileiro, como é o caso do Poder Executivo, do Poder Judiciário, e ela é uma das consequências da última Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que houve no País, que teve como produto a Lei Maria da Penha, que é muito nova. Ela tem apenas seis anos e, por isso, precisa ser assimilada pelo Estado brasileiro, pela sociedade

brasileira, para que tome corpo e pegue, como bem disse aqui muitos dos nossos oradores e oradoras.

Eu acho que Pernambuco ter sido gesto inaugural da presença da CPMI é importante e traduz exatamente o acúmulo, o protagonismo que o movimento de mulheres no nosso Estado sempre teve, a larga tradição, e como isso se rebete na tomada de decisão das diversas instâncias do Estado, que precisa tomar providências para fazer valer, tirar do papel uma legislação tão avançada como é a Lei Maria da Penha e todas as outras que dizem respeito a políticas públicas da mulher e, especificamente, no combate à violência contra a mulher, que é, sem dúvida, a expressão mais perversa, mais cruel da desigualdade de gêneros que existe no Brasil e no mundo.

Penso, como disse aqui a Betânia, representando o Fórum de Mulheres, que isso não vai se encerrar nesta visita da CPMI; é preciso tirar consequências para que a gente haja de maneira integrada na cobrança, no fortalecimento, na predisposição que existe da sociedade civil organizada de fazer isso valer. E acho que este debate tem um caráter muito amplo, porque ele diz respeito a valores, a um processo cultural que está arraigado na sociedade brasileira, uma sociedade extremamente machista e que, obviamente, se rebete nas instâncias e nos fóruns de tomada de decisões sobre isso.

Basta dizer que esta cultura da paz é uma luta muito difícil de ser enfrentada. Nós hoje temos uma mídia que não colabora com isso, a grande mídia, até de certa maneira os programas de violência tomam parte da grande pauta da mídia brasileira, e até com incentivo. E mesmo a música popular brasileira, o quanto ela reproduz o machismo. Eu tive um exemplo aqui no Carnaval. Fui prefeita da cidade de Olinda e havia uma música que dizia: “um tapinha não dói”. Nós, do movimento de mulheres e ouvidoria, colocamos uma faixa na cidade combatendo isso, em que se dizia: “Tapinha dói e é crime”. Então, é uma estrutura avassaladora incutida na sociedade como sendo algo natural, naturalizando a violência e fazendo com que as mulheres sejam vistas como propriedade privada de alguém, como objeto. Não é à toa que nós temos estes indicadores que deixam a todos estarrecidos: são 42 mil mulheres em 10 anos. É muita mulher assassinada neste País! E o corte é um só: a maioria desses casos é de crimes passionais, ou seja, crimes cometidos por parte do homem contra a mulher, que são seus companheiros.

Eu não queria aqui fazer nenhum questionamento, porque isso é função da CPMI. Mas queria aqui apenas chamar a atenção para algumas coisas. Uma delas é que é preciso valorizar esse esforço a que

tenho assistido aqui dos Municípios. Bem disse aqui uma das oradoras – acho que foi a Dona Ana, que é a coordenadora que estava lá numa reunião preparativa do Conselho dos Direitos da Mulher – que o crime é cometido na cidade, no local e é preciso que a porta de entrada tenha uma estrutura mínima para poder acolher os primeiros casos de violência. Por isso é que essa rede de atendimento precisa ter um foco voltado para essa questão municipal.

Conversei aqui com a Relatora Ana Rita e com a Presidenta Jô Moraes. É claro que estamos encerrando e vamos ainda escutar os principais órgãos e instituições que queremos ouvir, mas também acho que, embora a CPMI já tenha feito um esforço de ouvir mais, porque alguém me questionava: Você não pode falar?

A própria CPMI tomou a decisão de, logo cedo, às oito da manhã, fazer essa escuta direta com as entidades. Eu acho que passaram duas horas mais ou menos. Mas de qualquer forma essa questão das representações municipais que avançou muito Pernambuco. Eram poucos os Municípios que tinham um órgão municipal. Hoje, vejo, aqui, várias delas que são exatamente dois representantes de órgãos municipais que procuram desenvolver a política pública da mulher.

Quero destacar isto e valorizar o quanto isso é importante nesse processo.

O outro é isso que Silvia falou hoje do Centro das Mulheres do Cabo. Eu acho que nós dissemos isto hoje ao Governador. Essa questão dos pólos de crescimento do Estado, do complexo de Suape, dessas obras estruturantes, nós precisamos tirar consequência da conta dessa magnitude e da repercussão que isso tem para a vida e para a qualidade de vida dos direitos humanos das mulheres. Eu só quero corroborar com essa preocupação porque ela é extremamente relevante.

E, por fim, aqui ler, só fazer uma observação também, o Capítulo I das disposições gerais da lei Maria da Penha, do Título IV, que trata dos procedimentos. Há aqui o art. 17, que foi um questionamento que vi a companheira levantar sobre o problema da forma de penalização da lei que é através de pagamento e tal.

Então, esta aqui no art. 17, da Lei Maria da Penha:

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.”

Ou seja, a própria Lei Maria da Penha já prevê, no seu art. 17, que isso não possa ser a forma de penalização de um crime cometido.

E há outra coisa que penso que é muito importante nas Medidas Protetivas, que é o art. 20, do Capítulo II:

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

E, por fim, mesmo falar para que não se encerre nessa audiência pública, nós podemos nos colocar à disposição, junto com os movimentos sociais e as instituições, a desenvolver, à luz da própria trajetória da CPMI uma articulação permanente aqui no Estado com ações integradas para tiramos consequências da presença da CPMI aqui no Estado de Pernambuco e o resultado dela em nível nacional, para que de fato a gente opere objetivamente para superar os impasses que são mais relevantes, pelo menos do que entrava a aplicação da Lei Maria da Penha.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós vamos passar os questionamentos antes a Senadora e a Deputada Marina pediu um minuto.

Quero só me dirigir ao Dr. Damázio para perguntar se nos registros de homicídios, como diz a Senadora dos “feminicídios”, se há espaços para dizer qual é a causa se foi por homicídio de violência doméstica, de violência sexual ou por envolvimento com crimes no registro dos homicídios.

Eu passo 20 segundos para a Deputada Marina e, em seguida, a nossa Relatora Ana Rita vai sistematizar os pontos fundamentais. Logo em seguida, para vocês os encaminhamentos.

A SRª MARINA SANT’ANNA (PT – RS) – Eu quero fazer uma pergunta para a Drª Silvia Camurça ou para a Drª Elaine Neves, a respeito da atuação da rede...

(Inaudível)

Como? A moça que falou?

Em nosso nome consta Silva. Perdão. Equivoquei-me.

...a uma das duas que vieram representando o Fórum, pelo seguinte, existe um...quem atua com mulheres do campo, mulheres das florestas, indígenas, quilombolas podem identificar espaços da rede de proteção à mulher que sejam preferenciais, que possam oferecer mais proteção e mais acesso.

Eu só gostaria de fazer essa pergunta, eu prometi à Presidenta que seria até um minuto, então está feita a pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Para os encaminhamentos, a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria apenas de fazer dois encaminhamentos antes da fala final de cada um de vocês.

Primeiro dizer que os requerimentos que nós encaminhamos, não foi só para esse Estado, mas foi para todos os Estados, nós não obtivemos resposta ainda. Nós encaminhamos para o Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, encaminhamos um requerimento para o Procurador-Geral de Justiça, para o Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado, e também para o Governador. Até agora nós não obtivemos resposta.

Eu gostaria de fazer...

A Secretaria da Mulher entregou o relatório, mas estamos entendendo que o relatório, por si só, não responde às questões todas aqui, pelo que me disseram. Então, talvez fosse bom responder por escrito às perguntas que fizemos aqui, independente do relatório.

O relatório vai nos ajudar muito, nós vamos aproveitá-lo, com certeza, para que possamos construir o nosso relatório, mas é importante responder o requerimento. Sabe por quê? Porque o requerimento sem resposta oficial – parece-me que a correspondência encaminhada está muito no geral e não faz referência a esse requerimento. Então, seria muito bom responder o requerimento. Portanto, vamos dar mais uma semana de prazo para que esses requerimentos sejam respondidos oficialmente.

Só uma pergunta, para tirar a dúvida da secretária: responde as perguntas o material que foi entregue?

A SRª *(Fora do microfone.)* – Parcialmente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Parcialmente.

Então, seria bom, Secretária, que a senhora pudesse, por gentileza, nos responder essas questões. Então, vamos dar o prazo de uma semana. E quero aqui fazer um registro. Consultei a nossa Assessoria da CPMI e, pelo Regimento, se dentro do prazo de uma semana não chegarem as respostas até a secretaria da CPMI, vamos ter de convocar as pessoas responsáveis para que vão a Brasília entregar as respostas. *(Palmas.)*

O prazo de mais uma semana, a partir da realização desta audiência pública.

Outra questão é agradecer os documentos que foram entregues. O documento encaminhado pelo Governo do Estado, que muito vai nos ajudar no relatório, mas também os documentos entregues aqui pela sociedade civil, pelas entidades que atuam com as mulheres.

Então, agradecer os documentos que vocês entregaram, dizer que esses documentos serão analisados, serão contemplados no relatório final construído por esta Relatora. Todas as informações que vocês nos passaram serão valorizadas, aproveitadas e irão constar também do nosso relatório. E, naquilo que depender de algum encaminhamento, a CPMI vai dar

os encaminhamentos que forem necessários. Podem ter certeza disso. E, ao darmos os encaminhamentos, daremos retorno também para quem solicitou.

Então, só para deixar bastante registrado isso aqui. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós passamos as palavras para as respostas, lembrando que não é informar programas, é informar dados e resultados dos programas. É insuficiente isso. *(Palmas.)*

Com a palavra o Dr. João, que disporá de até cinco minutos para as respostas que a ele foram colocadas.

O SR. JOÃO MARIA – Desculpem-me. A idade já está me pegando. Não me recordo de nenhum requerimento dirigido especialmente ao Ministério Público, mas deixo registrada aqui a nossa preocupação com o polo Suape.

O Ministério Público está para fechar um convênio com uma grande empresa da região, exatamente para ter um núcleo de apoio à mulher volante na região do polo Suape. Lá, nós vamos apagar incêndios, porque veio o desenvolvimento, e não vieram as políticas públicas.

Em Goiana, nós estamos nos antecipando. Inclusive, acredito que ainda há pessoas da secretaria de Goiana. Não sei. Acredito que já foram. Lá em Goiana, inclusive com apoio da secretaria estadual, estamos fechando um convênio com a finalidade de chegarmos antes da Fiat. Então, o Ministério Público vai chegar antes da Fiat, preocupado com a questão da violência contra a mulher.

Ficam esses registros.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada. Com a palavra a Dr^a Maria Tereza Paes. *(Pausa.)*

O Dr. Carlos Humberto, do Tribunal de Justiça. Queremos registrar que solicitamos ao Presidente do tribunal que criasse um canal ao um movimento social, uma espécie de ouvidoria que, em vários outros momentos, tivesse oportunidade de escutar diretamente de vocês os questionamentos. Tenho certeza de que o Dr. Carlos Humberto conduzirá esse pleito ao Presidente do Tribunal.

O SR. AGUINALDO FENELON DE BARROS – Sr^a Deputada Marina, Sr^a Relatora, vou objetivamente responder, talvez em 20 segundos também.

Com relação à resposta do ofício, eu me comprometo, em 72 horas, pelo menos, a fazer o encaminhamento para o Congresso Nacional.

Com relação aos juízes criminais, eles estão orientados por um provimento do Tribunal de Justiça a agir nas varas criminais nos mesmos moldes dos aten-

dimentos feitos nos juizados criminais. Tenho aqui o provimento. Se V. Ex^{as} quiserem, eu já deixo em mãos, embora não seja uma via publicada. Tem apenas a data da publicação. Mas eu também posso, na resposta ao ofício, encaminhar a via publicada desse provimento que orienta os magistrados, apenas com o registro de que esses magistrados do interior, principalmente das varas criminais, não dispõem de equipe multidisciplinar para o atendimento a essas pessoas e aos agressores eventualmente. Então essa é uma deficiência que existe. E, no interior, nós temos dificuldades até para contratar profissionais, primeiramente porque, para o Poder Judiciário, diferentemente do Poder Executivo, que pode fazer algumas contratações com avaliações curriculares, há um impedimento dessa prática, que seria muito salutar se pudéssemos fazer. Mas não temos profissionais de equipes multidisciplinares para o atendimento. Então essa é uma deficiência que temos dificuldades enormes para resolver, não por falta de recursos materiais, mas por falta de condições para encontrar profissionais que atendam no interior.

Com relação aos plantões, nós não temos plantões específicos para a área. Inclusive Dr^a Tereza participa do plantão criminal. No dia do plantão, ela atua atendendo a todos os tipos de matérias criminais que são submetidas ao juiz plantonista. E temos também o juiz do cível, mas esses casos são para o juiz criminal, que também tem conhecimento da matéria e adota as práticas necessárias. Dificilmente no plantão não se adotam medidas protetivas de emergência. Eu, inclusive, já fui plantonista em algumas ocasiões, quando chegaram demandas dessa natureza e nós ficamos até oito, nove horas da noite para resolver, até que fosse efetivamente intimada a parte agressora e cientificada das medidas tomadas contra ela, de proteção à pessoa agredida.

Com relação aos ambientes prisionais, para ser bem objetivo e terminar esse último item, o ambiente prisional feminino é degradante, desumano, principalmente por conta da falta de assistência jurídica a essas pessoas. O que salva um pouco são os plantões e as equipes montadas pela Defensoria Pública, embora o Estado de Pernambuco disponha de poucos defensores, eles são de excelente qualidade e de grande dedicação. A nossa Defensoria tem se destacado muito ultimamente, até porque participa de plantões judiciais e da própria Defensoria nos ambientes prisionais.

Esse é um registro que eu gostaria de fazer e dizer, corroborando até o que o Dr. Damázio já falou anteriormente, que essas mulheres que estão presas por falta de assistência, de acolhimento, de apoio, elas também são as grandes vítimas de crimes, de assassinatos principalmente, até porque a grande maioria

das presas são pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Na grande maioria também, são pessoas que praticaram o tráfico de drogas pela primeira vez. Se essas pessoas fossem tratadas, acolhidas e orientadas possivelmente não cometeriam o segundo crime e encontrariam uma alternativa de solução da pendência com o dono da droga que elas traficavam ou transportavam, porque, na cobrança do resultado, eles as assassinam, o que aumenta muito o índice de violência. É difícil conter essa violência contra pessoas que passaram pelo sistema prisional. Então merece uma atenção especial o ambiente prisional como um todo, porque a superlotação é muito grande, mas especialmente o das mulheres, porque elas requerem tratamento e atenção, como eu disse, especial, completamente diferente dos homens.

Por isso eu advogo, e até conversei com o secretário de ressocialização que também é um oficial muito dedicado, ele era um educador, montou uma equipe nova na secretaria de ressocialização, tem feito um trabalho muito grande, inclusive na construção de unidade prisionais novas, para desafogar os presídios, ele conta também com essa dificuldade de superlotação, porque ele não tem como produzir vagas, porque é um sistema lento, mas já está sendo feito isso pelo Estado de Pernambuco. E eu volto a insistir nesse aspecto, de que se a Secretaria da Mulher pudesse ter, sob sua gestão, as unidades prisionais femininas me parecem que seria sim de muito boa cepa se pudéssemos fazer isso, o que depende apenas de, naturalmente, um ato governamental e desde que tenha apoio da Assembléia Legislativa e de outros órgãos operativos que atuam na área de segurança do Estado.

Então, me parece que não me remanesce nenhuma pendência.

A senhora tem mais alguma coisa que possa esclarecer?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Satisfeita.

O SR. CARLOS HUMBERTO – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada Dr. Carlos Humberto.

Com a palavra a Sr^a Cristina Buarque, da Secretaria de Mulheres, que disporá de até cinco minutos.

A SR^a CRISTINA BUARQUE – Voltando, me deixei bem instigada pela pergunta da nossa Deputada, quando dizia: “O Estado brasileiro se encontra preparado para executar a Lei Maria da Penha?”

Acho que devemos começar a pensar em cima disso. E que Estados estão sendo preparados. Porque ele não está preparado para a Lei Maria da Penha, ele não está preparado para deixar de ser machista. Ele está deixando de ser machista, mas não está prepa-

rado para isso. Acho que isso é uma coisa muito lógica que a gente precisa trabalhar. Já dizia um cientista que, entre você dizer o resultado da sua pesquisa e dizer como ela fez, ajudaria muito mais ao povo dizer como ela fez do que o resultado dela.

Então, para nós, aqui em Pernambuco, a grande briga foi construir a questão da segurança das mulheres como um item de segurança pública, porque não era nada, não era nada. Então isso foi conseguido. E isso respondeu a uma pergunta que nós do Movimento de Mulheres – e isso eu posso falar porque faz 40 anos que sou do Movimento Mulheres e, há cinco anos, estou como gestora, mas passei 40 anos do Movimento de Mulheres e aí todas pessoas aqui o sabem –, uma questão que a gente não pode deixar solta no ar com relação a como a gente atua a partir da demanda. Eu tenho uma demanda, mas eu tenho que organizar a estratégia para cumprir a demanda. Então quando me perguntam: O Centro de Referência de Recife, a equipe técnica está completa, ele está funcionando? O que eu posso lhe responder?

A gente fez uma estratégia de dizer: Os centros de referências são de obrigação do Município e não do Estado. E nós encontramos em Pernambuco, em 2007, dois centros de referência o do Recife e o de Olinda e mais nenhum. Hoje temos doze centros de referência. E o que é que nós queremos para ter as informações do Recife?

Se as senhoras se lembram, nós da Secretaria da Mulher fizemos uma emenda parlamentar que foi aceita para que a gente criasse um centro de dados sobre tudo o que acontece em Pernambuco, em todas as... Então, na proteção, o centro de referência, a casa-abrigo, como é que funciona, como é que é isso? E nós estamos nisso e é de conhecimento de todo o Estado de Pernambuco, que está sendo montada essa parte de dados. Então, estive perguntando para Rejane: “Rejane como é que está a Casa Abrigo de Recife, está funcionando?” Está. O centro está funcionando? Está.” Então isso é algo de muito claro.

Outra questão é com relação a essas áreas em que o processo de desenvolvimento chegou. O Governador do Estado aprovou concurso público onde nós implantaremos doze coordenadorias das mulheres nos Municípios, começa com Suape e Goiana e, aí, já nos antecedeu o Promotor que disse: “a gente está junto para que a gente chegue em Goiana antes do desenvolvimento chegar.” Então, esse é outro ponto que é importante.

Por fim, com relação aos treinamentos e material. A Secretaria de Mulher... E, no nosso relatório, ela mostra quanto de treinamento nós fizemos de policial e quanto de material nós distribuimos, o quanto de Lei

Maria da Penha nós distribuimos. O nosso relatório não está completo, porque a Secretaria da Mulher tomou para si o quarto ponto: Relacione todos os serviços dentro do aparelho do Estado que estão funcionando, e o que é que eles fazem e como eles atendem. Isso aí está. Falta o restante do relatório e, por isso, ele foi parcial. Mas, no que cabe à Secretaria da Mulher a gente fez.

E com relação às mulheres do campo, nós temos um amplo programa e, é muito importante ser dito, e, desculpem-me se estou passando um pouco, mas é preciso que seja esclarecido. Nós temos um amplo programa no Estado que se chama Chapéu de Palha e depois o programa Convergir Mulher e esses programas trabalham com as mulheres, já atenderam a 39 mil mulheres, em cinco anos, com módulos voltados para a violência, para a questão da orientação sexual e para a questão de raça. E todo mundo sabe disso. Esse programa agora foi estendido pelo Sr. Governador para as pescadoras e, agora, para as mulheres mandiocultoras

Então, o enfrentamento da violência contra a mulher não é só um ato de desejo político; é um ato de trabalho cotidiano, por dentro do aparelho do Estado, o Estado como um todo, e também com a sociedade, que está ansiosa; é lógico que esteja ansiosa. Mas não vamos fazer isso com uma varinha de condão. Não há possibilidade disso. Está aí o Governo Lula que criou, em 2003, a Secretaria e, até hoje, não temos recursos para entregar aos Municípios para que os Municípios possam fazer o seu programa de enfrentamento à violência. Eles não têm recursos para isso.

Então, é preciso que esta CPI nos ajude, ajude os Municípios, ajude o Estado e ajude o Governo Federal a criar essa política com recursos, e não só com as nossas propostas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB/MG) – Muito obrigada. (*Palmas.*)

Nós passamos agora a palavra ao Secretário de Segurança e Defesa Social, Dr. Wilson Salses Damázio, para suas respostas. E, depois, nos informe, à Sociedade Civil quem vai responder a questão aqui apresentada.

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO – Bom, em primeiro lugar, para que fique bem claro que quando eu falei aqui sobre a motivação da violência contra a mulher, eu enumerei os crimes passionais, os crimes de proximidade e a intolerância como os principais crimes. Fiz um corte também enfocando que o problema da mulher envolvida com a criminalidade também era um dos fatores que levavam ao homicídio. Mas, em

momento algum, eu falei que era o principal, a principal motivação, para que fique bem claro isso.

Com relação ao requerimento da CPMI, no sentido de se dar prioridade ao caso Izaelma, a isso aí, desde o início deste ano, nós já demos a devida prioridade. Inclusive, chegou-se à localização do garoto que estava com o pai, e nós encarregamos o nosso Grupo de Operações Especiais, que é um grupo anti-sequestro, um dos melhores do País, que praticamente nunca perdeu uma missão, uma operação. Então, isso já está sendo feito.

Eu vou responder à CPMI nesse sentido, dizendo, se for necessário, até encaminhando um relatório do que já foi feito até agora, no sentido de capturarmos esse policial. Devo dizer que não há nenhum tipo de proteção a ele pelo fato de ser policial, mesmo porque, quinze, vinte dias atrás, nós, da Polícia Civil do Estado de Pernambuco e a Secretaria de Defesa Social, levamos a efeito uma grande operação de combate à pirataria, quando prendemos um delegado, um escrivão, um comissário e dois agentes. Quer dizer, a gente corta na própria carne. Então, não vai ser um homicida de mulher que vai ficar impune pelo fato de ser policial. Se Deus quiser, em bem pouco tempo ele deixará essa condição.

Bom, com relação ao caso do Anthenor Ferreira de Gouveia Pimentel Belleza Neto homicida de Christina Gabrielson, acho que o Ministério Público já deu a resposta. A polícia já tinha feito a sua parte. Não tenho detalhes, mas como já houve a denúncia e o caso está com o Tribunal do Júri agora, com vista para o Ministério Público é um sinal de que a Polícia fez a sua parte com relação ao esclarecimento do crime. Agora, a prisão preventiva, vou verificar se foi decretada ou não. Creio que não, mas como a gente sempre faz junto com o Dr. Inojosa, lá junto ao Comitê Gestor do Pacto pela Vida, essas prioridades a gente sempre discute e leva ao juiz da respectiva vara ou do Tribunal do Júri.

Falarei com relação ao quadro de plantões nas Delegacias da Mulher e nos locais onde não há essa especializada. Aqui em Recife, o plantão é de 24 horas. Em Jaboatão e Paulista também há plantão no final de semana, começando às 18h da sexta e se encerrando às 8h da manhã da segunda. Portanto, há um atendimento integral nessas delegacias de Paulista, Jaboatão, Prazeres e Caruaru, que são cidades-pólo desse desenvolvimento e têm esses plantões. Nos demais casos, o plantão é atendido pelo plantão da região. Mesmo porque temos de informar que para cada plantão policial, se ele tiver só um delegado, funcionando 24 horas, são necessários 4 delegados, 4 escrivães, uns 20 agentes. Então, quando a gente faz essa soma vê a dificuldade que se tem de manter muitas dele-

gacias de plantão. Inclusive, a Delegacia da Mulher. Mas, como disse, o recompletamento das polícias em Pernambuco é uma grande realidade. Foram 10.700 policiais contratados em cinco anos. Certamente, teremos um concurso para delegado até o final do ano e novos cursos para agentes e escrivães, o que vai nos proporcionar melhorar esse serviço de plantão.

Com relação ao atendimento de violência sexual se há plantão nas delegacias. Nas delegacias não, porque o nosso Cremepe recomenda que todas essas perícias sejam feitas fora das delegacias. Inclusive, na área integrada de segurança de Prazeres, a Área Integrada nº 6, construímos um grande complexo e fomos obrigados a passar um muro separando o complexo policial da seção do IML. Agora, veio o Cremepe e disse que da forma como está, como há a Delegacia da Mulher ali, a Delegacia da Criança... Já separamos por conta disso. Mandaram abrir o muro de novo, nós já o abrimos. Então, esse atendimento é feito, principalmente, nos próprios IMLs, 24 horas. As perícias em vivos são feitas, principalmente, nos IMLs de Recife, de Caruaru e de Petrolina. Em Paulista e em Prazeres são feitas só em vivos. É a perícia que mais interessa aqui ao nosso debate.

Há, no Estado, treinamento e material explicativo para os servidores no tocante ao atendimento de mulheres vítimas de violência?

A Dr^a Cristina já respondeu a essa questão, mas queria ser mais detalhista...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um minuto, Doutor.

O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO – Bom, a nossa DPMU, em 2010, realizou o curso Qualidade no Atendimento a Grupos Vulneráveis. Foram 480 policiais treinados, policiais civis, militares, bombeiros e a sociedade civil, em parceria com a Secretaria da Mulher. Também foram realizados, no ano passado, doze encontros regionais sobre violência doméstica e doze workshops sobre o tráfico de mulheres, em todo o Estado (Olinda, Carpina, Jaboatão, Garanhuns, Salgueiro, Petrolina, Afogados da Ingazeira, Surubim, Caruaru, Cabo de Santo Agostinho e Serra Talhada).

Lançamos uma cartilha sobre violência doméstica e familiar contra a mulher na comemoração, em novembro de 2010, dos 25 anos da Delegacia da Mulher em Pernambuco no auditório da livraria Cultura.

Tem outras questões aqui também, relacionadas à capacitação, que nós fizemos, demonstrando sobremaneira... Na Secretaria de Defesa Social nós temos a Acides, que é a Academia Integrada de Defesa Social que congrega todos os *campis* das polícias civil, militar, bombeiros... Então há uma academia integrada que congrega esses *campis*. E o treinamento, a

capacitação, a gente está sempre primando por isso. Inclusive nesses cursos que levam os policiais a serem promovidos a gente aplica muito essas questões relacionadas à violência de gênero, problemas com a criança e adolescente, Proerdi, esse treinamento também contra drogas.

Finalizando aqui, com relação ao registro de ocorrências de homicídio, se há espaço para motivação. Nós temos uma gerência de análise criminal e estatística. Inclusive nesta semana nós estamos abrindo aqui em Pernambuco o primeiro seminário regional, vai ser todo o Nordeste, sobre esse tipo de trabalho. É um trabalho muito avançado que a gente vem fazendo, com georreferenciamento, mapa de Kernel... Inclusive, esses formulários, que dão elementos para que se coloquem os dados no computador, eles são bem completos e têm também a motivação.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, então, ao Dr. Damázio.

Nós passamos a palavra agora para a sociedade civil. Parece-me que é a Betânia que vai responder a questão, falando que a Ana Paula Lopes esqueceu sua carteira e dizendo que a página do Senado abriu um espaço onde todas as queixas poderão ser enviadas, as denúncias, as propostas e sugestões que, ao final, nós podemos ter a oportunidade de ver.

Betânia, até cinco minutos.

A SR^a BETÂNIA SERRANO – A senhora se incomodaria só de repetir a pergunta, porque a gente...

A SR^a MARINA SANT'ANNA (PT – RS) – Desculpe-me, é porque como eu errei o nome houve um tumulto ali, mesmo. Pode não é?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dez segundos.

A SR^a MARINA SANT'ANNA (PT – RS) – A pergunta é bem simples e não sei se há resposta formulada nesse sentido.

A rede proposta ou indicada pela Lei Maria da Penha é uma rede muito ampla e a pergunta que eu faria é assim: do modo como vai se desenvolvendo a montagem da rede no Brasil, porque isso de fato demora um tempo, como é que ela está atingindo e se, de fato, tem produzido resultado, como acontece às vezes em determinados lugares nas cidades, para as áreas de abrigamento e nas várias áreas, para quilombolas e mulheres do campo, porque foi muito citado na reunião de cedo e agora também, quilombolas, mulheres do campo, mulheres da floresta, indígenas?

Como é que está sendo esse atendimento, assim, como está sendo essa experiência?

A SR^a BETÂNIA SERRANO – Então, a gente tinha entendido outra pergunta, mas assim, é um pouco mais simples a resposta.

Na verdade quando a gente coloca que a assistência, por enquanto, a mulheres vítimas de violência ela está mais centrada aqui na região... E em Recife, quando você fala que só tem juizado em Recife, as delegacias... Há algumas delegacias no interior, mas delegacia não é o suficiente... E outra coisa, quando a gente fala do nosso Estado, existem regiões em que nem telefones as mulheres têm para fazer uma denúncia.

Então, assim, a gente houve muito das mulheres, “a gente não tem nem como ligar para o 180, porque não tem nenhum telefone”, porque orelhão parece que ficou coisa do passado. Parte-se do princípio que todo mundo tem celular, só que essa não é a realidade das ribeirinhas, isso não é a realidade de todas as trabalhadoras rurais, nem das quilombolas.

Quando a gente fala que a gente precisa que todas as Secretarias do Estado se integrem e funcionem, porque, por exemplo, a saúde para a gente não seria só o lugar de atendimento à vítima, e sim o lugar também de identificar e de ajudar a denunciar, porque às vezes a mulher sofre violência, está sofrendo violência há tempo, e se o profissional fosse preparado ele iria identificar que ela está sendo vítima de violência e iria incentivar a denúncia ou ele mesmo poderia fazer a denúncia. Só que não é isso que acontece. Na assistência social também poderia fazer a mesma coisa.

A Educação. Nas escolas e nas universidades, deveria ter gente preparada para identificar uma mulher que está sendo vítima de violência. Há sinais; só que isso não existe. Essa rede, para a gente, também é muito importante. Lógico que a gente hoje está brigando para que a Lei Maria da Penha funcione com todos os seus aparatos, mas a gente quer, na verdade, que seja uma política de Estado de enfrentamento, porque se é uma política de Estado, a educação, a assistência social, a saúde vão estar envolvidas de outro jeito. Não vai estar só atendendo a vítima; vai identificar, vai ajudar a mudar essa cultura de violência, e aí a sociedade em si vai começar a perceber que violência doméstica não é só quando a mulher morre ou é espancada. Há outros tipos de violência que as mulheres vão sofrendo.

Dados do Ministério da Saúde mostram que nós, mulheres, somos as pessoas, os brasileiros que mais tomamos antidepressivos. E a grande maioria dessas pessoas que tomam antidepressivos são mulheres que sofrem violência. E quanto a isso nada é feito, continuam só dando antidepressivo e nada é feito para melhorar e tirar essa mulher dessa situação. É disso que a gente fala. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Betânia.

Antes, a nossa Procuradora, a Deputada Elcione Barbalho, se retirou para ir se dirigir ao Presidente da Assembléia onde entregou um requerimento para a criação da Procuradoria da Mulher aqui também na Assembléia Legislativa.

Antes da Deputada Elcione, a última a usar a palavra, a Senadora gostaria de um esclarecimento. Durante o dia no debate, na discussão que houve em torno dos organismos existentes, colocou-se uma diferença de opinião.

Nós queríamos, então, passar a palavra, excepcionalmente, à Secretária de Recife, Rejane, para que ela possa opinar acerca das responsabilizações do Centro de Referência, já que esta é uma discussão que está em construção, que foi expressa uma opinião aqui e que ela teria oportunidade, até cinco minutos, de expressar a sua opinião.

A SRª REJANE MEIRA – Boa-tarde a todas e a todos, boa-tarde à Mesa. Agradeço a oportunidade no que se refere a Recife. Foram questões relacionadas ao Centro de Referência Clarice Lispector. Ele não está com a equipe completa; estão faltando duas assistentes sociais. Nós temos uma lei municipal que cabe ao Município referendar os serviços com servidoras. Nós temos duas secretarias com servidoras assistentes sociais, a assistência social e a saúde. Nenhuma dessas secretarias diz que podem liberar servidoras.

Nós convocamos uma lei municipal, no dia 18 de outubro do ano passado, oferecendo uma gratificação para servidoras, R\$804,00 e R\$214,00 para quem é administrativo. Até hoje, nós estamos procurando essas profissionais. Já apareceu quem era da assistência, mas a Secretaria da Assistência alega que não pode liberar servidoras, como a Secretaria de Saúde também alega que não pode liberar.

Nós tentamos o diálogo com o jurídico da prefeitura, o Dr. Jarlon, que é o Procurador do Município para que, no próximo concurso da prefeitura, ele tenha reservado aí uma parte para a Secretaria da Mulher. Então esse diálogo está sendo feito. A saúde está com o concurso aberto, mas a assistência social já disse que não tinha como subir servidoras para o serviço. Então a gente está esperando a saúde. Em relação aos dados, na audiência com o prefeito, nós entregamos formalmente os dados ao Senador Humberto Costa e entregamos à Senadora Ana Rita um *kit* como nós entregamos também à deputada estadual um *kit* do que nós estamos fazendo com os serviços. Todos os dados estão abertos para a sociedade, para o conselho, para quem quiser. Eu estou com um papel aqui na mão, o mesmo que eu entreguei, o *kit*, que nós entregamos à senadora também está na Mesa, de Tereza Leitão por

ser Deputada Estadual, e em relação aos serviços é isso que a gente coloca.

Norma técnica. Saiu no decreto oficial do Município, no mês passado, no início de março, um decreto chamando a atenção para a criação da norma técnica do Município e quem participa do fórum de mulheres é Sílvia Dantas. Então, Recife está discutindo norma técnica, saiu no Diário Oficial, é um decreto interno do Município que chama a atenção para a criação da norma técnica em função de uma rede de apoio ao serviço das mulheres, que hoje é constituída por dez secretarias, sendo que duas das pessoas que estão atuando são de movimentos de mulheres. Uma é a Rosângela e a outra é a Irany Brito. A reunião acontece toda primeira terça-feira de cada mês. Quem representa essa Comissão Técnica é a Sílvia Dantas. Obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Rejane.

Queria passar a palavra à Deputada Elcione, nossa Procuradora. E, desde já agradecer, sensibilizada, a atenção de todas as autoridades que vieram aqui, que se dispuseram a passar toda a tarde, a contribuir na construção de um salto novo nas políticas públicas para a mulher. Sem dúvida nenhuma, saímos daqui fortalecidos pela participação da sociedade e, sobretudo, pela disposição dos senhores e das senhoras que vieram aqui.

Com a palavra a Deputada Elcione Barbalho.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Muito obrigada, Presidente, Deputada Jô Moraes, relatora, Senadora Ana Rita, Deputados aqui presentes. Antes de mais nada, gostaria de agradecer o fato de, dado o avançado da hora, mais de seis horas da tarde, as pessoas permanecerem aqui para participar, para colaborar com o nosso intuito.

A Procuradoria é um órgão novo dentro da Câmara Federal. Embora tenha sido criada em 2009, somente agora ganhou corpo, avançou nas suas propostas. Nada mais é do que um instrumento de defesa, mais um instrumento de defesa das mulheres brasileiras, que faz parte hoje da estrutura da Câmara Federal. Quero dizer a vocês que também podemos utilizar o nosso *site*, temos aqui o www.procuradoria.mulher@camara.gov.br, onde vocês poderão nos acessar e denunciar, encaminhar sugestões, enfim, trabalhar junto conosco.

Ficaram no ar umas três perguntas. Primeiro, falou-se muito na Maria da Penha e esqueceram um pouco que o agressor também faz parte dessa estrutura. Queria saber se existe algum projeto, alguma coisa no sentido da recuperação do trabalho contra o agressor. Não?

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – As respostas serão encaminhadas por escrito, já que a gente encerrou a pauta.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Como eu tive de me ausentar, a Deputada Mari, que é autora de um projeto de resolução que cria a Procuradoria da Mulher dentro da Assembléia Legislativa, estamos indo para todos os Estados, este é o quinto Estado para o qual viemos participar, junto com a CPMI, da qual também faço parte. Construímos, junto com a Secretaria Nacional do Direito da Mulher e de Políticas para as Mulheres...

Fiz questão de vir participar porque a finalidade maior é que a gente possa melhorar tudo que foi colocado aqui. A nossa preocupação é uma só. Outra preocupação que me deixa muito a pensar é a questão da bebida e da droga. Acho que nos levantamentos feitos, Dr. Damázio, o senhor pode notar que a reincidência maior é de sábado para domingo.

Outra coisa é discutir o óbvio. Lamento profundamente que o Brasil não esteja preparado ainda para a Lei Maria da Penha. Tem dinheiro para tudo, menos para atender a essa demanda. É incrível! Aonde você vai, estivemos com o Presidente do Tribunal, estamos agora aqui ouvindo todos vocês sobre a dificuldade financeira. É como se não fizéssemos de uma sociedade composta de homens e mulheres e fôssemos verdadeiros ETs na Terra. Isso me preocupa muito, sabe?

Por exemplo, fui à Assembléia Legislativa porque por lá passa também o orçamento. A gente tem de pensar nisso com antecedência, porque senão vamos ficar discutindo, reunindo CPIs e outras coisas mais e nunca vamos chegar a um final melhor. Então, a gente pensa que não, mas são coisas preocupantes, são coisas que, somando, no final não vão dar em nada.

Quero lhe parabenizar porque falou uma coisa mais do que justa, que nos carros velhos até gasolina falta, fica tudo encostado. O incentivo ao funcionalismo público. Não existe uma valorização, não existe uma motivação. Acho que aquilo começa a ficar banalizado. E é essa a minha preocupação. Eu, como Procuradora, lhe digo com sinceridade, sinto a maior dificuldade dentro da Câmara. Por incrível que pareça, não tenho funcionário, não tenho estrutura, não tenho retaguarda para que a Procuradoria funcione.

A Procuradoria funciona com o meu pessoal, dentro do meu gabinete para poder fazer esse imenso trabalho de contato com as embaixadas porque há a questão do tráfico de mulheres, temos o problema de recursos porque estamos conseguindo, com o Banco Mundial, recentemente, o próprio Deputado Marco

Maia assino um convenio de US\$305 mil, doados pelo Banco Mundial. Estamos com um projeto de equidade dentro da Câmara. Enfim, trabalhando em todos os pontos para poder ganhar tempo e fazer acontecer. Nós já esperamos muito.

Eu pediria aos senhores aqui que ocupam esses órgãos de grande responsabilidade, agradecer ao Governador que foi extremamente gentil conosco, ele foi preciso, ele foi em cima da ferida, conversando e colocando aquilo que é o nosso dia a dia, é a nossa realidade brasileira.

Então, quero parabenizar a todos vocês, agradecer esse momento por ter essa oportunidade. Infelizmente, a Procuradoria aproveitou esse espaço porque já tínhamos acertado com a Deputada Luciana que nós viríamos só depós, mas somou a CPMI que achei excelente. Lamento não ter participado mais ativamente porque o tempo não deu, mas o importante, acima de tudo, é que estamos levando muitas informações para subsidiar aquilo que a gente se propôs a criar que foi esta CPMI com dados importantíssimos e estamos levando desse grande Estado.

Meus parabéns e muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada.

Quero registrar com alegria e devemos tirar da invisibilidade a Delegada de Recife, Drª Gerluce Monteiro, que esteve o tempo inteiro entre nós. Ela é Delegada da Delegacia Especializada e a Delegada Marluce Ferreira dos Santos, também Delegada da Polícia Civil que partilhou conosco.

Queria cumprimentar os Movimentos de Mulheres aqui, através do Fórum de Mulheres que deu uma excelente contribuição, um relatório em pouco tempo, com precisão. Depois, vamos compartilhar o relatório do Movimento de Mulheres com as demais autoridades porque interessa a cada um de vocês, as autoridades que estão aqui, porque são informações muito importantes que terão continuidade.

Quero mais uma vez agradecer a atenção de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-as para a próxima reunião, a realizar-se no dia 19, às 09 horas da manhã, com a presença da representação do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça, do Ministério da Educação, que será em Brasília, na sala 12, do Senado Federal.

Boa noite e, mais uma vez, obrigada. *(Palmas.)*

– Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 15 minutos)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIAS DE OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2011-CN.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 19 de abril de 2012, às nove horas e quarenta e sete minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**; das Senhoras Deputadas: **Professora Dorinha Seabra Rezende (PR/CE)**; **Keiko Ota (PSB/SP)**; **Sueli Vidigal (PDT/ES)**; **Carmem Zanotto (PPS/SC)**; **Dalva Figueiredo (PT/AP)**; **Luci Choinacki (PT/SC)**; **Bruna Furlan (PSBD/SP)**; **Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)** e **Rosane Ferreira (PV/PR)**; dos Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**; **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Esteve presente, ainda, a Senhora Deputada Federal não-membro da Comissão: **Iracema Portella (PP/PI)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**; **Lídice da Mata (PSB/BA)**; **Ângela Portela (PT/RR)**; **Vanessa Grazzition (PCdoB/AM)**; **Lúcia Vânia (PSDB/GO)** e **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**; **Teresa Surita (PMDB/RR)**; **Rebecca Garcia (PP/AM)** e **Célia Rocha (PTB/AL)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com os seguintes convidados: Helvécio Miranda Magalhães Junior, Representante do Ministério da Saúde; Fábio Meirelles Hardman de Castro, Representante do Ministério da Educação; Cristina Villanova, Representante do Ministério da Justiça.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Bom dia a todos e a todas. A Casa hoje tem uma intensa agenda. Teremos a escuta da representação dos Ministérios, mas também estarão presentes nesta Casa os governadores, que discutem os desafios do equilíbrio tributário e financeiro, e nossos Parlamentares terão de estar presentes. Também será instalada, neste dia, a CPI do Cachoeira. Também teremos companheiras que integram a CPI.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso

Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei, para proteger as mulheres em situação de violência.

Teremos, nesta reunião, a oportunidade de a Relatora fazer uma breve apreciação da primeira audiência pública realizada no Estado de Pernambuco.

Chamamos para usar da palavra, como representante do Ministério da Justiça, a Dr^a Cristina Villanova. Pedimos, desde já, que tomem assento à Mesa. Os demais representantes do Ministério serão chamados sucessivamente. Registro que o representante do Ministério da Justiça, por uma alteração de agenda da própria Comissão, teve que se atrasar um pouco, embora tenha informado que tem o maior interesse em fazer seu depoimento.

Antes de dar a palavra à Dr^a Cristina Villanova, vamos passar a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Bom dia, Presidenta, Deputada Jô Moraes, bom dia a todas as Deputadas aqui presentes, quero iniciar agradecendo a presença da Dr^a Cristina Villanova, representante do Ministério da Justiça, que atendeu ao nosso convite para que possamos, aqui, fazer o diálogo no sentido de conhecer melhor as políticas públicas implementadas no âmbito do Ministério da Justiça que atendem às mulheres vítimas de violência.

Gostaria, Dr^a Cristina, inicialmente, de levantar algumas preocupações que são recorrentes nas nossas reuniões, nas nossas audiências, que considero importantes serem apreciadas e debatidas por V. S^a. Algumas dessas questões, é claro, são preocupações iniciais. Com certeza, o Ministério da Justiça poderá falar de uma forma muito mais ampla, mas são preocupações iniciais que levantamos aqui.

Uma das questões, Dr^a Cristina, é em relação às mulheres em situação de prisão. Este é um assunto que já foi levantado em uma das nossas reuniões, em uma das nossas audiências públicas. Portanto, gostaria muito de saber, enquanto Relatora, quais são as políticas específicas para as mulheres no campo da saúde sexual e reprodutiva, considerando que as mulheres que estão em situação de presídio também apresentam, com certeza, problemas sérios de saúde. Gostaríamos de saber qual é a avaliação do Ministério da Justiça.

Também com relação à educação das mulheres, como isso tem se dado, qual é a avaliação, quais são as políticas que o Ministério da Justiça identifica

que estão acontecendo nos Estados ou, se não estão acontecendo, por que razão não estão acontecendo.

A superlotação, as celas separadas para mulheres. Temos informações, inclusive os meios de comunicação já noticiaram em determinados momentos, de que em alguns lugares mulheres estão presas juntamente com homens. É uma situação que nós não podemos permitir. Gostaríamos muito que o Ministério da Justiça também se pronunciasse com relação a isso.

No que se refere ao cumprimento da Lei Maria da Penha, nós gostaríamos muito de saber quais são os recursos destinados pelo Ministério da Justiça para o cumprimento da Lei da Maria da Penha e quais são as medidas para contribuir na resolução dos crimes de estupro. Nós sabemos que estes crimes também são recorrentes, tem acontecido de forma muito frequente nas cidades brasileiras. Quais são as medidas que têm sido adotadas ou que poderão ser adotadas, mas, em particular, quais são as medidas que estão sendo adotadas nestes casos?

É apenas uma provocação, Dr^a Cristina – com certeza, o Ministério da Justiça vai abordar essa temática de forma muito mais ampla –, mas essas preocupações que eu levanto nesse momento são em função de que tem sido recorrente o levantamento desses pontos nas reuniões que temos realizado. Só para iniciar, levanto essas questões para o Ministério da Justiça. Posteriormente, assim que nós formos ouvir o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, farei também os próximos questionamentos.

Era isso, Sr^a Presidenta.

Obrigada à Dr^a Cristina por estar aqui conosco atendendo o nosso convite.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada Senadora.

Eu queria avisar à Dr^a Cristina que ela disporá de até 15 minutos, lembrando que, como o tempo é curto, aguardaremos o envio de um relatório por escrito, que será anexado aos Anais da Comissão, dada a exiguidade de tempo e, evidentemente, a impossibilidade de expor na sua plenitude toda ação. Por isso, nós vamos ter a exposição dos aspectos centrais da política do Ministério da Justiça.

Com a palavra a Dr^a Cristina.

A SR^a CRISTINA VILLA NOVA – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite ao Ministério da Justiça para a gente poder um pouco apresentar as ações que a gente desenvolve no âmbito do enfrentamento da violência contra a mulher. Queria agradecer à Deputada Jô e à Senadora Ana Rita pelo convite ao Ministério.

Primeiro eu queria só informar que trabalho na Secretaria Nacional de Segurança Pública há nove

anos e que trabalhei muitos anos na Coordenação das Ações de Prevenção à Violência e Criminalidade. Hoje sou Diretora do Departamento de Políticas, Programas e Projetos.

O Ministério, de forma geral, tem vários departamentos e secretarias que atuam com projetos específicos, de acordo com a competência de cada uma das áreas no enfrentamento à violência contra a mulher. No caso específico da Secretaria Nacional de Segurança Pública, temos ações principalmente voltadas à formação dos profissionais de Segurança Pública na área do atendimento às mulheres em situação de violência. Policiais civis e militares, guardas municipais e bombeiros muitas vezes são chamados para o atendimento de mulheres em situação de violência. Então, elaboramos em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres um curso específico que fica disponível em nossa rede de ensino a distância.

Não sei se vocês conhecem, mas a Secretaria Nacional tem uma rede própria de ensino a distância, com uma plataforma própria também do MJ. Oferecemos três ciclos anuais com aproximadamente duzentas mil vagas, e o curso para atendimento à mulher em situação de violência é um deles. Além disso, a gente apoia também cursos presenciais. Na nossa matriz curricular para formação dos profissionais de Segurança Pública constam os recortes de gêneros, assim como o sistema de direitos humanos e enfrentamento à discriminação racial, entre outros.

Também trabalhamos durante vários anos com o fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento à mulher. Temos uma pesquisa sobre o perfil dessas delegacias para se conhecer quem são os profissionais que nelas trabalham, qual é a formação que os Estados disponibilizaram para os profissionais que atuam nelas, quais são os equipamentos que são necessários para prestar um atendimento de qualidade às mulheres em situação de violência. Houve a criação de unidades especializadas nas delegacias que não são especializadas para atendimento a mulheres em situação de violência.

A Senasp, desde 2003, possui um acordo de cooperação com a Secretaria de Políticas para as Mulheres para que a gente possa trabalhar, a partir da expertise que esta Secretaria possui e da nossa, na área de Segurança Pública para questões de gênero.

Ainda no âmbito da Senasp, nós trabalhamos um projeto denominado Mulheres da Paz, que tem por objetivo capacitar mulheres, lideranças comunitárias, para identificar, nas comunidades, outras situações de violência doméstica e de gênero e, a partir daí, trabalhar a sensibilização, a orientação a essas mulheres

de quais são os serviços que elas podem procurar para a sua proteção.

Agora, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, está ocorrendo uma reunião com a presença do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria de Política para as Mulheres, da Senasp, e também da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para analisar as ações que estão sendo desenvolvidas, avaliar os convênios que já foram celebrados e o resultado deles, assim como qualificar o trabalho que a gente vem desenvolvendo com essas mulheres.

No Ministério da Justiça, a Secretaria de Reforma do Judiciário trabalha especificamente na criação de núcleos especializados nas Defensorias Públicas e no Ministério Público para o tema da questão da violência contra a mulher e na criação também de varas especializadas. Eles realizam vários cursos de capacitação com os Defensores Públicos e apoiam financeiramente, inclusive, a criação desses núcleos.

No âmbito do Depen, obviamente, acho que a maior preocupação que a Senadora Ana Rita passou é a questão das mulheres em situação de prisão, mas a gente também tenta trabalhar os temas voltados à educação, à reintegração social e aos direitos reprodutivos. Não trouxemos aqui um documento detalhado acerca das ações dos investimentos que a Senasp trabalha, mas, desde o ano passado, o Depen está trabalhando especificamente para reduzir o déficit carcerário e, com isso, obviamente, proteger as pessoas em situação de prisão, de acordo com as suas peculiaridades. Essa tem sido a meta principal do Depen. É claro que a gente sempre depende dos projetos. Às vezes o recurso existe, mas é necessário que os Estados encaminhem seus projetos. Às vezes as comunidades rejeitam o local adequado para essas construções. Então, tem que se aprovar, no plano diretor do município, a existência de um local adequado, com possibilidade inclusive para as próprias famílias das pessoas em situação de prisão fazerem o atendimento e o acompanhamento do seu familiar.

Com relação à questão do enfrentamento aos crimes de gênero, especificamente, tanto estupro quanto homicídios, o Ministério da Justiça, de forma mais interdisciplinar, não só na Senasp, mas também junto à SRJ, vem trabalhando, junto com a Casa Civil da Presidência, um programa específico para o enfrentamento à criminalidade violenta. Um dos aspectos principais é fortalecer a investigação policial e conseguir aparelhar e capacitar os peritos e os institutos médicos legais para produzir uma prova mais qualificada para a identificação da autoria. O objetivo é conseguir um resultado mais positivo na responsabilização dos autores de

violência, em especial contra a mulher. Esse sempre foi um dos focos do Ministério da Justiça. O Ministro tem um comprometimento especial, e já teve mais de uma vez em audiência com a Secretária de Políticas para as Mulheres, e reafirma, na orientação que nós temos para trabalhar na Secretaria, que o tema voltado para o enfrentamento à violência doméstica e de gênero, é imprescindível dentro das nossas ações no Ministério da Justiça. Então, a qualificação da investigação e a produção de uma prova mais qualificada vão ser duas das nossas metas principais a partir desse ano de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Ok!

Nós vamos abrir para as Parlamentares. Pela lista de inscritos que deverá chegar até mim, a primeira, eu vi, é a Deputada Iracema Portella, lembrando que está a caminho o representante do Ministério da Educação e o Dr. Helvécio, do Ministério da Saúde, que tinha uma audiência e estaria aqui às 10h.

Com a palavra a Deputada Iracema Portella.

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Eu gostaria de cumprimentar a nossa Presidente Jô Moraes, a Deputada Keiko Ota, Vice-Presidente, a Relatora Senadora Ana Rita e a nossa convidada Cristina Villa Nova, pelos esclarecimentos dado nesta audiência pública.

Presidente, eu gostaria de propor a essa CPMI a realização de uma audiência pública em Teresina, no Piauí. Eu tenho acompanhado atentamente o trabalho desta Comissão, que é de extrema importância para o enfrentamento da violência praticada contra as mulheres brasileiras, e sei que a CPMI está promovendo audiências públicas em diversos Estados da federação. Gostaria de fazer um apelo para que também seja realizado esse encontro no Estado do Piauí. As mulheres piauienses já estão mobilizadas em torno dessa questão e nos pediram que a CPMI fosse a Teresina para fortalecer esse debate, ajudando, assim, os movimentos sociais e os órgãos governamentais a buscar soluções para aprimorar a implementação da Lei Maria da Penha e melhorar as políticas públicas de proteção aos direitos femininos.

Como acontece em outros lugares do Brasil, no nosso Estado, infelizmente, todos os dias ocorrem agressões contras as mulheres, e muitas vezes agressões fatais. Então, precisamos, portanto, reforçar essas ações voltadas para as mulheres.

Gostaria de me deixar à inteira disposição desta Comissão para ajudar na organização dessa audiência pública no meu Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Deputada...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Pois não, Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ainda sobre o assunto audiências públicas, quero só lembrar que vamos ter na sexta-feira que vem uma audiência em Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa. Nossa Presidente Jô Moraes estará presente, evidentemente, na nossa terra. Seria importante que todos os presentes, incluindo o Deputado Rosinha, pudessem estar em Belo Horizonte, na sexta-feira, pela manhã.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha. Em seguida, a Deputada Gorete e a Deputada Rosane.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Por gentileza.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – É que alguém está boicotando. Não sou eu, porque estou apertando o botão aqui. A luz acende e depois apaga.

Na sua exposição, Cristina, você disse a respeito do Programa Mulheres da Paz, que atua nas comunidades no sentido da construção da paz, sem a violência, e pelo fim da violência contra a mulher. Quem executa esse tipo de programa nos Estados? É uma execução direta pelo Estado, com recursos federais, ou há um repasse para ONGs – organizações não governamentais? Qual é o resultado obtido, se tiver como comparar, entre um e outro?

A segunda questão é qual a capacidade do Ministério da Justiça na obtenção de dados sobre o número da violência. Eu acho que isso é muito importante. O nosso Ministério tem ou não a capacidade de, nacionalmente, ter esse acompanhamento. Especificamente na questão da mulher presa, da que está no cárcere, qual é a principal causa da prisão? Outro dia, um estudante de Direito me procurou, sabendo que eu estava na CPMI, para dizer que hoje, em Curitiba, já condenadas, mas nas cadeias também, a principal razão de prisão das mulheres é o tráfico de drogas. Quero saber qual é o dado, qual é o número disso. E qual é o número – se há como medir, não sei se o Ministério tem como medir esse número – de mulheres que estão presas hoje em cadeias. E depois qual é o número de mulheres em penitenciárias, cumprindo pena, porque aí já estão numa situação diferenciada. Números absolutos em relação à população feminina e percentual em relação à população masculina.

A última pergunta: quando vocês dizem que trabalham com a reinserção, eu sei que o Ministério da Justiça tem o programa de reinserção, mas não é ele que

executa. Quais são esses tipos de programa e também quem executa e qual é o resultado obtido nisso. Como aqui, mais especificamente, o tema é sobre mulheres que estão presas, e eu sei que para uma mulher presa a própria razão da prisão ou o próprio relacionamento dentro da prisão pode ser uma relação de machismo, uma vez que a instituição é machista, porque a maioria de seus diretores são homens, então eu quero ouvir a opinião da nossa convidada Cristina sobre os temas.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputado Dr. Rosinha.

Com a palavra a Deputada Gorete.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Eu queria também cumprimentar a nossa Presidenta, Jô; a Ana Rita, Relatora; o nosso Vice-Presidente e todas as mulheres e homens parlamentares aqui presentes, bem como a nossa convidada.

Eu quero perguntar à Cristina se existe algum programa de planejamento dentro do Ministério da Justiça que possa dizer o período que essas mulheres estão ficando presas, muitas vezes sem receberem um advogado direto da Defensoria Pública. Elas ficam um período de tempo muito grande lá, fazendo uma falta enorme aos outros filhos, em casa.

Pergunto se não haveria um programa de privégio até de julgamentos, para que elas pudessem, com mais rapidez, ser julgadas. Ou, se vão continuar presas, que aquelas que apresentaram delitos mais amenos possam ser liberadas mais rapidamente, por causa dos filhos, que estão em casa e que muitas vezes ficam totalmente sem pai e sem mãe.

A segunda pergunta é para realmente saber quais são os cursos que elas poderiam fazer. Lá no Ceará... Sem até antes falar que o Ministério da Justiça precisava ter um relatório para saber da divisão das celas. Eu acho que isso a gente já tem trabalhado e já trabalhou, independentemente, nos Estados, de CPMI, para que elas tivessem a cela delas. Muitas vezes não tinham banheiro. Muitas vezes havia creche dentro da cadeia, para ser feito esse trabalho. E essas inserções muitas vezes passavam pelos cursos de formação, alfabetização, depois o curso de informática, coisas que realmente pudessem dar uma visão diferenciada. Porque estavam levando cursos de costura, de culinária, esse tipo de coisa que já é muito peculiar da mulher e da sua aptidão normal. Então, essas duas coisas fariam com que elas pudessem se inserir mais no mercado de trabalho fora, não esses cursos corriqueiros que querem sempre deixar impregnado que seriam os cursos fundamentais para a mulher.

Eu gostaria de saber disso e do tempo. Esse tempo de duração é importante. E a rapidez que a gente poderia dar aos processos das mulheres que

estão presas, para que a gente pudesse resolver com mais facilidade.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Deputada Gorete.

Com a palavra a Deputada Rosane.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Na verdade, eu me inscrevi na fala da Deputada Iracema para dizer que, a pedido da Deputada, já nas primeiras reuniões desta Comissão, Senadora Ana Rita, eu protocolei um ofício solicitando audiência pública no Piauí, o que foi aprovado por esta Comissão. Quero, então, colaborar com seu depoimento e dizer que teremos muita honra de estar no seu Estado, discutindo. Precisamos fazer política para todas as mulheres, para todas as mulheres brasileiras.

Vou declinar o resto da minha palavra, pois fui parcialmente contemplada pelos questionamentos do Deputado Rosinha, que me antecedeu, e quero ouvi-la até as 10 horas e 30 minutos.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Deputada Gorete.

A SR^a GORETE PEREIRA (PR – CE) – Como o

meu requerimento para o Ceará tinha sido aprovado também, e eu estava querendo uma convidada, poderíamos fazer uma pré-marcação para o dia 2 de agosto, uma quinta-feira. Eu gostaria que fosse mantida essa data, porque a Assembleia Legislativa do Estado já está também com essa previsão.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar a Deputada Jô Moraes, a Relatora, Senadora Ana Rita, a Keiko e a representante do Ministério.

Na verdade, eu queria colocar um incômodo e uma pergunta em relação à questão do atendimento em relação à mulher.

No caso das mulheres, como Secretária de Educação, tínhamos um projeto de educação no sistema prisional. Normalmente, o atendimento à mulher era extremamente periférico. A estrutura de atendimento, seja temporária ou não, nas cadeias provisórias, não tinha um sistema próprio. A questão da educação para nós é estratégica para a mulher por várias situações, inclusive por ser uma forma de garantir realmente uma reinserção, a possibilidade de ressocialização, mas sabemos que a estrutura é precária, que não oferece condição de segurança para a escola acontecer. A formação da mulher faz uma diferença também na sua família, na possibilidade de formação de seus filhos.

Então, eu queria saber se tem uma ação mais concreta com o Ministério da Educação para esse atendimento. É possível levar a experiência da educação básica, inclusive da educação superior, dentro da estrutura, mas, se a gente não tiver um olhar diferenciado, isso não se concretiza pela falta de estrutura.

Também em relação ao atendimento, as delegacias, as estruturas, no meu Estado, por exemplo, que é Tocantins, fecham às sextas-feiras, às 18h. Os processos relativos à mulher ficam na fila, esperando o atendimento. Queria saber se existe alguma ação nessa tentativa de fortalecimento para garantir maior agilidade.

Na pergunta em relação à área da educação, refiro-me não só à educação básica. Recentemente, o Governo aprovou o Pronatec, que é um programa de formação profissional, e, se houvesse uma ação direcionada, acho que a gente poderia garantir oportunidade real de ressocialização e de reeducação.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada.

Daqui a pouco nós passaremos a palavra para o próximo.

Dr^a Cristina, temos um desafio muito grande nessa área: precisamos de algum órgão, alguma instituição que centralize as informações, os números, os dados dos crimes de gênero. Temos fragmentado, em cada órgão, em cada instituição, em cada âmbito governamental, números e números absolutamente insuficientes. Na reunião preparatória, em Minas, uma das delegadas disse ter receio de que, ao final da CPMI, nós encontremos números menores do que os que efetivamente divulgados. É possível o Ministério da Justiça, e em que nível e em que grau, centralizar informações sobre os crimes de gênero?

Outra pergunta seria a respeito do Mulheres da Paz, mas fui contemplada com o Deputado Dr. Rosinha.

Na sua exposição, a senhora falou que o Ministério da Justiça investe bastante nos órgãos básicos de investigação, nos Institutos Médicos Legais, nos órgãos que possam estabelecer o que poderia se chamar de porta de entrada para agilizar os processos de definição dos responsáveis pelos crimes. É esse o foco de atuação do Ministério da Justiça nos crimes de gênero?

E a quarta: quais são os principais programas, V. Ex^a falou rapidamente, que o Ministério da Justiça dá prioridade em relação aos crimes de gênero?

Com a palavra para as suas respostas. *(Pausa.)*

Apenas um instante. A Senadora gostaria de retomar a palavra para depois passar.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Só dando um encaminhamento à solicitação da Deputada Rosane e da

Deputada Iracema, o nosso plano de trabalho previu que fizéssemos um cronograma dos Estados a serem visitados, com a realização de audiências públicas, considerando o mapa da violência do Instituto Sangari. Estamos priorizando, neste primeiro momento, os dez Estados que apresentam maior índice de violência contra as mulheres e os Estados com uma população mais expressiva. Diante disso, em relação ao Estado do Piauí, poderemos contemplá-lo, sim, o requerimento já foi aprovado, mas não será prioridade neste primeiro momento. Só para tranquilizar a Deputada Iracema e a Deputada Rosane, será contemplado, sim, mas a prioridade é dos Estados que apresentam os maiores índices de violência. O Estado do Piauí é o 27º, portanto, o último em número de violência contra as mulheres, de acordo com o mapa da violência.

Quero, aqui, aproveitar para informar quais são as audiências públicas já confirmadas e as que estamos agendando. As que estão confirmadas são Pernambuco, que já realizamos no dia 16; Minas Gerais, dia 27 de abril; Santa Catarina, dia 4 de maio; Rio Grande do Sul, dia 7 de maio; Espírito Santo, dia 11 de maio; e o Estado do Amazonas, dia 25 de maio. Em relação aos Estados de São Paulo, Alagoas, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná, estamos construindo essa agenda em comum acordo com as parlamentares e também de acordo com a realidade local.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada.

Com a palavra, a Dr^a Cristina.

Só complementando, os critérios do Mulheres da Paz: o que leva à existência desse processo e o seu monitoramento.

V. Ex^a disporá de até cinco minutos.

A SR^a CRISTINA VILLA NOVA – Primeiro, o Ministério da Justiça não executa diretamente nenhuma dessas ações. Não somos um órgão direto executor. Trabalhamos sempre com repasse de recursos, preferencialmente para as unidades da Federação ou para os executivos, tanto os estaduais quanto os municipais, e, em alguns casos, para consórcios públicos que são formados por municípios que, às vezes, compõem o Estado, mas, normalmente, apenas por municípios. No Paraná, eu mesma sei que temos um consórcio na região de Londrina, formado, se não me engano, por três ou quatro municípios. Então, quem executa os projetos do Mulheres da Paz são as prefeituras municipais, prioritariamente, porque pensamos que elas tenham maior condição de identificar e de fazer a inter-relação que é necessária no projeto, junto com as Secretarias de Assistência Social, de Saúde, de Educação, porque

os cursos são multi e interdisciplinares para essas mulheres desenvolverem o seu trabalho.

Eu estava comentando aqui com a Deputada Vice-Presidente da Comissão que elas também têm o papel de identificar, junto às suas comunidades, jovens que estejam em situação de vulnerabilidade e outras situações de violência doméstica e de gênero, para poder encaminhá-los para um outro projeto que é desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Protejo, que é o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável. O objetivo é podermos estabelecer, nessas comunidades que estão em situação de maior vulnerabilidade à violência e à criminalidade, ações que possam prevenir e reduzir crimes e violência.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Não são só crimes de gênero.

A SRª CRISTINA VILLA NOVA – Não é só com a violência doméstica de gênero que elas trabalham, mas também com a identificação de jovens que estejam em situação de vulnerabilidade criminal para encaminhá-los para outros projetos. Trabalhamos com esse projeto desde 2008. Estamos em um processo de avaliação, porque, na verdade, como é um projeto muito novo, os Entes federados têm dificuldade de apresentar os resultados das ações que vêm executando. Temos feito visitas, tanto aos Estados quanto aos municípios. A própria reunião desse grupo de trabalho que criamos tem por objetivo estabelecer um processo de melhor monitoramento dos resultados. Mas já colhemos que o apoderamento dessas mulheres tem sido tão efetivo que muitas delas se propõem a desenvolver o projeto Mulheres da Paz sem o pagamento da bolsa que efetivamente realizamos para elas. Elas recebem capacitação, ficam, durante um ano, no projeto e, depois, querem continuar, porque há uma série de ferramentas que as ajudam a ser, efetivamente, uma liderança nessas comunidades. Alguns municípios também têm um sucesso tão grande nessa mobilização comunitária, no trabalho que as mulheres desenvolvem na prevenção da violência e da criminalidade, que têm incorporado o projeto na sua municipalidade, ou seja, o próprio Município trabalha com o pagamento das bolsas para essas mulheres continuarem desenvolvendo as suas atividades.

Um dos desafios que vimos trabalhando com a SPM e que também é foco desse grupo de trabalho é como podemos encaminhar, no pós Mulheres da Paz, essas mulheres para continuar suas atividades, vinculadas, em especial, aos Centros de Referência e Atendimento à Mulher, no conhecimento da rede de serviços, para que possam ser instrumentos desses equipamentos públicos para o encaminhamento de mulheres em situação de violência, porque penso que

elas têm uma entrada muito maior. Existe uma resistência das mulheres, uma dificuldade de acessar os serviços públicos, pelo preconceito, pelo medo. Creio que o trabalho delas tem sido muito efetivo para, ao longo do tempo, sensibilizar essas mulheres e ajudá-las a buscar, concretamente, uma proteção.

Infelizmente, deparamo-nos também com situações em que as mulheres da paz acabam deixando o programa por pressão dentro das suas casas, porque, é óbvio, elas têm a situação que vivem dentro de casa, como donas de casa, e acabam se apropriando de conhecimentos que levam para sua rotina. Muitas delas, às vezes, sofrem pressão dos maridos ou da família para abandonar o projeto. Temos buscado discutir como reverter, efetivamente, essa situação e protegê-las também de situações para que não acabem se tornando vítimas de violência doméstica.

Com relação à nossa capacidade de obtenção de dados, no Ministério da Justiça, desde 2004, temos o Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal, SINESPJC. Por esse sistema, fizemos uma avaliação, em todos os Estados, da forma como eram registrados os crimes e, por incrível que pareça, às vezes, o mesmo crime tem dez formas diferentes de registro, o que faz com que tenhamos que ter uma identificação. Os Estados, no entanto, não são obrigados a nos dar essas informações. Por quê? Porque acaba sempre, quando publicamos ou quando temos esse levantamento, havendo um “ranqueamento” dos Estados em situação de violência e criminalidade. Por isso, alguns Estados não nos mandam essas informações, mas, para nós, é imprescindível “onde fazer e que tipo de crime enfrentar”, pois são essas informações, são esses diagnósticos que podem orientar o Ministério da Justiça, em especial nos investimentos que faz, na segurança pública, em relação à prevenção da violência.

Pensando nisso, no ano passado, o Ministro da Justiça nos encomendou a elaboração de um projeto de lei, que foi encaminhado pela Presidenta da República, dia 7 de dezembro de 2011, aqui, para o Congresso Nacional, para criar também um novo sistema de informações de segurança pública que prevê obrigatoriedade aos Estados do fornecimento de informações. Dessa forma, se os Estados não apresentarem essas informações, não receberão recursos do Ministério da Justiça. Ele está em tramitação na Casa. Tem uma secretaria específica que faz um acompanhamento no Ministério da Justiça, mas a gente acredita que, depois de criado o sistema...

Claro, tem um caminho muito grande, porque não basta criar o sistema. Nós já estamos, ao longo do tempo, capacitando os servidores de segurança

pública no preenchimento, e, no caso da violência contra a mulher, tem que ter também uma parte que é do preenchimento, que é da motivação do crime, porque a mulher pode ter sido vítima de violência em razão de gênero ou não. A gente tem que saber, para poder garantir a confiabilidade dos dados, essa diferenciação: se a violência é caracterizada pelo gênero ou não. Então, também tem um processo longo de sensibilização e formação desses profissionais na hora do registro – identificação, hora exata do crime, autor, características de gênero, idade, raça e outras peculiaridades, orientação sexual, motivação do crime – para podermos ter dados mais fidedignos.

E a gente acredita que, a partir da implantação do Sinesp, vamos ter sucesso na obtenção desses dados e, assim, o Ministério da Justiça poderá ser o órgão central que concentra a informação sobre violência e criminalidade. No Sinesp, não tem só a questão dos dados estatísticos com relação à violência contra a mulher, mas também os dados do InfoPen. A ideia é que, incluindo o sistema de banco de dados sobre drogas, os sistemas estejam coadunados e que, a partir da avaliação e da análise deles, a gente tenha um diagnóstico mais adequado acerca da violência e da criminalidade, em especial pensando nas peculiaridades da violência contra a mulher.

Vou ficar devendo para vocês informações mais específicas com relação às mulheres em situação de prisão, porque sei que o InfoPen tem dados, que também são informados pelos Estados. Sei que não são todos os Estados que mantêm esse banco de dados atualizado, mas eles têm a informação sobre qual é o gênero dos presos e em que situação de prisão eles estão, se são cadeias provisórias ou se estão em delegacia de polícia.

Este ano, como falei, o foco do Ministério da Justiça, do Depen, particularmente, é acabar com o déficit carcerário. E, nesse sentido, os projetos têm que estar coadunados com o Conselho Nacional de Política Penitenciária, política criminal e penitenciária. Então, obviamente, no Conselho há todas essas diretrizes, como a questão de se ter local separado para mulheres em situação de prisão. É por isso que a gente vem trabalhando com os Estados para saber, num levantamento, qual o déficit existente em cada um desses Estados e de que forma a gente pode ajudá-los, repassando os recursos para construir estabelecimentos prisionais que sejam adequados para essas mulheres em situação de violência.

Agora, como nosso problema efetivamente é déficit carcerário, ter local para as pessoas cumprirem a sua pena de prisão, sempre acaba acontecendo um sacrifício. E aí ressaltado novamente quem executa e

quem constrói. Quem executa as penas de prisão são os Estados. Temos, hoje, cinco presídios federais, não sei se o quinto já foi inaugurado. Temos alguns presídios federais, mas a maioria das mulheres está presa nos estabelecimentos prisionais dos Estados, e sempre acaba havendo prejuízo com relação aos processos de educação, de reinserção social.

Antes de trabalhar no Ministério da Justiça, fui assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, e o meu trabalho era especificamente com relação ao sistema prisional. No Rio Grande do Sul, só tem um presídio feminino, que é o Madre Pelletier, que fica na capital. Um dos problemas que a gente verificava muito era a alienação parental: as mulheres visitam os maridos, mas os maridos não visitam as mulheres. Lembro-me muito de uma presa cujos filhos eram buscados na rodoviária e levados ao presídio por uma promotora legal popular, que era formada por um projeto chamado Promotoras Legais Populares, da Themis, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Ela que ia buscar os filhos dessa presa na rodoviária...

(Interrupção do som)

Esperava o período da visita e depois os retornava até a rodoviária, porque eles eram do interior, não conheciam a capital, e ela não tinha outros familiares. Esse é um desafio muito maior da própria questão da administração penitenciária, porque envolve uma questão social. Isso acaba acontecendo: os maridos não visitam as mulheres.

Outra coisa: a gente trabalhava na administração para acabar – claro, isso há nove anos – com a discriminação, pois, para os homens receberem visita íntima, bastava uma declaração de que ela era companheira do preso, mas, para as mulheres, tinha que ter um período de visita do homem que comprovasse que ele era efetivamente companheiro dela. É claro que havia, obviamente, a entrega de preservativos e orientação com relação à prevenção de DST, Aids, gravidez e tudo isso, mas havia um processo maior: o companheiro – ou a companheira – tinha que ficar visitando a mulher por um período de tempo; não bastava uma simples declaração. Isso é uma questão muito maior do que o próprio sistema penitenciário, é uma questão social muito maior.

Não sei avaliar qual o tempo que as mulheres... Não tenho esse dado de quanto tempo as mulheres, ou até os homens, as pessoas, de uma forma geral, que não têm condições de pagar um advogado particular demoram a receber a visita de um advogado. Mas, por isso, no Ministério da Justiça, e em todos os Estados, existe aquilo que a gente chama de mutirões, ou seja, contratam-se, muitas vezes, pessoas, estagiários, que

são monitorados pela Defensoria Pública, obviamente, que fazem o levantamento das pessoas, das penas, das condenações; se receberam os direitos, como o indulto, a remissão de pena pelo trabalho ou hoje pelo estudo, também, que é possível. Então, sempre, esse é um trabalho que tem que ser concomitante. Não basta fazer um mutirão, e está tudo resolvido. Não; é preciso fazer mutirões que sejam contínuos, porque essas situações acabam sempre... Nem todo ano a pessoa tem indulto, ela trabalha durante um determinado tempo, mas, se não há alguém que, efetivamente, toque o processo, ou o próprio juiz ou a juíza da vara de execuções criminais que tenha um olhar atento para isso, a gente não tem como, efetivamente, saber se há possibilidade ou não. Mas os mutirões, efetivamente, têm este objetivo: poder olhar para o processo de execução criminal da pessoa em situação de prisão para poder avaliar se ela está, efetivamente, conseguindo ter o cumprimento da pena.

Com relação às questões de educação, a gente, obviamente, discute muito isso, a necessidade de projetos que visem à reinserção social. E, nesse caso, acho que muitas vezes a gente tem que avaliar. Lembro que, no Madre Pelletier, havia vários cursos e havia um hospital, o Hospitalar Conceição, onde elas faziam a costura dos lençóis e das roupas que eram utilizadas no hospital. Mas, efetivamente, elas trabalhavam, principalmente, para poder fazer a manutenção dos seus filhos, que estavam com outros familiares, mas não, efetivamente, para construir um processo de prisão.

Nos regimes semiabertos, há muito mais possibilidade de você fazer cursos que possam ser profissionalizantes e, a partir dali, buscar mesmo a possibilidade, se o juiz autorizar você a trabalhar fora do estabelecimento prisional, de você conseguir algum processo de reinserção social mais adequado.

Depois, eu posso encaminhar as demais questões aqui para a CPMI.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Dr^a Cristina. Acho que ela trouxe, inclusive, algo importante de a gente monitorar, que é esse projeto que cria o Sistema Nacional de Segurança Pública, e que emendas nós podemos colocar para reforçar o corte de gênero.

Nós já estamos com os demais convidados. Entre nós, o Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, que é Secretário da Secretaria de Atenção da Saúde, do Ministério da Saúde; e também o Dr. Fábio Meirelles Hardman de Castro, representante também do Ministério da Educação.

Nós passamos a palavra à Senadora Ana Rita, que vai situar as questões, e, em seguida, falará o Dr. Helvécio Miranda Magalhães.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Antes, Deputada Jô, eu quero aqui solicitar ao Ministério da Justiça que nos envie os dados do Depen. É importante. Mas também, na elaboração do relatório, se sentirmos necessidade de obter informações um pouco mais aprofundadas, em termos de números, de dados estatísticos, nós vamos solicitar isso por escrito para que o Ministério da Justiça nos envie, para que possamos garantir que isso esteja contemplado no nosso relatório.

Também quero aproveitar o momento – como não vou poder ficar até o final, porque tenho uma viagem – para solicitar ao Deputado Rosinha que fique como relator *ad hoc*. Enquanto isso, vou fazer algumas perguntas ao representante do Ministério da Justiça e ao do Ministério da Educação, sem prejuízo de que o relator *ad hoc* possa fazer novos questionamentos.

Gostaríamos de dizer ao Dr. Helvécio e ao Dr. Fábio que algumas preocupações têm-nos ocorrido, como relatora, e eu quero aqui apresentar apenas essas preocupações para que vocês possam, a partir da fala de vocês, trabalhar essas preocupações.

É claro que...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Presidenta, Relatora, só uma questão.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sim.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Tenho a impressão de que a Dr^a Cristina já cumpriu com o papel. Que ela fique à vontade se quiser permanecer ou não, e até para colocar uma cadeira para que o Fábio sentasse lá para que fique de frente para nós.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Dr^a Cristina, fique à vontade. Podendo permanecer aqui conosco, é importantíssimo...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Claro, que ela fique à vontade; se quiser permanecer...

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – ... para que possa também ouvir os representantes dos Ministérios.

A mesa aqui é pequena para receber a todos de forma mais adequada.

Eu gostaria, então, que o Ministério da Justiça, na sua fala, pudesse relatar um pouco... o Ministério da Saúde – desculpe –, o Dr. Helvécio, qual a realidade da notificação compulsória da violência doméstica e sexual. Sabemos que é papel fundamental da saúde notificar aqueles casos de mulheres que procuram os serviços públicos de saúde. E, muitas vezes, a mulher procura o serviço público em função de uma violência de que foi acometida, mas nem sempre ela tem a coragem de fazer a denúncia. Cabe às unidades de saúde fazer a notificação compulsória.

Então, gostaria que o senhor pudesse falar um pouco sobre isso e, também, sobre como o Ministério da Saúde está acompanhando os hospitais no cumpri-

mento da resolução e da lei que obriga à notificação; se há esse acompanhamento e como isso é feito. Então, gostaríamos que também abordasse isso.

Que dados o Ministério da Saúde tem hoje sobre o abortamento legal? Quantos hospitais realizam hoje o abortamento legal, de acordo com o que prevê a nossa legislação?

Basicamente, são essas as preocupações com relação ao Ministério da Saúde.

Eu vou, Dr. Rosinha, para o senhor poder ocupar este lugar, também fazer algumas provocações ao Ministério da Educação.

Obrigatoriamente... Entendemos a importância e a necessidade de incluir nos currículos das escolas públicas o tema ou a disciplina sobre violência contra as mulheres e também por uma educação mais igualitária. Gostaríamos que o Ministério da Educação falasse um pouco sobre isso; se já há alguma reflexão, alguma discussão, algum projeto com relação a isso; se há alguma experiência já sendo realizada nessa área, que pudesse estar nos relatando aqui.

Enfim, entendemos que é fundamental trabalhar esse tema da questão de gênero, da questão das mulheres nas escolas, para que possamos formar uma nova consciência nos nossos estudantes e, assim, preparar uma nova geração para que possa ter uma visão e um comportamento diferente no que se refere à questão da igualdade de gênero.

Também pergunto se há a realização de campanhas permanentes de igualdade de gênero nas escolas.

Então, com relação às disciplinas, se há alguma disciplina já trabalhando esse tema ou trabalhando essa questão de forma transversal, e se há alguma campanha com relação a isso.

Apenas isso, para provocar e convidar o Deputado Rosinha para ocupar o nosso espaço aqui hoje.

Obrigada, Dr. Helvécio. Obrigada pelo contato.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Desejamos uma boa viagem à nossa Relatora.

Na próxima audiência pública, teremos a oportunidade de fazer uma avaliação do que foi a audiência em Pernambuco. E, referendando o convite que o Deputado Eduardo Azeredo fez, requerendo audiência pública em Minas Gerais, na próxima sexta-feira, dia 27 de abril, estaremos na Assembleia Legislativa de Minas, realizando a segunda audiência pública.

Com o sentar do nosso relator *ad hoc*, passamos a palavra, neste momento, ao representante do Ministério da Saúde, Dr. Helvécio Magalhães, que disporá de até 15 minutos para sua exposição e anexará, como temos pedido a todos os que vêm aqui, o relatório completo das informações e da atividade que o Ministério da Saúde realiza nessa área.

Dr. Helvécio.

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – Obrigado, Deputada Jô Moraes.

Eu queria, em nome do Ministério da Saúde, do Ministro Alexandre Padilha e da equipe, congratulá-los pela iniciativa de vários parlamentares, na pessoa da Deputada Jô Moraes, por esta CPMI.

O tema tem relevância suficiente e importância para que seja dado o maior destaque possível e que nos dê caminhos para, efetivamente, como está no texto da formação da CPMI, fazer-nos, no Brasil, no mínimo cumprir a legislação. Nós já temos uma robusta legislação e continuamos em uma escala ascendente muito ruim de violência contra a mulher. Portanto, acho que isso pode ser um marco para nós na nossa história civilizatória no País. E o Sistema Único de Saúde é, ao mesmo tempo, autor, ator e devedor desse tema. Portanto, para nós é muito importante isso.

A Deputada Jô Moraes é uma militante do Sistema Único de Saúde – aliás, como aqui também o Deputado Dr. Rosinha – e nos engrandece muito.

Quem vai passar para mim? Faça o favor.

Não vou me deter muito nas questões gerais do Sistema Único de Saúde. É um sistema constitucionalizado que busca atendimento universal, integral, com equidade. Portanto, todas as questões afeitas à desigualdade – e, no tema da violência, temos uma questão de gênero muito importante – é pauta, é tema e é preocupação do Sistema Único de Saúde.

Dentre os vários temas, nós temos, tradicionalmente, e cada vez mais reforçada pela própria necessidade do País, da população, uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, como um grande recorte necessário, estratégico, que tem, no seu bojo, o tema da violência contra a mulher. Assim como o recorte que fizemos com relação à parte obstétrica e neonatal, que chamamos de Rede Cegonha, que é um aspecto da Política Nacional de Atenção Integral à Mulher, a violência também é um aspecto muito importante.

E aí nós temos que buscar qualificar a gestão, superando a fragmentação das várias políticas, dos vários programas, das várias iniciativas, tanto do Ministério, como de Estados e Municípios, tentando dar uma harmonia no que temos chamado de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde.

Evidentemente – aqui temos, pelo menos, os Ministérios da Saúde, da Justiça e da Educação –, é muito importante a ação intersetorial. Eu queria deixar claro que o Ministério da Saúde está completamente... Temos tido iniciativas conjuntas com os vários Ministérios, em especial com a Educação, mas também com

a assistência à Justiça – é fundamental nesse tema –, sempre, também, com Estados e Municípios.

Pode passar.

Trago um pouco – esse material, como a Deputada Jô colocou, vai ficar à disposição – a ideia de que, dentro da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, nós temos vários aspectos e iniciativas muito importantes ao longo dos anos, não só agora. Nós temos procurado, há muitos anos, na verdade, reforçar, dar destaque, aprimorar – mas não temos nenhuma pretensão de autoria; pelo contrário –, por exemplo: o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; uma ênfase especial às características da violência no campo, na floresta; a questão – que acho que é emergente, mas cada vez mais importante pela própria inserção do Brasil na economia mundial, e do jeito que isso vai acontecendo – do enfrentamento ao tráfico de pessoas, aí incluindo mulheres; a questão especial da violência contra crianças e adolescentes. Enfim, esses são temas que compõem esse nosso conjunto de preocupações.

Pode passar.

Então, esse é outro jeito de ver isso, mas temos também questões subtemáticas importantes. O tema da violência doméstica se impõe como um lócus negativamente privilegiado da violência, e os dados a seguir comprovam isso, o que é de uma importância muito grande do ponto de vista das nossas ações de prevenção e coibição da violência.

Vários aspectos podemos considerar como também violência. Por exemplo, a feminilização da epidemia de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis não deixa de ser uma violência porque são doenças plenamente preveníveis. O fato de ter exploração, por exemplo, sexual das mulheres leva a esse resultado sanitário de gênero.

Pode passar.

Temos sempre a ideia de rede, de pontos de atenção que tem que conversar, conversar para dentro do sistema de saúde, conversar com as outras políticas. O Ministério da Saúde e o MDS têm incentivado quase uma ação sempre conjunta das unidades básicas de saúde, das equipes de saúde da família com as equipes de assistência social dos CRAs, dos CREAs, porque essa é uma ação que tem que ser muito compartilhada, nos territórios, com políticas integradas. Efetivamente, a capilaridade do Sistema Único de Saúde, 38 mil equipes de saúde da família em todo o território nacional e mais de 40 mil centros de atenção básica ou primária, nos permite essa possibilidade de interagir no território chegando a cada ponto de atenção no País e nos aproximando da população, com nuances próprias, como, por exemplo, uma recente iniciativa

das equipes de saúde da família, que, nos barcos da Amazônia, cuidam das populações ribeirinhas. Então, são muitos aspectos que nos parecem importantes nessa modelagem.

Pode passar.

A Senadora Ana Rita fez menção, e vou falar disso a seguir, que, do ponto de vista do cuidado, tem outro aspecto que orienta as ações de prevenção e de monitoramento: a informação. É fundamental qualificarmos a informação para termos um bom diagnóstico, uma discriminação do diagnóstico por territórios, por seus aspectos e, a partir daí, promovermos de forma integrada a intervenção das várias políticas públicas, assim como um sistema mais avançado, mais coordenado de uma governança mais sólida de gestão de todos esses processos.

Pode passar.

Bom, ao longo do tempo, o Sistema Único de Saúde foi estruturando, progressivamente, uma rede temática específica de atenção, buscando uma atenção integral e qualificada para as mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Hoje, temos 552 serviços de saúde que atendem, e tem um mínimo de capacitação, um mínimo de equipe, a violência sexual, que, por nuances próprias, em quase totalidade, é relacionada à violência doméstica. Estamos unificando isso. Hoje, 65 serviços especializados, e pretendemos cada vez mais ampliar – essa é uma determinação clara do Ministério da Saúde, do Ministro –, podem fazer abortamento legal. Temos buscado atender ainda uma das poucas possibilidades de abortamento legal no Brasil, que são as mulheres vítimas de violência sexual. Portanto, temos, hoje, 65 serviços e estamos avaliando as suas condições para melhorá-los, apoiá-los. Vamos ter um reforço, inclusive, financeiro e queremos expandir em mais 30.

Pode passar.

Um aspecto importante. Além da legislação brasileira, tornamos, do ponto de vista operacional, no ano passado, com mais clareza do fluxo de informação – já respondendo uma das questões muito bem colocadas pela Senadora Ana Rita, Relatora – obrigatória a notificação ao Sistema Nacional de Informação de Notificações do Ministério da Saúde, o Sinan, assim como das várias doenças que, hoje, temos acompanhamento. Portanto, essa é uma base de informação que, cada vez mais, vai ser qualificada e vai nos permitir – acho que esse é um ambiente muito propício para isso – a divulgação com transparência. Com isso, com essa publicização, desejamos que haja cada vez mais ação contra a violência.

Pode passar.

Vou passar rapidamente alguns dados, mostrando, até por razão não da violência em si, praticada interpessoalmente, que temos um número de mortes por homicídio, incluindo intervenções legais e institucionais da própria Polícia, secundário a agressões, um número absoluto, muito maior em homens, evidentemente. Isso é no mundo todo.

Mas, o que é mais significativo é que o evento maior, a morte, o evento máximo, negativo, vem crescendo, não tenho aí o gráfico, mas temos essa informação e vamos disponibilizar, vem crescendo nas mulheres. Isso é um indicativo muito ruim do ponto de vista das taxas de mortalidade, considerando, evidentemente, que a morte é o evento máximo.

Pode passar.

Tem uma concentração em faixas etárias medianamente jovens e alguma distribuição diferente por Região do Brasil, temos, evidentemente, por Estado, por município, às vezes com dificuldade de ter taxa em municípios pequenos, mas variando aí num total de 4,4 por 100 mil habitantes, tendo uma variação por Região, com o destaque de que a Região Centro-Oeste tem uma taxa bem superior à média nacional.

Pode passar.

Aí já é usando não a mortalidade, não o sistema nacional de informação de mortalidade, mas já usando o nosso sistema de monitoramento, o Viva, que é operado pela Secretaria de Vigilância em Saúde. Então, são dados da nossa notificação compulsória implantada. Esses são dados de 2009, os dados de 2010 já estão fechados, estão sofrendo uma validação técnica, assim como os de 2011, quando foi iniciado, mas já temos mostrando a progressão disso.

Aí temos a distribuição dos casos de notificação de violência em serviço Sentinela, aquele serviço que coloquei naquele mapa anterior. Esses são serviços que foram estruturados, com essa ideia do Sentinela, que nos dão um bom observatório da situação naquela Região, naquela cidade. Portanto, não são todos os serviços públicos existentes que a notificação compulsória nos mostra, mostrando que há uma concentração nas faixas etárias acima de 20 anos até 49 anos. É uma grande concentração, de mais de 60%, na verdade 71%, até 59 anos, entre 20 e 59 anos. Então, tem uma presença grande, mas já existe em mulheres idosas, assim como em crianças e adolescentes, mostrando uma taxa importante. Chamo a atenção para mais da metade, dentro da tipificação que o próprio IBGE usa, mais da metade das violências nos pontos Sentinela na cor parda, mostrando também do ponto de vista raça uma discriminação negativa muito grande em relação às cores parda e preta, nomenclatura que usamos no IBGE, e também na baixa escolaridade. Quer dizer,

os mapas da exclusão, os mapas da iniquidade, vão se sobrepondo também no tema da violência contra a mulher.

Pode passar.

Outro aspecto que não é novidade, mas estamos comprovando nesse sistema Sentinela, e certamente na notificação universal não vai ser diferente, a imensa concentração nesse banco de dados, no local de violência, o que nos chama muito a atenção, sendo a residência o principal local da violência. Daí a necessidade de que a notificação das violências domésticas e tudo que isso significa de delicadeza na interação com as equipes do Programa Saúde da Família, com o agente comunitário, pela própria exposição das pessoas e possibilidade de efetivamente continuar monitorando uma situação passível, porque há casos de reincidência, muito comuns, no mesmo ente familiar. Portanto, esse é um dado muito importante, vindo a seguir via pública. Pode passar.

Essa é uma razão razoavelmente óbvia, é a grande parte do tipo de violência nessa edificação que ainda é muito pobre, a agressão e os maus tratos.

Pode passar.

O tipo da agressão, esse conjunto chamado agressão física, é a grande predominância, mas desponta a questão sexual como um percentual no serviço Sentinela. No caso da negligência, do abandono, tem nas faixas etárias polares, tanto em criança, na menina, quanto na idosa, que é o aspecto da negligência, do abandono, até cárcere privado, essa coisa toda.

Pode passar.

Aí a natureza dentro do provável agressor, na notificação, um dado que vem se firmando, a notificação universal deve confirmar, uma importância muito grande do atual ou ex-companheiro ou de outro familiar. Isso chama a atenção e deve servir de alerta para o formato de intervenção. Portanto, isso é muito importante, o agressor está muito próximo, não é nada distante.

Pode passar.

Isso é mais a expressão gráfica, no caso da violência.

Pode passar.

Na verdade, aquele 20,59 é 71%, uma faixa etária importante.

Pode passar.

Aí aquela questão por número, claro que a população vai variando.

Pode passar.

A escolaridade, mostrando a baixa escolaridade como potencial de violência muito grande, de sofrer violência.

Pode passar.

A mesma coisa com relação ao local.

Pode passar.

O agressor. Mais uma representação gráfica.

Pode passar.

Finalizando, as várias possibilidades.

Esse diagrama já nos mostra, é a nossa ênfase, a necessidade da atuação intersetorial. Queremos, sem fugir das nossas responsabilidades, que são claras, não só no cuidado, no atendimento delicado, humanizado, não é nenhum favor, é obrigação nossa... Quero dizer que cada vez mais vamos fazer um grande esforço com os milhares de servidores, de trabalhadores do Sistema Único de Saúde, para que tenham isso como uma coisa no seu cotidiano.

Vamos dar uma ênfase especial agora ao cuidado com o adolescente, com mulheres com gravidez indesejada, para a boa orientação sobre a gravidez, sobre o planejamento familiar e para que, em situações em que ela tenha optado pelo abortamento, mesmo ilegal, sejam bem acolhidas, cuidadas, tratadas, como um direito. Então, esse aspecto da saúde a gente não pode negar, não só o cuidado, a notificação, mas o trabalho conjunto com o aparato da Justiça, aí incluindo a participação, que é muito importante, do Ministério Público. A maioria dos municípios hoje onde tem promotorias têm tido um trabalho muito integrado, de muita parceria na ponta mesmo, com o Ministério Público, especialmente nas grandes cidades, em que há as Varas da Infância e da Adolescência, como eu disse, assistência social com as próprias Casa Abrigo, os Centros de Referência. O avanço que temos tido, ainda que timidamente, com Delegacias de Atendimento à mulher, um aspecto que a nossa rede tem reclamado muito, da insuficiência, dos horários limitados, às vezes da falta de apoio.

Acho que temos de ter uma clara postura de intervenção no ambiente dos Institutos Médicos Legais. Não podemos continuar com um ambiente absolutamente desumano, o que é uma tragédia por si só, dos IML pelo país afora. Tem experiências em que a Justiça admite laudos legais nos serviços de atendimento à violência para que uma mulher que já sofreu uma violência sofra uma segunda violência ao ter de se submeter ao laudo pericial do IML. Acho que esse avanço nós podemos radicalizar no Brasil, além das outras áreas que consideramos importantes.

Pode passar.

Lembrando que o Movimento Social, as Organizações de Mulheres, as igrejas, os Conselhos, também são parceiros e que a disseminação dessa informação pode favorecer muito a proteção.

Para finalizar, Deputado, os nossos desafios, pelo menos uma síntese deles.

Pode passar. Primeiro, que estamos buscando, pelos próximos doze, treze, também um pouco quatorze,

vai ser uma ação contínua, esse tema do tráfico. Temos um projeto especial nas fronteiras físicas do Brasil, mas também na questão à distância. Estamos tentando introduzir esse tema na discussão do Sistema Único de Saúde. Uma ação nossa muito importante é a nossa participação, até aprendendo com experiências como a do Uruguai, por exemplo, no plano de redução aos efeitos do aborto inseguro nas Américas, de tal forma que a gente possa, com vários mecanismos, ainda que respeitando o marco legal brasileiro, podendo nesse marco legal fustigar todas as possibilidades de evitar a gravidez indesejada e de orientar sobre as possibilidades menos traumáticas e menos arriscadas do abortamento, mesmo ilegal no Brasil.

A Rede Saúde tem outra concepção em relação ao normativo legal, mas temos de insistir nisso. A questão da garantia de termos cada vez mais as nossas normas técnicas, a garantia de dispensa de medicamentos, sejam os que possibilitam o aborto legal, sejam os que previnem infecção, dentro da violência sexual, como, por exemplo, o HIV, a Hepatite C. Há um esforço para intensificar cada vez mais a qualificação de profissionais para atuar nesse serviço, disseminando essa cultura do cuidado com a mulher vítima de violência em toda a rede, rede básica, rede hospitalar, rede de atenção especializada. Eu disse da questão específica do campo e da floresta.

Estamos ampliando, na questão acadêmica, cursos à distância, mostrando que cada vez mais esse é um artifício importante.

Pode passar.

É fundamental, como já disse, a questão da notificação da boa base de informação. Temos de cada vez mais melhorar isso. A notificação universal foi um avanço, vamos poder usar esses dados cada mais.

Falei da questão da Rede Cegonha, quero chamar a atenção para a violência institucional contra as mulheres. Nós temos um dado que nos animou fundamentalmente, além dos compromissos éticos, assistenciais, da Presidenta Dilma desde a campanha eleitoral, a fazer a Rede Cegonha no segundo mês do seu Governo, dois aspectos fundamentais. Primeiro, a persistência insuportável da morte materna no Brasil. Individualmente, é o pior indicador de saúde do Brasil. Nós temos vários problemas no Sistema Único de Saúde e em vários outros aspectos no Brasil. Ele persiste alto, já deu, nos últimos dois anos, indícios de queda, mas ainda num patamar muito elevado. Estamos correndo o risco de, infelizmente, não alcançar o objetivo do milênio, mas estamos brigando para, até 2015, alcançar. Primeiro, a mortalidade. Isso são problemas no pré-natal, no parto e no puerpério. A segunda questão refere-se à violência. Nós temos uma pesquisa que é

uma vergonha para o país. A Fundação Perseu Abramo pesquisou para nós e verificou que 1/3, 27% das mulheres, relataram alguma violência no momento do parto. Isso é uma tragédia civilizatória! Não pode ser concebido no Brasil que num momento desses – não pode haver violência em momento algum – haja um constrangimento moral, uma agressão verbal ou uma agressão física. Portanto, são esses dois aspectos que consideramos como violência institucional, que nos animou, com o apoio da Presidenta Dilma, a ter a Rede Cegonha como a primeira rede a ser lançada dentro das nossas redes prioritárias.

Queremos ampliar os serviços que atendem a mulher em situação de violência e especialmente os serviços que atendem ao abortamento previsto em lei, agora reforçado pela decisão, em boa hora, depois de anos, do Supremo Tribunal Federal, em relação à anencefalia. Evidentemente, cada vez mais, fazer as ações intersetoriais.

Pode passar. Acho que estou acabando mesmo.

Pode passar.

Dentro da Rede Cegonha, essa questão da violência doméstica – no momento da gravidez mais ainda –, da violência sexual. É o que falei da prática institucional. A cesariana desnecessária nós consideramos também uma violência, uma agressão. É preciso deixar isso claro, debater isso publicamente, não ter vergonha de falar que o Brasil vive a epidemia de cesariana pior do mundo. Estamos discutindo isso com os profissionais, com o serviço, e brigando contra isso. Estamos buscando a humanização do parto, do puerpério e do nascimento.

Pode passar. São questões de que já falei. É a respeito do aborto seguro.

A Senadora Ana Rita também fez menção. Faz parte da nossa preocupação e vamos cada vez mais ter isso como uma questão da nossa rotina. Falo da supervisão periódica, mediante o Denasus, as equipes das secretarias estaduais e municipais que acompanham o que está acontecendo nesse serviço. Estão notificando mesmo? Estão cuidando adequadamente? A porta é aberta? O restante da rede está informada onde é o Serviço Sentinela, onde é o serviço que atende violência? Enfim, há uma série de questões que nós estamos dinamizando. Estamos avaliando efetivamente o que está sendo feito, introduzindo sempre – o que vale para todas as nossas redes – a pesquisa de satisfação do usuário e dos profissionais ao atender dentro dessa dinâmica.

Pode passar.

Para encerrar, queria dizer que, mesmo com muita decisão política, muita clareza, muita firmeza do Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios,

temos um enorme processo que precisa ser colocado em andamento para sensibilizar, formar e ter aliados. São mais de 500 mil só na atenção básica. São dois milhões de trabalhadores do SUS no Brasil na rede pública que precisam estar nessa grande cruzada de divulgar isso, conversar sobre isso, falar disso nos conselhos, mostrar os dados e constranger o conjunto da população que possa, de alguma forma, ser violenta.

Pode passar.

Acho que acabou. É isso.

Pode passar.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos, Dr. Helvécio.

Sem dúvida, nesse desafio que nós temos, o Ministério da Saúde é um componente fundamental no caráter intersetorial da política de enfrentamento da violência contra a mulher. Provavelmente, em outras oportunidades, nós poderemos inclusive convidá-lo, já que, no roteiro que nós vamos fazer nas audiências públicas dos Estados, uma das preocupações centrais – pelo menos que começa a sinalizar – diz respeito ao controle da notificação compulsória, a padronização da notificação e o desafio de que ela se efetivada.

Quero cumprimentá-lo pela abertura que foi em relação a uma política de atenção integral à saúde da mulher, uma bandeira nacional de 20 anos do movimento feminista. Penso que, sob essa ótica, nós podemos enfrentar e debater essa questão. Vamos disponibilizar todo esse material ao conjunto dos Parlamentares que ainda não estiveram aqui.

Vamos passar a palavra ao nosso representante do Ministério da Educação, justificando que a Drª Cristina teve que sair para um compromisso, porque ela teve que substituir a indicação que viria aqui.

O Prof. Fábio disporá de até 15 minutos e, em seguida, passaremos para a discussão.

O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO – Obrigado, Deputada Jô. É um prazer está aqui. Obrigada pelo convite.

Primeiro, bom dia a todos!

Olhando a apresentação do Ministério da Saúde, eu vi as fotos dos ex-Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos do Senado e me parece que só havia figuras masculinas. Eu me sinto também um pouco violentado com essas fotos. Então, queria fazer este registro desse histórico de figuras masculinas na Presidência. Que bom ter na Mesa uma Deputada aguerrida e militante, companheira com a gente, discutindo este assunto!

Sou coordenador-geral de Direitos Humanos no Ministério da Educação. A minha coordenação está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfa-

betização, Diversidade e Inclusão – tem que ter fôlego para falar o nome da secretaria –, a Secadi, que cuida de assuntos de educação de jovens e adultos, educação especial, educação no campo, educação e gênero, educação e diversidade sexual, educação ambiental, educação quilombola, educação indígena, educação para as relações étnico-raciais e assim por diante.

A nossa coordenação tem alguns projetos e programas na área de educação e gênero. Vou apresentar alguns deles rapidamente e tentar responder as perguntas da Senadora e depois ficar à disposição para o debate.

Objetivamente, o MEC tem uma política de informação continuada de professores e profissionais de educação e também gestores na área de gênero. A gente tem um curso chamado Gênero e Diversidade na Escola, que é bastante conhecido, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e com a Seppir. É um curso em módulos. Os professores e profissionais de educação podem escolher o curso presencial, semipresencial ou a distância e de extensão, aperfeiçoamento ou especialização. Varia em nível e modalidade, mas o curso já formou aproximadamente 50 mil professores de 2006 para cá e tem metas – participamos de uma sala de situação com a Presidência da República sobre igualdade de gênero – de triplicar o atendimento nos próximos três anos. Temos um curso Gênero e Diversidade na Escola para professores e profissionais de educação e outro chamado Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça, que é o nosso GPP, um curso para gestores da área de educação ou de políticas de mulheres, de igualdade racial. É um curso da área de educação para gestores, também de aperfeiçoamento, especialização sobre políticas de gênero.

Entendemos que a estratégia é a formação continuada tanto de gestores quanto de professores e profissionais de educação. Essa é uma estratégia acertada e temos dado escala a ela.

Temos recentemente nosso Programa Nacional de Livro Didático, que é o maior programa de incentivo à compra de livros. Na verdade, temos critérios estabelecidos. Os livros didáticos não podem propagar a violência contra a mulher, têm que fazer uma imagem positiva, têm que discutir as questões de gênero. Há uma série de critérios que depois eu posso disponibilizar para a comissão. Refiro-me aos critérios de corte de livros na hora de seleção e compra de livros por parte do Ministério da Educação. Portanto, recentemente, criamos e temos estabelecido critérios mais rígidos com relação à promoção da imagem positiva da mulher e contra os estereótipos de gênero nos livros didáticos comprados pelo MEC.

Temos o Brasil Alfabetizado, que é um programa de alfabetização. Agora estamos recebendo o Pró-Jovem Urbano. Temos também metas ambiciosas de alfabetização de mulheres para a promoção de igualdade de gênero. De 2008 a 2011, a gente alfabetizou por volta de três milhões de mulheres no País.

Temos um dado muito curioso, Deputada: a maioria absoluta dos alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado são alfabetizadoras. Temos um grande número espalhado pelo Brasil de alfabetizadoras mulheres participando do Programa Brasil Alfabetizado, o que demonstra um compromisso das mulheres com a política de alfabetização no País. Na verdade, elas estão engajadas e envolvidas nesse programa e com essa política de alfabetização.

Esse programa Brasil Alfabetizado está vinculado ao Brasil Sem Miséria e também tem metas bastante ambiciosas para os próximos três anos. Temos, com ele, além da alfabetização, política de profissionalização, que é o Pró-Jovem Urbano, programa que veio da Secretaria-Geral da Presidência para o MEC. É um programa de alfabetização e profissionalização de mulheres, também com metas. Temos o Mulheres Mil, um programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, também com metas. É um programa piloto que estamos vinculando ao Brasil sem Miséria, com metas de profissionalização de mulheres, pois sabemos que isso é fundamental para a inclusão de mulheres no mercado de trabalho e para a igualdade produtiva.

O nosso Ministro já veio ao Senado, ao Congresso, para falar sobre o Pró-Infância, que é a construção de seis mil creches. É um projeto vinculado ao PAC 2. Na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em dezembro do ano passado, esta era talvez a principal pauta do Movimento de Mulheres: a construção de creches para autonomia e igualdade de mulheres para acesso ao mercado de trabalho. Temos metas também bastante ambiciosas em diálogo com os Estados e os Municípios, porque, na verdade, o MEC faz o repasse de recursos para Estados e Municípios construírem e manterem creches em todo o País. Então, há um compromisso da Presidente, do Ministério em construir e manter unidades tanto de creches quanto de pré-escolas nos próximos três anos.

Fechando a nossa rápida apresentação aqui, queria dizer que o Conselho Nacional de Educação acabou de aprovar em março as diretrizes nacionais de educação em direitos humanos. Esse texto foi discutido durante mais de um ano pelas comissões do Conselho Nacional de Educação. É um texto que está agora sendo discutido no âmbito do MEC para ser homologado pelo Ministro, mas já está publicado na

página do CNE. Essas diretrizes vão responder a provocação da Senadora com relação ao tema igualdade e gênero nos currículos, porque, diferentemente do Ministério da Saúde, a educação não tem um sistema único de educação. Ela funciona com base na LDB, em sistemas que têm sua autonomia pedagógica, didática, financeira de funcionamento. O MEC trabalha em constante diálogo com as secretarias estaduais e municipais de educação para implementar uma política de igualdade de gênero no âmbito da educação, só que a gente não pode impor nem às secretarias estaduais, nem às municipais, nem às escolas ou muito menos às escolas que esse tema seja discutido no projeto político-pedagógico no currículo. O que podemos é, em diálogo com o Conselho Nacional de Educação, promover esse debate e discutir diretrizes nacionais comuns de educação em direitos humanos. Essas diretrizes foram aprovadas pelo pleno do CNE e estão aguardando homologação por parte do Ministro da Educação, mas entendemos que essas diretrizes vão ser bastante orientadoras para o sistema de ensino, para discutir também igualdade de gênero, entre outros assuntos de direitos humanos.

Convém constatar que o debate sobre diretrizes nacionais curriculares para igualdade de gênero também está ponderado tanto pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres quanto pela Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse é um debate que, para além das diretrizes nacionais de educação e direitos humanos, o Ministério da Educação vem fazendo a importância e a necessidade de diretrizes específicas para discutir a igualdade de gênero, mas nós entendemos que já é um avanço significativo o CNE ter discutido e aprovado as diretrizes. Isso orienta o sistema de ensino com relação ao debate sobre igualdade de gênero nos currículos e nos projetos pedagógicos, na gestão democrática, enfim, em todos os âmbitos da educação.

Por último, para fechar, também foi perguntado sobre campanhas. Trago aqui, e vou deixar com a Deputada, o nosso livro o VI Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Em parceria com o CNPq e com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, todo ano, o MEC lança o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que recebe redações, artigos científicos, projetos político-pedagógicos e premia redações de ensino médio até da graduação, pós-graduação, monografias, teses, projetos político-pedagógicos de escolas. Recebemos e premiamos. Fazemos uma ampla mobilização nacional para receber, a fim de que esse tema seja discutido nas escolas e que os alunos façam redações, artigos.

Eu queria terminar, Deputada, lendo um dos artigos de uma estudante de ensino médio de Salvador, Bahia. O nome do artigo é *Os Sonhos de Geni* e começa assim:

Genitália, palavra de que sempre me lembro quando alguém na rua me chama. Não sei o que se passava na mente de minha mãe quando me batizou assim: Geni, nome feio. Aceito o sexo, pois, com ele, me sinto amada ao menos por alguns instantes. Com ele, as pessoas gostam de mim, gozam comigo.

Termina o artigo:

Geni não precisou de um homem para conseguir uma profissão. Geni cresceu, queimou sutiãs, defendeu teses, criou teorias, foi cientista, trabalhou de pedreira, de secretária, de motorista, de empresária, virou jornalista. Geni escreveu, escreveu, escreveu e ainda escreve todos os dias uma nova página da história de sua vida, que ela mesma escolhe a cor, que ela mesma escolhe a letra e o tipo de papel. E, agora, Geni pode gozar. Geni pode e deve trabalhar em qualquer lugar que queira. Geni pode e deve reclamar quando apanha e, mais ainda, reivindicar as pedras e as merdas que lhe lançaram. Ela pode dar para quem quiser, e ai de quem faça algum comentário maldoso.”

Essa é a redação de uma estudante de ensino médio de Salvador, Bahia.

A gente entende que, com esse prêmio, com essas campanhas, promovendo esse debate nas escolas, a gente está, de certa forma, fazendo o que a gente quer, que é construir a igualdade de gênero no âmbito da educação.

Então, deixar este livro com você, Deputada, e colocar o MEC aqui à disposição sempre para o debate.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos ao Prof. Fábio.

Sem dúvida alguma, um dos ministérios que é mais demandado do ponto de vista de programas articulados é o Ministério da Educação. Nós voltaremos a esse tema.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Muito obrigado, Presidenta.

Passo diretamente algumas perguntas, até pela ordem de exposição, primeiro, ao Helvécio e, depois, ao nosso representante do Ministério da Educação, o Fábio.

Helvécio, como o Ministério da Saúde fiscaliza a realização dos serviços de abortamento legal?

Segundo, qual o critério para ampliação desses serviços, já que foi dito na sua exposição que serão ampliados? Serão contemplados a zona rural da mata

e do sertão, de forma a ampliar os serviços para as mulheres do campo e da floresta?

Terceiro, como o Ministério da Saúde fiscaliza a distribuição do *kit* de prevenção à violência sexual?

Quarta questão: a abrangência do sistema Viva é pequena – 23 capitais. Qual a possibilidade de ampliar esse sistema para que possa refletir de forma mais adequada a violência contra as mulheres em todo o País?

Quinta: como o Ministério da Saúde está desenvolvendo ou que políticas públicas estão em curso para diminuir novas vulnerabilidades das mulheres, como, por exemplo, violência produzida às mulheres que consomem *crack*; como a violência sexual ou a exploração sexual?

E quero fazer um comentário sobre a sua exposição, Helvécio, no que diz respeito aos institutos médicos legais. Não é possível continuar existindo no nosso País o funcionamento como é hoje do Instituto Médico Legal, seja especificamente em relação à mulher, que é o tema desta Comissão Parlamentar de Inquérito, seja no geral. É um destrato, é desumano, não tem o mínimo de respeito com os familiares, principalmente quando a vítima está viva e se vai fazer um corpo de delito; é maltratado ou maltratada em qualquer... Não conheço Instituto Médico Legal do País que tenha sido elogiado. E, no que diz respeito à mulher, a violência é muito grande.

Eu acho que poderíamos estudar não só a mudança do sentido do atendimento, que tem de ser totalmente alterado, mas até a razão do Instituto Médico Legal. O Instituto Médico Legal foi constituído num sentido hoje muito de análise de morte e não de defesa de vida. O Instituto Médico Legal tem que ganhar um caráter científico. Quando vou analisar uma morte, chamada natural, ela é natural mesmo ou teve algo por trás que conduziu à morte? Porque há uma história, e eu posso usá-la como prevenção, para que outras mortes não ocorram naquele sentido. Ou mortes por alguma doença, alguma causa mórbida, porque também posso tê-la como um estudo científico.

Isso só será feito se tiver um conjunto de trabalho e por iniciativa do Ministério da Saúde, para trabalhar juntamente com o Ministério da Justiça. Caso contrário, vamos continuar por muitos anos com esse tipo de postura do Instituto Médico Legal.

Você é médico. Eu sou médico. Fui médico; agora, estou quase saindo. Vinte anos fora e já falo que fui. Passamos pelos Institutos Médicos Legais. Quem foi estagiário de Direito em Instituto Médico Legal e por ali também passou, sabe como é feita a coisa. Então, é uma observação que faço, para que possamos até retomar num outro sentido, em outra perspectiva de debate.

Para o Ministério da Educação eu quero também fazer pergunta, Fábio. Primeiro, qual é o percentual de professores capacitados pelos cursos ofertados pelo programa Gênero e Diversidade, na escola, em relação ao universo de professores na rede pública?

E, segundo, nos últimos anos, temos observado um crescimento da violência dentro da sala de aula contra professoras e professores. Pelo que observamos dos casos que chegaram à mídia, apenas professoras foram agredidas. Essa é realmente a realidade? As professoras são as principais vítimas dessa violência? Porque pela mídia temos conhecimento de mais professoras sendo vítimas do que professores. Então, qual a realidade? O ministério tem registro sobre isso? E como o ministério está tratando essa questão? Há estatísticas?

Em outra reunião desta CPMI, eu fiz uma observação e quero perguntar, agora, a respeito daquela observação sobre a análise do material didático. Nós sabemos o que chega à escola, pois passou por uma análise prévia do Ministério da Educação. Mesmo assim, às vezes o material chega e um ou outro leva a polêmica da questão de gênero, do tipo que mantém culturalmente o machismo. Um ou outro chega. Mas das análises antes de ser selecionado, qual é a característica? Tem algum dado? Vocês encontram muito isso em material didático? Quando é feita a seleção, você já tirou uma boa parte fora. Qual o percentual constatado nesse material?

Presidenta, essas são as perguntas que me coube agora fazer e agradecer.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputado Dr. Rosinha.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha, uma das que mais questiona a discussão sobre a educação e o papel da educação no combate à violência.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – Na verdade, com relação à educação, algumas questões eu tinha colocado para o representante do Ministério da Justiça.

Eu fui secretária de estado por vários anos; Presidente do Conselho Nacional de Secretários. E o meu questionamento foi ausência, porque sei que é ausente. Embora tenha possibilidade de apoio, não tem uma política consistente em relação à questão da educação prisional. E a minha pergunta foi nesse sentido, da possibilidade de ser mais agressivo em relação a essa questão da política de incentivo à escola e à educação.

Eu sei que não compete ao Ministério da Educação criar disciplinas, mas criar programas de formação para tratar do tema, sim. Acho que um pouco é responsabilidade dele, inclusive porque na questão da homofobia existe uma provocação; na questão racial,

étnica, também existe uma ação mais direcionada. Mas a violência contra a mulher é muito velada, como se não fosse um problema que precisasse ser tratado na escola. Então, acho que é possível o ministério trabalhar num programa direcionado a tratar esse tema.

A profissão do magistério é fortemente feminina, principalmente no ensino fundamental. Mas a tratativa do tema em relação à questão de gênero e mulher pode ser abordada melhor. Então, eu queria saber se tem algum programa nesse sentido e sobre a possibilidade de que isso fosse tratado de maneira mais centralizada.

Falo, inclusive, pela própria experiência que tive. Não era um tema que provocava tanto. Quando a gente lidava com educação prisional, sim, porque existia a situação diferencial.

Eu queria, na verdade, fazer esse apelo, para que se pudesse trabalhar, de uma maneira articulada, com os secretários estaduais e municipais, na criação de programas que pudessem tratar do tema.

Isto é velado, mas, muitas vezes, a própria professora, do sexo feminino, reforça os padrões, a discriminação, o tratamento, e naturalmente a coisa não muda.

Acho que é preciso haver um enfrentamento e saber, em relação às universidades, se é possível também, numa ação direcionada ao Ministério, tratar desse tema.

A SRª PRESIDENTE (Jô de Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Professora Dorinha, Deputada Professora Dorinha.

Nossa Vice-Presidente assume seu posto – Deputada Keiko. Nós estamos disputando com o ICMS, e as Deputadas, incorporadas na luta dos seus Governadores, estão tendo de desdobrar-se nesse processo aqui, não só do ICMS, como também da instalação da CPMI do Cachoeira.

Eu queria, Dr. Helvécio, algumas questões. Considero primeiro o sentimento – e estarem nessa Mesa os três Ministérios é algo fundamental – de que há uma certa... de que há pouca articulação entre os três Ministérios, que, no nosso entender, são fundamentais no combate, no enfrentamento à violência contra a mulher.

Eu queria, no caso do Ministério da Saúde, que apresenta um conjunto de serviços, uma estrutura de serviços, e um comprometimento mais próximo, um acompanhamento mais próximo, até mesmo porque é o primeiro acolhimento da mulher vítima de violência é o Ministério da Saúde, perguntar: o que caracterizam os 552 serviços a que o senhor se referiu? São apenas os sentinelas, já que os sentinelas estão apenas nas 23 unidades? Isso para nós é fundamental para que possamos saber que porta de entrada as mulheres têm.

O segundo aspecto: há algum tipo de mecanismo, para aferirmos a aplicação das notificações com-

pulsórias? O Sistema Único de Saúde acredito que seja uma das estruturas do Estado mais articuladas internamente. Há um grau de interlocução entre os diversos setores, mas queria ver como há o controle dessa notificação.

No caso das instâncias de controle social – eu já os integrei, fui membro de conselhos de controle social no meu Estado, quando V. Exª era Secretário de Saúde –, elas não discutem essa questão.

Como é possível que o Conselho Nacional de Saúde incorpore dentro de si... Talvez seja o caso, vamos apreciar com os demais integrantes da Comissão, a possibilidade de convidar as instâncias de controle social dos referidos Ministérios, menos o Ministério da Justiça, em que não há uma instância, para que efetivamente nós as tenhamos como parceiros.

Esse debate é orientado. O Conselho Nacional já teve isso na sua pauta. Sei que a polêmica central da conferência nacional anterior, a principal, foi a interrupção da gravidez nos casos legais, e foi feito um debate equivocadamente, sem a ótica da ciência, da legalidade, e, sim, sob a ótica das paixões. Eu queria saber se há essa pauta.

Para o MEC, o que sinto, Prof. Fábio, é certo distanciamento da articulação, e, no seu relato, se inicia a construção de iniciativas nesse campo, mas ainda não com a abrangência necessária e fundamental que o Ministério da Educação tem.

Por exemplo, nós sabemos que uma das dificuldades que o Ministério da Educação tem diz respeito à escolha e à indicação de livros didáticos, algo que enfrenta na sociedade – enfrentou até nesta Casa – uma polêmica muito dura, muito difícil. É possível a construção nas comunidades educacionais, nos conselhos das unidades básicas integrados por pais, professores, alunos e funcionários, que haja a indicação desse debate? Existe alguma iniciativa? Porque se nós não quebrarmos o preconceito na base, nós vamos ter esse crescimento da gravidez precoce das crianças, e enfrentamos dificuldades para levar adiante esse debate.

Querida, por último, saber se existe algum foro intersetorial – não um foro convocado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) – que integre o espaço conjunto de vocês ou se é apenas pontual a participação de vocês em eventos que a Secretaria de Políticas para as Mulheres realiza.

Ainda uma última questão. Nós vivemos processos difíceis, mas temos um bom parceiro, que é o Ministério Público, e temos um bom parceiro agora, que é o CNJ, que nos apóia no enfrentamento desses processos. Gostaria de saber, no caso específico da violência no interior das escolas, se há alguma parce-

ria com o Ministério Público para uma construção que envolva a própria comunidade.

Eram essas as questões que eu gostaria de passar para as senhoras. A nossa Deputada Keiko fará seus questionamentos antes de retornarmos aos debatedores.

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP) – Bom-dia a todos.

Gostaria de agradecer a presença dos representantes do Ministério da Justiça e da Educação e a participação do Executivo Federal, que muito nos alegra e, tenho certeza, trará mais valor aos trabalhos desta Comissão. Vocês nos trouxeram informações importantes, que contribuirão fortemente para a construção de um relatório embasado em informativos, que nos proporcionará a possibilidade de saber onde aplicar nossos esforços para melhorar a rede de atendimento à mulher.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao nosso Secretário da Educação.

Entendo que hoje uma das principais causas da violência dentro das escolas é a prática do *bullying*, que traz como consequência a violência na vida adulta – vide o caso do Realengo. Portanto, eu gostaria de saber do Ministério da Educação se existe nas escolas algum programa de prevenção da violência, como o atendimento psicopedagógico. Em caso positivo, existe algum dado que comprove a sua eficácia?

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada.

Uma última pergunta do Deputado Dr. Rosinha e, em seguida, passo a palavra ao Dr. Helvécio.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Dirijo minha pergunta também para o Fábio. Apresentei anteriormente aquela questão da análise dos livros que vão ser usados. Nessa análise dos livros didáticos, há também a avaliação com relação à flexão de gênero?

É só isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra o Dr. Helvécio.

O SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR – Obrigado.

Antes de tentar responder cada pergunta, quero dizer que também trouxe, para deixar aqui com a Presidenta, nossos materiais, que reeditamos para divulgação ampla na rede do Sistema Único de Saúde, materiais relativos à violência contra a mulher – foram reeditados no ano passado e estamos preparando alguns outros materiais.

Eu queria fazer, primeiro, mais uma vez, referência ao que disse o Deputado Dr. Rosinha sobre os Institutos Médicos Legais.

Queria deixar registrada uma proposta do Ministério da Saúde: que nós possamos modificar o marco legal brasileiro no sentido de deixar clara – sem precisar de acordos com o Judiciário, como os que já estão em curso em Minas Gerais, em Belo Horizonte – a validação, como provas periciais, das avaliações feitas nos serviços de atendimento à mulher e contra a violência, desde que certificadas pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Justiça, dentro de padrões a serem acordados. Que surja uma legislação no Brasil, a partir desta CPMI, para validar isso, tirando do IML... Eu concordo com o Dr. Rosinha por outras razões, o IML também tem de ser modificado radicalmente, acho que é preciso ampliar os serviços de verificação de óbito, que têm outra conotação. De toda forma, a questão das mortes violentas no Brasil precisa de outra forma de tratamento. No caso específico da violência contra a mulher, acho que temos esse caminho de dotar de força legal, para efeito pericial, os serviços, desde que com padrão de qualidade, de notificação etc. Essa é a primeira coisa.

A segunda questão envolve o Ministério da Justiça. Nós temos uma boa novidade: é que, a partir de agora, o Ministério da Saúde, pela primeira vez, passa a integrar o Conselho Nacional de Política Penitenciária, e nós estamos reformatando a política de saúde prisional.

Nessa reformatação, há um aspecto muito importante em relação à mulher. Nós temos toda possibilidade, estamos discutindo isso, além de outras iniciativas em curso, para levar... O Brasil talvez esteja entre os países com maiores possibilidades de remissão de pena, por várias razões, por estudo, por trabalho. Nós temos todas as condições de oferecer uma alternativa às complexas estruturas para o atendimento à gestante nos presídios femininos. Como na imensa maioria dos casos, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, as mulheres cumprem penas leves, é possível, por exemplo, que mulheres em gestação tenham prisão domiciliar quando apenadas. Não tem sentido você montar uma estrutura dentro de uma penitenciária quando é possível um cuidado muito melhor fora do presídio, fazendo pré-natal, acompanhamento. Então, há iniciativas que esta Comissão também pode fortalecer, além de outros aspectos relacionados à questão das mulheres em cerceamento de liberdade.

Outra questão que eu queria abordar muito rapidamente – não está na minha apresentação, mas nós começamos a discutir a partir de uma reformatação, numa parceria que em 2011 nós fortalecemos e modificamos completamente junto com o MEC – é o Saúde na Escola. Esse programa está sendo um verdadeiro

sucesso: 56 mil escolas aderiram este ano, o que significa 11 milhões de alunos e alunas.

Tratamos este ano a obesidade infantil como grande temática, introduzimos a semana Saúde na Escola, que foi um sucesso no Brasil todo. Vamos avançar na questão na primeira infância, que é um projeto que integra vários Ministérios coordenados pela própria Presidenta, com aspectos inovadores, chegando, além da pré-escola, às creches. Portanto, o Saúde na Escola e tudo o que ele pode ter – aí ampliando para Municípios e para mais escolas – é uma possibilidade muito singular de trabalhar a questão da violência nos seus aspectos mais preventivos, na mais tenra idade, levando isso para o currículo escolar.

Há muitas iniciativas nas escolas na grade curricular, principalmente nas escolas que têm tempo estendido, tempo integral, que têm mais versatilidade na grade curricular, que têm debatido isso. Então, é muito importante, porque esse tema chega à família. E nós temos observado, por informação de algumas secretarias municipais, que, ao levar isso para a escola, a notificação aumenta nas unidades de saúde, porque esse tema começa a aparecer, começa a deixar de ser tabu, a criança começa a comentar com a professora, e a professora notifica. A equipe de saúde que vai estar na escola interagindo, ganhando legitimidade ao fazer exame de acuidade visual, pesando, medindo, ela começa a captar sinais muito precoces além do desempenho escolar, que também é um indicador sensível para a questão da violência contra a criança. Isso pode ampliar nossa rede, além das ações de prevenção e de autoproteção. Então, esse é um aspecto importante.

Vou tentar responder as questões pela ordem. Há algumas que podem ser associadas.

Primeiro: nós ainda estamos discutindo mais detalhadamente os critérios para a expansão da rede, separando um pouco. Na questão do abortamento legal, nós queremos utilizar os condicionantes da Rede Cegonha, que trata com as maternidades, trata com as unidades básicas, trata com as unidades de urgência, Samu etc. Esta discussão nós estamos fazendo no Brasil todo, a estruturação da rede de assistência obstétrica e neonatal, aproveitando esse momento de discussão com Estados e Municípios, participação direta do Ministério, para que possamos determinar a melhor forma para promover a ampliação dos serviços de abortamento legal. Então, vai ser no bojo da discussão estadual que nós vamos identificar o melhor serviço e dotar os atuais de melhores condições, visitando cada um deles para ter garantia de seu funcionamento.

O mesmo vale para a rede Viva.

Vamos separar um pouco. Os pontos-sentinelas: é a rede Viva. Isso, junto com a Secretaria de Vigilân-

cia, nós estamos discutindo, entrou no planejamento estratégico do Ministério a expansão dessa rede. Mas ela é uma rede especial. Nós queremos é que a rede toda do Sistema Único de Saúde notifique, porque ela é de notificação compulsória. Aí, nós estamos aperfeiçoando, como em outras notificações, os padrões de monitoramento da notificação. Por exemplo, unidade que nunca notificou, por si só, já está no nosso radar, porque há algum problema. Então, nós estamos apertando, inclusive com auditoria e a Secretaria de Vigilância, para estabelecer um padrão para a notificação em toda a rede, na rede Viva, e os serviços para a ampliação dos serviços para abortamento legal.

Nesse sentido, da rede, é que nós vamos localizar os novos serviços. Aí, a ideia é que nós tenhamos em todos os Estados e buscando atingir – nós temos cerca de 400 regiões de saúde no Brasil – regiões que tenham certa característica histórica, econômica, cultural e de serviços de saúde, mas que, progressivamente, todas essas regiões tenham serviços de referência e que isso seja do conhecimento de todos. Aí se inclui essa questão que foi aqui colocada: a interiorização para o atendimento às mulheres do campo e das florestas.

Outra questão colocada, que é uma preocupação nossa: que o *kit*, que os materiais cheguem efetivamente. Aí, nós temos muita fragilidade, é preciso reconhecer. Não é à toa que nós estamos ainda – ao contrário da caminhada natural do Sistema Único de Saúde de descentralizar, ainda que também haja razões de escala econômica – mantendo centralizada a compra de anticoncepcionais e métodos contraceptivos: porque nós queremos ter a garantia de que, simplesmente ao passar o recurso, pressões locais de várias ordens não impeçam as secretarias municipais de comprar, adquirir e distribuir métodos contraceptivos. Portanto, nós temos tido muita dificuldade para fazer os *kits* de prevenção chegarem à ponta. Talvez essa ideia da Deputada Jô, da informação com controle social, com os conselhos, possa ser uma alternativa. Admitimos que temos ainda de avançar muito para garantir que isso chegue na ponta. Nós temos ainda muita dificuldade. À medida que esse tema vai ficando mais popular e com o movimento social, a situação vai melhorando. Temos feito um esforço com os gestores municipais, com o próprio Conasems, que é a entidade nacional dos gestores, para que isso aconteça.

Também é muito importante outro tema que foi aqui colocado. Nós temos novas vulnerabilidades. Falei da questão do tráfico de pessoas, mas há a questão da droga – o Deputado Dr. Rosinha lembrou bem.

Uma dupla catástrofe é a adolescente grávida dependente de *crack*, pelo uso, pela superdosagem, pela abstinência e pela ausência de cuidado no pré-natal.

Nós temos tido, na discussão da rede de cuidados com a pessoa dependente de *crack*, álcool e outras drogas, essa preocupação. Muitas cidades, por apoio nosso, por indução nossa, já estão se organizando para que haja serviços que façam com que os dispositivos que nós estamos introduzindo – as unidades de acolhimento, os consultórios na rua, a articulação com as equipes de cuidado com a população de rua, da assistência social – atendam a mulher adolescente, com um cuidado especial, na contracepção e no caso de gravidez. São muitas! São muitas... Eu acompanhei, recentemente, em São Bernardo do Campo, é uma situação presente na Unidade de Acolhimento a Dependente Químico e no Consultório na Rua, e tem toda sistemática diferente, porque não dá para encaminhá-la para entrar na fila para fazer ultrassom. Tem de ter uma articulação muito grande, o Consultório na Rua e as equipes estão fazendo isso de que tem de entrar na agenda do ultrassom. Por exemplo: eu vi e acompanhei um caso lá em São Bernardo.

Então, são novas vulnerabilidades e acho que o tema é este mesmo e que, às vezes, se associa em duplas e triplas vulnerabilidades. Isso está nos campos, nas cidades e, em especial, nas grandes cidades e suas periferias.

Quanto à expansão, eu já disse...

A Deputada Jô coloca muito bem quanto a ser frágil nossa articulação. Eu sinto que há mais articulação na ponta que no Governo Federal – e isso a gente tem discutido nos ministérios. Quanto mais a gente sinaliza nos ministérios sua ação integrada, facilita muito a atuação na ponta: viram verdadeiros normativos, pois o trabalho na ponta é o mais naturalmente feito junto – a gente tem acompanhado isso, especialmente as de saúde e as de assistência social têm... As equipes – até por eficiência ou autoproteção, pois é sempre uma ação delicada e que gera muitos estresses nas equipes a convivência com muitos dramas individuais e familiares – têm de tentar trabalhar junto. Agora, quando a gente passa a induzir a essa demonstração de trabalhar juntos, acho que há um espaço ainda entre os ministérios para que isso aconteça, sempre com os Estados e Municípios.

O termo da notificação eu já abordei... É um esforço permanente de qualificação em todas as áreas. A notificação compulsória começou mais recentemente... Tem um longo tempo que a gente pode agilizar para qualificar essa notificação, mas isso aconteceu com as doenças de notificação compulsória.

E a questão do controle social... Eu acho também que essa ideia de também chamar o movimento social, os conselhos em especial... Esse tema é muito pouco pautado (é muito pouco pautado) nos conselhos

municipais, nos conselhos e no Conselho Nacional de Saúde. Eu acho que é uma ideia muito boa a de que isso também seja também pautado aqui.

A questão do que caracteriza o serviço (sem entrar muito em detalhe).

Você tem de ter condições mínimas no serviço de atendimento de violência contra a mulher, em especial a violência especial. Você tem de ter equipe, minimamente, ter um normativo para isso; estrutura física com área reservada, por exemplo, caso seja um serviço de urgência, pois não pode ser no meio do atendimento da classificação de risco já que é necessária uma área reservada. Tem de ter um padrão esperado de qualidade e de capacitação das equipes e medicação específica. Não se exige um grande aparato tecnológico, mas é preciso de medicação específica como, por exemplo, a prevenção de contracepção de emergência, que nós estamos reforçando a distribuição, com todo o cuidado, e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como, em especial, Hepatite C e AIDS, nas quais se pode ter um monitoramento, pois, além do exame (porque tem janela imunológica), pode ter o tratamento imediato e o acompanhamento ao longo do tempo, além dos aspectos que também exige uma rede mais integrada e que abrange os aspectos psicológicos. Em linhas gerais, é isso o que caracteriza.

Nós estamos no esforço de ampliar essa rede, mas, fundamentalmente, sensibilizar o conjunto da rede para que possa notificar, cuidar e ter essa integração com os demais pontos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Elvécio. Sem dúvida nenhuma, nós vamos continuar a fazer essa discussão, sobretudo da relação da estrutura da saúde (da ponta), nos postos de saúde, com as delegacias que recebem as queixas de estupros. Nós temos um caso em Minas de uma pessoa com deficiência mental que foi estuprada e que, dirigida, não foi orientada a tomar o *kit* preventivo. Então, é outro desafio que nós vamos ter.

Com a palavra, o Prof. Fábio.

O SR. FÁBIO MEIRELLES HARDMAN DE CASTRO – Obrigada, Deputada.

Primeiro, obrigado, Deputada Jô, Deputada Dorinha, Deputada Keiko, Prof. Rosinha, pelas perguntas e pelas preocupações. Vou tentar passear um pouco sobre todas elas sem a pretensão de as responder, porque, na verdade, vou voltar ao Ministério e tentar colocar este debate e provocar internamente estes assuntos para que a gente tenha um cuidado e uma atenção melhor e discuta internamente com todas as coordenações, diretorias e secretarias envolvidas.

Mas, com relação ao percentual de professores capacitados, é um percentual muito baixo sim. A

gente tem, de acordo com o censo escolar, por volta de dois milhões de professores na educação básica. Eu falei aqui em um número de aproximadamente 50 mil professores capacitados em gênero e diversidade na escola – que é nosso curso. Mas queria também chamar a atenção de que são 50 mil capacitados no curso de gênero e diversidade na escola; a gente tem vários outros, dezenas de outros cursos de capacitação. Então, tem professores se capacitando em gênero e também professores se capacitando em educação escolar indígena, educação quilombola, em educação de jovens e adultos, em língua estrangeira, em violência na escola, outros cursos que são oferecidos pelo Ministério da Educação.

Então, a gente ainda tem um percentual muito baixo, mas o principal foi a gente ter se comprometido com a Presidência da República, com a Casa Civil, com a Secretaria de Política para as Mulheres e, mais ou menos, duplicar ou triplicar as metas de formação de cursos de gênero e diversidade. Esse é um compromisso do MEC, e a gente tem trabalhado para duplicar ou triplicar as metas de formação nos cursos de gênero.

Com relação a registro, estatísticas... A gente tem... O MEC, na verdade (como eu já expliquei, sem ser repetitivo), a gente não tem um sistema único. Então, a gente não pode impor uma ficha ou um fluxo de notificação de violência. As Secretarias... A Deputada aqui foi Secretária e sabe melhor do que eu de que as Secretarias têm autonomia didático-pedagógica de, inclusive, criar um fluxo de notificação e, na verdade, questionar o MEC ou fazer parceria ou não com o MEC. Na verdade, a gente tem uma sugestão de ficha de encaminhamento que a gente submete às nossas universidades e escolas. A gente está fazendo esse debate com todos os ministérios. Como foi falado aqui pelo Secretário do Ministério da Saúde, é um debate grande. Na verdade, no âmbito de um plano: O Brasil Protege suas Crianças, que é um plano da Presidência da República, a gente tem feito a discussão de que, na entrada, a criança ou a adolescente ou mulher chega ao posto de saúde, no Creas, no Cras, nas escolas, a gente tenha o mesmo fluxo e o mesmo encaminhamento para aquele caso de violência. A gente sabe que os sistemas e os ministérios trabalham muito com sua ficha e seu fluxo. Na verdade, a gente está tentando sentar e conversar todos esses caminhos em um esforço de atuação interministerial e atuação em âmbito nacional para resolver o problema. Então, esse esforço tem acontecido, os ministérios têm sentado, têm dialogado para definir uma ficha de encaminhamento e um fluxo de notificação compulsória de violência, inclusive contra a mulher. Esse assunto tem sido discutido, mas vai ganhar corpo e maturidade nos próximos meses

para a gente lançar uma coisa bastante consolidada e que seja feito o debate com a sociedade.

Com relação à educação prisional, também acho que é um assunto para o Ministério da Educação. É um assunto que está colocado... Eu volto, hoje à tarde, ao MEC para discutir educação nas Unidades de Internação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, o que é um outro grande desafio colocado para o MEC. Na verdade, é um assunto mais complexo, porque educação para adolescente é obrigatória e você não tem como... Na verdade, o preso pode optar por estudar ou não; mas a criança e o adolescente que estão cumprindo medidas socioeducativas têm de receber o atendimento em escolarização e profissionalização. Então, esse assunto também está colocado para o Ministério. A gente está criando portaria interministerial junto com a Secretaria de Direitos Humanos. Mas, o assunto da educação nas prisões, o Conselho Nacional de Educação já estabeleceu diretrizes nacionais para educação nas prisões. A gente sabe que, junto com o Consed, com o Undime, com o MEC, se deve aprofundar esse debate sobre educação nas prisões e que esses cursos todos que eu apresentei aqui, de formação continuada de profissionais de educação, de professores, têm de chegar também para os professores que tanto atuam nas Unidades de Internação quanto nas prisões. Esse debate está colocado nos programas de formação.

Alguém perguntou também sobre parcerias nossas com as universidades. Todos esses cursos que eu falei aqui, gênero e diversidade em escolas, gestão e política, são todos implementados por universidades públicas de ensino superior no País. Na verdade, não é o MEC que dá o curso. Ele lança o edital, e as universidades apresentam os projetos. O MEC seleciona, e as universidades implementam os cursos nos Estados e Municípios. Então, a gente tem uma parceria consolidada do MEC com as universidades, e a gente tem um edital chamado Proext – Programa de Extensão Universitária. Pelo País inteiro, a gente financia projetos e programas de extensão. Há muitos deles (seria bom também a gente encaminhar quais os projetos de extensão das universidades) que já estão atendendo mulheres vítimas de violência. A gente tem muitas universidades com centros de referência e com atendimento primário em violência contra a mulher também. A gente tem universidades pelo País e é bom que a gente faça a sistematização desses dados para incluir no relatório, o que seria importante, porque a gente tem universidades fazendo (além dos centros de referência e de delegacias) esse tipo de atendimento pelo País seja por recursos do MEC, seja por edital do Proext.

Pouca articulação entre os Ministérios...

Eu queria também voltar a falar do PSE, que é um exemplo de articulação interministerial, principalmente nos Ministérios da Educação e da Saúde. Neste ano houve a Semana da Saúde na Escola, que foi um sucesso, com o tema *obesidade*. A gente tem uma equipe no PSE, multidisciplinar, que vai à escola, em que, além de pedagogos, há psicólogos, dentistas e médicos que vão à escola fazer esse atendimento. Na verdade, é a saúde entrando no ambiente da escola e fazendo esse primeiro diagnóstico, esse levantamento. É um programa que tem uma grande adesão de municípios/escolas. Eu acredito que terá uma adesão maior ainda e terá investimento para a gente duplicar ou triplicar esses atendimentos. A gente ontem participou de uma reunião, do Comitê do MEC, do PSE. A gente tem discutido para dar escala ao programa e para dar corpo, ainda mais, a esse programa que a gente entende que é um programa de referência e um exemplo de boa prática de atuação interministerial, educação e saúde – esse Programa de Saúde na Escola. Também há o Saúde e Prevenção nas Escolas, que é outro programa mais conhecido pelo sistema de ensino.

A gente tem nos programas de livro didático, como foi falado, alguns critérios que são de corte, de livros selecionados... Na verdade, o PNLD é um programa da Secretaria de Educação Básica. Então, o Cebap não participa diretamente, a gente participa no estabelecimento de critérios e de parâmetros para os livros. Na verdade, o que a gente tem constatado é que, cada vez mais, esses parâmetros são orientadores. Como o PNLD é o maior programa (talvez do mundo) de compra de livros, ele orienta os escritores/escritoras a fazer livros de acordo com aqueles parâmetros. Então, cada vez menos a gente tem recebido livros em que precisamos excluir ou cortar, porque se tem o entendimento com relação à imagem positiva da mulher, contra os estereótipos de gênero que seriam cortados. Mas a gente ainda tem sim livros que eventualmente fogem do debate e do controle que são distribuídos e de precisamos ter uma atuação mais atenta com relação a essa seleção e essa distribuição. Mas o debate, com relação aos programas de livro didático, também está colocado para o Ministério da Educação e cada vez os critérios são mais rigorosos com relação à seleção e à compra.

A gente tem... A Deputada Jô também perguntou sobre âmbito de atuação e de diálogo.

A gente tem... Nossa coordenação representa o MEC no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ele reúne ministérios, sociedade civil organizada; enfim, um lugar de controle social das políticas em que os ministérios se encontram para discutir políticas. A gente também tem um comitê de monitoramento do

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Então, também nesse Comitê a gente tem um sistema, que é do MEC, o Simec, onde nele a gente tem de atualizar todas as metas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, trimestralmente. A gente tem atenção e cuidado, com técnicos e gestores do MEC para ficarem atentos às metas... Por exemplo, eu falei aqui de metas de alfabetização... Há metas de alfabetização de mulheres. A gente ultrapassou a meta de alfabetização de mulheres. Agora, em nova conferência, em novo plano, vai colocar novas metas de alfabetização de mulheres para o MEC. A gente vai trabalhar nessas metas em um sistema, em um comitê interministerial que tem de responder, principalmente para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, e fazer uma atuação intersetorial de monitoramento da política de igualdade de gênero. A gente tem o CNDN, tem o Comitê de Monitoramento da Política, e a gente tem outros espaços de articulação em que a gente senta com a SPM para discutir a política e também com o Movimento de Mulheres para discutir.

Recentemente, no Fórum Nacional de Educação, foi discutido e foi aberta uma vaga para o Movimento LGBT e para o Movimento de Mulheres. Então, a gente tem a União de Mulheres do Brasil agora compondo o Fórum Nacional de Educação. Então, essa é uma notícia boa também, porque agora o Movimento de Mulheres vai estar no Fórum Nacional de Educação, pautando o fórum e também pautando a próxima Conferência Nacional de Educação, mas de forma mais consistente.

O tema flexão de gênero nos livros ainda não está colocado ainda nos editais. Acho que é um desafio de entendimento interno do MEC também. A gente tem um trabalho lá de dia a dia, enquanto Secad, enquanto Coordenação de Direitos Humanos, também de convencer os outros técnicos e os gestores de outras secretarias – de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Superior – de que são temas relevantes, que a flexão de gênero é importante, mas a gente ainda tem, claramente, resistências. Esse é um debate que está colocado e de que a gente não pode fugir, mas, enquanto Coordenação Geral de Direitos Humanos, eu digo que a gente está absolutamente convencido de que é fundamental e importante. Às vezes a gente tem até de discutir, de negociar com o Comitê de Publicações do MEC, porque é importante fazer a flexão de gênero nos materiais didático-pedagógicos, nos materiais de referência que são selecionados e distribuídos.

Com relação ao *bullying*, tema que também está colocado, que está na pauta, está na ordem do dia, o MEC tem uma pesquisa que está sendo finalizada, que é sobre a violência e a convivência nas escolas brasileiras. É uma pesquisa qualitativa que foi feita pela

Flacso, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que vai ser apresentada nos próximos dias ou meses, com relação à violência e à convivência, falando não só do *bullying*, do preconceito, da discriminação, mas também da violência dura – álcool, drogas, armas – e da discussão sobre normas, condutas nas escolas e um pouco de gestão democrática. Para a gente não ficar só no preconceito, na discriminação e no *bullying*, que é entre pares, entre alunos, a gente também discutiu o tema violência e convivência nas escolas brasileiras.

Eu quero contar para vocês que tive uma mesa com o diretor da Escola Tasso da Silveira, com o diretor da escola de Realengo, no mês passado, e a gente fez esse mesmo debate sobre *bullying* e violência. Na verdade, o que a gente precisa é discutir para além. Por exemplo, sei que a escola está com guarda municipal, teve obras de infraestrutura. Sabemos que, na verdade, contratou-se uma empresa terceirizada para cuidar; os inspetores, agora, são de uma empresa terceirizada. A gente que esses são paliativos que não resolvem o problema. Tem uma questão de fundo colocada sobre a violência e a convivência e, na verdade, a gente precisa aprofundar esse debate. A gente sabe que guarda municipal, aumentar o muro, cuidar da entrada e da saída dos estudantes na porta não irá resolver o problema de violência e convivência nas escolas brasileiras.

Esse debate está colocado, esse assunto está na pauta do dia, o Ministério da Educação tem uma pesquisa que irá lançar e há outros cursos, materiais, programas e projetos que são das Secretarias estaduais da educação. A gente vai também agora lançar um projeto. A gente tem um grande projeto chamado Escola que Protege. Na verdade, ele geraria outro debate, outra mesa, porque é um projeto de discussão sobre abuso e exploração sexual, trabalho infantil, todos os temas de *bullying* nas escolas, com professores de formação, que implementariam um plano de intervenção educacional. É outro debate, mas o MEC está preocupado e tem o Programa Escola que Protege.

Eu poderia falar aqui também mais meia hora sobre o Mais Educação, que é um programa de educação integral nas escolas, que também ajuda e contribui para prevenir, promover os direitos humanos, prevenir a violência nas escolas, na educação integral enquanto estratégia.

Além disso, há o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. A gente tem os conselhos escolares, reunindo a comunidade escolar, profissionais de educação, professores, um grande programa de fortalecimento de conselhos escolares, entre outros programas.

Desculpe-me se me alonguei, mas são vários projetos, programas, ações, iniciativas. A gente está aqui e se coloca à disposição para o debate, para voltar aqui para discutir com vocês.

Obrigado pela oportunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – RJ)
– Obrigada, Professor Fábio.

Eu queria, na oportunidade, registrar, para que todos tomem conhecimento, que, do MEC, existe o 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. São redações, artigos científicos e projetos pedagógicos. No Ministério da Saúde, é importante que todos tenham conhecimento de que há uma norma técnica que trata da prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra a mulheres e adolescentes, que deve chegar à ponta, sobretudo, aos quarenta mil postos e às trinta e oito mil equipes do Programa Saúde da Família.

Temos também os aspectos jurídicos do Ministério da Saúde, do atendimento às vítimas de violência sexual, perguntas e respostas para profissionais de saúde. Temos a anticoncepção de emergência, perguntas e respostas para profissionais de saúde e temos também atenção humanizada ao abortamento – há uma norma técnica do Ministério da Saúde. Temos, ainda, atenção integral a mulheres e adolescentes em situação de violência sexual doméstica, da matriz pedagógica para a formação de redes e, por último, um CD que trata do tráfico de pessoas, do que o SUS precisa saber. Esse material pedagógico é fundamental, para que, na ponta, todos que estão acompanhando o processo da CPMI possam ter acesso para que se eleve o nível dos profissionais. Que esse atendimento e atenção, que é a primeira porta da mulher violentada, tenham um acolhimento mais adequado.

Agradeço ao Dr. Helvécio, à Dr^a Cristina, que já saiu do Ministério da Saúde, Professor Fábio. Agradeço e digo que foi excepcional a informação e a dimensão das propostas apresentadas. Com toda a certeza, aguçaram excepcionalmente a nossa preocupação sobre em que nível estão sendo implementados e controlados esses programas.

Quero agradecer a abertura do Dr. Fábio, de ter esse *feedback*, essa ida e vinda – para respeitar esse um colega de bancada, Deputado Aldo Rebelo, que não gosta de estrangeirismos – do Ministério da Educação com a CPMI e com as demais experiências. Que elas possam se desenvolver ao longo desse processo.

Agradeço a presença de todos. Quero lembrar que, no dia 26 de abril, quinta-feira próxima, haverá uma audiência pública com a Secretária de Políticas para as Mulheres e também com as gestoras do pacto nacional de enfrentamento à violência. No dia 27

de abril, em seguida, na sexta-feira, haverá audiência pública na cidade de Belo Horizonte, na Assembleia Legislativa.

Agradecendo a todos, declaro encerrada esta reunião da CPMI. – Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIAS DE OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2011-CN.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião realizada em 26 de abril de 2012, às nove horas e cinquenta e três minutos, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras: **Ana Rita (PT/ES)**; **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e **Lídice da Mata (PSB/BA)**, das Senhoras Deputadas: **Professora Dorinha Seabra Rezende; Keiko Ota (PSB/SP); Marina Santanna (PT/GO); Sueli Vidigal (PDT/ES); Carmem Zanotto (PPS/SC); Luci Choinacki (PT/SC); Bruna Furlan (PSBD/SP); e Rosane Ferreira (PV/PR)**; do Senhor Senador **Gim Argello (PTB/DF)**; dos Senhores Deputados: **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**; **Ângela Portela (PT/RR)**; **Vanessa Grazziti (PCdoB/AM)** e **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**; **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Célia Rocha (PTB/AL)**, **Dalva Figueiredo (PT/AP)**, **Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)**, o Senhor Deputado **Dr. Rosinha (PT/PR)** Na oportunidade foi realizada a Avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres com as seguintes convidadas: Eleonora Menicucci, Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres; Iraê Lucena, gestora da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba; Joelda Pais, gestora da Secretaria de Políticas para Mulheres do Acre; Eliza Piola, gestora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais e Aparecida Gonçalves, gestora da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Bom dia a todas, gestoras do Pacto contra a Violência aqui presentes, que saíram dos seus Estados, para uma importante contribuição, que já estão dando e que darão, representadas pelas interlocutoras, neste momento. Queríamos dizer que é uma satisfação e um momento ímpar a experiência desta CPMI poder escutar o mais articulado e o mais focado programa de enfrentamento à violência contra a mulher que existe em nosso País.

Sem dúvida alguma, a materialização da experiência se realiza através de vocês. Por isso, acertados todos nós, tomando assento, havendo número regimental, declaro aberta 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 04, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Esta audiência pública tem como objetivo central a avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que, como já repeti, é a principal e mais importante experiência de programa articulado em todo o território nacional.

Para fazer parte desta audiência, convidamos, com muita satisfação, porque ela é parte da história da luta dos movimentos de mulheres nessas últimas décadas, para fazer valer o pensamento emancipacionista, um avanço de formulação de políticas públicas, com a experiência pessoal de ter atravessado os mais duros momentos de resistência democrática neste País, é com muito orgulho histórico e muita gratidão que convidamos a Ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, nossa companheira, Eleonora Menicucci. (*Palmas.*)

Partilhando da Mesa com a Ministra, estaremos também representando as 27 gestoras aqui presentes, já convido para a Mesa a Secretária de Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, meu Estado natal, Iraê Lucena. (*Palmas.*)

Convidamos também a Secretária de Política para Mulheres do Acre, nosso grande pequeno Estado do Norte, Joelda Pais, e também, para partilhar da Mesa, nossa Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais, que receberá amanhã a CPMI, nossa amiga Eliana Piola. (*Palmas.*)

Gostaríamos de agradecer, desde já, a pronta disponibilidade da Procuradoria Regional da República, que nos cedeu o Procurador José Adonis de Araújo Sá, para contribuir e colaborar com a reflexão desta CPMI.

Muito obrigada, Procurador.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: a Ministra terá até meia hora para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpeleção pelos membros inscritos dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta da Ministra, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se à Ministra o mesmo tempo para tréplica. A palavra às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição regimental.

Antes de passar a palavra para a Ministra, vamos conceder a palavra à nossa Relatora. Já apresentando a justificativa, a Ministra está com problemas de garganta e talvez não queira, por uma prevenção de saúde, usar todos os minutos que tem disponível. Vamos levar em conta na dinâmica dos trabalhos a situação particular dela tanto do ar condicionado, como do tempo de que ela terá de dispor preventivamente, devido às suas condições de saúde.

Com a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Bom dia! Quero cumprimentar aqui todas as gestoras do Pacto presentes, representando todas as gestoras do nosso País, de todos os Estados brasileiros, a nossa Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Ministra Eleonora, as três gestoras do Pacto, que aqui estão à Mesa – Iraê Lucena, Joelda Pais e Eliana Piola -, que atenderam ao nosso convite para estar aqui hoje, também se manifestando. Quero cumprimentar a Deputada Jô Moraes, Presidente da nossa Comissão, e a Deputada Keiko Ota, nossa Vice-Presidente.

Sr^a Ministra, primeiramente, queremos agradecer a sua presença, atendendo ao nosso convite, para, na manhã de hoje, fazer uma avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esta avaliação é muito importante, para que possamos saber como está, em todos os Estados brasileiros, o cumprimento do Pacto, assinado por todos os Estados.

Então, essa avaliação, para nós, é essencial, a fim de que possa subsidiar o nosso Relatório, que apresentaremos, no final dos nossos trabalhos desta Comissão.

Quero aqui, Ministra, antes da sua fala, fazer uma contextualização e já me antecipar em algumas perguntas que considero importantes, levando em conta, inclusive, algumas audiências públicas que realizamos aqui no Congresso Nacional, uma audiência pública já realizada no Estado de Pernambuco – previstas outras para os próximos dias –, o diálogo que temos

tido com as pessoas responsáveis pelo Pacto – as gestoras estaduais.

Então, há algumas questões em que nos estamos antecipando. Gostaríamos de levantá-las já no início, antes da sua fala, para que, se for possível, já na sua fala, essas questões possam ser esclarecidas. Sabemos da sua dificuldade de poder falar, devido ao problema de garganta, mas acho que é possível contar com a colaboração das demais profissionais da SPM, caso a senhora não possa ficar até o final, para responder a todas as questões.

Então, sabemos que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher é a principal política pública destinada a enfrentar esse grave problema.

Por isso, essa iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres, através da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, deve não apenas ser mantida, como ampliada. Assim, é dever dos poderes públicos, incluindo o Congresso Nacional, fortalecer o Pacto.

O Pacto estabelece não apenas políticas ou destina recursos para a sua execução, mas, sobretudo, fortalece os mecanismos de mulheres, encarregados de coordenar as políticas pactuadas pelos Estados. Nesse sentido, as gestoras do Pacto são fundamentais para a coordenação e concretude deste. Sabemos que um dos seus grandes desafios é fazer chegar a cada mulher que necessita de ajuda, isto é, chegar aos municípios, principalmente, os mais distantes ou de difícil acesso.

Para executar política de grande alcance e impacto, como a que se propõe o Pacto, é necessário, de um lado, que a Secretaria disponha de recursos orçamentários adequados a essa grande tarefa e, de outro, que haja o monitoramento da aplicação dos recursos e de sua implementação.

Diante disso, Sr^a Ministra, gostaríamos que fossem esclarecidos os seguintes pontos. Aí vou levantar, pelo menos, neste momento, sete pontos:

1º) O Pacto é um acordo entre a União e os Estados, requerendo, portanto, contribuição em recursos financeiros e humanos. Os Estados têm contribuído financeiramente para a implementação do Pacto? Ou seja, além da participação do Governo Federal, qual tem sido a participação dos Estados?

2º) Um dos objetivos do Pacto, mais precisamente seu objetivo específico, é diminuir os índices de violência contra as mulheres. Que indicadores são usados para isso? Dito de outra forma: há indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto que permitam inferir que houve diminuição dos índices de violência contra as mulheres?

3º) Desde a criação do Pacto, observa-se um crescente aumento de recursos. No entanto, em 2009, o Pacto recebeu R\$48 milhões e, em 2010, apenas R\$17 milhões. Em 2011, foram R\$27 milhões. Comparativamente a 2009, houve uma diminuição drástica de recurso nos últimos dois anos, o que nos leva a pensar que, com os recursos atuais, não será possível avançar muito. Como a senhora vê essa diminuição dos recursos?

4º) Esta pergunta é sobre a Central 180, que inclusive a SPM pela internacionalização dos serviços. Inclusive, estivemos pessoalmente visitando a Central, bem organizada, com uma equipe muito boa, fortalecida, mas há uma questão que nos preocupa. É isso que vou perguntar agora. O que nos preocupa é o fato de não ser acessível às mulheres com deficiências. Portanto, a minha pergunta é se há alguma iniciativa em curso, ou pensada, para que as mulheres com deficiência possam acessar os serviços.

5º) Ainda sobre acessibilidade, como o Pacto enfrenta o problema da violência contra as mulheres com deficiência? Essa é uma questão que, por diversos momentos, tivemos a oportunidade de ouvir de gestoras. Portanto, essa é a razão da nossa pergunta com relação a isso.

6º) Sabe-se que as Polícias Cíveis e Militares recebem a maioria dos encaminhamentos das violências, o número 190, da Polícia Militar, recebe muitas denúncias. Pergunto: Os policiais do 190 recebem capacitação específica para atender às mulheres?

7º) Sabemos que a rede de serviços é fundamental para atender às mulheres em situação de violência e para a implementação da Lei Maria da Penha. Sabemos também que hoje a rede é muito limitada e necessita ser ampliada e continuamente capacitada. Por outro lado, são poucos os serviços e poucas mulheres. Há indicadores do número de atendimentos prestados pelos centros de referências e casas abrigo? E sobre a qualidade dos atendimentos?

Srª Ministra, para facilitar, posso deixar as perguntas por escrito para que V. Exª possa responder. Acho que isso ajuda num primeiro momento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Srª Ministra Eleonora Menicucci, que terá até 30 minutos para a sua exposição.

A SRª ELEONORA MENICUCCI – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento, com muito respeito e admiração, a Presidenta desta CPMI, a Deputada Jô Moraes, antiga companheira. Enquanto ela nascia na Paraíba, um pouco antes nasci em Minas Gerais. Depois, trocamos. Eu fui para a Paraíba, e ela permaneceu em Minas, e depois nos encontramos em vários rincões deste País.

Cumprimento a Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Keiko Ota, paulista, a quem também, pelo seu sofrimento e pela sua trajetória de vida, dedico o maior respeito e admiração.

Cumprimento a Srª Relatora, Senadora Ana Rita, recém conhecida, mas, no conhecimento recente, tive a sensação, que tem sido reafirmada pela sua prática, de uma mulher guerreira, corajosa, amiga, solidária e, sobretudo, feminista.

Em nome delas, cumprimento a todas as Parlamentares, Senadoras e Deputadas, Senadores e Deputados que, por ventura, estejam aqui, em meu nome próprio e em nome da Secretaria.

Cumprimento as gestoras do Pacto estaduais, a quem, em nome da Secretaria, dedico uma homenagem especial, porque, sem vocês, tenho certeza absoluta de que nenhuma ação de enfrentamento à violência contra as mulheres terá efetividade ou eficácia, e a colaboração tem sido bastante e muito produtiva.

Nesse sentido, em nome das duas gestoras da Mesa, cumprimento a todas e digo que é o maior orgulho trabalhar com vocês e ter em cada uma de vocês uma aliada na luta contra a violência às mulheres. E tendo vocês como aliadas, eu tenho certeza de que os governos estaduais não terão paz nessa questão porque se tem uma coisa que nós, mulheres, aprendemos ao longo das nossas vidas foi não dar sossego para a sociedade patriarcal. É exatamente por isso que nós, em comum acordo com o Senado, a Câmara, esta Casa, as mulheres parlamentares, construímos essa proposta da CPMI.

Ela é de responsabilidade bilateral e nós, do Governo, do Executivo, empenhamos tudo aquilo que podemos e que não podemos na pessoa da Presidenta Dilma e na minha pessoa, para que esta CPMI tenha de fato um lugar histórico na luta de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Cumprimento toda a equipe técnica da CPMI, dos gabinetes das três parlamentares, que tenho certeza de que sem elas...

A SRª ELEONORA MENICUCCI – ...e de todos os gabinetes da Mesa Diretora desta CPMI, porque tenho certeza de que sem essa equipe técnica competente e compromissada, nós não vamos a lugar nenhum.

Cumprimento a equipe da SPM e, em nome da Secretária Cida Gonçalves, toda a equipe não só da Secretaria de Enfrentamento à Violência, mas da CPMI, da SPM, que tem trabalhado cotidianamente para não faltar nada para essa Secretaria e nessa luta; cumprimento a Assessora Parlamentar Regina Dami e agradeço pelo trabalho que faz de articulação direta da SPM com esta Casa; cumprimento o Coordenador de Comunicação Nei Bonfim, da SPM, que representa

aqui uma nova concepção de atuar na comunicação para fora, e toda a equipe da SPM.

Tenho muito orgulho, muita satisfação de estar nesta Mesa aqui neste momento, prestando contas de um Governo com o qual concordo e me dispus a enfrentar mais esse desafio para servir as mulheres brasileiras. E é por isso que estou aqui. Não estou aqui como apenas uma Ministra que tem uma história feminista, de que me orgulho muito, e dela não abro mão, mas com a responsabilidade que ser Governo me exige, para fazer avançar a luta e os direitos das mulheres.

Estou aqui em nome da Presidenta Dilma, que me ligou ontem e pediu que eu transmitisse de verdade a todas as parlamentares que dirigem esta Comissão, a todas as gestoras, a todas as Senadoras e Deputadas um grande abraço. Ela torce para que esta CPMI tenha um efeito positivo, propositivo no avanço da luta pelos direitos das mulheres de viver sem violência. Foi a frase dela.

E eu quero também dizer que neste dia de hoje, véspera do Dia Internacional das Trabalhadoras Domésticas, que é amanhã, eu rendo uma homenagem às nossas guerreiras, companheiras trabalhadoras domésticas, que, em sua maioria negras, estão em situação de maior vulnerabilidade nos empregos precarizados.

Convido todos e todas, embora sabendo que não poderão comparecer, porque têm dia aqui nesta Casa, a uma atividade que nós faremos, de debate, hoje, na SPM, com a colaboração, com a presença da Ministra Luiza Bairros, da Presidente da Fenatrad, a Cleuza, da Maria Betânia, do SOS Corpo. Falaremos sobre o avanço da posição do Governo na incorporação dos direitos no relatório da Deputada Benedita sobre as trabalhadoras domésticas, para que, mais cedo do que imaginávamos, o Brasil ratifique na OIT o trabalho decente.

Então, recebam todos os meus cumprimentos, pelo importante trabalho doméstico, pelo importante ramo das trabalhadoras domésticas neste País. Quero dizer que essas mulheres são vulneráveis à violência, vários tipos de violência.

Eu trouxe um *power point*. Gostaria de passar e depois responder as perguntas.

Na realidade, o meu problema de saúde não é garganta. É um edema na traquéia. Estou com cortisona e antibiótico desde ontem, porque quem está acostumada com o buraco de ozônio e com a poluição de São Paulo não acostuma com a secura de Brasília e com ar condicionado – lá nós não usamos ar condicionado. O meu edema é decorrente de uma alergia a ar condicionado. Mas eu já vou melhorar porque tenho que ir ao Panamá na semana que vem.

Antes de começar, quero dizer que esta CPMI foi altamente elogiada na Conferência Interamericana da Mulher, na OEA, em Washington. Quero que isso fique gravado como um dos maiores avanços de um legislativo, inclusive foi destacado pela Presidenta, então em exercício, da Comissão Interamericana da Mulher, a companheira Rocio, do México, que, em nenhum país, o parlamento fez uma CPI nesse formato. Esse elogio eu transmito às senhoras coordenadoras, Deputadas e Senadoras desta Comissão.

Avançamos muito no Estatuto da CIM. Em outubro, teremos assembleia e já garantimos no Estatuto que não teremos apenas uma esperta. Serão duas: uma esperta titular e outra esperta suplente.

No momento, uma equipe da SPM, é também uma satisfação que tenho dar, está em Nova Iorque, uma equipe governamental coordenada pela Tatau Godinho, na impossibilidade de eu viajar, na reunião da ONU de desenvolvimento e população com o tema de Juventude. Na semana que vem, irei para o Panamá, porque sou Presidente, como Ministra, da Mesa Diretiva da Cepal Gêneros para América Latina e Caribe. Então ficarei lá quatro dias. Para vocês verem, é bastante agitada, com ar condicionado na minha vida.

Eu tenho uma disponibilidade pequena por causa da minha saúde, mas não significa de tempo para estar aqui. O que não conseguir responder por conta da voz, eu requisitarei, solicitarei à Secretária Nacional para que o faça em meu lugar.

O pacto nacional pelo enfrentamento da violência contra as mulheres é para nós, da Secretaria, uma das grandes prioridades.

Ontem estivemos na abertura do Conselho Nacional de Justiça da VI Jornada da Lei Maria da Pena só com juízes. Assistimos a uma aula sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Pena pelo Ministro Ayres Brito, do STF e da CNJ. E foi dito não por mim, mas pelo Conselheiro Ney Freitas que se nós não mobilizarmos, conscientizarmos e mudarmos a cultura dos juízes no nosso País, dificilmente, no âmbito do Município e do Estado, as varas de violência doméstica e familiar terão efeito.

Então, senhoras e senhores, o juizado também está preocupado em saber como nós vamos implementar nessa capilaridade dos vários segmentos do Direito.

O acordo federativo entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais consiste numa estratégia de gestão que orienta a execução de políticas de enfrentamento à violência. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres partiu de uma visão integral deste fenômeno: reduzir os índices de violência contra as mulheres.

Eu não sei se as senhoras gostariam que eu lesse tudo, porque assim eu poupo a minha voz e respondo às perguntas.

O fundamental do pacto é a garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha – e terei todas as respostas que a relatora me fez: ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; garantia de segurança à cidadã e acesso à Justiça; garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de mulheres; garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Aqui eu respondo a parte da questão 4, que é não ser acessível às mulheres com deficiência e à violência contra as mulheres com deficiência.

Quero informar às senhoras que a SPM criou uma Coordenação da Diversidade, que estará na Secretaria de Articulação Institucional e Áreas Temáticas, será coordenada por uma companheira que virá do movimento LBT e incluirá mulheres com deficiência e mulheres em envelhecimento, indígenas, quilombolas, mulheres de comunidades tradicionais e negras.

Assinamos um protocolo com a Secretaria de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário, no dia 8 de março, no qual firmamos, e já está no Jurídico da Presidência, uma cooperação técnica para o enfrentamento dos dois Ministérios: mulheres com deficiência, gênero, violência e direitos humanos, mulheres em envelhecimento, gênero e direitos humanos e prevenção da violência em meninas, adolescentes e mulheres nos grandes eventos. Para tanto, colocaremos recursos de três Ministérios, e do Esporte no último item.

Na questão das mulheres com deficiência, recebemos muitas críticas. Nós temos a Lei Maria da Penha traduzida em Braille. Temos segurança absoluta e convicção de que essas mulheres são absolutamente expostas, não sei se mais ou menos – eu não gosto dessa relação – do que todas as outras mulheres, à violência, por causa das situações que lhe dizem respeito. Muitas vezes são mudas, surdas e estão muito mais expostas e fragilizadas do que nós, que aparentemente não temos nenhuma deficiência.

Para responder a essas mulheres, eu informo, assumo e reitero aqui o compromisso, Sr^a Relatora, de que nós estamos investindo no 180, com pessoas formadas para atender a mulheres com deficiências auditivas e de fala, mudas. Então, isso já é um avanço e também uma prioridade, porque esse recurso sai direto da Presidência da República.

Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência. Essa é a questão básica e fundamental do pacto. Estamos ali falando com ele, dialogando com ele.

Dos investimentos as senhoras já anotaram. Nós tivemos um investimento de R\$23.965.154,00 até 2006, antes do pacto; e após 2007, de 2007 a 2011, esse investimento redobrou: R\$132,541 milhões. O que houve em termos de investimento? Foram vetadas as emendas parlamentares para a violência, por ela estar contingenciada. Então, nesse sentido, os recursos de todas as emendas de Parlamentares que se voltavam para o combate à violência foram vetados.

Nós temos, agora, um edital novo, aberto, no qual a violência é o eixo básico. Ele se encerra dia 15 de maio, está bem definido para os organismos estatais e municipais e tem também para as ONGs.

Eu confesso que acho que o recurso é pouco, mas nós não podemos ficar esperando o ideal. Precisamos fazer e desenvolver a política com aquilo que temos. Não acho – e não compactuo com isso –, desde quando eu estava na sociedade civil, que a falta de recursos é impedimento para implementação de políticas públicas. É evidente que ajuda, contribui e amplia.

Nesse sentido, eu quero dizer do pacto com os estados. Na minha e na nossa compreensão, nós passamos recursos para os estados, mas os estados também têm que se comprometer financeiramente, não só com a aplicação, o investimento em recursos humanos, como todas as senhoras gestoras, mas também devem se responsabilizar por recursos financeiros. E é parte da nossa luta cotidiana fazer valer os nossos organismos de mulheres junto aos estados. Se ficar somente por conta da viúva – sabem o que eu estou dizendo –, do Governo Federal, nós não conseguiremos. O Governo Federal não é assim uma caixa de bondades e nem tampouco tem recursos tão fáceis, vocês sabem disso. Como passam os recursos, repassam e retiram.

Eu estou discutindo com a Cida de incluir no pacto recursos dos governos estaduais. Não é que não tenha, mas tem pouco. Então, faço aqui um apelo aos governadores e às governadoras para que invistam recursos no combate à violência, que não destruam os organismos que têm de combate à violência, e tampouco as DEAMs, e que reforcem as delegacias, porque é no Município e, depois, no Estado que a violência acontece. Não é aqui no nível central. Aqui também tem, mas não é lá; é lá que as mulheres... A rede tem que acontecer lá. Então, eu faço um apelo.

Eu me encontrei, na posse do Ministro Ayres Brito, com alguns Governadores, entre eles o Governador de Minas, Anastasia, e disse para ele: “Ó, Governador, estou de olho. Eu quero ir lá conversar com o senhor.” Ele disse: “Não, você é mineira, vai lá.” Então, eu já tenho uma pré-agenda com ele, Jô, e vou comunicar a você, porque eu acho que é fundamental essa pressão

junto aos Governadores. Os do meu partido sofrem um pouco mais, porque sou mais insistente.

A rede serviços – centros de referência de atendimento à mulher, casas-abrigo, delegacias, juizados, promotorias, defensorias, serviços de saúde –, o que acontece com essa rede? Nós temos metas. Nós conquistamos, em 2009, 672 serviços; em 2010, 780; em 2011, 1066. Quais são as metas nossas? Chegar a 10% dos Municípios com uma cobertura total, integral, e ampliar em 30% a quantidade de serviços da rede de atendimento. Por quê? Nós, quando falamos em rede, estamos falando em uma multiprofissionalidade, uma multirrede de serviços.

Venho da área de saúde, e de uma das maiores escolas de medicina deste País. Senhoras e senhores, enquanto nós estávamos lá, eu e várias colegas, tínhamos até, no currículo da residência médica e da residência de enfermagem e agora no de assistência social, em Santos, um módulo – na residência tínhamos estágios, e temos ainda – para ensinar os residentes a atender as mulheres que chegam aos prontos-socorros, mas é muito pouco. É muito pouco.

A medida provisória do Presidente Lula, de 14 de dezembro de 2007, fala da notificação compulsória, nos serviços de saúde, de qualquer violência que o médico, ou o enfermeiro, ou o atendente suspeite – ele tem que fazer isso –, para a vigilância epidemiológica. Isso não se faz, porque, se fosse feito, nós já teríamos uma epidemiologia da violência claríssima.

Os centros de referência de atendimento à mulher, nós temos que lembrar que a interdisciplinaridade dessa rede tem que atuar em cada um desses serviços. Então, nós estamos em parceria com o MDS, com a Ministra Tereza e Campelo, para fazer um treinamento, uma capacitação com a rede de assistência social no País para que tenha atendimento especializado não para a família, mas para a mulher em situação de violência doméstica, porque nós entendemos que a nossa atuação da SPM é interministerial também. Nós temos que ter.

As casas-abrigo. Nós temos que aumentar o número de casas-abrigos e transformar essas casas, readequar as casas-abrigo, as delegacias. A maior queixa das mulheres é com o número pequeno de delegacias. Mais ainda: em muitas cidades, em muitas regiões deste País, não existem delegacias especializadas. Existe um posto de atendimento na delegacia de segurança pública e – e eu já respondo àquela pergunta – eles não são capacitados e não são treinados nas delegacias comuns para atender as mulheres em situação de violência. Ao contrário, eles maltratam e humilham as mulheres e não credibilizam a denúncia delas. Eu falo isso como professora, como pesquisadora e, agora,

como Ministra. Os policiais civis e militares não estão capacitados como nós gostaríamos que eles estivessem para atender as mulheres.

Dos juizados ou varas especializadas, ao relatar a minha ida ontem, já disse.

As promotorias especializadas ou núcleos. Eu acredito que as promotorias e as defensorias são onde, por incrível que possa parecer, tem um avanço um pouco maior. Não tínhamos nada e agora avançamos. As conquistas que tivemos são expressas, são claras.

E, quanto aos serviços de saúde especializados na violência doméstica e familiar, eu quero dizer que a SEPM está de braços dados com o Ministério da Saúde e que reforça a informação que o Secretário Helvécio deu aqui de que estamos juntos para fazer crescer os serviços, pois os serviços estão em situação lamentável. Não tem um atendimento adequado no serviço de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, incluindo quando elas engravidam por decorrência de estupro. Então, precisamos readequar esses serviços, reformulando-os. A informação que o Secretário passou aqui, eu a endosso, reforço. Quero dizer que estamos juntos nessa.

Evolução, conquistas e metas. Já passamos.

Pacto nos Estados. Pactuado nas 27 unidades federativas, foi repactuado no Espírito Santo, Paraíba, Distrito Federal e Amazonas. Já estivemos na Paraíba e no Distrito Federal. Agora, estamos agendando para Espírito Santo e Amazonas. Total de Municípios pólos: 418; 23 Estados possuem organismos estaduais de políticas para mulheres, exceto Paraná, São Paulo, Roraima e Rondônia – eu faço aqui um apelo às companheiras representantes desses Estados para forcem os seus governadores a criarem esses organismos, porque esses organismos são fundamentais para que avance a política pública para o enfrentamento à violência. São 26 gestores estaduais, exceto Paraná.

Nesse pacto, assumo um compromisso com as senhoras e com a CPMI de que incluirei no pacto, por escrito, o compromisso de recursos financeiros dos Estados. Dialogarei com os governadores nesse sentido.

Dados do Ligue 180. O Ligue 180, sem dúvida nenhuma, é um sucesso, nacional e internacionalmente. Na alta corte do País, ele tem sido também muito bem avaliado. O Ligue 180 é um serviço nacional gratuito que todas vocês conhecem. Foi me perguntado se temos indicadores da violência. Os indicadores que temos sobre a violência são indicadores que têm a sua base de sustentação no Ligue 180. É precário, Sr^a Relatora? É, mas estamos investindo no aperfeiçoamento. Vamos colocar duas pessoas – eu assumo isto aqui, é a primeira vez que estou falando –, duas especialistas em dados, para trabalhar com dados,

com planilhas de dados, e fazer essa... Porque essa é a única fonte governamental que nós temos. No entanto, nós também trabalharemos com uma fonte de dados que venha das ONGs, para que nossa estatística seja a estatística mais próxima do real, sabedora que sou, porque sou da área de saúde coletiva, da área de epidemiologia e de ciências humanas e saúde, que é difícilíssimo o dado bater com a realidade.

Então, tem muitos casos, como dizemos nós em Minas, tem muitos “causos” de sofrimento que nós não computamos, que não estão computados nos dados.

Esses indicadores da violência, eu sempre achei muito difícil trabalhar com eles. Quase digo que os indicadores maiores da violência são os indicadores que saem nos jornais e nas televisões, mas quero dizer para as senhoras e para os senhores que nós, do Governo, estamos cumprindo uma determinação da Presidenta Dilma de que a área de violência contra crianças, contra mulheres, adolescentes e idosas é uma questão que diz respeito à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Só nós temos recursos, mas, no entanto, é uma questão que diz respeito a todo o seu Governo.

Todas as políticas de saúde, de educação, do Brasil sem Miséria, do Brasil mais, de um Brasil melhor, da quebra da seca, de investimentos contra a seca no Nordeste, da questão dos grandes eventos, da questão do Código Florestal, da questão dos recursos e a relação com a Seppir, a SDH e com esportes, são relações que ela me exige cotidianamente. Para quê?

Por exemplo, na questão das creches: não existe autonomia para as mulheres, nem econômica, nem sobre o seu próprio corpo, se ela não tem creche de qualidade, com competência, para deixar suas crianças.

A partir de quatro anos é direito, mas nós, agora, temos de zero a três anos, e estão envolvidos Ministério da Educação, MDS, Planejamento, nós, o Ministério da Saúde e a SDH, porque, na medida em que a mulher... A creche diz respeito à criança, à qualidade de vida da criança de zero a três anos, mas também diz respeito às mulheres, porque as mulheres passam a ter um uso do tempo, do seu tempo que é voltado para a reprodução, do cuidado doméstico para a reprodução, voltado para ela desenvolver e até sair do ciclo da violência que lhe é imposta.

Então, o 180, Sr^a Relatora, é a base da nossa estatística e eu, ontem, disse no Conselho Nacional de Justiça que eu tenho convicção de que o movimento feminista, o movimento de mulheres é responsável pela visibilidade da violência contra as mulheres.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres reverbera essa responsabilidade e cumpre isso, mas, como epidemiologista, eu tenho dúvidas de dizer duas coisas: que a violência aumentou e que teve uma fe-

minização da AIDS. Por quê? Porque a violência não saía no jornal, a minha dor não saía no jornal – Chico Buarque de Hollanda.

Agora, com tudo isso que eu disse e com a Lei Maria da Penha, que foi elaborada por um consórcio de ONGs feministas, em parceria com o Estado, visibilizou-se a violência contra as mulheres.

E o paradigma de que eu podia – eu, não –, de que o homem, sujeito do patriarcado em nosso País, podia bater em mulher, porque não ia para a cadeia e apenas distribuía uma cesta básica foi quebrado com a Lei Maria da Penha.

E eu que já ultrapassei os 60 anos digo, com muito orgulho, que se houve avanço em nosso País foi no combate à violência doméstica, e a Lei Maria da Penha é responsável por isso, porque agora eu, que ando de metrô, que sou usuária de metrô em São Paulo, ouço muito falarem: “Agora dizem que é crime bater em mulher, que se vai para a cadeia”.

Então, mudou o paradigma. No imaginário da população brasileira, ele mudou. Tenho certeza de que a violência contra a mulher está mais visibilizada. Ela pode ter aumentado, senhoras, não estou afirmando. Acredito que tenha aumentado, mas acredito que ela saia mais no jornal, seja mais denunciada.

E a gravidade aí – olhem o paradoxo – é a de que ela é denunciada na delegacia, a delegacia não dá crédito àquilo, porque não tem uma rede, e, dois dias depois, a mulher amanhece assassinada. Ela aparece assassinada. Esse é o paradoxo a que nós, do Executivo, temos de responder. Temos de colocar toda a nossa energia, para responder a essa questão. Mas, Sr^a Relatora, nós estamos, na SPM, voltadas para melhorar a parte dos dados do 180.

Depois, os senhores e as senhoras sabem do impacto da parceria com a Petrobras, com o SDH e com a SBT nos caminhoneiros. A caravana Siga Bem Mulher e a Siga Bem Criança chega aonde o Estado não chega e faz uma divulgação; como um dos instrumentos, como um dos mecanismos de defesa da violência contra a mulher e contra a exploração sexual de crianças, ela distribui material. Os caminhoneiros e as caminhoneiras são treinados, fazem dramatizações com as comunidades estradeiras; percorrem 70 mil quilômetros, caso eu não esteja enganada.

Eu e a Ministra Maria do Rosário, no final de maio, sairemos junto com a caravana, iremos no caminhão.

Então, são pequenas ações sobre as quais não temos idéia... Eu não tinha idéia disso, do impacto disso. E no 180... Onde você soube do 180? Na caravana Siga Bem.

A maioria das ligações é para buscar serviços, informação sobre serviços. Entre as ligações recebidas

pelo Ligue 180, quase 600 geraram encaminhamento. A maior parte das mulheres foram encaminhadas à Deam, seguida pela Polícia Militar e Civil, e, por fim, às delegacias comuns.

A Polícia Federal foi a que menos recebeu encaminhamento, dada a sua competência restrita a crimes federais, como o tráfico internacional de mulheres.

Outra coisa que tem sido muito impactante e elogiada é o atendimento às mulheres em situação de violência em Portugal, Espanha e Itália. E nós pretendemos ampliar para outros países.

A nossa Ouvidoria, agora, está em parceria com a SDH, para trabalhar com aqueles casos internacionais complicados, como o do Sean Goldman, que é a questão que eles colocam como rapto de criança, quando, na maioria, as mulheres que trazem as suas crianças para o Brasil foram espancadas, agredidas pelos maridos e os filhos sofreram violência sexual dos seus pais. Então, temos feito uma parceria e sairá, agora, uma portaria sobre isso.

Os encaminhamentos, como já falei.

Os tipos de violência, que são a violência física, seguida pela psicológica, moral, sexual e patrimonial. No âmbito da violência física, as lesões são bem mais comuns que o homicídio e a tentativa de homicídio. Em outras palavras, o homicídio é apenas o extremo da violência, que existe, mesmo não culminando em morte.

Os relatos por violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e outros.

Essa violência patrimonial, quero destacar aqui que temos que ter um olhar muito especial sobre ela, e solicito à CPML que o faça, com relação às mulheres idosas. Os filhos interdita as mulheres idosas e requerem na Justiça os bens delas, interdita judicialmente o acesso dessas mulheres. E tem aí um preconceito de ordem patriarcal muito grande, que é a mãe e a avó só servem para cuidar dos netos. Quando é separada ou viúva, grande parte dos motivos que levaram às interdições é porque elas resolveram namorar. Então, isso é muito grave porque é uma interdição subliminar sobre a sexualidade dela. Então, eu gostaria de solicitar à CPML que pergunte isso nas audiências.

Não podemos deixar de olhar para essa população, porque, no Brasil, diminuiu a taxa de natalidade e a curva epidemiológica para o envelhecimento é muito grande. Então, a longevidade, para nós, mulheres, tem sido com qualidade, tanto física, sexual e econômica, quando não há esses interditos. Gostaria de solicitar que seja olhada com cuidado, no bom sentido do cuidado, essa violência patrimonial das mulheres idosas. É um direito humano delas exercer seu direito sexual e reprodutivo, aliás, reprodutivo não, porque não reproduzimos mais, mas o direito sexual, que é fundamental.

O risco que se percebe na violência sofrida é, na maior parte dos casos, a possibilidade da própria morte. Isso aqui é muito grave. Em seguida, percebe-se o risco de espancamento e de estupro.

Quero destacar aqui que o estupro não acontece só entre desconhecido. Existe o secular estupro conjugal, que é de relações matrimoniais monogâmicas: as mulheres não querem ter relação sexual e são obrigadas a ter. E, muitas vezes, a contaminação do HIV, da Aids se dá nesse momento, e isso é uma violência. Nós, na área da saúde, chamamos de estupro sexual conjugal, que é aquele que acontece dentro do quarto e a que ninguém tem acesso, e não é para ter acesso, mas para ter escutas, quando a mulher vai denunciar isso; não é para invadir o espaço privado dela, que é o lar ou que é o quarto, mas ouvir, quando ela chegar.

E o 180 tem uma função que é a de “empoderar” as mulheres ao dar atendimento na escuta, só a escuta já... Eu já disse que foi expandido. Temos mulheres no 180, servidoras que falam as línguas, sobretudo o espanhol e o italiano. Então, é um serviço que nos é caro também, porque a atendente é mais cara, custa mais, claro, mas isso não é motivo de nós diminuirmos, ao contrário, de ampliarmos.

Garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha; acesso à Justiça por meio da criação e fortalecimento de juizados, defensorias e promotorias; articulação com as coordenadorias da mulher criadas pela Lei Maria da Penha nos Tribunais de Justiça; trabalho conjunto com as promotoras legais populares e movimentos sociais. E eu não sei se as senhoras destacaram o depoimento de promotoras legais nesta CPML. Eu sugiro que vocês contactem com a União de Mulheres de São Paulo, a Amélia Teles, a Amelinha, que tem um trabalho exemplar com promotoras legais e que depois capilarizou por vários Estados do País. Elas estão preparando audiências em São Paulo. Eu acredito as senhoras terão contato com essas promotoras legais lá em São Paulo. Caso não tenham – o que eu duvido – são boas, porque vão trazer denúncias lá dos rincões. Como diz o Presidente Lula, lá dos rincões do País, aonde nós não chegamos.

Das campanhas realizadas. Já realizamos 16 dias de Ativismo, Homens Unidos pelo Fim da Violência, tudo em parceria com as ONGs, Siga Bem Caminhoneiro, falta um a de caminhoneira, há flexão de gênero na lei que tive a honra de assinar com a Presidenta Dilma e o Ministro Mercadante para todos os diplomas de Universidade agora saírem com a flexão de gênero: a delgada, o delegado, a médica... Agora, ninguém mais precisa brigar com o jurídico das suas instituições porque a linguagem é sexista, @ e tudo mais. Não, tem-se que colocar, isso é uma coisa de

cotidiano. Mulheres Donas da Própria Vida, Campanha do Ligue 180, Laço Branco, Quem Ama Abraça e Compromisso e Atitude, que está em andamento. Tenho segurança e convicção de que as campanhas são os instrumentos para mudar o imaginário da população brasileira em relação à violência.

Desafios. Ampliar a rede de serviços especializados, em especial delegacias e juizados. Mas ampliar não só em número, mas em qualidade. Faço questão, porque vou ser muito dura nisso. Como todas vocês já sabem, comuniquei gestoras e faço parte, juntamente com a Delegada Rose, da equipe que formulou a primeira delegacia do governo Franco Montoro. Era exemplar, sem dúvida nenhuma, e acredito que paralelamente houve outras, como em Alagoas, no Espírito Santo, enfim, no Rio Grande do Sul e em Minas. Mas dessa eu participei diretamente nos anos 80 e o meu sonho é que, quando eu sair da Secretaria, do Ministério, as delegacias todas estejam naquele formato, naqueles moldes: multiprofissionais, com atendimento especializado, com atendimento de qualidade.

Aumentar os recursos em 2011. Houve a demanda de 712 propostas de financiamento que totalizavam 194.945.661,48. Municipalizar os organismos de mulheres e capitalizar a rede de serviços especializados.

Desafio. Realmente, o maior desafio que vejo na frente da Secretaria hoje para enfrentamento da violência é alcançar as mulheres rurais e da floresta. São as mulheres mais desprovidas de acesso a qualquer instância governamental de atendimento à violência.

Talvez possamos pensar – estou discutindo com a Cida – em um serviço móvel estratégico em parceria com o Juizado, com os juízes, com a Defensoria, mas tem que acontecer.

E ficou muito claro isso na Conferência de Nova York da CSW cujo tema foi rural. Depois, reduzir a impunidade. Gente, nós temos que reduzir essa impunidade! E eu acredito que as luzes estão abertas, os caminhos estão postos. O exemplo da Paraíba, no absurdo inominável do estupro coletivo em Queimadas. O exemplo de São Paulo, com Lindemberg; o caso do Mizaël Bispo, que ficou foragido um tempo e depois não aguentou por pressão. São pequenos exemplos, mas que têm que nos servir de coragem, de força, para acharmos que está valendo a pena a nossa luta.

Sensibilizar a sociedade e estatais. Tenho que comunicar a vocês que a Rede Globo me procurou e a nossa novela da Glória Perez será sobre tráfico de mulheres e tráfico de crianças. E ela nos pediu ajuda, à Secretaria. Então, o 180 aparecerá; eu já tenho um encontro lá. É importante porque as mulheres ouvem e vêem novela. E eu também gosto, de vez em quan-

do, quando tenho tempo. Porque é assim que vamos construir mudanças comportamentais.

Somos nós, nos espaços políticos em que estamos, interferindo; somos nós utilizando todos os meios de comunicação em todos os seus sentidos amplos, mídia falada, escrita, televisionada. E eu solicito que todas vocês que souberem de qualquer caso, ao denunciarem, o façam em nome da SPM. Não precisam solicitar autorização. Eu estou aqui formalmente, quero que fique gravado, solicitando e autorizando e delegando a todas as gestoras, a todas as parlamentares que, ao receberem alguma denúncia, ou quando souberem de alguma denúncia de assassinato, de violência, de situação de vulnerabilidade, o façam em seus nomes próprios, em nome de seus governos e em nome da SPM, porque a força é muito maior. E comuniquem, não esperem retorno da fita, porque às vezes o fluxo é demorado. Façam e comuniquem que o fizeram.

Agradeço. Tenho o maior respeito por esta CPMI, estou à disposição. Tenho recebido as colegas parlamentares na Secretaria e a Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem dado todo o apoio.

Quero, antes de terminar, saber da Sr^a Relatora, se na minha exposição eu respondi ou faltou alguma.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – Sr^a Ministra, eu quero agradecer. Na minha opinião, acho que respondeu a todas as questões. Talvez pudéssemos aprofundar, mas acho que no debate podemos conversar um pouco mais.

Eu levanto duas questões aqui. Uma, acho que é uma questão que não sei se passa pelas demais Parlamentares, mas é da importância do 180, que é fundamental no enfrentamento da violência contra a mulher. Sabemos do esforço e da organização; da capacidade que o 180 tem.

A minha pergunta, não sei se a senhora teria condição de responder. Sabemos também que quem está no 180, as profissionais que ali estão são capacitadas permanentemente, são acompanhadas. Nós estivemos lá. Mas a minha pergunta é no sentido de como é feita a avaliação do risco percebido da violência? Porque a mulher que liga...

Realmente, não é tarefa fácil. Estou falando isso porque imagino que não seja fácil para quem está do outro lado, no telefone, escutar aquela mulher que está fazendo um pedido de socorro, na maioria das vezes, e perceber qual o tipo de violência e qual é, de fato, a sua real situação naquele momento, para fazer o devido encaminhamento. Acho que essa é uma questão sobre a qual talvez se pudesse falar um pouco.

Eu queria dar uma sugestão também, Ministra. Aproveito a oportunidade, pela informação que a se-

nhora falou de que a Rede Globo, na próxima novela, deverá tratar do tema do tráfico de pessoas, da violência contra a mulher.

Eu vejo que a Campanha Quem ama, abraça é muito bonita e precisa ser melhor aproveitada. Tenho certeza absoluta de que os meios de comunicação têm um poder enorme na formação da consciência das pessoas, tanto para o bem quanto para o mal. Nós sabemos disso. Então, acho que a Campanha Quem ama, abraça teria que ser divulgada por todos os meios de comunicação, nos horários nobres.

Hoje, essa campanha está na Internet, não é isso? Ela está na Internet. Nem todas as mulheres... eu diria que, possivelmente, a grande maioria das mulheres não acessa a Internet. E não somente as mulheres. É preciso que a sociedade como um todo seja sensibilizada. E essa campanha precisa ser melhor aproveitada, porque tem a presença de muitos artistas, que são conhecidos, queridos e amados por várias pessoas.

Então, a campanha tem um impacto muito positivo, mas precisaria ser veiculada em horário nobre. Talvez, quem sabe, as TVs possam – não sei se já houve essa articulação da SPM – ter um espaço, pelo menos uma vez por dia, em horário nobre, para ser veiculada. Essa campanha é muito bonita. Recentemente, numa atividade que eu fui, ela foi passada novamente, mas fica restrita a esses espaços fechados, muitas vezes. Não vai ao ar. A população como um todo possivelmente nem conheça essa campanha, ainda. Então, acho que seria muito bom se os meios de comunicação pudessem veiculá-la.

Aqui faço um pedido. Não sei se a TV Senado, de repente, poderia também aproveitar o espaço. Faço aqui esse apelo à TV Senado para que também veicule, nos seus programas, essa campanha. A TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, onde temos mais facilidade de inserir uma programação como essa, que não é longa, é rápida, mas de grande repercussão.

Fora isso, Sr^a Ministra, eu, particularmente, nesse momento me sinto contemplada. Mas vamos também aqui ouvir as gestoras e, possivelmente, depois, na conversa, no debate poderemos levantar outras questões.

Eu quero agradecer a senhora pela disposição, pela força de vontade, que embora com problema de saúde, está aqui hoje respondendo às nossas perguntas. Por enquanto, dou-me por satisfeita.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bem, eu queria também agradecer profundamente o enorme esforço que a Ministra realizou aqui. E como tínhamos acertado na funcionalidade, nós vamos privilegiar um pouco as perguntas à Ministra, que poderá utilizar, como é de praxe em outros momentos, sua

assessoria, para poupar um pouco mais a garganta, para as respostas seguintes.

Eu vou passar a palavra à primeira inscrita e antes digo que é fatalidade devida. Acabo de receber um telefonema, e minha assessoria atendeu, de Carmópolis, cidade do interior de Minas, no qual um senhor, identificado com seu telefone, solicita que nesta sexta-feira recebamos a mãe de uma jovem de 22 anos, a Denise Cristina dos Santos Leão, assassinada e amarrada no coqueiro, vítima de abusos sexuais e de corte inclusive num pedaço da língua. Ele disse que até agora não localizaram o assassino e solicita que nesta sexta-feira, quando houver a audiência em Minas Gerais, se os familiares podem ir depor junto à assessoria. É parte da crueldade tão presentemente realizada.

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada, Deputada Jô, nossa Presidente. Quero cumprimentá-la, bem como a Senadora Ana Rita; a colega Deputada Keiko; a nossa Ministra Eleonora. Agradeço a sua presença e de todas as gestoras, colegas e colegas Parlamentares e à assessoria técnica, tanto da Secretaria quanto aqui da nossa Casa.

Digo, Ministra, que a Senadora Ana Rita já foi muito feliz nas suas perguntas, então sobraram poucas perguntas para nós. Eu gostaria de fazer uma proposta. Eu venho também do setor de saúde, sou enfermeira de formação e temos uma longa caminhada com a contrapartida dos estados e municípios para as políticas de saúde, assim como temos na educação.

Talvez uma proposta não nos mesmos moldes, nesse momento, como o da saúde e da educação, mas que a contrapartida dos estados fosse uma prerrogativa na celebração dos convênios. E digo isso porque já avançamos muito, muito. Nós conseguimos avançar, acredito. E eu também acredito que estamos com mais poder e coragem para fazer as denúncias.

Eu fui Secretária Municipal de Saúde do meu Município de Lages, em Santa Catarina, e percebemos, naquele momento, que quando íamos discutir esse tema, havia um certo sigilo, uma certa preocupação em externar a violência que cada uma das mulheres vivia, por vergonha até. Precisamos dizer isso, porque era algo que pertencia ao espaço doméstico e era também da formação das nossas mulheres. Então, acho que estamos avançando.

Eu acredito que as denúncias deverão aumentar a partir do momento em que falarmos mais sobre esse tema. As nossas audiências públicas nos estados vão mostrar isso, porque precisamos disso.

Aqui eu queria acrescentar, com a Senadora Ana Rita, que além dos veículos de comunicação, houvesse a nossa cota para material impreso da Casa, para que

possamos dedicar uma parte dessa cota para, usando o material institucional que já existe da secretaria, fazer com que chegue no interior dos nossos municípios, nos quais é muito difícil o acesso das redes de Internet. Que pudéssemos utilizar nossa cota.

Eu sugiro que garantíssemos que nos convênios tivesse uma prerrogativa de contrapartida maior, não apenas a de recursos humanos, porque o serviço nos nossos estados – e vamos ouvir as gestoras – ainda é bastante acanhado. Em alguns estados, não todos, ainda tem uma coisa de não entender exatamente o que é o papel das coordenadorias das mulheres. Choca-me quando a gente acaba ouvindo: mas para quê? Como se o entendimento daquela atribuição ainda não fosse coletivo. E ele não é.

Se pararmos para olhar friamente dentro das estruturas dos estados e dos nossos municípios, não há o entendimento da importância. Então, vamos ter que enquanto mulheres fazer essa tarefa, que é falar, falar, falar; pedir, pedir, pedir. Falar, falar, falar; pedir, pedir, pedir para todos os governos, independentemente do partido, para que efetivamente tenham entendimento sobre a importância das coordenarias das mulheres, das secretarias, enfim, qual seja a sua designação, mas que não seja mais uma estrutura para obedecer aqui, para celebrar um convênio; muito pelo contrário, que seja uma estrutura, para estar presente num conjunto de municípios de cada Estado que não tenha esse elo.

Outra sugestão é que conseguíssemos reproduzir nos Estados a lógica da saúde, da dupla responsabilidade, do gestor estadual com os gestores municipais, que não precisa ser um secretário, nem uma coordenadoria, mas que tenha, dentro das estruturas municipais, também uma pessoa que possa estar trocando informações com a coordenação estadual, para que efetivamente se possa ter outro desenho, multiplicando-se essa coragem que todos nós, mulheres, precisamos ter de não ter mais aquela nuvem, aquela coisa da dúvida, se devo ou não denunciar, se devo ou não ficar exposta.

Fico muito feliz, porque, nos últimos anos, tenho visto isso ser melhor discutido, termos mais coragem para conseguirmos ir até uma delegacia e registrarmos os boletins de ocorrência, mesmo com as dificuldades de acolhimento. Mas acredito e tenho muita esperança que, dentro da cultura de paz – eu e a Keiko viemos da saúde e víamos essa questão. Preocupa-me muito quando vemos a violência nos veículos de comunicação, e isso acaba também se reproduzindo. Por outro lado, vemos também excelentes exemplos, como o de agora. Não podemos nos esquecer que ainda temos crianças nos lixões, crianças sendo violentadas, e uma

nova novela com esse tema, com certeza, vai chegar aonde o Ministério Público não chega.

Parabéns, Ministra. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Deputada Keiko Ota, a nossa Vice-Presidente.

A SRª KEIKO OTA (PCdoB – MG) – Feliz dia a todos e a todas, quero aqui agradecer à nossa Presidente Jô Moraes pelo brilhantíssimo trabalho e a nossa grande Relatora Ana Rita.

Quero iniciar a minha fala, enaltecendo a presença da Exmª Ministra Secretária de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, e dizer que a sua vinda aqui, Ministra, credencia ainda mais os nossos trabalhos nesta Comissão, ao passo que a parabenizo pelo seu trabalho à frente desta Secretaria.

Sabemos que os desafios da nossa Secretaria são enormes, e a sua coragem de enfrentá-los é admirável. Agradeço também à presença de todas as gestoras estaduais e também, em especial, à Drª Delegada Rose, Secretária da Casa Civil e gestora também estadual do Pacto de Violência contra a Mulher, que está nos ajudando muito na organização da audiência pública lá no nosso Estado. Muito obrigada.

Quero também saudar também a Deputada Carmem Zanotto, as convidadas da Mesa, e dizer que vocês são parte fundamental na promoção de uma melhor qualidade de vida das mulheres. É nisso que depositamos nossa confiança. Repito aqui, mais uma vez, Ministra, que proteger nossas mulheres é proteger nossas famílias, nossas crianças, e garantir uma sociedade mais fraterna.

Quero aproveitar também para ressaltar aqui a presença da Associação dos Homens contra a Violência à Mulher, apresentada pelo Gilson Amorim, Sanderson Brito e Luciana Brito. (*Palmas.*)

Muito obrigada pela sua presença.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito bem, Ministra, a Senadora, nossa Relatora cercou bem. Há algumas questões que a senhora já deu indicativo. Uma delas é a dificuldade de monitorar a possibilidade de cercar a criminalidade de gênero, já que há uma indefinição, as delegacias dizem, em relação à possibilidade, para além da Funai, de eles terem qualquer iniciativa impeditiva.

Elas disseram que, no caso de roubo, eles são presos. Não há o problema da autonomia, mas, no caso da violência doméstica, há um vazio. Essa é uma questão que, acredito, a sua Comissão de Articulação da Diversidade vai tratar, como também as demais diferenças das mulheres ciganas e outras.

Deixo como registro – e aí tem a liberdade a senhora de usar a sua assessoria para preservar um pouco a voz – duas questões: primeiro, o Programa de Mulheres da Paz, do Ministério da Justiça está sendo reformulado. Ele terá um enfoque especial em relação à violência doméstica, já que há uma abrangência maior. Segundo, não consegui entender por que as nossas emendas parlamentares não puderam ser absorvidas para o Pacto da Não Violência.

Temos absoluta consciência, primeiro, de um inexplicável e inaceitável contingenciamento dos poucos recursos que a SPM tem no orçamento. Temos de brigar por essa questão. Não podemos admitir. O problema da CPMI, sobretudo do Pacto Nacional de Violência, está dentro daquela lógica de que os investimentos sociais não podem ser tocados, não podem ser contingenciados.

A Presidente Dilma indica isso com o Bolsa Família e outros programas. Os recursos do Pacto Nacional têm de estar dentro dessa concepção. Precisamos, inclusive, discutir os caminhos, para, primeiro, quando formos votar a LDO, retirar a DRU dos recursos da SPM, sobretudo dos recursos do Pacto. *(Palmas.)*

Segundo, não temos condições de ter essa história de que as nossas emendas, que são instrumento de reforço de política, não possam ser aplicadas.

São duas questões que deixo para reflexão se não for agora, que seja um indicativo. Se a senhora quiser também utilizar, para preservar a voz, uma das assessorias, a gente coloca, e, logo em seguida, passaremos para as demais gestoras, dada a particularidade do problema da garganta da Ministra.

A SR^a ELEONORA MENICUCCI – Agradeço e passo para a Secretária Cida responder sobre a avaliação do risco da violência no 180, a campanha *Quem Ama, Abraça* – colocar em que pé ela está – e a questão das Mulheres da Paz, a nossa parceria com a EMJ e das emendas digitadas.

A SR^a APARECIDA GONÇALVES – Bom dia. Sou Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Na verdade, começando pela questão da avaliação de risco no 180, temos no *script* do 180 das perguntas das mulheres três elementos fundamentais, porque o critério fundamental do atendimento do 180 é a credibilidade na fala da mulher. Então, quando elas ligam, fazendo um relato de violência, vai-se até o final, e as atendentes perguntam a elas: “A senhora corre algum risco? Risco de morte? A senhora já foi ameaçada?” Portanto, isso é colocado como risco, porque, na medida em que ela fala, nós acreditamos na fala da mulher e colocamos isso. Muitas vezes, elas mesmas

dizem que são ameaçadas de estupro, de violência, e nós colocamos como uma questão de risco.

Mas há um elemento que é fundamental na questão da análise do risco: muitas mulheres ligam no 180, quando estão presas no banheiro, ou no quarto, e o agressor, tentando arrombar, ou para bater, ou para matar. Esses são os riscos que as nossas atendentes atendem. Elas vêm, efetivamente, a hora em que precisamos tomar uma atitude, ligar para a polícia. Então, são quatro as formas de a gente identificar o risco que a mulher está correndo. É nessa perspectiva que nós colocamos esse elemento no 180, como uma análise, inclusive para chamar a atenção de outros setores, seja a Segurança Pública, seja o Judiciário, a assistência social, efetivamente, essa análise de risco seja colocada e avaliada pelo serviço público. Então, essa é a primeira questão.

Com relação ao Mulheres da Paz, esse programa está sendo reeditado. Nós estamos em um debate... primeiro, que o projeto de lei aprovado no Congresso coloca, vincula o Mulheres da Paz à questão do Protejo, que é a questão do adolescente com droga.

Mesmo que nós, desde o ano passado, tenhamos feito um debate de que é necessário que o Mulheres da Paz se desvincule do Protejo, legalmente ainda temos dificuldade, porque precisaríamos alterar o projeto de lei do Congresso para que o Mulheres da Paz, efetivamente, cumpra a sua função, que nós entendemos ser muito mais de exercício na busca da cidadania das mulheres, de ajuda para que as lideranças nas comunidades sejam referência do que serem a protetora dos adolescentes, porque isso será consequência do papel de liderança que elas terão junto às famílias, junto às comunidades.

Então, essa discussão nós estamos fazendo juntamente com o Ministério da Justiça. Mas nos deparamos, apesar de termos mudado todo o cronograma da capacitação, nós temos colocado outros elementos que não os de anteriormente. Legalmente, nós não podemos alterar o que é objeto do Mulheres da Paz, porque é um projeto de lei aprovado nesta Casa. Então, essa é uma primeira questão que acho... A minha avaliação é que a CPMI e esta Casa podem nos ajudar nesse processo.

Com relação à questão dos recursos.

Nos recursos nós temos duas questões: nós encaminhamos, sempre, os pedidos para a Presidência da República, já que nós somos da Presidência, e para o Ministério do Planejamento.

O nosso orçamento tem sido na base de 27 a 30 milhões. Geralmente, o acréscimo do recurso para SPM, para o enfrentamento da violência contra a mulher, advém das emendas parlamentares. E aqui nós

sempre temos uma emenda parlamentar na Comissão de Direitos Humanos, que é de dez milhões a serem acrescentados à questão da violência, todo o ano, e isso nos leva a 37 milhões.

O que aconteceu com essa queda de 2009 para 2010? Que foi exatamente o ano em que o Parlamento conseguiu dizer que os recursos contra a violência não poderiam ser contingenciados, porque todo o ano ele o é; é importante dizer isso. Portanto, como nós estávamos dentro do governo com um planejamento de diminuição de gastos e recursos, o que foi feito pelo Ministério do Planejamento vetou todas as medidas parlamentares com relação a questão do recurso da violência. Então, nós tivemos uma queda de dez milhões neste ano. Foi isso que aconteceu.

Quando for discutir a questão de não ter o contingenciamento, é importante discutir também como é que não veta as emendas parlamentares para este programa, seja dos parlamentares individualmente, mas, principalmente, aquelas de comissão, porque elas ainda são maiores, que são o que, efetivamente, aumentam os recursos da secretaria e no caso do enfrentamento da violência contra a mulher.

Acho que é isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a APARECIDA GONÇALVES – Ah, a questão do Quem Ama Abraça. O Quem Ama Abraça nós apoiamos no ano passado e este ano nós já conversamos. A Shuma, da Redeh, já conversou com a Ministra. Nós já estamos em tratativas, porque, neste ano, a proposta da campanha Quem Ama Abraça, Senadora, é de incluí-la, junto com o MEC, nas escolas, porque ela é uma campanha leve. Então, no ensino fundamental e nas universidades, é fazer com que, efetivamente, nós tenhamos condições de fazer o debate, de discutir. Através da arte, nas escolas, nós começamos a prevenir a violência contra a mulher. Então, estamos em tratativa com o Ministério da Educação e junto com a REDS para que, efetivamente, a gente consiga chegar a todos os lugares; e a escola é um lugar que todos os Municípios, todos os Estados têm. Então, você tem condições de chegar a todos os rincões.

E também, junto com a questão do Compromisso e Atitude, que é uma campanha que este ano nós temos como prioridade. É uma campanha, mas é muito mais uma organização para que, efetivamente, nós possamos pactuar com o Judiciário brasileiro, seja o Tribunal de Justiça, seja o Ministério Público, e a Defensoria, para que nós possamos julgar alguns assassinos, estupradores de mulheres, para dizer o seguinte: não basta prender, não basta somente ter o inquérito, não basta somente a mulher morrer. Os agressores têm que ser punidos. Dentro dessa cam-

panha a gente vai trabalhar, também, elementos e a própria campanha abrace.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Antes de passar às palavras da Ministra, e em seguida às gestoras, quero registrar a presença do Deputado Neilton Mulim, do Rio de Janeiro; esteve presente a nossa Deputada Dalva Figueiredo, que teve que se ausentar; a nossa Deputada Carmen Zanotto, de Santa Catarina; e o nosso sempre ídolo, Deputado Romário, que aqui estava ainda há pouco e teve que se ausentar para comparecer em outra Comissão.

Eu queria passar as palavras finais à Ministra, para que se sinta mais livre, e logo em seguida passar a palavra às gestoras, que disporão cada uma...

A SR^a ELEONORA MENICUCCI – Eu ficarei para ouvir as gestoras.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A Ministra escutará as gestoras, que disporão de até dez minutos.

Nós temos sempre sugerido às pessoas depoentes que peguem as questões centrais e entreguem o relatório completo, por conta da dificuldade de escutar, em tempo suficiente, todo o relato.

Então, nós passamos a palavra a nossa secretária do Estado da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, Iraê Lucena, que disporá de dez minutos.

A SR^a IRAÊ LUCENA – Meu bom dia a todas e todos, cumprimentar a Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes, agradecer o convite, juntamente com a Senadora Ana Rita, Relatora; cumprimentar a nossa Ministra Eleonora, que com tão pouco tempo já assumiu a Secretaria de Política para as Mulheres – mas parece que já tem mais de um ano, Ministra, que nós estamos juntas, com tantos compromissos por parte de V. Ex^a; cumprimentar também a Deputada Federal Keiko pelo seu trabalho, sua luta; e cumprimentar a gestora de Minas Gerais, Eliana Piola, e aqui, por meio dela e da nossa outra companheira do Estado do Acre, cumprimentar a todas as nossas gestoras nesta importante missão que estamos aqui à frente da CPMI.

Eu venho dizer a todas, Presidente e Relatora, que a CPMI, que tem como um dos trabalhos combater a impunidade, principalmente os casos omissos, da violência contra a mulher no País e, também, a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Eu tenho certeza de que a CPMI só vem a somar com as gestoras, com a Secretaria de Política Para as Mulheres nesse trabalho tão importante e que, ao final, com certeza, teremos recomendações às autoridades competentes do nosso País, como também alguns compromissos

que nós iremos firmar ao findar a CPMI hoje instituída aqui no Congresso Nacional.

Bom, dizer, também, que trouxe comigo a resposta aos requerimentos solicitados por esta CPMI; fiz a entrega, hoje, cedo, ao entrar aqui, ao secretário da Comissão. E também dizer que o Estado da Paraíba também aguarda a visita de vocês, que será de fundamental importância nessa parceria que irão fazer conosco.

Eu vou falar bem rapidamente, devido ao tempo. Eu quero entrar um pouquinho na questão da história da cidade de Queimadas.

A Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, antes de entrar no pacto, não está aí, ela foi criada pelo Governador Ricardo Coutinho, no dia 1º de janeiro, assim que tomou posse, e o governo do Estado vem empreendendo esforços no sentido de combater a violência contra as mulheres em todo nosso Estado. Então, ela foi criada em janeiro. Nós temos um orçamento próprio, no valor de um milhão e meio. Na área de violência contra a mulher, nós temos um recurso na faixa de 755 mil. Dentro dessa secretaria nós temos gerências executivas, a Gerência Executiva de Gênero, que se desdobra na Gerência Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a Gerência de Combate à Pobreza, e a Gerência de Ações Afirmativas; e temos a Gerência Executiva LGBT, de Etnia Racial.

Logo em seguida, assim que o governador criou essa Secretaria, nós fizemos a repactuação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, e a Ministra já disse o que é o pacto.

Hoje, na Paraíba, nós temos 75 Municípios que repactuaram juntamente com o Estado. Logo após formamos a câmara técnica, que é uma das exigências da pactuação, e que é composta representações, secretarias e de órgãos do Estado. A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Município de João Pessoa; dois representantes de movimento organizado de mulheres. Apesar de a Câmara Técnica anteriormente se reunir de três em três meses, hoje nós estamos fazendo reuniões mensais.

Eu gostaria também de dizer que os 42 Municípios assinaram e repactuaram em 2011. Além desse pacto, o Governador Ricardo Coutinho criou – isso é de fundamental importância –, para ter o comprometimento dos gestores, dos prefeitos e prefeitas, o pacto de desenvolvimento social com os Municípios nas áreas de educação e saúde. Isso não está aí porque ontem eu complementei. E a contrapartida dos Municípios foi justamente que os Municípios combatam a violência contra a mulher. Então, uma das contrapartidas seria criar o organismo de mulheres; ele só poderia assinar

esse pacto de desenvolvimento social na área de educação e saúde se criasse o organismo. Com isso, logo após o pacto, nós conseguimos um fórum estadual de organismos governamentais. Nós temos hoje oito secretarias de política para as mulheres, cinco coordenadorias e duas gerências. Ao todo, nós temos 15 organismos e a cada dia percebemos o crescimento desses organismos no interior do Estado, principalmente devido a nossa 3ª Conferência Estadual de Política Para as Mulheres.

Bom, aí nós temos a situação, hoje, da nossa rede. Nós ainda encontramos algumas fragilidades no trabalho interssetorial e rede, mas nisso já estamos avançando e conseguindo melhorar essa interssetorialidade.

Nós temos um convênio entre o Estado da Paraíba e o Município de João Pessoa, que ampliou o raio de atendimento do Centro de Referência Ednalva Bezerra aos Municípios de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e o Município de Conde. A implantação ainda está em andamento, mas já foi implantada no ano passado, em outubro de 2011, a Casa Abrigo Aryane Taís, que foi entregue as durante a 3ª Conferência de Política Para as Mulheres. A transferência também do Centro de Referência Estadual de João Pessoa, centro que tinha um convênio SPM, da capital para Campina Grande. Esperamos fazer esta inauguração ainda no primeiro semestre. Temos com a SPM vários projetos; na área de violência nós temos esse projeto fortalecendo a ação em rede no enfrentamento à violência contra a mulher, que vamos começar a colocar em prática agora no ano de 2011, e esse projeto irá atingir toda a rede de atendimento, com representação nos 223 Municípios do Estado da Paraíba.

A capacitação também é outro projeto que estamos fazendo, Srª Presidente e Srª Relatora, a capacitação continuada com os profissionais de saúde do Programa de Atenção Integral às Mulheres Vítimas de Violência Sexual da Maternidade Frei Damião. E um grande avanço para nós foi que a Paraíba tirou a Lei Maria da Penha do papel com a criação das Varas de Violência do Juizado da Mulher, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. Queremos mais juizados, não é Srª Ministra?!

Nós temos aí o serviço das nossas redes, dentro do Programa de Atenção Integral às Mulheres Vítimas de Violência; nós temos o Instituto Cândida Vargas, na cidade de João Pessoa; a Maternidade Frei Damião, uma maternidade estadual; o Instituto de Saúde Elpidio de Almeida, em Campina Grande; e o Hospital e Maternidade Peregrino Filho, na cidade de Patos. Nós temos também, como serviço da rede, a gerência exe-

cutiva de Medicina e Odontologia Legal, a Gemol; as unidades de saúde da família e os hospitais regionais.

Temos também os centros de referência de atendimento à mulher na cidade de Cajazeiras, na cidade de Santa Luzia; e na cidade de João Pessoa, o Ednalva Bezerra. Temos também a Rede Estadual de Atendimento às Mulheres, Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência; os 42 Municípios que possuem o CREAS, Centro de Referência Especializado na Assistência Social, sendo 20 unidades regionais e 22 municipais. Nós temos 236 CRAS presentes nos 215 Municípios do Estado da Paraíba. Para vocês terem uma idéia, nós temos 223 Municípios no nosso Estado. Nós temos nove Delegacias da Mulher; Temos o CIOF, que é o Centro Integrado de Operações Policiais; as delegacias distritais; o Núcleo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência da Defensoria Pública; no Ministério Público nós temos a Promotoria da Mulher; hoje, no Tribunal de Justiça também a Promotoria da Mulher; o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; os Conselhos Municipais em vários Municípios, como vocês podem ver; e agora os convênios que nós assinamos. Inclusive, agora, recentemente, no dia 12 de março, tivemos a honra de receber a Ministra Eleonora Menicucci numa solenidade no palácio, onde, juntamente com o governador, nós assinamos, através da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, esse termo de cooperação entre a União e o Estado da Paraíba, para a execução das ações voltadas para a consolidação da política de enfrentamento da violência contra as mulheres a partir desses convênios. Esses convênios vão garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, ampliação e fortalecimento da nossa rede de serviços; garantia da segurança cidadã e acesso à Justiça; a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, e também a garantia da autonomia econômica das mulheres em situação de violência e de seus direitos.

Bom, aí nós temos vários convênios. Para acelerar mais, eu vou dizer que no total nós temos, também, um repasse do Governo Federal, só da SPM com o governo do Estado, num valor de um milhão e trezentos mil. A contrapartida supera a mais de duzentos mil, a contrapartida do Estado da Paraíba. Somando-se a esse – que acho que não aparece no *slide* –, temos também um convênio importante, que a SPM também é parceira, com a MDA, que é a cidadania e a organização das mulheres rurais fortalecendo a autonomia das produtoras locais. Tivemos a honra de estarmos juntas, inclusive com o governador, assinando aqui no MDA. O valor do MDA para o Estado da Paraíba é de mais de um milhão e setecentos mil; e a contrapartida

do nosso está na faixa de 157; somando tudo, SPM, recurso, SPM e MDA, para enfrentamento da violência, temos mais de três milhões no Estado da Paraíba para serem aplicados, Sr^a Relatora Ana Rita, no enfrentamento da violência nas políticas públicas.

Estamos aí com um projeto sobre a implantação do sistema de registro de dados de violência contra as mulheres no Estado, porque nós sabemos que não só na Paraíba, mas em vários Estados das colegas, os dados mostram esse problema em todo País. Estamos aí querendo implantar esse sistema de registros.

Por último também, falar sobre o Empreender Mulher, que vou deixar com cada uma das Deputadas, que foi assinado com o Governador Ricardo Coutinho. Trata-se de uma linha de crédito exclusiva para as mulheres visando dar oportunidade àquelas organizadas em grupos, associações, cooperativas ou individualmente, e priorizar, entre essas, as mulheres em situação de violência, atendidas pela nossa rede, e de vulnerabilidade social. Isso no intuito de promover autonomia econômica e financeira dessas mulheres.

Encerro com alguns dados, mas não chegaram a ser levantados os de 2012; alguns dados comparativos da mulher 2010 e 2011.

Falo agora – não estou mais com os *slides* – por ter sido citada. Inclusive a Ministra, naquele dia, teve oportunidade de estar no nosso Estado, juntamente com nossa Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher, Aparecida Gonçalves. Todos sabem, isso foi noticiário nacional, que, na madrugada do dia 11 de fevereiro do ano em curso, na cidade de Queimadas – posso dizer para vocês que a cidade de Queimadas fica no agreste paraibano, uma cidade pacata, sempre muito tranquila, com uma população de 41.054 habitantes – houve a prática desses crimes hediondos, com violência, graves ameaças, que foram tipificados como formação de quadrilha, cárcere privado, estupro e homicídios cometidos contra seis mulheres, dentre as quais duas foram brutalmente assassinadas. Eu afirmo aqui que desde o momento da elucidação do crime, no dia seguinte, já no dia 12, em nenhum momento houve omissão do nosso Poder Público. Pelo contrário. A Secretaria de Segurança Pública do Estado, numa operação de policiais civis e militares, com o apoio do grupo de atuação especial de combate às organizações criminosas, foi responsável, no dia do velório, acontecendo o velório, logo em seguida o enterro, pela captura dos dez acusados que estavam no velório. Dentre os dez, três são menores e já estão no Lar do Garoto, em Campina Grande; os sete, já estão presos também no Presídio PB-1 na cidade de João Pessoa, no bairro de Jacarapé.

O processo, na Justiça, será desenvolvido na própria cidade de Queimadas. Quem está à frente é o Promotor de Justiça Márcio Teixeira e a Juíza de Sousa Batista Rocha. As audiências de instrução e julgamento dos sete acusados deverão ser marcadas. Aqui saiu no jornal *Correio da Paraíba* da semana passada, sexta-feira, dia 20, informando. O próprio Promotor nos afirma que as audiências de instrução e julgamento dos sete acusados deverão ser marcadas na próxima semana.

Segundo o promotor, serão dois processos: seis acusados são denunciados por estupro coletivo, cárcere privado, lesão corporal, formação de quadrilha e posse ilegal de armas – os seis vão a julgamento. O Eduardo Pereira dos Santos, que é apontado como mentor intelectual do crime, já que foi premeditado, também será julgado por todos esses itens e ainda irá a Júri Popular.

Em virtude dessa barbárie, da hediondez do ocorrido, os crimes alcançaram essa repercussão nacional, possibilitando assim a que os órgãos públicos engajados nas políticas públicas para as mulheres efetivamente se pronunciassem em prol das vítimas e familiares.

O que nós fizemos?

Desde o dia 29 de fevereiro do corrente ano que a Secretaria, em comunhão com a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), em Brasília, nós elaboramos um plano de ação para atendimento às vítimas de violência e os familiares dessas vítimas; mandamos uma gerente operacional de enfrentamento à violência contra a mulher da casa-abrigo, uma advogada e uma psicóloga à cidade de Queimadas para esse atendimento.

Logo em seguida à visita de Cida lá em João Pessoa, que participou conosco da Caminhada da Paz, no dia 12 de março, vimos que as mulheres do Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) não tinham condições psicológicas, por ser uma cidade pequena, de fazer o relacionamento tanto com as vítimas quanto com as famílias dos agressores, e a cidade de Pernambuco – agradeço aqui a Cristina Buarque, a Secretária da Mulher, que nos mandou um apoio de Pernambuco para esse atendimento, que foi encerrado agora, no dia 20/2, com essa psicoterapia familiar e individual.

Devido a tudo isso, o prefeito da cidade, Ministra, além de ter assinado o pacto, criou agora não uma coordenadoria, mas uma comissão dos direitos da mulher e da igualdade no Município, para se pensar em políticas públicas.

Eram essas as minhas palavras. Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Agradecemos a Iraê Lucena e passamos, de imediato, a palavra à nossa gestora do pacto estadual no Acre, Joelda Pais.

A SRª JOELDA PAIS – Bom dia a todos e a todas, cumprimentando aqui, a Senadora Ana Rita, as Srªs Deputadas Jô Moraes e Keiko, e as Srªs Parlamentares e Srs. Parlamentares presentes, Srª Ministra Eleonora, Srª Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres Cida Gonçalves, colegas gestoras do pacto nos Estados, a equipe da SPM e as demais senhoras e senhores presentes nesta reunião, trago um abraço fraterno a esta Comissão à Ministra, do Sr. Governador do Estado do Acre, Tião Viana, e da Srª Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres Concita Maia, que não pôde vir por questão de saúde – ela lamentou, mas infelizmente não pôde estar presente.

A questão do pacto no Acre.

O acordo federativo no nosso Estado foi assinado em 2009, à época articulado pela assessoria da mulher, do gabinete do governador. Em 2011, tivemos um grande avanço na gestão do nosso pacto com a criação da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, com a qual ganhamos uma coordenação específica para executarmos todas as articulações relacionadas ao nosso pacto estadual.

Vou passar aqui para vocês os principais avanços e as ações que nós planejamos até 2014.

A anterior, por gentileza.

Pode passar.

Como eu falei, o nosso pacto foi assinado em 2009, pela Ministra Nilcéia Freire, o Governador Binho Marques, à época, e o Prefeito Raimundo Angelim, de Rio Branco, representando a Associação dos Municípios do Acre.

O propósito maior, justamente como a Ministra falou, foi realizar um conjunto de ações integradas para prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra a mulher no nosso Estado.

Posteriormente, foi instalada a Câmara Técnica do Pacto, através do Decreto nº 4.148, de maio de 2009, composto pelas seguintes instituições: Assessoria da Mulher, Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Desenvolvimento Social, Justiça e Direitos Humanos, Coordenadoria da Mulher de Rio Branco, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Defensoria Pública, Instituto de Educação Profissional Dom Moacir e Ministério Público Estadual do Acre.

Atualmente, quem está coordenando, quem está nesse processo de gestão, como eu falei, é a Secretaria de Estado. Estabelecemos o nosso objetivo geral, que é de consolidar a nossa política pública de enfrenta-

mento à violência em todo o Estado, e, como objetivos específicos, garantir o acesso à mulher em situação de violência ao atendimento integral, com qualidade e respeito a sua autonomia. Também promover ações que trabalhem a mudança cultura, a partir da disseminação de atitudes igualitárias, valores éticos, enfim, a partir das ações educativas à sociedade, para mudar o paradigma da discriminação da sociedade patriarcal,

As nossas estratégias de execução do pacto no Estado foram as seguintes: o nosso Estado é composto por 22 Municípios. Temos uma população de 732.703 pessoas, sendo que 354.929 são mulheres. Esse dado é do IBGE 2010. Então, como estratégia indicada pela própria SPM, iniciamos o processo de articulação nos Municípios polos, que são cinco, representando as cinco regionais do Estado: Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Rio Branco e Brasileira.

E, para iniciar a discussão, trouxemos alguns indicadores de violência, a partir da notificação compulsória da saúde de 2010 e 2011, que registrou um total de 1.472 casos, destacando a violência sexual em maior número, tanto em 2010 quanto em 2011.

Nas delegacias da mulher de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e na Delegacia de Polícia do Município de Feijó, foram registrados, em 2010, e até o primeiro semestre de 2011, 10.552 casos, sendo que, de 2010 a 2011, foram registrados 63 homicídios de mulheres.

Em relação aos atendimentos da casa abrigo, em 2010 e 2011, nós tivemos um total de 465 acolhimentos, sendo 213 de mulheres e 246 dos filhos que as acompanham nos acolhimentos.

Nossos principais resultados de 2010 e 2011. Primeiro, houve a implantação das promotorias especializadas de violência doméstica familiar do Ministério Público, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; a implantação do Núcleo da Mulher da Defensoria Pública de Rio Branco; o reaparelhamento da Casa Abrigo Mãe da Mata e Casa Abrigo do Juruá, destacando que essas duas casas abrigos têm um serviço regional, sendo que as cinco regionais ficam em Municípios estratégicos e conseguem cobrir todo o território do Acre; o reaparelhamento de quatro centros de referência de atendimento à mulher; a implantação do Núcleo da Mulher, da Defensoria Pública; o aparelhamento da DEAM de Rio Branco. Esses foram os principais resultados.

Atualmente, temos a seguinte rede atendimento: duas DEAMs, uma em Rio Branco, outra em Cruzeiro do Sul; cinco centros de referência de atendimento à mulher nos cinco Municípios polos; duas casas abrigos; uma vara da violência doméstica familiar em Rio Branco; duas promotorias especializadas nos Municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul; dois núcleos de referência em saúde para atendimento à violência sexual,

também em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; e o Núcleo de atendimento da defensoria Pública em Rio Branco.

Ações do pacto planejadas de forma intersetorial 2012/2014. Algumas ações nós já estamos executando.

Primeiro, a consolidação das redes de atendimento à mulher nos cinco Municípios polos. Como se dá essa consolidação? Através da construção, publicação dos protocolos de atendimento. Lá, teremos os fluxos, estabelecidos a partir do marco legal, do atendimento à mulher vítima de violência, principalmente a Lei Maria da Penha. Então, estamos trabalhando com a rede de atendimento na construção desse fluxo. Estão à frente, por terem uma rede mais ampliada, Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Capacitação dos profissionais sobre o protocolo das redes de atendimento, priorizando as portas de entrada: Polícia Militar, DEAMs, hospitais, centros de referência, casa abrigo, UPAs, Vara da Violência, Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e os CMDMs, os conselhos municipais.

A implantação da ouvidoria da rede de atendimento de Rio Branco; capacitação dos CRAs e CREAs de 17 Municípios, para referenciá-los ao atendimento à mulher vítima de violência; reforma da Casa Abrigo Mãe da Mata; repasse de 105 benefícios assistenciais para as usuárias das casas abrigos Mãe da Mata e Juruá. A gente está chamando esse benefício de Bolsa Mulher. É uma ajuda de custo pós-abrigamento para que ela possa fazer o curso profissionalizante, pagar o aluguel social, enfim para conseguir dar continuidade ao processo do ciclo da violência.

Também a realização de cursos de capacitação profissional para as mulheres usuárias da rede de atendimento de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira; realização da campanha estadual Homens pelo Fim da Violência, quando a gente quer fortalecer a campanha do Laço Branco em todo o Estado. Atualmente, ela só existe em Rio Branco e a gente quer ampliar para os Municípios polos; implantação do Núcleo da Mulher do IML de Rio Branco; rearticulação do Comitê Trinacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, composto por representantes de Madre de Deus, no Peru, Pando, na Bolívia, e nós, do Acre.

Em 2009, com recursos do PAC, realizamos um seminário tri nacional, onde conseguimos trazer os profissionais de referência das redes desses municípios do Peru e da Bolívia e conseguimos constituir um comitê articulador. Nós precisamos fortalecer esse comitê e voltar às ações dele, de articulação.

Por último, reaparelhamento do Centro de Referência de Rio Branco, que é a Casa Rosa Mulher, conhecido nacionalmente.

Os investimentos do pacto nacional, principalmente através do apoio da SPM. Em segurança pública, tivemos investimento (2009/2012) de R\$2.425.329,40; assistência social, R\$862.133,00; saúde; R\$112.831,04; organismos de política externa para as mulheres do Estado, R\$1.734.084,16. Total: R\$5.134.378,01, e o recurso é da SPM e também do Estado (governo e prefeitura).

Os nossos principais desafios: a implantação de um sistema de protocolo *on line*, para que possamos gerar a comunicação entre os profissionais da rede de atendimento e para que possamos monitorar os casos nesse fluxograma da rede, avaliar como foi o caminho dessa mulher na rede de atendimento; ampliação da rede de atendimento nos Municípios pólos. Precisamos implantar um juizado em Rio Branco, varas nos Municípios pólos, promotorias especializadas, DEAMs, núcleos de defensoria, enfim, ampliar essa rede nos Municípios polos. Precisamos de recursos humanos para os centros de referência de atendimento à mulher. Temos o apoio do SPM para o reaparelhamento, para a estruturação. Porém, nós somos fragilizados na questão de recursos humanos. É importante haver concursos públicos para equipes permanentes nesses centros de referência, para que a gente possa garantir o atendimento humanizado e de qualidade a essas mulheres.

Implantação dos serviços também de reeducação e responsabilização dos autores de violência.

É isso. Estou à disposição para quaisquer dúvidas. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos à Joelda, inclusive pela precisão e objetividades das contribuições.

Passamos a palavra para a nossa Coordenadora, que receberá a CPMI amanhã em Minas gerais, a Srª Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres em Minas Gerais, e gestora do pacto em Minas.

A SRª ELIANA PIOLA – Boa tarde, nossa ilustre Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputada Jô Moraes, minha dileta amiga e conterrânea. Desejo cumprimentar, de igual forma, nossa Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, também conterrânea, a mineira Eleonora Menicucci; Deputada Keiko Ota; nossa Relatora, Senadora pelo Espírito Santo, que, de certa forma, é nosso Estado irmão, não só pela proximidade, mas pela frequência com que nós, mineiros, cruzamos a fronteira em busca daquele litoral maravilhoso, Senadora Ana Rita... (*Risos.*) Um litoral que é objeto de uma inveja saudável.

Minhas queridas companheiras de mesa, Iraê, Joelda, companheiras amigas gestoras do pacto estadual, imprensa, senhoras e senhores, não trago apre-

sentação aqui em *power point*, primeiro porque recebi o convite ontem à tarde, segundo porque tenho uma dificuldade enorme com essas apresentações. Nós, em Minas, estamos mais acostumados a falar – não é, cara Deputada? Então, permitam-me assim fazê-lo e dizer, em um breve relato dos moldes em que nós entramos nesse processo.

(*A Srª Presidente faz soar a campainha.*)

A SRª ELIANA PIOLA – Aí já é perseguição comigo... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É o sinal do prazo anterior que só tocou. O técnico começou agora. Na verdade, você ganhou tempo.

A SRª ELIANA PIOLA – Muito obrigada, Comprendido.

Minas Gerais firmou o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher em 26 de novembro de 2008, e pretendemos repactuar-lo, como já ficou programado, no próximo mês de novembro, quando esperamos tê-las, minha cara Ministra, minhas caras amigas Deputadas e Senadoras, também ali conosco nesse momento que considero um momento histórico.

Nós queremos dizer que, em Minas, nós tentaremos fazer o que existia e existe hoje após o pacto. A nossa Coordenadoria da Mulher foi criada em 2007 e pactuamos, portanto, no final de 2008. As ações pertinentes à implantação do pacto devem ser consideradas no período de 2010, 2011 e neste ano propriamente.

Em Minas, quando nós chegamos com a Coordenadoria da Mulher, nós nos deparamos com um cenário interessante, porque nós já tínhamos uma rede de articulação de serviços criada em Belo Horizonte – e está aqui a nossa companheira Gláucia, que fez parte dessa rede conosco lá durante um grande período –, e essa rede, de certa forma, alavancou os nossos trabalhos, porque não que não houvesse... Em todos os nossos Estados, obviamente, nós sempre tivemos ações de enfrentamento à violência contra a mulher, mas de uma forma tão fragmentada e invisível que nós não podíamos sequer considerar.

Portanto, ao chegarmos, fizemos questão absoluta de que a Coordenadoria passasse a integrar essa rede como forma de fortalecimento. E o pacto, no nosso entendimento, é uma forma de articulação; é uma articulação para, até que se implemente a lei... A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) é exatamente uma articulação absoluta entre os três níveis de poder, envolvendo Governo Federal, estaduais e municipais e a sociedade civil.

Então, essa mudança, não só do ponto de vista cultural, mas no olhar em relação à violência contra a mulher, é o grande ganho dessa lei, a Lei Maria da Penha. A lei é uma norma pedagógica, é uma norma

educativa, não é uma apenas punitiva, devemos considerar, e tem provocado essa mudança de ordem cultural. E, para a sua implementação e enfrentamento da violência, há também uma mudança cultural como gestores e de visão, porque não se faz uma política de enfrentamento de forma estanque. Há de haver essa articulação entre todos esses entes, todos que compõem essa rede.

O pacto é uma mudança cultural na forma de enfrentamento a esse fato; A lei é uma mudança cultural também. De lá para cá, com essa capacidade de dialogar, de articular, nós, como gestoras, até abrimos mão de certas iniciativas, de fazê-lo de forma somente pela Coordenadoria, para prestigiar essa articulação, como é o caso dos nossos grandes eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, ao 25 de novembro, que fazemos pela rede e não mais pela Coordenadoria, a fim de fortalecer todos os organismos. Isso nos possibilita ter um olhar crítico, fazer considerações para que não haja sobreposição de ações, e isso tem aprimorado e agilizado.

Se nós pactuamos, nós também elaboramos o nosso Plano Integral Básico, nos moldes dos editais da SPM. No primeiro momento, consideramos 31 Municípios-polos, naquele universo de 853 Municípios de Minas Gerais, o Estado com o maior número de municípios do Brasil e um Estado que, como nós sempre dizemos, é uma síntese do Brasil, não só pela sua extensão territorial, mas pela sua diversidade, seja do ponto de vista socioeconômico como cultural. Portanto, não é fácil! O que der certo em Minas, minhas caras amigas, sem modéstia alguma, vai dar certo no Brasil. *(Risos.)*

É desafiador; na implementação, há desafios sim. Nós temos cidades extremamente ricas e cidades extremamente pobres, com diferenças de toda ordem. E isso tem nos levado a ter uma articulação ainda maior com a SPM, nesse diálogo permanente na busca de alternativas, e dentro do próprio Estado.

Com esse Plano Integral Básico apresentado, recebemos um aporte de recursos... E não somente porque criamos a Câmara Técnica, nos mesmos moldes, uma Câmara técnica extremamente atuante, com participação não só das instituições públicas, mas da sociedade civil, e trabalhamos muito, mas nos deparamos – e isso é uma crítica positiva, que nós já fizemos – com o fato de que nós não recebemos informações sobre o aporte de recursos que foram direcionados diretamente aos Municípios e para algumas entidades, o que inviabilizou, de certa forma, o nosso monitoramento como gestoras estaduais.

Mas, como dizia, recebemos R\$1.587.000, 00, já em 2009, e, com esse recurso, fizemos já o rea-

parelhamento de delegacias da mulher, em número de 48, e também de um núcleo em uma delegacia – portanto, 49 delegacias –, seja com equipamentos de informática, móveis, veículos, motos. Parte desse recurso foi destinada também para capacitação de toda essa rede. E a capacitação a que nos referimos é de psicólogos, gestores, enfim. Esse recurso também foi destinado à campanha. Já em 2008, Minas fazia não só a campanha pelos moldes convencionais, com material impresso, mas também a Lei Maria da Penha em braile e em libras. Esse material já foi refeito em outra campanha e é disponibilizado, preferencialmente, para as bibliotecas públicas, universidades...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ELIANA PIOLA – Sim; essa é em braile. Vou deixar para a senhora.

Mas, como dizia, esse material é disponibilizado para universidades, bibliotecas públicas e entidades que têm pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva.

Esta aqui é um exemplar da Lei Maria da Penha. Interessante que quem fez é uma entidade de portadores de deficientes visuais, que ainda não tem uma máquina – e passará a ter – para fazer a capa. Eles fizeram tudo isso para nós e vão refazer. Na época, não tinham, por isso que a capa não é em braile, já que é um maquinário diferente.

Então, essas ações foram possibilitadas, seja de reaparelhamento de centros de referência, seja de casas-abrigo, embora não tenha ido direito o recurso, mas, enfim, de melhoria dessa rede.

O que nós entendemos é que, embora a questão esteja para além de recursos, como aqui disse a Ministra – e a questão não é só de recursos, obviamente –, é inegável, Ministra, que, se estamos aqui hoje sendo chamadas à CPMI, presenciando toda essa discussão e sendo ouvidas, houve uma contribuição relevante da SPM para o nosso fortalecimento, e, diga-se de passagem, recurso é importante nesse momento, porque os gestores estão de olho nisso. Os gestores querem um retorno, obviamente, de tudo que fazem.

Quando se amplia uma rede de investimento, amplia-se o custeio também. É desse equilíbrio que os gestores estão cobrando um resultado. É importantíssimo! Foi, está sendo e será sempre importante esse fortalecimento. A SPM tem nos prestigiado muito, o que é fundamental para que a gente, nos nossos Estados, tenha prestígio para articular junto aos Municípios.

Das ações implementadas em Minas, para além de tudo o que digo que é a nossa rotina de casas-abrigo, o número de serviços aumentou, Ministra, e aumentou porque há uma provocação enorme, hoje, de um modo geral, não só das mulheres, mas dos gestores, que também estão mais sensibilizados com essa causa,

mais conscientes, ou mesmo, por uma questão de modismo, se me permite assim dizer, estão embarcando nesse trem e querem implementar políticas públicas para mulheres. Ainda que seja um modismo do momento, somos nós que temos de aproveitar e do limão fazer uma limonada, inserir políticas nos Municípios, seja pela forma que for essa provocação.

Nós temos nos deparado com desafios. Nós temos hoje quase 4 mil municípios no Brasil com menos de 50 mil habitantes; são 400 em Minas Gerais com menos de 10 mil habitantes. Então, como fazer chegar todas essas políticas a todos eles? Nós não teremos em Minas Gerais 853 delegacias de mulheres. Não teremos! É utópico! Não teremos 853 centros de referência nem 853 casas-abrigo. Como propiciar a todas as mulheres que necessitam, do menor ao maior município, todos esses serviços?

Nós temos, Ministra, experiências saudáveis. Uma é um consórcio, que é uma autarquia pública criada em Minas Gerais, de quatro Municípios – Contagem, Betim, Sabará e Belo Horizonte –, para exatamente consorciar alguns serviços, entre eles as casas-abrigo. E, na última reunião de gestoras, eu sugeri, discutindo o tema com a Gláucia Helena, nossa conterrânea que está na SPM, que talvez essas autarquias, esses consórcios possam, inclusive, prestar atendimento especializado naqueles municípios em que há uma certa resistência de parte dos gestores municipais em manter os centros de referência para a mulher, gestores que entendem que CREAS respondem por esses serviços, o que não é verdade. Nos grandes municípios, principalmente, nós precisamos, sobretudo, ter esse atendimento diferenciado, e, talvez, o consorciamento seja um dos caminhos.

Tivemos também uma iniciativa, que não está de todo pronta, mas que será inaugurada esse ano agora, de fato, minha cara Cida Gonçalves, que é o Centro Integrado da Mulher, onde, num único espaço físico, todos esses serviços da rede estarão disponíveis: delegacia de mulheres, atendimento psicossocial, Defensoria, Promotoria de Justiça e as Varas Especializadas, todas ali atuando para que ela tenha uma porta de entrada, mas também buscar uma alternativa como porta de saída. E eu quero dizer que essa porta de saída é o grande desafio. Não basta melhorar apenas as portas de entrada para essas mulheres.

Eu quero, mais do que registrar tudo o que nós fizemos no pacto, os desafios, se me permite assim, minha cara Deputada Jô, antecipar aquilo que entendemos de fundamental importância – e vamos apresentar amanhã na nossa audiência pública – a institucionalização desses serviços. Nenhuma das delegacias de mulheres de Minas Gerais é institucionalizada, o que

torna difícil. Então, nós já fizemos uma proposta de, mais do que apenas institucionalizar, criamos um comitê em Minas para tratar desse tema. E, na pauta desse comitê, entrou a institucionalização das delegacias. Mas eu acho que há de se institucionalizar todos os serviços: casas-abrigo, centros de referência da mulher. Isso dificulta; não que vá cortar de tudo, mas é muito mais difícil fechar um serviço institucionalizado do que aquele que não o é.

Dotar todos os Municípios, com população acima de 50 mil habitantes, de uma programação de médio e longo prazo de DEAMs. Isso para nós também é importante. E inserir no REDS – Registro de Eventos de Defesa Social, que é um sistema de Minas Gerais, um boletim de ocorrências informatizado, criado desde 2003 para a integração das polícias civil, militar e Corpo de Bombeiros. Nós solicitamos – e acho que é prudente – que todos os boletins de ocorrência tenham a possibilidade, para além do registro da tipificação do crime, tenha também a informação sobre se há enquadramento ou não na Lei nº 11.340. Por quê? Os dados que nós tivermos aqui, qualquer que seja, são, de certa forma, subnotificados, seja porque não existe a notificação, ou pela péssima qualidade de todos eles, considerando que esses homicídios que aparecem, aparecem como um delito enquadrado no Código Penal, no art. 121. O sexo feminino é vítima, mas não configura uma violência doméstica porque não tem um campo. E para facilitar, inclusive, aqueles que lavram o boletim de ocorrência, o REDS, que coloquem apenas “Sim” ou “Não”, 11.340. É o suficiente para a gente melhorar as nossas estatísticas.

Reverter, é uma sugestão também que fica, as penas pecuniárias da Lei 9.095, dos juizados ainda especiais, quando a vítima for do sexo feminino. Cito como exemplo um acidente de trânsito em que a mulher for a vítima; se essa vítima for mulher, que essas penas sejam revertidas para um fundo. De igual forma para as fianças da Lei nº 11.340 para um fundo. Em Minas, há uma proposta tramitando, na assembleia legislativa, para a criação de fundo estadual para a política de mulheres.

Estimular a criação dos organismos de mulheres nos Municípios é um grande desafio para Minas – considerando que nós temos poucos organismos, cerca de dez apenas em todo o Estado – vinculando, mediante priorização de aporte de recursos do Tesouro – e obviamente também daqui – aos Municípios que aderirem ao pacto e à criação dos organismos. Se a nossa política não avançou suficientemente nos moldes de outras, é porque não há vinculação de receita, como é na política da criança e do adolescente por aí fora.

Inserir nas grades curriculares de todos os cursos superiores de Humanas a formação em gênero; isso é imprescindível. Estabelecer como critérios de implementação da rede de atendimento à mulher vítima de violência a situação demográfica, o IDH, a influência regional, definindo assim três níveis de bases territoriais, os respectivos serviços a serem prestados por cada um deles, nos moldes do que já existe no SUAS e no SUS; atendimento básico, talvez de média complexidade, alta complexidade, e por aí afora. Seria uma lógica para o próprio pacto.

Implantação e expansão da cadeia de custódia, que nós estamos atuando muito em Minas Gerais, para a coleta de identificação do material biológico das vítimas de violência sexual. E implantar, no nosso ponto de vista, o monitoramento eletrônico de agressores e agredidas, para cumprir a medida protetiva, que é mais definida pelos nossos tribunais de Minas Gerais, e acredito que todos os outros no Brasil, que é aquela prevista na alínea a, Inciso III, do art. 22 da Lei Maria da Penha, que é o distanciamento; implementar nos moldes da França, Espanha e Portugal já utilizam. Somente com o monitoramento remoto será possível estar presente e controlando.

Encerrando mesmo, porque o nosso tempo já se foi. Em Minas, nós criamos também, dentro da Polícia Militar, a Patrulha de Violência Doméstica, em que não somente as viaturas são caracterizadas para esse fim, como os policiais são treinados para esse fim, e o treinamento, a escolha desses policiais é feito de uma forma atípica dentro da corporação, porque é espontânea, é aquele que quer ir. A adesão dos policiais militares tem sido enorme e isso pode ser atribuído ao êxito desse projeto que se iniciou em Belo Horizonte e vai cobrir todos os batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais, que chama a primeira e a segunda resposta, que de certa forma é um monitoramento feito pela própria Polícia Militar daquelas ocorrências, onde a PVD – nós chamamos de PVD – tem chegado, os índices têm caído, os registros têm caído sistematicamente, o que demonstra que essa é uma experiência exitosa e que poderá ser multiplicada para todo o País.

E eu encerro aqui, colocando-me à disposição dos senhores, registrando que em Minas nós propusemos a criação de um comitê interinstitucional no ano passado, que está funcionando – e não está ainda institucionalizado por uma questão de ordem administrativa –, mas que o será feito agora, em que todos nós atuamos nessa rede, somente instituições públicas, e lá, para além de defesa, desenvolvimento social, colocamos a Secretaria de Estado do Trabalho como alternativa de viabilizar a autonomia econômica como uma forma de enfrentamento à violência contra as mulheres. O primei-

ro desafio do comitê foi melhorar exatamente os dados de que não dispomos. Os primeiros dados da região metropolitana de Belo Horizonte já estão concluídos, a base territorial que nós partimos, até chegar a todo o Estado. Os levantamentos foram feitos em 2008 a 2011, em todo tipo de crime em que a mulher foi vítima, e ainda não com esse recorte, com esse campo. Obviamente que os boletins ainda não tinham. Vão ser inseridos alguns recortes como idade, como laços de parentescos, que nos permitem visualizar exatamente a questão da violência doméstica como crime: a lesão corporal de que os laços de parentesco se aproximam, a lesão corporal tem mais proximidade com a questão geracional e por aí afora.

Então, o comitê, eu acho também que ele se assemelha à câmara técnica, mas ele sai mais talvez fortalecido, porque é criado por um ato do governador do Estado, ele vem para sentar aqueles que têm poder de decisão e passa a tratar a questão da violência como questão de segurança pública e não um problema de mulher. Esse não é um problema nosso, é um problema do Estado brasileiro, dos governos, e precisamos enfrentá-lo sem perder o romantismo, com mais racionalidade, com mais competência e com mais técnica, sobretudo na análise de dados, que deve ser científica. Faz-se análise científica com crimes patrimoniais, por que não fazer com a violência doméstica e inserir na pauta como uma violência da maior grandeza e seriedade, porque ela extrapola as quatro paredes, e está aí o caos que estamos vivendo neste País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos às três gestoras que, com muita riqueza de informações, aqui complementaram as informações da Ministra.

Queremos aproveitar o quórum conseguido no Regimento Interno para colocar em votação as atas das 7^a e 8^a Reuniões, solicitando a dispensa de leitura das mesmas.

As Sr^{as} Deputadas, os Srs. Deputados, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Queremos também colocar em votação os requerimentos que dizem respeito à convocação nos Estados, com a boa notícia de que em Santa Catarina o governador, Senadora Ana Rita, fez o comunicado de uma pré-agenda para nos receber, o que já é uma importante vitória – todos sabem o que significa.

Em apreciação os Requerimentos 422 a 450 que dizem respeito, como eu disse, à convocação de pessoas.

Os Requerimentos 424 e 425, conforme o art. 242 do Regimento Interno, pela natureza, exige a presença da autora e serão retirados de pauta.

Em votação.

As Sr^{as} Deputadas, os Srs. Deputados, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Antes de passar a palavra para a Senadora Ana Rita, nossa relatora, quero dizer que é muito importante para a CPMI a presença – e eu pediria que se levantasse rapidamente – da Valdevina Neves, Superintendente de Políticas para as Mulheres do Estado de Goiás; Catarina Nunes Bacelar, Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado do Maranhão; Vera Lúcia Xavier, Diretora de Assistência à Mulher do Estado do Tocantins; Andreza Carla Lopes Castelo Branco, Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Estado do Amazonas; Ângela Fontes, Superintendente dos Direitos das Mulheres do Estado do Rio de Janeiro; Adriana Mota, Gestora do Pacto no Estado do Rio de Janeiro; Yara Regina Stockmanns, Gestora do Pacto no Estado do Rio Grande do Sul; Ana Júlia Souto Santos, Gestora do Pacto no Estado de Sergipe; Maria Teles dos Santos, Secretária da Mulher no Estado de Sergipe; Rosimeire Correia, Delegada Gestora do Pacto no Estado de São Paulo; Eliane Rodrigues, Gestora do Pacto no Estado de Pernambuco; Maria Muller, representando a Sr^a Selma Elias Westphal, Coordenadora Estadual da Mulher em Santa Catarina; Carmosita Nóbrega, Gestora do Pacto no Estado do Rio Grande do Norte; Vera Lúcia Barbosa, Secretária de Políticas para as mulheres no Estado do Bahia; Mônica Barroso, Coordenadora Especial da Políticas para as Mulheres no Estado do Ceará; Laudiceia Schuaba Andrade, Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Estado do Espírito Santo, da nossa relatora; Sônia Maria Dias Mendes, Diretora de Políticas para as Mulheres no Estado do Piauí; Maria Tavares Trindade, Coordenadora de Políticas para as Mulheres no Estado do Pará; Tai Loschi, Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres no Estado do Mato Grosso do Sul e as três que integram esta Mesa. Uma gratidão muito especial. *(Pausa.)*

Está faltando a Kátia Borges, ex-prefeita da cidade de Maceió, também parceira das lutas históricas do mundo feminista do Estado de Alagoas.

Ainda Mato Grosso do Sul, nossa Secretária Ana Emília, que está indo para uma audiência no exterior, Londres, na Inglaterra, para entregar um relatório especial da experiência realizada aqui.

Este reconhecimento internacional a uma das experiências do Pacto, Ministra, merece um registro e um cumprimento a todas nós. *(Palmas.)*

A nossa representante do Estado do Amapá, Maria do Socorro; também a Gestora do Estado de Rondônia, Denise.

É fundamental o registro e o reconhecimento do enorme esforço cotidiano de vocês nos desafios, em cada local, mas também se deslocando até aqui para dar essa contribuição.

Obrigada a todos vocês.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para as suas considerações.

Muitas questões inclusive serão respondidas posteriormente por todas vocês.

A SR^a ANA RITA (PT – ES) – É muito bom ver praticamente todas as gestoras estaduais num momento como esse desta audiência pública. Isso é muito positivo!

Quero parabenizar vocês e agradecer muitíssimo pela presença.

Aproveito a oportunidade, antes de fazer umas duas ou três perguntas, para confirmar as audiências públicas dos Estados. Já que vocês estão aqui, isso é importante.

Em Minas Gerais será amanhã; em Santa Catarina está confirmado para o dia 4 de maio, uma sexta-feira; no Rio Grande do Sul, 7 de maio, segunda-feira; no Estado do Espírito Santo, 11 de maio, sexta-feira; no Estado do Amazonas, 25 de maio. Parece que alguém está reivindicando mudança de data, mas, em princípio, para nós da CPMI, está confirmado o dia 25 de maio.

Também está preagendado para o Paraná dia 1º de junho; para o Estado de Goiás, dia 6 de junho; Paraíba, 14 e 15 de junho; São Paulo está alterando a data, em princípio marcada para 21 e 22 de junho, o que deve ocorrer; Mato Grosso do Sul, dia 29 de junho; Alagoas, 7 de julho; Bahia, 13 de julho.

Do Paraná para frente, são datas preagendadas que nós vamos confirmando com vocês de comum acordo com a agenda local.

Existem alguns outros Estados que iremos agendar: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pará; ainda, o Estado do Ceará, Amapá e Sergipe, que também têm requerimento já aprovado, e há também uma solicitação para que possamos ir ao Acre e ao Piauí. São esses os Estados que iremos visitar, praticamente todos eles.

Eu gostaria aqui de fazer três perguntas para as gestoras estaduais, para as três gestoras. Se for possível, que vocês possam nos responder.

Qual é a política de divulgação dos serviços dos Centros de Referência e Casas-Abrigo para ampliar o acesso do serviço às mulheres? Todos os serviços que

o Estado oferece, qual a política de divulgação para que as mulheres possam acessar a esses serviços?

Também, se for possível aqui hoje: quantas mulheres são atendidas mensalmente pelos Centros de Referência e pelas Casas-Abrigo? Os três Estados que falaram aqui hoje.

Que medidas a Secretaria de Estado está tomando para ampliar a contrapartida do Estado?

Pelo que nós percebemos, um volume maior dos recursos vem do Governo Federal. Está se tomando alguma medida para ampliação dos recursos estaduais?

São essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com o prazo de que dispomos, vamos passar a palavra, primeiro, para a Ministra e, depois, para vocês, pelo prazo máximo de até três minutos.

A Sr^a Ministra tem a palavra.

A SR^a ELEONORA MENICUCCI – Quero finalizar a minha participação aqui, cumprimentando a direção desta CPMI – a Presidenta Deputada Jô Moraes, a vice-presidente Deputada Keiko Ota e a Senadora Ana Rita – e toda a sua equipe de parlamentares e técnicas que estão apoiando.

Quero também parabenizar todas as gestoras presentes, quase todas, do Brasil, e dizer da magnitude da nossa luta e da nossa condição de gestoras nacionais, estaduais e municipais, assim como do avanço que já tivemos, inclusive expresso nos relatos das três gestoras. Fiquei muito contente, muito feliz que o nosso trabalho de formiga não tem sido em vão, tem sido um trabalho esplendoroso.

Quero parabenizar as três gestoras pelas exposições que fizeram. Como apoio da Secretaria, não é preciso nem falar, só reforçar e reafirmar.

Como última informação, foi criado um grupo de trabalho junto às gestoras para criar mecanismos que possam fazer avaliação e acompanhamento do número de mulheres atendidas nos Centros de Referência e nas Casas-Abrigo.

Essa pergunta que a relatora fez, nós já a antecipamos, de comum acordo com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência, com as gestoras, de criar esse grupo para construir esse mecanismo fundamental, do ponto de vista da estatística, mas mais fundamental ainda do ponto de vista de como nós podemos monitorar esses serviços dos Centros de Referência e das Casas-Abrigo.

Quero finalmente registrar o compromisso político e de gestão que é o enfrentamento à violência: prioridade zero do nosso Governo, da nossa Secretaria e do compromisso em tudo que nos couber com o andamento desta CPMI, Sr^a Presidenta. É uma CPMI que, seguramente, impactará a vida das mulheres

brasileiras. Eu tenho certeza disso porque as audiências públicas estão mobilizando mulheres de todas as classes sociais, mulheres de vários espectros. Talvez, em âmbito nacional e, tenho certeza, de que no âmbito desta Casa, é a primeira vez que se constrói uma CPMI para fazer valer os direitos das mulheres de terem uma vida sem violência. Então, é um compromisso das Srs. Parlamentares com essa luta, que é de todas nós.

Quero registrar aqui o meu compromisso pessoal de vida e o compromisso da SPM para que a eficácia desta CPMI impacto na vida das mulheres brasileiras. E isso, tenho certeza, acontecerá.

Às queridas gestoras, quero dizer que em todas as repactuações estarei presente, na minha gestão, como já o fiz. Esse é um compromisso também de vida. Eu não represento só a mim, mas represento a Presidenta Dilma nas repactuações.

Eu disse que os recursos financeiros são fundamentais, mas, mesmo sem eles, é necessário que avancemos e criemos mais instrumentos que favoreçam o aporte de recursos públicos, estaduais ou federal, no enfrentamento contra a violência doméstica.

Muito obrigada. Foi uma manhã excepcional, e importantíssima é a minha presença aqui e aminha escuta.

Agradeço, em nome do Governo, por esta CPMI e pela disponibilidade de todas as gestoras de se deslocarem.

Muita obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós, agradecemos, Ministra.

Passo a palavra a nossa representante Iraê, da Paraíba, e mostrar que é este material que a nossa companheira Ana Emília vai apresentar em Londres, na próxima semana, que é o Brasil Pós Lei Maria da Penha. É uma representação de vocês que vai chegar a Londres.

Com a palavra a nossa Iraê, que terá até três minutos.

A SR^a IRAÊ LUCENA – Obrigada, Deputada Jô Moraes.

Respondendo à pergunta da relatora, Senadora Ana Rita, começando pelo levantamento estatístico de abrigamento da nossa Casa Abrigo Aryane Thaís, na cidade de João Pessoa, mas é uma casa de atendimento estadual.

No período de outubro de 2011 a abril de 2012, nós tivemos atendidas, pela equipe da casa abrigo, nove mulheres; atendimentos externos sem abrigamento, sete atendimentos. Inclusive, temos as idades das mulheres em situação de abrigamento. Entregamos esses documentos hoje à CPMI, através do seu secretário.

Foi esse o número de mulheres abrigadas no período de outubro de 2011, na inauguração, e abril de 2011. Nós detalhamos mais. Tem as idades. Temos o Centro de Referência da Mulher, localizado na cidade de João Pessoa, mas ele atende toda a grande região metropolitana de João Pessoa, composta pelos Municípios de Conde, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e João Pessoa. Desde 2007, foram 153 atendimentos; em 2008, 298; em 2009, 286; em 2010, 269; em 2011, 252; e em 2012, até março, 93 atendimentos, num total de 1.135 atendimentos, de 2007 a 2012.

Quanto à questão das campanhas – é outra pergunta –, como estamos divulgando o atendimento, tanto do Centro de referência quanto da nossa Casa Abrigo Aryane Thaís, o governo do Estado fez, no dia 08 de março, uma campanha na televisão, no rádio e nos jornais, divulgando todos esses serviços. Além, de parabenizar todas as mulheres pelo dia 8 de março, essa campanha incluía os serviços de proteção à mulher no Estado, um deles a casa abrigo e o Centro de Referência, através de campanha na mídia local, que abrange todo o Estado. É importante frisar que foi em horários nobres, em horários de Jornal Nacional, de novela das 21 horas.

Durante o mês de março inteiro, fizemos visitas aos Municípios pelo Dia Internacional da Mulher, onde fizemos palestras sobre esses atendimentos dos centros de atendimento à mulher e da casa abrigo, enfocando como se dá a questão do abrigamento da mulher vítima de violência, juntamente com os seus filhos.

A última pergunta diz respeito aos recursos. Como eu disse na minha fala, temos um orçamento de R\$1.5 milhão, que atende toda a Secretaria na equidade de gênero, LGBT e etnia racial, todas essas três gerências, mas o recurso maior alocado é na rubrica de enfrentamento à violência contra a mulher – também atendemos as mulheres indígenas, quilombolas, lésbicas – no valor de R\$755 mil.

Acho que respondi, Deputada. A Ministra tem que sair, mas já era prevista a saída dela.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra Joelda Pais, gestora do Pacto Estadual do Acre.

A SRª JOELDA PAIS – Em relação à divulgação dos serviços dos centros de referência, nós realmente temos pouquíssimos próprios para a questão do enfrentamento à violência.

A Secretaria de Estado, em nível de organismo de política para as mulheres, é nova e tem um orçamento de R\$600 mil anuais. Então, dependemos de recursos do Governo Federal para continuar as nos-

as ações. Temos o nosso plano, mas necessitamos desses recursos.

E, para divulgação, quais são as nossas estratégias? Além da produção de materiais, que a gente faz de forma alternativa, principalmente em março, novembro, vamos a locais públicos, terminais de ônibus, centro da cidade, e fazemos a distribuição de panfletos para a comunidade. Usamos as mídias alternativas como as redes sociais para divulgar os serviços, as nossas ações, fazer matérias. Temos uma assessoria de imprensa na Secretaria, que faz todo esse trabalho de mídia, utilizando a rede pública do Estado. A gente procura utilizar, da melhor forma possível, essa rede pública, que não gera recurso.

Em relação às notificações, aos registros dos números de atendimento das casas abrigos, conseguimos os registros da Casa Abrigo Mãe da Mata, que apresentei. Lá, são atendidas aproximadamente 430 pessoas, sendo cerca de 40% mulheres e o restante filhos e filhas das mulheres.

A nossa notificação ainda está muito fragilizada. Precisamos ampliar as visitas, precisamos apoiar os centros de referência na organização dos seus próprios dados, para que eles encaminhem esse conjunto de dados e possamos registrar. Estamos fazendo esse trabalho para que consigamos organizar o nosso banco de dados, a fim de ter os boletins anuais para apresentar.

Em relação aos recursos, é aquilo que eu estava falando. Nós dependemos do Governo Federal. Nossa estratégia é na contrapartida dos convênios. Nós aportamos os recursos próprios. Já asseguramos, além dos recursos próprios que temos, do duodécimo, através dos convênios.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Com a palavra Eliana Piola, de Minas Gerais.

A SRª ELIANA PIOLA – Em relação aos serviços de atendimento nos centros de atendimento à mulher, nós podemos falar apenas de um, que gerenciamos até o ano passado. A Coordenadoria da Mulher em Minas Gerais não é executora, é articulação. Portanto, não temos a questão de orçamento. Ele é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. E, obviamente, para as ações específicas, quando assim o fizer necessário, nós podemos provocar. E, se isso for esse o entendimento da Secretaria de Planejamento, o aporte de recurso vem.

No ano de 2008, esse é um centro de referência da mulher estadual, o único em Belo Horizonte – os demais são dos Municípios – chamado Centro Risoleta Neves de Atendimento. Prestamos, em 2008, 1.179 atendimentos – mulheres atendidas, melhor dizendo, que diferencia de atendimento. Em 2009, foram 1.883

mulheres atendidas; em 2010, 2.924 mulheres atendidas; em 2011, no primeiro semestre, que ainda gerenciávamos 1.194 mulheres atendidas nesses serviços.

Por incrível que pareça, com exceção da casa abrigo de Belo Horizonte, que fica lotada constantemente, as demais casas têm ficado, até de certa forma, ociosas. Iniciamos o pacto com cinco casas abrigos, hoje temos seis e uma casa de passagem. Mas nós temos tido uma demanda enorme para abrigamento emergencial de 24 horas, 48 horas, 72 horas. Desenhamos uma política estadual, mas ela não está efetivada. Esse é um grande desafio. Há uma provocação dos juízes, delegados, delegadas para que a gente tenha esse abrigamento emergencial. Há uma resistência até das próprias mulheres em permanecer nesse espaço.

Fizemos campanha em 2008, em 2010 e estamos programados para fazer uma este ano. Não fizemos no primeiro semestre em função do calendário eleitoral. Na primeira campanha, o material usado foi impresso e através de rádios. Na segunda campanha, material impresso, em Libras e em Braille também, periódicos de alcance em todo o Estado, e, mais uma vez, através de rádios. Nós podemos dizer que o que deu mais resposta foi o rádio, que tem um alcance melhor e resposta imediata.

Mas temos que dosar a campanha porque, a cada campanha, imediatamente, a gente recebe mais denúncias. O Estado tem um serviço de atendimento gratuito, um 0800. Se a gente faz uma campanha sem que esta rede esteja organizada, corremos o risco de uma frustração e de um comprometimento maior. Então, sempre há um monitoramento nesse sentido. Toda vez que se faz campanha, o Disque 0800 aumenta e, provavelmente, no período, nós podemos observar que também no 180 aumentam as denúncias de Minas Gerais.

Para além da lei – obviamente, a Lei da Maria da Penha – tem um material elaborado pela própria rede de enfrentamento, informando os procedimentos, aquilo que a mulher deve fazer, orientando, e também os serviços. Esse material foi todo produzido e foi divulgado através dos próprios serviços e das diretorias regionais que nós temos na estrutura administrativa da nossa Secretaria de Estado, que têm essa capilaridade de chegar a todos os municípios.

Por último, na questão orçamentária, como eu disse, nós não temos orçamento, mas eu vou dar apenas o dado da Coordenadoria da Mulher, desse período. Nós assinamos o PAC, em 2008. Seria, então, o aporte de recursos de ações implementadas em 2009, 2010, 2011 e a previsão para este ano. A somatória da primeira etapa e dessa agora dá algo em torno de R\$4 milhões, da SPM, e algo em torno de R\$3,3 mi-

lhões, do Tesouro do Estado. Então, R\$7,3 milhões entre investimento de campanha, construção, enfim, aumento da rede.

Seria essa a proporção da própria Coordenadoria. Os demais serviços não estão incluídos, o próprio conselho, defesa social e por aí fora.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada.

Queria só dizer que, numa Casa com 513 Deputados e 81 Senadores, este apito é para nós.

Eu queria registrar, também, como acabou de dizer a Senadora, que ela ficou impactada, não apenas pelas informações da Ministra, mas pelo balanço de vocês e pela presença de vocês. Por isso, agradecemos, estamos à disposição e pedimos que acompanhem as audiências públicas nos Estados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião, convocando para a próxima terça-feira, em horário a ser definido.

Boa tarde a todos. (*Palmas*) – Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIAS DE OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2011-CN.

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião realizada em 27 de abril de 2012, às quatorze horas e vinte e sete minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES)**, das Senhoras Deputadas: **Keiko Ota (PSB/SP)** e **Marina Santanna (PT/GO)**; e do Senhor Deputado **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Lídice da Mata (PSB/BA)**, **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Vanessa Grazzition (PCdoB/AM)** e **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; os Senhores Senadores: **Armando Monteiro (PTB/PE)** e **Gim Argello (PTB/DF)**; as Senhoras Deputadas: **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)**, **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Célia Rocha (PTB/AL)**, **Dalva Figueiredo (PT/AP)**, **Rosinha da**

Adefal (PTdoB/AL), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Luci Choinacki (PT/SC), Bruna Furlan (PSBD/SP) e Rosane Ferreira (PV/PR) e o Senhor Deputado **Dr. Rosinha (PT/PR)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Dra. Des. Heloísa de Ruiz Combat, representando o Dr. Des. Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Dra. Des. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alceu José Torres Marques; Sr. Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais; Sr. Denílson Feitosa Pacheco, Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social, representando o Sr. Secretário Rômulo de Carvalho Ferraz; Dra. Andrea Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; Sra. Deputada Luiza Ferreira, relatora da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Sra. Deputada Maria Tereza Lara, membro da Comissão Especial da Violência contra a mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania – Mulheres das Gerais e da Dra. Laurelle Carvalho de Araújo, Defensora Pública do Estado de Minas Gerais e Coordenadora do Núcleo da Mulher (NUDEM).

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Boa tarde a todos. Antes de iniciar os trabalhos, agradeço à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao Presidente, à Comissão Especial, aos funcionários do Cerimonial e de todos os setores que acolheram a comissão que veio realizar esta audiência pública.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 4/2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público em relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, esta reunião destina-se a realizar audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, presente nesta Mesa; Exma. Sra. Senadora Ana Rita, relatora da CPMI da Violência contra a Mulher; Exma. Sra. Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher, do Estado de São Paulo; Exma. Sra. Deputada Federal Marina Sant'Anna, membro da CPMI da Violência contra a Mulher, do Es-

tado de Goiás; Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Azeredo, membro da CPMI da Violência contra a Mulher e autor do requerimento; Exma. Sra. Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, que, com toda certeza, anunciará a decisão tomada pelo Presidente hoje pela manhã; Exma. Sra. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques, que virá acompanhado de um técnico especializado no assunto; Exmo. Deputado Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, a quem estão afetos os órgãos de Coordenadoria dos Direitos da Mulher e do Conselho Estadual da Mulher; Exmo. Sr. Denílson Feitosa Pacheco, Secretário de Estado Adjunto de Defesa Social, representando o Secretário Rômulo de Carvalho Ferraz, que, por motivos de viagem, não pôde comparecer, mas fez questão de se representar; Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, relatora da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; Exma. Sra. Deputada Estadual Maria Tereza Lara, também membro da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais. Teremos a presença ainda da Exma. Sra. Eliana Piola, gestora do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Há inúmeros movimentos, entidades e instituições aqui presentes, no entanto passaremos a registrar pela importância de sua presença. Início com a Presidente do Conselho Estadual da Mulher, nossa companheira Jovita Levi Ginja.

Neste momento, colheremos os depoimentos das entidades e instituições responsáveis pela implementação da Lei Maria da Penha. Gostaria de registrar que hoje estivemos em diligência na Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, na Defensoria Pública e com o Presidente do Tribunal de Justiça. Posteriormente também faremos uma visita às duas varas especializadas. Logo após a intervenção e o depoimento de cada instituição e autoridade aqui presentes, solicito aos presentes que destinassem àquela mesa todos os relatórios, pareceres e propostas colhidos durante todo o processo de preparação.

Realizamos uma audiência pública, que foi convocada pela comissão especializada, na qual compareceram inúmeras entidades e instituições. Durante esse início dos trabalhos também já tivemos a notícia de que a comissão receberá algumas denúncias diretas, uma especificamente da cidade de Carmópolis,

onde aconteceu um assassinato cruel de uma garota. Aliás, se os familiares estiverem presentes aqui, peço que nos procurem para destinarmos uma pessoa para colher informações do que aconteceu em Carmópolis. Também peço a todas as demais entidades e instituições que procurem os representantes daquela mesa, para que, no momento certo, ao final dos depoimentos e dos inquirimentos dos parlamentares federais, Senadores e Deputados possamos chamar as entidades para fazerem a entrega formal de todos os relatórios que estejam aqui sendo apresentados.

Acabo de ser informada de que os familiares da jovem de Carmópolis, que se chamava Denise, de 22 anos, assassinada com uma crueldade absurda, amarrada em um coqueiro, já estão aqui. Os nossos consultores já estão se dirigindo a eles para tomar o seu depoimento.

Neste momento, passamos a palavra a nossa relatora, a Senadora Ana Rita, que dará início ao processo de inquirimento às autoridades e, em seguida, passaremos a eles. Algumas instituições dividirão o seu tempo nesse processo. Isso já está combinado. Devido aos limites materiais, os primeiros a falar já estão aqui e, em seguida, passaremos a chamar os que complementarão as suas intervenções.

Com a palavra, a nossa relatora da CPMI, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES)— Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de fazer uma saudação especial a todos os membros desta Mesa e, em nome do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que está presidindo este momento da abertura inicial, a todos os parlamentares do Estado de Minas Gerais.

Na pessoa do Deputado Federal Eduardo Azevedo, saúdo todos os parlamentares de Minas Gerais, todos os Deputados Estaduais. Saúdo as Vereadoras das Câmaras Municipais, se tiver alguma aqui presente; todos os órgãos aqui representados na Mesa; Desembargadora Heloísa de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa; a Exma. Sra. Andrea Garzon Tonet; Dra. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça; Exmo. Sr. Cássio Soares, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, com quem já tivemos a oportunidade de conversar um pouco mais cedo; Exmo. Sr. Denilson Feitoza Pacheco, Secretário Adjunto de Defesa Social; Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais, que tem feito um trabalho muito bom aqui no Estado de Minas. Saudamos, também, toda a nossa CPMI; a Deputado Federal Jô Moraes, que preside esta Comissão; Deputada Federal Keiko Ota, Vice-

-Presidente; Deputada Federal Marina Sant'Anna. Na pessoas delas e de todos que citei, saúdo todas as pessoas aqui presentes.

Faço um agradecimento a todo o movimento social do Estado de Minas Gerais, juntamente com as nossas parlamentares estaduais e federais deste Estado, que nos ajudaram a organizar esse momento tão importante. Agradeço, também, todas as autoridades com quem durante o dia de hoje pela manhã tivemos a oportunidade de conversar. Agradecemos a Defensoria Pública; o Presidente do Tribunal de Justiça; a Delegacia de Atendimento à Mulher; todas as Delegadas que estavam presentes. Faço, assim, um agradecimento a todos por nos proporcionar essa acolhida e também nos repassar algumas informações importantes para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O nosso papel aqui hoje, que talvez não seja muito agradável para muitas pessoas, é o de cumprir uma tarefa que considero bastante importante. Foi com ela que fomos escolhida para ser relatora de uma comissão que tem uma importante atribuição, qual seja, a de investigar a situação de violência em que vivem as mulheres em nosso país. Não só isso, mas também de apurar como os órgãos públicos estão atendendo às mulheres em situação de violência. Quando falo órgãos públicos estou me referindo aos Poderes Executivo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Então, o nosso papel aqui hoje é o de identificar quais são as principais fragilidades, problemas que os órgãos públicos enfrentam na aplicação de um conjunto de leis que devem proteger as mulheres e que, muitas vezes, percebemos que nem sempre é aplicado adequadamente. Por isso houve a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Temos um número expressivo de homicídios contra as mulheres no País. De acordo com o Instituto Sangari, de 1998 a 2008, foram assassinadas mais de 42 mil mulheres, uma média nacional em torno de quatro homicídios para cada 100 mil mulheres. Então, alguma coisa não anda muito bem. Temos um conjunto de legislação, do qual temos em particular a Lei Maria da Penha, que prevê medidas protetivas, várias providências que devem ser adotadas pelos poderes constituídos no sentido de proteger essas mulheres, no entanto as mulheres continuam sendo assassinadas.

Diante disso, a CPMI se propôs a fazer esse levantamento e essa investigação, mas com um grande objetivo, o de melhorar o atendimento à mulher em situação de violência. Então, o nosso papel é o de apurar, levantar essa situação, mas principalmente de apresentar sugestões de como superar essas dificuldades.

Portanto, acreditamos que a CPMI poderá e certamente irá oferecer uma importante contribuição para

que o Estado brasileiro avance na proteção às mulheres em situação de violência.

Gostaria de levantar algumas questões antes que nossos convidados iniciem suas falas, mas me parece que a Presidenta vai fazer alguns registros.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Rapidamente, apenas para agradecer a presença entre nós dos Juízes de Direito Relbert Chinaire Verly, da 13ª Vara Criminal Especializada de Crimes contra as Mulheres, e Nilseu Buarque de Lima, da 14ª Vara Criminal, que nos acompanharam na visita ao Tribunal de Justiça; do Dr. José Wilson Carlos, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania; e da Presidente do Conade de Carmópolis,

A SRª ANA RITA (PT – ES)– Obrigada, Sra. Presidenta. A violência contra mulheres é um dos mais graves impeditivos ao pleno exercício da cidadania feminina. Além disso, ela dificulta o desenvolvimento econômico do País, impacta negativamente a saúde pública, impede o aprofundamento da democracia no Brasil e tem profunda repercussão na vida das mulheres. Um dos maiores obstáculos à superação das violências contra mulheres é exatamente a cultura institucional de violação dos direitos das mulheres - o sistema patriarcal institucionalizado, o senso comum dos juristas e a tolerância estatal.

Foi exatamente para investigar essa tolerância estatal que foi criada a CPMI, um instrumento do Congresso Nacional para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. É exatamente por esse motivo que estamos aqui: para investigar o tratamento que as mulheres estão recebendo dos poderes públicos. Para tanto, as informações prestadas pelos Estados são fundamentais ao nosso trabalho. Lamentamos o fato de não termos recebido com antecedência as informações oficiais das instituições públicas do Estado de Minas Gerais. O Poder Executivo Estadual, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública não remeteram, até o presente momento, as informações solicitadas. Diante disso, concedo o prazo de uma semana para que todas as informações requeridas por essa CPMI sejam enviadas ao Congresso Nacional, se porventura não forem apresentadas nesta audiência pública. Do contrário, a CPMI irá convocar todos os poderes a prestarem esclarecimentos no Congresso Nacional, em Brasília. Esse é um procedimento que a CPMI está adotando em todos os Estados, e foi o que fizemos também em Pernambuco, primeiro Estado que visitamos.

É dever dos poderes públicos - Executivo, Judiciário e Legislativo - atuar para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. O Congresso Nacional está fazendo a sua parte ao criar esta CPMI, como fez ao criar a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Pena.

Os índices de violência no Brasil são assustadores e deveriam envergonhar todo os gestores e todas as instituições públicas. A complexidade da violência doméstica e as novas vulnerabilidades expõem as mulheres a diferentes formas de violência, como o “crack” e a criminalidade organizada. Os poderes públicos devem ser capazes de responder a essas novas violências e prevenir essas vulnerabilidades. Da mesma forma, as diferenças entre campo e cidade assim como os marcadores de raça e etnia, idade, orientação sexual e deficiências, entre outros, impõem que se pense no acesso de todas as mulheres aos serviços públicos.

No Brasil, desde 1997, observa-se uma taxa mais ou menos constante de homicídios de mulheres, em torno de 4,2 a 4,4. Isto é, morrem mais de 4 mil mulheres, anualmente, no Brasil. Diminuir a taxa de “femicídios” é um desafio que os Estados devem perseguir com obstinação. Minas Gerais ocupa o 19º lugar na posição no “ranking”, o que demanda pensar medidas para diminuir os índices de “femicídios”.

Peço licença aos nossos convidados para fazer alguns questionamentos iniciais, porque é dessa forma que estamos procedendo nas audiências públicas que realizamos com autoridades federais, no Congresso Nacional, e no Estado de Pernambuco. A título de informação, o Estado de Minas Gerais é o segundo a visitarmos, não que seja o 2º Estado em homicídio contra as mulheres. Conforme eu disse, Minas Gerais é o 19º, mas, como a organização dos trabalhos nesse Estado foi mais rápida, estamos aqui hoje. Para as próximas semanas, já há visitas agendadas em diversos outros Estados, quando procederemos da mesma forma. Então, faço aqui alguns questionamentos para as autoridades que fazem parte da Mesa, principalmente para as que foram convidadas para prestar informações e esclarecimentos.

No que se refere à violência contra mulheres em Minas Gerais, segundo estudos realizados pelo Centro de Estudos e Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - Crisp - em 2001 e 2006, houve um aumento da violência contra mulheres. Chama a atenção no estudo o fato de 98% das ocorrências dos casos de lesão corporal, em 2006, sequer terem sido transformadas em registro de ocorrência nas delegacias. Pergunto: qual o número de ocorrências de lesão corporal nos últimos cinco anos nas delegacias de polícia? Quantas dessas ocorrências geraram inquéritos policiais?

Quero aqui fazer uma ressalva. Estivemos hoje, pela manhã, na delegacia e conversamos com todas as delegadas - aliás foi uma conversa muito boa -, mas cabe a mim fazer estas perguntas, embora tenhamos conversado um pouco sobre isso. Aqui é o momento oficial para o registro dessas informações. Desses inquéritos, quantos foram objeto de denúncias pelo Ministério Público? E quantas denúncias resultaram em condenação? Quantas condenações resultaram em efetivo cumprimento da pena?

Com relação às delegacias da mulher, elas são importantes equipamentos para recebimentos das ocorrências. No entanto, para que estas sejam adequadamente processadas é necessário capacitação permanente dos policiais e uma abrangência territorial cada vez maior. Hoje pela manhã, em diligência à Deam, observamos que as mulheres são atendidas em espaço inadequado, sem privacidade. Também observamos que a atual estrutura não comporta o volume de processos em tramitação nem suportaria a necessária ampliação do quadro de pessoal. Foi possível observar o empenho das Delegadas, o esforço que elas têm feito. No entanto, consideramos que o espaço físico para atendimento às mulheres é insuficiente em função da demanda. Tivemos oportunidade de observar também um número muito expressivo de processos num espaço em que não há nem lugar para guardar. Diante disso, pergunto: quais são as medidas que a Secretaria de Segurança Pública está tomando para resolver esses problemas? Há dotação orçamentária este ano com tal finalidade? Quantas delegacias especializadas existem em funcionamento no Estado e qual sua abrangência? Quantos cursos de capacitação foram ofertados aos profissionais e qual o número de profissionais capacitados? A capacitação é permanente? De quanto em quanto tempo é oferecida? Os policiais militares também recebem capacitação? Qual o Orçamento que a Secretaria de Segurança destinou em 2011 para a implementação das delegacias da mulher no interior?

Qual a estrutura das delegacias comuns que recebem registros de violência contra mulheres? Há servidores em número suficiente? No registro de ocorrência policial há campo de identificação para os crimes da Lei Maria da Penha? Quantas medidas protetivas são encaminhadas mensalmente ao Poder Judiciário? Quantos inquéritos são encaminhados ao Ministério Público?

Em relação à violência sexual contra mulheres, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – Deams - não foram criadas para atender especificamente a violência doméstica, mas toda e qualquer violência contra mulheres. No entanto, na diligência hoje pela manhã verificamos que a delegacia não

está registrando ocorrências de estupro por falta de estrutura. Recebemos ainda a informação de que o grupo especializado em crimes sexuais foi desativado. Que providências estão sendo tomadas para que as Deams tenham estrutura para realizar plenamente sua atividade, incluindo registro e investigação dos crimes sexuais? Quem está hoje investigando os crimes de violência sexual? Isso tem implicações diretas no direito à realização do abortamento legal? Quem está informando as mulheres onde realizar o abortamento legal a que têm direito independentemente da ocorrência policial? Que hospitais estão realizando o serviço de abortamento legal na Capital e no interior? E no interior, cobrem todo o Estado?

Em relação aos Juizados de Violência Doméstica, a Lei Maria da Penha determina que o Poder Judiciário instale as Varas ou Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher com equipe multidisciplinar. As duas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar têm, cada uma, mais de 20 mil processos, o que é absolutamente inviável. Hoje pela manhã, na visita ao Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente assinou documento criando uma terceira Vara de Violência Doméstica em Belo Horizonte. Pergunto: quando efetivamente a vara começará a funcionar? Qual a perspectiva para a criação de varas no interior do Estado? As varas especializadas têm dupla jurisdição - criminal e familiar -, como determina a Lei Maria da Penha?

Recebemos denúncia de que nas duas Varas de Violência Doméstica são realizados cultos semanais nos gabinetes dos magistrados e que muitas mulheres que procuram a Justiça são encaminhadas à Igreja. A Corregedoria de Justiça tomou conhecimento desse fato? Que medidas tomará para evitar essa prática que mistura convicções religiosas e prestação jurisdicional? Ainda no que se refere à violência doméstica, quantos agressores foram condenados? Quantas medidas protetivas foram concedidas? As medidas estão sendo concedidas no prazo legal?

Em relação à rede especializada de atendimento, conforme informação da Secretaria de Mulheres, há oito casas-abrigo no Estado. Qual a média mensal de mulheres atendidas em cada uma delas? Elas são capazes de cobrir a demanda de todo o Estado? Como a transversalidade de gênero, raça, orientação sexual, deficiências e outras são incorporadas nas políticas de acolhimento às mulheres? Que medidas têm sido desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que o HIV-aids hoje se apresenta como um fator de vulnerabilidade das mulheres? Há algum concurso público aberto para o preenchimento das vagas necessárias ao pleno funcionamento dos serviços? Qual a política do Estado para a associa-

ção das novas violências, como o “crack”, à violência doméstica?

Em relação aos organismos de políticas para as mulheres, existem atualmente apenas 12 organismos municipais de mulheres e uma coordenadoria estadual. Que políticas estão sendo realizadas para incentivar a criação dos organismos de mulheres nos mais de 700 Municípios? Qual o orçamento do Estado destinado à política de enfrentamento à violência contra mulheres? O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é um organismo de controle social e de participação na elaboração das políticas. Qual tem sido a participação do conselho na elaboração e monitoramento das políticas públicas?

Estas são as perguntas que gostaria de fazer neste início. Para que os nossos convidados possam respondê-las, novamente faço essa ressalva. Tivemos oportunidade de conversar sobre algumas dessas questões durante as visitas hoje cedo, aliás quero agradecer essas visitas, pois foram muito importantes. No entanto, a nossa tarefa é fazer esses questionamentos porque aqui não se trata de um seminário nem de uma audiência pública comum, mas de uma comissão parlamentar mista de inquérito, que tem o papel de apurar e investigar a situação de violência. Então, cabe-me essa tarefa de fazer todos esses questionamentos. Possivelmente alguns até considerem prepotência da nossa parte, mas não é. Na verdade, é tarefa nossa e papel nosso. Gostaria muito de receber essas informações. Se porventura nem todas forem possíveis de ser oferecidas aqui hoje, daremos um prazo de uma semana para que essas informações cheguem à secretaria da comissão parlamentar mista de inquérito. Era isso o que tinha a dizer por enquanto. Muito obrigada. (- Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Queremos registrar que algumas pessoas apresentarão seu depoimento aqui, como a Sra. Maria Izabel, segunda representante da sociedade civil da União Brasileira de Mulheres, e a Defensora Dra. Lourelis, que não se encontram na Mesa, mas oportunamente estarão presentes e dividirão os depoimentos com os responsáveis pelas instituições. Agradecemos ao coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Militar a presença.

Disporemos de até 20 minutos para o depoimento das autoridades. A dinâmica segue escutarmos as autoridades do Estado e, em seguida, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da sociedade civil.

Neste momento agradecemos a presença e passamos a palavra ao Dr. Denilson Feitoza Pacheco, representando o Secretário Rômulo de Carvalho Ferraz, que

disporá de até 20 minutos. Já aviso e peço desculpas, pois a regulação automática do tempo, quando faltarem 5 minutos para a conclusão, será anunciada como todos nós, parlamentares, enfrentamos. Dr. Denilson e todos os depoentes, sintam-se livres para falar da mesa ou da tribuna para tornar mais... (- É interrompido.)

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Muito obrigado. Cumprimento inicialmente a Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da CPMI; os demais membros da Comissão da CPI Mista da Violência contra a Mulher, como a Deputada Federal Keiko Ota, a Senadora Ana Rita, o Deputado Federal Eduardo Azeredo, a Deputada Federal Marina Sant’Anna; todos os colegas e as colegas que estão compondo as Mesas de trabalho agora. Além disso, tenho a audácia de cumprimentar todas as mulheres presentes nas figuras das minhas colegas Dras. Andrea Tonet, Defensora Pública-Geral, e Nívia, nossa Procuradora do Ministério Público; nossa chefe e Comandante da Cepam, Sra. Eliana Piola; e todas as mulheres presente.

Senhoras e senhores, passo agora a falar em nome da Secretaria de Defesa Social. Peço desculpas, pois assumi há dois dias, que aliás foram muito estimulantes. Trago uma palavra do Governador Prof. Anastasia. Foi uma determinação pessoal dele. Aliás, ontem nos telefonou pessoalmente para conversar dizendo que fazia questão absoluta de que o Secretário de Estado ou o Secretário Adjunto estivesse aqui, desse toda atenção, fornecesse todas as informações e colaborasse de todas as maneiras possíveis com a CPMI da Violência contra a Mulher.

Isto posto, temos de dar respostas. Até tomei ciência neste momento, mas é o Estado de Minas Gerais quem está tomando ciência e tem o dever de prestar essas informações. Chamou-me muito a atenção, pois pedi a cópia ao Secretário, que está apoiando a CPMI, das cinco indagações feitas anteriormente ao Estado de Minas Gerais. Pude perceber que a Senadora Ana Rita, de maneira muito apropriada, fez outras indagações que não estão aqui. Aí, já solicitei ao Secretário que nos forneça todas as indagações porque nosso interesse é responder não só o que está neste ofício, mas também o que V. Exa. expôs aqui com muita propriedade.

Numa questão séria como essa, queremos dar todas as respostas possíveis, principalmente por se tratar de um Estado com 20 milhões de habitantes. Já pedi que nos mandem todas as indagações. Para mim a questão da violência contra a mulher não é somente a relevância do tema, pois tive a felicidade, sem falar mal do meu pai, de ser criado pela minha mãe, que enfrentou todos os tipos de violência, uma mulher pobre, de uma família pobre, numa região pobre. Mas essa

mulher, sem nenhum estudo, conseguiu criar todos os seus filhos. E todos eles tiveram muito sucesso, hoje eu tenho dois mestrados, doutorado e dois pós-doutorados, graças a essa mulher. Sou pai de duas filhas, então, para mim, a questão da violência contra a mulher é pessoal, e não somente uma questão de Estado. É bom quando temos esse tipo de conexão. Foram dois dias emocionantes no que diz respeito à violência contra a mulher. Gostaria de dar essas respostas agora, mas me comprometo a responder a todas.

Uma das questões colocadas é que, para se estabelecer políticas públicas, precisamos de dados. Tive a felicidade de saber que nosso Centro Integrado de Informações de Defesa Social – Cinds -, e eu estava até conversando com a Eliana Piola agora sobre isso, fez um estudo muito interessante que vai subsidiar nossas políticas públicas. Para estabelecermos uma política pública em relação à violência contra a mulher, precisamos compreender esse fenômeno, a violência física, a moral, a sexual, a psicológica. O Cinds fez um levantamento chamado Regiões Integradas de Segurança Pública - Risp. Vamos dizer, por exemplo, que as Risps 1, 2 e 3 pegam boa parte da população do Estado de Minas Gerais e dos problemas, principalmente os relacionados à criminalidade. Esse estudo procurou entender o fenômeno, porque às vezes achamos que entendemos um fenômeno, mas ele ainda é uma coisa intuitiva, não organizada. Estávamos discutindo aqui um documento sigiloso, que ainda está no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese - e da Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds. Ele nos traz alguma luz, demonstrando, por meio de uma determinada técnica, a análise de dados, a correspondência múltipla de dados. Isso nos trouxe muita luz para compreendermos esse fenômeno no Estado de Minas Gerais. Vamos repassar esse documento para a CPMI, a fim de que possamos visualizar melhor as coisas que intuímos. Nessa técnica, demonstramos o que intuímos em dados. Por exemplo, a violência física, na sua maioria, tem uma proximidade com a questão da relação amorosa. Constatamos que, de fato, a mulher casada, curiosamente, está mais sujeita à violência física que uma mulher solteira. Vimos alguma correlação entre relações de amizade e a violência psicológica, que é também um dado muito interessante. E ainda alguma correlação entre relação de amizade e violência sexual. Mas essa não é tão próxima como a violência psicológica. Isso me chamou a atenção. Com base no estudo feito com a Secretaria de Defesa Social, poderemos estabelecer uma política estratégica, planos, ações, programas e projetos, de maneira mais fundamentada e com a maior eficiência possível.

O Secretário de Defesa Social e o Secretário Adjunto assumiram há pouco tempo, mas já retomamos o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que é desenvolvido pela Seds, em parceria com a Seplan. Está aqui a coordenadora. Temos uma Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres. Esse plano será finalizado em maio e é algo muito complexo, envolvendo os vários equipamentos públicos da sociedade, como o Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social - Albam. A elaboração do plano está sendo feita sob a orientação da Seds e da Seplan. Como a Seds está entrando no Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher? Fazendo o diagnóstico situacional. Para se estabelecer políticas sérias em relação a isso, é preciso compreendermos o fenômeno e estabelecer um plano eficiente no combate à violência contra a mulher.

A Eliana Piola vai falar, com mais propriedade, sobre algo que é coordenado em conjunto. Isso é conduzido por ela, juntamente com o Secretário Adjunto de Defesa Social. Estou me referindo ao Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que será o primeiro do Brasil, envolvendo muitas pessoas, como sempre acontece em questões complexas. A violência contra a mulher não é uma questão de polícia, uma questão dessa ou daquela Secretaria, pois é uma coisa que deve envolver as forças do Estado e da sociedade civil para que possa ser enfrentada.

E esse Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que é o primeiro no Brasil, está em vias de formalização. Ele já está funcionando, mas precisa ser formalizado em termos de institucionalização: Secretaria da Saúde, Secretaria do Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Social, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública – temos aqui ao nosso lado a Defensora Pública-Geral do Estado -, Promotoria de Justiça, Polícia Civil, Polícia Militar e a própria Secretaria de Defesa Social. Então são notícias concretas do Estado de Minas Gerais em relação a isso.

Também recebemos várias estatísticas, e quero deixar os meus parabéns. Aliás, observo que a Dra. Margaret de Freitas está ali. É um prazer enorme revê-la. Tive o prazer de tê-la como aluna em um curso de Inteligência de Estado, e ela apresentou também um “paper” - chamaremos assim – da atuação da violência contra a mulher, trazendo as várias informações sobre esse fenômeno aqui, no âmbito de Belo Horizonte, mais especificamente da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher de Belo Horizonte.

Os dados de 2009 para cá que são realmente assustadores. O importante é saber que existe uma política, uma estratégia, planos, ações, programas e projetos concretos, que estão sendo feitos em relação a

isso. Haverá essa informação por escrito, no momento em que eu receber a complementação das indagações, além dessas que estão no ofício e também essas que V. Exa. coloca aqui, no momento.

Há aqui os dados dos expedientes apartados de medidas protetivas já emitidas pela Justiça. Essa delegacia realmente está trabalhando. Parabéns. Em 2009, foram 5.433 expedientes apartados de medidas protetivas; em 2010, 8.475; em 2012, já são 2.351. Se fizermos uma projeção, serão mais de 9.000 expedientes apartados de medidas protetivas. Os inquéritos policiais concluídos e remetidos à Justiça também estão sendo informados neste documento aqui. Os dados de que dispomos são de 2009 para cá, mas já abrangem três anos e torna possível fazer a projeção para o ano de 2012. Por exemplo, em 2009, foram 1.837 inquéritos policiais concluídos e remetidos à Justiça, e, em 2010, 4.657. Isso quer dizer que não estamos aqui brincando com essa questão da violência contra a mulher. Devemos melhorar, aperfeiçoar e ir muito além, mas é bom saber que já existe todo esse tipo de trabalho realizado.

Autos de prisão em flagrante. Em 2009, foram 296 homens presos. Não que queiramos os homens presos, mas, se fizerem mal às mulheres e for crime, queremos, sim. Em 2010, foram 719 homens presos; em 2011, foram 318 e, em 2012, até agora – parece-me que estes dados são de até março -, já são 86 homens presos. Mandados de prisão. Em 2010, foram cumpridos 49 mandados de prisão; em 2011, foram 55 e, em 2012, são 29 mandados.

Boletins de ocorrência. Só para esclarecer, em Minas Gerais, há o Registro de Eventos de Defesa Social - REDS. A maioria dos Estados do País não tem isso. Conseguimos integrar o nosso sistema, todos os registros que entram no que chamamos de defesa social, envolvendo Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Administração Prisional, Prevenção Especial à Criminalidade e também a política de drogas, tudo isso está dentro de uma única Secretaria. No Estado do Rio de Janeiro, são quatro Secretarias de Estado; no Espírito Santo e no Amazonas, são três Secretarias de Estado; e aqui há apenas uma Secretaria. Isso possibilita que tenhamos uma visão de conjunto.

A partir da assunção do Secretário de Defesa Social, que é o Dr. Rômulo Ferraz, temos esse desafio, que já estamos cumprindo. Pois falamos muito em integração, mas integração para fora. Qual foi a nossa surpresa em descobrir que não havia integração para dentro! Então as cinco Secretarias estão integrando seus programas e projetos. Exemplificando, há o Programa de Controle de Homicídios, como também existem mulheres mortas, que era a Coordenação

Geral de Prevenção Especial à Criminalidade, que foi integrada com a Subsecretaria de Drogas, um potencializando outro. Então conseguimos pegar o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo e integrá-lo ao Programa Rua Livre e ao Programa Aliança pela Vida, e está ficando algo bem interessante. Estamos potencializando os recursos para ter maior eficiência.

Esse foi o desejo do Governador ao escolher dois Secretários que têm um perfil técnico. Somos oriundos do Ministério Público. Sou um Procurador de Justiça, mas agora sou Secretário de Estado. Então temos essa visão e chamamos isso de transversalidade. Não queremos saber se o recurso está na Secretaria da Saúde ou na Educação. Como isso não é plataforma para nenhuma outra coisa, queremos integrar tudo quanto é tipo de programa e política, inclusive no caso do enfrentamento.

Aliás, falando sobre os dados do Registro de Evento de Defesa Social – Reds -, apenas para os senhores terem uma comparação, temos um Estado irmão que está tendo avanços muito grandes na área da segurança pública: o Rio de Janeiro. Tenho que parabenizar os nossos colegas da Secretaria de Segurança Pública de lá, pois estão tentando avançar em uma coisa: nos registros de ocorrência. Para estabelecermos política pública, precisamos de dados. Precisamos ser capazes de monitorar o que está acontecendo para fazer alguma coisa de sério. Mas lá 70% dos registros ainda são feitos à mão, num papelzinho pequeno. Em Minas Gerais, por exemplo, no âmbito da Polícia Militar, 100% dos registros são feitos numa base de dados. O Estado é dividido em 18 regiões, e faltam apenas 3. Ou seja, Minas Gerais está muito avançada no que diz respeito ao registro dos dados e ao seu monitoramento para que possamos examiná-los e estabelecermos políticas públicas sérias.

Entretanto, vi uma coisa que me chamou muito a atenção e aliás está nas mãos da nossa colega Eliana Piola, que é da Secretaria de Desenvolvimento Social, outra Secretaria de Estado, mais uma sugestão para ser incluída no Reds, o registro integrado de tudo, definindo políticas sérias: o campo de violência doméstica. Isso me chamou muito a atenção. Isso possibilitará, com a inserção da violência doméstica como item específico no Reds, termos políticas públicas mais eficientes, porque serão mais dirigidas. Exemplificando: registrar homicídio é uma coisa, registrar homicídio no contexto de violência doméstica é uma coisa diferente. Ou seja, isso dará maior visibilidade ao fenômeno da violência doméstica contra a mulher. Aqui o fenômeno da violência contra a mulher é muito mais amplo que a violência doméstica. Não há apenas os crimes de violência não criminais praticados contra a mulher, há a

violência física, a patrimonial, que podem não estar no contexto da violência doméstica. Precisamos compreender se a violência contra a mulher tem um aspecto de desrespeito à mulher em si, independentemente de ser violência doméstica. Será que a mulher é mais vítima de violência patrimonial em razão de ser mulher?

Chamou-me muito a atenção o fato de a mulher solteira ser mais vítima de violência. Há uma correlação entre mulher solteira e violência patrimonial. Isso me chamou muito a atenção. O que significa isso? Que tipo de política podemos fazer em relação a isso? Quer dizer, a mulher solteira, pelo estudo do Cinds, da Secretaria de Defesa Social, mostra-nos algo com relação a isso, aplicando aquela técnica de análise de dados que citei. Será que é porque a mulher está andando sozinha? O que significa isso? Precisamos entender esse fenômeno para lidarmos com o fenômeno da violência contra a mulher em um contexto mais amplo, aliás, de todos os tipos de violência e não apenas a violência doméstica.

Parece que meu tempo acabou.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Faltam 5 minutos.

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Faltam 5 minutos, que bom! Outra coisa que queria destacar, e por isso falei de ontem para hoje que foi muito emocionante porque dá gosto ver tantas instituições diferentes. Para compartilharmos o que entendemos sobre o papel do Parlamento, muita gente pensa que o principal papel do Parlamento é fazer legislação. Entretanto, entendemos que o principal papel do Parlamento é fiscalização e controle, porque é o controle parlamentar que aperfeiçoa as instituições. Então, o principal papel do Parlamento é exatamente esse tipo de papel. Por exemplo, um trabalho de uma CPMI consegue catalisar, agregar esforços que às vezes estão separados.

Ontem vimos um trabalho do Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, aliás não apenas contra a mulher, pois ele é mais amplo, que chamou muito minha atenção. É um trabalho conjunto de várias instituições. Nesse caso temos o aspecto da violência sexual. Ela é uma coisa muito delicada porque a mulher vai sofrendo várias violências, e não apenas aquela daquele momento da violência sexual. Por exemplo, a mulher sofrerá um exame no hospital, depois será submetida a um exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal... Ou seja, cada vez que se toca em uma mulher para fazer um exame, isso aprofundará e ampliará a violência que ela já sofreu. Ela presta uma declaração, depois outra declaração.

Ontem o Dr. Celso Pena e a Dra. Maria de Lourdes, Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, nos deram notícias de um curso onde a Secretaria

de Defesa Social terá um papel em seguida, que é o fórum de treinamento da implantação do protocolo de coleta de material biológico das vítimas de violência sexual e do protocolo de implantação da cadeia de custódia. Isso é uma coisa muito importante porque, se é coletado de maneira inadequada o material biológico de uma mulher que sofreu uma violência sexual, isso deverá ser feito novamente e aprofundará e ampliará a violência contra a mulher.

Então, será feito amanhã, no Hotel Serra da Moeda, um trabalho da Polícia Civil de Minas Gerais, por meio do IML, com o Fórum Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais, e com a Associação Casa Novella. É uma capacitação de 69 médicos legistas do Estado de Minas Gerais quanto ao protocolo de como coletar o material biológico das vítimas. Não é só o como pegar no corpo de uma pessoa para coletar material biológico que vai determinar futuramente quem foi o autor da violência. A coisa é mais profunda, e existem certas formas e protocolos que melhoram a situação e reduzem essa nova violência que é submeter a mulher à exame. Mas é preciso submetê-la ao exame para determinar quem foi o agressor e tomar as providências, causando a inibição de futuros agressores.

Então, achei maravilhoso esse primeiro fórum de treinamento da implantação do protocolo de coleta de material biológico das vítimas de violência sexual, sejam mulheres crianças, adolescentes ou adultas. Esse protocolo refere-se à mulher em todas as faixas etárias. E também o protocolo de implantação da cadeia de custódia. Se a mulher foi examinada dentro do hospital e esse material biológico foi coletado, o ideal é que não seja feito novo exame nela. Então, 69 médicos legistas estão sendo capacitados nesses dois protocolos, e também serão treinados no diagnóstico de suas respectivas regiões. Esses 69 médicos cobrem todas as regiões do Estado, e serão multiplicadores, vão repassar esse conhecimento para médicos que estão no hospital local, ou para uma clínica que está no hospital local, de tal maneira que o médico que se encontra naquele determinado hospital tenha condições de coletar esse material biológico e preservá-lo para efeitos de prova. Existe um “kit”, um determinado tipo de armário, um determinado estojo para coleta. Achei essa ideia maravilhosa, e a Secretaria de Defesa Social entra com a Assembleia Legislativa, porque duas emendas parlamentares destinaram esses recursos para lá, para que essa capacitação seja feita, não só em relação a esses médicos legistas – isso já será feito amanhã, dia 28 de abril, na Serra da Moeda -, mas a capacitação, relativa ao atendimento da mulher criança,

adolescente ou adulta, vítima de violência sexual, de policiais militares e civis e Conselheiros Tutelares no Estado de Minas Gerais. Então, nesse tipo de atendimento à mulher, também será feita uma capacitação de policiais militares e civis e de Conselheiros Tutelares.

Há várias outras coisas, vou encaminhar esse material à CPMI. Esse processo é dinâmico, no enfrentamento da violência contra a mulher não existe um estado ideal, essa luta é eterna, é um processo para o qual temos que estar sempre vigilantes. O Governador Anastasia e a Secretaria de Estado de Defesa Social e as outras Secretarias estão comprometidas com isso. Parabéns ao trabalho da CPMI, que é extremamente importante para a sociedade brasileira, porque há questões históricas, e essa é bastante evidente. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada. Lembro aos convidados que em seguida os parlamentares federais voltarão a inquiri-los, e gostaríamos que respondessem essas perguntas.

Agradeço as presenças das Sras. Margaret Rocha, que desde cedo nos atendeu com muita atenção; Marlene Alves de Almeida Silva, Presidente da OAB; Lúcia Maria Ziller, da OAB Mulher; Carmen Rocha, Subsecretária de Direitos Humanos da Sedese; Célia de Castro, Coordenadora do Espaço Bem-me-querer, da Prefeitura de Contagem; Maria do Carmo Freitas Costa, representando a Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem; Rosa Vargas, Coordenadora de Políticas para Mulheres de Betim; Lúcia Helena Apolinária, Coordenadora da Coordenadoria Municipal da Mulher de Belo Horizonte; Margareth Cruz, da Coordenadoria de Mulheres de Nova Lima; Aparecida Moura, Presidente do PMDB Mulher; Dalva Stela, Presidente Municipal do PCdoB de Minas Gerais; Izabel Lisboa, Presidente do Conselho Municipal da Mulher de Belo Horizonte.

Registro o nome do Cap. Cléverson Natal de Oliveira, a quem já cumprimentei. Agradeço também a presença dos Deputados Padre João e Rogério Correia.

Agora, passaremos a palavra ao nosso Secretário de Desenvolvimento Social, Deputado Cássio, que compartilhará seu tempo com a gestora do Pacto Nacional, Eliana Piola.

O SR. CÁSSIO SOARES – Muito obrigado, cara Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher, Deputada Federal Jô Moraes, a quem cumprimento pela condução dos trabalhos. Cumprimento também meu colega de Parlamento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; o ex-Governador e atual Deputado Federal Eduardo Azeredo, também membro da CPMI da Violência contra a Mulher; a Senadora Ana Rita,

relatora da CPMI da Violência contra a Mulher; a Deputada Federal Keiko Ota, Vice-Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher; a Deputada Federal Marina Sant'Anna; a Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat; a Promotora de Justiça Nívia Mônica da Silva; a Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Andrea Garzon Tonet; o Secretário Adjunto de Defesa Social, Denilson Feitoza Pacheco, que nos brindou com uma bela explanação; a Deputada Luzia Ferreira, minha colega de Parlamento e relatora da Comissão Especial da Violência contra a Mulher desta Casa Legislativa; a Deputada Maria Tereza Lara, também desta Assembleia Legislativa; o Deputado Federal Padre João; o Deputado Rogério Correia, meu colega de Parlamento, que esteve aqui mais cedo; a Subsecretária de Direitos Humanos da Sedese, Carmen Rocha, que compõe a minha equipe; a Coordenadora Especial de Políticas para as Mulheres, Eliana Piola – essa Subsecretaria também é afeta à Sedese. Na pessoa da Presidente do Conselho Estadual da Mulher, D. Jovita Levi Ginja, cumprimento todas as senhoras e todos os senhores presentes nesta audiência; a Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais, Márcia de Cássia Gomes; os representantes das Polícias Militar e Civil; a representante da OAB, Dra. Marlene; a imprensa; e a equipe técnica da CPMI do Congresso Nacional.

Inicialmente gostaria de fazer uma redundância com as palavras do Secretário Denilson e dizer que o Estado de Minas Gerais recebe e acolhe essa CPMI com toda a presteza e com todas as condições de colaborar com o seu trabalho. Temos, por meio do Governador Anastasia, a firme determinação de desempenhar as melhores e as mais eficientes políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher. Temos de destacar algumas ações sobre as quais fez indagações a relatora, Senadora Ana Rita. Outras tantas, iremos enviar posteriormente para a Secretaria da CPMI. Gostaria de dizer que Minas Gerais é um Estado pioneiro em políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. Serei breve para que a nossa coordenadora e gestora do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, Eliana Piola, possa discorrer também sobre algumas ações que o Estado de Minas Gerais vem empreendendo.

Sra. Presidente, neste momento gostaria de destacar que temos, sim, grande preocupação com o enfrentamento da violência contra a mulher.

Este ano, a Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese -, por meio da firme determinação do Governador Anastasia, conduzirá uma política de implantação do Centro Integrado de Atendimento à Mulher, envolvendo todos os órgãos inerentes a esse

atendimento: Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Defesa social, por meio das suas corporações – Polícia Militar, Polícia Civil -, além de todos os órgãos de direitos humanos ligados à Sedese.

Esse centro integrado será pioneiro. Ele já foi implantado em Minas Gerais, mas, por questões logísticas, de espaço físico, não foi levado adiante. Neste ano de 2012, é nossa intenção instalá-lo, colocando-o em pleno funcionamento para que, em Belo Horizonte, na Capital do Estado, seja realizado esse modelo de atendimento à mulher vítima de violência. Portanto, temos a expectativa de que, ainda neste ano, instalemos em um prédio de sete andares todos esses órgãos, articulados entre si, para que a celeridade dos procedimentos necessários à defesa da mulher seja respeitada e as ações realizadas da melhor maneira possível.

Destacarei ainda que Minas Gerais, por meio de algumas políticas, têm realizado outras ações. Vou explaná-las de forma bem rápida, tendo em vista que várias outras autoridades farão uso da palavra. Houve o reaparelhamento de 49 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, com a aquisição de equipamentos de informática, material de escritório, 37 motos e 21 veículos. Essas delegacias estão em mais de 50 Municípios mineiros. Houve ainda o reaparelhamento do Centro Risoleta Neves de Atendimento, com a aquisição de equipamentos de informática, móveis e veículos. Mais importante que tudo isso, na esteira do que o Dr. Denilson explicou, houve a capacitação de mais de 1.350 profissionais da rede de atendimento à violência contra a mulher, inicialmente em regiões metropolitanas do Estado. São gestores públicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados e serventuários da Justiça. Se me permite, Dr. Denilson, complementando algumas informações. Passamos a colaborar com a Secretaria de Defesa Social. Com essa parceria, houve a capacitação de 3.284 policiais militares, policiais civis, Guardas Municipais, Bombeiros e Agentes Penitenciários dos Municípios mineiros, para que possam realizar um atendimento adequado. Mais ainda, a capacitação da equipe do Disque Direitos Humanos. Esse atendimento é composto por uma equipe qualificada de coordenadores para o atendimento de denúncias de violência contra a mulher. As cifras dessas ações destacadas são de mais de R\$3.300.000,00.

Como bem disse o Dr. Denilson, houve a criação do Comitê Interinstitucional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Lá temos o desafio de melhorar a qualidade dos dados de repressão à violência contra a mulher, levantados por todas as instituições que atuam na prevenção e repressão.

O governo de Minas, desde 2003, inovou com o choque de gestão. Houve uma evolução fantástica na condução e na profissionalização da gestão pública. E o Governador Anastasia, neste ano de 2012, neste novo mandato, implantou a Gestão para a Cidadania, que é a terceira fase do choque de gestão. Os cidadãos mineiros serão os principais atores beneficiados nas políticas públicas mineiras. Com isso, daremos uma melhor qualidade aos dados da violência contra a mulher, levantados por todas as instituições que atuam na prevenção e repressão; promoveremos o levantamento de dados, conforme disse o Secretário Adjunto, Dr. Denilson; e definiremos o Triângulo como a segunda base territorial a ter os dados levantados.

Gostaria ainda de destacar as instituições que compõem o Comitê Integrado, por meio da transversalidade que o governo do Estado tem dotado suas políticas. As secretarias de Estado estão trabalhando conjuntamente em cima de um único objetivo. Nesse sentido, teremos a composição do Comitê Integrado da 13ª e 14ª Varas Especializadas de Atendimento à Mulher Vítima de Violência.

Diante disso, esperamos acabar com todas essas deficiências constatadas pela visita da comissão hoje às varas. A Promotoria de Justiça da Mulher, a Defensoria Pública, por meio do Núcleo Especializado de Defesa da Mulher – Nudem –, a Deam, o Centro Risoleta Neves de Atendimento e a Polícia Militar compõem o nosso centro integrado.

Enfim, essas são algumas ações que o Estado vem desenvolvendo. Gostaria, neste momento, de passar à Presidente da CPMI, Deputada Federal Jô Moraes, um relatório breve e sucinto, que será complementado na próxima semana, prazo que foi estipulado. Na sequência, passo a palavra à coordenadora Eliana Piola, para que discorra sobre outros assuntos. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra, Eliana Piola, gestora do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A SRª ELIANA PIOLA – Exma. Presidente da

CPMI, Deputada Federal Jô Moraes, dileta amiga; Exma. Senadora e relatora dessa comissão, Ana Rita. Ao cumprimentá-las, cumprimento todos os membros da Mesa, por questão de tempo. Senhoras e senhores, complementando as palavras do Secretário de Desenvolvimento Social, compete a nós, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, gerir o pacto em Minas Gerais, assinado em 2008 pelo então Governador Aécio Neves. De lá para cá, algumas ações têm sido implementadas, como bem relatou o nosso Secretário, mas é importante enaltecer o sucesso desse pacto. Já temos o compromisso do Secretário e

do Governador de repactuá-lo este ano, provavelmente em novembro, com a presença da Ministra Eleonora Menicucci. O sucesso se deve sobretudo à nossa capacidade de dialogar com os movimentos e de nos integrar com todos os órgãos.

Quando chegamos à coordenadoria, deparamo-nos com uma rede de serviços que já trabalhava e participamos dela. E essa é a nossa inspiração maior. O pacto nada mais é que uma articulação absoluta. Compete a ele implementar a Lei Maria da Penha, cujo espírito é integrar os três níveis de governo, federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. E assim temos feito. Agradeço a oportunidade de relatar no Senado ontem, junto a outras gestoras, as iniciativas pioneiras de Minas. Isso não configura nenhum ato de sobrepor aos Municípios. Realmente, às vezes as montanhas nos silenciam, mas nos inspiram muito a ousar. Não quero dizer com isso que tudo esteja bem. Temos muito a fazer, até pela complexidade de um Estado com essa dimensão, seus 853 Municípios com realidades diferentes do ponto de vista socioeconômico e cultural. Isso é desafiador. Ousei dizer que o que dá certo em Minas dá certo no Brasil, obviamente guardadas as devidas proporções.

Quero declinar em torno do que nos foi solicitado. Se me permitem, relatora, Presidente, membros da CPMI, comissão especial, Deputado Dalmo, as respostas serão enviadas oportunamente. Não estamos de braços cruzados. Em termos de iniciativas, o comitê é o caminho certo para enfrentarmos esse problema tão grave que requer diálogo, articulação. Não se faz enfrentamento à violência com efeitos estanques. Temos de sentar para não sobrepor ações, para otimizar recursos. Essa é a proposta maior do comitê. Obviamente, a Lei Maria da Penha não vem apenas para propiciar uma discussão, mas para propor uma mudança cultural. Ela requer neste momento que não recuemos, minha cara Deputada Luzia Ferreira. Algumas medidas precisam ser tomadas. Já apresentei algumas ontem que são de fundamental importância.

A qualidade dos dados: nenhum Estado neste Brasil e nenhuma instituição - sequer de Minas Gerais - têm dados confiáveis em relação à violência doméstica, até pela forma que se via e que será relatado. Muito bem colocou o nosso Secretário Adjunto de Defesa Social quando disse: "Olha, não tem um campo inserido no Registro de Eventos de Defesa Social" - é o nosso Reds -, que equivale ao boletim de ocorrência de outros Estados, um campo que especifica a violência doméstica. Essas narrativas nem sempre permitem identificar que um homicídio é também uma violência doméstica. Na verdade, o enfrentamento da violência doméstica difere das demais violências.

Portanto, há necessidade premente da qualidade dos dados, da unificação, do cruzamento e de uma análise científica. Digo e repito: chegamos a um momento de não sermos tão românticas, mas sermos, sobretudo, muito racionais. A violência contra a mulher tem de ser tratada como as demais violências, dentro do ponto de vista analítico e científico.

Meus caros parlamentares, gostaria de deixar aqui a necessidade de institucionalização dos serviços de enfrentamento à violência, como: institucionalizar o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, as delegacias especializadas e as casas-abrigo, como forma de assegurar essa manutenção. As delegacias de Minas foram criadas, mas não estão institucionalizadas, e isso é fundamental; dotar todos os Municípios com população acima de 50 mil habitantes, obviamente dentro de uma programação, de um planejamento sério de delegacias especializadas. Hoje temos 61 delegacias, e nenhuma delas está dotada das melhores condições. Ainda neste ano equiparemos e reaparelharemos mais 30 delegacias com equipamentos de informática e viaturas; inserir o Reds nesse campo de violência; reverter - isso fica a cargo mais para a nossa CPMI - as penas pecuniárias da Lei nº 9.099, de 1995, quando a vítima for do sexo feminino, bem como as fianças da Lei nº 11.340, de 2006, para um fundo, estadual ou nacional, para que assim tenhamos recursos também para o enfrentamento da violência; estimular a criação de organismos da mulher nas instâncias municipais - esse é um grande desafio de Minas porque temos apenas 12 organismos - mediante priorização de aporte de recursos do Tesouro aos Municípios que aderirem ao pacto e à criação desses organismos; inserir nas grades curriculares de todos os cursos superiores de humanas a formação em gênero; estabelecer como critérios de implementação da rede de atendimento à mulher vítima de violência: a situação demográfica, o IDH, a influência regional, definindo, assim, três níveis de bases territoriais para que os respectivos serviços sejam inseridos dentro da lógica do SUS e do Suas; implantação da cadeia de custódia. Ampliar esse serviço para coleta e identificação de material biológico das vítimas de violência sexual - já estamos fazendo isso; implantar um monitoramento eletrônico de agressores e agredidas, para cumprir medida protetiva prevista na alínea "a", inciso III, do art. 22 da Lei Maria da Penha, que trata da medida de distanciamento - a exemplo do que já existe na França, Espanha e Portugal; dotar todos os batalhões da PMMG e da Patrulha de Violência Doméstica - PVD -, medida pioneiríssima no Brasil e que tem dado uma resposta espetacular. Temos aqui uma habilidade absoluta de diálogo com a Polícia Militar, e

assim temos tido grandes êxitos; expandir os programas de atendimento ao agressor dentro da concepção de medida protetiva. É uma previsão, aliás, da Lei Maria da Penha: atender a vítima, mas também trazer o agressor sem prejuízo de punir, porque a violência contra a mulher é crime, mas tratar desse agressor é também fundamental.

Prezada Senadora, mais do que a 3ª Vara Especializada, estão lá os novos Juizados Especializados de Violência Domésticas contra a Mulher, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 14/8/2008, aprovada por esta Casa Legislativa. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais é também um tribunal ousado, por isso não pode ficar a reboque de outros tribunais deste país. Precisamos de juizados especializados. As varas são medidas paliativas. Acredito que chegou o momento de Minas dar uma resposta porque, senão, essa rede não funcionará a contento, pois a engrenagem maior estará aquém de todos esses órgãos que compõem essa tão ousada rede.

Esta é a nossa contribuição. Colocamo-nos à disposição para qualquer questionamento. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Agradecemos a nossa Coordenadora Eliana Piola.

Antes de passar a palavra à Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, representando aqui o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, que nos recebeu pela manhã, registro - e quando registramos é para demonstrar a adesão e a preocupação da sociedade com esse tema - a presença da Sra. Marta Elizabeth de Souza, Presidente do Conselho Regional de Psicologia; da Vereadora Maria Lúcia Scarpelli, uma das autoras do requerimento da audiência pública, realizada em Belo Horizonte, em que se tirou a ideia, a proposta de realização de uma CPI em Belo Horizonte sobre a violência contra a mulher; da Sra. Fátima Medeiros, Presidente do PDT municipal de Nova Lima; da Sra. Rita de Cássia, Secretária Municipal de Mulheres do PCdoB de Betim; da Sra. Carla Andrea, Presidente do PMDB Mulher de Contagem; da Sra. Rita Del Bianco, do PTdoB; da Sra. Penha Leocádio, secretária do PT Mulher de Betim. Continuaremos registrando essas importantes presenças e adesões.

Com a palavra, a nossa Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, que disporá de até 20 minutos para sua exposição.

A SRª HELOÍSA HELENA DE RUIZ COMBAT –

Boa-tarde a todos. Cumprimento a Senadora Ana Rita; a Deputada Federal Jô Moraes; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, na pessoa dos quais saúdo as demais autoridades presentes.

Senhoras e senhores, é com muita honra que venho representar aqui o Desembargador Cláudio Costa,

Presidente do nosso Tribunal de Justiça. Fui designada por S. Exa., há uma semana, para presidir, superintender a Coordenadoria da Violência contra a Mulher no âmbito do Tribunal de Justiça. Portanto estou mais ou menos na situação do Dr. Denílson Feitoza.

Estivemos em Brasília na quarta-feira, no Conselho Nacional de Justiça – CNJ -, na 6ª Jornada Lei Maria da Penha. Já estive visitando as duas varas da Lei Maria da Penha em Belo Horizonte, a 13ª e a 14ª. Os dois Juízes, Dr. Relbert e Dr. Nilseu, também estiveram em Brasília. Nessa 6ª Jornada, foram tratados assuntos importantes. Estamos tendo um aprendizado muito grande nessa área e vamos implementar rapidamente o que estamos aurindo com os dois.

Tivemos a honra de essa 6ª Jornada ser presidida pelo ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto, que, além do mais, é um poeta de escol. E S. Exa. promoveu todo o apoio para a consecução dos objetivos contra a violência em detrimento das mulheres.

Como A Senadora Ana Ritainformou, hoje de manhã, já no primeiro grande passo, o Desembargador Cláudio Costa assinou uma determinação para a instalação, com urgência, da 3ª Vara Maria da Penha em Belo Horizonte. Essas varas, as duas existentes, têm em torno de 40 mil processos em andamento. Em dezembro do ano passado, no Estado de Minas Gerais, tínhamos 58 mil processos aproximadamente ativos nas 295 comarcas do Estado. Foram deferidas em torno de 46 mil medidas protetivas. Então no Judiciário é onde deságua o problema que ocorre na sociedade. Somos a ponte, o fim da meada. Já começamos um planejamento a curto, médio e longo prazos. A curto prazo, o primeiro será a instalação dessa vara. Já poderia responder, antecipando um pouco a pergunta feita pela CPMI, que, acredita-se, até no final de julho, quando termina o mandato do Sr. Presidente, ela esteja instalada.

No mais tardar, ela será instalada até julho ou agosto, porque temos um problema com os servidores, que terão de ser deslocados. Já estamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Judiciário não tem verbas para nomear servidores, mas essa vara será instalada nem que tenhamos de deslocar servidores de outros órgãos, pelos menos temporariamente.

Outro passo importante que o Presidente autorizou que fosse feito de imediato é um mutirão, nas varas Maria da Penha, de Juízes e servidores. Não adianta colocarmos mais Juízes somente; cada vara tem apenas nove servidores, em turno único. Não podemos pretender que eles consigam atender às demandas que lhe são impostas, pois isso seria sobre-humano.

Cada servidor teria que dar andamento a, no mínimo, 256 processos por dia. Isso é totalmente inviável.

Ainda a curto prazo, já iniciamos, e estamos em fase final de elaboração, um questionário pelo qual vamos fazer um diagnóstico em todas as 295 comarcas sobre a situação dos processos Maria da Penha, com um cadastro único e diferenciado, nem que seja para fins do Tribunal – de qualquer forma, o CNJ também quer um formulário próprio para controle dos processos da Lei Maria da Penha, o que também será feito de imediato. Com esse diagnóstico, poderemos lutar pela instalação de mais juizados ou varas especializadas Maria da Penha no interior, onde isso ainda não existe – são as varas criminais que atendem às demandas da Lei Maria da Penha, mas elas também já estão sobrecarregadas. Acredito que, ao menos para o próximo exercício, será possível a instalação de mais algumas varas específicas em núcleos regionais maiores.

Ainda a curto prazo, vamos fazer contato com o Ministério Público, a Defensoria e as Polícias Civil e Militar, a fim de tratar da questão da elaboração de boletins de ocorrência, dos laudos de necropsia ou de lesão, das denúncias oferecidas pelo Ministério Público e, pior ainda, das sentenças, em que muitas vezes não se menciona que o caso é oriundo da Lei Maria da Penha. Sobre o assunto, há pesquisas feitas, não no nosso Estado, mas em outros Estados. Então vamos enfatizar isso. Nos registros, vê-se homicídio, lesão corporal ou tentativa de homicídio, mas há uma falha no que diz respeito à Lei Maria da Penha, a qual vamos tentar corrigir de imediato, principalmente em relação às sentenças. Para tanto, de imediato, a Escola Judicial Edésio Fernandes vai ministrar cursos de capacitação para Juízes e servidores – não adianta haver Juízes capacitados se os servidores, de quem dependemos, não o forem.

A médio prazo, vamos instituir programas em escolas, igrejas e na comunidade em geral, a fim de fomentar a conscientização e tentar mudar de paradigma, de mentalidade, de cultura. Sem isso, na nossa sociedade de cultura machista, patriarcal e de violência em geral, poderemos ter 50 varas Maria da Penha, mas elas vão continuar superlotadas. Então vamos trabalhar nesse sentido, o que acho que faz parte do nosso papel. O Judiciário tem de se irmanar ao Executivo, ao Legislativo e à sociedade em geral para tentar provocar essa mudança de cultura, de comportamento nas pessoas. Se não houver uma mudança nas pessoas, nunca vamos alcançar nossos objetivos.

Também a médio prazo, vamos tentar realizar convênios com faculdades, entidades de classe e organismos sociais em geral, para conseguir, por exemplo, já que estamos com problemas de orçamento, estagiá-

rios em psicologia, sociologia, assistência social, pedagogia e, obviamente, em direito, para que nos ajudem em pesquisas e nos trabalhos imediatos.

Também tornar efetiva a presença de equipe multidisciplinar, que não temos. Contamos apenas, salvo engano, com uma psicóloga e duas assistentes sociais para as varas de Belo Horizonte. Esse centro que seria multidisciplinar não existe. Teria de haver lá uma delegacia de mulheres, a própria Defensoria, o Ministério Público, assistentes sociais, psicólogos. E até enfermeiras, às vezes, para aquele primeiro momento, a primeira assistência. É obvio que depois haverá o encaminhamento para centros de acolhimento etc. Porém, no primeiro momento, naquele instante em que a mulher chega sofrendo, às vezes é necessário que ela receba aquele abraço, aquele primeiro apoio.

Mais ainda, vamos tentar acrescentar com cursos, palestras, fazer convênios com faculdades para que professores participem, que haja palestras nos órgãos públicos, assim como para o próprio Judiciário, para a comunidade, para a sociedade em geral, para realizar também um trabalho que tem de ser preventivo, de mudança, de alteração de comportamento.

Quanto às perguntas formuladas, algumas tenho como responder. Acredito que a 3ª Vara Maria da Penha deverá começar a funcionar, esperamos, até o final de junho, se possível, ou no início do segundo semestre. Tenho certeza de que a nova direção do tribunal assumirá e continuará com esse compromisso. Quanto a varas no interior do Estado, por enquanto não há condição. No orçamento do Tribunal para 2012 havia previsão de apenas uma vara a mais aqui, em Belo Horizonte. Já havia muitos pedidos de outras varas, mas o Desembargador Cláudio Costa ficou sensibilizado com a situação das Varas Maria da Penha, assim como a questão da violência contra a mulher, e nos brindou com a instalação dessa 3ª Vara aqui em Belo Horizonte o mais breve possível. Não tenho dados atuais de quantos agressores foram condenados. Até dezembro de 2011, no Estado, houve mais de 46 mil medidas protetivas.

Outra questão que deve haver a curto e médio prazo é o monitoramento do cumprimento de sentenças. Não adianta o Promotor denunciar, o Juiz dar a sentença, enfim, quem vai monitorar esse cumprimento de sentença? Temos de criar mecanismos para que haja efetivo monitoramento disso, com apoio das polícias, do Executivo, do próprio Legislativo, da sociedade em geral, para podermos acompanhar esse cumprimento de sentença. As Varas de Execução Penal também estão sempre sobrecarregadas, mas vamos ter de criar ou efetivar mecanismos para acompanhamento. Sem isso ficariam inócuas e sem sentido todas as medidas

protetivas e as sentenças dos Juízes. Sabemos que existem muitas condenações, que não há muito acordo, nem pode. O STF deixou claro que na audiência preliminar, nos casos de lesão, de lesão corporal e morte, não pode haver retratação das mulheres. Isso porque, como devo informar também, o que é mais ou menos público e notório, muitas mulheres, depois da representação, do processo em curso, querem desistir. Elas brigam com o Juiz, brigam com o Promotor, brigam com quem quer que seja, ficam chorando, pedindo, implorando que não prenda seu marido, seu filho, seu companheiro. Isso é verdade. Então, há falta de atendimento, de orientação. Não pode haver desistência mais, isso acabou. Feita a representação, o processo vai até o fim, a mulher querendo ou não querendo.

Então, tem que haver uma conscientização das mulheres para que não façam denúncias, queixas ou representações levianas naquele primeiro momento de raiva, de ódio. A mulher tem de denunciar, sim, mas denunciar e levar a denúncia até o fim, se não será pior ainda, e o Judiciário e a sociedade estarão sendo ocupados à toa. Há um gasto à toa de dinheiro, de tempo e de gente, porque muitas querem desistir depois do processo em andamento. Deve ser bem divulgado que não há possibilidade de se retratar depois da denúncia feita pelo Ministério Público.

Se essas medidas estão sendo concedidas no prazo legal, é impossível ainda saber, vamos tentar. Sei que os dois Juízes de Belo Horizonte trabalham muito, e acredito que os do interior idem, mas é impossível dizer se elas estão sendo concedidas. Acho que, na medida do possível, sim, e nos casos mais urgentes, mas, se são cumpridas a tempo e modo, não tenho como informar, pelo menos neste momento.

Agradeço muito a atenção de todos. O Poder Judiciário de Minas Gerais está inteiramente à disposição da CPMI para tudo que se fizer necessário. Muito obrigada. (- Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada, Desembargadora Heloísa, nossa parceira, que conta com o nosso aplauso ao assumir este desafio neste momento.

Registro a presença de Júnia Roman Carvalho; Sarah Durço Vianna, trabalhadora da Defensoria; Maria Luzia Sidônio, Diretora de Gênero da Federação Quilombola de Minas Gerais; Cláudia Oliveira, Secretária de Educação do Município de Itabira; Andréia Roseno, da Marcha Mundial das Mulheres; 2º-Sgt. Claudernílio Moreira dos Reis, da Comissão de Direitos Humanos; Dra. Rozário Campos, da Delegacia de Mulheres de Contagem; Jeanete Gonçalves, Presidente do PR de Minas; Gracene Ilário de Souza, Presidente do PCdoB de

Pedro Leopoldo; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça.

Antes de passar a palavra à próxima depoente, a nossa relatora quer fazer um comentário. Lembro que já recebemos 11 relatórios complementares ao depoimento aqui presente, fruto do trabalho preparatório realizado tanto pela Comissão presidida pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva e relatada pela Deputada Luzia Ferreira, como por iniciativas dos demais conselhos e associações do entorno, que serão anexados aos depoimentos aqui presentes.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES)– Quero informar a todos, especialmente à Mesa e aos convidados, que a assessoria da CPMI acabou de colher um depoimento de um caso recente no Estado de Minas. Solicitamos providências com relação a esse caso. Quero aqui destacar que o depoimento é sobre a morte da Adenise Cristina Santos Leão, uma jovem de apenas 19 anos, negra e pobre, que foi brutalmente assassinada no Município de Carmópolis de Minas, em 3/4/2012. Decorridos 24 dias desde o crime, não há notícias do andamento das investigações para seu esclarecimento. Caso tenham alguma informação, gostaríamos que isso fosse oferecido agora. Disseram que a Delegacia da cidade não possui Delegado titular. Quem atende a localidade, somente às sextas-feiras, é o Dr. Alexandre Avelar Franco da Rosa, que, segundo funcionários da Delegacia, não autorizou o repasse de informações sobre o caso - fizemos contato. Diante disso, a CPMI requer da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais informações sobre o andamento da investigação, com prioridade para o esclarecimento desse crime, bem como todo o empenho para a punição dos responsáveis.

Requer também que a família seja prontamente informada sobre o andamento do caso, que passará a ser acompanhado de perto pela CPMI a partir deste instante.

Se o nosso Secretário tiver alguma informação, Presidenta, gostaria que nos repassasse agora.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Com a palavra, o Secretário Adjunto Denilson.

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Temos, sim, informações sobre esse caso, que é extremamente dramático, grave e deve ser enfrentado pelo governo de Minas Gerais. A investigação já está bastante avançada e quase finalizada. Já há uma suspeita. Algumas coisas não posso dizer, senão prejudicaria a investigação. Agora entendi porque a Polícia Civil do local não quis fornecer informações. Tenho um dado sobre o qual não posso falar porque é segredo de justiça. Uma determinada coisa foi feita sob segredo de justiça, e

isso é essencial para o sucesso da investigação. Posso até mostrar em particular. No entanto, seria bom não constar nos autos porque prejudicaria a eficiência da investigação. Enfim, já há uma determinada suspeita específica e concreta. O inquérito policial já está quase finalizado. Há uma notícia que gostaria de reservar-me de dizê-la em termos extra-autos, mas que é muito importante, concreta e específica e que produz prova para determinar a autoria, a fim de que a pessoa que perpetrou esse crime seja devidamente punida. Então, a notícia que tenho de... Sei que a família gostaria de informações detalhadas sobre isso, mas é importante que compreenda que, se dermos agora exatamente o que está sob segredo de justiça, isso atrapalharia o sucesso da investigação. Já está quase finalizado o inquérito policial.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)–

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES)– Dr. Denilson, agradecemos as informações. De qualquer maneira, é importante a família ter a garantia e a certeza de que o caso está sendo apurado e investigado. Pelo depoimento que recebemos aqui, a família está insegura quanto a isso. Penso que, de alguma maneira, a família precisa ser informada. Mesmo que algumas informações não sejam possíveis em função do segredo de justiça - aliás compreendemos isso, pois é necessário -, a família precisa saber que o caso não está esquecido nem abandonado e está sendo investigado. Pelo menos a família precisa saber em que pé está o andamento do processo. Então essas informações seriam importantes. Fazemos esse pedido.

O SR. DENILSON FEITOZA PACHECO – Sim.

Só para informar à família, o inquérito policial está quase finalizado. Há essa suspeita. Pedirei até para aproximar-me um instante só para mostrar a V. Exa. do que se trata.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

Neste momento, o Secretário de Defesa Social apresenta o desenvolvimento da investigação. Por não poder ser tornado público, o que pode dificultar chegar a bom termo a investigação, foi apresentado à relatora o fato concreto.

Retornamos a palavra à Dra. Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral do Ministério Público, que disporá de até 20 minutos.

A SRª NÍVIA MÔNICA DA SILVA – Obrigada, Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da CPMI da Violência contra a Mulher. Boa tarde, Senadora Ana Rita, relatora dessa mesma CPMI; Deputada Keiko Ota, Vice-Presidente; Marina Sant'Anna; Exmo. Sr. Deputado

Federal Eduardo Azeredo, membro também da CPMI; Exma. Sra. Desembargadora Heloísa Helena de Ruiz Combat, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, a quem temos a satisfação de dar as boas-vindas e saber que podemos contar agora, mais do que nunca, com uma dedicação voltada exclusivamente para essa questão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que isso contribuirá bastante, aliás para o trabalho dos próprios Juízes que atuam na área. Essa proximidade com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ - que a senhora já adiantou também nos inspira bons frutos. Cumprimento o Exmo. Sr. Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; meu colega Denilson Feitosa Pacheco, Secretário Adjunto de Defesa Social, a quem felicito pela função do cargo e parabeno; a Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado, pessoa a quem admiro sobremaneira; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; a Deputada Luzia Ferreira, relatora dessa mesma Comissão no Estado de Minas; Maria Tereza Lara, Deputada Estadual e também membro da Comissão da Violência contra a Mulher nesta Casa. Essa Comissão tem um papel importantíssimo a ser desempenhado no âmbito no nosso Estado. Acredito que, por meio dela, possamos dar continuidade ao trabalho que a CPMI começou a desenvolver, desde o mês de fevereiro, em âmbito nacional, procurando reproduzir o que é feito em nível nacional e tentando vencer essa história em Minas Gerais. Parabeno os seus integrantes pela iniciativa. Conforme já foi falado desta tribuna, gostaríamos de contar com a parceria dessa Comissão na atividade fiscalizatória, própria do Legislativo, na execução orçamentária, na execução das políticas públicas específicas para as mulheres. Isso vai contribuir para o fortalecimento e a ampliação da rede de serviços específicos para as mulheres em situação de risco. Por fim, quero agradecer à querida Márcia de Cássia Mendes, que tão carinhosamente atua na rede; bem como a inúmeras outras pessoas, mulheres e alguns homens que vejo na plateia e nas reuniões da rede, reuniões de enfrentamento à violência doméstica. Saúdo os senhores e senhoras integrantes da rede, na pessoa da Márcia de Cássia. Como não poderia deixar de ser, cumprimento a Eliana Piola, em quem vejo um empenho muito grande na especificação de intervenções que a Secretaria de Defesa Social adota, fazendo com que as políticas civis sejam inter-setoriais. Essa intersectorialidade, como bem dito pelo Dr. Denilson, é um grande avanço e um aprendizado para nós, trabalhadores do direito. Ele é também um aprendizado diário. Aprendemos que a caneta sozinha não muda a vida de uma mulher, mas um Defensor,

um Delegado, um Juiz, um sistema de Justiça, atuando integradamente ao sistema de segurança pública, com o respaldo do serviço de assistência social, de saúde, de toda uma rede de atendimento, pode mudar um país inteiro, uma coletividade inteira de mulheres.

Estou sentada em frente a pessoas muito capacitadas em nível nacional, inclusive. Como bem disse, essa CPMI vem em excelente hora, quando o Estado de Minas Gerais busca reunir esforços para a construção de um trabalho mais efetivo, o que já vem sendo feito desde que comecei a acompanhar a mobilização. Agora há um novo fôlego, um novo alento. Há um grande número de pessoas e autoridades que se reúnem para debater e prestar esclarecimentos acerca de ações, equívocos e omissões perante essa CPMI.

Represento aqui o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alceu Marques Torres, que não pôde estar presente, porque está fora de Belo Horizonte. Trago, de sua parte, os cumprimentos aos integrantes da CPMI.

Enfim, gostaria de dar somente um esclarecimento. Senti-me lisonjeada por ter sido nomeada Procuradora de Justiça, mas ainda integro os quadros da primeira instância. Sou Promotora de Justiça, integrante do Ministério Público, e atuo como Coordenadora Estadual das Promotorias de Direitos Humanos, órgão ao qual estão ligadas as Promotorias que têm atuação na área de violência doméstica em Minas Gerais.

Na verdade, se fizemos uma retrospectiva de como essa questão é tratada no Ministério Público, começamos sob o ponto de vista de um grande avanço. Diferentemente do que aconteceu em muitos outros Ministérios Públicos Estaduais, a Promotoria Especializada da Capital, que visava em curto espaço de tempo integrar os juizados especializados, foi criada vinculada à Promotoria de Direitos Humanos. Por quê? Porque combater a violência doméstica nada mais é que defender os direitos humanos das mulheres. Então essa compreensão significou um avanço para nós à época, ainda em 20/9/2006, poucos meses depois da promulgação da lei.

Mas algumas questões de 2006 até hoje, infelizmente, nos impediram de avançar na vanguarda do sentido em que todos os outros Ministérios Públicos talvez tenham avançado, muito embora não estejamos também deixando a desejar. Pelo avanço inicial, talvez pudéssemos estar tratando o combate à violência doméstica contra a mulher em termos sistêmicos, em microssistemas. Mas não vimos ainda isso acontecer no ambiente jurídico de Minas Gerais. Acredito eu que esse seja o maior desejo que nos move a nós, do Ministério Público.

Estamos trabalhando para que consigamos especializar outras Promotorias nas entrâncias especiais, o

que não acontece. Precisamos de um trabalho conjunto com o Poder Judiciário porque a nossa atuação se vê atrelada às varas. Se há um Promotor atuando exclusivamente e vários Juizes, isso dificulta, por exemplo, a realização das audiências.

Mas, como disse, vejo ótimas inspirações para que esse trabalho conjunto seja realizado e penso que a CPMI pode contribuir muito tanto para a magistratura quanto para o Ministério Público conseguirem a especialização dessas Promotorias, por exemplo, começar por todas as Promotorias de Entrância Especial. Essa é uma das sugestões na conclusão do relatório que trouxemos para apresentar a V. Exa. hoje. Acredito eu que ter uma Promotoria com exclusividade nas comarcas de maior porte para tratar o problema significará um avanço, porque o que acontece é a dificuldade de os Promotores atuarem no campo extraprocessual. O número de processos é muito elevado e, como os processos relativos à Lei Maria da Penha são divididos, em alguns casos, entre os Promotores, assim como são divididos entre os Juizes, não há a dedicação específica desejável no âmbito extrajudicial. No meu, no nosso ponto de vista, como aliás já foi debatido entre os próprios Promotores, essa seria uma das demandas mais urgentes. E futuramente, com a criação da regionalização dos Juizados Especiais, essas Promotorias já criadas integrariam com muito mais facilidade os Juizados.

Com mais detalhes, tomamos o cuidado de explicar a situação de todas as comarcas. Em algumas delas já há essa centralização, mas entendemos que, para tratar a Lei Maria da Penha como microssistema, precisamos de equipe, de profissionais que atuem em conjunto com os Promotores, de Promotores que disponham efetivamente de tempo e capacitação específica para isso em relação a essas questões, também muito relevantes.

E, nesse intuito de continuar avançando, o Ministério Público firmou um protocolo de cooperação no ano passado, juntamente com o Ministério da Justiça, a Secretaria de Política para Mulheres – SPM -, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais no âmbito da Central Nacional de Informações Processuais – CNIP.

Acredito que seria muito relevante se a CPMI conhecesse o teor desse protocolo e estimulasse o cumprimento das ações no âmbito de cada um desses convenientes ou das entidades que celebraram esse protocolo, porque todas as questões que tratamos, como qualificação, melhor tratamento da Lei Maria da Penha e aperfeiçoamento no âmbito nacional estão previstas nele. É um documento que também anexa-

mos ao relatório que será entregue. Acredito que seja um material rico para a CPI, se é que já não o tem.

Em relação aos questionamentos e inquéritos que nos foram encaminhados, temos dados em mãos desde janeiro de 2011 a março de 2012, pois ainda não finalizaram o mapa deste mês. Como o relatório apresentado é dividido mensalmente, somando teríamos 34.802 inquéritos policiais encaminhados e recebidos pela Promotoria Especializada da Capital nesse período; 18.616 medidas protetivas, também autuadas e recebidas na Promotoria de Justiça Especializada; e 5.049 processos. Desse contingente, 44% das denúncias oferecidas disseram respeito ao art. 147 do Código Penal referente ao crime de ameaça; 28% ao artigo de lesão corporal; e 24% a contravenção e vias de fato. Esse foi o percentual de denúncias apresentadas no período referido, ou seja, janeiro do ano passado a março deste ano. Algumas planilhas organizadas detalham esses dados e também constarão no relatório que será entregue à Presidência da comissão nesta data.

Como foi apresentado em outra reunião dessa comissão estadual nesta Casa, pela pesquisa da Prof^a. Marlise Matos, realizada sob patrocínio ou para subsidiar ações do Ministério da Justiça, cerca de 90% dos recursos eventualmente contra decisões que contrariam em tese o direito das mulheres são formulados pelo Ministério Público. Essa carga processual que também foi relatada, essas questões e a necessidade de aperfeiçoar o atendimento a vítima e o tratamento dessas questões nos levam à conclusão de que a Promotoria de Justiça de Belo Horizonte especializada no combate à violência doméstica necessita de uma atenção especial no que diz respeito à estruturação e ao número de membros que atuam naquela Promotoria. Entendemos também que um projeto para o futuro, que aliás é muito bem-vindo e está sendo examinado pelo Procurador-Geral, é a criação de coordenadorias regionais para que haja capilaridade e apoio à atuação do Promotor de Justiça no interior, nas macrorregiões, ou seja, nas cidades-polo das macrorregiões do Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, a meta para o próximo Plano Geral de Atuação do Ministério Público 2012-2014 é justamente atuar para fortalecer, no mesmo sentido do plano nacional, e ampliar a rede de atendimento especializado em violência doméstica no Estado de Minas Gerais. Inicialmente atuará principalmente em Belo Horizonte e nas cidades-polo das macrorregiões, para depois chegarmos aos Municípios até 50 mil habitantes, verificando e estabelecendo inicialmente um diagnóstico que será elaborado com o auxílio do Pro-

motor que atua nessa área nas mais diversas comarcas, e, posteriormente, análise desses dados.

A nossa ideia é que haja, concomitantemente, o monitoramento da execução da política, do repasse dos recursos eventualmente destinados por essa política, por outros níveis, por outras entidades, por outras unidades federativas. A ideia é que o Promotor de Justiça possa se apropriar dessa questão no interior e fiscalizar, contribuindo para que essa rede se torne efetiva e integrada.

Se quisermos combater efetivamente a violência doméstica, a palavra-chave é a promoção da autonomia da mulher, seja social, econômica, financeira, enfim, em todos os níveis. Não se faz essa promoção se não houver integração entre as políticas públicas, se as políticas públicas não forem eficientes nem se não houver um empenho de cada órgão em aperfeiçoar a visão sobre essas políticas e sobre o sistema que a Lei nº 11.340 nos quis apresentar quando de sua promulgação.

Quem sabe se, caminhando nesse sentido, posamos parar de perguntar por que essa mulher apanha mas não deixa o agressor, por que ela não o abandona e parte, e reformulemos a questão, perguntando por que ela fica. É empoderando a mulher que contribuiremos para que o vínculo e o ciclo da violência sejam interrompidos. Acreditamos no fortalecimento do trabalho em rede e da oferta de serviços especializados, em que incluo o sistema de justiça e o sistema de defesa social, além das outras políticas. Só assim conseguiremos atuar efetivamente nesse sentido. Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada. Registramos a presença do Sr. Alexandre Torres, Presidente da Federação das Associações de Moradores de Minas Gerais; e das Sras. Ana Lúcia da Silva, Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Município de Nova Lima; Marilda Silva, Diretora do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais; Iris Moreira, do PV Mulher; Dehonara, da Marcha Mundial de Mulheres; e Sílvia Helena, Vereadora do PPS e uma das coautoras do requerimento que originou a audiência pública em Belo Horizonte.

A Defensora Andréa terá seu tempo compartilhado com a Dra. Laurelle Carvalho de Araújo, a quem convido para compor a Mesa, em função da saída da Desembargadora Heloísa. Antes, concederei a palavra ao Deputado Federal Eduardo Azeredo, que a solicitou.

O SR. EDUARDO AZEREDO – Obrigada. Saúdo a todos e a Mesa já nominada, na pessoa do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a quem agradecemos por toda a estrutura da Assembleia Legislativa, o que viabilizou a realização desta audiência em Belo Horizonte. Saúdo

a Deputada Federal Jô Moraes e alguns visitantes, em especial a Senadora Ana Rita, relatora da Comissão, e a Deputada Federal Keiko Ota.

Vimos nessa rápida apresentação de todos que já puderam falar que a situação de Minas, felizmente, está um pouco melhor, mas isso não deve ser suficiente. Quando, como membro da Comissão, solicitei que fizéssemos audiência em Belo Horizonte – e, como foi relatado, esta é a segunda audiência fora de Brasília -, foi exatamente para que pudéssemos ver essa situação específica do Estado.

O primeiro ponto positivo é a multiplicação da iniciativa dos parlamentares. Já a tivemos na Assembleia e na Câmara dos Vereadores, e essa multiplicação é muito importante para essa ação em todo o País. Outro ponto é a presença masculina. Aqui tem bem mais homens que na CPI, em que os únicos homens somos eu e o Dr. Rosinha. Lá são 18 mulheres e apenas nós 2 homens. É bom, porque isso não é um assunto das mulheres, mas um assunto de cidadania e de um país civilizado.

Ao falar que a situação de Minas é um pouco melhor, vemos questões positivas como a instalação do Comitê de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o fato de as Polícias Militar e Civil já estarem muito mais automatizadas e informatizadas em relação a todo o Brasil. Isso é muito importante, não é um detalhe, é um ponto importante desse avanço.

E esse fato de Minas Gerais estar em 19º lugar no número de homicídios. O que significa 19º lugar em 27 Estados? Significa que há 18 piores, mas que há também 8 melhores. Então, vamos lutar para ficarmos no 1º lugar entre os melhores. Para isso deixo apenas uma pergunta para o Dr. Denilson, fazendo a ressalva de que ele assumiu a pasta apenas há dois dias. Mas, a pergunta é: como são os programas de integração de ações federais e estaduais? Quais são e como estão funcionando esses programas. Essa é a pergunta que deixo para o Dr. Denilson e também para o nosso Secretário Cássio Soares. Obrigado a todos. (- Palmas.)

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP)– Sra. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Deputada Keiko Ota.

A SRª KEIKO OTA (PSB – SP)– Gostaria de saudar a Deputada Federal Jô Moraes, Presidente desta CPMI; a Senadora Ana Rita, relatora desta CPMI; os Deputados, as senhoras e os senhores presentes; os integrantes da Mesa e os demais participantes desta audiência pública, e de oferecer a todos e a todas o meu cordial boa tarde e gratidão.

A nossa principal função aqui é ouvir e inquirir as autoridades públicas a respeito da situação das mu-

lheres vítimas de violência, para saber quais são as ações governamentais que visem não apenas ao combate, mas também à prevenção desse tipo de violência.

Presidente, gostaria de fazer duas perguntas, a primeira ao Secretário de Defesa Social. Existe algum meio de denúncia de mal atendimento e até por negligência dos equipamentos públicos, delegacias, Polícia Militar, etc., na aplicação da Lei Maria da Penha? A segunda pergunta ao Secretário de Segurança: Existe treinamento aos policiais militares e civis no atendimento à violência doméstica? E quanto à aplicação dessa lei, há treinamento? Como ela ocorre no dia a dia dos policiais? Obrigada. (- Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Obrigada, Deputada Keiko. Devolvo a palavra à nossa convidada Andrea Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, para dispor de seu tempo compartilhado com a nossa Defensora Laurelle.

A SRª ANDREA ABRITTA GARZON TONET – Cumprimento a Deputada Federal, amiga, Presidente da CPMI; a Deputada Federal Marina Sant’Anna; o Deputado Federal Eduardo Azeredo; a Deputada Federal Keiko Ota; a Senadora Ana Rita, relatora da CPMI; a Deputada Luzia Ferreira, relatora da Comissão; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Violência contra a Mulher; a Deputada Maria Tereza Lara, membro da Comissão; a Desembargadora Heloísa Combat, que representou o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, a quem faço questão de cumprimentar, apesar de já ter se retirado; a dileta amiga Nívia Mônica Silva, Procuradora de Justiça, representando o Dr. Alceu Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; a Sra. Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora do Consórcio Regional da Promoção da Cidadania - Mulheres das Gerais; o Sr. Denilson Feitoza Pacheco, Secretário Adjunto de Defesa Social, dileto amigo, e - ousado dizer - é um dos homens que tem a alma mais feminina com quem já tive oportunidade de conviver. Seja bem-vindo. Caso o amigo não dissesse que está nesta pasta há dois dias, certamente, ninguém haveria de notar nada, porque sua inteligência brilhante o resguarda de todos os perigos e riscos. Cumprimento também o amigo, Sr. Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; a nossa querida Eliana Piola, que já caminha conosco, há longa data, na Casa da Mulher, e a colega e amiga, Defensora Laurelle.

Serei breve, mesmo porque dividiremos o tempo.

Por um lado, quero parabenizar e elogiar a iniciativa da nossa Assembleia e a formação da CPMI da violência contra a mulher, mas, por outro lado, sempre fico me questionando quando somos convidados a de-

bater a tortura, a violência contra a mulher e o sistema penitenciário falido. Meu Deus, em pleno século XXI, com tantas tecnologias, com tantos avanços, ainda somos convidados a discutir questões que atormentavam, ou práticas que eram comuns, na época medieval, na Santa Inquisição, como é o caso da violência contra a mulher, considerando que mais de 100 mil mulheres foram levadas à fogueira naquele período.

Hoje, no século XXI, o Brasil possui uma legislação tão robusta, tão bem-elaborada e que está no “ranking” das mais bem-formuladas do mundo - só 19 países possuem uma legislação voltada especificamente para a mulher -, e nós ainda estamos questionando por que as mulheres ainda são agredidas, e muito especialmente, pelos homens. Como disse o amigo Denilson, em quase 80% dos casos elas são agredidas pelos companheiros, namorados, noivos e maridos. Por que isso acontece? Em muitos casos, elas são levadas à morte, assassinadas pelos companheiros. Claro que isso ocorre na maioria dos casos, outras vezes elas são vítimas de violência por outro tipo de agressor, mas repito: na grande maioria é pelo companheiro.

No caso de Minas Gerais, estamos felizes de não estarmos no primeiro lugar do “ranking” de violência feminina, mas em outros tempos já o ocupamos. Recentemente ocupamos as páginas policiais nacionais, porque volta e meia, lamentavelmente, o homem mineiro aparece em crimes emblemáticos e polêmicos contra a mulher. Isso ocorre desde a época em que eu era menina e aconteceu agora no caso da Procuradora da União que foi assassinada brutalmente dentro da própria casa, já com a medida protetiva deferida. Então, Nívia, acredito que a questão é para além das leis.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em 1987, já preocupada com a violência contra a mulher, especificamente contra a violência doméstica, instala-se dentro da delegacia especializada para atender a mulher vítima de violência. Aqui, quero render uma homenagem a nossa já falecida colega e amiga Umbelina Lopes, que aliás escreveu uma obra chamada “Mulheres em pedaços”, baseada nos casos que atendia, relatando fatos absolutamente chocantes de mulheres vítimas de violência. A presença da Defensoria Pública ali tinha o objetivo de esclarecer as mulheres acerca da necessidade de formulação de um boletim de ocorrência e da procura efetiva dos meios de amparo público para que se defendessem da violência doméstica.

Posteriormente, em 2/8/2005, a Defensoria Pública inaugurou uma Defensoria especializada para defender a mulher vítima de violência. Isso ocorreu antes mesmo da Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340,

que é de 2006. Essa Defensoria ficou conhecida em Minas Gerais como Nudem, que é o Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica.

Esse núcleo foi premiado em 2006 com o Prêmio Inovare, trazendo para a Defensoria Pública o primeiro Prêmio Inovare do Brasil. Hoje, outras Defensorias foram premiadas, mas Minas recebeu o primeiro prêmio em razão da defesa da mulher vítima de violência. O modelo do Nudem foi replicado para outros Estados, pois faz parte das regras da premiação que a prática vitoriosa replique.

Minas tem oito cidades com o Nudem instalado: Araguari, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros e Varginha. No dia 2 de abril, na Comarca de Viçosa, a Defensoria Pública inaugurou a Casa das Mulheres, em parceria com a Prefeitura de Viçosa, a Universidade Federal de Viçosa e a Escola de Estudos Superiores de Viçosa, para fazer um amparo efetivo à mulher vítima de violência.

Estamos levantando os dados para responder o ofício formulado pela relatora. Mas podemos dizer que, de 2011 até março de 2012, foram atendidas pelos Defensores Públicos 2.915 mulheres vítimas de violência doméstica. Assinamos um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça, o CNJ, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça e o Conselho Nacional de Defensores-Gerais, para combater a violência contra a mulher. Essa é uma iniciativa intersetorial firmada entre o nosso conselho e outras instituições. É a Defensoria buscando aparelhar-se e participar ativamente dessa luta contra a violência doméstica.

Passarei a palavra à colega Laurelle, coordenadora do Nudem de Belo Horizonte, para apresentar as propostas da Defensoria Pública visando ao melhor atendimento da mulher vítima de violência doméstica. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Aproveito a oportunidade para convidar a tomar assento à Mesa a representante da União Brasileira de Mulheres, Maria Izabel Bebel de Siqueira. Registramos a presença da Leandra, representante do PSDB Mulher, e da Anália Maria Ferreira, Vice-Presidente do Cogemas. Com a palavra, a Defensora Laurelle.

A SRª LAURELLE CARVALHO DE ARAÚJO –

Boa tarde a todos. Não seguirei o protocolo de cumprimento dos membros da Mesa, pois já foi seguido pela Defensora Pública-Geral. Saúdo os representantes da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica.

Depois de muitos estudos realizados com colegas Defensores de Belo Horizonte e do interior, desenvolve-

mos algumas propostas passíveis de serem aplicadas na prática. O Nudem de Belo Horizonte tem a previsão legal de contar com oito Defensores Públicos, mas só conta com três. A nossa prioridade é o atendimento às mulheres, feito diretamente pelos Defensores Públicos. Não temos assessores.

Por isso os nossos números são menores que os de outras instituições, pois não temos esse aparato administrativo - no entanto, gostaríamos de tê-lo. Portanto pedimos a ampliação dos números de Defensores Públicos em Belo Horizonte e a criação de novos Nudems no interior, o que se faz necessário. Temos uma equipe multidisciplinar com uma parte psicossocial ainda pequena. Trata-se de uma assistente social e estagiários de psicologia e assistência social. Sendo assim, é necessário ampliar esse número de profissionais.

Quanto à criação do Nudem, a Prefeitura de Belo Horizonte firmou um termo de cooperação com esse núcleo de Belo Horizonte, onde havia duas assistentes sociais e duas psicólogas. Gostaríamos que votasse a ter novamente esse termo de cooperação até a Defensoria Pública fizer concurso para a área-meio em nossa Prefeitura daqui. Da mesma forma, no interior não tem esse termo, por isso gostaria de convidar os Prefeitos das cidades que têm o Nudem para firmarem esse acordo com a Defensoria Pública. Estamos abertos para isso porque somos parceiros.

Já foi falado aqui sobre a ampliação da instalação das delegacias especializadas onde há o Nudem. Itajubá e Montes Claros não possuem a Deam. Fui informada aqui que havia Deam em Itajubá, mas que ela foi fechada. É importante a reinstauração dessa delegacia lá. - aliás, os Defensores que atuam no interior pedem essa ajuda. Em Viçosa também não existe Deam.

No que se refere ao atendimento na delegacia daqui de Belo Horizonte, existe uma resolução de 1996, anterior a nossa Lei Maria da Penha, feita em 2006. Então gostaríamos de pedir a reformulação dessa resolução para que possam atender todas as mulheres, de acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, dentro da Delegacia de Mulheres.

Voltando ao tema da delegacia, ultimamente estão chegando as adolescentes de 16 anos para serem atendidas no Nudem. Elas estão sendo atendidas pela Delegacia de Defesa da Infância e Juventude, que é própria para elas, mas, em alguns casos, esses inquéritos não estão sendo remetidos para a 13ª e a 14ª Varas Criminais em Belo Horizonte, mas sim para o Juizado Especial Criminal. Na verdade, tem de aplicar para essa adolescente o Estatuto da Criança e do Adolescente e também a Lei Maria da Penha, mas, em muitos casos, isso não está acontecendo. Como nem todos os casos

chegam à Defensoria, estamos solicitando que isso aconteça. Sei que o Ministério Público, lá no Juizado, está pedindo a remessa para as varas especializadas, o que demora meses. Tenho essa informação dos Defensores que atuam lá e já questionei sobre o que está acontecendo. Porém, a remessa desses autos, que vão para o local competente equivocadamente, acaba atrasando a solução para essas adolescentes, também vítimas de violência doméstica.

Uma outra proposta nossa é sobre a atermação do Juizado Especial Civil, que conhecemos. O que seria atermação? São pedidos iniciais feitos pela própria pessoa, sem advogado e sem Defensor Público, que vai direto ao Judiciário. O nosso Tribunal de Justiça já se utiliza disso aqui, onde estagiários treinados pelo Judiciário, sob coordenação de um bacharel de direito, captam esses pedidos iniciais e depois os encaminham para os Juízes. Sabemos que, em Belo Horizonte, muitas medidas protetivas são indeferidas por falta de provas.

Creio que a capacitação dos estagiários poderá suprir a questão da falta de prova e poderá ser importante para fazer uma atermação, para receber esse pedido inicial das medidas protetivas. Desejamos que se amplie o número de medidas protetivas de Belo Horizonte, do Estado e do Brasil.

Outro dificultador, que já foi citado aqui, na aplicação da Lei Maria da Penha é a ausência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica. Não se trata apenas de nomenclatura. Hoje, numa reunião no Tribunal de Justiça, os Juízes informaram que só há nove servidores trabalhando em cada vara. Em todos os juizados de Minas Gerais, o número de servidores é maior que o das varas. São dois Juízes com nove servidores. Não dão conta, pois o número de processos é grande e a quantidade de servidores é pequena. É necessário ampliar.

Hoje, mais cedo, dizia que a alteração da lei complementar, passando para juizado, resolverá a questão do número de servidores, pois lá há um número maior. Essa alteração é importante e viável, em função de haver previsão desses juizados. Em razão da ausência de juizados, as ações penais, os inquéritos, as medidas protetivas estão na 13ª e 14ª Varas Criminais, em Belo Horizonte, mas ações de natureza de família, como divórcio, guarda, alimentos, etc., estão numa das 12 Varas de Família da Capital. O Juiz recebe a petição e marca uma audiência, chamada de conciliação, prevista no Código de Processo Civil. Na maioria das vezes, não se tem a conciliação. Tive ontem o relato de uma mulher que queria o divórcio e se conciliou com seu agressor. Ele a intimidou na audiência simplesmente com o olhar. Não falou nada. O

olhar dele foi suficiente para ela voltar atrás e desistir do divórcio. Desse modo, transitou em julgado.

Solicito à Câmara a inaplicabilidade do art. 331 do Código de Processo Civil, no caso de violência doméstica, porque não há paridade de armas na hora desse acordo. A mulher está em situação de inferioridade. Se está nessa situação, não é possível haver um acordo. Em todos eles, se há, é viciado.

Outro ponto diz respeito à criação e à implantação da casa de acolhimento. A Marta deverá falar logo após sobre isso. A implantação da Casa Abrigo no interior é uma solicitação dos Defensores do interior. Aqui, em Belo Horizonte, há o Bolsa Moradia para as pessoas que estão em situação de risco, mas a mulher vítima de violência, que está correndo risco de vida, não está incluída. Temos aqui o decreto da Prefeitura. Isso poderia ser implantado em nível nacional. Se há o Bolsa Família, quem sabe, não poderíamos fazer essa bolsa para as mulheres vítimas de violência. Muito obrigada. (- Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Muito obrigada, Dra. Laurelle, que, sem dúvida alguma, deu uma grande contribuição para essa questão.

Quero apenas explicar que, na página do Senado, há o espaço para o cidadão denunciar ou contribuir. A continuação dos trabalhos da CPMI contará também com a absorção de mais relatórios e contribuições. Já recebemos, até agora, 12 relatórios complementares de entidades e instituições públicas. Com certeza, o trabalho continuará.

Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial de Combate à Violência contra a Mulher da Assembleia Legislativa, que dividirá o seu tempo com a Deputada Luzia Ferreira, relatora.

O DEPUTADO DALMO RIBEIRO SILVA – Muito obrigado, Sra. Presidenta Jô Moraes, a quem saúdo e parabeno por este encontro. Quero saudar e dar boas-vindas à eminente relatora Ana Rita, do Estado do Espírito Santo, ao eminente Secretário Cássio Soares e, na sua pessoa, a toda a Mesa. Faço uma saudação muito especial à nossa relatora, Deputada Luzia Ferreira, e à Deputada Maria Tereza Lara, que fazem parte da nossa comissão especial; à Deputada Rosângela Reis e ao Deputado Ivair Nogueira. Cumprimento ainda o seletor público presente, desculpando-me por não citar nomes, em decorrência do adiantado da hora.

Senhora relatora, é um prazer imenso tê-la em nossa Casa. Estou certo de que V. Exa., desde o primeiro momento, quando abriu os nossos trabalhos, pôde perceber, nas palavras dos Secretários, dos expositores e de toda a Mesa, a seriedade com que estamos tratando esse relevante tema. Esta Assembleia, por

sensibilidade do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, é a única do Brasil a ter uma comissão especial que trabalha como coadjuvante desse trabalho extraordinário que a CPMI tem feito sob a honrosa Presidência da querida Deputada mineira Jô Moraes e com a participação do Deputado Eduardo Azeredo, autor do requerimento que suscitou esta reunião.

Quero destacar, caríssima relatora, amigos e amigas, uma importante audiência pública que realizamos no dia 17, e aproveito para agradecer-lhe novamente por retornar a esta Casa, a convite que fizemos naquela tarde. Nossa comissão especial nasceu em decorrência de pedido de nossa autoria, uma vez que entendendo necessário que a Assembleia Legislativa também busque a contextualização das políticas públicas, e este é um espaço importante para apresentarmos o nosso trabalho e, particularmente, as nossas aspirações. O diagnóstico que estamos fazendo já está avançado, senhora relatora, e na audiência pública do dia 17 conseguimos muitos documentos e tomamos depoimentos importantes, que mostram que estamos tratando esse assunto com absoluta seriedade.

Mas, para dizer isso a V. Exa., vamos dividir o nosso tempo com a nossa querida relatora. A atuação da nossa comissão, em consonância com o seu papel e o papel desta Assembleia, não se restringe a esta Casa. Como está fazendo a CPMI, também vamos percorrer várias cidades do Estado de Minas Gerais para apresentar a tempo e a modo o nosso parecer, com o qual esperamos dar a nossa contribuição de maneira séria, eficaz, respeitosa e também proativa, retratando os anseios dos mineiros. Tenham certeza, caríssima relatora e querida Jô, que a nossa comissão se incumbiu de fazer um diagnóstico da situação e o fará, e já na nossa primeira reunião pudemos sentir a preocupação e a seriedade com que esse tema tem de ser tratado. Assim, quero renovar minha esperança e meu otimismo quanto ao papel importante que teremos daqui para a frente. Apresentando o seu parecer, essa comissão haverá de buscar a contextualização de todos os dados e assim, com riqueza de informações, refletir o importante papel das mulheres mineiras. Esse é o nosso papel. Repito que fico muito honrado, querida Jô, por tê-la novamente na sua Casa dirigindo os trabalhos dessa comissão, certo de sua luta, idealismo e, principalmente, seu espírito extraordinário de estar sempre na busca da verdade dos fatos.

Vou dividir o meu tempo com a relatora, e não poderia ser diferente. Portanto, passo a palavra a essa mulher guerreira que, também quando na Câmara Municipal, apresentou várias sugestões de audiências públicas.

De lá para cá, da Câmara para a Assembleia Legislativa, a Deputada Luzia Ferreira tem se demonstrado também profunda conhecedora do tema, razão pela qual, na constituição da nossa Comissão, não tive dúvidas em convidá-la para ser a relatora, como também contar com a participação efetiva da querida Deputada Maria Tereza Lara, que aqui está conosco.

Com a palavra, a Deputada Luzia Ferreira. No final do pronunciamento da relatora, a Comissão entregará, oficialmente, o relatório deste primeiro encontro. Queremos antes agradecer todos nossos consultores, assim como todos os que nos ajudaram e contribuíram na elaboração deste importante documento, que registrará o início dos trabalhos da brilhante Comissão. Peço a Deus que dirija os destinos dessa Comissão, percorrendo toda a Federação, mas aqui, em Minas, querida Deputada Jô Moraes, caríssima relatora Senadora Ana Rita, caríssimas Deputadas, tenho certeza de que faremos a nossa parte, daremos a nossa contribuição. Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Com a palavra, a relatora da Comissão desta Casa, a Deputada Luzia Ferreira, companheira, parceira de muitas lutas históricas nesta Casa, aliás, também de aniversário, pois fazemos no mesmo dia.

A SRª LUZIA FERREIRA – Cumprimento todas e todos que hoje estão aqui na Assembleia Legislativa de Minas, discutindo um tema tão importante para a nossa democracia. Cumprimento a Presidenta da CPMI no Congresso Nacional, querida amiga Jô Moraes; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nosso Presidente da Comissão na Assembleia; a Senadora Ana Rita e, permitam-me, na pessoa de quem cumprimento todos da Mesa.

Creio que essa luta é uma caminhada de muitos séculos, porque começamos a reorganizar o movimento feminista no Brasil na metade da década de 70 do século XX. Mas, muitos nos antecederam sempre defendendo a cidadania, a igualdade de direitos, para que fôssemos reconhecidas como cidadãs plenas. Avançamos muito. E o maior avanço nesse último quarto do século XX e início do século XXI foi o Estado brasileiro, o Poder Público considerar que a questão da desigualdade não era de gênero, uma questão apenas das mulheres, mas, sim, de toda a sociedade, um problema, portanto, em que o Estado tinha de meter a colher de pau - ironizando um adágio bem popular que diz em briga de marido e mulher, não se mete a colher de pau.

Nesta Casa há apenas quatro Deputadas, bravas Deputadas - Maria Tereza Lara, eu, Liza Prado e Rosângela Reis -, mas a iniciativa de requerimento

para criar uma comissão especial, em função até das várias denúncias de violência e de morte de mulheres no primeiro trimestre em Minas, partiu de um Deputado, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Então, foi por isso que sempre lutamos, queríamos que tal questão fosse compreendida como uma luta, como uma política pública relevante, como é a educação, a saúde, o meio ambiente, ou seja, como uma política pública relevante para a cidadania da metade da população brasileira, que somos nós mulheres.

Quero aqui dizer que, por feliz coincidência, há também a CPMI. O Secretário Denilson disse, com muita propriedade, que o papel do Parlamento, talvez mais importante que fazer as leis, é acompanhar, fiscalizar, dar voz à sociedade aqui, neste Plenário e nas diversas instalações desta Casa, e possibilitar que essas propostas elencadas aqui entrem no Orçamento, recebam recursos e estejam como prioridade, nas diversas Leis Orçamentárias, na LDO, no PPAG, e, a cada ano, nas leis orçamentárias.

Então queria comprometer-nos com todos e todas que estão aqui, as entidades, as instituições públicas que nos antecederam. Sabemos que cada um faz um esforço imenso de articulação em rede, e essa é também uma novidade da democracia e da gestão pública madura e republicana no País. Esse é um assunto que não terá solução se não houver essa compreensão de que se tem de trabalhar em rede, nos três níveis da gestão pública do Brasil - Município, Estado, União -, também articulado umbilicalmente com o movimento social das mulheres, porque essas reivindicações todas nasceram da sociedade para o Estado. Portanto não haverá solução se quebrarmos essa corrente. Creio que é esse o compromisso que estamos fazendo aqui, com a CPMI, com cada uma de vocês, de exercer bem.

Como disse o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, faremos audiências públicas no interior. Há debilidade e deficiências das instituições que acolhem a mulher vítima de violência - delegacias, Defensoria, juizados, varas especiais, Promotorias especializadas. Pelo relato dos órgãos responsáveis, eles reconheceram essas deficiências, a maioria delas de recursos humanos, físicos e orçamentários. Elas hoje estão localizadas nesse ponto. Não se trata mais de ser uma questão de boa vontade política, de entendimento da importância dessa ação. Acho que já conseguimos fazer com que o Estado brasileiro assumisse isso como prioridade, mas precisamos, ao identificar essa prática, criar condições. Acho que a Comissão também está assumindo esse compromisso aqui.

No dia 17, o nosso objetivo foi ouvir as entidades e o movimento, e o resultado do nosso diagnóstico e das propostas a partir de julho, mês em que aqui se

vota a LDO, é já abriremos espaço para priorizar e ampliar os recursos orçamentários a partir do próximo ano, porque votamos o Orçamento para o ano que vem. Então acho que esse é o compromisso da comissão que estamos fazendo aqui. Não apenas levantar um diagnóstico e propostas - muitas são conhecidas -, mas também dar seguimento para garantir que, no Orçamento de 2013, coloquemos rubricas novas, recursos novos, para que essas debilidades sejam sanadas. Sabemos que especialmente todas as equipes que sucederam a Delegada Elaine Matozinhos, que foi a pioneira, a primeira Delegada da Mulher, deram certo porque também elas estão ali não apenas cumprindo um horário de trabalho, exercendo a sua função. São pessoas que assumiram, vestiram a camisa, tiveram o compromisso fundamental de fazer dar certo, de exercer, com muita dedicação, essa função grave de acolher, de ser a porta de entrada às mulheres vitimizadas, que chegam ali talvez em estado extremamente debilitado, física e psicologicamente.

Sobre o relato da relatora, no início, do número de mortes por violência à mulher em 10 anos - 42 mil mulheres -, todo o mundo que fala aqui elogia a família, mas esse dado nos mostra que a família brasileira é uma tragédia, mata mais que uma guerra. Qual guerra gerou, num período de 10 anos, 42 mil mortes? Isso é um alerta também para a sociedade, essa organização familiar que gera tanto sofrimento, no caso um assassinato em massa, vamos assim dizer. Porque 42 mil mortes em 10 anos é para assustar qualquer país, qualquer governo e qualquer sociedade, pois mostra também por dentro como essas relações se constituíram e como estão desenvolvendo-se as nossas relações afetivas e pessoais, sem falar da tragédia que é para os filhos dessas famílias que vivem essa situação de violência.

Então o nosso compromisso é fazer com que esse diagnóstico e propostas também tenham uma média da situação do Estado, porque aqui temos sempre a lógica de ver a realidade pelo que acontece mais próximo de nós - que é natural -, que é a região metropolitana. Já há várias audiências no interior para que também ouçamos as instituições e o movimento.

Queremos fazer, de público, esse nosso compromisso. Trabalharemos de forma muito integrada - aliás, o nosso prazo é mais curto que o da CPMI. Queremos trabalhar as propostas já nas leis orçamentárias, que começam a ser votadas aqui, em julho, para dar uma contribuição efetiva da Assembleia de Minas, que certamente contará com o apoio de todos os Deputados desta Casa. Então essas eram as minhas considerações. Como já disse o Deputado, entregaremos o relatório. Fui portadora de algumas propostas da Câmara

Municipal de Belo Horizonte nas pessoas das Vereadoras Silva Helena, Neusinha Santos e Maria Lúcia Scarpelli, que aqui se encontram. Na verdade, elas são integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que realizou ontem uma audiência pública cujas propostas também passo às mãos da Presidente e da relatora da CPMI. Muito obrigada. (- Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)– Agradecemos. Receberemos e, em seguida e imediatamente, a passaremos para os representantes da sociedade civil.

- Procede-se à entrega de documentos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
- Queremos esclarecer que a natureza da nossa investigação está em cima da sociedade civil, em cima do Estado brasileiro, de como ele responde às exigências de proteção às mulheres. Por isso, prioritariamente, escutamos as instituições para que nos respondam e depois possamos verificar quais propostas apresentam.

Nesta oportunidade, temos como último setor a ser escutado a representação da sociedade civil. Quero dizer a todos que, logo em seguida, leremos os nomes das entidades e instituições, um número de 12, que nos entregaram o relatório.

Com a palavra, a Sra. Márcia de Cássia, da rede feminista; em seguida, a nossa companheira Maria Izaabel Bebela, da União Brasileira de Mulheres.

A SRA. MÁRCIA DE CÁSSIA GOMES – Dividirei o meu tempo com a Bebela. Tenho uma tarefa de representar a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais, que, na sua última reunião, no dia 11/4/2012, na sede da Procuradoria-Geral do Estado de Minas Gerais, realizou a sua reunião mensal, onde foram apontadas algumas questões que trouxe como representação. Como disponho de 10 minutos, quero cumprimentar rapidamente a Mesa nas pessoas da Presidente Jô Moraes e da relatora Ana Rita, que estão aqui representando a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. É um prazer recebê-las neste segundo Estado a ser acompanhado pela Comissão. Quero cumprimentar também o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa, e a relatora Luzia Ferreira, nossa companheira, com quem participamos no dia 17... Tivemos o prazer de colocar que esta Comissão Especial deixe de ser especial e passe a ser permanente para acompanharmos as atividades cotidianas.

Além disso, cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara e todas as integrantes da Mesa, cujos nomes não citarei, pois muitas delas e muitos deles são integrantes da rede e já se pronunciaram também aqui, e

também todas as autoridades e lideranças, gestoras de políticas e Vereadoras que estão presentes no Plenário.

Saiamos daqui, nesta sexta-feira, dia 27 de abril, hoje, para comemorarmos um dia muito importante para nós, do movimento feminista, que é o Dia das Empregadas Domésticas. Um exemplo de violação de direitos é o não reconhecimento dessas trabalhadoras pela CLT. Além disso, façamos também dessa nossa atuação em Minas Gerais uma das reivindicações da CPMI.

Então gostaria, rapidamente, de falar da rede de enfrentamento da mulher, que existe há seis anos e, de forma integrada e compartilhada, faz, uma vez por mês, uma reunião nas várias instituições. Nossas reuniões são itinerantes, para que possamos conhecer de perto todas as instituições que trabalham com a aplicabilidade da Lei Maria de Penha. Nesse sentido, alguns desafios estão sendo colocados. Vou ler todos eles para que possamos ser mais rápidas. Algumas coisas já foram faladas, porque muitas instituições que nos antecederam são integrantes da rede. Então, de alguma forma, têm trazido essas propostas e desafios. Cabe, nos 10 itens que listei, cada um ver o que é próprio.

Então estes são os nossos principais desafios. (- Lê:)

“A incorporação dos princípios previstos na Constituição brasileira, principalmente laicidade do Estado, garantindo o direito à autonomia, igualdade e respeito à diversidade de todas as mulheres, preconizados nos instrumentos e acordos internacionais em que o Brasil é signatário.

Inserção da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na gestão pública das instituições, com priorização dessas políticas e ações nas definições de planos, programas e projetos intersetoriais. Não dá para trabalhar se não tivermos a incorporação de uma ação, junto com a saúde, junto com a assistência social, principalmente naquilo que o Suas preconiza, que é uma política de enfrentamento da violência e de apoio às mulheres em situação de violência. Precisamos fazer esse diálogo e isso cabe ao Estado e aos Municípios.

Estruturação e institucionalização dos serviços responsáveis pelo atendimento à mulher, com equipe de profissionais necessários, com a realização de concursos públicos específicos.

Garantia de recursos orçamentários e financeiros nos Planos Anuais e Plurianuais para a efetivação da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A Luzia citou 2013, mas sabemos que este ano é de eleição. Então, todas as companheiras militantes dos movimentos sociais aqui representados e de partidos políticos têm de ter, em suas bandeiras e reivindica-

ções, os recursos, porque não dá para fazer qualquer política se não tivermos orçamento necessário e efetivo para esse desenvolvimento.

Formação continuada, envolvendo toda a equipe de gestores da política, profissionais de diversas áreas de atendimento, recepção, atendentes, estagiários, enfim, de todos esses profissionais que estão inseridos na política de gestão da instituição. Um exemplo é o que a Acadepol, a Escola Judicial, a Escola de Formação da Polícia Militar vêm desenvolvendo, bem como os custos promovidos pelas várias instituições da rede, voltados para a formação continuada. Não queremos somente uma capacitação, mas que a gestão dessas instituições coloque, como um dos princípios, que essa formação seja objetivo de trabalho.

Reestruturação das normativas e resoluções internas das instituições, incorporando o que é preconizado pela Lei nº 11.340, Lei Maria da Pena, no desenvolvimento diário do trabalho. E a Defensora Laurelle Carvalho de Araújo já falou sobre isso. Um dos desafios é que essa resolução, principalmente a da Deam, seja revista e efetivamente assumida no que é preconizado pela Lei Maria da Pena.

Estruturação de fluxos entre as instituições que trabalham com o atendimento à mulher em situação de violência, visando a uma melhora no acolhimento, encaminhamento e resolutividade da denúncia, evitando a revitimização das mulheres e sua “peregrinação” pelas instituições.

Negação de práticas baseadas na conciliação e na mediação. Desigualdade de poder não se media.

Estruturação de um sistema de informação com coleta de dados e informações entre as instituições para análise, avaliação, acompanhamento, monitoramento e proposição de novas políticas.

Articulação e atuação em conjunto com os movimentos sociais, principalmente de mulheres, com proposição e monitoramento das políticas públicas, exercendo o seu princípio, principalmente os Conselhos de Direitos das Mulheres, que é o de controle social.

Então essas questões foram levantadas em conjunto, e gostaríamos de deixá-las como contribuição. Coloquei algumas questões que, para nós, são princípios importantes. Todas as nossas ações, independentemente das instituições que incorporam a rede ou não, devem ter como objetivo o melhor acesso das mulheres aos serviços e à instituição. Isso tem a ver com prevenção.

O nosso trabalho na área da educação tem de ser exemplar, e por isso algumas iniciativas como a Maria da Penha Vai à Escola? e outras tantas têm de ser priorizadas como políticas a serem desenvolvidas em todo o Estado de Minas Gerais. As instituições devem

oferecer um atendimento a todas as mulheres e um serviço de qualidade ágil e eficiente. Esse é um passo importante para que, juntas e juntos, acabemos com a impunidade e efetivamente demos uma resposta às mulheres violadas em seu direito de viver uma vida sem violência. Unidas somos fortes, e, com certeza, essa CPMI fará chegar as vozes das mulheres a todos os recantos do Brasil. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Agradecemos à Marcinha. Com a palavra, a representante da Lei Brasileira de Mulheres, Maria Izabel Bebela Ramos Siqueira.

A SRA. MARIA IZABEL BEBELA RAMOS SIQUEIRA – Boa tarde a todas as pessoas. Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Federal, Presidente da comissão, Jô Moraes, feminista de primeira ordem no Estado de Minas Gerais. Cumprimento a plateia na pessoa da Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Jovita Levi Ginja.

Quando formalizamos a entrega de um documento, na primeira etapa desta Comissão, na comissão estadual da Assembleia Legislativa, no dia 17 de abril, a União Brasileira de Mulheres – UBM – propôs alguns itens técnicos: a implantação real da Lei Maria da Penha no nosso Estado, maior divulgação dessa lei e a questão do Juizado da Família e da Violência contra a Mulher, entre outros itens.

Hoje o que eu trouxe foi um registro de complementação desse primeiro documento. Quero lembrar 30 a 40 anos atrás, quando Márcio Stancioli matou Eloísa Ballesteros com um tiro. Ela estava dormindo e já havia pedido o divórcio. Lembro também de quando Eduardo Souza Rocha matou a sua mulher porque, segundo ele, ela estava querendo voltar ao tempo de solteira, exigindo voltar a estudar, dirigir seu carro sozinha, fazer ginástica...

Quando Márcio Stancioli e Eduardo Souza Rocha mataram suas mulheres, eles inauguraram uma saga de violência contra a mulher em Minas Gerais e banalizaram a situação do amor conjugal, das relações conjugais de amor que uniram esses quatro personagens.

Os dois, tanto Márcio Stancioli quanto Eduardo Souza Rocha, ficaram com o poder pátrio dos filhos.

Eu gostaria de ter tempo para enumerar os assassinatos e violências contra a mulher no Estado de Minas durante esses 30 anos, desde a década de 80, o impacto desses assassinatos, a decorrência disso nos vários assassinatos em série, os ciclos de assassinatos em série de maníacos, como o maníaco da UFMG, o maníaco de Juiz de Fora etc. O maníaco de Juiz de Fora estrangulou cinco mulheres com idades entre 58 e 77 anos em Juiz de Fora. A última vítima foi uma viúva de 74 anos, que estuprou depois de es-

trangular. O maníaco da UFMG nunca foi preso nem sequer identificado.

Entre 2004 e 2005, foram encontrados nove corpos em Araguari, vítimas do maníaco de Araguari. Entre 17/4/2009 e fevereiro de 2010, o maníaco de Contagem Marcos Trigueiro, aquele rapaz bonito, louro de olhos verdes, que matou cinco mulheres com requintes de crueldade, estrangulando-as, ora com o colar, ora com o cadarço do tênis, ora com o cinto de segurança do carro. As vítimas de Marcos Trigueiro, o maníaco de Contagem, foram: Ana Carolina, Maria Helena Lopes, Edna, Adna e Natália. Marcos Trigueiro recebeu condenação?

Nos primeiros quatro meses de 2009, 21 mulheres foram mortas em Belo Horizonte. Esqueci-me de falar que, em 1992, no mês de fevereiro, em 12 dias ocorreram 11 assassinatos de mulheres.

Entre 2010 e 2011, um maníaco, esturpador e assassino de garotas de programa de Belo Horizonte matou duas mulheres e não foi achado. As características de crueldade desses crimes foram: estrangulamento, quebra de membros, arrancava cabelos e dentes, marcava rostos com ferros e facas e fazia mutilações com ácidos.

De 1990 a 2012, o maníaco do Anchieta, esturpador, foi denunciado por uma vítima que, na época, tinha 11 anos, e o reconheceu. A Dra. Margareth fez referência a esse maníaco, pois estava tomando providências na última CPMI desta Assembleia.

De 2006 a 2010, ainda vimos o esturpador de dentistas Arquimedes de Abreu Filho, de 50 anos, que matava as vítimas no próprio consultório. Ele marcava consultas e as assassinava. Muitas vezes, essas mulheres que foram assassinadas, embora tivessem procurado, não receberam proteção do Estado. A Is-laine, cabeleira, denunciou o seu companheiro por oito vezes e fez oito boletins de ocorrência.

Em fevereiro de 2001, a Profª. Márlia morreu aqui perto, em frente ao Diamond Mall, assassinada por seu companheiro, de quem estava separada. Ele foi preso, mas logo a seguir saiu da cadeia.

Em 2/2/2012, há pouco tempo, a Procuradora de Justiça Federal Ana Alice Moreira Melo, de 35 anos, procurou por duas vezes a 4ª Delegacia de Nova Lima, no dia 24 de janeiro, para registrar um boletim de ocorrência. Ela foi assassinada, e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais informou que o Juiz da cidade de Nova Lima havia deferido a medida protetiva que determinava a saída do acusado da casa onde a Procuradora foi morta.

O despacho saiu depois das 18 horas do dia 1º de fevereiro, horas antes de ela ser assassinada. No dia

14/02/2012, Irene Carla da Silva, de 25 anos, foi assassinada pelo marido, Edicimar Rodrigues de Freitas, de 37 anos, a tiros, na Pampulha. Em 2009, Irene registrou dois boletins de ocorrência por violência doméstica, e estava sob medida protetiva. Em 28/01/2012, Karina Angélica Mayer, proprietária de uma grife de moda em Belo Horizonte, foi assassinada e o suspeito do crime é o noivo Bruno Henrique Araújo. A polícia suspeita que ele cometeu suicídio a seguir. Em 16/04/2012, em Poços de Caldas, a cabeleireira Viviane, de 28 anos, foi assassinada pelo ex-namorado, Márcio Rodrigo Madruga de Souza. Ele se apresentou à namorada com outro nome, porque dois anos antes havia matado duas mulheres. Casos em que houve dificuldade para localizar os criminosos. É esse caso do maníaco da UFMG, que se encontra indissolúvel.

Pergunto à CPMI, às autoridades presentes e ao público em geral o que representa isso. Claro que as instituições e o Ministério Público são avanços, muito graças à sociedade civil, que luta pela implantação dessa proteção à sociedade. Mas, o que representam 46 delegacias especiais de mulher em um Estado com 853 Municípios? O que representa a instituição de mais uma vara para 30, 40, 50, 60 mil processos? Já ouvimos que é esse o número de processos nas 13ª e 14ª Varas. Há quanto tempo estão esses 30, 40, 50, 60 mil processos parados por falta de estrutura humana? Esses avanços são muito importantes, e é importante que a polícia se envolva com programas, como o PDV. É elogiável, mas gostaria de entender o que significa esse impacto na sociedade da instituição de mais uma vara.

Apenas mais uma coisa. Embora a Desembargadora esteja ausente, ela falou em queixas levanias. Nos meus 45 anos de militância feminista, só tenho dor e sofrimento das queixas dessas mulheres. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Obrigada. Solicitamos a entrega dos relatórios da Márcia de Cássia e da Izabel Bebel. Recebemos, como complementares, os relatórios do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais; do Dr. Murilo Andrade, com seu parecer para a Comissão; do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais; também recebemos propostas da denúncia da Ana Rita Sena de Almeida, entregue à CPMI; os relatórios da União Brasileira de Mulheres, que acaba de ser apresentado em resumo; do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte; da Prefeitura Municipal de Nova Lima; da Coordenadoria de Políticas para Mulheres de Contagem; da Associação de Mulheres Profissionais de Segurança Pública – as profissionais da Polícia Militar,

que também apresentaram um relatório sob sua ótica da experiência; do Comdim-PBH; do Instituto Jurídico pela Efetivação da Cidadania; do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Betim; e do Sr. José Cunha. Todos esses relatórios estarão anexados ao resultado que a relatora está colhendo neste processo. Eu tinha algumas questões a encaminhar, mas as autoridades para as quais eu gostaria de apresentar as minhas preocupações estão ausentes. Assim sendo, passo a palavra à Senadora, à relatora, para seus últimos questionamentos. Sem dúvida alguma, teremos a continuação do trabalho de vocês. Antes do final dos trabalhos, recolheremos as contribuições de vocês. Estaremos dispostos a recebê-los em Brasília.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (PT – ES)– Tínhamos aqui algumas perguntas a serem feitas, até mesmo para a Defensoria Pública, mas, em função do tempo, combinamos com a Dra. Andrea e também com a Dra. Nívia que vamos encaminhá-las, posteriormente, para que elas possam nos responder em seguida.

Deputada Jô, quero fazer as minhas considerações finais, porque teremos de viajar hoje e já está ficando tarde. Quero apenas destacar a importante contribuição que recebemos em visitas que realizamos hoje cedo à Delegacia de Atendimento à Mulher, à Defensoria Pública e ao Tribunal de Justiça. Agora, à tarde, enquanto estávamos trabalhando aqui, uma Comissão foi às Varas Especializadas para conversar e conhecer o trabalho realizado.

Gostaria de ressaltar as importantes contribuições que recebemos durante esta audiência pública, fruto das respostas dadas aqui pelos nossos convidados e convidadas. Gostaria de ressaltar também a importante contribuição da gestora do pacto pelo enfrentamento à violência, Dra. Eliana Piola. Ela esteve conosco em uma audiência pública que realizamos ontem, pela manhã, no Congresso Nacional, juntamente com outras gestoras e com a Ministra. Destaco também que ontem, à noite, tivemos um importante momento, pois mesmo rapidamente tivemos uma conversa positiva. A assistente social Andrea está aqui, mas falo também para a Marcinha e as demais presentes que aquele conversa nossa sobre o Consórcio Mulheres das Gerais foi muito positiva. Acho que essa experiência que vocês estão construindo no Estado de Minas Gerais é bastante positiva e a considero pioneira no Brasil, qual seja, a experiência de se criar um consórcio envolvendo diversos Municípios, em que cada um deles cumpre seu papel, faz sua parte no enfrentamento da violência contra a mulher. Essa experiência está sendo

muito importante para as mulheres do Estado de Minas Gerais e, com certeza, será também considerada e contemplada em nosso relatório.

Por último, quero reforçar o pedido de informações que fizemos aqui hoje, pois não foi possível obtermos todas as respostas neste momento. Aguardaremos essas respostas até a semana que vem. Considerando-se que na próxima semana haverá um feriado, desejamos obter, no mais tardar no início da outra semana, todas essas informações que foram solicitadas, não só as que foram fruto do debate, mas também as solicitadas por mim no início desta audiência pública. Para finalizar, agradeço a todos, a todas e também à Assembleia Legislativa a concessão deste espaço tão importante para a realização desta audiência. É isso que tinha a dizer.

Deputada Jô, passo-lhe a palavra, para que faça os devidos encaminhamentos. (- Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

- Mais uma vez, antes de encerrar os trabalhos, agradeço a todas as entidades e instituições envolvidas na preparação desta audiência pública. Sem dúvida, a audiência preparatória realizada por iniciativa da comissão especial da Assembleia, a audiência realizada na Câmara dos Vereadores, as reuniões preparatórias em Nova Lima, Contagem e Betim e, em outros momentos, a presença de pessoas, instituições e entidades do interior de Minas demonstram a necessidade da continuação desse processo. Temos certeza de que, de posse dos documentos que vocês entregaram – e a relatora Senadora Ana Rita insiste em agradecê-los –, muito trabalharemos. O que vimos são inúmeras contribuições. Não são apenas denúncias, são sugestões para o aperfeiçoamento.

Agradeço aos Deputados Estaduais que estiveram aqui presentes, como o Deputado Rogério Correia, que esteve em um primeiro momento e depois retornou. Agradeço especialmente a todos os servidores desta Casa; ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; ao Secretário-Geral, José Geraldo; a todo o cerimonial; aos que nos acompanharam do aeroporto até aqui; e a cada um e cada uma de vocês que contribuíram para que as mulheres sofram menos e que suas queixas “levianas”, entre aspas, não se transformem em suicídios e assassinatos.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima audiência pública, a realizar-se no dia 4 de maio, em Santa Catarina. Boa noite a todos. Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E APURAR DENÚNCIAS DE OMISSÃO POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS INSTITUÍDOS EM LEI PARA PROTEGER AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 4 DE 2011-CN.

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião realizada em 04 de maio de 2012, às quinze horas e vinte e cinco minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senhora Senadora: **Ana Rita (PT/ES)**, das Senhoras Deputadas: **Carmem Zanotto (PPS/SC)** e **Luci Choinacki (PT/SC)**. Deixam de comparecer as Senhoras Senadoras: **Marta Suplicy (PT/SP)**, **Ângela Portela (PT/RR)**, **Lúcia Vânia (PSDB/GO)**; **Maria do Carmo Alves (DEM/SE)** e o Senhor Senador: **Armando Monteiro (PTB/PE)**; as Senhoras Deputadas: **Marina Santanna (PT/GO)**; **Teresa Surita (PMDB/RR)**, **Rebecca Garcia (PP/AM)**, **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)**, **Gorete Pereira (PR/CE)**, **Keiko Ota (PSB/SP)**, **Sueli Vidigal (PDT/ES)** e **Célia Rocha (PTB/AL)** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG)**. Na oportunidade foi realizada Audiência Pública com a presença dos convidados: Alexandre Karazawa Takashima, Juiz Corregedor; Júlio César Ferreira Melo, Juiz; Maria Amélia Borges Moreira Abbad, Promotora de Justiça; Juliana Renda Gomes, Delegada de Polícia; Selma Elias Westphal, Representante da Coordenadoria Estadual da Mulher - CEM.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIA – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde.

Neste momento, damos início à audiência pública proposta pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, por intermédio das Deputadas Luci Choinacki e Camen Zanotto e com apoio da bancada feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Ministério Público de Santa Catarina e Fórum Estadual Maria da Penha.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito buscará realizar audiências públicas na maioria dos Estados brasileiros, sempre com o objetivo de averiguar a aplicação da Lei Maria da Penha nos Estados participantes.

Convidamos para compor a Mesa a Exm^a Sr^a Deputada Ana Paula Lima, 4^a Secretária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e Coordenadora da bancada feminina da Alesc; Exm^a Sr^a Jô Moraes, Deputada Federal e Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; Exm^a Sr^a Ana Rita Esgário, Senadora da República; Exm^a Sr^a Carmen Zanotto, Deputada Federal; Exm^a Sr^a Luci Choinacki, Deputada Federal; Exm^a Sr^a Angela Albino, Deputada Estadual. (*Palmas.*)

O Cerimonial registra a presença das seguintes autoridades: o Juiz Júlio César Ferreira de Melo, neste ato representando o Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Sr. Alexandre Takashima, Juiz Corregedor, neste ato representando o Exm^o Sr. Vanderlei Romer, Corregedor-Geral de Justiça; Sr^a Maria Amélia Borges Moreira Abbad, Promotora de Justiça e membro do grupo nacional de direitos humanos na Comissão contra Violência Doméstica, neste ato representando o Exm^o Sr. Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Sr^a Selma Elias Westphal, Coordenadora Estadual da Mulher – CEM; Sr^a Juliana Renda Gomes, Delegada da 6^a Delegacia de Polícia de Proteção a Mulher; Sr^a Clair Castilhos Coelho, Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Sr^a Justina Inês Cima, neste ato representando o Movimento de Mulheres Camponesas; Sr^a Maria de Lourdes Mina, coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina.

O Cerimonial também registra a presença das seguintes autoridades: Sr^a Mapi Cravo, gerente logística de eventos esportivos, neste ato representando o Sr. Adalir Pecos Borsatti, Presidente da Fundação Catarinense de Esporte; Sr^a Edula Mafra Silva, Vice-Presidente da Federação Catarinense das Mulheres; Sr^a Vanda Gomes Pinedo, Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado; Sr^a Janaína Deitos, neste ato representando a Sr^a Gerusa Machado, Presidente da Federação Catarinense de Mulheres; Sr^a Denise de Siqueira, neste ato representando a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da OAB de Santa Catarina; Sr. Daniel Valois, Presidente do Instituto Socioambiental Campeche do Município de Florianópolis; Sr^a Miriam Grossi, Coordenadora do Instituto de Estudos de Gêneros da Universidade Federal de Santa Catarina; Sr^a Neli Ferreira, Vereadora do Município de Canelinha; Sr^a Maria Emília de Souza, Coordenadora do Fórum Regional de Blumenau pela implementação da Lei Maria da Penha; Sr^a Mara Feldman, neste ato representando as promotoras legais populares; Sr. Jucélio Paladini, Presidente do PCdoB do Município de Florianópolis; Sr. Gabriel Kazapi, Pre-

sidente do PPS deste Município; Sr^a Eliete Maria de Lima, neste ato representando a Sr^a Magali Régis Franz, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina; Sr^a Melissa Cabral, neste ato representando o Sr. Hamilton Pacheco da Rosa, Secretário de Defesa e Segurança do Município de Florianópolis; Sr^a Sheila Sabag, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim Florianópolis; Sr^a Jurema Ramos dos Santos, Diretora da Associação Brasileira de Portadores de Câncer – Amucc; Sr^a Ana Paula Santos Schmidt, assessora parlamentar, neste ato, representando o Sr. Renato Geske, Vereador do Município de Florianópolis; Sr^a Marli Leandro, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Brusque e Guabiruba; Sr^a Zilli da Silva, Presidente do Sindicato do Vestuário e Têxtil dos Trabalhadores do Município Rio do Sul e região; Sr^a Iara Regina Miotti, Presidente da Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais do Município de Florianópolis; Sr^a Janete Teixeira, ex-Vereadora do Município de Florianópolis; Sr^a Márcia de Souza Oliveira, Coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social, neste ato representando a Sr^a Maria Juçara Pamplona, Secretária de Desenvolvimento Social do Município de Itajaí; Sr^a Maria Formentin Dias, Conselheira do Conselho Regional do Idoso, neste ato representando a Sr^a Kátia Freitas, Presidente do Conselho; Sr^a Kátia de Macedo Rebello, Coordenadora do Núcleo de Prevenção da Violência, Promoção da Saúde e Cultura da Paz da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis; Sr^a Dirlei Magnani, neste ato representando o Sr. Neodi Saretta, Deputado Estadual; Sr^a Raquel Felau Guisone, neste ato representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil SC; Sr^a Maria Zonita Schmidt, neste ato representando o Exm^o Sr. Cleverton João Batista, Secretário de Desenvolvimento Regional do Município de Blumenau; Sr^a Daroni Pereira Silveira, Presidente do Instituto Semiárido do Município de Florianópolis; Exm^a Sr^a Mariluci Deschamps Rosa, Vice-Prefeita do Município de Gaspar; Sr^a Juci Mara Tomás, neste ato representando o Exm^o Sr. Padre Pedro Baldissera, Deputado Estadual; Sr^a Caroline Wollinger, neste ato representando o Exm^o Sr. Renato Running, Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; Sr^a Suzane Reinke, Vereadora do Município de Massaranduba; Sr^a Shirlei Cardoso, neste ato representando o Sr. Eurides Luiz Mescolotto, Presidente da Eletrosul; Sr^a Lucélia Maria Araldi, neste ato representando o Exm^o Sr. Paulo Bauer, Senador da República; Sr^a Elaine Otto, Secretária-Geral do PPS Florianópolis; Sr. Jefferson Fonseca, Presidente do Instituto Teotônio Vilela – Santa Catarina; Sr^a Stella Maris Duarte, neste ato representando

do a Exm^a Sr^a Juliana Rigo, Secretária de Saúde do Município de Blumenau; Sr^a Ivete Maria Daniel Olivo, neste ato representando a Sr^a Eliane Luzia Schmidt, Superintendente Regional Sul do INSS; Sr^a Nilta Lídia Espindola Santos, neste ato representando o Exm^o Sr. Clécio Antônio Espezim, Secretário de Saúde do Município de Florianópolis; Padre Pedro Keller, neste ato representando o Imperial Hospital de Caridade e o Arcebispo Metropolitano Dom Wilson Tadeu Jönck; Sr^a Neusa Teresinha Teixeira Ramos, da Rádio Comunitária Canelinha FM do Programa Mulheres em foco; Sr^a Estela Maris Cardoso, Vice-Presidente Nacional da União de Negros pela Igualdade; Sr^a Mirtes Piovesan, Presidente do Conselho Estadual do Direito das Mulheres; Sr^a Isolete Rottini, Conselheira da Mulher do Município de Joinville; Sr^a Edite da Silva, Gerente da Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Coordenadora Municipal do Programa de Plantas Medicinais e fitoterápicas.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que foi instalada pelo Congresso Nacional e é presidida pela Deputada Federal Jô Moraes, terá 180 dias para debater falhas na aplicação da Lei Maria da Penha, encontrar soluções para que as mulheres vítimas de agressões sejam protegidas. Além de discutir os problemas que envolvem a implantação da Lei Maria da Penha no Estado, a CPMI também objetiva contribuir para a municipalização das ações de combate à violência contra a mulher. O Colegiado, que será formado por 12 Senadores e 12 Deputadas, irá apurar a denúncia de omissão do Poder Público quanto à aplicação de instrumentos legais criados para a proteção das mulheres.

Ao término dos trabalhos, a CPMI vai sugerir a adoção de políticas públicas relacionadas ao assunto.

Convido a Exm^a Deputada Ana Paula Lima para a condução dos trabalhos.

A SR^a ANA PAULA LIMA – Muito boa tarde a todas, a todos. Primeiramente, cumprimento a Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, para investigar a implementação da Lei Maria da Penha. Muito bem-vinda ao Estado de Santa Catarina. Também um cumprimento muito especial à Senadora Ana Rita, à Deputada Carmen Zanotto, à Deputada Luci Choinacki, bem como à Deputada Angela Albino, aqui representando a bancada feminina da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A bancada feminina da Alesc elaborou um calendário de encontros regionais sobre a violência doméstica contra a mulher, em parceria com a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Ministério Público Estadual, aqui representado pela Dr^a Maria Amélia, com o Fórum Es-

taful Maria da Penha e Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de Brasília.

Vamos ter sete encontros regionais sobre a violência contra a mulher.

Neste momento, peço à assessoria que passe um vídeo, para que todos possam ter conhecimento de onde serão esses encontros, e alguns dados sobre Santa Catarina.

(Apresentação de vídeo)

A SR^a ANA PAULA LIMA – A bancada feminina da Assembleia Legislativa, composta por quatro Deputadas – esta Deputada, Ana Paula, Deputada Angela Albino, Deputada Luciane Carminatti, Deputada Dirce Heiderscheidt, Deputada Ada de Luca, que, neste momento, é a Secretária de Justiça e Cidadania.

Senhoras e senhores, desde o nosso primeiro mandato, Deputada Jô, temos priorizado as questões de gênero e denunciado a omissão do governo do Estado de Santa Catarina nas políticas de proteção às nossas mulheres. Temos discutido constantemente com os movimentos de mulheres as questões que afetam o seu cotidiano, as quais têm que ser, ao mesmo tempo, mães, esposas, trabalhadoras, cuidadoras e filhas.

Realizamos três conferências de políticas para as mulheres nas instâncias municipais, estaduais e nacional, que reuniram milhares de mulheres da área rural, urbana, indígena, quilombola e das florestas.

No Legislativo catarinense, criamos, em 2009, a bancada feminina e somos quatro mulheres representando 10% do Parlamento catarinense. Contudo, nesses anos, temos vivenciado a omissão do governo do Estado, Prof^a Miriam Grossi, em relação à construção e à execução de políticas públicas voltadas para as mulheres.

No que se refere aos equipamentos públicos para coibir e erradicar a violência contra a mulher, previstos na Lei Maria da Penha, em Santa Catarina, simplesmente o governo do Estado de Santa Catarina ignora. O único construído foi no Município de Rio do Sul e nunca entrou em funcionamento e, neste momento, encontra-se abandonado.

Somente no ano passado, o Estado somou, pelos dados já verificados pelo que fez a assessoria da bancada feminina, nesse momento anterior, 41.970 ocorrências, segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública. Dessas, 31.317 são ameaças, lesões corporais, estupros, tentativas de estupro, tentativas de homicídios e homicídios, e as vítimas são mulheres.

Foram 11.579 boletins de ocorrência registrados de violência contra a mulher, em Santa Catarina, de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, contra 9.623 registros feitos em igual período no ano anterior, ou seja, em 2010.

Em 2007, Santa Catarina registrava um crime contra a mulher a cada duas horas e 45 minutos. Em 2011, passamos a um crime a cada 46 minutos. A violência contra a mulher, no nosso Estado, chega às raias do absurdo.

Segundo a Coordenadoria estadual da Mulher, existem 23 delegacias especializadas de atendimento à Mulher no Estado de Santa Catarina.

As delegacias ditas especializadas de atendimento à mulher, na verdade, de fato, são delegacias de proteção à mulher, à criança, ao adolescente e ao idoso, ou então são delegacias que atendem todos os delitos, reservando uma sala para ao atendimento à mulher em situação de violência.

Interessante ainda ressaltar que as delegacias funcionam em horário comercial, das oito às dezoito horas, Dr. Alexandre. Não funcionam à noite. Em finais de semana e feriados, são fechadas. O fato é que, nestes períodos, noite, finais de semana e feriados, que ocorrem a grande maioria de ataques e agressões às mulheres. Nesses horários, depois das dezoito horas, só funciona o 190, da Polícia Militar, além da absoluta ausência de funcionários, escrivães, policiais e da capacitação para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Concluimos, então, que não existe nenhum organismo público que congregue dados referentes à violência doméstica contra a mulher, bem como não segue normatização definida pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

Convém ainda destacar que Santa Catarina foi o penúltimo Estado da nossa Federação a assinar o Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher. Isso aconteceu em novembro do ano passado. Contudo, esse pacto não saiu do papel. Este ano, já se realizou a repactuação em quatro Estados, que prevê recursos para a instalação de equipamentos sociais, como delegacias, casas abrigos, centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência, formação e capacitação de pessoal para promover a intersectorialidade entre as políticas públicas. Nada disso Santa Catarina acessou.

Para inferir, esperamos que, com a vinda da CPMI ao Estado de Santa Catarina, Deputada Jô Moraes, o governo do Estado não se omita mais em relação às políticas públicas para as mulheres, e principalmente no enfrentamento à violência doméstica.

Por isso, conclamamos o governo do Estado fazer a sua parte como gestor das políticas públicas para as mulheres. A bancada feminina desta Casa, juntamente com o Ministério Público e o movimento de mulheres, está realizando neste mês de maio os encontros regionais, como vocês já tiveram a oportunidade de

verificar, e o próximo será no dia 11, no Município de Criciúma, para debater a violência doméstica contra a mulher no Estado, com o objetivo de traçar uma radiografia da implementação da Lei Maria da Penha em Santa Catarina.

Se a CPMI nos permitir, Deputada Jô Moraes e Senadora Ana Rita, gostaríamos de encaminhar esse relatório, que provará a omissão total por parte do Executivo estadual, e encaminhado depois a V. Ex^{as}.

Quero dar os parabéns às valorosas Deputadas Jô Moraes, Carmen Zanotto, Luci Choinacki, nossa Senadora Ana Rita, que estão percorrendo o nosso País em defesa de mulheres e homens que sonham com um mundo sem violência.

Muito obrigada por estarem no Estado de Santa Catarina. Muito obrigada pela vinda aqui, para fazer esse diagnóstico neste Estado.

Neste momento, passo a palavra, então, à Presidente da CPMI, Deputada Jô Moraes.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Muito obrigada a todos e a todos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaria de agradecer ao Exm^o Sr. Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que cedeu este espaço tão privilegiado para que a CPMI instalasse os seus trabalhos; à bancada feminina a enorme parceria; à Deputada Ana Paula Lima, coordenadora; à Deputada Angela Albino; à Deputada Dirce Heiderscheidt; e a Deputada Luciane Carminatti, por terem compartilhado conosco esta oportunidade; a todas as entidades e instituições presentes, às autoridades que atenderam ao nosso convite para construir conosco uma nova política, mais ousada, mais agressiva, de combate à violência contra a mulher; agradecer, especialmente, às Deputadas Carmem Zanotto e Luci Choinacki, que, na CPMI, não só partilham permanentemente das nossas preocupações como também foram ágeis na apresentação do requerimento para que o Estado de Santa Catarina fosse o terceiro Estado visitado por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Parabéns à Deputada Luci Choinacki, à Deputada Carmen Zanotto pelo trabalho que realizam neste Estado.

Declaro aberta a 13^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão, por parte do Poder Público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Antes de passar a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita, gostaria de agradecer especialmente aos servidores do cerimonial, aos servidores da assessoria de imprensa e a todos os demais servidores desta Casa que, sem dúvida nenhuma, tornam o trabalho dos parlamentares o mais eficaz possível.

Com a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Boa tarde.

Quero inicialmente cumprimentar todas as colegas aqui presentes, a Deputada Luci Choinacki, a Deputada Ana Paula, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Jô Moraes e a Deputada Angela Albino. Agradeço também à Deputada Jô Moraes que, juntamente comigo, tem se esforçado para cumprir com esse cronograma que nós apresentamos nas primeiras reuniões da CPMI por ocasião do nosso planejamento, da nossa programação de trabalho. Quero também agradecer a todas as autoridades que se fazem presentes.

Inicialmente quero informar que, hoje pela manhã, fizemos algumas visitas importantes aqui no Estado. Logo cedo, fomos à 6ª DP para conhecer de perto o funcionamento da delegacia e conversar com a delegada responsável pela delegacia. Em seguida, estivemos no Centro de Referência, que naquele momento, nos garantiu repassar algumas informações que, logo a seguir, nos enviou algumas informações sobre o atendimento realizado naquele Centro de Referência. Também estivemos no Tribunal de Justiça conversando com o Presidente do Tribunal, com os desembargadores que lá estavam e, em seguida, tivemos uma reunião com as entidades da sociedade civil, que fizeram um relato da situação, do atendimento aqui no Estado de Santa Catarina. Então quero aqui fazer um agradecimento a todas as pessoas que colaboraram para que esta manhã pudesse se viabilizar.

Nesta introdução, também quero fazer um esclarecimento para todas as pessoas aqui presentes, que estão acompanhando o nosso trabalho. Esta audiência pública que nos propomos realizar aqui e que estamos realizando em todos os Estados tem um caráter diferenciado das audiências públicas que normalmente estamos acostumadas a participar. Esta audiência pública tem o caráter de inquirir às autoridades locais para que prestem os devidos esclarecimentos que a CPMI necessita para construir o diagnóstico da situação de violência que vivem as mulheres do nosso País.

No primeiro momento, nós encaminhamos para as autoridades aqui do Estado de Santa Catarina diversos pedidos de informação: para o Poder Executivo, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público e para a Defensoria Pública. Nós só recebemos o retorno do Tribunal de Justiça durante a visita que fizemos hoje

pela manhã. Nós não recebemos o retorno por parte do Governo do Estado, do Ministério Público nem das Defensorias Públicas, as quais ficamos sabendo que não estão funcionando, que não existem. Quer dizer, essas informações não chegaram. Mas é importante que as informações que solicitamos cheguem a esta CPMI hoje à tarde. Se elas não chegarem hoje à tarde, teremos que tomar outras providências. *(Pausa.)* Quero fazer este esclarecimento: o caráter desta audiência pública é o de inquirir, de cobrar das autoridades. Não é o de fazer apenas um debate sobre a situação das mulheres que são vítimas de violências, mas o de inquirir as autoridades para que prestem realmente as informações que a CPMI estão exigindo.

Vou fazer aqui uma introdução e depois, Deputada Jô, vou fazer alguns questionamentos. Como Relatora, eu preciso dessas informações que estamos solicitando a todos os Estados e aqui, é claro, como existem algumas especificidades, vamos também fazer algumas perguntas mais específicas sobre este Estado.

A violência contra mulheres é um dos mais graves impeditivos ao pleno exercício da cidadania feminina. Além disso, ela dificulta o desenvolvimento econômico do País, impacta negativamente a saúde pública, impede o aprofundamento da democracia no Brasil e tem profunda repercussão na vida cotidiana das mulheres. Há vários obstáculos à superação da violência contra as mulheres, como a cultura institucional de violação aos direitos das mulheres, o sistema patriarcal institucionalizado, o senso comum dos juristas e a omissão do Estado. Foi exatamente para investigar essa omissão estatal que a CPMI foi criada.

A CPMI é um instrumento do Congresso Nacional para investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar as denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Por esse motivo e por requerimento das Deputadas Luci Choinacki e Carmen Zanotto é que nós estamos aqui para investigar o tratamento que as mulheres de Santa Catarina estão recebendo do Poder Público.

Para tanto, as informações prestadas pelos Estados são fundamentais ao nosso trabalho. Lamentamos o fato de não termos recebido com antecedência as informações oficiais das instituições públicas do Estado de Santa Catarina. Até o presente momento, o Poder Executivo Estadual, o Ministério Público e a Defensoria Pública que, neste Estado, não existe, não remeteram as informações solicitadas. Diante disso, estamos concedendo um prazo de uma semana, a partir de hoje, para que essas instituições nos forneçam as informações. Se essas informações não chegarem no

prazo estipulado, nós convocaremos as autoridades deste Estado para que prestem essas informações em Brasília. (*Pausa.*) Então serão convocados. Aqui foram convidados, mas, para Brasília, serão convocados para prestar os devidos esclarecimentos.

É dever dos Poderes Públicos – do Executivo, do Judiciário e também do Legislativo – atuar para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. O Congresso Nacional está fazendo a sua parte ao criar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, assim como fez ao criar a Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha.

Os índices de violência no Brasil são assustadores e deveriam envergonhar todos os gestores e todas as instituições públicas. A complexidade da violência doméstica e as novas vulnerabilidades expõem as mulheres a diferentes formas de violência, como, por exemplo, o que ocorre com o *crack* e a criminalidade organizada. Os Poderes Públicos deve ser capazes de responder a essas novas violências e prevenir essas vulnerabilidades.

Da mesma forma, as diferenças entre campo e cidade, assim como os marcadores de raça e etnia, idade, orientação sexual, deficiências, entre outros, impõem que se pense no acesso de todas as mulheres aos serviços públicos. De acordo com o Instituto Sangari, nos últimos dez anos, houve um aumento do número de mortes violentas de mulheres e desde 1997, observa-se uma taxa mais ou menos constante. Isto é, morrem mais de quatro mil mulheres anualmente no Brasil. Diminuir a taxa de “femicídios” é um desafio que os Estados devem perseguir com obstinação. Embora Santa Catarina ocupe a 23ª posição no *ranking* nacional, a falta de equipamentos públicos nos permite deduzir que esses dados espelham, antes, a subnotificação dos casos do que uma situação de harmonia social em igualdade de gênero.

Passo agora para alguns questionamentos iniciais que preocupam a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e faço esses questionamentos às autoridades aqui presentes – e espero que todos estejam aqui representados. Depois a Deputada Jô vai, com certeza, convidá-los a responder. Eu vejo aqui o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e duas representações do Poder Executivo. Vou fazer as perguntas. À medida que vocês sentirem necessidade, vão registrando para depois responderem e, se precisar, depois repasso minhas anotações aqui.

Santa Catarina é um Estado com 293 Municípios e uma população de seis milhões de habitantes, no qual mais de 50% são mulheres. Contudo, segundo levantamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, existem apenas duas delegacias especializadas em

atendimento às mulheres e 18 delegacias comuns com alguma forma de atendimento especializado à mulher. Sobre esses números, há diferenças aqui. Recebemos informação mais cedo de que há cinco delegacias. No entanto, a informação que temos, por parte do Governo Federal, é de que existem apenas duas. É importante que vocês depois se manifestem, colocando exatamente qual é a quantidade de delegacias especializadas de atendimento à mulher aqui no Estado.

As delegacias são importantes equipamentos para recebimento das ocorrências das mulheres. Ressalto que as delegacias especializadas foram criadas para atender bem às mulheres. No entanto, para que elas sejam adequadamente atendidas é necessário capacitação permanente dos policiais e uma abrangência territorial cada vez maior. Hoje pela manhã, na diligência que realizamos, chamou-nos a atenção o fato de que nenhuma delegacia especializada atende exclusivamente a mulheres. Todas atendem, além de mulheres, a crianças, adolescentes, idosos. Essa junção de vulnerabilidades no espaço das delegacias especializadas de atendimento às mulheres desvirtua totalmente a finalidade para as quais foram criadas. Além disso, expõe as mulheres a riscos desnecessários, pois no mesmo espaço estão mulheres agredidas e adolescentes em conflito com a lei. Foram-nos relatado casos em que mulheres estavam buscando ajuda na delegacia quando um grupo de adolescentes invadiu a delegacia para resgatar o colega que fora apreendido.

A CPMI considera inaceitável a existência de delegacia híbrida, que mistura atendimentos e que pode colocar em risco a vida das mulheres. Diante disso, faço aqui algumas perguntas. Como a Secretaria de Segurança Pública resolverá esse problema em curto prazo? Quando o Estado de Santa Catarina e Florianópolis terão delegacias exclusivas para as mulheres? Há dotação orçamentária este ano para essa finalidade? Quantos cursos de capacitação foram ofertados aos profissionais do Estado e qual o número de profissionais capacitados? A capacitação é permanente? De quanto em quanto tempo é oferecida? Os policiais militares também recebem capacitação? Qual o orçamento que a Secretaria de Segurança destinou, em 2011, para a implementação das delegacias da mulher no interior? Qual a estrutura das delegacias comuns que recebem registro de violência contra as mulheres? Há servidores em número suficiente? Quando falamos em servidores em número suficiente não são apenas policiais, escrivãs e delegadas, mas também técnicos da área social, como assistentes sociais e psicólogos, para que possam fazer o atendimento multidisciplinar.

No Registro de Ocorrência Policial, há campo de identificação para os crimes previstos na Lei Maria

da Pena? Quantas medidas protetivas são encaminhadas mensalmente ao Poder Judiciário? Quantos inquéritos são encaminhados ao Ministério Público? Quantas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher efetivamente existem no Estado? Quantas estão equipadas e em funcionamento? Qual o efetivo dessas delegacias? Que tipo de formação esse efetivo teve?

Agora, vou fazer alguns questionamentos com relação à violência sexual contra as mulheres. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher não foram criadas para tratar especificamente da violência doméstica, mas de toda e qualquer violência contra as mulheres. Na diligência desta manhã, ficamos sabendo que a Delegacia da Mulher da Capital atua, de forma conjunta, com as unidades de saúde no que se refere ao atendimento a mulheres que sofreram violência sexual. Esse procedimento poderia ser detalhado? O protocolo utilizado no atendimento é proveniente do Estado ou do Município de Florianópolis? Como é o atendimento no restante do Estado? Que providências estão sendo tomadas para que as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher tenham estrutura para realizar plenamente sua atividade, incluindo o registro e a investigação dos crimes sexuais? Que hospitais estão realizando o serviço de abortamento legal na Capital e no interior? Esses equipamentos cobrem todo o Estado?

Trato, agora, dos Juizados de Violência Doméstica. A Lei Maria da Pena determina que o Poder Judiciário instale as Varas ou Juizados de Violência Doméstica contra as Mulheres com equipe multidisciplinar. Pergunto: qual a perspectiva para a criação de Varas no interior do Estado? Faço também outra pergunta: quantas Varas existem hoje no Estado? Peço que se especifiquem quantas Varas existem na Capital, na região metropolitana e no interior. As Varas especializadas têm dupla jurisdição, criminal e familiar, como determina a Lei Maria da Pena? Ainda no que se refere à violência doméstica, quantos agressores foram condenados nos últimos quatro anos? Das medidas protetivas solicitadas, quantas foram concedidas? As medidas estão sendo concedidas no prazo legal? Quantos processos tramitam nas Varas especializadas?

Com relação à Rede Especializada de Atendimento, conforme informação da Secretaria de Mulheres, existem apenas três Casas-Abrigo no Estado, que possui 293 Municípios. Pergunto: qual a média mensal de mulheres atendidas em cada uma delas? Elas são capazes de cobrir a demanda de todo o Estado? Se não são capazes disso, quando serão instaladas novas unidades? Como a transversalidade de gênero, de raça e de orientação sexual e as deficiências são incorporadas nas políticas de acolhimento às mulhe-

res? Que medidas têm sido desenvolvidas para integrar as mulheres soropositivas nas políticas públicas, já que o HIV/Aids, hoje, se apresenta como fator de vulnerabilidade das mulheres?

Também só existem cinco Centros de Referência. Qual é a proposta do Governo para ampliar o número desses serviços, para que possam atender a todas as mulheres?

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Estado terá de constituir a Defensoria Pública até o próximo ano, pergunto: como está a preparação dessa constituição da Defensoria Pública? Como funciona a Defensoria dativa? Quantos profissionais trabalham no atendimento às mulheres por esse modelo? Qual procedimento é tomado quando uma mulher dá entrada em emergências hospitalares após sofrer violência doméstica? Quem é notificado? Onde estão esses dados?

Por último, trato dos organismos de atendimento às mulheres, que são peças-chaves na implantação de políticas públicas com transversalidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, entre outros marcadores.

Existem, atualmente, apenas seis Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres e uma Coordenadoria estadual. Que medidas estão sendo tomadas para incentivar a criação dos Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres nos mais de 290 Municípios? Qual o orçamento do Estado destinado à política de enfrentamento à violência contra as mulheres desde a criação da Coordenadoria?

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher é um organismo de controle social e deve participar da elaboração das políticas. Qual tem sido a participação do Conselho na elaboração e monitoramento das políticas públicas? Quais campanhas de mídia sobre violência doméstica contra a mulher foram veiculadas pelo Estado? Por quais meios elas foram veiculadas? Há banco de dados sobre a violência contra a mulher no Estado? Há sistematização dos dados de violência das notificações compulsórias?

Com relação aos relatórios obtidos nas três de Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres ocorridas, quais ações foram implantadas? Como esses textos estão conduzindo as políticas públicas nos Estados?

Como a Coordenadoria atuou no caso da mulher que foi colocada frente a frente com seu agressor, sob a vigência de medida protetiva, para com que ele se conciliar diante de câmeras e programas de TV? Alguma ação foi tomada para esse caso? Que medidas legais o Ministério Público tomou contra essa exposição indevida?

São essas as questões que trago para vocês.

Quero aproveitar este primeiro momento para dizer que recebemos da Secretaria Estadual da Mulher e da União Geral dos Trabalhadores uma correspondência que nos traz uma foto do Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Rio do Sul, que está completamente paralisado. É uma obra bonita e grande, mas está completamente abandonada. É importante que vocês também se manifestem sobre isso, para sabermos se há previsão de retomada desses serviços, se há a criação de uma equipe multidisciplinar. Enfim, é importante que quem puder responder a essas questões se manifeste.

Aproveito também a oportunidade para dizer do Centro de Referência próximo à 6ª DP. Trouxe-nos aqui a assistente social Luciana de Oliveira Plaza informações sobre o atendimento, mas são informações de um único Centro de Referência, são informações de apenas um equipamento. Precisamos de informações completas de todo o atendimento ofertado pelo Estado às mulheres que estão em situação de violência.

São esses dados, essas informações que gostaríamos de obter por parte dos nossos convidados.

Era isso o que eu tinha a dizer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)
– Obrigada, Senadora.

Registramos também a presença de Alcenira Vanderlinde, da União Brasileira de Mulheres.

Agora, vamos ouvir as instituições e as entidades.

Queremos lembrar, em primeiro lugar, que não se esgota a informação na fala oral. Aguardamos que seja anexado o conjunto dos relatórios, já que o tempo é curto para que vocês possam apresentar todas as informações.

Em segundo lugar, cada instituição, cada setor disporá de até 20 minutos para fazer sua exposição. Em alguns casos em que há mais de uma representação, teremos de dividir esse tempo.

Lembro que o aviso automático é dado para que se possam concluir os trabalhos. O aviso será dado automaticamente 30 segundos antes do término do tempo.

Queremos, então, em primeiro lugar, convidar a usar da palavra, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Dutra, o Exmº Sr. Juiz Júlio César Ferreira de Melo, que dividirá seu tempo com o também Sr. Juiz Corregedor Alexandre Karasawa Takashima.

O SR. JÚLIO CÉSAR FERREIRA DE MELO – Boa tarde, Senadora!

Boa tarde, Deputada Federal Jô, prezadas Deputadas, autoridades e plateia aqui presente, eu vou falar sobre a Presidência do Tribunal, que nós criamos lá.

Em 2008, quando eu fui convidado para exercer a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria, nós criamos,

já na gestão do Desembargador Trindade dos Santos, duas coordenadorias com três núcleos, a saber: a da infância e da juventude, a de execução penal e a da violência contra a mulher. Em 2010, fui convidado pela Ministra Eliana Calmon para fazer parte de sua equipe no Conselho Nacional de Justiça. Então, fui a Brasília, fiquei quase dois anos e retornei para cá este ano. Ficou no meu lugar o Dr. Alexandre Takashima. Retornamos agora e aprovamos a resolução, criando de forma definitiva, no âmbito do Tribunal de Justiça, a Coordenadoria da Infância e da Juventude, já no ano passado, e neste ano, então, a coordenadoria da violência contra a mulher e também a Coordenadoria de Execução Penal.

Cada uma delas possui núcleos. São três núcleos. Cada núcleo desses – infância e juventude, execução penal e Maria da Penha, violência contra a mulher – é composto por seis juízes de cada região do Estado de Santa Catarina. Então, nós temos juízes do Sul, do Oeste, do Norte, do Planalto Serrano. Em cada região, nós temos um juiz que representa a sua região. Esses juízes se encontram mensalmente no Tribunal de Justiça, ocasião em que se discutem políticas públicas voltadas, no caso, para a violência contra a mulher.

Muito há que ser feito. O trabalho realmente é volumoso, a coordenadoria. Nós temos uma funcionária valorosa aqui, a Tânia, que chefia o órgão lá. Portanto, essas políticas precisam ser colocadas em prática, e é muito importante, então, a participação dos três Poderes.

O Presidente do Tribunal não pôde estar presente em virtude do falecimento, na parte da manhã, de um grande amigo nosso, um colega Juiz, Wilton Cunha, que será enterrado daqui a pouco, daqui a mais ou menos quarenta minutos.

Mas, de qualquer maneira, Deputada, Senadora, prezadas Deputadas, o Tribunal de Justiça não se furta à parceria, não se furta às informações. Queremos deixar claro que temos a nossa porta aberta na Coordenadoria da Infância – nas três – para a apresentação de propostas, de projetos, de trabalho conjunto, de críticas, do que pode ser melhorado no sistema judicial, o que o tribunal pode fazer para melhorar a criação de mais Varas. Sei que é preciso. Equipes multidisciplinares em cada uma dessas Varas de atendimento à mulher, como já temos na Infância, como já temos na Execução Penal, funcionando muito bem. Precisamos aperfeiçoar e melhorar a parte que toca à violência contra a mulher, mas isso já está sendo feito.

Um detalhe: o nosso Estado foi o primeiro da Federação a criar uma coordenadoria. Eu digo isso até com uma certa ponta de orgulho, porque um dos motivos do meu convite para o CNJ partiu exatamente

te disso, da preocupação que nós tínhamos na época com a execução penal, com a infância e juventude e com a violência contra a mulher. Trabalho esse que foi belissimamente bem conduzido depois pelo meu colega Takashima, que está aqui presente.

Então, o tribunal, já há alguns anos, vem se pre-ocupando, sim – isto não é de hoje e vai continuar –, com essas questões.

Como dissemos hoje para a senhora, Senadora, não há nenhuma possibilidade de que algum trabalho dê certo sem a conjugação de esforços entre os três Poderes. Isso não existe. Não se pode mais trabalhar hoje fechado, numa redoma. A senhora tem alguns dados que nós já lhe passamos, e aquela ideia antiga, atrasada, de que o juiz poderia se fechar na sua sala, de que o Poder Executivo não precisava fazer nenhuma parceria, nem o Legislativo, isso é absolutamente ultrapassado. Nós precisamos de delegacias de polícia especializadas, que levem ao Judiciário efetivamente e que levem todo e qualquer caso ao Judiciário, para que os juízes possam apurar. As medidas são deferidas em prazo exíguo, mas nós precisamos de locais para que essas vítimas sejam amparadas e tenham o trabalho de equipes multidisciplinares, para que elas não se sintam sozinhas, muito menos abandonadas, porque a violência não começa dentro de casa apenas. Ela tem início na rua ou em casa, mas ela continua. Há uma sequência disso. Ela não trabalha no Judiciário, ela não se encerra no Judiciário. Ali, ela tem uma continuidade. Se não houver um trabalho rápido e urgente por parte da Polícia, do Ministério Público, do juiz, do Poder Executivo, para abrigar essas pessoas com atendimento efetivo nas áreas em que elas precisam – psicólogos, psiquiatras, médicos, assistentes sociais, porque não é um problema isolado; é um problema familiar também –, não vai funcionar. Não pode funcionar.

Então, o Presidente pediu para que eu deixasse claro a todos e a todas sobre a necessidade de que o Tribunal busque esses núcleos para ofertar ideias, para apresentar ideias, para que possamos, juntamente com os diversos órgãos que temos aqui da sociedade civil organizada, fazer com que esses núcleos caminhem e andem. Chegando ao Judiciário, eles serão encaminhados a esses juízes, ao próprio Tribunal e à Corregedoria – daqui a pouco vocês vão ouvir o nosso Takashima – para que efetivamente possamos melhorar isso.

Então, fica aqui a sugestão de que efetivamente possamos ser procurados para as parcerias necessárias.

O Tribunal está de portas abertas, parabeniza a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e colocamos-nos novamente à disposição.

O Takashima agora vai usar da palavra para explicar um pouquinho sobre as Varas, e eu, daqui a pouco, vou ter que me ausentar. Se der, ainda volto. Vou ao enterro, mas tentarei voltar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Dr. Julio.

Com a palavra o Sr. Juiz Alexandre Karazawa Takashima, Juiz Corregedor, neste ato em que representa o Exmº Sr. Vanderlei Romer, Corregedor-Geral da Justiça.

O Exmº Sr. Juiz terá doze minutos, complementando o até vinte minutos da instituição.

O SR. ALEXANDRE KARAZAWA TAKASHIMA – Certo.

Boa tarde a todos! Assumi a função de Juiz Corregedor nesta semana, e uma das minhas atribuições foi justamente a questão da violência doméstica.

O nosso Tribunal de Justiça, já respondendo a algumas das indagações, tem um sistema de automação judiciária que faz todo o controle de todas as ações que envolvem violência doméstica. Em relação a esses dados estatísticos, já temos controle de distribuição, número de processos distribuídos, ações penais e medidas protetivas em andamento, liminares concedidas, sentenças condenatórias e arquivadas definitivamente.

Como observado pela Senadora, nós temos um problema com relação ao controle de prazos de concessão. Isso eu vou levar ao conhecimento do Desembargador Corregedor-Geral, porque nós precisamos criar esse mecanismo para acrescentar no nosso sistema de automação judiciária.

O sistema de plantão também funciona para o atendimento das medidas protetivas. Com relação ao ano passado, das de janeiro a dezembro do ano passado, em Santa Catarina, foram distribuídas, entre inquéritos, medidas protetivas e ações referentes à Lei Maria da Penha, 18.661 processos.

Com relação às sentenças condenatórias, daqueles 18.000 processos iniciados, tivemos apenas 726 condenações. Foram concedidas liminares de medidas protetivas, 2.802 liminares, e estão em andamento 1.219 ações penais que envolvem violência doméstica.

Em conversas com o Desembargador Vanderlei Romer, nesta semana, ele já me determinou fazer a fiscalização de todas as unidades do Estado. Neste ano, nós pretendemos visitar 30% das unidades do Estado, em geral, e todas as específicas de violência doméstica, infância e juventude e execução penal.

Atualmente, eu sou o quinto Juiz Corregedor. Eram quatro juízes corregedores, e eu vim justamente para atuar nestas três áreas: violência doméstica, execução penal e infância e juventude. E uma das

metas prioritárias é justamente essa questão da verificação *in loco* de todos os processos referentes à violência doméstica. Já vou pedir autorização para o Desembargador Vanderlei Romer para que eu possa também fazer esse controle de prazo de concessão das medidas, conforme sugestão apresentada nesta audiência pública. Realmente, esse era um dado sobre o qual nós não tínhamos controle. Essa sugestão apresentada pela Senadora, vou levar para o Desembargador Vanderlei Romer, e acredito que certamente ela vai ser acatada.

Dentro da proposta de capacitação, também conversando com o Dr. Júlio Melo, a nossa ideia é realizar um encontro com todos os juízes da violência doméstica do Estado.

Aproveito este espaço para dizer que, no ano passado, participei do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Estavam juízes, promotores, defensores públicos e advogados, em Cuiabá. Este ano vai ser em Roraima. E, em todos esses encontros, sempre se pergunta onde vai ser o próximo encontro. Em Cuiabá, sugeriram que fosse feito aqui, em algum dos Estados do Sul. Nós não estávamos preparados e gostaríamos de, de repente, já aproveitar a oportunidade para articular com o Legislativo e o Executivo, juntamente com o Judiciário, para que possamos trazer o Fórum Nacional de Violência Doméstica, de repente, em 2013, para Santa Catarina. Já houve no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em Cuiabá, está indo para o Norte, e está faltando um evento no Sul. Talvez Santa Catarina possa acolher esse evento. Acho que é um espaço importante que podemos utilizar, trazendo representantes de todo o Brasil para debater essa matéria.

Por fim também, acho que uma sugestão que pode ser colocada – tenho pensado muito na questão da violência doméstica – é que nós estamos numa posição muito passiva. Nós estamos sempre esperando que o problema bata às nossas portas, que a vítima venha nos procurar. Na verdade, acho que temos que ter uma posição mais proativa. Nós temos que começar – até em decorrência da posição do STF, no ano passado, de que são ações públicas incondicionadas, que, independentemente da vontade da vítima, na verdade é um direito tutelado pelo Estado – a mudar a visão que nós temos de aguardar o problema chegar até nós e começar a ter, justamente via rede articulada, saúde, educação, habitação, todas as secretarias e todos os Poderes, esses dados e esses diagnósticos com relação à violência doméstica aqui no nosso Estado. Nós temos agentes de saúde que visitam todas as casas, todas as residências. Nós temos centros de referência que também estão bem articulados no Estado. Estamos

fazendo esses levantamentos, e acho que nós podemos mudar essa nossa política de passivo para uma atitude mais ativa, e nesse ponto é que, tanto por parte do Dr. Júlio, quanto da minha parte, eu acho que Presidência e Corregedoria estão abraçadas nessa ideia de que não basta apenas, como sabiamente colocado, uma estrutura sem uma capacitação e sem uma melhoria na dinâmica com relação à violência doméstica. É um problema que atinge a todos.

Eu atuei numa vara com competência de violência doméstica em Criciúma e vejo que, na verdade, estamos tratando de uma forma ainda muito amadora com relação a esse tipo de problema, não digo só por parte do Judiciário, mas de toda a rede de atendimento com relação à violência doméstica. Nós somos muito amadores com relação a isso. Nós temos de começar a ter uma mentalidade, uma sensibilidade com relação a esse problema, porque só através de... Eventos como este, capacitações e, talvez, o fórum nacional possam nos alavancar nessa questão de que não é um problema só do Estado, mas é um problema de todo mundo. Todo mundo pode contribuir e todo mundo...

Eu, particularmente, até cortando um pouco a frase, tenho uma filha de 15 anos, a Júlia. É o amor da minha vida e, conversando com ela sobre essa questão, vejo que, na verdade, nós precisamos evoluir para deixar de ser um tabu, começar a tirar essa máscara de que a violência nunca vai entrar no nosso lar.

Na semana passada, eu descobri que ela estava ficando, a primeira vez. Foi um certo choque e, daí, eu resolvi: “Não, eu preciso conversar com ela.” Daí, me caiu a ficha: poxa, ela tem um pai que foi juiz da violência doméstica e, infelizmente – culpa minha, isso eu tenho de admitir –, eu nunca tinha conversado com ela sobre violência doméstica.

Então, mais do que, talvez, simplesmente pensar no trabalho, eu acho que nós temos de, também, mentalizar isso como uma política de vida, um estilo de vida que nós precisamos passar para todo mundo. (*Palmas.*)

Dessa forma, encerro a fala e me coloco à disposição para o que for necessário.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos ao Dr. Alexandre, sobretudo por essa dimensão humana e cultural da fala dele, e convidamos para usar da palavra a Sr^a Maria Amélia Borges Moreira Abbad, Promotora de Justiça e membro do Grupo Nacional de Direitos Humanos na Comissão contra a Violência Doméstica, neste ato, representando o Exmo Sr. Lio Marcos Marin, Procurador Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, que disporá de

até 20 minutos, já que somente ela usará da palavra sobre o Ministério Público.

A SR^a MARIA AMÉLIA BORGES MOREIRA AB-BAD – Obrigada, Deputada. Boa tarde a todos e todas.

Senadora Ana Rita, Deputada Jô, bancada feminina, é com muita satisfação que o Ministério Público se faz presente nesta audiência pública.

Respondendo a sua pergunta no plenarinho, hoje de manhã, Senadora, o Ministério Público não está de braços cruzados.

Justamente por perceber o que foi abordado, hoje, no plenarinho, todas as mulheres lá presentes, o Ministério Público, angustiado com a realidade do Estado, procurou a bancada feminina, procurou a Deputada Ana Paula, que, prontamente, nos recebeu – e quando digo prontamente, foi prontamente mesmo, foi imediatamente – e articulou, já, essa reunião com a bancada feminina, e dessa reunião surgiu a ideia dos encontros regionais.

Da mesma forma como as senhoras estão fazendo, nós, Ministério Público, em parceria com a Assembleia Legislativa, pretendemos fazer nas regiões do Estado de Santa Catarina, porque somente, Senadora, vendo de perto é que se pode sentir, e é isso que se pretende fazer.

Hoje, nós temos dados – inclusive, trouxe os dados da Corregedoria e do Ministério Público, e, ao final, vou repassar para a senhora.

Posso adiantar, já que tenho um pouquinho de tempo aqui, das atividades relativas à área criminal, os dados estatísticos do ano de 2011, que reiteram a assertiva de que a atuação do Ministério Público de Primeiro Grau também continua em curva ascendente, fato esse que já vem sendo constatado nos últimos tempos.

No ano de 2011, as Promotorias de Justiça receberam para análise, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, 284.633 procedimentos, representando um aumento de 16,68% em relação ao total recebido no ano de 2010, quando foram registrados 243.937 procedimentos recebidos.

As Promotorias de Justiça, em face da carga recebida, ofertaram 33.575 denúncias, ultrapassando o volume do ano anterior em 427 peças, o que representa um aumento de 1,29% nas ações penais deflagradas, quando feita a comparação com o ano de 2010, correspondendo a um acréscimo de 35,58 denúncias, em média, por mês.

Das denúncias ofertadas, 3.345 ocorrências tratam de crimes contra a pessoa.

Analisando esses dados, só para se ter uma noção, dos tipos penais enunciados, a maior incidência

continua a ser no campo dos crimes contra o patrimônio, com 10.547 ocorrências, seguidos dos crimes do Código de Trânsito, com 4.693. Em terceiro, os crimes da lei de drogas, com 3.949, seguidos dos crimes de menor potencial ofensivo. Quanto à violência doméstica, foram realizadas 2.712 denúncias no ano de 2012.

Existem 13 mil processos tramitando, mas eu gostaria de ressaltar que isso são apenas números. São números que pouco nos dizem, no meu entender.

Nós temos, e vou entregar para a senhora também, os dados do 180: nós recebemos 20 denúncias, o Ministério Público recebeu e repassou 20 denúncias. Vinte denúncias são nada, quase nada, são muito pouco.

Dizer que existem... Eu não falei em número de procedimentos que foram arquivados. O que nos interessa, Senadora, é saber por que foram arquivados esses procedimentos, qual a razão. Então, as perguntas que a senhora fez no início, o Ministério Público vem fazendo. Por que foram arquivados? Essa vítima voltou à delegacia? Essa vítima foi à delegacia, e quantas vítimas não chegaram às delegacias? E de que forma essa vítima foi atendida numa delegacia?

Então, mais do que ter delegacias especializadas, penso que nós precisamos ter uma escuta que compreenda essa mulher nessa delegacia de polícia. Mais do que postos de saúde, nós precisamos ter um olhar que perceba que essa mulher que chegou, e que às vezes não chega, com o olho roxo está sofrendo violência, sim. Mais do que juizados especiais, especializados na violência doméstica, nós precisamos ter, lá, palavras de conforto. Mais do que centros de referência, nós precisamos que essa mulher que chega ao centro de referência seja devidamente amparada e orientada. Mais do que casa-abrigo, nós precisamos ter alguém, lá, que acolha essa mulher.

O Ministério Público instaurou inquérito civil cujo objeto é a implementação de programas e políticas que visem à prevenção, assistência e combate à violência doméstica de gênero, e recebeu a seguinte resposta do Município... Serei breve.

Em julho de 2009, a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, no intuito de adequar o Sistema Único de Assistência Social, hoje Lei Federal 12435/2011, orientada tanto pela Secretaria Estadual, bem como pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, oferta os serviços continuados previstos nos documentos que regulamentam o Creas, Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Dentre os cinco serviços apontados, tem-se o Pafefi, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, o qual prevê acompanhamento a qualquer indivíduo e sua família, os quais se encon-

trem em situação de ameaça ou violação de direitos, atuando juntamente com os órgãos de defesa e proteção, compondo, dentro do seu mister, o Sistema de Garantia de Direitos.

Nesse prisma, o Creas, unidade público-estatal de assistência social integrada do Suas e da Política Nacional de Assistência Social, PNAS, o qual é regido por uma série de normativas ao final descritas, vem acompanhando, integralmente, todas as mulheres – aqui, faço questão de mostrar que “mulheres” encontra-se sublinhado –, idosos, deficientes, crianças, adolescentes, homens e suas famílias em situação de vulnerabilidade, inclusive as relacionadas à Lei Maria da Penha.

Excelências, nós precisamos tirar isso do papel. Nós precisamos tirar a lágrima de sangue do rosto daquela mulher, e isso se faz, realmente, com trabalho em rede.

O Ministério Público, neste ano, já lançou essa campanha de enfrentamento à violência doméstica familiar, lançou um vídeo que está sendo veiculado – na TV da Assembleia, foi veiculado no mês de março – em todas as TVs aqui do Estado, divulgando o 180 e se colocando à disposição para fazer esse trabalho de articulação.

Estamos à disposição para fazer esse trabalho de articulação. Estamos à disposição, porque uma rede é composta de muitos nós, e basta um nó que esteja puído, que esteja desgastado, que não esteja suficientemente amarrado para que todos os peixes escapem. Isso a gente sabe.

Então, o Ministério Público está à disposição, está atento, está presente.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os presentes para o encontro nacional de promotores de Justiça, que vai ser realizado no final de novembro de 2012, não só dos promotores de Justiça, como da equipe disciplinar, em que sentaremos e conversaremos sobre temas bastante relevantes com relação ao enfrentamento à violência doméstica aqui no Estado.

Então, vou abrir mão do restante do tempo. Não sei se posso responder mais alguma pergunta agora ou se me sento.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A senhora pode usar o tempo necessário, porque as outras perguntas a senhora vai ter oportunidade de responder em tempo menor.

A SR^a MARIA AMÉLIA BORGES MOREIRA ABBAD – Certo.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós daríamos continuidade.

A SR^a MARIA AMÉLIA BORGES MOREIRA ABBAD – Penso que o panorama geral eu já disse o que

era preciso dizer, então, nesses encontros regionais que começaremos agora, no dia 11, com certeza, ao final desses encontros, teremos condições de apresentar um diagnóstico mais claro, porque os dados não são precisos. Infelizmente, nós não temos dados precisos. Não se tem como focalizar ou focar uma política se a gente não sabe o que está aqui, público. Exatamente, nós estamos dirigindo essa política.

Sabe-se, é claro que se sabe, que a maioria das mulheres sofre violência em virtude do abuso de álcool e outras substâncias. Isso é um dado, mas nós não fomos, não sabemos como está esse atendimento, não temos esses dados, mas vamos atrás desses dados e, ao final desse encontro, com certeza, serão repassados às senhoras.

Eu, de coração agradeço e dou as boas-vindas à CPMI da Maria da Penha, e digo que isto é uma luz no fim do túnel.

Esperamos encontrar também essa parceria no Governo Federal para que agente possa, realmente, fazer valer o que está na Lei Maria da Penha.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Procuradora Maria Amélia, a senhora vai já deixar os dados nesta oportunidade para está CPMI ou vai mandar um relatório?

A SR^a MARIA AMÉLIA BORGES MOREIRA ABBAD – Eu posso deixar os dados que eu tenho, ou como vocês preferirem.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Então, a senhora pode entregar os dados que estiverem prontos, depois pode complementá-los com algumas questões, pois a nossa relatora terá a oportunidade de reapresentar.

Agradecemos à Procuradora Maria Amélia.

Passamos a palavra a Sr^a Selma Elias Westphal, da Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM), que disporá de até 20 minutos.

A SR^a SELMA ELIAS WESTPHAL – Cumprimento todas as componentes da Mesa, as visitantes, e as Deputadas Federais e Estaduais.

Vou começar com uma frase que eu ouvi hoje pela manhã, da Deputada Carmem: “A lei está aí. Agora é preciso que se encontre o caminho, que se percorra um caminho para se fazer cumprir a lei”.

Quero dizer às senhoras, que a Coordenadoria de Política para as Mulheres tem a função de articular as ações. Como membro de articulação, assim está expresso na lei, nós somos articuladores. Então, nós fizemos o quê?

Nós temos hoje, em Santa Catarina, 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional. Então, solicitamos que em cada Secretaria tivesse uma representante

da Coordenadoria, porque entendemos que, através desta ação, nós teríamos dos dados das regiões com maior precisão. Cada representante da Coordenadoria lá da sua região conhece, de forma peculiar, as suas realidades.

Então, essa foi a nossa primeira ação.

A nossa segunda ação foi que, quando nós assumimos, estávamos em um ano de conferência. Percorremos o Estado em quase sua totalidade. Dos 293 Municípios catarinenses, 216 tiveram conferências municipais ou regionais, ou seja, participaram das regionais. Então, parece-me que Santa Catarina foi uma referência quanto à mobilização das mulheres para as suas conferências.

Este não foi um trabalho, sem sombra de dúvida, da Coordenaria especificamente. Foi um trabalho da Coordenadoria, juntamente com as nossas representantes, com a bancada feminina, enfim, com todo o movimento social, os órgãos governamentais.

Após essa conferência, nós fizemos mais: recebemos os relatórios e os enviamos para as Secretarias. O que era específico de cada Secretaria, nós mandamos aos seus Secretários. Então, tudo aquilo que se referia à Secretaria da Educação, para a educação; à da Saúde para saúde; à da Segurança Pública para a de Segurança, e assim sucessivamente. Pedimos-lhes também que nos desse um retorno tão logo eles pudessem nos dizer que ações Santa Catarina já estão realizando em favor da mulher, que projetos eles têm para o futuro e, de que forma nós poderíamos ter todos esses dados para que, junto com a câmara técnica, possamos, brevemente, fazendo o nosso plano estadual de políticas para as mulheres?

Eu acredito que, enquanto nós não tivermos um plano estadual de políticas para as mulheres, nós ainda vamos estar aquém daquilo que desejamos.

Então, teremos, no dia 05 de junho próximo, com toda a câmara técnica, uma reunião em que estaremos também entregando tudo o que já tivermos recebido das diversas Secretarias, para que se possa fazer um plano que parte das bases, e não de cima para baixo, mas, sim, de baixo para cima. Ou seja, a sociedade, com um todo possa participar.

Quero dizer também que quanto às solicitações feitas ao Governo do Estado, eu tenho conhecimento de que a Casa Civil está compilando todos os dados e os remeterá, com certeza, às senhoras nos próximos dias, porque nos foram solicitados alguns que os mandamos. Então, esse trabalho está sendo feito, sim, pela Casa Civil, do qual participamos um pouco.

Quero dizer também que, em termos de Governo de Estado, quando falamos que nós temos, em Santa Catarina, algumas ações, eu posso dizer que o Governo

do Estado, em 2011, juntamente com o Governador do Rio Grande do Sul, com o Governador do Mato Grosso e o Governador do Paraná, assinaram uma resolução que cria uma Comissão permanente de políticas para as mulheres do Codesul.

Pode parecer para algumas pessoas de menor importância, mais a importância é muito grande, porque ela mostra o quanto os Governos destes quatro Estados estão propícios a terem políticas públicas efetivas, voltadas às mulheres.

Então, nós ficamos muito felizes quando vimos a assinatura desse documento, feito pelos quatro Governadores do Sul e que teremos ações através também de consórcio, principalmente nas regionais de fronteiras e divisas.

Quero dizer que, em 2010, senhores, nós tivemos a participação de quatro Municípios dentro da Secretaria de Política para as Mulheres – Brasília, via SICONV, sistema de convênios. Ano passado, nós conseguimos 44 participações. Este ano, os editais ainda estão aí – Editais n^{os} 01 e 02 –, para que as Secretarias, para que as organizações não governamentais ou governamentais, o Governo com um todo, possa fazer parcerias com o Governo Federal. E nós mobilizamos todas as regionais que repassaram essas informações a todos os Municípios.

Então, nós entendemos que esse possa ser – e rezamos para que seja – um passo, para que nós possamos ter muitos mais centros de referências, muito mais casas-abrigos, mas muito mais do que isso, muito mais políticas públicas voltadas à qualificação da mulher, ao empreendedorismo, porque nós entendemos também que passa pela educação, pelo empreendedorismo a questão da violência, porque, muitas vezes, a mulher se vê submissa, e que não reage, porque ela se sente presa fácil do agressor.

Temos hoje – eu vou passar às senhoras depois –, algumas ações que a Secretaria de Estado da Educação já está tomando com relação à alfabetização da mulher catarinense – Catarina Alfabetizadas, mas que nos centros quilombolas e indígenas também o ensino fundamental possa atingir um índice acima do esperado, ou seja, além de 10% ou 30%. Que todas elas possam ser contempladas com essas ações.

Pela manhã, alguém disse que haver sido assinada à resolução, mas até agora, ainda não tivemos a ação. Eu gostaria de responder que a ação dependia, exclusivamente, que tivesse também um regimento. Nós precisávamos de um regimento para depois, então, começarmos a agir. Este regimento foi assinado no dia 04 de abril de 2012, portanto, agora, pelos Governadores. Nós estivemos no Rio Grande, montamos todo um regimento, o qual foi assinado no dia 04 de abril e

o enviamos a todas as nossas câmaras técnicas, para depois, então, podermos trabalhar mais especificamente dentro da realidade de cada regional.

Quero dizer que nós temos nove centros de referência em Santa Catarina. Até porque foi aqui ventilado, vou me ater ao Centro de Referência de Rio do Sul, que foi construído em parceria com uma entidade civil e, parece-me, à época, com a Secretaria de Estado de Rio do Sul, e ele estava realmente fechado, por falta de equipamentos. Então, nós nos mobilizamos e ele foi equipado. E a prefeitura também passou a ser parceira para o bom funcionamento, ou para o início desse funcionamento. Logo em seguida, nós tivemos em Rio do Sul, toda Santa Catarina sabe, uma enchente, em que a cidade ficou 90% embaixo das águas do rio. Realmente, hoje, ele ainda não está em funcionamento. Estamos procurando já reequipar todos os centros de referência. Mas nós temos os outros nove centros de referência, temos cinco casas-abrigo e 23 delegacias especializadas. Esses dados sobre as delegacias especializadas, eu caminhei um pouco, e os procurei, e pedi até a Dr^a Lucia Stefanovich, que é uma das Delegadas da 5^a DP – e quero, aqui, de público, agradecer o pronto atendimento dela, sem o desmerecimento dos demais –, mas que foi em busca e que nos passou também os dados criminais com relação à mulher, que a Deputada Ana Paula já passou e que eu vou deixar depois com as senhoras. Mas nós temos, hoje, 31 delegacias regionais, das quais 23 funcionam, são delegacias de mulheres. Vocês viram, elas não estão a contento da forma como gostaríamos, mas entendemos que, nós temos um projeto junto ao Governo do Estado para a qualificação junto à secretaria, para que essas secretarias possam qualificar o seu efetivo para um melhor atendimento. Não sei lhes dizer nesse momento, se nós conseguiremos colocar em prática logo esse programa, que hoje ainda é um projeto, mas esperamos que aconteça.

Espero ter respondido.

Eu pedi também ao Ministério Público de Florianópolis alguns dados da 34^a Promotoria de Justiça da Capital, em que aparecem ainda algumas questões de processos abertos, que dão em torno de R\$3.900,00 alguns que passarei às senhoras.

Acho que, em síntese, parece-me que era o que eu teria a falar hoje para todas vocês.

Eu acredito que nós estejamos, sim, tão logo tenhamos todos os dados com as respostas das Secretarias, às quais enviamos os ofícios das reivindicações feitas em nossas conferências, incluindo aí também a Secretaria de Segurança Pública e a da Saúde, além de tantas outras, que nós possamos estar, de forma mais concreta, bem objetiva, ter um plano estadual de

políticas estaduais para as mulheres, e enviamos também a todos os prefeitos dos Municípios um ofício, pedindo para que lá, no Município dele, tivesse um plano de políticas para as mulheres e um olhar diferenciado à violência contra a mulher.

Quero dizer que nós entregamos a todos os Municípios tudo sobre violência contra a mulher que a Coordenadoria mandou fazer e tudo sobre como formar um conselho, porque, segundo o nosso entendimento e o de toda a câmara técnica, os conselhos existem e só fortalecem a ação dentro dos Municípios. Conseqüentemente, com um conselho forte, as ações serão fortes.

Essa é a nossa função, a nossa atividade dentro da Coordenadoria, que não é um órgão executor, mas articulador. Daí o contato que procuramos ter sempre junto aos secretários, a bancada feminina como um todo.

Preciso registrar o bom desempenho da Secretaria de Justiça e Cidadania com relação às mulheres detentas, que hoje tem um programa socioeducativo e de geração de renda, que também passarei às senhoras.

Não sei se deixei alguma coisa por responder. Devo ter deixado. Essas eram as informações que eu tinha.

Acredito na força da mulher, acredito que essa ação feita pelas senhoras, por toda a Comissão, terá uma repercussão excelente em todo o País. Nós, juntos, sociedade civil, governo do Estado, todos os Ministérios, a Promotoria e a bancada poderemos ser, sim, referência em Santa Catarina, em termos de políticas para as mulheres. É isso que eu peço a Deus.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Um esclarecimento, Coordenadora.

A senhora disse que havia 31 delegacias regionais e 23 delegacias especializadas.

Nós gostaríamos de esclarecer que nas delegacias regionais existem núcleos especializados. Não são 23 delegacias com estrutura independente ou são?

A SR^a SELMA ELIAS WESTPHAL – Não. Nem todas são especificamente para mulheres. Acho que a Secretaria de Segurança Pública poderá lhe dar esses dados. Esse que eu tenho, consegui com a Delegada Dr^a Lúcia, mas não sei lhe dizer. A Secretaria de Segurança Pública poderá lhe repassar estes dados: se todas trabalham apenas com a mulher ou quantas trabalham com a mulher.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Coordenadora. Mais alguma informação?

A SR^a SELMA ELIAS WESTPHAL – Não, eu acho que eram essas as minhas informações. Nós ficamos à disposição e principalmente para dizer que o Governo do Estado vai enviar todas as informações que foram solicitadas, com certeza.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Permite-me, Deputada Jô?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de pedir à Drª Selma... Essas informações que a senhora nos passou hoje, nós só vamos considerar oficialmente entregues a partir do momento em que forem encaminhadas por escrito. Nós precisamos dessas informações documentadas.

A SRª SELMA ELIAS WESTPHAL – Sim, mas...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Nós recebemos a informação aqui, hoje, mas é importante que ela seja entregue documentada, para que tenhamos o registro feito por vocês.

A SRª SELMA ELIAS WESTPHAL – Toda a minha fala?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Os dados que a senhora traz aqui, hoje. É importante que os encaminhe para nós...

A SRª SELMA ELIAS WESTPHAL – Sim, sim, com certeza.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) - ...no prazo de no máximo uma semana, essas informações por escrito, está bem?

A SRª SELMA ELIAS WESTPHAL – Sim. Até segunda ou terça-feira as senhoras já terão todos os dados.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós queremos reafirmar a todas as instituições que a fala oral é parte da informação que terá que ser entregue formalmente à CPMI, por isso nós vamos aguardar.

A SRª SELMA ELIAS WESTPHAL – A cópia das resoluções também, tudo?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Todo o relatório relativo às perguntas que a nossa Relatora encaminhou e as perguntas apresentadas durante a audiência pública.

Nós agradecemos à Coordenadora Selma e passamos a palavra à Drª Juliana Renda Gomes, Delegada da 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, que aqui falará representando a Secretaria de Segurança Pública.

Queremos informar que, da estrutura do Estado a Secretaria Estadual de Saúde não designou nenhuma representante para apresentar os dados.

Com a palavra a Drª Juliana, que terá até 20 minutos.

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Gente, quero cumprimentar novamente todas vocês. Embora esteja aqui representando a Secretaria de Segurança, não tenho como não me manifestar como delegada. Fico muito feliz pela ação, pelo apoio. A gente precisa de

uma atenção mesmo e chamar a atenção do Estado é realmente muito difícil.

Então só vou responder às questões, talvez não de forma precisa, porque não tenho esses dados exatos, mas futuramente eles serão encaminhados.

Com relação às delegacias especializadas, a informação que eu tenho é de que são 23 delegacias especializadas. A intenção é de que exista uma delegacia especializada em cada regional. No caso então seriam 31 delegacias especializadas.

Essas especializadas realmente não atendem só à mulher. Não acredito que haja a intenção de fazerem uma delegacia que atenda só à mulher por problemas de efetivo e de estrutura. Sei que existe a intenção de retirar o adolescente infrator desse mesmo local de atendimento e deixar o atendimento ao que chamamos de grupo dos vulneráveis, que seriam a mulher, a criança e o idoso. Do que eu conheço, essa é a intenção do Estado.

Com relação à capacitação, os policiais não passaram por nenhum curso de capacitação. Desde a minha academia, que foi em 2008, eles introduziram sim essa matéria de violência doméstica e todos os policiais, desde então, passaram a ter contato, digamos assim, com esse tema.

Na delegacia, a gente orienta os policiais no atendimento. A gente pede que certas coisas sejam feitas de forma especializada, assim como o protocolo de atendimento a vítimas de violência sexual.

É importante dizer que esse protocolo é de iniciativa municipal. Então, quando a vítima de violência sexual é encaminhada para o hospital, o hospital aciona a delegacia, o policial sai da delegacia, vai até o hospital, colhe todos os dados da mulher, volta à delegacia e faz o boletim de ocorrência, justamente para a mulher não precisar sair do hospital e ir até a delegacia. Aí se aciona o médico legista, que vai até o hospital e faz todos os exames necessários.

Como a Secretaria resolverá toda essa questão no curto prazo?

É o que eu disse: acredito que haverá separação do adolescente infrator, mas todo o resto continuará sendo atendido junto, porque, graças a Deus, o volume não é tão significativo a ponto de justificar a existência de uma delegacia e de policiais voltados somente para isso. Aqui na capital, temos um volume significativo, mas nas cidades do interior, que são pequenas, talvez não se justifique. Acredito que seja isso.

Com relação à estrutura física, sim. O que acontece nas cidades do interior é que uma mesma estrutura física tem a delegacia regional, a delegacia da comarca e a delegacia da mulher. Isso acontece. Não é que não seja uma delegacia especializada. Ela tem o seu

espaço dentro daquele prédio. Separar, ter um prédio unicamente para a delegacia da mulher, também não sei se existem planos.

Os servidores são em número insuficiente, principalmente se levarmos em consideração a padronização prevista pelo Ministério da Justiça. Existe uma padronização das delegacias da mulher que o Ministério da Justiça fez, mas, além de não atendermos somente à mulher, temos menos da metade dos funcionários previstos nessa padronização. Sem querer falar sobre questões institucionais, mas salários, essas questões passam a não ser convidativas. Então, embora os policiais ingressem na carreira, eles têm deixado. Por ser uma atividade de risco e não ter remuneração convidativa, eles acabam migrando para outros setores.

Agora temos uma academia sendo realizada com algo em torno de 400 a 500 policiais – não sei precisar o número. As promessas são de que vai melhorar, que eles vão nos dar mais policiais.

No boletim de ocorrência, há um campo onde existe a classificação do crime. Nesse local o policial pode especificar que se trata de violência doméstica. É a única pequena diferença que existe com relação a um boletim de ocorrência comum. Como ali: lesão corporal tracinho. Dá para se colocar: violência doméstica. Mas não é todo policial que faz isso.

Com relação às outras áreas, temos o centro de referência, que muito nos ajuda, mas o que seria interessante também, saindo da área de segurança, é essa casa-abrigo, que faz muita falta. Trabalhei em outras cidades onde ela existia. Era uma iniciativa do Município. E isso faz toda a diferença para nós, porque a mulher chega ali querendo resolver vários problemas e é difícil explicar para ela que estamos ali para responsabilizar criminalmente uma pessoa e só. Então a encaminhamos para o centro de referência, que está ali para dar um acolhimento emocional. Mas ela precisa ter para onde ir. Isso é uma das coisas que elas mais esperam de nós quando chegam à delegacia, é o amparo físico também. Faz falta para nós ter para onde encaminhar.

Quanto às parcerias que foram mencionadas pelos juízes, temos uma parceria com o Tribunal de Justiça no que se refere ao adolescente infrator. A Polícia Civil fica muito feliz em fazer essa parceria. E, se houver qualquer outra, estaremos à disposição. Qualquer ideia praticável nós vamos abraçar, porque a situação está bem delicada.

Acredito que uma das intenções da criação da delegacia era a celeridade da atenção. Ali a criança tem direito à prioridade, a mulher tem direito à prioridade, mas acabou ocorrendo o acúmulo de serviço. Então o tiro acabou saindo pela culatra. Creio que outros pro-

cedimentos em outras delegacias acabam demorando menos do que na nossa. E essa questão da mudança da ação penal pública condicionada ou incondicionada com relação à violência física foi assim no início. Então, todo boletim de ocorrência gerava um inquérito policial, o que abarrotou a delegacia de procedimentos, porque elas aparecem lá fragilizadas, querendo fazer uso de todas as formas de defesa, mas no momento seguinte elas não querem dar continuidade. Então ficamos com o procedimento parado, porque chamamos, intimamos, mas elas desaparecem. E isso acabou gerando acúmulo de serviços. Agora voltou a ser ação penal pública incondicionada, então não sabemos exatamente o que vai acontecer. Pode ser que isso faça com que os procedimentos demorem ainda mais. De qualquer forma, todos têm ciência disso. Acredito que o Secretário vai, nessa academia, reverter vários funcionários para nós, porque a mulher é prioridade.

Se houver mais alguma questão que eu possa responder aqui...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita, teria mais alguma questão nesse momento para apresentar à delegada?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só um minutinho, por favor, delegada, porque tem uma questão que está surgindo aqui e quero fazer uma pergunta para a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Logo em seguida, nós escutaremos as representantes da sociedade civil, cujo tempo será partilhado entre três representações.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Drª Juliana, a nossa assessoria está lembrando que, na visita que fizemos hoje cedo, na reunião que fizemos com as entidades, surgiu uma informação e gostaria de saber se isso é real.

Se as mulheres, após fazerem o registro da queixa, passados uns dias, são convidadas a irem lá confirmar ou não aquela queixa. Isso é real?

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Existe na delegacia... Vou justificar. Tem, sim, a sua veracidade. Como é necessário que a gente intime a vítima para fazer declarações e o que acontecia, a gente intimava e a vítima não comparecia, tudo isso necessita de um policial que vá... E como a nossa delegacia abrange toda a Florianópolis, portanto, é continente, é norte. Então, o que a gente faz? A mulher sai dali já intimada para fazer as declarações. Isso porque, no momento em que faz o boletim de ocorrência, é só um boletim de ocorrência. Depois, o escrivão, no agendamento dele, coloca-a como intimada. Assim, ela sai da delegacia intimada para fazer as suas declarações.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Esse retorno é fruto de uma intimação para complementar...

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Só o boletim é feito pelo policial. As declarações que dão início...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Aí ela volta para casa para retornar depois?

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Sim. Ela volta para casa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não tem como fazer isso de imediato?

A SRª JULIANA RENDA GOMES – O escrivão tem uma agenda e ele que organiza a agenda.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não tem como fazer imediatamente? No momento em que chega à delegacia para fazer o registro da queixa e o boletim de ocorrência, não pode ser ouvida imediatamente, em seguida? O escrivão não está presente no momento para fazer, para pegar esse depoimento?

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Ele está presente, mas ele tem uma agenda toda lotada. Quando ela chega, faz o boletim de ocorrência e, de imediato, quer fazer a medida protetiva, nessa medida protetiva já é feita a declaração dela de imediato.

Se ela foi à delegacia, fez o boletim e quer fazer a medida protetiva, ela aguarda e o escrivão vai chamá-la para fazer a medida protetiva. O que ocorre é que temos, em média, de 30 a 40 boletins por dia e nem todos esses boletins se tornam um inquérito policial, até pela falta de interesse da vítima em fazê-lo.

Então, seria um trabalho... Fazemos a declaração da vítima e mais da metade daquilo não serve, no final, para fazer parte de um inquérito porque ela não deseja. Então, ela faz o boletim e depois volta.

Se tudo virasse inquérito... Mas como nem tudo vira, não sei se seria interessante.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Se ela vai fazer o registro, e na hora tem que fazer o inquérito, fico até preocupada, porque quando sai do local pode acontecer alguma coisa e mudar de opinião, mas quando ela está presente... A gente sabe que quando a vítima vai para casa podem acontecer outros fatos: a pressão... e não chamo companheiro, porque quem bate não é companheiro. Então, já começo minha avaliação nesse sentido. A pessoa com quem ela convive vai exercer uma pressão para ela retirar a queixa. Então, fico bastante assustada com o formato que está sendo feito.

E a pergunta que queria fazer é por essa mudança ou também por falta de estrutura de pessoal para trabalhar nessa situação. Eu queria ver qual a avaliação sobre essa situação.

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Essa forma veio, sim, em decorrência da falta de pessoas para fa-

zer intimação. Mas também pelo fato de que nem sempre a mulher tem interesse em fazer um procedimento criminal contra o marido ou companheiro.

Muitas vezes, ela se satisfaz chegando em casa com um boletim de ocorrência e dizendo para o companheiro: “Se você encostar em mim mais uma vez...” E aí ela encerra. Ela continua o seu relacionamento e não tem interesse em continuar o procedimento criminal contra o parceiro.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Foi a Deputada Luci Choinacki que acabou de inquirir. A Deputada Carmen Zanotto também queria colocar uma questão

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – É nesse sentido também. Drª Juliana, quantos por cento em média, na sua delegacia, as mulheres não dão prosseguimento, ou seja, ficam só no boletim de ocorrência e não se chega à etapa do inquérito?

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Vou falar dessa porcentagem, mas considerando que antes ela poderia representar com relação à lesão corporal leve. Hoje, já vai ser diferente, mas ainda é muito recente para falar: oitenta por cento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Quantos processos encaminhados ao Ministério Público?

A SRª JULIANA RENDA GOMES – Ano passado, a gente encaminhou pouco mais de 900 inquéritos. Algo em torno de 960. Agora, esse número vai subir. Essa repercussão com relação à representação vai mudar tudo, porque hoje ela vai ter ciência de que, se for à delegacia, aquele procedimento criminal vai ser feito independente dela querer ou não, o que acreditamos que vá desestimular a vítima a procurar a delegacia. Isso porque, muitas vezes, a razão não é um procedimento criminal que vai até o fim.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos, Drª Juliana.

Vamos escutar agora a sociedade civil. Mas antes de passar a palavra à sociedade civil, que será representada por três instituições e entidades, a Deputada Luci Choinacki solicitou uma justificativa do seu encaminhamento.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Srª Presidente, Srª Relatora, minhas companheiras Deputadas e Lideranças, estou pedindo para sair porque tenho que ir até o extremo oeste de Santa Catarina e vou dizer o porquê. Lá não tem aeroporto. Foi dinheiro para lá e parece que arrumaram o aeroporto, mas a empresa teve que cancelar o aeroporto de Chapecó. Então, está uma encrenca. Para eu sair daqui, tenho que fazer sete horas de estrada ou ir de avião para o Rio Grande do Sul e fazer umas voltas.

Assim, como preciso estar amanhã cedo em Xanxerê, vou pedir licença para sair e dizer que o Prefeito de Chapecó não está colaborando conosco, porque quem arrumou aquele aeroporto foi o Prefeito de Chapecó, não foi nem o governo do Estado nem o Governo federal, deixando-nos ilhados. E para não ficarmos ilhados, temos que pegar o carro. Por isso é que peço licença para sair, mas a minha assessoria está acompanhando e vamos trabalhar juntos. Mas quero dizer que saímos daqui muito mais preocupadas do que quando chegamos, com certeza.

Sabemos que os depoimentos das pessoas que aqui vieram foram no sentido de contribuir, as mulheres vieram aqui para cumprir uma missão. E fizeram o que puderam. Sabemos onde está o problema. O nosso compromisso é histórico e continua sendo.

Muito obrigada. Peço licença para sair.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada Luci Choinacki, agradecendo a sua acolhida e de toda a assessoria na recepção da CPMI.

Falarão pela sociedade civil três representantes de entidades e instituições. A Srª Clair Castilhos, Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; a Srª Justine Cima, do Movimento de Mulheres Camponesas; e a Srª Maria de Lourdes Mina, Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina. Todas partilharão do tempo e disporão individualmente de até sete minutos para as suas colocações, aguardando que seus relatórios sejam enviados para serem anexados aos anais da CPMI.

A SRª CLAIR CASTILHOS COELHO – Só uma questão de ordem, Srª Deputada. Fiz os cálculos e das falas institucionais sobraram em torno de 23 minutos. Não daria para redividir? Senão, a sociedade civil não vai ter muito tempo para falar. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Normalmente a gente coordena uma representação, mas como, no caso, foi diversificada a representação, cada uma terá até dez minutos.

Com a palavra a Srª Clair Castilhos Coelho, que disporá de até dez minutos para a sua fala.

A SRª CLAIR CASTILHOS COELHO – Em primeiro lugar, quero cumprimentar a iniciativa da CPMI da Violência contra a Mulher, enfrentando a violência contra a mulher, de vir a Santa Catarina, na figura das nobres Deputadas Carmen, Jô Moraes, Luci Choinacki, Deputada Ana Paula, representando a bancada estadual feminina, e a Senadora Ana Rita. E também todas as companheiras aqui presentes que representam os diferentes movimentos, assim como também a área institucional.

Na qualidade de Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, vou focalizar a minha intervenção mais na área da saúde da mulher e nas violências que sofremos quando dentro dos serviços de saúde ou a perda da nossa saúde devido a essa violência.

Então, eu gostaria de citar a pesquisadora Drª Cecília Minayo, que é uma grande autoridade nessa área. Ela diz que “em sua grande maioria, os eventos violentos não são acidentais, não são fatalidades, não são falta de sorte: eles podem ser enfrentados, prevenidos e evitados”.

Em 1981, a Organização Mundial de Saúde definiu violência como a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. A violência afronta a civilização, pois não faz parte da natureza humana. E a violência afeta particularmente grupos sociais vulneráveis, como os pobres, os marginalizados, os jovens, as mulheres, as crianças e os idosos.

Assim, eu gostaria de deixar claro que, para mim, já começa a maior violência pela violência de classe. Como vivemos em um país capitalista dividido em classes, existem os opressores e os oprimidos, os patrões e os trabalhadores. E isso já é uma fonte inominável de violência.

Quando repartimos essa violência transversalmente, interessa-nos analisar, como Rede Feminista de Saúde, a questão da violência contra a mulher no campo da saúde. E, aí, nós acabamos de terminar uma pesquisa que se chama: “Mulheres não esperem mais. Acabemos com a Aids e a Violência. Já.”

Elementos levantados nessa pesquisa: os homens são mais agredidos em ambientes públicos, enquanto as mulheres sofrem mais agressão em lugares privados. No entanto, a porcentagem de mulheres agredidas em lugares públicos é quase três vezes maior do que a de homens agredidos em ambientes privados.

No Brasil, 32,2% das mulheres que sofreram agressão física foram vítimas da violência de pessoas conhecidas; 29,1% não conheciam o agressor, mas 25,9% foram lesadas pelos cônjuges ou ex-cônjuges; e 11,3% por seus parentes. As jovens entre 18 e 24 anos são as principais vítimas.

Em 2010, mais da metade dos crimes relatados à Central de Atendimento à Mulher foram relacionados à violência física (58%), seguidos de violência psicológica (25,3%), moral (11,6%), sexual (2,1%), patrimonial (1,7%), cárcere privado (0,4%) e, por último, tráfico de mulheres (0,1%).

Analisando isso, verificamos que o Brasil conta com um Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que foi lançado em 2007, e compreende um acordo federativo entre o Governo federal e

os governos dos Estados e dos Municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem a essa consolidação da política nacional.

Há evidências cada vez maiores de que casa, família e conjugabilidade são prováveis lugares da violência.

Nesse sentido, os diversos cruzamentos demonstram que há um aumento da violência psicológica e física com o passar da idade e que a maioria das mulheres foi obrigada a ter relações sexuais ao longo da vida, principalmente na adolescência, e continua em situação de violência sexual.

Então, pelo relato das representantes institucionais aqui, é possível verificarmos que o Estado de Santa Catarina não está cumprindo pacto algum, não tem qualquer tipo de apoio às entidades que trabalham com a questão da mulher. E isso, obviamente, dentro da estrutura das ligações que ganharam aqui, que têm a clara visão de que é um Estado patriarcal, machista e discriminatório em relação às mulheres. Ele trata, também, do ponto de vista político, de um total alinhamento com a questão do Estado mínimo, que relata a etapa neoliberal do capitalismo.

Isso, para nós, é absolutamente grave e deve ser visto. Se isso reflete no serviço de saúde? Reflete. Aqui, no Estado de Santa Catarina, são raríssimos os hospitais que, por exemplo, oferecem o serviço de aborto legal para gravidez resultante de estupro ou para gravidez que represente risco de vida para a mãe. Há hospitais privados filantrópicos que têm conventos com o SUS e que se negam a fazer a laqueadura de trompa nas mulheres que a solicitam, fazendo com que elas passem, muitas vezes, pelo risco de uma gravidez indesejada porque não aceitam que a laqueadura seja feita por questões religiosas. Ora, onde está a fiscalização? Onde está o Conselho Estadual de Saúde? Onde estão as secretarias regionais para verificar isso? Por quê? Porque, uma vez que essas entidades fazem o convênio com o SUS e as questões são permissivas legais do Código Penal, têm a obrigação de ofertar pelo SUS, e se são convênios com o SUS, são hospitais vinculados ao SUS. Portanto, não têm o direito de falar em impeditivo moral ou questão religiosa para negar o atendimento às mulheres.

Então, isso nos leva a uma grande discussão no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e da violência contra a mulher. Porque esta é a principal violência, aquela que se faz contra o corpo de uma mulher, impedindo que ela exerça livremente sua sexualidade, o seu prazer, o seu direito à vida e às relações sexuais. E as ocorrências são enormes e causam impactos significativos na saúde física e psicológica da mulher.

Mesmo assim – e isso aqui acontece –, a maioria dos cursos de Medicina no Brasil sequer discute isso nos seus currículos, sequer tem aulas especializadas nas residências a respeito do tratamento e da prevenção da gravidez indesejada ou da intervenção no aborto legal.

Então, é necessário – e acho que temos que tirar esta indicação – que a Academia incorpore nos cursos da área de saúde a discussão sobre o corpo da mulher não só no aspecto biológico, patológico, citológico ou o que o valha, mas também na vivência da sua sexualidade, da sua saúde reprodutiva.

E também temos de advertir que as gestões públicas dos hospitais públicos devem se aprimorar e estabelecer um sistema digno de atendimento em casos de aborto legal e profilaxia, nem sempre oferecidos às mulheres vítimas de violência.

Então, nós, da Rede Nacional Feminista de Saúde, instaladas em Santa Catarina nos próximos quatro anos, só temos a prometer que vamos infernizar a vida do governo para que isso aconteça.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada, Clair Castilhos, que há muito tempo participa e insiste nesta teimosia da luta das mulheres.

Queríamos passar a palavra, agora, a Sr^a Justina Inês Lima, neste ato representando o Movimento de Mulheres Camponesas, por até dez minutos.

A SR^a JUSTINA INÊS LIMA – Quero saudar a Senadora Ana Rita, a Deputada Jô Moraes e, em nome dela, saudar toda a Mesa. Com carinho, saúdo todos os movimentos que se fazem aqui presentes, as demais autoridades também.

Reafirmo a importância desta CPMI, porque faço minhas as palavras da Deputada Luci. Chegamos aqui preocupadas e, com certeza, vamos sair mais preocupadas ainda. Dentro do tempo, vou trazer alguns elementos a partir do Movimento de Mulheres Camponesas.

Só para nossa reflexão, quando escutamos aqui que temos 23, que temos 30 delegacias, vem-me à mente que temos, em Santa Catarina, 293 Municípios, sendo que 10 deles possuem mais de 100 mil habitantes e 249 Municípios têm a população inferior a 25 mil habitantes. E nós, trabalhadoras rurais, estamos lá na ponta.

De nossa parte, esses serviços que vocês falaram até aqui, que vocês têm condições de avaliar, nós ainda não temos condições de fazer nenhuma avaliação, porque eles não chegaram até os Municípios pequenos e até as comunidades rurais.

Quando se faz análises, geralmente se tem muita dificuldade de obter dados referentes à questão das

trabalhadoras rurais. A última pesquisa que o Movimento de Mulheres Camponesas, aqui em Santa Catarina, conseguiu foi em 2002. Faz dez anos. Estamos reivindicando recursos para fazer mais pesquisas. Assim que tivermos possibilidades, com certeza, faremos mais.

Mas queremos dizer que esses dados, para nós, que estamos juntas, trabalhadoras rurais, continuam muito recentes. Essa pesquisa foi realizada em 15 Municípios de diferentes regiões do Estado, e nós aplicamos 550 questionários e tivemos acompanhamento técnico para isso. Os dados que vieram foram assustadores.

Eu trouxe alguns aqui: 53,45% das mulheres entrevistadas, todas agricultoras, camponesas, já se sentiram violentadas por palavras ou pressão psicológica – acho que aqui é importante porque, às vezes, quando se fala em violência, costuma-se falar somente da violência terminal, do assassinato ou da agressão física; 48% das entrevistadas conhecem alguma mulher que foi espancada; quase 35% conhecem alguma mulher que foi estuprada; 25% declararam caso de estupro em sua própria comunidade; quase 15% das mulheres entrevistadas já foram espancadas; 34,17% das mulheres agricultoras entrevistadas revelaram que já se sentiram humilhadas por terem a profissão de agricultora; 64% disseram que não têm liberdade de tomar decisões; 45% foram enganadas em relação a direitos quando os foram buscar.

Também quando perguntadas sobre o que fazer para resolver o problema, 9% disseram que não podem fazer nada; 39% tiveram uma atitude passiva, encarando a violência como algo natural. Porém, teve um dado revelador: 38% das entrevistadas disseram que a saída está na organização e na luta pelos direitos. As demais não responderam.

Também queremos ressaltar... Quem conhece Santa Catarina sabe que o Município de Itapiranga, no extremo oeste do Estado, é um Município com a maioria da população de origem alemã, portanto, com uma cultura europeia. Nesse Município, a Sr^a Adélia Maria Schmitz fez, na conclusão de um curso sobre a realidade brasileira da UnoChapecó, em Chapecó, uma pesquisa com as agricultoras também.

Trouxemos esses dados, porque chamam muita atenção: 100% das mulheres entrevistadas naquele Município declaram que sofreram violência verbal; 25% sofreram alguma forma de violência física; 18% declaram que, em diversos momentos da vida, ouviram palavras de ameaças de morte; 25% já foram assediadas; 25% declararam ter sido censuradas em suas vontades.

Segundo a pesquisa, os fatores que mais inibem ações contra seu agressor – e acho que este é um dado fundamental: 80% por medo; 70% por insegu-

rança financeira; 60% por vergonha pela educação, pela cultura em que vivem; e 60% por preocupação com os filhos.

Então, essas duas pesquisas, para nós, trazem dados muito preocupantes, que, somados com a não ação do Estado com políticas nas comunidades rurais, nos pequenos Municípios, nos preocupam mais ainda.

O nosso trabalho enquanto Movimento de Mulheres Camponesas. Percebemos que, para erradicar a luta da violência no nosso País, no nosso Estado, no nosso Município, é preciso muita vontade política do Estado, políticas públicas específicas para as mulheres no meio rural. Outra questão importante, reforçando aquilo que a Clair nos dizia, é enfrentarmos a cultura patriarcal machista e fazermos o debate do que significa a luta de classes. É importante a vontade política de se fazer para quem é mais pobre na população.

Para nós sairmos da posição de vítimas, concluímos dizendo que as mulheres precisam tomar consciência de sua condição de opressão e de exploração, ou seja, é preciso oportunizar formas de organização e formação e potencializar os movimentos de mulheres existentes, para construirmos nessa conscientização, bem como avançarmos na autonomia econômica, política e social das mulheres.

Na nossa avaliação, a partir das pautas de negociação de nossas reivindicações, estamos sentido que é preciso, de fato, que o Estado tenha mais vontade política para contribuir com o avanço da autonomia política, econômica e social das mulheres, principalmente em se tratando do campo.

Hoje, falamos sobre a violência doméstica, mas nós, no campo, enfrentamos diretamente também, muito forte, a violência do modelo de agricultura instalado. Enfrentamos os agrotóxicos, o trabalho forçado, a tripla jornada de trabalho e o pouco tempo de lazer para as mulheres do campo. Deixo um apelo bastante grande nesse sentido.

Vamos passar esses dados em mãos para a Senadora e para a Deputada. De fato, precisamos avançar mais com a luta pelo fim da violência.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Sr^a Justina. Reitero o pedido às três representantes de que depois nos enviem o relatório completo de suas informações.

Com a palavra a Sr^a Maria de Lourdes Mina, Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado de Santa Catarina, que poderá falar do púlpito.

A SR^a MARIA DE LOURDES MINA – Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, as Deputadas Estaduais, as Deputadas Federais, a Senadora que compõe a Mesa e todas as mulheres presentes, especialmente as mu-

Iheres negras que estão nesta audiência: Vanda Pinedo, Coordenadora Nacional do MNU; Estela Cardoso, Coordenadora da União de Negros pela Igualdade, Vera Fermiano e Ângela, que está também na plenária e é hoje do Fórum de Mulheres Negras.

Estou aqui falando em nome das entidades do Movimento Negro que estavam hoje presentes à reunião no período da manhã e que, numa conversa nossa, indicaram-me como representante das entidades presentes para falar em nome das mulheres negras.

Lembro Clair Castilhos quando diz que esta sociedade é uma sociedade machista e patriarcal para acrescentar “racista”. O problema do racismo no Brasil, especialmente aqui em Santa Catarina, é brutal para as mulheres negras, nós temos uma grande violência. Aí, gostaria de tirar um pouco o foco da questão da violência doméstica, porque a violência doméstica já foi extremamente debatida aqui, denunciada. Há outros tipos de violência que a gente tem também de discutir.

A CPMI da Violência contra a Mulher é muito mais ampla do que a violência doméstica. Eu acho que a violência doméstica tem de ser realmente amplamente debatida, porque as mulheres negras sofrem uma violência silenciosa nas comunidades empobrecidas, que normalmente não sai do âmbito das famílias nem chega às delegacias. Nós precisamos dar visibilidade para isso, mas nós também temos de falar da violência do racismo, da violência que essas mulheres negras sofrem desde que nascem, quando são atingidas e ridicularizadas por seus cabelos, por sua forma de ser. Desde o momento em que entra na escola, ela sofre a violência contra a própria identidade, por sua tipologia de mulher negra.

A violência contra a mulher se manifesta no ambiente de trabalho. Oitenta por cento das mulheres negras são empregadas domésticas e, aí, no âmbito do trabalho, elas são oprimidas, violentadas, e não têm nenhuma possibilidade de se manifestar e de pedir socorro, porque lá elas têm de permanecer, porque é de lá que elas tiram a sua sobrevivência e a sobrevivência de seus filhos.

Não é mais novidade que, no mundo do trabalho, os indicadores referentes às mulheres negras são piores do que aqueles referentes às mulheres brancas e aos homens brancos. Então, é preciso que a gente diga que a violência policial atinge diretamente as mulheres negras quando a polícia vai para as comunidades – segundo eles, com o objetivo de atacar o crime, a ação criminoso. Lá, mulheres trabalhadoras são colocadas na parede, xingadas de todos os tipos de xingamento que se pode ouvir.

Para nós, a maior violência que existe é a violência por falta de políticas públicas. Dizer que o Estado

de Santa Catarina tem uma política de educação que atende as mulheres não é verdade. Nós fizemos todo um esforço, levantamos a necessidade de educação para as mulheres negras, tanto as urbanas quanto as rurais, e dissemos para o Estado por que a educação tem de ir às mulheres e não apenas aos aparelhos de atendimento público, como as escolas. No entanto, isso não foi atendido até hoje. Em 2006 fizemos um seminário apresentando a demanda ao Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Educação, mas não fomos atendidas.

Nós fizemos todo um esforço buscando outras instituições para implantar o Brasil Alfabetizado, porque só o Brasil Alfabetizado não dá conta de alfabetizar essas mulheres, de empoderar essas mulheres, que é o que é preciso. É através da educação que nós vamos empoderar essas mulheres, porque elas precisam conhecer seus direitos.

Três semanas atrás, fomos com dezoito mulheres representando mais 47 mulheres que estavam em comunidades próximas a nós. Lá existe um projeto de alfabetização e de escolaridade para essas mulheres por iniciativa da própria comunidade. O governo, por um dia, disse que não iria acrescentar e não iria contratar um professor para aquelas mulheres porque o prazo tinha se esgotado – e há toda uma explicação em torno do motivo de se haver esgotado esse prazo de contratação da professora. Então, isso não é verdade. Há Estados e comunidades onde há projetos de alfabetização que deram certo. Isso é decorrência de um compromisso político nosso, do Movimento Negro Unificado. Não existe uma política do Estado.

Aproveitamos este espaço para reivindicar que o governo do Estado implante políticas públicas que tenham foco e tenham consequência para as mulheres negras do Estado de Santa Catarina. Se as mulheres urbanas sofrem pela falta de políticas públicas, as mulheres quilombolas que estão nas comunidades de mais difícil acesso, com maior distanciamento, a 600, 200 quilômetros dos centros urbanos, vivem uma situação de completo abandono, abandono de todo tipo de políticas públicas, abandono no atendimento à violência contra essas mulheres. É preciso que o Estado de Santa Catarina – aí falo das três esferas – e o Governo federal olhem para o problema e criem um programa que atenda essas mulheres em suas necessidades e, principalmente, combata a violência sofrida por essas mulheres.

Há diversas situações que acontecem nas comunidades. Em uma delas, uma mulher ficou três dias no mato para escapar da violência do marido. Nessas comunidades, há transporte às segundas e às sextas-feiras, dois dias na semana; durante o restante da se-

mana, elas ficam abandonadas e impedidas de sair. Três dias no mato escondida do marido e, quando voltou para casa, levou um tiro no braço! A quem ela podia recorrer? Teve de recorrer ao próprio agressor por falta de alternativa. Há a distância, a falta de acesso, a falta de políticas pública, de ação de emprego e renda para essas mulheres quilombolas. Aliás, eu gostaria imensamente que aqui elas estivessem, mas a gente não teve estrutura para fazê-las chegar porque a distância é muito grande.

Estamos aqui reivindicando que o Estado de Santa Catarina tenha uma política diferenciada e programas que atendam as mulheres negras de periferias empobrecidas e comunidades quilombolas, as mulheres negras quilombolas deste Estado.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG)

– Nós agradecemos à Srª Maria de Lourdes e lembramos todas as autoridades e também a representação da sociedade civil que aguardamos o relatório por escrito do conjunto das informações.

Concluídas as escutas, passamos a palavra para a Deputada Carmen Zanotto e, sem seguida, para a nossa Relatora.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada à nossa Presidente, Deputada Jô. Mais uma vez quero aqui cumprimentar a nossa Relatora, Senadora Ana Rita, e cumprimentar, em nome das nossas Deputadas do Estado de Santa Catarina, a Deputada Ângela.

Quero dizer a cada uma das senhoras e dos senhores que estão aqui conosco que saio daqui com a convicção – Elaine, que nos assessorou lá em Brasília, e a equipe da Deputada Luci – de que estávamos certas quando apresentamos, como membros da CPMI, o requerimento para que tivéssemos uma audiência pública em Santa Catarina.

Eu tenho dito que Santa Catarina está numa posição privilegiada quando comparada com o Brasil, mas enquanto houver uma mulher morrendo vítima de violência, enquanto houver uma mulher sofrendo violência, seja ela psicológica, sexual ou física, vale a pena continuarmos lutando.

Hoje de manhã estivemos com a Drª Juliana na delegacia e fomos bem acolhidas. Estivemos no Centro de Referência, no Tribunal de Justiça e aqui também, com a Drª Maria Amélia, que está representando o Dr. Lio Marin, e com a representação do Estado, através da Drª Selma. Depois disso, saímos com a perspectiva de que a instalação da CPMI foi acertada, de que a vinda a Santa Catarina foi e é fundamental, porque nós precisamos, aqui no Estado, de tudo aquilo que ouvimos, em especial do que nós ouvimos do grupo de mulheres da sociedade civil no final da manhã e no início da tarde de hoje, antes do início desta audiência

pública: nós precisamos transformar essa política numa política de Estado.

E, para que possamos transformar numa política de Estado, nós precisamos – e gostaria que isso, Senadora Ana Rita, constasse do relatório – ter segurança nos dados. Nós temos ações sendo realizadas, cada uma em sua instituição, mas nós não temos isso sistematizado, de forma que possamos, efetivamente, ter um planejamento para que isso se transforme numa política.

A lei está aí, já faz cinco anos. Todas as pesquisas mostram o conhecimento da população com relação à lei e à sua importância, mas até a gente aplicar a lei ou buscar os serviços, através do Disque 180 ou diretamente nas delegacias ou nos serviços de saúde, nós temos uma grande distância. Entre saber e fazer há uma grande distância. Então, não basta termos a informação se, quando vamos buscá-las, nós nos deparamos com as dificuldades de estrutura dentro das delegacias por falta de recursos humanos ou por falta de acolhimento por não entendimento de uma questão. Nós ouvimos alguns relatos nas audiências que tivemos em Brasília que mostram que as mulheres são violentadas duplamente. Elas saem de casa vítimas de violência, chegam ao aparelho público e são violentadas novamente.

Quando eu estava na Secretaria de Estado da Saúde, eu dizia que parecia um absurdo falar na humanização da assistência no SUS. Afinal de contas, não são humanos que estão cuidando de humanos? Mas temos de lembrar todos os dias aos profissionais, a nós profissionais, a todos os trabalhadores que quem está na nossa frente está fragilizado: ou está fragilizado perante um diagnóstico ou está fragilizado perante uma violência. Então, a nossa forma de acolhimento de todos os trabalhadores, independentemente do setor em que estejam, é a seguinte: é preciso ter outro olhar, um olhar extremamente humanizado, um olhar que faça com que a gente consiga.

E não é porque a gente tem uma situação privilegiada... Eu saio daqui com o compromisso – junto, tenho certeza, com a Selma – de que a gente precisa – e eu me coloco à sua disposição, Senadora Ana Rita – do relatório da nossa audiência pública, junto com a bancada feminina de Santa Catarina e as lideranças – a parte do Governo –, tentar agendar e estreitar esse elo de comunicação. Porque a gente sentiu que há dificuldade na comunicação entre Governo e a sociedade civil organizada a partir dos depoimentos no final da manhã de hoje.

Então, cabe a nós, por sermos da base, esse papel de articuladoras para que a gente possa fazer com que a voz da sociedade civil organizada, que é a voz de cada uma das mulheres do nosso Estado, chegue efetivamente ao Governo do Estado. E que a gente possa transformar, implementando e fortalecendo as políticas públicas de forma coordenada e que, efetivamente, daqui

a dois, três, quatro anos a gente não esteja na mesma situação; muito pelo contrário, que a gente possa estar aqui discutindo o quanto foi importante esta CPMI.

Então, eu quero agradecer à nossa Presidente, Deputada Jô, e à nossa Senadora Relatora por terem submetido nosso requerimento à apreciação do grupo de parlamentares que fazem parte da CPMI, por terem agendado Santa Catarina e por este momento tão privilegiado. E eu posso dizer que, com certeza, sairei daqui engrandecida pelas informações recebidas e comprometida, ainda mais, com cada uma das falas, desde o primeiro momento em que chegamos à 6ª DP até o último depoimento que recebemos agora. Lembro àqueles que estiverem nos acompanhando e que porventura têm algum fato, algum caso que precise da participação ou que entendam seja importante fazer parte do documento da nossa Relatora que nos procurarem, não é mesmo, Presidente Jô?

O momento não se encerra aqui. Nós vamos ter as audiências em outros Estados ainda. E eu e a Deputada Luci poderemos ser porta-vozes. Então, por favor, se alguém que não teve a oportunidade de estar aqui conosco não se sentiu contemplado pelas falas que aqui foram feitas, pelos encaminhamentos e questionamentos que nos informe para que a gente possa, como participantes desta CPMI, levar à nossa Presidente e à nossa Relatora a demanda que porventura não tenha sido levantada, com entendimento de sua importância e de sua magnitude, para que esta CPMI possa atingir seu grande objetivo, que é garantir que a lei efetivamente seja cumprida em sua essência em cada um dos Municípios brasileiros. E isso vale para cada um dos Municípios do Estado de Santa Catarina e também para cada uma das unidades de nossa Federação.

Então, muito obrigada a cada um e a cada uma de vocês que, com certeza, acataram nosso chamado, de toda a comissão organizadora, que fizeram seus depoimentos. Com certeza nós teremos – quero acreditar e assim acredito –, a partir deste momento, outro olhar para esse tema como política pública de Estado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB/MG) – Nós agradecemos à Deputada Carmen Zanotto.

Registramos que, realmente, a Deputada Carmen e a Deputada Luci tinham razão em nos instigar a ir com urgência ao Estado de Santa Catarina. Registramos também que nos fez uma visita agora o Deputado Décio Lima, Deputado Federal, parceiro da bancada feminina.

Ao passar a palavra à Senadora Ana Rita, Relatora desta Comissão, para seus encaminhamentos finais, faço um registro especial.

A Senadora tem uma dura tarefa. É tarefa de grande responsabilidade fazer um mapeamento de uma situação que nós estamos vendo e de ter informações precisas tanto da violência, da natureza da violência

quanto da estrutura. E é tarefa difícil, dura inquirir as autoridades. E tem feito isso com uma enorme responsabilidade, com enorme capacidade de percepção e sagacidade.

Tenho certeza de que o processo da informação da Senadora não se esgota aqui. Como reafirmou a Deputada Carmen Zanotto, além das instituições que deverão ter, até por razões regimentais, a obrigação de dar essas informações, os movimentos sociais e as entidades da sociedade civil poderão encaminhar, através das representantes da CPMI aqui, relatórios que registrem suas opiniões e suas contribuições.

Com a palavra, para os encaminhamentos finais, a Relatora, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito bem. Eu quero inicialmente dizer que todas as informações aqui prestadas foram gravadas para a construção de nosso relatório. A Ata desta audiência pública em breve estará à disposição de todos vocês no *site* do Senado. Quem entrar no *site* do Senado vai ter um *link* que levará as informações da CPMI. Então, as informações todas, das audiências públicas que já foram realizadas até agora, já estão disponíveis no *site*.

Então, vocês daqui a alguns dias poderão receber informações desta audiência pública.

Eu quero fazer um agradecimento a todas as pessoas que estiveram aqui presente, que se manifestaram, que esforçaram, que trouxeram as informações. Então, agradecer as presenças do Dr. Júlio César Ferreira de Melo e Dr. Alexandre Takashima. Dr. Júlio César teve de sair em função de um sepultamento, mas Dr. Alexandre ficou aqui o tempo todo, representando o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça.

Então, obrigada pelas informações oferecidas aqui, pessoalmente, mas também por documento. Quero também agradecer a Drª Maria Amélia, que também se esforçou para estar aqui, representando o Dr. Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça; Drª Juliana, Delegada, que nos acolheu muito bem hoje cedo e que também se esforçou para estar aqui, de última hora, convidada por seu secretário para estar aqui prestando as informações. Agradecer a contribuição de vocês...

Ah, sim, a Drª Selma Elias, que esteve aqui, que está aqui, representando a Coordenadoria Estadual da Mulher, que também trouxe as informações, não oficiais, por escrito, mas as trouxe verbalmente e, posteriormente, aguardaremos os documentos. Agradeço a presença da sociedade civil. É importante que, nestas audiências públicas, a sociedade também se manifeste em nome das mulheres. Então, a Srª Alair Castilhos Coelho, Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; a Srª Justina Inês Lima, representando o Movimento de Mulheres Camponesas, e a Srª Maria de Lourdes Mina,

Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado, aqui de Santa Catarina, que também trouxe informações.

Mas, em que pese às informações que aqui foram trazidas, eu quero aqui informar que também vou apresentar um requerimento para que seja apreciado, na próxima reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, um requerimento em que estaremos convocando – já não é mais convidando – as autoridades dos Estados que não estiveram aqui e que não apresentaram informações, ou mesmo os que nos deram informações insuficientes, estarão sendo convocadas para que estejam em Brasília levando as informações que nós solicitamos. É inadmissível que a uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o papel e a responsabilidade que tem, as autoridades nem sequer justifiquem suas ausências. É inadmissível isso! Nós não vamos concordar com isso, nós não vamos passar a mão na cabeça, nós não vamos admitir que as autoridades dos Estados considerem a CPMI como de pouca relevância e importância para defender os direitos das mulheres em situação de violência. Então, as autoridades que foram convidadas, no primeiro momento, para estarem aqui para prestar informações e não compareceram, elas estarão sendo convocadas. E aí, para isso, vou apresentar um requerimento para que seja apreciado e votado pelo Colegiado, dos Parlamentares que compõem a CPMI, para que essas pessoas possam ir a Brasília e apresentar e levar informações. Como encaminhamento, coloco isso ao final.

Outra coisa: faço um pedido à OAB, aqui representada pela Dr^a Maria Amélia. Dr^a Maria Amélia, nós gostaríamos muito que a Ordem dos Advogados do Brasil assumisse uma importante tarefa para, na ausência da Defensoria Pública aqui, a população não esteja desprovida de assistência judiciária. É inadmissível que não haja advogados, pagos com recursos públicos, para atender nossa população. Então, vou pedir à OAB que atenda um pedido nosso.

Hoje, durante a reunião que foi realizada no final da manhã com as entidades, nossa assessoria colheu depoimento da Sr^a Inês

Szeskoski, que deve ser bastante conhecida de vocês, que há seis anos vem sendo perseguida por seu ex-marido, ao contrário de outras mulheres que, infelizmente, não estão mais vivas para contar seu sofrimento. Inês viveu verdadeiro calvário, nesse período, na tentativa de receber proteção do Estado para si e para seus filhos. Registrou dezenas de boletins de ocorrência, passou a sofrer de depressão e desenvolveu problemas cardíacos que resultaram em seu afastamento do trabalho. Depois de ser apedrejada, resolveu, como último recurso, expor publicamente seu sofrimento à imprensa, o que finalmente resultou na prisão de seu ex-marido, que poderá ser solto a qualquer momento, e ela não estará protegida

Diante disso, a CPMI solicita ao Ministério Público que acompanhe atentamente esse caso para evitar o pior e que requeira da Prefeitura de Florianópolis a inserção dessa senhora, da Sr^a Inês e de todos seus filhos, nos programas sociais do Município para que ela possa se manter e manter seus filhos de forma digna e adequada.

Fazemos esse pedido porque ela precisa ter amparo legal, precisa ter a proteção do Estado, ela precisa ser protegida para que não venha a ser morta a qualquer momento caso seu marido venha a ser solto. Então, fazemos esse pedido à OAB diante da ausência da Defensoria Pública aqui do Estado de Santa Catarina.

Sim, Dr^a Maria Amélia é Procuradora do Ministério Público, mas que ela pode interferir junto à OAB para que essa instituição faça o acompanhamento. Não é isso?

Por gentileza, Dr^a Maria Amélia, ao microfone para sua fala ficar registrada.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB/MG) – Com a palavra, a representante da Procuradoria do Ministério Público, Dr^a Maria Amélia.

A SR^a MARIA AMÉLIA – Com relação à OAB, Senadora, eu gostaria de fazer uma colocação aqui de uma situação pontual no Balneário de Camboriú onde Dr. Takashima foi... Era prevista a instalação de uma Vara de Violência Doméstica, e a OAB fez um abaixo assinado pedindo para que se fosse feita a instalação de uma Vara Cível.

Eu gostaria de deixar registrada essa situação... Não sei como está em outros Municípios, mas há a necessidade de conscientização de todos para a problemática da violência doméstica. Com relação à OAB, eu gostaria que se encaminhasse diretamente, pela Comissão, à Ordem dos Advogados do Brasil, essa colocação.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Faremos isso. Nós contamos com o apoio também?

A SR^a MARIA AMÉLIA – Com certeza, podem contar com nosso apoio.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB/MG) – Com a palavra...

A SR^a MARIA AMÉLIA – O que o Ministério Público puder fazer com relação... Desculpa-me, Deputada... Inês? Inês, o Ministério Público está aberto para fazer os encaminhamentos, fazer medida protetiva ou, se necessário, inclusive, a manutenção da prisão desse agressor.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos e voltamos a palavra à nossa Relatora, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Somente para finalizar, acho que é importante ficar registrado aqui que, apesar do esforço e da tentativa de todos responderem, principalmente por parte do Poder Executivo, deu para perceber as fragilidades que há no atendimento às mulheres em situação de violência.

Então, a CPMI vai continuar acompanhando, vai continuar vigilante e nós vamos cobrar das autoridades desse Estado que assumam de fato seu papel no sentido de garantir que as políticas públicas sejam implementadas e, assim, garantir que todas as mulheres possam ter suas vidas protegidas.

Então, era isso, Sr^a Presidenta. Por enquanto, é o que vemos que é possível encaminhar, mas, a qualquer momento, poderemos solicitar novas informações e convidar, ou convocar, pessoas, autoridades para que estejam prestando as informações em Brasília.

De qualquer maneira, às autoridades que aqui foram convidadas, que não estiveram e que não apresentaram as informações, automaticamente já vou apresentar o requerimento para que elas estejam em Brasília cumprindo essa tarefa de nos levar todas as informações de que precisarmos. *(Palmas.)*

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Senadora Ana Rita, endossando as palavras da Dr^a Maria Amélia...

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Identificando, com a Deputada Carmen Zanotto, Deputada Federal membro da CPMI.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Endossando, eu queria reforçar que a nossa Comissão fizesse o documento diretamente ao Presidente da Ordem Seccional de Santa Catarina, para que eu e a Deputada Luci possamos agendar com ele logo na semana que vem, reforçando o pedido da CPMI.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Mais uma vez, agradecendo a todos e a todas, particularmente ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Gelson Merisio.

Nada mais havendo a tratar na audiência da CPMI, agradeço a presença de todos e de todas, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 7/5/2012, em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa.

Devolvo a palavra, para encerramento por parte da Assembleia Legislativa, à Deputada Angela Albino.

A SR^a ANGELA ALBINO (PCdoB – SC) – Obrigada, Deputada Jô Moraes.

Eu queria agradecer à Deputada Carmen Zanotto e à Deputada Luci Choinacki, que tomaram a iniciativa desse requerimento. Ao mesmo tempo em que rememoro que, no dia em que pelo Twitter a Jô mencionou que iria presidir esta CPMI, eu já pedi também que pudesse vir exatamente pela necessidade que nós temos.

Dessa forma, quero agradecer à nossa Presidenta por ter acatado o requerimento; da mesma forma, a Relatora por estar aqui conosco. Uma Senadora da República e três Deputadas Federais conosco aqui hoje para demonstrarem a importância desta CPMI. Lamento que algumas instâncias governamentais não tenham entendido a importância deste momento aqui

para as mulheres, mas, mais do que isso, para o Estado de Santa Catarina. Enfrentar uma violência contra as mulheres não é uma tarefa das mulheres, é de toda sociedade. A violência contra as mulheres é mãe das outras violências. Quem cresce, quem vive, quem cria seus laços de afeto num ambiente violento tende a banalizar a violência e nós precisamos ter políticas públicas voltadas para isso.

De minha parte, tenho a convicção – assim como várias companheiras do movimento social aqui, que muitas outras reuniões tiveram, muitos outros encontros, passeatas e –, tenho certeza de que o dia de hoje vai ter um lugar especial nisso. Foi o dia em que nós praticamente trouxemos uma aura de cientificidade para o debate que nós sempre fizemos. As nossas bandeiras transformadas em políticas públicas passam por essa audiência pública, passam a, nos números, expressarem a situação que vivem as mulheres em Santa Catarina.

Quero crer, Sr^{as} Deputadas Federais e Sr^a Senadora, que aqui em Santa Catarina o fato de sermos o Estado que tem a pior participação política de mulheres está ligado a nós termos essa imensa fragilidade no sistema que deve dar amparo às mulheres vítimas de violência. Nós não disputamos os orçamentos, nós não angariamos ainda as forças políticas necessárias para movimentar e sensibilizar quem detém o poder da caneta.

Por isso, quero louvar aqui – e comentava isso com a Deputada Carmen Zanotto – a nossa imensa habilidade de mulheres de fazer política para além de partidos políticos, para além dos nossos lugares políticos. Eu tenho absoluta convicção de que esses valores que foram tidos historicamente como femininos, hão de fundar essa nova sociedade mais justa e mais fraterna a que todos nós aspiramos: a compaixão, a solidariedade, a paixão, o afeto, a capacidade que nós temos de amar o outro e de estender a mão. Que nós possamos, todos e todas, lembrar esse dia como um dia a mais e um dia muito especial na luta pelas mulheres.

Dessa forma, em nome da Assembleia Legislativa, agradeço penhoradamente a presença das parlamentares federais aqui na nossa Casa e a cada um e a cada uma que passaram hoje grande parte do seu dia dedicada à luta pelas mulheres que, obviamente, não se encerra hoje, mas tem hoje um grande e importante capítulo da nossa história.

Obrigada pela presença de todos e de todas. Fazemos todos os dias as nossas lutas. As mulheres esperam isso de nós. Há uma grande caminhada a ser feita. Fica muito mais fácil quando estamos juntas.

Obrigada. *(Palmas.)* – Deputada **Jô Moraes**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES “VEGAS” E “MONTE CARLO”, DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião realizada em 15 de maio de 2012, às duas horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE)**, **Humberto Costa (PT-PE)**, **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Ciro Nogueira (PP/PI)**, **Paulo Davim (PV-RN)**, **Jayme Campos (DEM-MT)**, **Álvaro Dias (PSDB-PR)**, **Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**, **Fernando Collor (PTB-AL)**, **Vicentinho Alves (PR-TO)**, **Wellington Dias (PT-PI)**, **Jorge Viana (PT/AC)**, **Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)**, **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e **Sérgio Petecão (PSD/AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP)**, **Odair Cunha (PT-MG)**, **Paulo Teixeira (PT-SP)**, **Íris de Araujo (PMDB-GO)**, **Luiz Pitiman (PMDB-DF)**, **Carlos Sampaio (PSDB-SP)**, **Fernando Francischini (PSDB-PR)**, **Gladson Cameli (PP-AC)**, **Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, **Maurício Quintella Lessa (PR-AL)**, **Paulo Foletto (PSB-ES)**, **Miro Teixeira (PDT-RJ)**, **Rubens Bueno (PPS-PR)**, **Sílvio Costa (PTB-PE)**, **Filipe Pereira (PSC-RJ)**, **Delegado Protógenes (PCdoB-SP)**, **Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ)**, **João Magalhães (PMDB-MG)**, **Domingos Sávio (PSDB-MG)**, **Rogério Marinho (PSDB/RN)**, **Iracema Portella (PP/PI)**, **Ronaldo Fonseca (PR-DF)**, **Glauber Braga (PSB-RJ)** e **Vieira Cunha (PDT/RS)**. Deixou de comparecer a **Senadora Kátia Abreu (PSD/TO)**. Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **Senadores Pedro Simon (PMSB-RS)** e **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e **Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ)**, **Dimas Ramalho (PPS-SP)**, **Dr. Aluizio (PV-RJ)**, **Paulo Feijó (PR-RJ)**, **Roberto Freire (PPS/SP)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ)**, **Odacir Zonta (PP/SC)**, **Henrique Fontana (PT-RS)** e **Antônio Imbassahy (PSDB/BA)**. Por iniciativa do Deputado Onyx Lorenzoni, prontamente aprovada pela Comissão, o Senador Vital do Rêgo decidiu autorizar o acesso dos advogados do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos às dependências da Secretaria da CPMI, inclusive às informações de

caráter sigiloso, nos mesmos moldes franqueados aos Senadores e Deputados membros da Comissão (fls. 744), medida que foi prontamente comunicada via fax às 16h:01min ao Escritório Cavalcanti & Arruda Botelho Advogados dando continuidade aos trabalhos, foram aprovados os seguintes requerimentos:

| Nº | Ementa | Autoria | Observação |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 258/12 | Requer à Procuradoria Geral da República seja compartilhado informações a respeito do andamento do inquérito policial que resultou na Operação Lãs Vegas da Polícia Federal, no âmbito do Ministério Público Federal e quais providências foram adotadas no caso em tela. | Deputados Carlos Sampaio e Fernando Francischini | Contemplado pela aprovação do Requerimento 291/12 |
| 270/12 | Requer sejam solicitadas ao Procurador-Geral da República, por escrito, informações sobre os encaminhamentos dados por ele ao inquérito da Polícia Federal referente a operação “Vegas” recebido em 2009 pela PGR. | Deputado Luiz Pitiman | Contemplado pela aprovação do Requerimento 291/12 |
| 289/12 | Requer a convocação do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos para prestar depoimento nesta CPMI no dia 22 de maio de 2012. | Deputado Onyx Lorenzoni | APROVADO |

| | | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| 291/12 | Requer informações ao Procurador Geral da República acerca das Operações Vegas e Monte Carlo | Deputado Odair Cunha | APROVADO |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço aos Srs. Deputados e Senadores que assumam seus lugares nas suas respectivas bancadas.

Peço à assessoria que, se possível, se posicione, com as naturais desculpas desta Presidência pela má acomodação em virtude do restrito espaço físico deste ambiente.

Vamos dar início à nossa reunião.

Peço que o setor do som aumente o volume deste microfone, por gentileza.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião desta Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a Ata...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu me inscrevo para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para tratar da Ata?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é para tratar da Ata, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estamos apreciando a Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem, pelo art. 131 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou discutindo a Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero fazê-lo após a apreciação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deixe-me, primeiro, discutir a Ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu falarei após a apreciação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não havendo quem queira discutir a Ata, eu a declaro aprovada.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Vaccarezza, pela ordem.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, há uma parte que eu tinha encaminhado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não estamos ouvindo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Estamos com duas dificuldades.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, havia uma parte que eu tinha solicitado a V. Exª para retirar da Ata. Como foi uma reunião secreta, não posso declinar, mas todos os Deputados e Senadores aqui presentes sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Eu queria que V. Exª retirasse aquela parte. Acho que, como o clima estava exaltado na hora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato. V. Exª tem toda razão.

Peço à assessoria para encaminhar a Ata ao Deputado Vaccarezza, para que S. Exª, consultando a Ata, possa ter conhecimento se as expressões foram devidamente retiradas. Se as expressões não foram retiradas, a Presidência determina que elas o sejam. Determino que a assessoria entregue a Ata ao Deputado Vaccarezza.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É pela ordem. Não é uma questão de ordem, porquê...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É o art. 131, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é questão de ordem. É pela ordem, só para o ordenamento dos trabalhos.

V. Exª tem a palavra, pela ordem.

Depois, falará o Senador Pedro Taques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, também peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Depois, falará o Senador Randolfe e o Deputado Sílvio Costa. São os próximos inscritos.

Com a palavra, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, estamos diante de um fato novo. Esse fato novo é o despacho do Ministro Celso de Mello produzido no dia de ontem, suspendendo a presença aqui do de-

poente que estava convocado para ser ouvido neste horário, nesta reunião.

Acontece, Sr. Presidente, que, na reunião anterior, houve uma reunião secreta com a presença de advogados dos Srs. Carlinhos Cachoeira e Cláudio Abreu. Esses advogados não poderiam estar ali, de acordo com o despacho, ontem, do Ministro Celso de Mello. Por que isso? Porque os delegados aqui sentados, seja o Dr. Raul Alexandre, seja o Dr. Matheus, ambos falaram perante esta Comissão, o que não poderiam, de forma alguma, numa reunião aberta, produzir aqui a fala deles, inclusive indicando nomes, são 82 nomes citados ou até envolvidos no inquérito produzido pela Polícia Federal.

Diante disso, Sr. Presidente, não é a questão de ordem formulada anteriormente, mas é um fato novo relativo à decisão do Ministro Celso de Mello. Ele fala o seguinte sobre a questão da reunião secreta: “Que os advogados têm o direito pleno ao acesso das provas produzidas”. E, quando vem alguém a uma reunião secreta desta Comissão, há fatos novos a serem colocados.

Portanto, o advogado de uma parte – no caso do inquérito em andamento, do denunciado – jamais poderia estar aqui, constringendo pessoas a fazerem depoimento. Seria o mesmo se fosse num inquérito policial. Jamais o advogado poderia estar lá participando daquilo que iria constranger a testemunha.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos, aqui, insistir nesse despacho do Ministro Celso de Mello, de ontem, dizendo que “desde que tratem das provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentada no próprio inquérito de processo judicial.”

É por isso que estamos pedindo a questão de ordem, para que, daqui em diante, Sr. Presidente, em reunião secreta, não venha advogado deste ou daquele que está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, tirando inclusive a questão sigilosa. Claro que depois ele poderá ter acesso ao vídeo, ter acesso às notas taquigráficas, mas participar da reunião, eu quero pedir a V. Ex^a que está questão de ordem seja recebida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, antes desta questão de ordem, ou pela ordem do Deputado Bueno, eu gostaria de levantar uma questão de ordem, sim, com fundamento no art. 403, combinado com o art. 14, do Regimento do Senado da República, para tratarmos da decisão do Ministro

Celso de Mello, de ontem, que impediu a vinda do Cachoeira a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou pedir a V. Ex^a, sem lhe tolher a palavra, até permitindo a V. Ex^a imediatamente após a Presidência se manifestar, pedindo ajuda a V. Ex^a no conhecimento jurídico de V. Ex^a, porque a Presidência, efetivamente, não teve sequer tempo ou fôlego de ler o seu expediente. V. Ex^{as}, rápidos como felinos, apressaram-se em pedir questões de ordem e pela ordem. (*Risos.*)

E eu com o natural espírito democrático, eu vou abrindo. E aí eu queria posicionar-me para, depois, imediatamente, Senador Pedro Taques – até porque preciso sempre de socorro de V. Ex^a –, eu terei de passar a palavra a V. Ex^a. Porque eu não consegui ser mais eficiente do que os meus companheiros de trabalho em me posicionar como Presidente, que fui a autoridade que denegou o pedido.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Esta rapidez é uma característica dos mato-grossenses, Sr. Presidente, eu queria deixar consignado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. Com certeza. Porque também é uma área de grandes leopardos, de grandes felinos. (*Risos.*)

Por favor, por favor.

Sobre a Ata, para manifestação, Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, a sugestão é que seja também suprimido da Ata, os 82 nomes citados, que nada têm a ver com a operação, e que causaram muito constrangimento, até por terem vazado.

E para o registro da história, eu sugiro que sejam tirados, suprimidos estes 82 nomes, que estavam apenas citados dentro de todo o contexto da operação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Ata, inclusive, é secreta; o resumo é secreto.

Senador Pedro Taques... Peço a atenção dos senhores para a manifestação da Presidência.

Sobre a recente decisão da lavra do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, que, em sede de medida cautelar, no *habeas corpus* impetrado em favor de Carlos Augusto de Almeida Ramos, concedeu liminar para suspender a oitiva do paciente perante esta CPMI, porque não lhe foi permitido o acesso ao material, de posse desta Comissão, a Presidência tem os seguintes esclarecimentos a fazer:

1- Carlos Augusto de Almeida Ramos requereu, por intermédio do seu advogado, acesso ao material sigiloso, confiado a esta CPMI pelo Supremo Tribunal Federal.

Na sua petição, esclareceu que tanto a Justiça Federal de Goiânia quanto o Supremo Tribunal Fe-

deral indeferiram o pedido nesse sentido, formulado pelo requerente.

Instruí sua petição, com cópias dos despachos judiciais que denegaram acesso aos autos dos inquéritos.

Chama especial atenção o despacho do Ministro Ricardo Lewandowski, datado de 03 de abril de 2012, que indeferiu o pedido de Carlos Augusto de Almeida Ramos de acesso ao Inquérito 3430 ao seguinte argumento:

Decretado o sigilo do inquérito, o acesso aos autos fica restrito ao relator, à PGR, aos advogados dos investigados devidamente constituídos mediante procuração.

Por tais razões [diz o eminente relator], indefiro o pedido de Carlos Augusto de Almeida Ramos, fls 112-113, o qual deverá ser dirigido ao juízo da 11ª Vara de Goiânia, perante o qual o requerente é investigado.

4) Cabe ressaltar que o material remetido pela Suprema Corte a esta CPMI constituiu exatamente de cópia do Inquérito 3430 [cópia do Inquérito 3430], justamente a que o STF negou acesso ao paciente do *habeas corpus*, Carlos Augusto de Almeida [a cópia do Inquérito 3430]. No exercício da Presidência deste colegiado, deneguei e publicizei, no dia 10 do corrente mês, o pedido do requerente sob o seguinte fundamento:

A CPMI é detentora secundária de informações sigilosas em decorrência do compartilhamento deferido pelo Supremo Tribunal Federal. Se o Poder Judiciário titular, detentor in casu das primárias, das informações sigilosas, denegou o pedido do requerente, não pode a CPMI, na condição de detentora derivada dessas informações, deferir o pedido ora examinado.

Consignei ainda, na minha decisão:

Importa registrar também que nem mesmo os integrantes da CPMI tiveram [àquela época] ainda total acesso aos inquéritos em questão, não havendo razão para deferir pedido nesse sentido em favor do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Registro, portanto, que o próprio STF já havia indeferido ao requerente o acesso aos autos do Inquérito 3430, decisão que foi levada em conta por esta Presidência, para também, nesta sede, denegar o pedido em curso. Publiquei a presente decisão na página da CPMI, no dia 10 de maio.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos que deixar firme que os únicos documentos que existem na CPMI, lá na sala forte, na sala cofre, seja lá o nome que se dê, são aqueles originários do Supremo Tribunal Federal, originários da 11ª Vara de

Goiânia. E V. Ex^a pediu para a Polícia Federal e para a Procuradoria-Geral da República. Esses são os documentos.

Muito bem. No dia 02 de abril, o ex-Ministro da Justiça, e agora advogado do Cachoeira, pede ao Supremo Tribunal Federal acesso aos documentos do encontro fortuito que se encontra na Investigação Judicial 3430. Ele pediu ao Supremo no dia 02. O Ministro Relator do inquérito judicial, na velocidade de um felino, na velocidade de um relâmpago, o que não é comum em outros feitos, no outro dia, dia 03, decidiu – e decidiu de forma correta e eu quero cumprimentar o Ministro Lewandowski – não dando acesso ao advogado do Sr. Cachoeira a esses autos. Muito bem. Isso no dia 03.

Ato contínuo, no dia 7 de maio, o advogado do Cachoeira peticiona a V. Ex^a, como Presidente da CPMI, solicitando cópia dos documentos. V. Ex^a decide e decidiu bem, é bom que se diga, porque V. Ex^a não poderia, já no dia 10, quando V. Ex^a decidiu, ofertar ao advogado do cidadão Cachoeira acesso aos documentos, que o próprio Supremo Tribunal Federal, através de uma decisão do Ministro Lewandowski, havia indeferido.

Muito bem. Aí, ontem, o advogado peticiona novamente ao Supremo Tribunal Federal, através de um *habeas corpus*, dizendo que não teve acesso aos documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Um primeiro caminho que temos de tomar: indagar ao Supremo qual decisão nós devemos cumprir, porque temos duas decisões que são contraditórias. Uma decisão do Ministro Lewandowski, dizendo que existe sigilo, existe segredo, que nós não podemos ofertar cópia, e uma decisão do Ministro Celso de Mello, de ontem, dizendo que o Cachoeira não pode vir porque não teve acesso aos documentos.

Essa decisão do Ministro Celso de Mello, com todo o respeito a este grande Ministro do STF, de quem nós todos, brasileiros, temos orgulho, não prima pela melhor lógica das decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal. E eu digo por que. Existem decisões do Supremo Tribunal Federal, várias decisões, dizendo que o cidadão tem o direito constitucional de se manter em silêncio na CPI. Nenhum Deputado Federal, nenhum Senador aqui vai tratar o cidadão Cachoeira senão com o respeito que qualquer cidadão merece. Agora, ele tem a obrigação constitucional de vir a esta CPI para cumprirmos o devido processo legal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de o Supremo Tribunal Federal, com essa decisão, por que quero expressar o respeito... Decisão judicial se cumpre, mas, nas democracias, decisão judicial se debate, se critica. Na ditadura, decisão judicial não era criticada. Aqui, na democracia, um parlamentar tem o direito constitucional, com fundamento no art. 53 da Constituição,

de debater, sim, essa decisão judicial. Nós estamos aqui pedindo o cumprimento dessa decisão judicial, mas nós temos o dever constitucional de debatê-la.

Muito bem. Existe decisão do Supremo Tribunal Federal que diz o seguinte:

Um impetrante sem habeas corpus em uma CPI busca ainda concessão de medida liminar que o dispense da obrigação de comparecer perante a CPI em questão [é outra CPI]. Não vejo como atender esse pedido, eis que, como se sabe, a pessoa convocada por uma CPI para depor tem três deveres: primeiro, o dever de comparecer; segundo, o dever de responder as indagações; terceiro, o dever de dizer a verdade, salvo se as informações possam lhe ser prejudiciais. Aí é um direito constitucional que ele tem de permanecer calado.

Aqui, Sr. Presidente, nós estamos com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, expressando o respeito ao Ministro Celso de Mello, a quem todos nós devemos respeito, que está inviabilizando o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Vou dizer – e vou para o encerramento, Sr. Presidente – que outros investigados vão impetrar *habeas corpus* e não prestarão depoimento na CPI.

Nós temos o poder, o dever fundamental de ouvir essas pessoas. Alguns dizem assim: “Se ele pode ficar em silêncio, qual a obrigação de ele vir à CPI?” O silêncio constitucional é um direito dele; agora, nós aqui temos deveres e precisamos cumprir esse dever do devido processo legal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aqui, com todo o respeito, nós temos dois caminhos, Sr. Presidente, e um deles precisa ser trilhado. O primeiro caminho: pedir ao Ministro do Supremo Tribunal Federal a reconsideração dessa decisão – esse é o primeiro caminho. O segundo caminho é indagar ao Supremo Tribunal Federal qual das duas decisões nós devemos cumprir. Imaginem: o Delegado da Polícia Federal aqui disse que nós temos uma miríade de interceptações telefônicas; em quanto tempo nós vamos ouvir essas interceptações? Ele falou – parece-me – em anos. Nós vamos aguardar que o cidadão Sr. Cachoeira aqui compareça – já termino, Sr. Presidente. Essa decisão do Supremo Tribunal igualmente trata Comissão Parlamentar de Inquérito como processo, e, por decisões do próprio Supremo Tribunal Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito, como V. Ex^a bem disse na decisão, é uma investigação, não se aplica o art. 401 do Código de Processo Penal, em que o investigado ou, no caso, o processado tem que ser ouvido por último. De acordo com o art. 6º do Código de Processo Penal, que se aplica subsidiariamente à Comis-

são Parlamentar de Inquérito (art. 6º da Lei nº 1579, de 1952), ele pode ser ouvido a qualquer momento.

V. Ex^a decidiu bem. Agora, o Supremo Tribunal Federal está inviabilizando o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito com essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa, depois Randolfe e Onyx, para concluir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu só quero que V. Ex^a me permita, pelo menos, metade do tempo do Senador Pedro Taques.

Sr. Presidente, eu vou fazer uma questão de ordem, sim, mas antes eu preciso fazer um preâmbulo.

V. Ex^a tem tido muito cuidado em relação às reuniões secretas. Inclusive o Regimento proíbe, por exemplo, a divulgação das atas das reuniões secretas. Eu acho que efetivamente nós temos que ter uma espécie de choque de responsabilidade aqui nesta CPI.

Veja, se eu fosse politizar esta CPI, eu teria todos os motivos, por exemplo, para pedir a convocação do Governador Perillo. Eu sou da base de Lula, sou admirador do Presidente Lula e lembro que, na época do mensalão, quem mais bateu aqui no Presidente Lula foi o então Senador Perillo. Mas eu acho que qualquer Deputado ou Senador desta CPI tem que ter efetivamente a responsabilidade pública como seu norte. E as reuniões secretas têm sido vazadas e da pior das formas, pois vaza com ilações, que, na maioria das vezes, prejudicam as pessoas.

Vou dar um exemplo. Eu não quero citar os nomes dos parlamentares, até para não dar o direito que esses parlamentares peçam para falar. Mas eles vão colocar a carapuça. Fiquei pasmo, quando saí aqui da reunião secreta, eu li em todos os *blogs* a seguinte notícia – e eu já disse que eu tinha todos os motivos para convocar o Marconi Perillo: “Perillo ganhou uma casa de Cachoeira.” Deputado colocou na boca dele que o Governador Perillo tinha ganhado uma casa de Cachoeira. E o Perillo disse: “Não, eu vendi a casa e me pagaram com tais cheques.” Essa foi a primeira coisa com que fiquei estarrecido.

O segundo ponto, se nós formos convocar as pessoas do Brasil que foram citadas – porque uma coisa é citar, e outra coisa é se ter o *link* –, a gente ia ter que convocar efetivamente uma gama de pessoas que a gente não queria. Eu acho que a gente só pode falar em convocação para uma CPI, que é um assunto sério, ninguém quer sentar ali como convocado, quando a gente tem efetivamente um *link*. Não dá para jogar para a plateia, aparecer em todos os jornais e todos os *blogs* do Brasil, fazendo ilações sobre pessoas.

Então, essa é a primeira questão antes de fazer a minha questão de ordem, que é a seguinte, Presidente. Eu acho que a CPI tem hoje um motivo e fui

eu – fui eu! – quem fez a pergunta, quando o Dr. Raul estava sentado ao seu lado esquerdo, e lembro que perguntei a ele – e daqui a pouco vou fazer a questão de ordem: Dr. Raul, essa Operação Vegas foi concluída ou foi interrompida? “Bom, Deputado, eu vou contar a história.” E ele começou a contar a seguinte história e eu vou fazer a questão de ordem:...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu peço a V. Ex^a...são cinco minutos e eu não coloquei prazo para ninguém. Como não coloquei prazo para V. Ex^a, a partir de agora eu vou colocar todos os prazos, porque precisamos votar os requerimentos.

Peço a compreensão dos senhores no ordenamento dos trabalhos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu só pedi metade do prazo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu sei, V. Ex^a sintetize, amigo Sílvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, o Dr. Raul disse o seguinte: “Em setembro de 2009, um juiz de Goiás determinou que eu entregasse a Operação Vegas à Procuradoria Geral da República.” E eu perguntei se ele entregou. E ele: “Entreguei.” Aí eu perguntei: “E o senhor voltou à Procuradoria?” E ele: “Um mês depois eu voltei.” Perguntei quem ele procurou. E ele: “Procurei a Dr^a Cláudia.” “E o que foi que a Dr^a Cláudia lhe disse?” E ele respondeu: “A Dr^a Cláudia me disse que não podia avançar porque não tinha elementos [e está gravado] para prosseguir.”

Então, começa de agora um desencontro de informações. Eu sei que o PT politizou, que o Rui Falcão cometeu um equívoco, politizando, como sei também que o Procurador politizou. Fala-se muito em judicialização do Poder Legislativo. Falo aqui de uma coisa chamada parlamentarização do Judiciário. Vi Ministros do Supremo defendendo o Procurador. Isso é a parlamentarização do Judiciário; não se pode aceitar isso.

Então, minha questão de ordem é a seguinte: Há um zum-zum-zum aqui de que não se pode convocar Procurador. Mas, no art. 58 da Constituição do País está escrito [art. 58] que a CPI pode convocar autoridades. Peço a V. Ex^a: Por favor, defina quais são as autoridades que a gente pode convocar para que a gente possa se posicionar. Art. 58.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Bom, agora encerro as discussões.

Para o ordenamento dos nossos trabalhos, eu estava discutindo a questão da ausência motivada por decisão judicial. Esse é um assunto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é isso, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Alguém quer se posicionar sobre essa ausência?

Ainda há Randolfe, Onyx... Quem quer se posicionar sobre essa ausência?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – De dois minutos eu preciso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Só sobre ausência: Randolfe, Miro. Sobre ausência, Miro, Randolfe, Onyx... Miro e Alvaro. Sobre ausência, três minutos para cada um. OK?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Podem ser até dois, chega.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não, três minutos para cada um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sou eu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Randolfe, três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, o art. 58 da Constituição já citada é claro: Comissões Parlamentares de Inquérito com poderes próprios de autoridades judiciais, podendo convocar qualquer autoridade ou cidadão.

O direito de vir aqui e permanecer em silêncio é o direito que assiste a qualquer um que for convocado por esta CPI. A prerrogativa de convocar é um instituto também constitucional que pertence a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa.*)

Não, estou dialogando. É sério, estou dialogando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– E, ao mesmo tempo, respondendo se houve corte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– ...sobre a questão de ordem do Senador Pedro Taques. Perfeito.

Eu utilizo meu dispositivo para expressar aqui o meu entendimento de que, de igual sorte, a decisão do eminente Ministro Celso de Mello, repito, Ministro que esta Casa tem que respeitar... Mas quero reiterar o entendimento. Decisão judicial se cumpre, recorre-se dela e se debate numa democracia, como já foi dito pelo Senador Pedro Taques. E nós, como Membros de um Poder da República, do Poder Legislativo, quando este é aviltado – porque é disso que se trata – há uma intromissão do Judiciário clara num Poder da República, no Poder Legislativo. Se prosperar pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal essa decisão já exarada do Ministro Celso de Mello, não existirá mais CPI no País. Porque, concretamente, trata-se disso. É uma decisão *sui generis*, é uma decisão sem precedentes na história de Comissões Parlamentares de Inquérito em nosso País. Se ela por acaso triunfar, nós não teremos mais instituto e, mais do que isso, o Congresso Nacional, o Parlamento brasileiro existe em função de duas prerrogativas: a prerrogativa de fiscalizar e a prerrogativa de investigar. Essa segunda prerrogativa, a da inves-

tigação, tem efeito por parte do Parlamento por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Nesse sentido, Sr. Presidente, é urgente a manifestação desta CPI, de V. Ex^a, para que esta decisão do Ministro Celso de Mello seja urgentemente deliberada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. Espero que ela não continue, que ela não prospere, porque é uma ameaça à existência do instituto de Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Muito bem. Deputado Onyx com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Deputadas e Senadores

que aqui estão, quero somar aqui às intervenções do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe para dizer o seguinte: nós temos que reafirmar a autonomia, a separação de Poderes e a independência dos Poderes. V. Ex^a, dentro daquilo que foi dado, tomou o caminho correto. Portanto, quero reiterar meu reconhecimento e meu aplauso a V. Ex^a.

Mas eu queria propor o seguinte, na linha do Senador Randolfe e do Senador Taques, que a CPI officie hoje aos advogados do Sr. Cachoeira e que, nesta reunião ainda – e já providenciei o requerimento –, nós façamos uma nova convocação do Sr. Cachoeira para terça-feira que vem. Nós igualaremos todo mundo, os Deputados e os advogados do Sr. Cachoeira terão o mesmo tempo, de hoje até a próxima terça. Cumprimos as decisões judiciais, reafirmamos a nossa independência e autonomia e não quebramos sigilo nenhum. Ele vai lá, tem acesso como cada um de nós sob a responsabilidade do estamento da Ordem dos Advogados do Brasil e, terça-feira que vem, Sr. Presidente, teremos aqui o Sr. Cachoeira, sim, para cumprir como disse o Senador Taques: ou nos responde ou fica calado, mas vai cumprir aquilo que é um direito do Parlamento brasileiro de investigar e ter aqui aquele que é investigado no interesse da sociedade brasileira.

É essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Muito boa a proposta.

Senador Alvaro Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para apoiar a sugestão do Senador Pedro Taques combinada com a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni. É preciso requerer, sim, imediatamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministro Celso de Mello a reconsideração da decisão de ontem para evitarmos jurisprudência, para evitarmos precedente. Este é um precedente pernicioso, que compromete esse instituto essencial do Parlamento que é a Comissão Parla-

mentar de Inquérito. Esse é um ponto. Até porque os argumentos utilizados pela defesa de Cachoeira são contraditórios. Alega-se ausência de conhecimento das informações disponíveis para a CPI. Ocorre que antes de nós e mais do que nós, o Sr. Cachoeira e o seu advogado conhecem todas as informações disponibilizadas para a CPI. Aliás, temos menos informações na Secretaria da CPI do que temos nas redações dos jornais, das revistas e de todos os órgãos de comunicação e das redes sociais neste País. O que temos na Comissão Parlamentar de Inquérito é falho; há arquivos corrompidos, que não podem ser acessados, há relatórios com pastas em branco, há informações que não constam.

Portanto, os advogados que possuem acesso aos autos possuem todas as informações que foram disponibilizadas à CPI e mais do que elas. Portanto, esse argumento, além de contraditório, é inconsistente, inadequado e não pode subsistir.

Sr. Presidente, o apelo que fazemos na esteira da argumentação do Senador Pedro Taques é que V. Ex^a, em nome desta CPI, recorra ao Ministro Celso de Mello, solicitando dele a reconsideração. E podemos, ao mesmo tempo, para concluir, votar a proposta do Deputado Onyx, já um novo requerimento de convocação do Sr. Carlos Cachoeira.

Era a sugestão que eu tinha a apresentar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Deputado Miro estará com a palavra agora.

Mas, deixem-me dizer de forma objetiva e prática – e aí V. Ex^{as} não de continuar falando. Não quero tolher a palavra daqueles que estão inscritos, até porque a reunião de hoje precisa ter a sua parte objetiva, que é a questão dos requerimentos que estão para votação –, que existe uma proposta que é saneadora de um vazio procedimental desta Comissão, haja vista a decisão de ontem. Nós estávamos trabalhando, Deputado Onyx, com a assessoria durante a manhã de hoje, e V. Ex^a nos ajuda de forma extremamente positiva. Eu consulto V. Ex^a, o Plenário, para deixar de forma absolutamente colegiada.

O Deputado Onyx suscita a esta Presidência que definamos um novo prazo de convocação do Sr. Carlos Augusto para a próxima semana e esta Presidência abra como um direito, segundo a legislação federal em vigor, aos advogados a sala de acesso aos autos, com as mesmas regras que cabem a nós, Parlamentares e assessores, para que eles tenham pleno acesso aos autos, em uma semana inteira, e, a partir daí, deixaria de existir qualquer cerceamento da amplitude de defesa dada ao paciente. Com isso, nós marcaríamos.

Eu quero consultar de forma absolutamente clara: eu posso fazer isso?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pode, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em votação.

Aqueles que concordam com a proposta...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Em discussão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para encaminhar a favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente, qual é minha sugestão? Eu concordo com a ponderação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concorda?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas tenho receio – e conversava aqui com o Senador Pedro Taques – de um novo *habeas corpus*. O que eu faria com uma medida... O que eu faria com uma medida preventiva?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos tentando medidas saneadoras.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu pediria que V. Ex^a ouvisse a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu concordo com a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni desde que, concomitantemente, V. Ex^a entrasse com o pedido de reconsideração, levando as informações de que dispõe no *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei, farei isso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aí é uma concomitância... É uma medida preventiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei as duas situações.

Para encaminhamento a favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espera aí, Silvío.

O Deputado Miro Teixeira está com a palavra. Será um encaminhamento a favor e outro contra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, só mais um esclarecimento no sentido do Carlos Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira, Rosinha.

Eu concordei já com Carlos Sampaio. Vou fazê-lo. Miro Teixeira, com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Presidente, só um pouquinho.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Nós vamos ficar batendo boca?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Só para agregar. É o seguinte: V. Ex^a está colocando em votação um texto oral.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer por escrito.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Deixe por escrito, e que a votação seja nominal, porque se não nós não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou pedir à assessoria para fazer isso.

Miro Teixeira, encaminhe, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pelo que percebi, e peço que V. Ex^a confirme, na comunicação, no despacho, na decisão do Ministro Celso de Mello, ele estabelece que o Cachoeira não precisa vir numa certa data, que eu tenho a impressão de que é hoje. Acho que, ao final...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, Miro. Enquanto durarem os efeitos da liminar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas eu peço que veja isso.

O pedido de reconsideração tem que ser feito. No caso de indeferimento, tem-se que preparar o agravo; no caso de não provimento do agravo, tem-se que ir para o regimental. Nós temos que ir para o plenário do Supremo Tribunal Federal. Irmos todos para lá. E, paralelamente, temos que preparar novas convocações, de tal maneira que, se for o caso, o Supremo tenha que dar cinco *habeas corpus* por semana, para que o povo veja o que se está passando. Não é hora de tergiversar. É hora de lutarmos pelas prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo.

Agora, Sr. Presidente, eu acho desumano o que se está passando com V. Ex^a. V. Ex^a está até hoje sem os vice-presidentes, os partidos. E sugiro até que o 1º Vice-Presidente seja um Deputado do PT, e aqui não está falando nenhum candidato à Vice-Presidência. Eu lhe asseguro.

Precisamos ter a Mesa composta para estudarmos essas situações. É preciso definir um jurista que fará a sustentação lá no Supremo Tribunal Federal. Agora, paralelamente, não devemos interromper as convocações, para que eles tenham que dar uma decisão por dia!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E mais, Presidente: desde já, V. Ex^a pode mandar, mesmo sem ter

sido solicitado, ao Relator Celso de Mello, esse relato do que V. Ex^a fez, a título de memorial talvez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Junto com o pedido de reconsideração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer o pedido de reconsideração.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Os delegados estavam aqui até na reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero encaminhar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para encaminhar contra, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, qualquer advogado, por menos intimidade que tenha com o Direito, sabe que quando ele pega uma causa, a primeira coisa que ele tem que fazer é procurar os autos. É ler os autos. Esse argumento do competente advogado de Cachoeira, que não teve acesso aos autos, a mim não convence. Primeiro que tanto a Operação Vegas quanto a Operação Monte Carlo já são públicas. Isso já está em todos os *blogs* há não sei quanto tempo. Segundo, é evidente que o advogado foi ao Supremo ou à Procuradoria, e ele leu esses autos. Possivelmente, ele não teve tempo de se aprofundar.

Então, sinceramente, por mais que eu respeite a decisão que o Dr. Celso de Mello tomou, eu respeito, agora, não compreendo.

Sr. Presidente, por isso, eu sou contra e queria que, por favor, V. Ex^a respondesse a minha questão de ordem, art. 58, da Constituição. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei a V. Ex^a.

Senador Cássio Cunha Lima, com a palavra, rapidamente, como V. Ex^a pediu.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu declino. Estou satisfeito com a posição do Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A assessoria está concluindo o requerimento que foi suprapartidariamente planejado, englobando os dois. Quanto ao pedido de reconsideração, já foi determinado à assessoria para fazê-lo e nós vamos entrar...

Francischini! Rapidamente, porque nós temos requerimentos a aprovar e como determinam os efeitos colegiados dessa decisão, não posso fazer nenhuma votação em requerimento verbal.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – O senhor tem conhecimento de que o STJ acabou de julgar o *habeas corpus* do Sr. Cachoeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Acabou de julgar. O Ministro Gilson Dipp deu parecer contra. Foi unânime e continua preso. Então, para mim, caracterizou que houve uma estratégia da defesa em não trazer o Sr. Cachoeira aqui enquanto ele pudesse ser solto no STJ.

Acho que o senhor como Presidente desta CPMI, deveria procurar o Ministro Celso de Mello para que ele revogue, neste momento, esse *habeas corpus* e trazer o Sr. Cachoeira agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos fazer isso. OK.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Mandar buscá-lo na Papuda. A Polícia Federal vai buscá-lo na Papuda e traz agora, porque o Ministro Celso de Mello foi enganado pelo advogado de defesa quando entrou com esse *habeas corpus*, porque todo repórter que está aqui dentro, na hora em que queria alguma informação, buscava com quem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Com os advogados, que sabem até mais do que nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dê-me a lista de votação.

Em votação a decisão – é o requerimento que será pautado e vou colher os votos de V. Ex^a – de disponibilizar aos advogados do envolvido, Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, o amplo acesso às dependências da Secretaria da CPMI, onde encontrarão tudo que já foi produzido e recebido por esta CPMI, nos mesmos moldes que o franqueado aos Parlamentares Membros desta CPMI.

O STF será informado desta decisão na oportunidade de interposição de agravo regimental contra a decisão do Ministro Celso de Mello.

Como vota o Sr. Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota Humberto Costa?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso fazer uma proposta inicial de uma frase?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. Faça, Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para dizermos logo de começo o seguinte: os advogados têm acesso a essas provas antes de nós. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– OK. Coloco a frase do Miro.

Como vota Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vicentinho Alves?

Ele está presidindo uma comissão próxima daqui.

Kátia Abreu? (*Pausa.*) Ausente.

Sérgio Petecão está? (*Pausa.*) Não.

Cândido Vaccarezza, como vota V. Ex^a?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente, sem a frase do Deputado Miro, porque V. Ex^a disponibilizou para todos os Deputados antes de ter disponibilizado para ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. É verdade. Eu tinha disponibilizado.

Odair Cunha, como vota?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Paulo Teixeira, como vota?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Íris de Araújo, como vota?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Luiz Pitiman, como vota?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente, sem a frase do Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

Carlos Sampaio, como vota?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Fernando Francischini?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR)

– Sim, com a frase do Deputado Miro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Gladson Cameli, como vota? (*Pausa.*)

Gladson Cameli não está.

Onyx, como vota?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, com o original, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o original.

Maurício Quintella?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente. Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu vou votar Sim, do jeito que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Sílvio Costa? (*Pausa.*)

É voto conhecido. Encaminhou contra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, estou estarecido. É a primeira vitória de Cachoeira nesta CPMI. Voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Delegado Protógenes? (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Como vota o Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Requerimento foi aprovado com o texto original.

Sobre a mesa, requerimentos do Ministério Público, para discussão de V. Ex^{as}.

Iniciamos o processo de discussão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à assessoria a questão de ordem do Deputado Sílvio Costa, que vou responder.

Aguarde somente um instante.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E a minha também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – À de V. Ex^a vou responder agora.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sobre a mesa, para complementar a decisão tomada, está o Requerimento nº 289, que convoca o Sr. Carlos Cachoeira a estar, na terça-feira que vem, dia 22, neste plenário, Sr. Presidente. Esse é um direito desta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É consequência do requerimento anterior votado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É consequência do que votamos há um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

Vamos à questão de ordem do Deputado Rubens Bueno.

O Ministro Celso de Mello...

Vamos produzir a questão de ordem do Deputado Sílvio Costa. Onde está a questão de ordem do Deputado Sílvio Costa? (*Pausa.*)

Determino que a assessoria recolha e analise a questão de ordem apresentada pelo Deputado Sílvio Costa.

Vamos à questão de ordem do Deputado Rubens Bueno.

O Ministro Celso de Mello refere-se às provas já conduzidas no contexto das investigações, no momento do despacho, na fase de investigações policiais, na fase pré-processual. Embora o direito ao contraditório

seja exercido apenas na fase do processo penal, o STF assegura o acesso dos advogados do investigado às provas já produzidas. Isso foi, inclusive, contextualizado aqui. Isso tem uma razão de ser: evitar que se frustram as medidas próprias da investigação, como o deferimento de interceptações telefônicas e busca e apreensão, para citar alguns exemplos.

No rito de uma CPI, como bem falou há pouco o Sr. Senador Pedro Taques, diferentemente do que ocorre na fase de investigação policial, o STF reconhece que o acusado ou indiciado tenha o direito de ser assistido em todas as fases por advogado. Nesse sentido, bem trouxe, em socorro desta Presidência, o Sr. Senador Randolfe a decisão do Ministro Celso de Mello na medida cautelar do Mandado de Segurança nº 30.906, impetrado em face do Presidente da CPI do Ecad, que se encontra neste auditório. Não é isso, Senador Randolfe? Isso já foi levado ao conhecimento de V. Ex^a em reunião anterior desta CPML.

Por isso, indefiro a questão de ordem de V. Ex^a, com respeito. Solicito que V. Ex^a encaminhe o recurso à autoridade competente, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – E já faço o pedido de recurso a V. Ex^a. Que conste da Ata o meu pedido!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com todo prazer, Deputado.

Há itens para discussão.

Daqui a pouco, respondo ao Deputado Sílvio Costa.

Pela ordem, são os Itens 118, 164...

Peço que consultem a pauta que está nas mãos de V. Ex^{as}.

São os Itens 118...

Inicialmente, a reunião destina-se à discussão dos requerimentos, dos itens, que vamos discutir, acerca do Ministério Público Federal (MPF). São os itens acerca do MPF, conforme foi anunciado previamente por esta Presidência.

É o Item 118.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, o de nº 118 se refere ao Leréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o item ou o requerimento? (*Pausa.*)

É o número do requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, peça-lhe um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ler os requerimentos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Chame pelo item da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Trata-se do Item 83.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – E a complementação da decisão que tomamos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vou chamar. Tenha calma, meu irmão! Vou chamar.

Trata-se do Item 83, que se refere ao Requerimento nº 118.

Vou dizer por item: Item 83, Item 164, Item 174 e Item 182.

Antes eu vou... Não tem ainda?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Está apartado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está apartado.

Por uma questão... Eu preciso ter a autorização dos senhores – eu peço a atenção dos senhores –, eu preciso ter...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O apartado tem outra numeração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Se tem outra numeração, eu recorro à assessoria, aos universitários aqui. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dois sete zero.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – É o Item 170, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o Item 6.

Olha, está entrando fora do padrão. E eu preciso forçar um acordo entre V. Ex^{as}. Por isso que não nomeiei anteriormente o Requerimento do Deputado Onix para a reconvocação... Este entrou agora. Tem 48 horas. Este entrou agora.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Este entrou agora?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então está fora das 48 horas. E, estando fora das 48 horas, eu preciso de um acordo de Liderança, todo mundo dizendo “sim” ao Requerimento do Onix.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, mas é o jeito de convocar o Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro, meu amigo!

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu entendi, Presidente! Eu estou concordando com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos concordam? (*Pausa.*)

Vou chamar...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– A convocatória já está aprovada. O que nós devemos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não, é uma nova convocatória.

Aqueles que concordam com o requerimento de nova convocatória permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a nova convocatória por unanimidade.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a 170.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Agora tem que ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vou fazer nominal. Vou fazer a inclusão em pauta para fazer nominal.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, mas a 170 ficou fora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um sete zero ficou fora. Eu vou fazer nominal.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, por que ficou fora a 170?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a nova convocatória José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata?

A SR^a. LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin? (*Pausa.*)

Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza? (*Pausa.*)

Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jayme Campos? (*Pausa.*)

Alvaro Dias? (*Pausa.*)

Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Fernando Collor?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

Íris de Araújo? *(Pausa.)*

Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Carlos Sampaio? *(Pausa.)*

Gladson Cameli não está. *(Pausa.)*

Onix? É o Relator.

Maurício Quintella. *(Pausa.)*

Paulo Foletto? *(Pausa.)*

Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Aprovado.

Senador Vicentinho Alves, desculpe-me, eu não o vi.

Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

De acordo com o art. 58, Senador Silvio Costa, como bem disse o Senador Randolfe Rodrigues... Senador ou Deputado? Desculpe-me. Mas vai ser Senador, certamente, pelo povo pernambucano.

Mas o art. 58, § 2º, inciso V, diz: “Autoridade só exclui o chefe de poder, o Presidente da República, e do STF”.

Esse é o entendimento da Presidência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria, por favor, porque é tão importante que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu já me posicionei.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, espere aí, calma! Isso é tão importante que eu gostaria que algumas pessoas aqui ouvissem que V. Exª repetisse. Só não pode convocar Presidente da República e Presidente do Supremo. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É o entendimento da Presidência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não. É o entendimento da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não. É o entendimento da Presidência...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o entendimento desta Presidência, sujeito às interpretações das mais diferentes...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sujeito a tempestade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Bom, vamos lá. É o Item 118. Para leitura.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, só para confirmar que foi efetivada a convocação para terça que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Convocação para terça que vem.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Só anunciar isso, pois acho que era importante.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, o que nós estamos nos propondo aqui, nesta tarde, se V. Exªs me permitem uma divagação inicial, é que nós sobrestemos para a próxima reunião de quinta-feira. Tenho de fazer justiça ao Deputado Onyx, por exemplo, entre outros, que, de maneira sistemática, tem alertado esta Relatoria da importância da quebra de sigilos. Ocorre que, além de dialogar com diversos Parlamentares sobre esse tema, estamos fazendo uma análise precisa e bem profunda sobre todas as hipóteses de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Por essa razão, nós não estamos encaminhando a votação nessa tarde e o faremos na próxima quinta-feira. Inclusive registro aos ilustres pares que, se houver alguma menção específica, alguma preocupação, alguma sugestão fundamental que algum Parlamentar quiser fazer a essa Relatoria, estamos abertos e dispostos a produzir esses entendimentos.

Eu pedi ao Presidente desta CPMI que pautasse, nesta tarde, o tema da convocação do Procurador-Geral da República, porque julgo... Aliás, os requerimentos, como um todo, que ou tratam da convocação do Procurador-Geral da República...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço atenção dos senhores para a fala do relator, que está fazendo uma síntese sobre os quatro requerimentos acerca do Ministério Público.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ou são de requerimento de informação. Nessa linha, vão, por exemplo, os requerimentos do Deputado Carlos Sampaio e do Deputado Francischini, o item 170; do Senador Fernando Collor, o item 174; do Deputado Luiz Pitiman, o Requerimento nº 270; e ainda do Senador Fernando Collor, o item 83, o Requerimento nº 118. Todos tratam de convocação ou da Subprocuradora, Dr^a Cláudia, ou do Procurador, Dr. Gurgel, ou são requerimentos de informação.

Nesse sentido, diante dos fatos, diante do depoimento dos Delegados da Polícia Federal a esta CPMI, diante da nota da Polícia Federal – salvo engano, emitida ontem ou anteontem, no final do dia – e diante de notícias de jornais, entendemos que esta CPMI não pode não conhecer oficialmente a versão da Procuradoria-Geral da República, porque não posso acreditar que o órgão do Ministério Público Federal vá dialogar com esta CPMI pelos jornais. Nós precisamos criar um mínimo de formalidade e de processos nesse entendimento.

É importante termos clareza de que não estamos, em nenhum momento, investigando a conduta de qualquer membro do Ministério Público Federal. Estamos investigando – é preciso que repitamos isto muitas vezes – a organização criminosa criada pelo Sr. Carlos Cachoeira e suas ramificações, organização essa que foi descoberta e desvendada, por fim e a cabo, por duas operações da Polícia Federal.

É natural que este órgão do Poder Legislativo interaja com todos aqueles e com todas aquelas que, de alguma forma, cooperaram e funcionaram nessas duas operações da Polícia Federal. Nós só estamos nos dirigindo ao Ministério Público Federal, porque esse órgão funcionou nas duas operações da Polícia Federal. Não fosse assim, nós não estaríamos nos referindo ao Ministério Público Federal. Queremos, sim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a colaboração do Ministério Público nessa investigação. Por isso, as informações que o Ministério Público puder nos conceder são essenciais.

Questões adjetivas não devem ser tratadas por nós de nenhuma forma. Não é bom que tenhamos a imprensa e na imprensa o palco para esse debate. O espaço adequado para esse debate, para essa investigação, é o plenário desta CPMI.

Por essa razão, dialogando com diversos parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e

Deputadas, lideranças dos mais diversos partidos, querendo fortalecer o papel do Ministério Público, mas compreendendo que tão importante quanto o Ministério Público é o papel desta CPMI, estou encaminhando pelo sobrestamento dos outros requerimentos, propondo uma modificação no requerimento do Deputado Luiz Pitiman.

O Requerimento do Deputado Luiz Pitiman é o de nº 270. Como não está pautado o requerimento que essa relatoria quer pautar, estou pedido ao Deputado Luiz Pitiman aqui, de público, que assumo o inteiro teor do que eu vou ler, porque percebo que o inteiro teor do que vou ler dialoga com a maioria desta Casa, inclusive com S. Ex^a, Deputado Luiz Pitiman.

Esta Emenda substitutiva – vou dizer assim – seria escrita nestes termos:

Sr. Presidente, com fundamento no art. 50, *caput*, combinado com o art. 158, § 3º, ambos da Constituição Federal, bem como, com base no art. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Procurador-Geral da República, no prazo máximo de dez dias, as seguintes informações [e friso aqui o prazo, porque é importante lembrar que esta Comissão requisitou os autos da Operação Vegas, Inquérito 42; e os autos da Operação Monte Carlo, Inquérito 89, ao Procurador-Geral da República, que não encaminhou a esta Comissão até hoje, diferente do que fez o Ministro Lewandowski, que os encaminhou aqui. Por isso, acho importante que nós coloquemos nesse requerimento um prazo]:

a – em que circunstância chegou à Procuradoria-Geral da República [e peço à nossa assessoria que distribua este requerimento] a investigação da chamada Operação Vegas, Inquérito 42, de 2008, da Justiça Federal de Goiás?

b – em que data o inquérito referido na alínea anterior chegou à Procuradoria-Geral da República?

c – diante dos indícios verificados no curso da investigação e reconhecidos na representação para a instauração do Inquérito 3430, de 2012, do Supremo Tribunal Federal, em que figura como investigado o Senador Demóstenes Torres, quais as providências adotadas à época pela Procuradoria-Geral da República no mencionado inquérito?

d – em que data e quais circunstâncias a Procuradoria-Geral da República teve conhecimento da Operação Monte Carlo, Inquérito 89, de 2011, na 11ª Vara da Justiça Federal de Goiânia?

e – diante dos indícios verificados no curso da investigação e igualmente reconhecidas na representação para instauração do Inquérito 3430, de 2012, do Supremo Tribunal Federal, já referido, quais as provi-

dências adotadas à época pela Procuradoria-Geral da República?

Justificação:

O Ministério Público é uma instituição de Estado indispensável à administração da Justiça, a quem compete a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ele detém o monopólio da ação penal, cabendo-lhe, entre outras funções institucionais, representar junto ao Supremo Tribunal Federal para instauração de inquérito penal quando o investigado for membro do Congresso Nacional, detentor de prerrogativa de função.

Nesse sentido, o art. 110 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 231: Apresentada a peça informativa pela autoridade policial, o Relator encaminhará os autos ao Procurador-Geral da República, que terá 15 dias para oferecer a denúncia ou requerer o arquivamento.

§1º – As diligências complementares do inquérito podem ser requeridas pelo Procurador-Geral ao Relator, interrompendo o prazo deste artigo, se deferidas. Igual prazo de 15 dias é o fixado pela Lei nº 8.038, de 1990, que institui normas procedimentais para os processos que especifica perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

Art. 1º – Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público terá o prazo de 15 dias para oferecer denúncia ou pedir arquivamento do inquérito ou das peças informativas.

§1º – Diligências complementares poderão ser deferidas pelo Relator com interrupção do prazo deste artigo.

Notícias veiculadas pelos meios de comunicação e depoimentos colhidos por esta CPI colocam em questão a condução [não estamos aqui fazendo juízo de valor] pela Procuradoria-Geral da República do conteúdo das informações colhidas, a partir das investigações dos Inquéritos nºs 42 e 89, Monte Carlo e Vegas.

As informações solicitadas neste requerimento são indispensáveis para esclarecer ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira aspectos atinentes à investigação desta CPMI que suscitem questionamentos acerca da legitimidade de procedimentos adotados por instituições públicas.

Por essas razões, solicitamos a aprovação deste requerimento.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Uma questão de ordem, logo depois da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Uma questão de ordem, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos organizar as questões de ordem. Vamos discutir o requerimento. Estamos com uma proposta...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, peço minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ordenar os trabalhos e vou ouvir todos os senhores. Não vou limitar a participação de nenhum Parlamentar que queira se posicionar sobre assunto tão relevante. Vou apenas colher e peço à assessoria que colha o nome de todos os Senadores e todos os...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para discutir o requerimento, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à secretaria para anotar. Não estou vendo ninguém. Primeiramente, Deputado Luiz Pitiman – a assessoria está anotando – como prioritário, porque é o autor do requerimento, que foi citado como requerimento saneador pelo Relator.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para discutir o requerimento, Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não vou anotar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Olha para cá Marcos, para esse lado...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou ouvindo o Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, entendo que o complemento que o nobre Relator fez ao nosso requerimento transforma, realmente, e retorna esta CPI aos trilhos. As perguntas que nós temos ao Procurador-Geral são justamente estas. Esta CPI não foi criada para nenhum outro tipo de investigação a não ser exclusiva do Sr. Cachoeira e todas as pessoas que junto com ele cometeram crimes.

A solicitação para que seja feito por escrito será extremamente esclarecedora e nos permitirá ainda a avaliação de todos os Pares para que, após isso, nós possamos nos dar por satisfeitos ou ainda fazer algum tipo de solicitação a mais.

Com esse complemento, temos a certeza absoluta de que venceremos essa pauta e entraremos na pauta definitiva, que é investigar o Sr. Cachoeira. Não

a Procuradoria, não qualquer outra pessoa que esteja fora do foco e fora do objetivo desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– A partir de agora, obedecendo a lista de inscritos pela secretaria, eu vou dar um prazo de três minutos para cada um dos inscritos. Todos os senhores vão ter direito de se posicionar. É uma questão apenas de aguardar a vez. Por ser relevante o tema, eu peço aos senhores apenas a disciplina do tempo, para que possamos ter o direito de ouvir todos os senhores. São três minutos, Rubens Bueno.

Maurício Quintella, Vanessa Grazziotin, Carlos Sampaio, Fernando Collor, Humberto Costa, Silvio Costa e Onyx Lorenzoni. São os primeiros.

Maurício Quintella, com a palavra.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – V. Ex^a poderia ler a lista completa, Presidente, para saber se quem pediu a palavra foi visto?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Então, vou parar agora. Para, para tudo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Presidente, apenas para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vamos lá! Faça o esclarecimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou propondo que nós não votemos os outros requerimentos. Nós vamos discutir e votar o requerimento do Deputado Luiz Pitiman, Requerimento nº 270, com as alterações que estou propondo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ler a lista completa daqueles que já estão inscritos. Quem não estiver inscrito, passe a inscrição: Maurício Quintella, Vanessa Grazziotin, Carlos Sampaio, Fernando Collor, Humberto Costa, Silvio Costa, Onyx Lorenzoni, Alvaro Dias, Miro Teixeira, Sérgio Souza, Cássio Cunha Lima, Randolfe Rodrigues, Vieira da Cunha, Cândido Vaccarezza, Delegado Protógenes, Rubens Bueno, Pedro Taques, Paulo Teixeira, e por aí vai.

Com a palavra Maurício Quintella. Três minutos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu me inscrevi antes de Pedro. Ele estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É um erro da secretaria, Lídice. Eu peço desculpa por eles agora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Assim é impossível!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Maurício Quintella, com a palavra.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL)

– Presidente, peço a V. Ex^a que retome o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou tentando. Vamos lá, Maurício, por favor.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, primeiro, eu queria parabenizar o Relator pela decisão que tomou em reorganizar esse requerimento.

Esta CPMI, obviamente, não foi criada para se investigar o Procurador-Geral da República, nem o Ministério Público Federal, mas, depois dos depoimentos aqui prestados pelos dois delegados da Polícia Federal, sem dúvida nenhuma os esclarecimentos se tornaram obrigatórios, tanto pelo Chefe do Ministério Público quanto pela própria instituição. Isso, Sr. Presidente, fica claro pelo fato de o Procurador-Geral da República ter recebido a Operação Vegas em agosto de 2009 e apenas ter feito a denúncia a respeito das pessoas que detinham prerrogativa de função após o desenlace da Operação Monte Carlo.

Nessas circunstâncias, Sr. Presidente, ficou claro também que fatos estranhos ocorreram. Primeiro, do ponto de vista processual. Portanto, não é só esse requerimento que precisamos fazer. A Justiça Federal de Goiás, por lei, deveria ter mandado esse processo não para a Procuradoria-Geral da República e, sim, para o STF, que era a instância superior. Estranhamente, houve um desvio aí e se mandou para a Procuradoria-Geral da República. Estranhamente também esse processo foi parar na mão da esposa do Procurador-Geral, havendo 62 procuradores responsáveis pelo caso. Então, são movimentos e são passos que são estranhos à Justiça e são estranhos àquele que determina a lei.

E é fundamental, Sr. Presidente, também que o Procurador esclareça a sua estratégia. A princípio, pelo que ficou declarado pelos policiais federais, a Procuradoria-Geral da República... Presidente, fica difícil falar assim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço atenção. (*Fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – A Procuradoria-Geral da República não tinha nenhum conhecimento da Operação Monte Carlo. Pelo que foi dito pela Polícia Federal, apenas houve uma coincidência de alvos. Ou seja, qual a estratégia que poderia ter a Procuradoria-Geral da República em relação à Vegas, se não havia nenhuma operação subsequente, ou se eles não tinham conhecimento nenhum sobre as investigações da Monte Carlo? Então, é preciso que se esclareçam essas estratégias.

Sr. Presidente, e peço, aqui, que também se proceda...

Para concluir, Presidente, porque eu também fui interrompido várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Ok.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Que se proceda depois a elaboração do requerimento para a Justiça Federal de Goiás. E queria aqui concordar com o procedimento que foi adotado. O primeiro procedimento escrito acho que pode ser feito pelas implicações políticas e processuais que nós temos neste caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin, por favor, com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro eu quero que fique bem clara a proposta do relator. E que ele me corrija caso eu não tenha entendido.

O que nós estamos fazendo aqui, por sugestão do relator e que eu considero extremamente correto e equilibrado, equilibradíssimo, é sustar a votação de todos os requerimentos que convocam, convidam e aprovar, nesse primeiro momento, um pedido de informações por escrito. Se é assim, sou a favor. Sustar. Nós não estamos rejeitando uns para aprovar outros.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Até aproveitando a Senadora Vanessa Grazziotin, nós vamos discutir também o Requerimento nº258, de igual teor, do Deputado Carlos Sampaio e do Deputado Fernando Francischini, que requer informações.

Eu estou propondo a substituição do conteúdo deles pelo que já falei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas é correto. Então, nós estamos sustentando a convocação e aprovando um pedido de informação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Correto. Exato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu quero dizer também que considero uma proposta extremamente ajustada, corretíssima e prudente. Nós não podemos permitir que essas diversas versões continuem a estampar todas as manchetes dos jornais do nosso País.

Sr. Presidente, veja bem, eu ouvi com atenção V. Exª ler todo o pedido de informações detalhado. E V. Exª cita... É difícil falar aqui, muito difícil. V. Exª cita o art. 231, do Regimento Interno do STF, que dá um prazo ao procurador, uma vez recebidos das autoridades policiais os autos, de 15 dias para oferecer a denúncia ou requerer o arquivamento. Quinze dias! E o requerimento de informação apresentado pelo Deputado Pitiman e modificado pelo nosso relator confere um prazo de dez dias.

Nobre Relator Odair Cunha, dez dias eu considero exagerado, mesmo porque ele não vai analisar um processo, são apenas informações que estão sendo passadas diariamente à imprensa. Então, o quanto antes tivermos as dúvidas dirimidas, melhor. Dez dias

é muito. Nenhum processo deverá ser estudado, mas apenas redigido, posto num papel o que já se sabe: a data que recebeu, o que se fez e porque se fez ou se agiu daquela forma. Então, sugiro, Presidente, que o prazo seja de cinco dias, para obtermos a resposta desses questionamentos que eu considero fundamentais. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas para fazer um esclarecimento importante, porque na verdade aqueles que são os autores têm um tratamento diferente no regimento.

O Requerimento nº258, do qual fui autor, juntamente com o Deputado Fernando Francischini, é de idêntico teor e antecede o do Deputado Luiz Pitiman. O nosso foi protocolizado no dia 10 do mês 5, de 2012 e o do Deputado Luiz Pitiman no dia 14 do mês 5, de 2012.

Obviamente, eu não quero exclusividade em hipótese alguma. Podemos ser ambos coautores. Mas que fosse corrigido esse equívoco, uma vez que só consta como autor o Deputado Luiz Pitiman, quando antes do requerimento dele, exatamente quatro dias antes, protocolizamos o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai ser feito o registro, com as desculpas do relator, que já assumiu aqui a parte que lhe coube.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor, com a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Parlamentares, fazendo um rápido histórico sobre a participação de S. Exª Sr. Procurador-Geral nesta CPMI, eu gostaria de lembrar a todos os Srs. Parlamentares que para apresentar requerimento não precisamos de CPMI, basta que o apresentemos, qualquer um de nós, em plenário ou nas comissões temáticas. Então, fazer reunir uma CPMI como esta para aprovar um requerimento para que o Procurador-Geral da República responda por escrito, depois de ter recebido a gentilíssima homenagem de V. Exª e de S. Exª o Sr. Relator, na visita que lhe fizeram para convidá-lo a estar presente aqui na CPMI, e ele lhes respondeu com sonoro “não” e, em seguida, convidou parlamentares, mais especificamente Senadores, para pedir a esses Senadores que defendessem a não vinda dele à CPMI e, mais ainda, soltando boatos, dizendo que casos fortuitos poderiam vir a lume e isso poderia causar constrangimentos a alguns parlamentares, numa espécie de ameaça velada, posteriormente, dizendo que quem estivesse defen-

dendo a vinda dele à CPMI é porque queria atrapalhar o julgamento do mensalão; todas essas respostas do Sr. Procurador-Geral da República demonstram claramente que ele está com algum problema e que não quer enfrentar a CPMI. Eu absolutamente não concordo com o requerimento aprovado na CPMI, porque este não é local para apresentar requerimentos. Isto aqui é local para apresentar aquilo que estamos mostrando, para a pessoa estar presente à CPMI.

Eu sou a favor, e apresentei esse requerimento no dia 24 de abril deste ano, que o Sr. Procurador-Geral da República viesse apenas para jogar luzes nesta Comissão, para que nós tivéssemos informações nas quais nos basearmos para fazermos as inquirições que se seguiriam.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que visse, em primeiro lugar, que apresentar requerimento desse tipo, ainda mais de forma extemporânea, como estão sendo apresentados, contrariando a regulamentação que foi apresentada e aprovada já aqui por este Plenário, não pode acontecer porque senão isto aqui vai vira uma casa de Noca. E não é isso que desejamos sob o seu firme comando. Sob o seu firme comando, o que nós desejamos é verificar que o Senado da República receba o Sr. Procurador-Geral da República, para que ele explique todas as lacunas que deixou nas respostas oferecidas pelos delegados das duas operações que aqui estiveram presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Senador. Estamos analisando a proposta do relator.

Senador Pedro Taques.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu gostaria que V. Ex^a, depois, ao final, colocasse em votação outros requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazê-lo, Senador.

Senador Humberto Costa e, depois, Senador Pedro Taques.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente quero dizer que não tenho discordância do teor do comentário do Senador Fernando Collor, no entanto, acredito que temos que discutir a oportunidade de cada coisa. Primeiro, é necessário registrar que, de fato, a postura do Procurador-Geral da República e da Subprocuradora Cláudia Sampaio foram posturas desrespeitosas com o Congresso Nacional, desrespeitosas com a CPI, com os parlamentares. Generalizar e acusar os que querem saber o que aconteceu na Procuradoria-Geral da República como amigos de mensaleiros ou defensores de mensaleiros é um desrespeito com esta

Casa. Além de tudo, a postura da Subprocuradora, além de desrespeitosa com a instituição que é a Polícia Federal, também foi desrespeitosa com esta Casa e com a CPI. Esse registro tem que ser feito.

O segundo aspecto que vejo, dirigindo-me ao Senador Fernando Collor, é que esta é uma CPI em que ninguém vai blindar ninguém. Não há essa possibilidade. Os fatos falam mais alto o tempo inteiro. Se o Procurador vier aqui, ele virá. As razões para que venha acontecerão. Agora, o que não podemos permitir neste momento é que alguém queira se vitimizar, dizer que não estão querendo que se faça a denúncia. Não podemos admitir isso e não podemos admitir também que quem não tem interesse que isso vá a fundo comece a dizer que é a CPI do Procurador-Geral, que é a CPI da Imprensa. Não, aqui nem é a CPI da imprensa nem é a CPI do Procurador-Geral, é a CPI da organização, supostamente criminosa, comandada pelo Sr. Carlos Cachoeira.

Então, o que eu sugeriria, dentro do espírito do que o relator apresentou, é termos um pouco de paciência, vamos aguardar a resposta. Se essa resposta não vier ou se essa resposta não for convincente, então, como eu disse, as condições para trazer quem quer que seja para cá, inclusive o Procurador e a Subprocuradora, estarão dadas.

Por essa razão, convoco aqui, conclamo os nossos Pares a votarmos todos, unanimemente, esse requerimento e aguardarmos o desenvolver dos fatos para, se for o caso, tomarmos uma posição diferenciada. Essa é a minha posição.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Senadores. Para concordar com o requerimento, ninguém está acima da lei, Sr. Presidente, ninguém pode se postar acima da lei. O Procurador-Geral da República, como o Presidente da República, como o Senador da República, não se encontram acima da lei. Agora, devemos obediência à lei. Obedecer à lei não é se colocar acima da lei.

Nós temos aqui esse requerimento e entendo que o Procurador-Geral da República não pode depor em CPI, mas não estamos debatendo isso aqui, vamos debater em outra oportunidade. Agora, aqueles que entendem que o Procurador-Geral cometeu algum ilícito que tomem as providências, que estão na Lei 1.079, de 1950, que entende que cabe crime de responsabilidade a Procurador-Geral da República. Quem entende que o Procurador-Geral da República prevaricou tome as providências que se encontram no Código de Processo Penal, no art. 5º, inciso II. Ninguém pode alegar desconhecimento da lei, porque existe uma lei que diz que não se pode alegar desconhecimento da lei. Muitos, inclusive, votaram essa lei. Portanto, o Procurador-

-Geral da República não é objeto de investigação, não é sujeito de investigação nesta CPI. Nós temos, sim, de esclarecer esses fatos, concordo inteiramente com o Senador Humberto Costa neste particular. Agora, nós não podemos politizar esta CPI. Se o Procurador-Geral da República ou outra autoridade restaram desrespeitosos com a CPI, quem assim entender que tome as providências, a lei não pode ofender quem quer que seja, nós temos de cumprir a lei, Sr. Presidente. É isso, concordo inteiramente com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Deputado Sílvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o nobre relator... Deputado Odair Cunha, gostaria que V. Ex^a me ouvisse um pouco. V. Ex^a tem conduzido a sua relatoria com muito equilíbrio, com muita serenidade, mas eu não posso votar esse requerimento. Esse seu requerimento, em minha opinião, é uma afronta e, no mínimo, é uma moção de desconfiança ao Delegado da Polícia Federal, Dr. Raul. Sabe por quê? Todas as perguntas, eu vou ler uma por uma... Sr. Presidente, estou no meu tempo... Sr. Presidente, o problema é que alguns Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– V. Ex^a está com a palavra, está perdendo o seu tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Todas as perguntas. A primeira pergunta: em que circunstâncias chegou ao Procurador-Geral? O Delegado da Polícia Federal disse que foi um Juiz da Primeira Vara de Goiás que mandou entregar. Segunda: em que data chegou o inquérito? Quinze de setembro, o Delegado disse aqui. Terceira: diante dos indícios, o que foi que o Procurador fez? O Delegado diz que ele não fez nada. Quarta: em que idade e em que circunstância o Senhor tomou conhecimento da Operação Monte Carlo? Não poderia ter tomado conhecimento, porque a Monte Carlo só começou em 2010. Quinta: diante dos indícios verificados, o que o Senhor fez? Ele denunciou o Demóstenes agora em março.

Então, isso aqui é um desrespeito ao Delegado, Dr. Raúl. Eu não estou aqui para tomar partido: se fico com Dr. Gurgel ou Dr. Raúl. Esta CPMI tem de ter altivez. Já tomamos uma decisão esdrúxula há pouco tempo. E qual foi a decisão? A gente deu direito ao advogado de Cachoeira ter acesso à sala secreta. Agora, todo o mundo que for convocado, a gente vai dar o mesmo direito ao advogado de ter acesso à sala secreta. Daqui a pouco, essa sala secreta, efetivamente, não vai valer nada. Em suma: ou a gente torna isto aqui uma CPMI, uma Comissão de investigação ou a gente vai ficar de brincadeira. Eu vou ficar com Dr. Raúl. Ele falou pela fé, ele não mentiu. Entre Dr. Raúl e Gurgel, eu fico com Dr. Raúl.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Onyx com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito não abre mão nunca do Parlamentar. O que o nobre Relator está propondo é uma síntese de um processo político construído dentro desta CPMI. Uma CPMI constrói seu caminho investigativo através da soma dos esforços dos Parlamentares que a compõem. E, neste momento, a proposta do Sr. Relator que vai sobrestar... não quer dizer arquivar, retirar, cancelar... Ele vai sobrestar, temporalmente, os demais requerimentos de convocação, apresenta um documento que traz um roteiro que poderá esclarecer a CPMI, o Sr. Procurador-Geral da República vai atender a demanda da CPMI no prazo fixado e nós teremos todos os elementos, dentro de dez dias, para decidir se esse sobrestamento e a resposta resolveram ou se nós temos de retomar... Portanto, eu quero me associar ao bom-senso, ao equilíbrio e principalmente à prudência. Nós temos de nos dar conta de que uma CPMI tem, por seu epílogo, a entrega do seu relatório a quem? À Procuradoria-Geral da República. Todas as CPIs feitas pelo Congresso Nacional têm esse destino. Portanto, não podemos iniciar, nós que estamos iniciando o processo, pelo seu final. Portanto, quero cumprimentar o Sr. Relator pela sensibilidade, todos os Parlamentares que participaram da construção deste caminho, que é equilibrado e vai nos dar respostas e nos dará a condição, dentro de alguns dias, de decidir com serenidade e firmeza. A mesma firmeza com que decidimos há pouco em que reafirmamos nossa independência, nossa autonomia, exaltando a separação dos Poderes e dizendo que a CPI vai cumprir com seu dever com a sociedade brasileira. Nós queremos ver o Carlinhos Cachoeira como queremos as respostas da Procuradoria. Os caminhos são diferentes, mas o objetivo é lançar luz sobre essa verdadeira máfia que se estabeleceu no Brasil e que precisará de muito esforço e muita paciência e tolerância entre nós para superar as divergências político-partidárias para responder à sociedade brasileira. Esse é o meu proposto e é nessa linha que eu quero trabalhar e parabenizar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para apoiar a proposta do Relator, com base nos requerimentos já referidos. É uma alternativa inteligente e que preserva a dignidade de um instituto tão importante como a Comissão Parlamentar de Inquérito. Se esta CPMI optasse por aprovar um requerimento de convocação do Procurador, estaria decidindo de forma inócua porque o Procurador não viria. Ele tem amparo

constitucional para não comparecer. Inclusive, Ministros do Supremo Tribunal Federal já se manifestaram, antecipadamente, a respeito.

Além do amparo constitucional, é bom invocar o § 3º do art. 58 da Constituição Federal, mas também o art. 252, II, combinado com o art. 258 do Código de Processo Penal, que impede o funcionamento do Ministério Público nos processos em que tenha servido como testemunha. Ao comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito, o Procurador somente o poderia na condição de testemunha, porque ele não é investigado. É exatamente esse o caso em que o Procurador-Geral da República está impedido de prestar depoimento. Trata-se de impedimento absoluto por força da lei. O Procurador-Geral da República não pode depor, seja em juízo, seja em Comissões Parlamentares, seja em qualquer outro órgão que promova investigação sobre feito que seja da sua atribuição funcional.

Portanto, a convocação seria a prática de um ato inconstitucional, ilegal e antirregimental. A alternativa proposta pelo Relator é inteligente, porque responde às questões que seriam suscitadas se eventualmente o Procurador pudesse comparecer. Não há outra questão essencial a ser formulada ao Procurador.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Do ponto de vista de quem analisou, como nós, com a preocupação da Justiça e da imparcialidade, a estratégia adotada pelo Procurador demonstrou-se eficiente, bem-sucedida, porque, ao não adotar procedimentos para a investigação do Senador por entender que os elementos jurídicos eram inconsistentes, não desperdiçou os investigados. Ao não arquivar, possibilitou a continuidade das investigações, sem que os investigados fossem alertados. Ou seja, a estratégia foi bem-sucedida a ponto de estar o Sr. Carlos Cachoeira na cadeia e personalidades...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...autoridades da República com direito a foro privilegiado investigados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, a estratégia adotada pelo Procurador-Geral da República foi uma estratégia de eficiência e que produz os resultados que estamos alcançando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu também vou de encontro à proposta do Relator. Aliás...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ao ou de? De ou ao.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ao encontro, perdão. Já retifiquei e peço perdão. Retifiquem nos Anais, nas notas taquigráficas e chame o Sílvio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos embora, Rubens.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Para fazer a redação final. Mas me desculpe.

Ao encontro dessa proposta, Sr. Relator. Eu já havia até me pronunciado na quinta-feira exatamente desta forma. Quer dizer, um documento que levasse à figura e à autoridade do Procurador-Geral que pudesse aqui esclarecer a CPI diante das contradições colocadas pelos delegados as informações que nós recebemos. Então, estamos de comum acordo. Vi entrevista sua na televisão no sábado ou na sexta. Até falei que é por aí o caminho. Vejo o equilíbrio e a serenidade com que V. Ex^a está conduzindo o seu trabalho.

De outro lado, Sr. Presidente, temos também que ver o seguinte. Nós não podemos de forma alguma ficar aqui também em busca deste ou daquele requerimento sem botar o dedo na ferida. Cadê a quebra do sigilo bancário da empresa Delta? Cadê a quebra de sigilo bancário do Sr. Cavendish? Cadê a quebra de sigilo bancário do Sr. Henrique Meirelles, que é da República de Goiás, que está todo mundo enrolado nesta questão? Evidentemente, aqueles que foram denunciados, não aquele povo ordeiro de Goiás. Estou querendo dizer que temos que colocar o dedo na ferida. É por isso que a quebra de sigilo bancário do Sr. Cavendish, dessa gente toda precisa estar na pauta para podermos começar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem toda razão V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Até por que isso...

Sr. Presidente, quero fazer por último uma reclamação. Foi recebido aqui o sigilo fiscal do Sr. Cachoeira. Foi recebido ontem. Hoje, eu saí de lá na Câmara, vim aqui na sala e não está disponível porque está num cofre. Eu procurei informações, ninguém soube me dar naquele momento, até porque eles estavam ocupados aqui na Comissão de Ética, se não me engano. Mas, enfim, só para dizer a V. Ex^a que tem que colocar isso em atenção à Comissão. Nós queremos ver o que está acontecendo e não dentro de um cofre.

Então, colocar na mesma sala em que foram colocadas essas informações que estou pedindo a V. Ex^a mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já estão prontas a partir de amanhã o senhor pode mergulhar na sala e ter todas as informações.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Tem água lá, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Para mergulhar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tudo que o senhor quiser tem lá.

Miro Teixeira com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Deputado Bueno perguntou se tem água. Existem cachoeiras lá, existem cachoeiras lá.

Presidente, eu concordo com o Relator e pediria a ele para examinar a possibilidade de, na ementa, em vez de “requer informações ao Procurador-Geral da República”, “requerer informações à Procuradoria-Geral da República”, mais amplo. Podem chegar informações, inclusive, de Procuradores que estão atuando em Goiás. Nós podemos receber informações mais amplas, mas não é uma questão de fundo.

Sou contra esse desvio de curso da nossa discussão. Fiquei animado quando vi o Deputado Rubens Bueno falar em trazermos à discussão o seu trilho. Porque nós não estamos aqui discutindo os ladrões. Nós estamos discutindo quem gritou “pega ladrão”. Isso é um absurdo, no meu ponto de vista, pedindo licença a todos os senhores e senhoras que divergem para eu também divergir.

Nós temos hoje uma sessão dedicada exclusivamente a isso. Mas cadê? Há aqui gravações das ligações do Cavendish com o Cachoeira. Há gravações diversas aqui, grandes interceptações, um trabalho formidável da Polícia Federal e do Ministério Público. Estamos aqui tentando o quê? Botar em colisão Polícia Federal e Ministério Público? Mas nós só chegamos a isso graças às duas instituições. Vamos nos dedicar um pouco a esses que desviaram dinheiro dos cofres públicos e vamos nos dedicar a recuperar esse dinheiro.

Eu acredito que já há um grupo de Deputados e Senadores nesta comissão, Presidente, muito disposto a agir diretamente nos juízos nos Estados, no Distrito Federal, peticionando, porque há um grupo que não está interessado nesses desvios de pauta e não vai ficar parado. Nós vamos atrás dessas pessoas. Vamos contar aqui com alguns que não estiveram nas nossas reuniões, mas que podem procurar contato para integrar este grupo que vai buscar o que a Comissão deveria estar buscando.

E eu insisto: é preciso organizar a Mesa da Comissão. Nós estamos aqui com embaraços que não estariam sendo produzidos se tivéssemos aqui os Vice-Presidentes – e aqui não lhe fala nenhum candidato – para repartir as atribuições. É preciso ler os requere-

mentos como eles saem daqui para as testemunhas ou para os réus. É preciso ler aqui com atenção o que é dirigido ao Supremo Tribunal Federal e é preciso que a Polícia Federal...

E agora eu me dirijo ao Relator como questão de ordem ainda no meu tempo e a V. Ex^a: Será que já chegaram aqui os documentos aprovados, requisitados pelo Relator? Logo no nosso primeiro dia, o Requerimento nº 1. A Polícia Federal para cá todos os encontros fortuitos? Todos. Todos. Porque eu acho que nós estamos reagindo muito docilmente a essa atitude do Supremo Tribunal Federal. Por mim, nós aprovaríamos aqui cinco requerimentos e depoimentos de réus, de suspeitos para eles darem cinco *habeas corpus* por dia, e a população entender aquela frase do Dr. Ulysses Guimarães; “Numa certa CPI, o povo há de descobrir outra rampa para invadir na Praça dos Três Poderes”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, nós precisamos entender um pouco a função do Sr. Procurador-Geral da República, no caso do Mensalão. Ele já propôs a denúncia anos atrás, inclusive o processado já foi relatado pelo Relator e está hoje nas mãos do Ministro Revisor e está para ser marcada a pauta de julgamento.

Então, na minha opinião, não fará nenhuma diferença o fato de ele se justificar perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito quanto ao *modus operandi* adotado com o término da Operação Vegas e por que demorou tanto tempo para se instalar outra operação. É dito até por um dos delegados aqui nesta Comissão que foi pelo fato do vazamento de informações da Vegas é que se montou a Monte Carlo mais de um ano depois, e aí há o envolvimento também – parece-me – da Subprocuradora Cláudia.

Precisamos entender isto: em nenhum momento, ninguém do Governo ou da oposição está pensando de certa forma atrapalhar o julgamento do Mensalão. Acho que, para o Governo ou para aqueles que defendem o Governo, é pior atacar o Procurador-Geral da República porque isso pode constranger os réus e não o Procurador-Geral da República.

É importante delimitar a atuação desta CPI e dizer o seguinte: o que nós queremos aqui é uma explicação sobre o porquê ficou tanto tempo sem, de fato, uma resposta dessa Operação Vegas. E mais, se tinha elementos ou não tinha elementos, nós vamos analisar agora para instalar um processo, na época. Mas se tivesse sido instaurado, na época, um processo contra o Demóstenes, por exemplo, talvez ele não fosse Senador, talvez Goiás tivesse outro Governador. Então, temos de pensar nisso tudo em conjunto.

Mas quero defender aqui o plano de Governo do Deputado Odair. Nós votamos aqui, aprovamos um plano de Governo. Acho que, neste momento, a convocação do Procurador-Geral da República não é interessante para esta Comissão, mas a resposta que ele possa dar, as explicações que ele possa dar com relação ao *modus operandi* desse processo, quando permaneceu na Comissão, é prudente, Sr. Presidente. Então, apoio o requerimento sugerido por Luiz Pitiman e complementado pelo Relator Odair.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Relator, acredito que as falas que já ocorreram apontam para uma direção muito nítida em relação ao requerimento apresentado por S. Ex^a, o Relator, o que demonstra um equilíbrio desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é formada por Senadores, Deputados e Deputadas com larga experiência, com vivência. Usando uma linguagem muito popular, o mais bobo que está aqui é Deputado Federal ou Senador da República.

Estamos há praticamente um mês da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, efetivamente, não produzimos absolutamente nada de novo. O que se percebe nos bastidores do embate político desta CPMI é um segmento muito expressivo que deseja uma apuração que possa ir além daquilo que já foi feito, com muita competência, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, dentro da tripla personalidade do investigado, sim, porque o Dr. Carlos Cachoeira, o Sr. Carlos Cachoeira, era contraventor, empresário formal e lobista da empreiteira Delta. O Carlos Cachoeira contraventor está preso, fruto desse trabalho, repito, competente da Polícia Federal e do Ministério Público. O que nos cabe, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, é ir além do que já foi apurado por essas duas instituições do nosso País, e o que se percebe, de forma muito nítida, de forma hábil e artilosa, é que já estamos há quase um mês aqui reunidos e não conseguimos dar um passo concreto além daquilo que já foi apurado, porque há um nítido interesse em manter essa apuração no Carlos Cachoeira contraventor, que está limitada ao Estado de Goiás e que poderá atingir, como se tentou de forma indevida, na semana passada, autoridades daquele Estado.

Portanto, Presidente, precisamos em primeiro lugar, resolver definitivamente o problema da sala secreta, que, na minha visão, é um verdadeiro labirinto de Creta. Quem lá entra não tem chance de sair. Tenho ido com frequência ao labirinto de Creta e ainda hoje me deparo com senhas que precisam ser solicitadas ao Supremo Tribunal Federal para que possamos ter

acesso a documentos que estão disponibilizados há dias. Rogo, requeiro, apelo a V. Ex^a, para que possamos, com a sua diligência, com o seu talento, com o comando firme e absolutamente imparcial que vem tendo à frente desta CPMI, que cria as condições, para que nós possamos investigar.

A primeira sugestão que faço, Presidente, é que peça a nossa assessoria que depure as interceptações desprezíveis. Numa amostragem que fiz semana passada, em 20 interceptações que abri, 16 eram caixa postal; 2 outras ligações incompletas. Podíamos montar um grupo de trabalho, a partir da indicação dos Vice-Presidentes, cobrados aqui pelo Deputado Miro Teixeira de forma reiterada e impertinente, e concluo, para que nós possamos dar andamento a isso, porque, do contrário, nós passaremos aqui 6 meses, haverá o embate político que está anunciado em torno da Procuradoria-Geral da República, da revista *Veja* ou setores da imprensa e do Estado de Goiás e não avançaremos um milímetro além daquilo que já foi apurado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

É esse o apelo que faço a V. Ex^a, manifestando, ao final, a minha posição favorável ao requerimento, que não vai dirimir essa questão tão cedo. Ele apenas adia o capítulo de um novo embate que haverá, e o tempo dirá nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ontem mesmo, Senador Cássio, para conhecimento de V. Ex^a, eu já mandava oficiar ao Ministro Lewandowski o seguinte ofício, em que solicito, de forma seca até: “Solicito a V. Ex^a que promova uma revisão das mídias enviadas a esse colegiado, em virtude de algumas mídias apresentarem arquivos protegidos por senhas com problemas de acesso”. Datado de ontem, protocolado ontem mesmo, às 14h, no Supremo Tribunal Federal e publicizado na nossa página.

Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, em apoio ao requerimento do eminente Relator Odair Cunha, quero primeiro arguir a Constituição da República e reiterar a argumentação já dita aqui de que tenho convicção, em um Estado de Direito, em um Estado Democrático de Direito, onde reza o império da lei, de que ninguém está acima da lei. Todos devem prestar explicações quando forem necessárias essas explicações serem prestadas.

Claramente a Constituição da República reza dois princípios que me parecem ser pertinentes nesse debate. O primeiro é o do art. 2º, princípio basilar da independência dos Poderes, que fala da independência e harmonia entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Depois, notadamente, o do art. 127, que fala do Ministério Público, do Ministério Público Federal,

do Ministério Público da União, do Ministério Público dos Estados e concede ao Ministério Público, já em doutrina consagrada e já em decisões consagradas pelo Supremo Tribunal Federal, o *status* de Poder da República.

Eu recomendo a todos aqui pesquisarem entre as decisões do Supremo Tribunal Federal a decisão do eminente Ministro Carlos Madeira, de 1989, se não me engano, a mais célebre, que diz que não pode uma Comissão Parlamentar de Inquérito convocar membro de outro Poder da República. Essa decisão é sobre a hipótese que existia de convocação de Presidente da República, porque não pode o Presidente da República, assim como não pode o seu substituto, o Vice-Presidente da República, de igual forma os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e de igual forma, pelo texto da Constituição, em seu art. 127, o Procurador-Geral da República, ser convocado.

Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito não pode ser uma depositária de medidas da *habeas corpus* que a desmoralizem. Nós já estamos diante de uma gravíssima crise institucional, e esta Comissão, Deputado Onyx, tem que se afirmar diante dela, em virtude, em decorrência da decisão de ontem do Ministro Celso de Mello. Nós não podemos dar razão para sobre esta Comissão pesar um *habeas corpus*, e agora com razão de ser impetrado, se nós convocássemos o Procurador-Geral da República.

A medida da quesitação é a melhor e mais adequada medida neste momento. O Procurador tem que dar explicação. A Procuradoria tem que dar explicações. Essas explicações serão dadas a partir do questionário formulado pelo Relator, o Deputado Odair Cunha. Se existem, de fato – já concluo, Presidente –, razões para desconfiar do Procurador, vamos à legislação que estabelece caminhos para isso. Utilizemos a Lei nº 15.079, de 1952. Quem está desconfiando, quem acha que o Procurador prevaricou solicite, proponha o *impeachment* do Procurador da República, mas não transformemos esta CPMI, quando já deveríamos ter chamado aqui o Sr. Cavendish, já deveríamos ter feito o depoimento do Senador Demóstenes, já deveríamos ter ouvido o Sr. Cachoeira e os Governadores de Estado já citados aqui, inclusive, nos primeiros depoimentos. Deveríamos ter tomado uma decisão aqui já de bloqueio dos bens da empresa Delta, para que não houvesse nenhum tipo de comercialização. Então, antes de tudo isso, a gente aprovar a convocação do Procurador-Geral da República não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ainda há dez oradores inscritos, e um problema está prestes a acontecer: a Ordem do Dia da sessão

da Câmara. A sessão do Senado acabou, mas haverá a Ordem do Dia na sessão da Câmara.

Consulto os senhores se, rapidamente, por questão de eficácia processual, poderíamos deliberar sobre a proposta do Relator. E continuaríamos aqui sem qualquer prejuízo dos debates.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex.^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, Deputado Vieira.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Eu gostaria de me manifestar antes da votação, Sr. Presidente, porque eu gostaria de expor alguns argumentos, para que os colegas pudessem ouvi-los. Não sei qual é a minha posição na lista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É exatamente agora, coincidentemente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Então, se V. Ex.^a me permitisse, eu gostaria de falar antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, logo após a fala do Deputado Vieira da Cunha, eu colocaria a matéria em votação nominal. Os senhores concordam com isso? (*Pausa.*)

Se começar a Ordem do Dia, ficaremos prejudicados.

A SR.^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – É uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não é questão de ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Serão mantidas as inscrições? É isso? Entendi bem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Vieira da Cunha por três minutos.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Sr. Presidente, colegas Deputados, insisti em falar porque, numa sessão anterior em que esse mesmo tema foi discutido, fiz um apelo aos colegas que insistiam na convocação do Procurador-Geral da República. Infelizmente, vejo que não fui ouvido por alguns deles.

Há impedimento de ordem legal. Há impedimento manifesto. O Senador Alvaro Dias acabou de citar os artigos do Código de Processo Penal, que são claros. São os arts. 252 e 258 do Código de Processo Penal. Se o Procurador-Geral da República vier depor na CPI, ele estará impedido de atuar. Aliás, o Senador Taques também se referiu a esse dispositivo legal na sessão anterior. E os colegas continuam insistindo nessa tese! A legislação processual penal é expressa no sentido de impedir o Procurador-Geral da República de comparecer aqui.

O Senador Collor fala que ele disse um sonoro “não”, como se ele estivesse fazendo uma espécie de acinte à Comissão. Absolutamente! O Procurador-Geral da República disse que não podia vir. E, até por dever de ofício, ele tem a obrigação de saber que não pode vir aqui. E foi isso que ele disse.

Aliás, foi dito aqui – até anotei a frase: “Ele não quer enfrentar a CPI”. Ora, o Dr. Gurgel não quer enfrentar a CPI? É dito isso como se a CPI estivesse de um lado, e o Procurador-Geral da República, de outro lado. Mas onde é que nós estamos? O nosso alvo, então, é o Ministério Público? Ou o nosso alvo é uma quadrilha que se formou para assaltar os cofres públicos deste País? Nosso alvo não pode ser o Procurador-Geral da República! Nosso alvo é a quadrilha, Sr. Presidente.

Por isso, temos de entender o que é uma CPI e para onde vai todo o nosso esforço. Ele vai acabar nas mãos de uma pessoa que se chama Dr. Gurgel. Por quê? Porque assim diz a Constituição. Ele é o destinatário dos nossos trabalhos. O resultado de todo o nosso esforço e de nosso suor vai para as mãos do Procurador-Geral da República. Por quê? Porque há Deputados e Senadores envolvidos, e o foro é o Supremo Tribunal Federal.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – E diz a Constituição que quem atua perante o Supremo é o Procurador-Geral da República!

Então, colegas, por favor, peço novamente que reflitam. A CPMI e o Procurador-Geral da República estão do mesmo lado, nem poderia ser diferente. Todo o nosso trabalho vai para a avaliação dele. Isso está no art. 129, inciso I, da Constituição Federal. O monopólio, como foi dito aqui, existe por parte do Ministério Público. É o que está na Lei Maior do País. Lá está escrito o dispositivo que diz que o Ministério Público é o titular exclusivo da ação penal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Vieira. Concluído.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Art. 14, Presidente.

O SR. VIEIRA DA CUNHA (PDT – RS) – Portanto, finalizo cumprimentando V. Ex^a, Relator, Deputado Odair Cunha, pela providência. Eu concluo com esta frase, Presidente. Ao mesmo tempo em que essa providência acata a preocupação dos colegas que querem saber o que efetivamente aconteceu, também não prejudica o trabalho e a atuação do Sr. Procurador-Geral da República nos inquéritos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Art. 14, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Art. 14, Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de começar em relação ao verbo enfrentar. O verbo enfrentar, graças à riqueza de nosso vernáculo, não significa partir para se esbofetear, para trocar pescoções, mas enfrentar significa trocar opiniões, trocar ideias, enfrentar uma opinião divergente. E é nesse sentido que coloquei e apliquei o verbo enfrentar. Portanto, o pugilato não entra bem nessa questão.

Em relação à legislação processual penal, aos arts. 252 e 258, aqui tão citados, em relação ao art. 5º, § 2º, em relação à questão da prevaricação do Sr. Procurador da República, aqui ninguém está querendo brigar com o Ministério Público. Nós queremos que o Ministério Público nos ajude. E o que está havendo é uma omissão do Ministério Público ao não facultar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito informações preciosas que ele detém, porque já apresentou denúncia junto ao Supremo Tribunal Federal que poderia servir de base para nossa inquirição...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Presidente, vamos votar!

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O segundo ponto...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos terminar ali e iremos votar.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O segundo ponto, em relação ao art. 14. O segundo ponto que eu gostaria de colocar é que, em nenhum momento, em nenhum instante, sequer aqui, Sr. Presidente, demonstrei que o Ministério Público não esteja querendo também a elucidação de todos esses casos. O que nos surpreende é o pernoite deste inquérito Vegas, aberto em 2009, durante dois anos, nas gavetas do Sr. Procurador e de S. Ex^a esposa, Dr^a Cláudia. Essa é uma explicação que ele nos deve. Vai dar por escrito? Vamos ver se essa resposta coincide com o que dizem os delegados, porque já há agora instalada uma clara divisão entre o que falou a Polícia Federal e o que vem falando o Ministério Público. É isso que precisamos dirimir para chegarmos a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar.

Senadora Lídice, peço a V. Ex^a – sempre tenho a colaboração de V. Ex^a – que eu vote a matéria agora, para, depois, dar a palavra a V. Ex^a, que é a primeira inscrita após a votação.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com as alterações, o Relator terá duas alterações a fazer. As alterações citadas. É o requerimento...

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não é o 270. É o 258.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os dois juntos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – É o 258 e o 270.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os dois juntos.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Até porque podemos ler a emenda. São diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os dois juntos.

Relator, com a palavra, para as alterações e iniciarmos a votação.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nós estamos em um processo de debate que, creio, continuará depois da votação. Não é a última reunião desta CPMI, teremos outras oportunidades. Foi-me informado por alguns Parlamentares que, se reduzíssemos o prazo de informações para cinco dias úteis, poderíamos ter uma votação unânime nesta CPMI. Todos os Srs. Parlamentares poderiam dar essa resposta de unidade. Quem dá em dez dias, pode dar em cinco dias úteis...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza, sem problema.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...as informações que nós estamos requisitando. Essa é a única alteração que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – José Pimentel, como vota V. Ex^a?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Ele não está.

Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PT – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Davim. (*Pausa.*)

Jayme Campos. (*Pausa.*)

Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vicentinho. (*Pausa.*)

Não está.

Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mais algum Senador encontra-se em plenário? Cândido Vacarezza.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Odair Cunha, Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente, com as alterações do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB – ES) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto “Não”, porque é o Procurador e não a Procuradoria da República.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a Procuradoria...

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sílvio Costa.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Um esclarecimento, então.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cinco dias.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Cinco dias, eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É Procuradoria ou Procurador... (*Pausa.*)

Procurador.

Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente. De novo?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Rubens.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Agora vou de encontro ou vou ao encontro? De novo, voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente. Eu só encaminharia um aditamento de uma pergunta que eu tinha falado com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Leve ao Relator pessoalmente, Protógenes.

Senadora Lídice da Mata com a palavra. V. Ex^a tem três minutos.

O requerimento foi aprovado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, eu tenho uma questão importante para tratar com os senhores sobre os procuradores. Na quinta-feira, há um impedimento legal da presença dos procuradores. Eu preciso tratar com os senhores se tenho de adiar...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, não abro mão de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...a presença dos procuradores quinta-feira.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, não abro mão de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, V. Ex^a tem a palavra, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero falar agora...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a atenção dos senhores.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu quero falar agora, porque me comportei de forma absolutamente disciplinada, embora tenha discordado profundamente da condução dos trabalhos nesse período. Eu quero propor que V. Ex^a, em cada questão, defina um número de pessoas inscritas para falar sobre o assunto, mesmo que não seja contra ou a favor, mas para se pronunciar. A forma como foi conduzido isto aqui beneficiou e privilegiou alguns Srs. Deputados e Senadores mais conhecidos, digamos assim, e que se apresentaram e terminaram se inscrevendo. Alguns, inclusive, falaram antes de mim, embora eu tenha pedido inscrição antes. Deputados pediram quase pela ordem e superaram a inscrição que estava colocada, o que foi erradamente permitido pela Mesa. Isso prejudica a posição daqueles que querem falar, que querem fazer a defesa de seu posicionamento. E todos aqui... Não tem Deputado nem Senador de primeira e de segunda qualidade.

Portanto, eu gostaria de colocar o meu descontentamento com a forma como foi conduzida, embora tenha todo respeito e consideração por V. Ex^a sempre e sempre disciplinadamente tenha buscado seguir o posicionamento da Mesa. Mas é preciso ter atenção a essa questão, porque, em outra reunião, não me

comportarei da mesma forma. Serei obrigada a interferir também e, dessa forma, não contribuir para a boa ordem do trabalho.

Não vou nem mais falar sobre o assunto, que já foi vencido, embora, obviamente, haja concordado e parabenizado o Sr. Relator por ter conseguido o consenso que representou a opinião da maioria ou a opinião unânime desta Comissão. Compreendo que foi necessário o debate para que o consenso fosse efetivamente consolidado, mas não pode ser desta forma que terminou sendo desrespeitosa ao trabalho que deve desenvolver-se aqui, dando oportunidades iguais para todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata, em nome da Secretaria que conduziu a lista de inscritos, peço a máxima desculpa a V. Ex^a, até porque V. Ex^a tem toda razão. Nós tivemos um momento de desorganização no recolhimento dessas inscrições. Efetivamente, nós extrapolamos um momento de ordenamento dos trabalhos. Por quê? Porque abrimos mão do momento de ouvir todos os parlamentares numa questão tão séria quanto essa do Ministério Público Federal.

Quando das próximas reuniões administrativas, os requerimentos só serão dados a palavra a dois membros, um e um. Agora, V. Ex^a tem todo o direito de reclamar, até porque, quando delegamos à Secretaria fazer a listagem dos Srs. Parlamentares, houve um tumulto generalizado e fiz questão de me concentrar na palavra do autor e, naquele momento era o Deputado Luiz Pitiman, e me alienei de toda a condução. Mas não sou responsável...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, não foi só essa questão. Diversos Deputados interromperam as falas e pediram para falar argumentando que tinham fatos novos, o que não corresponde à verdade. Eram os mesmos argumentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas sou o responsável...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Existiu claramente uma divisão no Plenário entre os que defendiam que era juridicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas sou o responsável...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – ...impedido o Procurador de estar presente e aqueles que achavam que não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas sou o responsável e peço desculpa a V. Ex^a. Sou o responsável por isso.

Antes do Deputado Vacarezza, peço licença a V. Ex^a. Com a palavra o Deputado Vacarezza...

Quero transmitir uma informação importante a V. Ex^a, que é uma questão de direito. Quero transmitir uma informação importante a V. Ex^a, que é também uma questão de direito.

Os Procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, com o apoio, obviamente, da Associação Nacional dos Procuradores da República, requerem o adiamento de suas oitivas para imediatamente após o dia 31 de maio. Por quê? Porque informam que o Juiz Federal da 11^a Vara Federal de Goiânia marcou para o dia 31 de maio a audiência de instrução do processo crime número tal promovida em desfavor do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos e outros, oportunidade que serão ouvidas as testemunhas, nessa audiência de instrução e julgamento, de acusação e de defesa.

Alertam que a sua oitiva perante esta CPI no dia 17, quinta-feira, implicará no impedimento desses procuradores, previsto no art. 252, combinado com o art. 258 do Código de Processo Penal, o que impediria de prosseguir esses procuradores no seguimento da causa.

Ocorrendo essa oitiva dos procuradores perante a CPMI, para evitar a nulidade da audiência de instrução que vem a seguir, o outro Procurador da República deverá estudar todo o processo em menos de dez dias, entre o dia 17 e o dia 31 de maio, para substituir os procuradores que promoveram a denúncia original, porque são eles que conhecem efetivamente a causa, em prejuízo do bom desempenho da acusação.

Entende a Presidência prudente e conveniente, e consulto aos senhores, portanto, o adiamento da oitiva. E devo, com a anuência dos senhores, marcar exatamente após o dia 31. Essa a decisão... Após o dia 1º/06, quinta feira fica...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto, Sílvio

Na quinta-feira fica, portanto, uma reunião administrativa de quebra de sigilo, de quebra técnica e uma pauta grande, uma pauta extensa, que vamos marcar para às 9 horas da manhã.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, questão de ordem sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não. Os requerimentos protocolados até hoje, ok? Pois não, Sílvio

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, se V. Ex^a pegar a história das CPIs, via de regra, quem dá caminho numa CPI, quem detona uma CPI é sempre o chamado baixo clero da organização, a periferia da organização.

Veja bem, hoje iríamos ouvir o Cachoeira, mas, infelizmente, não foi possível. Parece-me que o Sr. Dadá, que é um membro importante dessa organização, já foi convocado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Já está marcado...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma. É isso... Veja... Eu queria propor ao Plenário que, na próxima quinta-feira, não fizessemos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não dá mais tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como não dá tempo? Hoje é terça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não dá tempo.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E convocaríamos o Dadá, na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não dá tempo, Sílvio Costa, por favor. Está convocado. Deputado Vacarezza com a palavra.

O SR. CÂNDIDO VACAREZZA (PT – SP) – Sr.

Presidente, nem ia falar, mas acho que é uma boa oportunidade para fazermos o debate sobre os destinos da CPI. Temos ainda 170 dias. Mesmo V. Ex^a pedindo desculpas pela inscrição, acho que a condução que V. Ex^a está dando para a CPI está nos dando condição de seguir o roteiro do Deputado Odair Cunha.

V. Ex^a ouviu diversos Deputados falando que nós discordamos. Poderia dizer que me sinto prejudicado, mas não me senti, porque o resultado concreto da votação foi positivo para a CPI. Acho que nós evoluímos muito. Ainda temos 170 dias pela frente. E nesses 170 dias vamos desvendar e preencher as lacunas que nós temos nessa investigação. Temos uma organização criminosa que faz espionagem política, espionagem empresarial, sequestro, como vimos e que não estava claro, e outros crimes, principalmente corrupção de agentes públicos, envolvimento de pelo menos um governo de Estado, que já vimos. Então, temos tempo para fazer.

E quero registrar que esta CPI não está sendo blocada. E é importante a condução que V. Ex^a está dando, mesmo que os Deputados e Senadores da oposição tenham falado muito mais do que os demais, se pegarmos a proporcionalidade. Mas isso não tem problema.

Também quero registrar que o roteiro do Deputado Odair teve uma votação com ampla maioria, inclusive com votação da oposição. Esta questão do questionamento enviado ao procurador, nenhum Deputado da oposição votou contra, todos votaram favoravelmente. E a condução que V. Ex^a deu foi boa. Então, acho que

V. Ex^a deve ter o Regimento como norma, mas essa conduta tem ajudado a CPI a avançar.

Eu, diferentemente do que falaram alguns aqui, acho que avançamos muito. E estamos criando uma jurisprudência, uma orientação para as futuras CPIs. CPI não é uma câmara de inquisição, de tortura para inquiridos. CPI é um lugar onde vamos usar inteligência, aprofundar as investigações e contribuir com o País.

No caso desta, a grande contribuição nossa é desmantelar essa organização criminosa e alertar os órgãos públicos para as outras.

Como ainda tenho cinco segundos, quero só dizer o seguinte: não existe autoridade que não possa ser convocada por esta CPI. O procurador poderá ser convocado se assim entender a CPI. O que pode acontecer é que, se ele for convocado, não será o presidente do processo, fruto desta CPI. Com relação aos procuradores, sou favorável que prorrogemos a oitava.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a V. Ex^a pela contribuição que tem dado.

Com a palavra o Deputado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP)

– Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, votei a favor do requerimento do eminente Relator Odair Cunha, um requerimento muito pertinente, porque dá a chance ao Procurador-Geral da República de se manifestar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não podemos aqui, Sr. Presidente – e peço a atenção aos meus nobres pares, tanto Deputados e Senadores –, entrar em uma rota de colisão na instituição do conflito institucional, entre Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem bem definido no art. 58, § 3º, o seu objeto jurídico, a sua natureza jurídica, “as comissões parlamentares terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”. Não podemos entrar em uma rota de colisão com o Supremo Tribunal Federal, como também não podemos aqui incentivar um conflito institucional entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Peço silêncio ao senhores, em respeito ao Deputado Protógenes que está com a palavra. Retomo a palavra ao Sr. Deputado Protógenes.

O SR. PROTÓGENES QUEIROZ (PCdoB – SP)

– Peço aí a prorrogação. É com o Ministério Público. O Ministério Público, estão bem delineadas as suas atribuições e competências, no art. 129 e no inciso II. Eu acredito que há uma precipitação, tanto do Ministério Público, quanto da Polícia Federal, em se manifestarem publicamente sobre o objeto da investigação. Então, isso não é recomendável.

Eu recomendo, publicamente, às duas instituições para se aterem ao objeto da investigação, que é o es-

quema criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira, que está lá, inserto no inciso II, do art. 129: cabe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição.

E tem lá também, Sr. Presidente, outra situação muito concreta. Se identificarmos qualquer transgressão está muito bem inserto também, como falou o Deputado, o Senador Pedro Taques: receber e conhecer reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados.

Então, esse conflito só serve ao esquema Cachoeira, não serve ao objeto desta CPI.

E, repito, não vamos aqui alimentar um poder que está estruturado acima desta República, que é o poder da corrupção e da infiltração entre os órgãos. Nós temos que dismantelar e desarticular esse esquema criminoso que está superior aos Poderes da República, revelado no esquema Carlinhos Cachoeira, como tem aí o envolvimento e a suspeição de vários integrantes de vários órgãos da República. Não podemos alimentar esse conflito, porque esse conflito paralisa a investigação, foge ao objeto da investigação, e podemos até não assegurar o funcionamento constitucional, tanto do Ministério Público quanto da Polícia Federal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero dizer que hoje nós votamos dois temas importantes.

Inicialmente, nós queríamos aqui hoje ter ouvido o Sr. Carlinhos Cachoeira. Não pudemos fazê-lo pela compreensão do Supremo Tribunal Federal, de que tenho divergência, de que os advogados não tiveram acesso aos autos. Ora, eles tiveram todo acesso aos autos. E V. Ex^a, certamente, já decidiu que eles poderão tê-lo agora, e todos os demais depoentes e seus advogados terão acesso aos autos aqui, para que isso não mais seja interpretado dessa forma.

Mas nós também, na minha opinião, tivemos uma decisão aqui marcadamente importante. Por quê? Porque, no depoimento da semana passada, o Delegado, Dr. Raul Alexandre, da Polícia Federal, disse que essa operação para desarticular a quadrilha do Sr. Cachoeira demorou um ano porque ele levou, por ordem do Juízo de Anápolis, ao Sr. Procurador-Geral da República o inquérito e, depois, ao voltar, um mês, foi atendido por uma Subprocuradora da República que disse que a Procuradoria não via indícios para a instauração de um inquérito contra aqueles que tinham foro privilegiado e que nenhuma outra providência foi tomada. Perguntado ao Sr. Procurador-Geral da República por

que ele tomou essa atitude, ele colocou uma nuvem de fumaça para a sociedade brasileira, tentando desviar a atenção da própria pergunta. A pergunta é: por que ele parou o inquérito? E fez uma ofensa a esta CPI. E a resposta que ele tem desta CPI, de uma maneira muito equilibrada, é esse requerimento que lhe pergunta as mesmas questões: por que ele parou o inquérito e quais motivos que fizeram com que ele não tomasse nenhuma providência. Esse é o teor do requerimento. E ainda estabelece um prazo para a sua resposta. Agora, a aprovação desse requerimento não resulta na suspensão de qualquer convocação. Nenhuma autoridade deixará de poder vir a esta CPI. Nenhuma autoridade. Portanto, os requerimentos que convocam, tanto o Procurador-Geral, como a Subprocuradora-Geral continuam em discussão. *(Pausa.)*

Não, não, o Procurador-Geral, eu digo, o Presidente da República não. Agora, o Procurador-Geral pode vir – e o Presidente do Supremo também não –, mas o Procurador-Geral pode vir, a Subprocuradora da República pode vir, e esse debate estaria aberto. Por isso é que acho que nos preenchamos de uma maneira serena essa lacuna, essa ausência, essa omissão do Sr. Procurador-Geral de responder uma questão legítima desta CPI.

Por fim, Sr. Presidente, nós temos de prosseguir na oitiva para que nós possamos dar uma resposta à sociedade brasileira acerca do funcionamento, do *modus operandi*, dos vínculos nas instituições políticas e nas instituições estatais dessa organização criminosa que tanto fragiliza a democracia brasileira. E teremos de dar, Senador Pedro Taques, inclusive, uma resposta do ponto de vista legislativo. Esse equívoco que nós vamos esclarecer em relação a esse requerimento terá de ter alguma resposta legislativa.

Portanto, acho que tivemos um avanço nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Obrigado Paulo Teixeira.

Pedro Simon teve de sair.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade, é só para justificar aqui a minha ausência. A nossa titular, Senadora Kátia Abreu, por motivo de força maior, não pôde estar presente na sessão de hoje, e eu, como suplente, na hora em que fui chamado, encontrava-me no departamento médico. Logo em seguida cheguei, mas não participei da votação dos dois primeiros requerimentos. Queria só justificar a minha ausência.

Também gostaria de parabenizar a Senadora Lídice da Mata por sua questão de ordem. Acho que nós temos de estabelecer um critério, e o critério estabe-

lecido aqui nesta Comissão é quem grita mais. Temos de acabar com isso. Eu vejo que alguns colegas, no afã de dar uma aparecidazinha boa para a imprensa, ficam gritando e não respeitam os parlamentares que estão aqui, que fazem parte da Comissão. Aqui não há ninguém melhor que ninguém.

Então, a minha fala aqui é no sentido de parabenizar a Senadora Lídice e parabenizá-la por ter acatado a decisão que determina mais rigor a partir da próxima sessão desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Filipe Pereira com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Presidente, pensei que não fosse chegar a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Chegou.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Mas o bom é que, como a sessão já está vazia, Senador Pedro Taques, a gente pode falar à vontade, não é? Todos já saíram, já esvaziaram a sala.

Mas, Sr. Presidente, eu quero colocar aqui o seguinte. Primeiro, quero dizer que fui contrário a esse requerimento e coloco aqui minha justificativa.

Alguns parlamentares que me antecederam sugeriram que presença do Procurador-Geral na nossa CPMI levaria a que ele fosse taxado de investigado. Eu discordo profundamente. O delegado Raul e o delegado Mateus, que já estiveram nesta CPI, estiveram aqui como investigados, Sr. Presidente? Não estiveram. Eles estiveram aqui como fornecedores de informação, para que a nossa CPMI possa ter seus trabalhos transcorrendo da melhor maneira possível.

Então, aqui vai a minha primeira pergunta, Sr. Presidente. O que impede o Procurador-Geral e a Subprocuradora-Geral, Dr^a Cláudia, de comparecerem a esta CPMI sendo eles peças fundamentais para o nosso processo de investigação? Não se trata de investigar a Procuradoria-Geral da República. O que impede que isso aconteça, Sr. Presidente?

Já colocaram aqui o Código de Processo Penal. Eu sou neófito nessas coisas, sou um jovem de 28 anos, estou em meu segundo mandato de Deputado, sou muito novo, mas o que eu entendo é que nós estamos deixando passar pelas nossas mãos, pelos nossos dedos, algumas questões que são muito particulares e de fundamental importância para o processo da CPMI. Nós estamos deixando passar aqui, Sr. Presidente, informações que podem ser de suma relevância para que nós possamos aqui fazer o nosso papel de juízes na CPMI e julgar os fatos aqui colocados. Então, não concordo com esse requerimento que foi aprovado.

Votei contrário a esse requerimento e sou favorável à vinda, a esta CPMI, da Procuradoria-Geral da República, representada seja por quem for... Se nosso Procurador não quiser vir para não ficar impedido, tudo bem!

Mas mais uma pergunta eu faço, Sr. Presidente. Temos aqui cinco questionamentos feitos no requerimento que nosso Exm^o Relator colocou aqui neste requerimento de informação à Procuradoria-Geral da República. Faço uma pergunta, Presidente, para encerrar: o Procurador estando presente nesta mesa, pessoalmente, respondendo a todos esses questionamentos, ele estaria impedido de exercer qualquer ação sobre este caso no final de nossa CPMI... E se ele responder por escrito todos esses questionamentos, ele também não estaria impedido de julgar qualquer acusação que esta CPMI possa fazer ao final deste processo? As perguntas são as mesmas, Presidentes; os questionamentos serão os mesmos e as respostas seriam as mesmas. Pessoalmente ou por escrito? São essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Parabeno V. Ex^a.

Wellington Dias não se encontra.

Domingos Sales com a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente; colegas Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, primeiro cumprimentar o Relator Odair pela propositura, mas eu até acredito que seria melhor se ele tivesse acolhido a sugestão do Deputado Miro e feito o requerimento à Procuradoria-Geral da República. Porém, creio eu, que nós não podemos ficar preso a este embate. Durante todo este debate, as diversas manifestações são absolutamente louváveis, mas eu fico com as manifestações do Deputado Vieira Cunha que deixou bem claro e sintetiza o momento que nós estamos vivendo: nós não podemos deixar de ter como foco a quadrilha, os bandidos, e passarmos a ter como foco o Ministério Público.

A Procuradoria-Geral da República, sem nenhum fundamento... E aí eu trago uma reflexão... Deputado Paulo, ex-Líder do PT, trouxe aqui algumas referências ao que foi dito pelo Delegado Raúl e eu só relembro o seguinte: eu fiz as últimas perguntas ao Delegado Raúl, Deputado Paulo. Eu perguntei a ele se, quando entregou à Procuradoria-Geral todos aqueles documentos, se ele acreditava ter ali indícios suficientes, não só para entrar com ação no Supremo contra aqueles que já foram, mas se tinha indícios suficientes para processar qualquer um dos envolvidos. Minha indagação é óbvia: ele não indiciou ninguém! E ele havia dito, durante seu pronunciamento, várias vezes, que sua investigação estava em curso e que ele de fato não possuía indícios suficientes para propor e incriminar e acusar formal-

mente os investigados. Por que ele levou ao Juiz de Primeira Vara aquelas informações? Porque ele tinha uma autorização para escuta, e a regra é que a cada seis meses ele informe como está o andamento das escutas. E nas escutas havia surgido aqueles nomes de Parlamentares, Senadores e Deputados. Então, ele tinha de informar. Mas não significava que ele tinha um conjunto de provas já concluído. Pois bem, o Juiz mandou que fosse ao Procurador; o Procurador pediu que ele formulasse objetivamente; portanto, não deixou de ouvi-lo. Ele formulou objetivamente o que via ali de indícios. E ele foi chamado à Procuradoria da República, um mês depois, para dizer a ele que a Procuradoria entendia que não havia indícios suficientes para propor uma ação. Seria, literalmente, dar um tiro no pé; pior: tornar pública uma investigação que, fatalmente, faria com que toda quadrilha se precavesse. Eu perguntei ao Delegado Raúl: Delegado, a Procuradoria determinou que o senhor parasse? Houve algum entendimento? O senhor entendeu dessa forma? E mais: Por que o senhor não procurou o Superintendente, o chefe máximo da Polícia Federal? Por que o senhor não voltou à primeira instância? O delegado disse e está nos autos. Está aqui, na Ata da CPI: "O raciocínio do Deputado Domingos Sávio é bom ou a linha de raciocínio é boa, e vocês deverão ouvir outras pessoas que poderão ajudá-los a ter essa resposta."

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que ainda precisaremos ouvir provavelmente o Chefe-Geral da Polícia Federal, nós precisaremos fazer outras pesquisas antes de ficar achando que a Procuradoria-Geral da República que impediu alguma coisa. Eu não vou vejo o menor sentido nisso! Nós precisamos é de aproveitar a sessão de quinta-feira para abrir o sigilo da Delta, para aprofundar as investigações contra aqueles que são os bandidos. Não é mudar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para concluir...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Concluindo, Sr. Presidente, não é mudar o foco da investigação e ficar aqui debatendo se há ou não prevaricação na Procuradoria-Geral da República. Não há nenhum indício nesse sentido. E existe aí uma quadrilha e principalmente outros envolvidos por corrupção que devem ser investigados por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, acho que fiquei como um dos últimos aqui a falar justamente para demonstrar minha indignação por um mês de CPMI. No meu primeiro mandato, nem filiado a partido político eu era antes do último dia do prazo de inscrição. Eu esperava mais. Esperava que

em um mês nós estivéssemos ouvindo quem eram os bandidos de verdade e a balança pudesse estar funcionando para o lado verdadeiro.

Presidente, nós perdemos o dia inteiro, Sr. Relator, debatendo aqui para ouvir uma suposta prevaricação que eu acho que não existiu. E do outro lado da balança temos desvio de dinheiro público, corrupção de altos funcionários, de um Senador da República e de Deputados Federais, formação de quadrilha, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, evasão de divisas e o Código Penal inteiro e mais as leis esparsas. É a essa balança que a opinião brasileira está assistindo. Por isso, a rejeição.

Olha, Presidente, se não for o senhor e o relator estarem conduzindo de uma forma tão firme essa comissão, eu diria que ela iria virar uma grande pizzaria. A maior e mais cara pizzaria deste País. Só os 64 Deputados e Senadores titulares e suplentes desta comissão, nesse um mês, deram um custo, para o Governo, para o dinheiro público, de R\$1,664 milhão só de salário, fora o proporcionado 13º, 14º e 15º. É isso que nós vamos passar para a opinião pública?

Nós vamos debater, na próxima semana, se vamos trazer o diretor da *Veja* para cá, para debater se ele cometeu um deslize ético? E o bandido? O cara que desviou dinheiro público? A Delta com lencinho branco na cabeça e gente assistindo a danças do ventre lá em Paris, nos palácios. E a gente debatendo se o Procurador-Geral teve um deslize porque demorou mais alguns dias; se a esposa dele conversou com o delegado. Ora, a Polícia Federal fez um belo trabalho. O Ministério Público fez o trabalho dele Não teve prescrição.

Presidente, nós não podemos, agora, ser palco para vingança privada de alguns que estão aqui. Há uns, aqui, achando que vão se vingar de algo atrás, de anos, do que aconteceu no passado. Vão se vingar da revista *Veja*; vão se vingar do Procurador-Geral da República. E não era nem esse o Procurador-Geral, mas eles guardam no seu ânimo aquela revolta.

Eu acho que quem responde por corrupção, responda o seu processo como homem e não use esta CPMI como palco de vingança privada contra quem processa as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok.

Pedro Taques, em reinscrição, quer fazer uso da palavra, ou não?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente, somente para responder às perguntas de S. Ex^a o Deputado. O Ministério Público é parte na ação penal. Delegado não é parte, Sr. Presidente. O

delegado não pode ser contraditado, o Ministério Público pode ser contraditado, por isso existe diferença.

Eu quero concordar inteiramente com o Deputado Francischini. Nós estamos aqui perdendo tempo. Algumas pessoas dizem que o Procurador-Geral cometeu prevaricação; agora, falta coragem para representar. Algumas pessoas dizem que o Procurador-Geral cometeu crime de responsabilidade; agora, falta coragem para representar. Se um Deputado ou Senador entende que alguém cometeu um ilícito, que coloque no papel, assinhe, faça a obrigação constitucional!

Quero concordar inteiramente com a que o Deputado Francischini fez referência. Precisamos saber do envolvimento da Delta com governadores e parlamentares. Até agora, nós não falamos os nomes dos Deputados Federais, nenhuma vez, nesta CPI. Só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Pedro.

Protógenes é o último. Com a palavra.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, somente para dar ciência ao Requerimento nº292, que eu requeri para ter acesso ao estado bruto de todas as gravações em áudio e vídeo coletadas ou produzidas no âmbito das Operações Vegas e Monte Carlo, que ao que parece vêm incompletas. E também ratificar aqui o apoio e reafirmar que votei integralmente no requerimento do nosso Relator Odair Cunha, manifestando-me para que alimentemos, no público em geral e nas instituições, o desejo de não se digladiarem, não entrarem em conflito, porque o conflito foge ao objeto desta investigação, que é o esquema Cachoeira. Então, ao alimentarmos isso aqui, fortaleceremos essa organização criminosa.

Até solicitei ao nosso relator – e ele vai considerar – um item importantíssimo, para que a Procuradoria também elabore um relatório analítico – a Procuradoria tem um setor de análise –, a fim de nos facilitar e aprofundar as investigações contra o esquema Cachoeira. Repito: nem Polícia Federal, nem Procuradoria-Geral da República vai entrar nesse conflito para prevalecer a defesa do sistema criminoso Carlinhos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando aos Srs. Parlamentares que está marcada uma nova reunião para a próxima quinta-feira, 17 de maio de 2012, às 9h30 da manhã.

Requerimentos até as 18h do dia de hoje.

Tenham todos uma boa noite.

Fiquem com Deus. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES “VEGAS” E “MONTE CARLO”, DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião realizada em 17 de maio de 2012, às nove horas e trinta e nove minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE)**, **Humberto Costa (PT-PE)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Ciro Nogueira (PP/PI)**, **Paulo Davim (PV-RN)**, **Jayme Campos (DEM-MT)**, **Álvaro Dias (PSDB-PR)**, **Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**, **Fernando Collor (PTB-AL)**, **Vicentinho Alves (PR-TO)**, **Kátia Abreu (PSD-TO)**, **Wellington Dias (PT-PI)**, **Jorge Viana (PT/AC)**, **Walter Pinheiro (PT-BA)**, **Delcídio Amaral (PT-MS)**, **Benedito de Lira (PP-AL)**, **Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)** e **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP)**, **Odair Cunha (PT-MG)**, **Paulo Teixeira (PT-SP)**, **Íris de Araujo (PMDB-GO)**, **Luiz Pitiman (PMDB-DF)**, **Carlos Sampaio (PSDB-SP)**, **Fernando Francischini (PSDB-PR)**, **Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, **Maurício Quintella Lessa (PR-AL)**, **Paulo Foleto (PSB-ES)**, **Miro Teixeira (PDT-RJ)**, **Rubens Bueno (PPS-PR)**, **Sílvio Costa (PTB-PE)**, **Filipe Pereira (PSC-RJ)**, **Delegado Protógenes (PCdoB-SP)**, **Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ)**, **João Magalhães (PMDB-MG)**, **Domingos Sávio (PSDB-MG)**, **Rogério Marinho (PSDB/RN)**, **Iracema Portella (PP/PI)**, **Mendonça Prado (DEM-SE)**, **Ronaldo Fonseca (PR-DF)** e **Glauber Braga (PSB-RJ)**. Deixaram de comparecer a Senadora **Lídice da Mata (PSB-BA)** e o Deputado **Gladson Cameli (PP-AC)**. Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **Senadores Pedro Simon (PMSB-RS)** e **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e **Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ)**, **Wellington Roberto (PR-PB)** e **Alessandro Molon (PT-RJ)**. Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

| Nº | Ementa | Autoria |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 003/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da IDEAL SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 09.478.499/0001-11, de 01 de janeiro de 2003 até a presente data, a fim de subsidiar as investigações da Comissão. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 004/12 | Solicita a convocação do Sr. Deuselino Valadares dos Santos, CPF 591.410.001-10, Delegado da Polícia Federal, para prestar depoimento nesta CPMI. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 011/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Cláudio Dias de Abreu, CPF nº 907.124.041-04. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 013/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Geovani Pereira da Silva, CPF nº 319.166.001-15. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 015/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Gleyb Ferreira da Cruz, CPF nº 575.571.871-72. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 025/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Idalberto Matias de Araujo, CPF nº 274.087.791-91. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 026/12 | Solicita a convocação do Sr. João Carlos Feitoza, CPF nº 186.353.341-91, para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |

| | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 027/12 | Solicita a convocação do Sr. Rosalvo Simprini Cruz, CPF nº 008.121.807-98, para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 030/12 | Solicita a convocação do Sr. Francisco Cláudio Monteiro, CPF nº 153.359.841-04, para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 031/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Andréia Aprígio de Souza, CPF nº 644.628.971-53. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 033/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Brava Construções e Teraplanagem Ltda., CNPJ nº 10.894.642/0001-35. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 034/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda., CNPJ nº 11.620.733/0001-45. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 048/12 | Requer seja convocado o Sr. Sebastião de Almeida Ramos Júnior para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 050/12 | Requer seja convocado o Sr. Álvaro Ribeiro da Silva para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |

| | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 052/12 | Requer seja convocado o Sr. Marcelo Vieira da Silva para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 054/12 | Requer seja convocado o Sr. Rogério Diniz para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio e Domingos Sávio |
| 056/12 | Requer seja convocado o Sr. Adriano Aprígio de Souza para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 057/12 | Requer seja convocado o Sr. André Teixeira Jorge para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 058/12 | Requer seja convocado o Sr. William Vitorino para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 059/12 | Requer seja convocada a Sra. Andréa Aprígio de Souza para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 060/12 | Requer seja convocado o Sr. Carlos Antônio Nogueira para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |

| | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 062/12 | Requer seja convocado o Sr. Deuselino Valadares dos Santos para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 063/12 | Requer seja convocado a Sra. Rosely Pantoja da Silva para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 066/12 | Requer seja convocado o Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 069/12 | Requer seja convocado o Sr. João Macedo de Miranda para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 070/12 | Requer seja convocado o Sr. Edson Coelho dos Santos para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 071/12 | Requer seja convocado o Sr. Paulo de Almeida Ramos para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |

| | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 072/12 | Requer seja convocado o Sr Anderson Aguiar Drumond para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 073/12 | Requer seja convocado o Sr. Fernando Antônio Herda Byron Filho para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 074/12 | Requer seja convocado o Sr Marcos Antônio de Almeida Ramos para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 075/12 | Requer seja convocado o Sr. Carlos Alberto de Lima para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 076/12 | Requer seja convocado o Sr Arnaldo Rúbio Júnior para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |

| | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| 077/12 | Requer seja convocado o Roberto Coppola para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho |
| 088/12 | Solicita a convocação do Sr. Rosalvo Simprini Cruz, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno |
| 089/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Geovani Pereira da Silva. | Deputado Rubens Bueno |
| 090/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal e bancário da empresa Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda. | Deputado Rubens Bueno |
| 091/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Lenine Araújo de Souza. | Deputado Rubens Bueno |
| 092/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Rosalvo Simprini Cruz. | Deputado Rubens Bueno |
| 093/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Brazilian Gaming Partners Participação Administração e Empreendimentos Ltda. | Deputado Rubens Bueno |
| 094/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Roberto Sérgio Coppola. | Deputado Rubens Bueno |
| 095/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Larami diversões e Entretenimento Ltda. | Deputado Rubens Bueno |

| | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| 096/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do Sr. Gleyb Ferreira de Araújo. | Deputado Rubens Bueno |
| 098/12 | Solicita a convocação do Sr. Benedito Torres, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno |
| 102/12 | Solicita a convocação do Sr. Cláudio Monteiro, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno |
| 107/12 | Solicita a convocação do Sr. João Carlos Feitosa, o Zunga, a fim de esclarecer seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno |
| 109/12 | Solicita a convocação do Sr. Joaquim Gomes Thomé Neto, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com o Senhor Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno |
| 112/12 | Solicita a convocação do Sr. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, a fim de esclarecer suas ligações com o Senhor Carlos Augusto Ramos e o Senador Demóstenes Torres. | Deputado Rubens Bueno |
| 116/12 | Solicita a convocação do Sr. Roberto Sérgio Coppola, a fim de esclarecer as suas ligações com o Senhor Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno |
| 121/12 | Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Álvaro Dias |

| | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 122/12 | Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. Cláudio Abreu. | Senador Álvaro Dias |
| 124/12 | Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. Idalberto Matias de Araújo, conhecido como “Dadá”. | Senador Álvaro Dias |
| 125/12 | Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas do Sr. José Olímpio Queiroga Neto. | Senador Álvaro Dias |
| 128/12 | Requer seja encaminhado pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras para a Comissão informações sobre as movimentações consideradas atípicas da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda. | Senador Álvaro Dias |
| 133/12 | Requer seja convocado o Sr. Aluizio Alves de Souza para prestar depoimento perante a Comissão. | Senador Álvaro Dias |
| 146/12 | Requer seja convocado o Sr. Roberto Coppola para prestar depoimento perante a Comissão. | Senador Álvaro Dias |
| 149/12 | Requer sejam convocados os Srs. Deuselino Valadares dos Santos e Fernando Byron para prestar depoimento perante a Comissão. | Senador Álvaro Dias |

| | | | | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| 150/12 | Requer sejam convidados os Srs. Daniel de Resende Salgado e Marcelo Ribeiro de Oliveira e a Sra. Léa Batista de Oliveira para prestar depoimento perante a Comissão. | Senador Álvaro Dias | 208/12 | Requer a convocação do Sr. Arnaldo Rubio Junior, para prestar depoimento nessa CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro |
| 198/12 | Requer a convocação do Sr. Alex Sandro Klein Fonseca para prestar depoimento nesta CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | 212/12 | Solicita que esta CPMI solicite a todos os partidos que compõem esta Comissão indicar servidores que terão acesso à documentação recebida por esta CPMI. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 199/12 | Requer a convocação do Sr. Rossine Aires Guimarães para prestar depoimento nesta CPMI | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | 222/12 | Solicita a convocação do Sr. Rodrigo Moral Dall Agnol para prestar depoimento nesta CPMI. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 202/12 | Requer a convocação do Sr. Edgardo Mendonça Guimarães para prestar depoimento nesta CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | 226/12 | Requer que seja convocado o Sr. Rosalvo Simprini Cruz, suposto contador do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. | Senador Sérgio Souza |
| 204/12 | Requer a convocação do Sr. Antônio Lorenzo para prestar depoimento nesta CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | 237/12 | Requer sejam solicitadas ao Supremo Tribunal Federal, à Justiça Federal de Goiás (11ª Vara), à Procuradoria-Geral da República ou à Polícia Federal – onde quer que se encontrem – as gravações brutas (completas a partir dos originais), acompanhadas das respectivas ordens judiciais que as autorizaram, obtidas no Inquérito STF nº 3430 (Operação Vegas) e inclusive Operação Monte Carlo, para exame desta Comissão. | Senador Cássio Cunha Lima |
| 205/12 | Requer a convocação do Sr. Alexandre Lourenço e do Sr. Edemundo Dias para prestarem depoimento nessa CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | 239/12 | Requer seja solicitada ao Ministro Ricardo Lewandowski a revogação do sigilo imposto ao inquérito nº 3.430 (Operação Vegas); e, no mesmo sentido ao Juiz Federal da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiânia, a revogação do sigilo imposto à ação penal nº 13279-78.2011.4.01.3500 (Operação Monte Carlo) | Senador Álvaro Dias |
| 206/12 | Requer a convocação do Sr. Jayme Rincon , para prestar depoimento nessa CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | | | |
| 207/12 | Requer a convocação do Sr. Walter Paulo Santiago, para prestar depoimento nessa CPMI. | Senadores José Pimentel, Humberto Costa e Walter Píñheiro | | | |

| | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 240/12 | Requer seja solicitado ao Ministro do STF Ricardo Lewandowski que sejam sequestrados todos os bens móveis e imóveis que sejam de propriedade do Senhor Carlos Augusto Ramos, ainda que em poder de terceiros, arrolados nos autos do Inquérito nº 3430; e, alternativamente, a decretação da medida assecuratória em relação ao processo penal decorrente da investigação que ora se inicia a cargo do Poder Legislativo. | Deputado Miro Teixeira |
| 244/12 | Solicita a convocação do Sr. Marcello de Oliveira Lopes para prestar depoimento nesta CPMI | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 245/12 | Solicita que esta CPMI faça o levantamento do segredo de justiça atribuído pelo STF aos binquêritos “Vegas” e “Monte Carlo”. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 246/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da JM Terraplanagem e Construção, CNPJ nº 24.946.352/0001-00. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 248/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Construtora Rio Tocantins – CRT, CNPJ nº 04.201.540/0001-94. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 249/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 30.222.814/0001-31. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 251/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Bet Capital Ltda., CNPJ nº 37.873.734/0001-95. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |

| | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 254/12 | Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Senhor Wladimir Garcez Henrique. | Deputado Miro Teixeira |
| 255/12 | Propõe à CPMI requerer o acesso ao HD que contém as informações das operações denominadas Vegas e Monte Carlo obtidas pelo programa “Guardião” da Polícia Federal. | Senador Pedro Taques Deputado Carlos Sampaio |
| 256/12 | Solicita que esta CPMI requirite à Polícia Civil do Distrito Federal cópia do inteiro teor dos autos do Inquérito da Operação Saint-Michel. | Deputado Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 264/12 | Requer ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre (I) registros de saídas do Brasil, no período compreendido nos últimos dez anos, dos Senhores Carlos Augusto Ramos e Demóstenes Torres, e da esposa deste, Flávia Coelho, e, se houver, (II) em que datas as saídas e chegadas aconteceram, (III) para quais destinos, incluídos os países percorridos (IV) fazendo uso de quais documentos de viagem (informar número de passaporte e categoria). | Deputado Miro Teixeira |
| 267/12 | Requer seja convocado Paulo Roberto de Almeida Ramos. | Senador Álvaro Dias |
| 268/12 | Requer seja convocada Andréa Souza, apontada pela Polícia Federal como “laranja” do Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Álvaro Dias |
| 269/12 | Solicita à CPMI que requirite documentos e informações junto à Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA | Senadora Vanessa Grazziotin |

| | | | | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| 272/12 | Solicita a oitiva do Sr. Wladimir Garcez Herrique, ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia, para que, sob compromisso, esclareça os fatos que, de acordo com as investigações da Polícia Federal, o ligam ao grupo chefiado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Randolfe Rodrigues | 282/12 | Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Sr. Rossine Aires Guimarães a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos e sua organização. | Deputado Rubens Bueno |
| 273/12 | Solicita a oitiva do Sr. Ronald Christian Alves Bicca, ex-Procurador Geral do Estado de Goiás, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca do caso que envolve o fornecimento de refeições ao sistema carcerário do Estado de Goiás, que teria favorecido empresa ligada ao Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Randolfe Rodrigues | 286/12 | Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Sr. Wesley José Ferreira, a fim de esclarecer as suas ligações com o Sr. Carlos Augusto Ramos e sua organização. | Deputado Rubens Bueno |
| 275/12 | Solicita a oitiva do Sr. Edivaldo Cardoso de Paula, ex-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, para que, sob compromisso, esclareça os fatos que, de acordo com as investigações da Polícia Federal, o ligam ao grupo chefiado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Randolfe Rodrigues | 292/12 | Requer acesso ao estado bruto de todas as gravações em áudio ou vídeo coletadas ou produzidas no âmbito das Operações "Vegas" e "Monte Carlo". | Deputado Delegado Protógenes Carlo |
| 276/12 | Solicita a oitiva do Sr. Alexandre Baldy de Sant'anna Braga, Secretário de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, para que, sob compromisso, esclareça os fatos que, de acordo com as investigações da polícia Federal, o ligam ao grupo chefiado pelo Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Randolfe Rodrigues | 293/12 | Requer ao Procurador Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dr. Alceu José Torres Marques, a cessão do Procurador de Justiça, Dr. André Estevão Ubaldino Pereira, para atuar nesta CPMI. | Deputado Odair Cunha |
| 281/12 | Requer sejam solicitados ao delegado de Polícia Federal Matheus Mela Rodrigues, esclarecimentos à cerca de listagem de nomes citados nas gravações telefônicas da operação Monte Carlo. | Deputado Rubens Bueno | 294/12 | Requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo a cessão do Dr. Arthur Pinto de Lemos Júnior, com prejuízo de suas funções para auxiliar os trabalhos da CPMI. | Deputado Odair Cunha |
| | | | 298/12 | Requer a convocação de Marcello de Oliveira Lopes. | Senador Álvaro Dias |
| | | | 299/12 | Requer a convocação de Marcelo Henrique Limírio Gonçalves. | Senador Álvaro Dias |
| | | | 300/12 | Requer a convocação de Rosalvo Simprini Cruz. | Senador Álvaro Dias |
| | | | 301/12 | Requer a convocação de Rodrigo Moral Dall Agnol. | Senador Álvaro Dias |
| | | | 302/12 | Requer a convocação de João Carlos Feitosa. | Senador Álvaro Dias |

| | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| 303/12 | Requer a convocação de Joaquim Gomes Thomé Neto | Senador Álvaro Dias |
| 304/12 | Requer a convocação de Carlos Alberto de Lima. | Senador Álvaro Dias |
| 305/12 | Requer a convocação de Edson Coelho dos Santos. | Senador Álvaro Dias |
| 306/12 | Requer a convocação de Rosely Pantoja da Silva. | Senador Álvaro Dias |
| 307/12 | Requer a convocação de Anderson Aguiar Drumond. | Senador Álvaro Dias |
| 308/12 | Requer a convocação de Marcos Antônio de Almeida Ramos | Senador Álvaro Dias |
| 309/12 | Requer a convocação de João Macedo de Miranda. | Senador Álvaro Dias |
| 310/12 | Requer a convocação de Carlos Antônio Nogueira. | Senador Álvaro Dias |
| 311/12 | Requer a convocação de William Vitorino. | Senador Álvaro Dias |
| 312/12 | Requer a convocação de Arnaldo Rúbio Júnior. | Senador Álvaro Dias |
| 314/12 | Requer a convocação de Sebastião de Almeida Ramos Júnior. | Senador Álvaro Dias |
| 315/12 | Requer a convocação de Álvaro Ribeiro da Silva. | Senador Álvaro Dias |
| 316/12 | Requer a convocação de Marcelo Vieira da Silva. | Senador Álvaro Dias |
| 317/12 | Requer a convocação de Rogério Diniz. | Senador Álvaro Dias |
| 318/12 | Requer a convocação de Adriano Aprígio de Souza. | Senador Álvaro Dias |
| 319/12 | Requer a convocação de André Teixeira Jorge. | Senador Álvaro Dias |
| 320/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da BET Capital Ltda. | Deputados Cândido Vaccarezza, Dr. Rosinha e Paulo Teixeira |

| | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| 321/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Brava Construções e Teraplenagem Ltda. | Deputados Cândido Vaccarezza, Dr. Rosinha e Paulo Teixeira |
| 322/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Alberto & Pantoja Construções e Transportes Ltda. | Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana |
| 323/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Ideal Segurança Ltda EPP. | Deputados Cândido Vaccarezza, Dr. Rosinha e Paulo Teixeira |
| 324/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda. | Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana |
| 325/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da JR Prestadora de Serviços Construtora e Incorporadora Ltda. | Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana |
| 326/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Misano IND IMP EXP. | Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias e Jorge Viana |
| 327/12 | Requer a convocação do Sr. Leonardo Almeida Ramos para prestar depoimento nessa CPMI. | Dep. Odair Cunha |
| 328/12 | Solicita sejam requisitados ao Ministério da Justiça o compartilhamento dos futuros relatórios da Polícia Federal elaborados pelos Delegados, em cada uma das próximas etapas da Operação Monte Carlo. | Dep. Cândido Vaccarezza |

| | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 329/12 | Solicita sejam requisitados à Polícia Federal os quarenta e sete relatórios de diligências elaborados pelos Delegados Federais, durante a Operação Monte Carlo. | Dep. Cândido Vaccarezza |
| 330/12 | Solicita sejam requisitados à Polícia Federal os trinta e nove relatórios parciais elaborados pelos Delegados Federais, durante a Operação Monte Carlo. | Dep. Cândido Vaccarezza |
| 333/12 | Requer cópia dos relatórios analíticos produzidos pela Polícia Federal durante as operações Vegas e Monte Carlo. | Dep. Paulo Teixeira |
| 334/12 | Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Leonardo Almeida Ramos, CPF 899.049.401-00. | Dep. Odair Cunha |
| 335/12 | Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa EMPRODATA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ/MF 39.309.141/0001-26. | Dep. Odair Cunha |
| 336/12 | Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Laser Press Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ/MF 00.689.738/0001-08. | Dep. Odair Cunha |
| 337/12 | Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa LET LAMINADOS ESTRUTURADOS E TERMOFORMADOS Ltda., CNPJ/MF 05.932.018/0001-45. | Dep. Odair Cunha |
| 338/12 | Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MZ CONSTRUÇÕES Ltda., CNPJ/MF 00.570.731/0001-72. | Dep. Odair Cunha |
| 339/12 | Solicita que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa MZ CONSTRUÇÕES Ltda., CNPJ/MF 00.570.731/0001-72. | Dep. Odair Cunha |

| | | |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 340/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa FUDNAÇÃO CULTURAL APRÍGIO RAMOS – FUNDAR, CNPJ nº 03.931.389/0001-87. | Deputado Odair Cunha |
| 341/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa FUNDAÇÃO CULTURAL APRÍGIO RAMOS – FUNDAR, CNPJ nº 03.931.389/0001-87. | Deputado Odair Cunha |
| 342/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ nº 08.206.896/0001-71. | Deputado Odair Cunha |
| 344/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da DELTA CONSTRUÇÕES S/A – TO, CNPJ nº 10.788.628/0024-43, DELTA CONSTRUÇÕES S/A – MS, CNPJ 10.788.628/0028-77, DELTA CONSTRUÇÕES S/A – GO, CNPJ 10.788.628/0017-14, DELTA CONSTRUÇÕES S/A – DF, CNPJ 10.788.628/0006-61. | Deputado Odair Cunha |
| 345/12 | Requer ao Departamento de recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça que negocie acordos de cooperação jurídica internacional para viabilizar a identificação das contas bancárias e bens móveis e imóveis dos senhores Carlos Augusto Almeida Ramos, Demóstenes Torres e outros integrantes das organizações criminosas referidos nas operações Vegas e Monte Carlo, bem como promova gestões junto aos governos dos países em que esses bens forem identificados de modo a assegurar a recuperação desses ativos. | Deputado Paulo Teixeira |

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES “VEGAS” E “MONTE CARLO”, DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião realizada em 22 de maio de 2012, às quatorze horas e quatro minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE)**, **Humberto Costa (PT-PE)**, **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**, **Ricardo Ferraço (PMDB-ES)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Ciro Nogueira (PP/PI)**, **Paulo Davim (PV-RN)**, **Jayme Campos (DEM-MT)**, **Álvaro Dias (PSDB-PR)**, **Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**, **Fernando Collor (PTB-AL)**, **Vicentinho Alves (PR-TO)**, **Kátia Abreu (PSD-TO)**, **Wellington Dias (PT-PI)**, **Jorge Viana (PT/AC)**, **Walter Pinheiro (PT-BA)**, **Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)** e **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e dos Deputados: **Cândido Vaccarezza (PT-SP)**, **Odair Cunha (PT-MG)**, **Paulo Teixeira (PT-SP)**, **Íris Araujo (PMDB-GO)**, **Luiz Pitiman (PMDB-DF)**, **Carlos Sampaio (PSDB-SP)**, **Fernando Francischini (PSDB-PR)**, **Gladson Cameli (PP-AC)**, **Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, **Maurício Quintella Lessa (PR-AL)**, **Paulo Foletto (PSB-ES)**, **Miro Teixeira (PDT-RJ)**, **Rubens Bueno (PPS-PR)**, **Sílvio Costa (PTB-PE)**, **Filipe Pereira (PSC-RJ)**, **Delegado Protógenes (PCdoB-SP)**, **Dr. Rosinha (PT-PR)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ)**, **João Magalhães (PMDB-MG)**, **Domingos Sávio (PSDB-MG)**, **Rogério Marinho (PSDB/RN)**, **Iracema Portella (PP/PI)**, **Mendonça Prado (DEM-SE)**, **Ronaldo Fonseca (PR-DF)**, **Glauber Braga (PSB-RJ)**, **Vieira da Cunha (PDT-RS)** e **Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)**. Compareceram os seguintes parlamentares não membros: **os Senadores Pedro Simon (PMDB-RS)**, **Cyro Miranda (PSDB-GO)**, **Ivo Cassol (PP/RO)** e **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e **os Deputados Chico Alencar (PSOL-RJ)**, **Dimas Ramalho (PPS/SP)**, **Bruno Araújo (PSDB/PE)**, **Vanderlei Macris (PSDB/SP)**, **Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)**, **Jonas Donizette Ferreira (PSB/SP)**, **Jorginho Mello (PSDB/SC)**, **Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA)**, **Mendonça Filho (DEM/PE)**, **Ivan Valente (PSOL/SP)**, **Vaz de Lima (PSDB/SP)**, **Henrique Oliveira (PR/AM)**, **Costa Ferreira (PSC/MA)** e **Leonardo**

Monteiro (PSC/PB). Na ocasião, ocorreu a oitava do Senhor Carlos Augusto de Almeida Ramos. Diante da insistência do depoente em não responder a nenhuma das inquirições, exercendo o seu direito constitucional de permanecer em silêncio, a comissão, por iniciativa da Senadora Kátia Abreu, decidiu pelo encerramento da Reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Muito boa tarde a todos os senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 1, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª reunião da Comissão.

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

A Presidência informa – peço a atenção dos senhores – que, em decorrência da aprovação de requerimentos da reunião passada, foram expedidos – informação importante aos Srs. Parlamentares – 32 ofícios relativos à transferência de sigilo telefônico, referentes à deliberação da reunião passada. São 32 ofícios relativos à transferência de sigilo fiscal; 7 ofícios relativos a movimentação atípica endereçados ao Coaf; 15 ofícios relativos a providências diversas, totalizando 117 ofícios expedidos.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitava do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, o que já tem sido comum no início das nossas reuniões. As questões de ordem da matéria em pauta, ou seja, a oitava do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conforme dispõe o art. 404, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o artigo referente ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com efeito do quesito das reclamações.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14 do Regimento Interno do Senado, poderão falar para explicação pessoal em cada reunião apenas dois integrantes da Comissão. O nosso 14. Ao Líder é lícito solicitar o uso da palavra uma única vez em qualquer fase da sessão, pelo prazo máximo de três minutos para comunicação urgente (art. 5, do Regimento Comum).

Estamos prontos. Vou chamar agora – peço à Secretaria da Comissão que traga para o recinto o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Ao final desta reunião, preciso pedir aos senhores, e aí vai ser uma questão de tempo, para discutirmos a

questão do uso da ferramenta importante que V. Ex^{as} vão ter à disposição a partir de amanhã, que é o i2, que faz parte do banco de dados do DW, que é a base e a plataforma de arquivo que recebe as transferências dos sigilos fiscais, telefônicos e bancários. Nós já temos uma diretriz para o uso desse i2 e vamos discutir as providências ao final desta reunião. Peço a V. Ex^{as} que continuem para a discussão da matéria. *(Pausa.)*

Peço à Polícia do Senado e à Polícia Judiciária que tomem as providências. *(Pausa.)*

Providenciem para que o advogado esteja próximo ao seu cliente. Peço à Polícia do Senado e à Polícia Judiciária que tomem as providências. *(Pausa.)*

O advogado senta próximo ao cliente. Ele tem direito, um advogado. A senhora poderá ficar próxima, também. *(Pausa.)*

Concluída? Podemos começar? *(Pausa.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a atenção e o silêncio dos senhores.

Concederei a palavra ao Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, a quem convido a estar presente, em seu lugar, na sala de reuniões.

Com a palavra o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, para, em um prazo de 20 minutos, abordar o assunto para o qual foi convocado.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Como manda a lei, boa tarde para todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB.) – Peço aos técnicos de som que aumentem o microfone do depoente.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Primeiramente, boa tarde, senhores e senhoras.

Estou aqui, como manda a lei, para responder o que for necessário. Constitucionalmente, fui advertido pelos advogados a não dizer nada e não falarei nada aqui. Somente depois da audiência que vamos ter com o juiz, se, porventura, achar que eu deva contribuir, pode me chamar que eu virei para falar e responderei a qualquer pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Parece-me ser necessário, e é hábito em toda CPI, que se peça ao depoente prestar juramento em relação ao que pretenda dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não como indiciado, não é?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É um procedimento essencial e precede a qualquer pronunciamento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu consulto a assessoria técnica, porque, como indiciado, e a assessoria técnica me informa que não.

Na forma do parecer da assessoria técnica, como indicado, segundo decisões do Supremo Tribunal Federal, ele não precisa prestar o juramento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele pode mentir, é profissional já nisso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Relator com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Carlos Augusto, em que pese a fala de V. S^a – meu som está baixo, pedir o pessoal da assessoria para aumentar o som, por favor –, chegaram ao conhecimento de todo o País trechos de diálogos gravados pela Polícia Federal, com autorização judicial, que o colocaram como figura central de uma organização complexa e com influência nos três Poderes da República nos três níveis da Federação. É isso que traz V. S^a hoje a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O objetivo dessa audiência – vou pedir novamente ao pessoal, Presidente, da assessoria técnica do som para aumentar esse som...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço tanto silêncio quanto a colaboração da assessoria técnica para melhorar o som de toda a audiência.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O objetivo da audiência de hoje é assegurar a V. S^a, Sr. Carlos Augusto – é claro seu amplo direito de defesa – esclarecer pontos importantes dessa organização que tem, conforme as operações da Polícia Federal, em V. S^a a figura central.

Por isso, em que pese a declaração de V. S^a, eu queria insistir se V. S^a poderia nos ajudar, ainda mais, nessas investigações, e é claro também colaborar em sua defesa.

O senhor se definiria como, na sua atividade? Um empresário? Quais são os ramos de atividade que o senhor atua?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ajudaria muito, Deputado, mas somente após a minha audiência. Por enquanto, ficarei calado, como manda a Constituição, tá?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na sua... Há informações também que chegaram a esta Comissão que a sua renda declarada nos últimos tempos basicamente adviriam de empréstimos da empresa Bet Capital. O que V. S^a pode nos dizer a este respeito?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Tenho muito a dizer, depois da minha audiência. Pode me convocar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Qual é... Outra pergunta que nos vem também é que o senhor

possui bens móveis e imóveis e possui uma casa inclusive em Miami, numa relação com um coreano de nome Choi Yong.

Qual é a relação do senhor com este coreano?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou te ajudar demais, é outra pergunta muito boa para responder depois disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Resta-nos, Presidente, saber da relação do Sr. Carlos Augusto com as seguintes empresas: Delta Construções; Vitapan Indústria Farmacêutica; Ideal Segurança...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, uma questão de ordem. O relator nos permite.

O depoente não pode achar que aqui tem um bando de palhaço, fazendo brincadeira na primeira pergunta do relator. Eu chamo a questão, porque o senhor como Presidente tem que chamar atenção que ele está envolvido num mega esquema criminoso neste País e ele tem que respeitar esta Comissão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Ex^a...

Devolvo a palavra ao relator.

O SR. (Orador não identificado) – Questão de ordem, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Qual é a questão de ordem, Deputado...

O SR. (Orador não identificado) – Bom, eu só queria que o relator perguntasse se ele é ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos usar o período. O relator está fazendo as suas perguntas. Todos vão ter direito de fazer suas perguntas. Se nós começarmos a interromper o relator, vamos esticar o tempo do relator que usará todo o seu tempo. Peço a colaboração dos senhores, por favor.

O relator com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Relator, só para ajudar; é para ajudar mesmo. O senhor poderia colocar uma pergunta aí, ao Advogado, Dr. Márcio Thomaz, se o Sr. Carlos Augusto, numa sessão secreta, toparia repensar a sua decisão. É uma pergunta que eu sugiro ao relator que faça, porque, se for possível, a gente caminha com isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ouvir o relator, por bondade.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As investigações da Polícia Federal...

Essa poderia ser uma forma de o Sr. Carlos Augusto colaborar com esta CPMI, uma sessão secreta; porque senão vamos aqui discorrer uma ...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Repita a pergunta do Silvio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Carlos, se numa sessão secreta, V. S^a poderia colaborar ainda mais com esta CPMI?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Sr. Relator, a questão é a seguinte: por orientação dos meus advogados, eu só falo depois da audiência; eu já disse isso aqui no começo. Não tenho que falar.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre os negócios, o senhor, com os jogos, com negócios públicos, as suas relações com pessoas de prerrogativas de foro, são todos temas que interessam a esta CPMI desvendar. Gostaria de insistir com V. S^a.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu estou respondendo a um inquérito na Justiça e antes disso, antes de eu depor no juízo não posso falar, não vou falar. Só depois disso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E em sessão secreta?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Depois disso, vamos ver com os meus advogados. Esse foi o pedido de sempre, que nós pedimos, para que reavaliasse a nossa vinda aqui. Quem forçou foram os senhores.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, dada a indisposição do nosso investigado, figura central nessa organização criminosa, vou falar mais adiante, se for o caso.

Encerro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Passo a palavra aos Srs. Parlamentares.

Pela ordem de inscrição, com preferência para o relator, que já usou da palavra, agora vamos para os deputados, autores do primeiro requerimento convocatório, o Deputado Carlos Sampaio e Fernando Francischini, o Deputado Felipe Pereira, o Deputado Rubens Bueno, o Senador Alvaro Dias, o Senador Raulo Rodrigues, a Deputada Iris de Araújo, o Deputado Ronaldo Fonseca, o Deputado Maurício Quintella Lessa, o Senador José Pimentel; em seguida, vamos aos outros membros.

Vou repetir. A ordem é essa.

Querido Senador Pedro Simon, aqui está a lista. Inscrevam o Senador Pedro Simon, por favor.

Vou repetir a ordem: Deputado Onyx, autor do requerimento. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Fernando Francischini, autor do requerimento.

O SR. CARLOS CAMPAIO (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu apenas queria salientar que também sou coautor desse requerimento e gostaria de pedir a V. Ex^a que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O segundo requerimento, do Deputado Onyx, todos são coautores, mas estamos votando aqui o primeiro requerimento, que foi o requerimento convocatório.

O SR. CARLOS CAMPAIO (PSDB – SP) – Mas, o primeiro, Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe, Sampaio, o seu nome está aqui, é o requerimento nove. Eu é que, inadvertidamente, não li, mas o seu nome está aqui: Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS CAMPAIO (PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini, com a palavra.

Francischini, antes:

Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Francischini, está aqui escrito.

Deputados Carlos Sampaio e Fernando Francischini.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros da CPI, eu faria uma pergunta ao depoente, resguardado o direito que lhe assiste de permanecer em silêncio. No dia 7 de abril de 2011, às 23 horas e 11 minutos, em uma conversa gravada pela Polícia Federal entre V. S^a e o Sr. Cláudio Abreu, o Sr. Cláudio Abreu afirmou que Paulo Tadeu e Rafael Barbosa, então secretários do Governador Agnelo Queiroz, queriam se enturmar com o seu grupo. Eu pergunto a V. S^a: qual a relação desses secretários com V. S^a e o grupo que está sendo agora tido como aquele envolvido junto com o esquema criminoso em conjunto com V. S^a? Quais os negócios de seu interesse que foram tratados com esses secretários do Sr. Agnelo Queiroz? Por meio deles, V. S^a mandou ou recebeu algum recado diretamente do Governador Agnelo Queiroz?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu vou usar o meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É um direito que lhe assiste e respeito.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Desde quando o senhor conhece o Sr. Idalberto Matias de Araújo, conhecido como Dadá? É a primeira pergunta. A segunda pergunta é se, em 2004, quando da divulgação da fita com o Sr. Waldomiro Diniz, na qual ele aparecia recebendo propina, o Sr. Idalberto, vulgo Dadá, já trabalhava com o senhor e, se o Sr. Idalberto já trabalhava com o senhor, se o senhor, sabendo da aproximação do Sr. Waldomiro Diniz com o ex-Ministro

José Dirceu, manteve naquela ocasião alguma relação direta com o ex-Ministro José Dirceu.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu vou permanecer calado, Deputado, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – As gravações telefônicas realizadas pela Polícia Federal revelam uma relação forte entre Marcello de Oliveira Lopes, conhecido como Marcelão, homem de confiança do Sr. Cláudio Monteiro, ex-chefe de gabinete de Agnelo Queiroz, e pessoas diretamente ligadas ao seu grupo, como, por exemplo, o Sr. Dadá. Dentre os diálogos havidos entre eles, destaco um ocorrido no dia 1º de abril de 2011, às 18 horas e 2 minutos, em que Dadá fala para Tiago que Marcelão irá levar dois envelopes com a relação das pessoas a serem nomeadas pelo Governo do Distrito Federal, diretamente no gabinete do Governador. Indago a V. S^a se tem conhecimento do encaminhamento dessa relação para o gabinete do Governador Agnelo Queiroz; em segundo lugar, se foi estabelecido algum acordo para a nomeação dessas pessoas que interessavam ao seu grupo, entendendo-se como grupo inclusive os interesses da empresa Delta. A terceira pergunta: por meio do Sr. Cláudio Monteiro, Marcelão ou mesmo outra pessoa, V. S^a mandou ou recebeu algum recado do Governador Agnelo? Por último: V. S^a manteve algum contato direto com o Governador Agnelo Queiroz, exceto a ocasião já reconhecida por ele, quando de uma visita ao laboratório em Goiás? Quais os assuntos tratados?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Desculpa. Por instrução dos meus advogados, eu permanecerei calado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, por entender que, repito, é um direito que assiste a ele, eu acho que não teria cabimento continuar nas perguntas. Portanto, eu me reservo ao direito de, na repregunta, formular outra colocação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini, com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria saber se o Sr. Cachoeira está me enxergando aqui, atrás. *(Pausa.)*

Aqui, Sr. Cachoeira.

Depois de analisar, Sr. Presidente, todo o contexto da Operação Vegas e Monte Carlos e de ouvir atentamente os delegados da Polícia Federal que comandaram essas investigações, eu acho que nós, a grande maioria, chegamos a algumas conclusões. Primeira: a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira descobriu que, infiltrando-se no Poder Público com governadores, Senador, Deputados Federais, secretários e em obras e serviços públicos que estão hoje escancarados com superfaturamentos, irregulari-

dades, fraudes, teria o maior lucro que na sua própria atividade criminosa que eram os jogos ilegais. Para tanto, cooptou um Senador da República que se tornou um bandido travestido aqui de paladino para todos nós. Apoiou financeiramente campanhas políticas para todo o Brasil. Usou sua estrutura criminosa para monitorar e grampear clandestinamente autoridades e jornalistas que investigavam o consórcio Cachoeira/Delta/corrupção.

Eu pergunto, Presidente: no Distrito Federal, no dia 15 de dezembro de 2010 – veja, 2010 ainda – eu destaco o ofício do então Governador Agnelo Queiroz, eleito, e não tomou posse ainda, para o Governador Rogério Rosso, no qual ele solicita prorrogação de contratos e manda uma lista. Primeiro item dessa lista do então Governador eleito Agnelo Queiroz: “Que ele prorrogue o contrato de coleta de lixo e varrição de ruas, contrato esse sabidamente da Delta.” Pergunto: foi a seu pedido, Sr. Cachoeira, do consórcio Delta Cachoeira, que Agnelo Queiroz solicitou essa prorrogação e que, depois, foi prorrogado, Senadores e Deputados, mais duas vezes, emergencialmente, por Agnelo Queiroz? E eu destaco que, depois de alguém que entendia de Polícia Federal, o Dr. Luiz Paulo Barreto, chegar ao Governo do DF e fazer uma mera auditoria, esse contrato de lixo caiu em um mês, de dois milhões por mês, o contrato da Delta, para seiscentos mil. E ele não fez mágica. Ele pesou o lixo do Distrito Federal, de dois milhões para seiscentos mil por mês.

Qual o interesse do Governador Agnelo Queiroz com o lixo?

A segunda pergunta, Presidente: os pagamentos de propina – eu digo aqui mensalão – citados em gravação telefônica entre Dadá, espião do Sr. Cachoeira, e Cláudio Abreu, seu sócio na Delta, para o então chefe de gabinete do Governador Agnelo Queiroz, Sr. Cláudio Monteiro, o qual o senhor disse, Sr. Cachoeira, em gravação telefônica, que ajudou bem na campanha política. Mas, aqui, eu tenho a prestação do Sr. Cláudio Monteiro e ele só declara que gastou dois mil reais de doações, de origem própria, na sua campanha. Esse pagamento dessa propina era para que ele mantivesse as listas de indicações de funcionários no governo do Distrito Federal, ou era para manutenção dos contratos de lixo da Delta?

A pergunta é: por que o senhor também solicita o CNPJ ou os contratos da Delta Nacional, não é só mais a Delta Centro-Oeste, em várias gravações, citando o nome de um dos diretores da Delta no Sudeste? Por que o senhor tinha contratos da Delta Nacional, da Delta, em outros Estados?

Finalizando esta parte, Presidente. Sr. Cachoeira, o senhor aceitaria proposta de delação premiada do

Ministério Público Federal ou do Procurador-Geral da República, para passar a vassoura no que o senhor tem que ajudar este País a passar a vassoura neste Congresso Nacional e na política dos Estados?

E a última pergunta, Presidente. Eu acompanhei, e o senhor acompanhou na pergunta, o delegado da Polícia Federal que aqui esteve, a questão das gravações clandestinas, gravações ilegais que aconteceram no montante da Operação Monte Carlo. Analisando essas gravações, Sr. Cachoeira, saltam aos olhos, dia 30 e 31 de janeiro de 2012, conversa o Sr. Cláudio Abreu, seu sócio oculto da Delta, Dadá, seu espião, Marcelão, Casa Militar do Governador Agnelo Queiroz e Thomé, policial federal aposentado, um bandido, contratado para fazer grampos clandestinos. E nos trazem as seguintes conclusões e perguntas a V. S^a: foi o seu contador, Sr. Cachoeira, o seu Geovani, que está foragido, que pagou o monitoramento clandestino realizado por Thomé? Foi a seu pedido que Geovani pagou, conforme está nas gravações telefônicas?

Segundo: Marcelão levou aos seus asseclas Dadá e Cláudio Abreu, no Palácio do Buriti, em mãos, o monitoramento clandestino deste Deputado e de jornalistas, conforme as gravações são claras, e o delegado que coordenou a operação nos afirmou: “Qual o interesse em levar até o palácio do Buriti, junto com a Delta, que cedeu o seu telefônico fixo do escritório em Brasília, para receber o monitoramento clandestino feito contra mim? Qual o interesse do Palácio do Buriti, do GDF, nesse monitoramento clandestino? Havia um consórcio ilícito entre a Delta, entre o senhor e membros do GDF, como o delegado afirmou que já tinha indícios para responsabilizar um dos mandantes desse grampo clandestino contra jornalistas?”

Por último, Sr. Presidente, ainda dentro do meu tempo, eu queria focar a questão do Estado do Paraná.

Gostaria de saber do Sr. Cachoeira quantas vezes ele esteve no Estado do Paraná, com quem ele esteve e se ele esteve com Senador da República, com Governadores daquele Estado. Quais eram as intenções dele com a empresa Larami, da qual ele continua sendo sócio, uma empresa que manteve, por anos, no Governo anterior e no atual Governo, um contrato que permaneceu quatro meses em vigor, mesmo o Governador à época tendo dito que expulsou. Eu queria saber se o Sr. Cachoeira, junto com o Senador da República de Goiás, realmente foi expulso do gabinete do ex-Governador Roberto Requião e quais foram as relações, republicanas ou não, que manteve com autoridades do Paraná? Houve pagamento de propina, de corrupção, para a Serlopar, órgão que permaneceu naquele Estado gerenciando bingos, loterias clandestinas? Várias

histórias correm no submundo dos palácios de que houve pagamento. Eu quero saber do Sr. Cachoeira.

Agora, para finalizar, já que ele não vai responder nada e eu ainda tenho tempo, Sr. Presidente, é muito triste, logo na primeira pergunta já demonstra desrespeito. Um criminoso vem aqui, pode até ter um belo advogado do nosso País – e tem o nosso respeito o Dr. Márcio Thomaz Bastos -, mas peço, Dr. Márcio, que o senhor o oriente.

Não brinque com esta CPML! Aqui não existem Deputados e Senadores que se corromperam nas mãos do Sr. Carlos Cachoeira, no seu esquema criminoso. Ele não pode vir aqui, como veio em outras CPMLs, e achar que veio para jogar na fogueira quem ele quiser, acabar com a imagem pessoal ou salvar da fogueira criminosos que se corromperam em sua parceria. Ele veio aqui para nos ajudar a desvendar, Sr. Relator, um esquema de corrupção que envolve uma construtora que recebeu mais de R\$ 4,5 bilhões do Governo Federal e do Governo dos Estados.

Estamos discutindo e temos de votar no dia 5 de junho, Sr. Relator. Temos que, pelo menos, votar. Isso é uma democracia e, nela, a gente perde ou ganha no voto. Temos que votar a convocação dos três Governadores. Temos que votar a quebra de sigilo da Delta Nacional. Concordamos com o sobrestamento daqueles votos porque acordamos que, no dia 5 de junho, V. Ex^a vai colocar em votação, conforme combinado.

Perder ou ganhar faz parte da democracia, mas não podemos passar para a opinião pública brasileira que estamos colocando algo embaixo do tapete. Tenho certeza de que todos os Deputados, do PT ao PSDB, votarão com as suas consciências de que não podemos varrer para debaixo do tapete um megaesquema de corrupção.

Não adianta, Sr. Presidente, Sr. Relator, continuarmos debatendo coisas de 1989 nesta Comissão, vingança privada contra a mídia, o primeiro passo do controle social da mídia. Não podemos ficar debatendo, convocar o Procurador da República por uma mera conjectura de uma possível omissão que não existiu, sendo que, do outro lado da balança, há corrupção, desvio de dinheiro público, sonegação fiscal, crimes que deixam a opinião pública brasileira de boca aberta, achando que nós – sei que aqui há Deputados e Senadores sérios, foram escolhidos a dedo – estamos assando uma pizza, coisa que aqui não estamos fazendo.

Por isso, Sr. Presidente, por uma questão de justiça, de ordem, de democracia, termino este meu pronunciamento pedindo a V. Ex^a e ao Relator que coloquem, no dia 5, junho, em votação. Queremos as digitais de cada Deputado e Senador no pedido de convocação dos Governadores, no pedido de quebra de sigilo da

Delta Nacional, e queremos, sim – o Governo Marconi Perillo nos pediu para vir aqui e ser ouvido -, que os outros Governadores façam a mesma coisa. Liguem para os seus integrantes - o Deputado Bruno recebeu essa ligação – e peçam para vir.

A opinião pública cobra uma resposta.

Encerrei, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) - Sr. Presidente, uma questão de ordem, art. 95. É para lhe ajudar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PSDB – PB) – O art. 96 trata de reclamação. O art. 95, não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É porque, na Câmara, é art. 95. Aqui é 96.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PSDB – PB) – Na Câmara é art. 96. Fica sendo o art. 96. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Veja bem, Presidente, cada Parlamentar tem a prerrogativa de falar o que quer e, evidentemente, dizer o que quer.

É evidente que o Sr. Carlos Augusto será convocado outras vezes. Eu quero dar uma sugestão. Esta sessão é pública, se todos os Parlamentares – somos 62 aqui – fizerem as perguntas que fariam ao Sr. Cachoeira, se ele falasse, ele vai, evidentemente, com o advogado competente que tem, estudar, e a próxima sessão também não vai avançar nada. Então, eu quero sugerir aos senhores parlamentares que repensem isso. Fazer tudo....

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é uma reclamação. É uma sugestão, não é, Silvio Costa?

Sr. Carlos Augusto, para as arguições do...

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu só falo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe Pereira, com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, primeiramente, quero colocar aqui que é muito triste para esta Comissão e para o Brasil que hoje tenhamos a presença do Sr. Carlos Augusto, Sr. Carlinhos Cachoeira, na nossa CPML, mas, infelizmente, nós não podemos obter as respostas para as perguntas aqui feitas pelos parlamentares.

Quero, antes de tudo, deixar aqui o meu sincero sentimento de tristeza por não podermos obter aqui alguns esclarecimentos necessários para que o Brasil continue acreditando nesta Casa, continue acreditando nestes parlamentares que aqui estão.

Sr. Presidente, eu quero fazer aqui algumas perguntas para o Sr. Carlos Cachoeira.

O senhor está no olho do furacão, com sua imagem exposta em todos os tipos de mídia, e, atualmente, o senhor está preso, Sr. Carlos.

Acredito que o senhor e sua família estejam vivendo, neste momento, uma situação bem crítica, não só por todas essas acusações, mas também devido à decepção com aqueles que o senhor julgava serem seus amigos e que agora viram as costas para o senhor, taxando-o como um dos maiores contraventores que a sociedade brasileira já teve. Como se dizia no interior, quem conta um conto aumenta um ponto.

Por isso, temos a chance de apresentar aqui nesta CPMI, Sr. Carlos Cachoeira, a verdadeira – desculpe-me aqui a redundância – verdade, para que a sociedade brasileira possa ter aqui os esclarecimentos necessários.

Como colocou aqui o meu amigo Francischini, não seria realmente a hora, Sr. Presidente, de o Sr. Carlos Cachoeira buscar, através dos meios legais, uma delação premiada? Porque eu acredito que, através da delação premiada, o Sr. Carlos Cachoeira teria muito a nos contar, teria muitos argumentos para levar à Justiça aqueles que não são, mas serão também contraventores no futuro por fazerem parte dessa organização criminosa.

Mais uma pergunta. O senhor ou suas empresas, Sr. Carlos Augusto, já enviaram recursos financeiros ao exterior?

Eu estou sendo redundante, Sr. Presidente, porque, apesar de já sabermos as respostas, eu gostaria de deixar aqui registrado.

O senhor, Sr. Carlos Augusto, conhece ou teve algum tipo de contato com o Sr. Arnaldo Braga Filho ou com sua esposa, Elizabeth Álvares da Silva Braga? O senhor, Sr. Carlos Augusto, tem conta nos bancos americanos Audi Bank, em Nova York, e Ocean Bank, em Miami? O senhor, Sr. Carlos Augusto, conhece a conta nº 161.325, do Audi Bank? O senhor, Sr. Carlos Augusto, conhece ou teve contato com o doleiro brasileiro Charbel George Nicolas, dono da agência de viagem All Travel? O senhor, Sr. Carlos Augusto, já realizou alguma operação com a conta CC5, em Foz do Iguaçu? O senhor, Sr. Carlos Augusto, tem alguma aplicação ou imóvel nos Estados Unidos ou na Europa? O senhor, Sr. Carlos Augusto, já teve contatos telefônicos ou pessoais com os doleiros Fayed e Kamon? O senhor, Sr. Carlos Augusto, poderia nos explicar a natureza de seu relacionamento com o Governador de Goiás, Marconi Perillo?

Já estou terminando, Sr. Presidente, porque sei que tem que sobrar tempo para os nossos outros companheiros aqui.

O senhor, Sr. Carlos Augusto, teve relacionamento com a diretoria da empresa Delta do Brasil?

E terminando, Sr. Presidente, a última pergunta, embora, infelizmente, nós não tenhamos resposta aqui para nenhuma delas. O senhor tem atuação das suas empresas ditas e colocadas aqui como empresas laranjas em outros Estados fora do Centro-Oeste?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Carlos Augusto.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Posso muito ajudar, mas depois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, queria fazer uma primeira pergunta ao Sr. Carlos Augusto: se ele está sendo bem tratado na Penitenciária da Papuda, como é o seu dia-a-dia, o que isso representa na sua vida neste momento.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Eu só respondo... Quero permanecer calado. Sempre.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Nos dados colocados pela autoridade fiscal, há um relatório que diz que não é relevante o seu patrimônio, muito menos as suas contas bancárias, tanto de entrada e, especialmente, de saída. Pergunto, com todo o respeito ao eminente Dr. Márcio Thomaz Bastos, se não tem...

O SR. (Orador não identificado) – Deputado, pela ordem, só um minuto.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, desculpa...

O SR. (Orador não identificado) – Só para sugerir e ajudar os trabalhos da CPMI, se V. Ex^a não poderia abrir o espaço para a imprensa ficar aqui, porque todos os nossos Parlamentares que falaram estão reclamando de quem está em pé. Então, atrapalha quem está ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Parece-me que a reclamação é apenas naquela quina.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, mas, se tiver outra cadeira para que eu possa sentar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos providenciar uma cadeira para a Senadora Kátia Abreu sentar-se. Por favor, assessoria.

Venha sentar-se ao meu lado, Senadora Kátia Abreu. Ficarei muito lisonjeado...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Vou com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...com a presença de V. Ex^a embelezando a Mesa.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno. Desculpe-me a interrupção.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não só embelezando a Mesa, mas levando inteligência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Inteligência, sobriedade...

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, estava perguntado ao Sr. Carlos Augusto e com todo respeito ao Dr. Márcio Thomaz Bastos, já que não é relevante a sua movimentação financeira – e a autoridade fiscal indica isso no seu relatório –, de onde está saindo tanto dinheiro para contratação do vulto que é a figura do Dr. Márcio Thomaz Bastos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Permanecerei calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem conhecimento do relatório feito pela CPI dos Bingos, aliás, o senhor foi figura relevante naquele relatório. Em 2005, foi feito um depoimento pelo Sr. Rogério Tadeu Buratti. O Sr. Rogério Tadeu Buratti era assessor do Sr. Antonio Palocci e lá ele afirmou, clara e determinadamente, que este grupo de que V. S^a faz parte teria abastecido os caixas de campanha do PT em R\$2 milhões, no ano de 2002.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Permaneço calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Alguma promessa de regularizar o jogo? Desistiram? Houve algum arrependimento?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Falarei tudo depois que der o depoimento na Justiça.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Qual a sua relação com o Sr. Henrique Meirelles, já que o senhor é conterrâneo da mesma cidade, respeitando o povo de Anápolis?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direito constitucional de ficar calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor sabe que o BNDES colocou R\$10 bilhões na JBS e a JBS, através da J&F, que é a *holding* comandada pelo Sr. Henrique Meirelles, eles estão comprando a Delta, que está em fase de negociação. O senhor faz parte desta sociedade?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Ficarei calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor disse, em conversa gravada – e isso está inclusive no relatório da Polícia Federal –, conversando com o Sr. Cláudio Abreu, e essa conversa se refere que o senhor esteve no mesmo dia com o Sr. Wladimir, aqui, em Brasília, que o negócio vai ficar em nome da Delta

e que a parceria tem que ser em nível de todo o Brasil. O senhor tem algum negócio com a Delta? Essa parceria existiu? Há um contrato de gaveta? Como é que funcionou essa relação?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Permanecerei calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, vou encerrar. Não vou avançar. Eu tinha mais perguntas a fazer. Não vou avançar, até porque nós lamentamos, e talvez já tenha um requerimento de nossa autoria para, depois do seu depoimento, como ele fala que tem que fazer junto à Justiça, reconvocá-lo para esta CPMI. Quero pedir ao Relator, Deputado Odair Cunha, que procure dessa forma traduzir aqui uma esperança, se não uma esperança, pelo menos uma expectativa desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Mas uma última pergunta, Sr. Presidente. Há informações de que o negócio renderia 7,5 milhões – está no relatório da Polícia Federal –, que 50% era sua parte e que uma parte – 30% desse valor, ou seja, R\$1,25 milhão – era dividida entre o Senador Demóstenes e alguns Deputados. O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direito constitucional de ficar calado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor tem todo direito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode usar seu tempo, sem nenhuma restrição.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu só queria finalizar, Sr. Presidente, parodiando aqui o que aconteceu nesta semana, e dizer ao Sr. Carlos Augusto que nós não somos teu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, que também é autor deste requerimento, peço a atenção dos senhores. (*Pausa.*)

Peço a atenção dos senhores. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, só uma pergunta. Estou dentro do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza, pode perguntar. Volta o tempo a V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É possível o Deputado Dimas Ramalho utilizar-se desses três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Embora tenha pelo Deputado Dimas Ramalho, além da condição de amigo pessoal e de fraterno companheiro da Câmara, regimentalmente, não...

Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro Dias, no uso de suas garantias constitucionais, art. 5º, e art. 186, do Código de Processo Penal, o depoente está permanecendo calado.

Há diversas inscrições. O sempre vigilante Deputado Silvio Costa colocou nas suas reclamações estratégias desta Comissão. O depoente coloca-se na possibilidade de voltar. O Deputado Rubens Bueno e outros Parlamentares, inclusive o Relator, já disseram que é interesse da Comissão, e lógico que é interesse da Comissão, reconvocar o depoente para logo depois da audiência de instrução e julgamento, que é o motivo principal arguido pelo depoente para a sua permanência em situação de silêncio.

Eu indago a V. Ex^{as}, e passando já a indagação ao orador imediatamente inscrito, se não seria de bom alvitre, mais prudente, anteciparmos o encerramento desta reunião, mas quero ouvir V. Ex^{as}.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero contraditar a proposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não é nem proposta, eu não estou fazendo proposta.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Mas V. Ex^a fez uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Estou sugerindo...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sim, mas eu queria contrapor a sugestão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir primeiro os autores...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O senhor fez uma colocação agora que eu quero contestar. Eu acho que, depois de a gente ter exigido do Supremo Tribunal Federal a presença do Sr. Carlos Augusto Ramos aqui, nós não devemos abrir mão. Vamos até o final.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. Certo.

Senador Alvaro Dias com a palavra. Depois, o Senador Randolfe; depois, a Deputada Iris; depois, o Deputado Ronaldo Fonseca; depois, o Deputado Maurício Quintella; depois, o Senador José Pimentel. Depois, todos os membros titulares; depois, todos os membros suplentes e depois os não membros.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Tem 10 minutos de seu tempo assegurados. *(Pausa.)*

São os autores; primeiro os autores.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quando suscitei questão de ordem para que V. Ex^a requeresse juramento do depoimento, o fiz por considerar imprescindível, mesmo tratando-se de indiciado. Independentemente do que prescreve a legislação, creio que deve ser providência preliminar em qualquer CPI tomar o juramento de quem depõe, até para que a mentira possa se voltar contra o mentiroso.

V. Ex^a faz uma indagação e eu não pretendo, evidentemente, retirar o direito dos inscritos de indagarem do depoente, mas V. Ex^a tem razão ao sugerir a suspensão desta reunião, porque não imaginamos que imagem nós estamos passando à sociedade brasileira. O que estamos aqui a fazer diante de um marginal, que sai da Papuda e chega até aqui e mantém-se com arrogância dos livres!

Não creio, Sr. Presidente, que seja necessário formular todas essas indagações.

Temos indagações, certamente, irrespondíveis da parte do depoente, mas de minha parte as reservarei para nova oportunidade.

Repito: não pretendo interferir na prerrogativa de cada um de indagar do depoente e não farei indagação alguma porque resposta não há. Se houvesse uma cachoeira de respostas, certamente, indagaria. Como não há, vou poupar os meus colegas Senadores e Deputados, e, sobretudo, aqueles que nos acompanham, porque certamente estaríamos chovendo no molhado dessa cachoeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe Rodrigues, por favor, com a palavra V. Ex^a.

Senador Alvaro não fez nenhuma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Carlos Augusto Ramos, em conversas com o Sr. Cláudio Abreu, que o senhor conhece muito bem, sobre a disputa pelo comando de obras no entorno de Brasília, o Senador Demóstenes Torres é citado como sócio oculto do empreendimento de que V. S^a faz parte.

Pergunto: qual era a participação do Senador Demóstenes nos lucros e resultados obtidos pela empresa Delta Construções?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Por instrução dos meus advogados, eu permaneço calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Em uma conversa interceptada entre o senhor e o seu sócio, Sr. Cláudio Abreu, que já foi divulgada pela imprensa, aponta para o entendimento entre os senhores e o Sr. Eduardo Siqueira Campos, Secretário de Relações Institucionais do Estado de Tocantins e filho do governador daquele Estado; o senhor chega inclusive a falar para o Sr. Cláudio sobre pagamento que o senhor realizou de um encontro entre o Sr. Eduardo e uma garota de programa, conforme foi noticiado na coluna Esplanada, do jornalista Leandro Mazzini – diz lá: “Mas precisava disso aí, né, para ganhar meus trens, para ganhar seus trens”.

O senhor poderia dizer que trens são esses?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Em trechos do inquérito da Operação Monte Carlo, que foram amplamente divulgados pela Internet, demonstram que o seu grupo tinha forte participação no governo de Goiás, havendo inclusive servidores nomeados por sua indicação; também são identificadas cotas de obras realizadas pela empresa Delta.

O senhor pode detalhar mais sobre sua relação com o governo do Estado de Goiás?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Em outro diálogo, dessa vez com o Sr. Wladimir Garcez, o senhor trata sobre a liderança de uma obra no Estado de Goiás. Seu interlocutor, em certa altura da conversa, afirma: “O trem bateu o martelo lá; agora está sendo pago na questão de quem vai, a Líder, porque o Jaime lá e o Beto colocou a Data Traffic (uma das empresas do grupo), passou o percentual deles, né? Nós ficamos com a Delta. Então ficou 36 nossos, 39 para eles e os 25 da Delta”.

O senhor pode detalhar mais informações dessa conversa, que o senhor deve lembrar, e da relação com a Delta?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Diversos trechos do inquérito da Operação Monte Carlo que vazaram pela Internet apontam a existência de encontros entre o Sr. Cláudio Abreu e Fernando Cavendish, da Delta. O senhor pode explicar esses encontros?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Em vários trechos do inquérito, há citações a situações em que pessoas integrantes do seu grupo fazem

referência a nomeações ou licitações do Governo do Distrito Federal, chegando a ter diálogos com o chefe de gabinete do Governador, Dr. Cláudio Monteiro. O senhor pode detalhar sua relação com o Governo do Distrito Federal?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Carlos Cachoeira, podemos perceber que o senhor tem uma relação muito próxima com a sua ex-mulher. Prova disso é que, em 2007, o senhor depositou para ela R\$185 mil; em 2008, R\$1 milhão e 385 mil; em 2009, R\$1 milhão e 595 mil; em 2010, R\$1 milhão e 900. Essa relação também se estende ao seu cunhado. O senhor depositou, em 2007, para ele R\$283 mil; em 2007, R\$1 milhão e 250 mil; em 2010, R\$2 milhões e 100 mil. Essa relação com a sua... Isso é gentileza de ex-marido? O senhor pode detalhar as razões desse depósito?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O senhor acha que, se convocarmos aqui a sua ex-mulher, ela poderá prestar as explicações que o senhor não está prestando? *(Pausa.)*

Se nós convocarmos a sua mulher, será que ela poderá dar aqui as explicações que o senhor não está dando a esta CPI?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Carlos Cachoeira, o senhor iniciou aqui, arrogantemente, dizendo que não iria falar, mas que nós forçamos, falando com a autoridade de quem está livre e falando com esta CPI como se aqui fosse a casa dos seus negócios que o senhor mantinha e da sua organização contraventora que o senhor mantinha em Goiás. O senhor pode pelo menos falar que “forçamos” foi esse que nós aqui fizemos?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Calado, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um momento, só para ordenar os trabalhos, meu querido líder.

Ao líder, é lícito usar a palavra uma única vez em qualquer fase da reunião, pelo prazo de três minutos – é o que estamos ordenando aqui, por uma economia processual –, de acordo com o art. 5º do Regimento Comum.

Já inscrevo o meu líder companheiro pernambucano Bruno Araújo; o meu Líder dos Democratas, Onyx Lorenzoni, pelo Democratas; Paulo Teixeira, pelo PT; Silvio Costa, pelo... *(Pausa.)*

Espera aí. Vamos começar devagarzinho aqui. Senão, não tenho a capacidade de... Paulo Teixeira...

O SR. (Orador não identificado) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Um minuto, por favor.

Paulo Teixeira, pelo PT; Kátia Abreu, pelo PSD; Silvio Costa, pelo PTB...

Ajude-me aqui, Relator.

O SR. (Orador não identificado) – Mendes Thame...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vanessa, pelo PCdoB...

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – PR, Presidente. Maurício Quintella.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Maurício Quintella.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, como líder, eu lhe falo aqui. Nós vamos passar à frente daqueles que se inscreveram?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não quero pedir a palavra como líder, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Os líderes não podem inquirir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, mas é que eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– A qualquer tempo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu estou me dirigindo aos líderes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ...os líderes podem falar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas, aí, vamos desconsiderar aqueles que chegaram aqui cedo e se inscreveram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É o que reza o Regimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu vou me inscrever como líder...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já o inscrevi.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...sob protestos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já o inscrevi.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Miro Teixeira, pelo PDT.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Por favor, por favor.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Para ordenar os nossos trabalhos.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, nós vamos continuar com as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vamos, sim. Vamos, sim.

É porque, pelo artigo que eu nomeiei...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...a qualquer momento, os líderes podem falar.

Com a palavra...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Delegado Protógenes, PCdoB.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas confirmando. Eu verifiquei com a Secretaria. Sou coautor do requerimento que trouxe aqui o depoente, Sr. Carlos Augusto. Portanto, eu solicito a V. Ex^a que me inclua entre aqueles que terão a prerrogativa de inquirir o depoente nesta fase.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Haverá de incluí-lo, Deputado Domingos Sávio.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder desde 12h32.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Já está aqui dentro.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Mendes Thame, pela Liderança da Minoria na Câmara.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, tenho a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto para eu concluir, Bruno, senão eu me perco.

Com a palavra, por três minutos, o Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Usarei o tempo regimental, Sr. Presidente.

Primeiro, registro o claro respeito que nós temos pela regra do jogo e pelo direito constitucional que se instala sobre o depoente, mas o nosso encaminhamento, Sr. Presidente, é na mesma linha do que nós ouvimos do Líder do PSDB no Senado.

O que de fato nós estamos fazendo aqui neste momento, quando o depoente utiliza o seu direito constitucional e há uma estratégia importante desenvolvida pelos parlamentares ou pelos partidos políticos? De fato, nós estamos aqui permitindo um exercício e um treino ao depoente e aos seus advogados do que vai ocorrer no depoimento que ocorrerá em juízo. Nós estamos antecipando e preparando toda uma estratégia do próprio depoente ou antecipando em todos nós algo que se daria com mais efetividade no ambiente da ouvida na Justiça, no momento em que ele se utiliza da sua prerrogativa constitucional de aqui ficar calado.

Nós queremos, desde já, apresentar urgentemente um requerimento – esta é a questão central – para que, uma vez havendo a ouvida na Justiça, possa imediatamente a Justiça encaminhar à CPI todo o material que se deu ao longo desse depoimento, com as perguntas e as respostas, com áudio, vídeo, notas taquigráficas, para, ao contrário, no retorno do depoente, nós estarmos preparados, sabendo o que, de fato, já tenha sido dito.

Então, para não assumir o papel e estabelecer o que está acontecendo aqui, ou seja, estabelecer este ambiente em que nada vai aqui prosperar, nós encaminhamos no sentido de acolher a sugestão de que seja remarcada imediatamente a vinda do depoente após a sua fala perante juízo, para que, pelo modo formal de requerimento, nós possamos, imediatamente após a fala em juízo, receber da Justiça todo o material que foi elaborado dentro daquele depoimento, no sentido de redefinir as estratégias dos parlamentares e dos partidos na segunda reunião.

Portanto, o registro é no sentido de podermos preservar este ambiente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Ex^a que faça o requerimento por escrito, por favor, Sr. Líder.

Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, senhores membros desta CPI, eu não estava aqui no início do depoimento, até como autor do requerimento que permitiu, que convocou a vinda hoje do depoente, porque eu estava na 5^a Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e também no Núcleo de Combate ao Crime Organizado.

Nós aprovamos aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator – pediria muita atenção neste momento –, na semana passada, o compartilhamento dos autos, das mídias e

dos sigilos da operação Saint Michel, que foi levada a cabo pelo Núcleo de Combate ao Crime Organizado aqui do Distrito Federal.

O traslado desses sigilos e, particularmente, os dados existentes que envolvem a empresa Delta vão demonstrar, de maneira cabal, que o Sr. Cláudio Abreu e o Sr. Heraldo Puccini tinham autorização de movimentação financeira da empresa Delta não apenas no Centro-Oeste, mas na sede, no Rio de Janeiro.

Portanto, sobre esse esquema de proteção à Delta nacional que se instalou no plenário desta CPI na última quinta-feira, num acerto que, aparentemente, perpassou aqui e até foi ilustrado por uma matéria de um telejornal de circulação nacional, demonstrando cabalmente que havia um grupo partidário associado a outro para preservar os interesses da Delta Nacional, eu quero trazer essa informação que recolhi junto às duas audiências que fiz agora.

Nós, quando recebemos o traslado desses sigilos, vai ficar claríssimo que o Sr. Cláudio Abreu, repito, e o Sr. Heraldo Puccini tinham autorização para movimentar as contas que têm sede na cidade do Rio de Janeiro, da Delta Nacional, para fazer frente ao esquema supostamente criminoso que se instalou aqui, no Centro-Oeste. Portanto, eu quero fazer um apelo público, em nome do Democratas, ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente, para que, na próxima sessão, que seja o mais rapidamente possível prevista, de quebra de sigilos e de convocações, duas providências sejam dadas. A primeira, que a CPI quebre, definitivamente, o sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Delta, não apenas a do Centro-Oeste, mas também da que tem sede no Rio de Janeiro, porque ela vai ser fundamental para nossa investigação.

O segundo é que se coloque aqui a acareação que propus no primeiro lote de requerimentos, onde poderemos ter, numa acareação, o Sr. Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do Dnit, e o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, que, sozinho, é muito fácil ficar quieto, mas, com alguém que tem muito a explicar e a dizer das conexões entre a facção criminosa e o Estado brasileiro, eu tenho certeza de que, quando a quadrilha briga, a sociedade se informa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Antes de Paulo Teixeira, o relator, na forma regimental.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Nobre Presidente, apenas para deixar consignado aqui que ilações da natureza de conluio, conchavo, articulação, que foram levantadas pelo Deputado Onyx, não colaboram com a nossa investigação. O que V. Ex^a...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Sr. Relator, não falei isso com relação a V. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – O senhor tem todo o direito...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a se referiu a mim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Eu ouço V. Ex^a, mas não me dirigi a V. Ex^a sugerindo nada.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu não estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está com a palavra. Por favor, Onyx.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a foi exatamente buscar nas fontes que este relator assinou requerimentos para ter acesso a essas informações, e não foram as suspeitas de V. Ex^a que fizeram com que esse material viesse a esta CPMI. Ao contrário, foram as suspeitas deste relator.

Segunda questão: as contas de que o Sr. Cláudio Abreu é procurador foram quebrados os seus sigilos, mesmo que elas sejam da Delta Nacional. Há essa suspeita. Configuradas essas provas, de que também nós suspeitamos, nós podemos quebrar outros sigilos e fazer outras convocações. Agora, a novidade que V. Ex^a traz aqui não é novidade. Nós já havíamos percebido isso. Exatamente por essa percepção, quebramos o sigilo de todas as contas de que o Sr. Cláudio Abreu é procurador, inclusive das contas da Delta Nacional. Requisitamos a transferência desse sigilo para esta CPMI. Então, queria deixar isto claro aqui. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Sr. Presidente, só para contraditar, respeitosa e, em trinta segundos. O Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está usando o art. 14. Um já usou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Exatamente. O relator, Sr. Presidente, acabou de revelar aqui aquilo que se transforma em novidade hoje, mas, na sessão da semana anterior, isso não foi falado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós já votamos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O sigilo já foi quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi quebrado e o requerimento já foi expedido.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente, mas é muito importante porque a

informação é de hoje. Tudo isso que é suspeita hoje já está confirmado. Por isso, a CPMI vai ter acesso a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bem. Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a, o Sr. Relator, os Srs. Deputadas e as Sr^{as} Deputadas, os Senadores e as Senadoras, e cumprimento o advogado Marcio Thomaz Bastos.

Sr. Cachoieira, Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, inicialmente, o senhor está sendo acusado da prática de vários crimes: exploração do jogo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira, permita. V. Ex^a está falando como Líder, não como indagador.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Então, eu pediria para voltar ao tempo.

O depoente, o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, está sendo acusado de vários crimes: exploração de jogo de azar, corrupção passiva e ativa, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. São os crimes de que ele está sendo acusado pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal.

No item corrupção ativa, ele tem... É porque vários membros da organização eram agentes públicos.

Aqui, nas menções que foram feitas ao Sr. Cachoieira, no inquérito, consta que ele indicou o Diretor do Detran de Goiás, Sr. Edivaldo Cardoso, que ele tinha relações com o Sr. Jaime Rincon, da Agetop, Agência Goiana de Transportes e Obras; com o Sr. Alexandre Baldi, Secretário de Indústria e Comércio de Goiás; com a Sr^a Eliane Pinheiro, Chefe de Gabinete do Governador Marconi Perillo; com o Sr. Ronaldo Bicca, Procurador-Geral do Estado; com os Comandantes da Polícia Militar na capital; com o Delegado-Geral e com Corregedor da Polícia Civil.

O que eu quero dizer aqui é que, para uma organização criminosa prosperar, ela precisa de território. Ela, portanto, conseguiu neutralizar o Estado de Goiás. Consta nessa...

Eu não estou me dirigindo a ele.

Consta que os Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos foi preso na casa do então Governador de Goiás, Sr. Marconi Perillo, e que um sobrinho seu, Sr. Leonardo Almeida Ramos, deu três cheques para o pagamento dessa casa.

Consta igualmente que o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos enviou para o Governador Marconi Perillo uma quantia de R\$500 mil numa caixa de computador, para dentro do Palácio por meio do Sr. Wladimir Garcez. Essa é uma acusação que consta dos autos.

Portanto, eu quero dizer aqui que essa organização criminosa prosperou no Estado de Goiás, e aqui é uma acusação direta ao Sr. Governador do Estado de

Goiás. Não são ilações, perguntas, indiretas, etc. E a casa que fora apreendido o Sr. Carlos Cachoeira era de propriedade até então do Governador Marconi Perillo.

Por isso, eu quero dizer aqui que esta CPI, Sr. Presidente, deve prosperar no sentido de detectar esses vínculos porque ele, para sobreviver dentro dessa organização criminosa, o fez neutralizando o aparato repressivo e político no Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Kátia Abreu, pelo PSD, como Líder.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de levantar, Sr. Presidente, uma questão de ordem: propor a V. Ex^a que nós pudéssemos encerrar esta reunião que está se tornando ridícula. Nós fazendo, na minha avaliação, desculpem-me os colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, um papel ridículo diante desse senhor, desse cidadão, que está nos manipulando. Se nós estamos aqui, perguntando para uma múmia, para um cidadão que não quer responder, o que as pessoas em casa vão pensar de nós? Nós temos que nos preocupar, sim, com o que as pessoas estão pensando de nós. Eu não vou ficar aqui dando ouro para bandido, para anotar as nossas perguntas para, depois, vir preparado para as respostas.

Então, eu sugiro que esta reunião seja encerrada e que nós possamos transformar esta reunião numa reunião administrativa em que poderemos votar quebra de sigilo bancário, telefônico, enfim, tantos processos que estão aqui. E nós estamos aqui para trabalhar. Nós estamos ganhando aqui para isso. Fomos eleitos para isso e não para fazer papel de bobo, por um chefe de quadrilha, ali sentado, com essa cara cínica, como se nada estivesse acontecendo no mundo.

Então, esta é a minha questão de ordem, Sr. Presidente: transformar esta reunião numa reunião administrativa para deliberar quebra de sigilo bancário, telefônico, os que estiverem aí que V. Ex^a acha interessante serem votados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a transforma a sua questão de ordem em um requerimento, que vai ser deliberado pela Comissão.

Silvio Costa, com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, mesmo que o Sr. Carlos Augusto Ramos esteja exercendo um legítimo direito constitucional, é verdade que esse seu silêncio não é o silêncio dos inocentes. É óbvio! Segundo, eu entendo esse silêncio como dois grandes gritos, e ambos os gritos me preocupam. E eu fui contra que nós primeiro ouvíssemos o Sr. Carlos Augusto. O primeiro grito é de que esta CPI está

correndo o risco de, doravante, todos os membros que forem convocados exercerem o mesmo direito do Sr. Cachoeira e ficarem calados. Eu fui contra. Na história das CPIs, quem dá o norte da é sempre o baixo clero da organização; é sempre a periferia da organização. Eu sempre fui a favor de que, primeiro, nós convocássemos a periferia. Os senhores convocaram o Cachoeira, e este, o seu grande grito hoje. Ele pautou a CPI. Tomara que a gente tenha talento para mudar isso.

O segundo grito que ele deu. A gente disse, desde o começo, aqui, que nós teríamos de ter talento, tecnologia de investigação, porque esta CPI começou ao contrário; começou com o Sr. Carlos Augusto Ramos preso; começou com o Sr. Demóstenes sem poder andar pelo Senado, sem poder andar pelas ruas, cassado, não tendo pedido para ser cassado ainda para não ir preso. E está, aqui, em que pese o respeito aos companheiros Parlamentares, todo mundo, na linguagem popular, dando ouro ao bandido, ou seja, fazendo as perguntas em uma audiência pública. O competente advogado, Dr. Thomaz Bastos, vai pegar esta audiência e vai treinar o Sr. Cachoeira. Quando ele for reconvocato, o que é que vamos perguntar? Seremos ridicularizados ao cubo!

Então, Sr. Presidente, eu vou dizer uma coisa para que a gente não continue com esse espetáculo ridículo, penoso, embora constitucional, eu acho que a Senadora Kátia, como foi proposto pelo Senador Alvaro, tem razão. Esta CPI corre um grande risco de ser, amanhã, muito mal interpretada pela opinião pública brasileira. Lamento e peço que me retire da lista porque eu não quero fazer pergunta nenhuma mais.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Vanessa Grazziotin.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Sr. Relator, na forma regimental.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu acho que nós estamos chegando a uma encruzilhada que precisa ficar clara aqui. Há uma prerrogativa constitucional que o acusado está usando. Nós vamos passar aqui infundáveis horas com discursos que não contribuem com a nossa investigação.

Nós estamos diante de uma organização criminosa que cooptou e corrompeu agentes públicos e privados. Isso precisa ser desvendado por nós. Essa figura que aqui está é central nessa organização criminosa. Compete-nos, neste momento, por outros instrumentos, fazer com que a investigação siga em frente, E, necessariamente, como há uma disposição verbalizada aqui pelo Sr. Carlos Augusto, espero que, findo o processo na 11^a Vara, nós o reconvoquemos –

estamos apresentando esse requerimento aqui hoje –, e, como disse, depois desse processo na 11ª Vara, há, tanto de parte do Dr. Márcio, como do acusado aqui presente, o Carlos Augusto, uma disposição verbal de colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Espero que essa colaboração, Sr. Carlos, possa realmente acontecer depois de findo o processo na 11ª Vara. Eu queria rogar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Finda a instrução, a oitiva, o depoimento, nos dias 31 de maio e 1ª de junho, nós poderíamos fazer uma oitiva, após essa data, o que seria mais proveitoso, mais produtivo.

Temos de ter e de buscar outros instrumentos de investigação. Temos uma longa travessia, e não serão os discursos infundáveis que vão colaborar com a nossa investigação.

Por isso eu queria, mais uma vez, endossar aqui o pedido de que nós encerrássemos esta sessão e pudéssemos cuidar de outras atividades que têm a ver com a investigação também.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Questão de ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Questão de ordem, pelo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem, pela minoria, Mendes Thame.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, estamos aqui assistindo ao exercício de um direito constitucional. Eu já participei de muitas CPIs nesses seis mandatos que tenho como Deputado Federal – já fui presidente de uma CPI também – e sei que, se esta CPI não cumprir bem o seu papel, em grande parte, a responsabilidade recai, às vezes de uma forma até injusta, no Presidente e no Relator.

Eu queria tomar a liberdade de sugerir um encaminhamento que induz as pessoas convocadas a falar, mesmo tendo o direito constitucional, que é a oitiva: colocar duas pessoas para fazer uma acareação. Quando se tem a acareação, mesmo que ele use esse direito, ele acaba sendo induzido a falar, porque, se o outro fala, ele acaba sendo prejudicado até no processo.

Por isso, faço uma sugestão de que o próprio Relator apresente, o Relator Odair Cunha, no qual confio muito, dois requerimentos: um, pedindo uma acareação entre o Waldomiro Diniz, para saber a relação entre, hoje, e o Cachoeira; e também uma com o Pagot, do Dnit, e o Cachoeira, para que juntos, os dois, ambos aqui, a gente possa realmente conseguir naquela audiência muitas informações que nos ajudem a mostrar que esta CPMI não está para brincadeira; está realmente para conseguir as respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feita a palavra, pela ordem, o Relator vai avaliar a solicitação do Líder da Minoria.

Senador Collor de Mello...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...para uma questão de ordem a V. Exª.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

A despeito de entender que o requerimento apresentado por Deputados e Senadores tenha alguma razão de ser, eu me insurjo contra, invocando o direito constitucional que tenho, como membro desta Comissão, de formular as minhas opiniões, de dar as minhas opiniões, como outros aqui já fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Portanto, esse requerimento é não constitucional, no meu modo de ver.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tanto é garantido ao depoente a permanência em situação de silêncio, como é garantido aos senhores a formulação das suas indagações.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por isso que esta Presidência, ao fazer as sugestões, manteve todas as inscrições, porque é garantido a ambos os lados os direitos e as garantias constitucionais.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Continuo com o Deputado Quintella. A seguir, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela ordem, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, dentro da sugestão do Deputado Odair Cunha – eu vi que se manifestou o ex-Ministro e competente advogado Márcio Thomaz Bastos –, eu gostaria de ouvir, se a Presidência assim permitir, o compromisso do advogado do depoente de que, logo após a oitiva dele perante o processo no juízo, ele viria a esta CPMI e falaria, e não novamente recorreria ao seu direito constitucional de ficar em silêncio. Então, eu gostaria de saber de V. Exª se é possível que o advogado fale ao microfone e assumo esse compromisso com isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É uma questão de fato e cabe, neste caso, ao advogado se manifestar por questões de fato, segun-

do garantias do Supremo Tribunal Federal, através de decisão do Ministro Celso de Mello, recentemente, na CPI do Ecad. Eu depois terei de consultar o senhor advogado, que vai sobre o assunto se pronunciar.

Quero antes...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. (Orador não identificado) – É uma consulta, Sr. Presidente... Por que não formulá-la?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, quero antes ouvir a Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Não está presente.

Deputado Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, vou usar da palavra para ir na mesma linha da Senadora Kátia e do Líder do PSDB, no sentido de que, ao exercer o seu direito constitucional, o depoente inviabiliza a CPMI. Todos os Deputados e Senadores aqui presentes se prepararam para este dia. Todos nós elaboramos os questionamentos. Mas, obviamente, ao antecipar essas perguntas, no meu entender, estamos fazendo aqui o papel do Dr. Márcio Thomaz Bastos, que é preparar o depoente para futura inquirição. E estamos fazendo isso de graça, Presidente, de graça, o que não faz o menor sentido. Por conta disso, o PR vai apoiar o requerimento que será posto em votação para que se encerre esta reunião e que nós ouçamos o Sr. Carlos Cachoeira depois da sessão do dia 30. Não tenho a menor dúvida de que ele vai falar porque quem se encontra na situação em que ele se encontra, e é da natureza humana a reação, a vontade de se defender, de abrir o bico, penso que para isso chegará a hora oportuna. Esta reunião realmente perde todo o sentido. Portanto, Sr. Presidente, abro mão da minha inscrição no sentido de apoiar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, nunca imaginei que fôssemos aqui ouvir um acusado, um réu e extrair qualquer confissão. Temos mesmo que buscar as provas técnicas. Eu lhes afirmo: temos em quantidade.

Mas eu não fiz educadamente uma saudação ao meu amigo Ministro Marcio Thomaz Bastos. Dirijo minha saudação ao grande advogado que dá a honra da sua presença a todos nós.

Não vou usar, por exemplo, a gravação entre o Sr. Carlos e o Sr. Wladimir no dia 7 de abril de 2011 em que fica demonstrado que existem outros elementos além de dinheiro para convencer autoridade. Não vou me valer disso. Não vou me valer disso.

Não quero fazer perguntas ao Sr. Carlos Cachoeira porque o assunto dele está muito bem tratado na 11ª Vara federal, em Goiás. Quem ler estes autos, vai ver que preocupações já houve lá em juízo tanto da Polícia Federal, quanto do Ministério Público quanto do próprio juiz da 11ª Vara federal e medidas assecuratórias já foram tomadas ali. Então hoje eu poderia dizer que o acusado, silenciando-se, vai admitir, como diz o Código de Processo Penal no artigo 186, Dr. Marcio – e eu falava aqui com o Paulo Teixeira, que também lhe rende homenagens –, que eu me dirigiria a V. Exª só para mostrar que antes de iniciar o interrogatório o juiz, no caso aqui o Presidente, observará ao réu que, embora não esteja obrigado a responder as perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa.

A minha questão não é com o Sr. Carlos; a minha questão é com as autoridades que estão envolvidas com isso aí. O Sr. Carlos tem a sua atividade. Acho até que, como já disseram – e estão certos aqueles que disseram – que enquanto ele estava cuidando ali do bingo estava tudo bem. As coisas começaram a se complicar quando entraram os políticos na história. E quando a gente lê estes autos vê que é verdade.

Quero trazer aqui, Sr. Presidente, aquelas autoridades que foram cooptadas, que servilmente se apresentaram a uma organização criminosa para roubar dinheiro público. Acho que nosso objetivo é esse. Eu me insurjo contra aqueles que imaginam que o silêncio pode acabar com esta CPI. Não pode! Esta CPI não foi convocada pela organização criminosa. Agora, é preciso reciclar sim os caminhos, é preciso mergulhar na prova técnica; é preciso entrar nestes autos que estão disponíveis e verificar o que vamos fazer daqui para adiante. O Senador Pedro Taques está ultimando já uma petição ou uma cautelar para uma ação principal depois porque nós vamos contra essas autoridade e contra a Delta especialmente, que está lá com dinheiro público sim do BNDES, nós vamos assim que eu terminar. V. Exª poderá me agradecer. É. Nós vamos contra a Delta, sim! Nós vamos procurar as conexões, vamos procurar as conexões. O Sr. Carlos Cachoeira está absolutamente muito bem entregue ao juiz da 11ª Vara federal. E aqui eu reitero os meus cumprimentos ao Ministro Marcio Thomaz Bastos e espero vê-lo em circunstâncias mais agradáveis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Líder Chico Alencar, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, o Sr. Cachoeira, de volta à Papuda e orientado pelas luzes inegáveis do Sr. Marcio Thomaz Bastos, ex-Ministro da Justiça do Brasil, pode estudar essa

questão que ele repetiu aqui à exaustão: o uso do direito constitucional de não falar.

Isso é derivado do direito norte-americano, só que a 5ª Emenda à Constituição americana tinha outro escopo que, no Brasil, hoje, é degradado de forma deplorável. Aquilo era para fruição da justiça e garantia de um acusado injustamente. Aqui, inclusive, altos magistrados dizem que o réu ou o indiciado não fala para não se autoincriminar. É uma declaração, uma confissão do crime, evidentemente. Não vou falar para não fazer prova contra mim mesmo, contra si próprio. É uma declaração, uma confissão de culpa.

Então, eu quero declarar, em nome do PSOL e da nossa compreensão, junto com o Senador Randolfe, que esta sessão não foi inútil. O Sr. Carlos Cachoeira acaba de declarar aqui, com seu silêncio sínico, desrespeitoso para com a busca da justiça no País, ainda que sob a alegação de que é direito constitucional, assim como o preso tem o direito de fugir, também. Ele aqui declarou que o que o delegado trouxe aqui da investigação é a pura verdade e agregou provas às provas daquilo que cometeu a sua quadrilha, o seu PCD, partido Cachoeira Dela, partido Cachoeira Demóstenes - como queiram, partido, aliás, que não fala, ao contrário de todos os outros, no espaço do Congresso Nacional -, quanto a crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, contrabando, evasão de divisas, sonegação fiscal, violação de sigilo funcional e formação de quadrilha, ele e seus sócios, empresários e políticos, essa súpua toda de malfeitores que infelicitam a República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Cachoeira, o senhor reiterou tudo isso que estamos investigando e que a Polícia Federal, já comandada brilhantemente pelo Dr. Márcio Thomaz Bastos, ajudou a elucidar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Protógenes, pelo PCdoB, Câmara dos Deputados.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, faço aqui um registro histórico pela presença deste eminente e ilustre advogado hoje, o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Foi sob seu comando que eu, à época como delegado da Polícia Federal, lotado na Diretoria de Inteligência, realizei, ao longo de mais de oito anos na Polícia Federal, grandes operações que ficaram conhecidas nacionalmente, depois que eu prendi o banqueiro condenado Daniel Dantas, a última Operação Satiagraha.

Então, este é o registro que faço: Sr. Thomaz, a gratidão deste humilde profissional que esteve sob

seu comando, no Ministério da Justiça, o senhor soube dignificar a Polícia Federal naquele momento.

Em respeito ao trabalho do senhor e também em respeito à própria Constituição da República, que é bem clara, em seu art. 5º, que temos de respeitar, inciso LXIII dispõe que “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”.

Era o preâmbulo com o qual a Presidência deveria abrir os trabalhos. Fica consignado que, nos próximos depoimentos, V. Exª faça isso, para que não haja essa confusão que, muitas das vezes, cria um ambiente.

Outro registro, Sr. Presidente, é o de que se trata de uma CPMI, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista e não de uma delegacia de polícia. Então, temos de ter bem assegurada a natureza jurídica desta Comissão, como disseram muito bem os que me antecederam, Senadores e Deputados, do nosso papel de estar diante de um acusado, de um preso que não quer falar e de expor o Parlamento, esta CPMI, a quem está assistindo a esta sessão plenária.

Então, reconhecemos a dificuldade e, evidentemente, também queremos saber, acredito que seja o objeto maior – como foi registrado até pelo Deputado Miro Teixeira, eu me pronunciei, sou autor do pedido de CPI e me pronunciei, na Câmara, várias vezes... O maior perigo e o problema maior não estão no cárcere, nem na prisão do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos. Está fora do cárcere. O esquema no qual o Sr. Carlos Augusto foi um dos operadores, ele não comandava o esquema. Ele era um operador, e como operador... Nós temos é que investigar essa condição. O objeto material e a natureza jurídica do que nós estamos perquirindo é o crime material, é crime financeiro, é o crime fiscal. E, para esses crimes, a documentação foi enviada.

Agora, eu peço ao Sr. Relator, que foi também... Eu consigno essa questão, que é uma questão de ordem também: o relatório de análise. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k., Deputado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – O relatório de análise, eu pedi as informações, o relatório analítico, e até agora nós não recebemos; nenhum Deputado, nenhum Senador ou Senadora recebeu esse relatório analítico. Eu gostaria de uma explicação do eminente Relator nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pergunto a V. Exª se o requerimento que foi apresentado pelo Relator e por vários Senadores e Deputados de interromper a presente sessão vai ser votado, se não vai e se V. Exª considera

que tenha prerrogativa para fazê-lo. Se tem, a pergunta que eu faço a V. Ex^a é o momento: se vamos respeitar ainda a lista de todas as inscrições, se vamos ouvir as lideranças ou podemos votar esse requerimento imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Nós vamos ouvir as lideranças, vamos ouvir os autores e vamos colocar o requerimento em deliberação.

Sr. Deputado...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB –

SP) – Sr. Presidente, eu fiz uma indagação ao Relator.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Só para esclarecer, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – A lista não será cumprida?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há um requerimento sobre a mesa a respeito do qual vamos deliberar oportunamente, Senador Sérgio Petecão.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, a questão de ordem. Eu fiz uma indagação ao Relator e gostaria que ele me respondesse, sobre o relatório analítico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Ele vai responder.

Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, nós estamos elaborando o relatório analítico. Até a próxima sessão vamos disponibilizar.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Informo ao Deputado Protógenes que as providências de V. Ex^a foram tomadas por esta Presidência na abertura da reunião.

Senador Humberto Costa com a palavra, pela Liderança do PT no Senado Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Só para, em nome da Bancada do PT do Senado, dar apoio ao requerimento apresentado pelo Sr. Relator de suspensão da presente reunião. Está evidente que não vai haver nenhuma resposta por parte do Sr. Carlos Cachoeira e, portanto, creio que nós, aqui, não estamos cumprindo um papel adequado a uma CPI. Portanto, eu solicitaria, inclusive, que, dentro do Regimento, isso fosse votado o mais brevemente possível. Abro mão da minha inscrição para fazer questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Fernando Collor com a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, dig-

níssimo ex-Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, senhor depoente, eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão um novo fato, que foi um telefonema do jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*, em que ele pede ao Sr. Carlos Augusto que checasse se era verdadeira a informação de que o Sr. João de Deus, lá de Abadiânia de Goiás, havia utilizado um avião da Força Aérea Brasileira para ir até Caracas, na Venezuela, fazer uma consulta para o Sr. Hugo Chávez, Presidente daquele país.

E também, Sr. Presidente, uma outra informação que trago a esta Comissão é de que o Sr. Policarpo Junior tinha reuniões frequentes com o Sr. Carlos Augusto e também com outras pessoas ligadas a ele no antigo Hotel Meliá, hoje Hotel Meliá Brasil 21, onde há uma charutaria chamada Churchill, e esses encontros foram variados e semanalmente eram realizados.

Também, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que há, na gravação, uma solicitação, numa das gravações realizadas, interceptadas pela Polícia Federal, do Sr. Carlos Alberto Cachoeira para que uma determinada nota fosse publicada num *blog* ou numa coluna da revista *Veja* chamada Radar, assinada por um rabiscador chamado Lauro Jardim. Se isso é verdade, se ele confirmaria isso, porque essa é uma informação muito importante para o nosso processo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V. Ex^a está falando como líder, Senador?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Estou falando como líder.

E também em relação à questão da participação do Sr. Policarpo Júnior na relação que mantém com o Sr. Carlos Augusto há dez anos. Quer dizer, na relação, o Sr. Policarpo Júnior utilizou o Sr. Carlos Alberto Cachoeira de uma maneira absolutamente indevida, porque se utilizava do Sr. Carlos Augusto Cachoeira para obter rentabilidade e prestígio para a revista a que servia e rentabilidade para si próprio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Por isso essas informações são importantes porque essa provável ida do Sr. João de Deus a Caracas, na Venezuela, foi uma das últimas solicitações feitas ao Sr. Policarpo Júnior ao Sr. Carlos Augusto Cachoeira para que ele checasse se o avião havia saído de Anápolis em direção a Caracas.

Era isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, o senhor vai colocar em votação o requerimento de suspensão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou ouvir os líderes como vou ouvir V. Ex^a, vou terminar de ouvir os autores...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E garantir a participação constitucional dos Srs. Parlamentares.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Que se inscreveram.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Que se inscreveram.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem. Sr. Presidente, eu entendo que esta sessão não pode se transformar em uma piada como está ocorrendo. Ele tem o direito constitucional ao silêncio. Ou nós revogamos a Constituição, rasgamos a Constituição, ou atendemos o direito constitucional. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito nos dá o norte de que nós precisamos colocar os requerimentos de afastamento do sigilo bancário e fiscal hoje, conforme foi proposto pela Senadora Kátia Abreu. Nós não podemos aguardar o dia 5 de junho. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque existem documentos nos autos que revelam – e eu vou mostrar isso na hora da minha pergunta – que o dinheiro saiu da Delta, como nós todos sabemos, foi para Pantoja e para Brava construções; daqui foi para o Geovani e foi para pessoas importantes da República.

Nós precisamos de prova documental e nós estamos aqui jogando o lixo para baixo do tapete para o dia 5 de junho. Portanto, eu quero aqui, Sr. Presidente, mais uma vez afirmar que aqui nós não estamos diante de um filme americano em que o réu vem e confessa. Ele está muito bem assessorado pelo Dr. Márcio. Ele não vai confessar, isso não vai ocorrer aqui. Depois do seu depoimento na Justiça, se o doutor advogado for um advogado que ele é, ele não confessar absolutamente nada aqui, Sr. Presidente. Nós precisamos de prova documental. Temos que respeitar o direito constitucional de todos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nós, nesta CPI, não podemos nos igualar aos criminosos, não podemos desrespeitar a lei e desrespeitar a Constituição.

Por isso, como Líder do PDT no Senado, eu requeiro mais uma vez a V. Ex^a e ao Sr. Relator que coloquem os requerimentos de afastamento do sigilo bancário em votação. Não joguemos para frente, no dia 5 de junho. Daqui ao dia 5 de junho, o dinheiro pode ter-se esvaído em uma cachoeira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós terminamos de ouvir os Líderes. Volto aos autores.

Deputada Iris de Araújo. O Deputado Maurício Quintella já se posicionou e pediu a retirada. Ainda tem como autores a Deputada Iris, que vai falar agora, o Deputado Ronaldo Fonseca e o Senador José Pimentel.

Deputada Iris.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Já verifiquei na secretaria. Há o Deputado Domingos Sávio como coautor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me. E tem o Deputado Domingos Sávio, que já tinha anotado aqui.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a Deputada Iris.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, talvez seja eu aqui dentro desta CPMI a Deputada que tem sido mais tocada ou mais atingida nesta situação em que nós estamos vivendo e que está chamando a atenção do País, porque o nascedouro, o início, onde estourou realmente esse escândalo que está envergonhando esta Nação foi lá no meu Estado de Goiás, onde fui eleita por duas vezes a Deputada Federal mais votada. E a minha presença aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, se refere principalmente à responsabilidade que eu tenho para com o Estado e Goiás.

Em momento algum, Sr. Presidente, passou pela minha cabeça nenhum sentimento de vingança, nenhum gesto que não diga respeito àquilo que nós, como parlamentares de todos os partidos... E é importante colocar aqui, Srs. Deputados, que esta CPMI não pode ser partidária, mas esta CPMI também não pode ser um CPMI em que caiba, em que apareça ou até em que se sugestione qualquer tipo de acordo.

Eu tenho me dedicado, eu tenho trabalhado, eu tenho estudado para fazer aqui dentro o papel que me cabe como juíza. Eu me recuso, Sr. Presidente – e subscrevo também o documento da Senadora Kátia Abreu –, a vir aqui fazer perguntas para que o nosso depoente não as responda, mas para fazer perguntas para que nós tenhamos os devidos esclarecimentos, o que aqui não tem sido. Então, eu me coloco junto àqueles que acham e que defendem que os trabalhos realmente sejam encerrados e sejam transformados num momento administrativo para que esta CPMI realmente corra celeremente.

O depoente poderia, sim, esclarecer muita coisa que está passando pela cabeça dos brasileiros e as

ilações que se fazem lá fora a respeito do nosso papel. Eu não aceito, Sr. Presidente, e tenho a certeza de que a grande maioria dos componentes desta CPMI não aceitam suspeitas de que esta CPMI possa se transformar numa *pizza*. Se pelo menos de longe isso possa ocorrer eu não farei parte, eu que faço parte de um programa de televisão, como apresentadora, dessa cozinha eu não vou participar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Deputado Ronaldo Fonseca.

Não está presente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Estou presente.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Portanto, Sr. Presidente, abro mão das minhas perguntas para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Deputado Ronaldo Fonseca, com a palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, o tempo regimental que eu tenho, Sr. Presidente, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Três minutos.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Três minutos.

Eu entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, que nós estamos num prejuízo aqui. Mas esta CPMI não está sendo enxovalhada, ridicularizada, como estou ouvindo aqui, não. Até parece que existe um grupo de Deputados e Senadores, todos ingênuos, que não sabiam que o depoente não ia falar aqui, que nós íamos fazer perguntas para ele para orientar o advogado. Nós estamos passando uma imagem para a população de que a CPMI aqui é um grupo de ingênuos. Não. Nós estamos aqui e sabíamos já que ele não ia falar. Isso é óbvio. Aliás, eu não tenho nem esperança de que o Sr. Cachoeira vá falar aqui, não. Claro que ele não vai falar. Embora, seria ótimo para nós, inclusive para a gente separar o joio do trigo. É uma injustiça o que o Sr. Carlos Augusto com muitas pessoas, cujo nome foi posto na mídia, pessoas que eu acredito que podem ser inocentes.

E quem poderia, então, resolver isso, Sr. Augusto?

Eu até percebo que ele está com vontade de falar. Eu percebo que ele está com vontade de falar. Porque é difícil, gente, estar aqui ouvindo, ser provocado e não falar. Eu acho que ele poderia se insurgir contra os advogados aí, e dizer: Eu quero falar, eu quero falar, eu quero falar. Seria muito bom para nós.

Mas eu tenho, Sr. Presidente, duas perguntinhas para fazer para o depoente. São perguntas muito simples, e mesmo que ele quiser falar eu acho que não

vão comprometer nada não. É muito simples. Não vai ter nenhum problema.

Na primeira pergunta, Sr. Carlos Augusto, eu gostaria de saber do senhor o seguinte: O senhor teve conhecimento de que o Governador Agnelo Queiroz, logo quando tomou posse aqui no governo, no mês de janeiro, o senhor tomou conhecimento de que ele mandou fazer uma auditoria em todos os contratos do GDF, inclusive da Delta?

Bom, não responda agora não. O senhor está com vontade de responder, mas não responda agora não. O senhor tomou conhecimento de que ele fez uma auditoria, inclusive em contratos da Delta, logo quando ele tomou posse, e suspendeu os pagamentos da Delta aqui, do negócio do lixo aqui?

Ora, se o senhor disser para mim que sim ou não, eu queria saber do senhor, em sequência: Se o senhor teve conhecimento, foi exatamente isso que motivou seus auxiliares a tentar chegar no Governador Agnelo, e sem sucesso? Cercou de tudo quanto é jeito, mandou falar com assessor, com não sei quem, e o senhor não conseguiu. Será que é porque foi suspenso o pagamento da Delta aqui, motivado por uma auditoria?

Essa é a minha primeira pergunta. O senhor vai responder, Sr. Cachoeira? Vamos ver se ele vai responder.

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Em respeito a V. Ex^a, não vou responder. Vou usar meu direito constitucional.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ah, não vai responder. Eu quero fazer uma segunda perguntinha e vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O seu tempo...

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Ele é autor, ele está no uso.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Por gentileza, Sr. Presidente. Alguns tiveram mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Use o seu tempo Mantenho a palavra do Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

A segunda pergunta é a seguinte. Eu estou ouvindo falar muito em Pagot aqui. Alguns colegas aqui. E eu me lembrei, Sr. Cachoeira, de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Ele está falando como autor. Eu quero comunicar

aos senhores que ele está falando como autor. Então, tem o tempo regimental. O tempo está livre. De V. Ex^a.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ok. Bom, eu ouvi falar muito de Pagot aqui, Sr. Cachoeira, e eu assisti na mídia umas degravações, uns telefonemas que foram trocados, que parece que havia um esquema montado pelo senhor e seus auxiliares, um esquema de denúncias contra o Ministério dos Transportes.

Eu queria saber de V. S^a: esse esquema que vocês montaram de denúncia para derrubar o Sr. Pagot foi motivado por quê? Contrariou interesse da Delta, contrariou interesse da contravenção, contrariou interesse do senhor? O que foi que motivou montar esse esquema, que ficou claro nas escutas que vocês queriam, realmente, derrubar o Sr. Pagot.

Eu lembrei disso, não ia nem perguntar não, mas alguns me fizeram lembrar aqui fazendo perguntas. O que foi que aconteceu ali? Contrariou interesses, deixou de pagar...

Ó, está com vontade de falar.

Deixou de pagar? O que foi que aconteceu, Sr. Cachoeira, que o senhor queria então fazer um esquema de denúncia. E parece que conseguiu fazer. Saiu na mídia, uma revista inclusive publicou algumas coisas. O senhor pode responder?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Vou usar o direito de ficar calado.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Muito bem, Sr. Presidente, então eu vou também economizar tempo, Sr. Presidente, e agradecer a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador José Pimentel, com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, eu quero começar registrando que esta CPMI é um pouco diferente da tradicional, das comissões parlamentares de inquérito que eu acompanhei nestes 16 anos de Congresso Nacional.

O primeiro registro é que ela nasce já de um conjunto de informações, de investigações e de provas feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Como sabemos, historicamente, nós ouvíamos os requisitados, os denunciados, aqueles de quem nós queríamos colher uma série de informações, para, em seguida encaminhar à Polícia Federal ou ao Ministério Público Federal para fazer as diligências necessárias.

Aqui, não. Aqui, por exemplo, o pagamento da casa que pertenceu ao Governador Marconi Perillo foi pago, conforme está nos autos, por três cheques, um

cheque de R\$600 mil, um outro de R\$400 mil e um outro de R\$500 mil.

Portanto, nós não precisamos mais ir atrás da fonte que pagou a compra da casa do Governador Marconi Perillo. Está provado nos autos. O que falta para nós é ter acesso à cópia dos cheques. Com a quebra do sigilo bancário, os três cheques virão para esta Comissão.

Portanto, quanto à materialidade da compra da casa do Sr. Governador, não tem problema. Quem estava ocupando a casa que foi do Governador? O Sr. Carlos Augusto. No dia em que ele foi preso, foi preso nessa casa. Portanto, não precisamos também saber quem era o inquilino da casa. De um lado, nós já sabemos quem comprou, quem pagou, e, de outro, nós temos também a prova de quem era o inquilino que morava ali. Essa é uma das matérias fundamentais para saber do envolvimento do Sr. Governador para com essa organização.

Se nós vamos ver quais eram as indicações em que a organização tinha junto ao Governo do Estado, no inquérito também lá está posto. A Polícia Federal já identificou e na denúncia feita também constam os vários cargos em que a organização nomeou no Governo Marconi Perillo, quem eram eles, o que eles faziam, inclusive dizendo a partilha na questão das propagandas pelos cargos que preenchia.

Portanto, essa matéria, que, tradicionalmente, nós deveríamos colher junto aos depoentes, junto aos expositores, aqui, isso não, a Polícia Federal já se antecipou no seu papel institucional, que ela faz muito bem, e já trouxe para esta CPI. Se nós quisermos ter acesso à remessa de divisas, à lavagem de dinheiro e um conjunto de outras questões, não é por depoimento que nós vamos chegar a isso, mas pela quebra do sigilo fiscal e bancário dessas empresas ora formais, ora “laranjas” que operaram. Temos também a lista de todas elas.

Portanto, esta CPI parte de um outro patamar, um patamar em que grande parte das provas já foi levantada, e o que falta para nós é ter a capacidade política de criar e atuar para desmontar essas organizações criminosas que se especializaram em achacar a sociedade brasileira, em produzir provas no sentido de intimidar determinadas pessoas, sejam do setor público ou da iniciativa privada, com o objetivo de levar vantagem, no sentido de vender matérias para se promover ou denegrir ou prejudicar a vida de determinadas pessoas. Eu acredito que é esse o papel em que nós deveremos caminhar. E quando nós pegamos o plano de trabalho aprovado por esta Comissão, é exatamente neste sentido em que ela caminha.

Nós sabemos que é preciso atualizar a lei de lavagem de dinheiro e também de confisco de bens dessas organizações, e nós temos um conjunto de propostas nesse sentido, nós sabemos que é preciso responsabilizar as pessoas jurídicas corruptoras, como hoje se responsabilizam também os corrompidos, e tem um conjunto de iniciativas nesse sentido.

Portanto, aqueles que têm o hábito de olhar esta CPI a partir do que aprendeu e apreendeu ao longo das anteriores têm uma certa frustração. Mas para aqueles que tinham dificuldade exatamente na hora do levantamento das provas, da continuidade, aqui têm uma excelente oportunidade de desmontar o papel achacador que algumas organizações criminosas que se inseriram no aparelho do Estado, que inseriram seus membros em vários segmentos da sociedade brasileira, para que possamos por um ponto nessa forma de fazer.

É dessa forma que eu quero, Sr. Presidente, trabalhar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso, não vou fazer nenhuma pergunta ao depoente, porque já sei que ele não vai responder e eu quero poupar os nossos pares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Como último autor, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, meus colegas Senadores e Deputados, eu quero me dirigir ao depoente, Sr. Carlos Cachoeira, Sr. Carlos Augusto Almeida.

Em que pese ele estar usando seu direito constitucional de ficar calado, eu quero insistir numa pergunta, inicialmente cumprimentando também o ex-Ministro da Justiça do Governo do Presidente Lula, competentíssimo, Dr. Márcio Thomaz Bastos, que, obviamente, levou essa orientação ao seu cliente e, com certeza, o faz com a competência que é de conhecimento de todos nós, assim como foi um grande e competente Ministro da Justiça, e nisso reside, em que pese às colocações já feitas aqui, o quanto nos surpreende um acusado usar de forma sistemática o direito de ficar calado. Mas isso é fundamental no estado de Direito, e é fundamental a gente ver um homem brilhante como o ex-Ministro da Justiça aqui fazendo a defesa de um acusado de chefiar uma quadrilha. Isso é princípio fundamental do estado de Direito, mas, em que pese ao acusado ficar calado, o que não pode é o Congresso ficar calado. Então, foi muito feliz o colega que me antecedeu dizendo que equivocam-se aqueles que acham que, ao estarmos aqui debatendo, colocando os nossos pensamentos, nós estaríamos aqui fazendo papel de bobos. É óbvio que todos nós sabemos, a imprensa do

Brasil o dia inteiro disse, já era notória a possibilidade de o acusado se manter calado.

Porém, eu insisto numa pergunta porque ela pode provocar o acusado e o próprio advogado, com toda a competência que tem, a uma reflexão. Ele está – eu creio – talvez, numa oportunidade única; poderá ser convocado outras vezes, mas não tenho dúvida de que ficará calado até porque dentro do atual Código Processual Penal o réu sempre acaba sendo dos últimos a estarem submetidos às oitivas, e isso pode se arrastar, poderemos ter outras alegações para dizer que “ainda temos mais o que dizer em juízo”. A verdade é que, nesse momento, o competentíssimo advogado está comprometido com a sua defesa do réu e não com esta missão da CPI, assim como esteve no passado com o Ministério da Justiça. Então, não teria eu a ingenuidade de pensar que ele vai aqui nos dizer: “olha, amanhã eu vou orientá-lo para falar porque vou ter uma gentileza com esta CPI”. Não espero isso e não digo com nenhuma indelicadeza ao Dr. Marcio Thomaz Bastos.

Mas a minha colocação ao senhor, Sr. Carlos Cachoeira, é a seguinte: o senhor já está preso; o senhor já está em condição de réu; o senhor foi profundamente investigado pela Polícia Federal, que formou provas, provas incontestes do seu envolvimento com o crime, e as acusações já estão formatadas.

Eu digo que esta CPI não deveria ter o codinome de CPI do Cachoeira, não; deveria ser o da bandalheira e da corrupção que envergonham este País.

O senhor tem oportunidade ímpar de contribuir para melhorar este País. Alguém poderia dizer: “Mas você é ingênuo! Ele é o acusado, ele não está preocupado em melhorar o País”. Mas o senhor é um ser humano. Mais do que isso, existe um princípio – aí sim, vou aguardar o competente advogado orientar o seu cliente; o seu advogado pode perfeitamente voltar a esclarecê-lo – dentro do Direito Penal, dentro dos processos que a própria CPI acompanha – ela mesma pode requerer isso em seu benefício – que é a delação premiada. Tivemos notícia, inclusive, de que o senhor estaria prestes a dar essa contribuição ao Ministério Público, mas foi aconselhado pela sua atual esposa – ela deu declarações públicas neste sentido de que havia aconselhado em contrário. O senhor pode ter, sim, por um princípio do direito, a sua pena não só abrandada; há circunstâncias em que elas ficam até extintas, dado o benefício que pode trazer à Nação, porque o que a Nação precisa – e nesse sentido não tenho dúvida de que é também o sentimento deste competente advogado que está do seu lado – não é simplesmente condenar o Sr. Carlos Cachoeira; precisa varrer do mapa esta quadrilha horrorosa que está infil-

trada dentro do Poder Público. E aí não venham querer colocar em limites territoriais, não. É preciso que fique claro, e o senhor já sabe disso, que há envolvimento de autoridades e de lideranças de diversos partidos, de Municípios, de Estados e da União! E aí, eu reitero antes de concluir o meu raciocínio porque dela poderão vir outras perguntas: o senhor estaria disposto a contribuir com o processo aceitando a delação premiada?

O SR. CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS – Respeitosamente, excelência, eu continuo no meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, é exatamente isso o que também esperávamos, mas que torna evidente o que já foi colocado aqui e que vai na linha do raciocínio que eu iniciei. O réu, o acusado vai ficar calado e vai ser orientado pelo seu competente advogado que poucos brasileiros podem pagar, pouquíssimos brasileiros podem pagar. E aqui não sou eu que vou questionar, porque eu reitero: competérrimo, reconhecido no Brasil e fora dele; mas ele ficará calado. E nós, vamos ficar calados? E nós, vamos aceitar o que estão dizendo aí por fora, de que haverá conluio, de que haverá acordo? Não, porque eu confio em V. Ex^a, que tem se portado com a decência, a competência de um grande estadista, um grande homem público.

O relator vem do meu Estado e eu tenho por ele estima e respeito. Mas, cabe a nós, mais do que fazer elogios mútuos, agirmos.

Nós sabemos que há envolvimento, sim. Se há responsabilidade criminal ou não deverá ser averiguada e aqui debatida, de governadores; aqui foi dito, do governador do Estado de Goiás, que já, pelo meu líder, se manifestou não só disposto, mas interessado em aqui vir fazer os seus esclarecimentos.

Temos gravações evidentes, como as que foram aqui lembradas, do Sr. Cláudio Abreu, em processos claros com o Sr. Cachoeira, conversando com Paulo Tadeu e Rafael Barbosa, secretários do Sr. Agnelo Queiroz, demonstrando claramente o interesses desses secretários em estarem em conluio com essa quadrilha.

Nós temos informações claras e evidentes de outras diversas ações envolvendo a construtora Delta, inclusive no âmbito nacional, porque houve uma gravação em que foi flagrado o Sr. Cláudio Abreu, realizada entre ele e o próprio Carlos Cachoeira – o Sr. Carlos Augusto aqui presente – afirmando que o Sr. Pacheco, da Delta Construção, tinha interesse de que a empresa, no âmbito nacional, desenvolvesse atividades no entorno do Distrito Federal. Isso está ali nos autos.

Nós temos o episódio do governador do Rio, Sérgio Cabral, com o Sr. Fernando Cavendish, e o Sr. Fernando sai da Delta, que agora está sendo compra-

da por uma empresa que tem boa parte do capital do dinheiro público dos brasileiros. O Governo Federal agora compra um avião caindo, pegando fogo. Vamos demorar a investigar a Delta?

Vamos demorar? Claro que não. Já senti isso da parte do relator.

Então, parto para a minha conclusão. Não perdemos tempo. Mostramos para o Brasil inteiro o seguinte: Carlinhos Cachoeira está preso. A Polícia Federal se debruçou sobre ele. Tem provas mais do que obtusas, concretas, profundas, não só para indiciá-lo, mas para condená-lo, e eu reitero, Sr. Carlinhos, pense na delação premiada e que seu advogado considere isso, porque nós vamos acompanhar de perto. Não havendo ela, não podemos abrir mão de uma fração do que o senhor terá que pagar.

Agora é preciso – e aí conluio, Sr. Presidente – que imediatamente nos debruçemos sobre o sigilo bancário da Delta no Brasil inteiro, sobre os seus conluios com todos os níveis da República, que tragamos aqui os governadores, seja de que partido for, e não vai ter se é teu ou se não é meu; do Sr. Carlinhos eu sei que não sou, e da quadrilha não sou, e sinto que esses pares que estão aqui vieram para esclarecer e para cobrar punição para os envolvidos. Nós não somos do mal e queremos que o Brasil inteiro lave, passe a limpo essa vergonha nacional que é a corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Domingos.

Uma questão para deliberação dos senhores. Vou consultá-los, de acordo com o art.41, do Regimento Comum.

Sobre a mesa, requerimento da Senadora Kátia Abreu, assinado por alguns líderes, solicitando, com apoio do relator, que seja encerrada esta oitiva do Sr. Carlos Augusto, que manifestou o seu direito constitucional de permanecer calado.

Quero dizer aos senhores que também é de direito informá-los que há 39 Sr^{as} e Srs. Parlamentares inscritos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um a favor e um contra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Cássio a favor do requerimento...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– ...e a Senadora Vanessa contra.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Ex^a
vai encerrar a oitiva?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Ex^a vai encerrar a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...ou vai prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Senador Jayme Campos, eu tenho sobre a mesa, de acordo com o art. 41...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...um requerimento da eminente Senadora Kátia Abreu, pelo PSD, com o apoio do Deputado Onyx, do Democratas, com o apoio do PSDB, com o apoio do PPS, com o apoio do relator, com o apoio do PT, solicitando o encerramento dessa oitiva. Tenho também sobre a mesa, inscrições de 39 Parlamentares, Senadores como V. Ex^a, pedindo a inscrição.

Qual é a providência desta Comissão? Colocar na forma “precedental” o requerimento, convidando ou franqueando um Parlamentar a favor e um Parlamentar contra. Inicialmente, vamos votar o requerimento agora: um a favor e um contra. Falará a favor o Senador Cássio Cunha Lima. Falará contra a Senadora Vanessa Grazziotin. A partir da deliberação deste requerimento, na forma do art. 41, esta Comissão tomará as providências.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)
– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – V. Ex^a
vai ler o requerimento, para tomarmos conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)
– Vou ler. O requerimento é este aqui, que o relator vai ler para V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...do que pretende o requerimento apresentado pela valorosa Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já foi lido.

Com a palavra o Sr. Senador Cássio Cunha Lima, que se pronunciará a favor do requerimento.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Membros desta CPMI, em que pese estarmos provavelmente ao vivo na TV Senado, na Globo News e em outras emissoras de televisão, com os olhares atentos do povo brasileiro, acredito que o requerimento tem um sentido absoluta-

mente lógico, e tudo que tem bom senso e lógica deve ser observado com especial atenção.

Estamos num regime de direito democrático e lutamos por isso. É facultado ao interrogado o direito constitucional de se manter calado. Não podemos transformar esta CPMI num tribunal de exceção com exageros de quais sejam as partes.

Está mais do que claro que o interrogado não responderá às indagações. E nos cabe, como juízes que somos nesta CPMI, buscar outros meios de prova, que não sejam os testemunhos, os depoimentos. E, neste caso, mais do que qualquer outro meio de prova, precisamos encontrar as provas técnicas, além daquelas já identificadas pelo excepcional trabalho realizado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Não me refiro apenas às acusações imputadas ao interrogado no que diz respeito à contravenção; mas, sobretudo, àquilo que diz respeito às relações supostamente ilegais que estão sendo apuradas por esta CPMI com a empresa Delta, onde já restou demonstrado, em documentos constantes da Operação Monte Carlo, que se criaram empresas fantasmas, cito Brava, Alberto & Pantoja, que recebia exclusivamente transferências da Delta, e aí não há de se falar em Delta Centro-Oeste, porque o CNPJ responsável pelos depósitos nas já mencionadas empresas é o CNPJ da Delta sediada no Rio de Janeiro, e esta CPMI haverá de comprovar isso.

Portanto, em respeito a todos os membros desta CPMI, em respeito ao povo brasileiro que nos acompanha, em respeito, sim, porque o acusado também nos merece respeito, como os seus advogados, que encerremos esta sessão e possamos aprovar o requerimento da Senadora Kátia Abreu, para que, otimizando o nosso tempo, possamos abandonar o testemunho do interrogado e mergulhar na busca das provas técnicas que levarão à conclusão efetiva do trabalho desta CPMI.

Portanto, peço aos meus Pares que aprovem o requerimento da nobre Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)
– Muito obrigada.

Sr. Presidente, olha, primeiro quero dizer que, se nós tivéssemos passado, e aí a culpa não foi de V. Ex^a, a quem quero dizer que tem sido um excelente Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...tem garantido a palavra a todos e todas, a qualquer momento, ninguém tem a palavra tolhida aqui, mas, se tivéssemos seguido a ordem das inscrições, desde

o início... Eu cheguei aqui para me inscrever ao meio dia. Havia uma fila de quase quinze Deputados e Senadores, já desde as 10h da manhã, para se inscrever. Se nós tivéssemos seguido a relação dos inscritos, a sessão já estaria terminando, Sr. Presidente.

Eu não vi aqui nem o Relator fazer as 130 perguntas que havia preparado para fazer, nem vi nenhum dos Senadores ou Deputados fazerem sequer dez perguntas. Todos estão se restringindo a fazer poucas perguntas.

Acho que, em relação ao assunto, à investigação da CPI, que não é o tema de agora... O que nós estamos discutindo agora é um requerimento de encerramento ou não da sessão. Em relação às investigações, não tenho dúvida de que esta CPMI se diferencia de todas que já ocorreram, porque nós já estamos trabalhando com provas, repetindo aqui o que muitos disseram. Os acusados que nós estamos ouvindo já estão presos; as provas já são fartas. É claro que, conforme avança a investigação, tanto da Polícia Federal, como do Ministério Público, como desta CPMI nós acessaremos novas provas – não tenho dúvida nenhuma. Mas elas já existem e são fartas.

Eu apenas, Sr. Presidente pedi para contraditar o requerimento em respeito àquelas parlamentares, Deputados e Senadores, que se inscreveram e ficaram calados. Sei que muitos nem vão fazer perguntas, muitos não vão nem questionar. Acho que se a gente caminhar direto para isso, a reunião vai acabar muito antes do que a gente possa imaginar.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho contra o requerimento da Senadora e de todos que o apoiam. Aliás, a grande maioria aqui já falou e não foi apenas uma vez, mas várias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, várias, usando até o tempo de liderança.

Passo à votação.

Senador José Pimentel.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sr. Presidente, existe uma preliminar para antes que seja colocada em votação o requerimento e a reunião seja encerrada.

No início do depoimento, o Sr. Carlos Cachoeira deixou bastante claro que gostaria de retornar a esta CPMI com informações que fossem relevantes depois de prestar os esclarecimentos em juízo. Eu imagino que o Relator, Deputado Odair, tenha se dirigido ao Advogado Márcio Thomaz Bastos e ao próprio Sr. Carlos Cachoeira para saber se existe esse compromisso de

retorno à Comissão, exatamente sem a necessidade de manter o direito de permanecer calado, para um novo depoimento depois do último dia de maio e do primeiro dia de junho.

Pergunto a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator está tomando as providências, de forma que essa preliminar não atende neste momento, ainda porque o advogado da parte ainda não se manifestou a respeito.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu queria fazer um apelo. Nós estamos às 16h21min; portanto, ainda é cedo. Ninguém vai dormir agora. Muito bem, será que não poderíamos acatar o requerimento, mas convolar, transformar esta reunião em uma reunião administrativa para que possamos antecipar os requerimentos que já estão feitos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar logo o requerimento, Senador Pedro Taques, e eu... Deixe-me chamar logo a votação...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, não. Se o senhor me permite, eu gostaria de sugerir à primeira requerente, que, se fosse possível, transformar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora, V. Ex^a adita algum requerimento?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, infelizmente tenho que consultar todos os Líderes que assinaram comigo esse requerimento e que concordaram com o encerramento da reunião para votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel, como vota V. Ex^a no requerimento da Senadora Kátia Abreu e outros?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Não está presente.

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Delcídio do Amaral. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Ricardo Ferraço, pelo PMDB. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Paulo Davim. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não está.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, apenas para melhor entender a matéria que V. Ex^a colocou em pauta.

Na verdade, estamos votando um requerimento da Senadora Kátia Abreu, entretanto, pergunto, primeira indagação, se, após a votação deste requerimento, vão continuar naturalmente as indagações que, eventualmente, cada Parlamentar aqui gostaria de dirigir ao Sr. Carlos Cachoeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, vamos encerrar a sessão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Segundo, um Senador ou Senadora manifestou aqui dizendo que, feito e aprovado o requerimento da Senadora Kátia Abreu, o nosso relator Odair Cunha está propondo naturalmente a quebra de sigilo bancário e também a convocação do Sr. Fernando Cavendish. Indago diretamente ao Relator, Deputado Odair Cunha, se de fato esta manifestação aqui do plenário tem fundamento, se vai acontecer, porque precisamos deixar bem claro aqui, Senador Vital do Rêgo, e V. Ex^a está conduzindo muito bem os trabalhos, tem dado oportunidade a cada Parlamentar de fazer a sua interpelação, todavia não podemos deixar que pare no ar nenhuma inconsistência em relação naturalmente àquilo que foi proposto, de modo que quero fazer essas observações.

Não podemos transformar isso aqui em nenhum teatro, em nenhum circo.

Confesso, meu caro Ministro Márcio Thomaz Bastos, e tenho o maior respeito por V. Ex^a, que não estou aqui para tripudiar em cima de quem quer que seja, muito pelo contrário. O direito ao contraditório...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Permita-me, Senador, eu falo muito pouco. Há Senadores e Deputados aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu sei disso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...que faz favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a tem crédito...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só eles que querem ter direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a tem crédito demais nesta Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigando, falo muito pouco.

Não sou homem para vir aqui e querer tripudiar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem crédito de mais.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – ...ou fazer um palanque daqui. Não é minha praça. Tenho cinco mandatos: Senador, Governador...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fique à vontade, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Vim aqui para ver, naturalmente, ouvir, observar e, acima de tudo, fazer justiça. Transformar isso aqui num palanque eleitoreiro... Aqueles que querem aparecer muito para fora... Não é a minha praia, nunca foi e nunca será.

Entretanto, quero, Sr. Presidente, que o relator possa tentar afirmar se de fato está concretizado, porque, caso contrário, vamos continuar aqui postergando, enrolando, tapeando, mentindo até para nós mesmos. Eu não me proponho, com os meus sessenta e poucos anos de idade, a vir aqui para ficar participando, naturalmente, de uma Comissão como esta, tão importante, sobretudo porque o povo brasileiro está aguardando uma resposta positiva, sem que tenhamos uma afirmação por parte do relator ou de V. Ex^a, que tem autoridade para responder.

Não faço nenhuma indagação. Não vou me dirigir ao Sr. Carlos Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre a primeira indagação, reunião fica encerrada...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Só isso que quero. E voto com a Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, Senador Jayme Campos.

A primeira indagação, o senhor já tem. A segunda indagação, o requerimento está pautado para o dia 5, o requerimento que V. Ex^a colocou.

Senador Jayme Campos, “sim”.

Senador Alvaro Dias está em plenário.

Senador Cássio Cunha Lima, vota já conhecido.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu voto “sim”, Sr. Presidente, apenas para deixar consignado que me acosto à proposta do Senador Pedro Taves para que possamos dar sequência, dispensado o interrogado, na sessão administrativa, para votação de outros requerimentos. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Aloysio...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu gostaria de apenas lembrar aos colegas que não é possível mais transformar em sessão administrativa porque já começou a Ordem do Dia. Tudo o que aprovarmos aqui vai cair por terra juridicamente. Não há como sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade. A senhora tem razão.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por isso, não podemos continuar com a sessão administrativa, senão não haveria nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aloysio Nunes Ferreira.

Jarbas Vasconcelos.

Randolfe. *(Pausa.)*

Não está.

Kátia Abreu, voto conhecido, pois o requerimento é de sua autoria.

Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Ausente.

Dr. Rosinha...

Ah, o Paulo está aí.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desculpe-me, Paulo. Não vi, Paulo. Desculpe.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Mas o Dr. Rosinha votando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas o Dr. Rosinha continua votando, porque Cândido Vaccarezza não está.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...enriquece o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Iris de Araujo.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente, considerando que, tenho certeza, como todos os outros colegas, preparamo-nos muito e temos aqui diversas perguntas que embasariam isso. Esperamos que o Sr. Cachoeira, o Sr. Carlinhos, esteja presente aqui a partir do seu depoimento na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Ausente.

Fernando Francishini

Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Sim, seguindo orientação do relator.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Miro Teixeira. *(Pausa.)*

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, em homenagem ao Dia Mundial da Biodiversidade, deixaram uma questão final, perguntando ao Sr. Carlos Augusto que bicho vai dar hoje. Isso é um Twitter que chegou aqui, pedindo que se perguntasse a ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim ou não?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa. Ausente.

Arnaldo Faria de Sá. Ausente.

Filipe Pereira.

Deputado Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Ausente.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não.

O requerimento foi aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando aos Srs. Parlamentares que está marcada uma nova reunião para a próxima quinta-feira – anotem os senhores –, com a oitava de Wladimir Garcez, Idalberto Matias de Araújo e Jairo Martins de Souza. *(Pausa.)*

A partir da próxima semana, vamos ter terça, quarta e quinta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garotinho com a palavra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – A estratégia vai ser a mesma. Todos estão orientados a não falar nada até o dia 21. Não seria prudente alterar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... o cronograma. Vamos lembrar... É uma ideia de V. Ex^a.

Está encerrada a reunião.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.
– Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES “VEGAS” E “MONTE CARLO”, DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião realizada em 24 de maio de 2012, às dez horas e quinze minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** (PMDB-PB) e com a presença dos Senadores: **José Pimentel** (PT-CE), **Lídice da Mata** (PSB-BA), **Pedro Taques** (PDT-MT), **Vanessa Graziotin** (PCdoB-AM), **Sérgio Souza** (PMDB-PR), **Ciro Nogueira** (PP/PI), **Paulo Davim** (PV-RN), **Álvaro Dias** (PSDB-PR), **Fernando Collor** (PTB-AL), **Vicentinho Alves** (PR-TO),

Kátia Abreu (PSD-TO), **Wellington Dias** (PT-PI), **Walter Pinheiro** (PT-BA), **Benedito de Lira** (PP-AC), **Aloysio Nunes Ferreira** (PSDB-SP), **Jarbas Vasconcelos** (PMDB-PE) e **Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP) e dos Deputados: **Cândido Vacarezza** (PT-SP), **Odair Cunha** (PT-MG), **Paulo Teixeira** (PT-SP), **Íris Araujo** (PMDB-GO), **Luiz Pitiman** (PMDB-DF), **Carlos Sampaio** (PSDB-SP), **Fernando Francischini** (PSDB-PR), **Maurício Quintella Lessa** (PR-AL), **Paulo Foletto** (PSB-ES), **Miro Teixeira** (PDT-RJ), **Rubens Bueno** (PPS-PR), **Sílvio Costa** (PTB-PE), **Filipe Pereira** (PSC-RJ), **Delegado Protógenes** (PCdoB-SP), **Dr. Rosinha** (PT-PR), **Leonardo Picciani** (PMDB-RJ), **João Magalhães** (PMDB-MG), **Domingos Sávio** (PSDB-MG), **Rogério Marinho** (PSDB/RN), **Iracema Portella** (PP/PI), **Mendonça Prado** (DEM-SE) e **Ronaldo Fonseca** (PR-DF). Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa** (PT-PE), **Ricardo Ferraço** (PMDB-ES), **Jayme Campos** (DEM-MT) e **Cássio Cunha Lima** (PSDB-PB); e os Deputados: **Gladson Cameli** (PP-AC) e **Onyx Lorenzoni** (DEM-RS). Compareceram os seguintes parlamentares não membros: a Senadora **Lúcia Vânia** (PSDB-GO), e os Deputados **Bruno Araújo** (PSDB-PE), **Antônio Carlos Mendes Thame** (PSDB-SP), **Paulo Feijó** (PR-RJ), **Anthony Garotinho** (PR-RJ), **Zoinho** (PR-RJ), **Vaz de Lima** (PSDB/SP), **Chico Alencar** (PSOL-RJ), e **Bohn Gass** (PT-RS).

Inicialmente foram aprovados os seguintes requerimentos:

| Nº | Ementa | Autoria |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 365/12 | Requer preferência para votação, antes das oitavas marcadas para esta sessão, do requerimento sobre a mesa que versa sobre a correção de redação do requerimento 256/12, que versa sobre a transferência do inteiro teor dos autos da operação Saint Michel. | Senadora Kátia Abreu |
| 366/12 | Requer que esta CPMI requisite ao Ministério Público do DF e Territórios ou ao Poder Judiciário do DF e Territórios o inteiro teor dos autos do inquérito relativos à Operação Saint Michel. | Senadora Kátia Abreu |

Dando prosseguimento aos trabalhos, foi realizada oitava do Senhor Wladimir Henrique Garcez, devidamente acompanhado por seu Advogado, Doutor Ney Moura Teles. Posteriormente foram convocados, um a um, os Senhores Idalberto Matias de Araújo e Jairo Martins de Souza, que se reservaram ao direito constitucional de permanecerem em silêncio, ambos

tiveram a assistência do mesmo Advogado, Doutor Leonardo Picoli Gagno.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Muito bom dia, Sr^{as} e Srs. Parlamentares.

Peço a V. Ex^{as} que tomem seus assentos.

O SR. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Permita-me iniciar o roteiro dos trabalhos. Como já há inscritos para questão de ordem, vou anunciar a ordem de inscrição.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7^a Reunião da Comissão.

Não havendo quem queria discutir, a Ata está aprovada.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, conforme convocação, a presente reunião destina-se a oitiva dos Srs. Wladimir Garcez Henrique, convocado pelos Requerimentos nºs 53, 194 e 272 de autoria dos Srs. Parlamentares Carlos Sampaio, José Pimentel e Randolfe Rodrigues – para que os senhores memorizem-; Idalberto Matias de Araújo, convocado pelos Requerimentos nºs 24, 43, 83, 106, 137, 172 e 186, de autoria do Srs. Parlamentares Onyx Lorenzoni, Carlos Sampaio, Filipe Perreira, Rubens Araújo, Maurício Quintella e José Pimentel; e Jairo Martins de Souza, convocado pelos Requerimentos nºs 65 de autoria do Deputado Carlos Sampaio.

Peço silêncio à assessoria, por favor.

A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, as oitivas dos convocados, conforme disposto no art. 404 do Regimento Interno.

Ainda quanto ao uso da palavra, esta Presidência esclarece que a regra será nos mesmo termos que V. Ex^{as} estão condicionais.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Como Líder do PTB, por favor, para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim. V. Ex^a não falará agora. Peço um minuto. Deputado Silvio Costa, um momento.

Eu tenho uma questão de ordem, formulada previamente à Mesa, antes da Senadora Kátia Abreu, do Senador do Taques.

Inicialmente, falará S. Ex^a. Depois, será a Senadora Kátia Abreu, depois...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Presidente, não se trata de questão de ordem, apenas um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Um minuto, Senadora, permita-me ordenar os trabalhos. Permitam-me exercer o direito da Presidência de coordenar os trabalhos, por favor.

Com a palavra o Senador Pedro Taques. Depois, falará a Senadora Kátia Abreu, pela ordem, em seguida o Deputado Bruno Araújo, pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem, o Deputado Silvio Costa, também pela ordem, e o Deputado Rubens Bueno.

Peço à Secretaria que me ajude na orientação e anotação dos Srs. Parlamentares.

Por favor, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^a e Srs. Parlamentares, na reunião passada desta CPI, o investigado Cachoeira exerceu o seu direito constitucional do silêncio. O devido processo legal da CPI foi cumprido. Ele veio, compareceu perante os Parlamentares e não respondeu. Esse seu direito não pode vir contra o seu patrimônio jurídico. Esse é um ponto. Hoje, teremos outros investigados. A questão de ordem é no seguinte sentido, Sr. Presidente: que V. Ex^a ressalte a esses investigados o direito constitucional e já faça a indagação se eles desejam ou não exercer esse direito. Se eles manifestarem o interesse de exercer esse direito, nós não podemos transformar esta CPI num circo. O ideal seria que V. Ex^a reduzisse isso a termo e reduzisse a termo as perguntas que os Parlamentares, no exercício do seu direito constitucional, possam fazer. Isso é comum no inquérito policial, isso é comum na ação penal. Essa é a primeira parte da questão de ordem.

Há a segunda parte da questão de ordem – já estou a encerrar. Em sendo assim, nós poderíamos transformar, convolar esta reunião para ouvir essas pessoas - se elas exercerem o seu direito constitucional, não poderemos fazer outra coisa a não ser acatar, porque está na Constituição - em uma reunião administrativa, para que possamos, e vou fundamentar isto, deferir ou indeferir os requerimentos de afastamento de sigilos bancário e fiscal. Eu vou justificar o seguinte: nós não podemos proteger quem quer que seja nesta CPI. Esta CPI não pode ser CPI chapa-branca. Nós precisamos ter a dignidade da importância do momento histórico que estamos a viver.

Estou relacionando assim: o dinheiro saiu da Delta, 3 bilhões e 21 milhões. Tesouro Nacional, Siafi. Foi para a Delta. Eu vou dar um exemplo do que estamos a falar. Da Delta Construções, CNPJ, nacional, para duas empresas de fachada, duas pessoas jurídicas fantasmas: Alberto & Pantoja e Brava. Desses valores,

Geovani Pereira, o principal tesoureiro do Cachoeira, movimentou 12 milhões de uma dessas contas e de outras contas. Eu vou trazer um exemplo de que não podemos proteger os conhecidos nem prejudicar – nem prejudicar! – os inimigos. Esses valores, quase 200 mil, foram para a conta do escritório de advocacia Morais, Castilho e Brindeiro, do ex-Procurador-Geral da República. Nós não podemos proteger os conhecidos. Esse fato é absolutamente estranho. E termino minha questão de ordem. Ex-Procuradores da República que entraram na instituição antes de 1988, de acordo com o art. 29, §3º, da Constituição, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, podem advogar. Agora, é muito estranho que um ex-Procurador-Geral da República receba R\$200 mil de uma empresa fantasma manipulada por um contador do Carlinhos Cachoeira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu já encerro, Sr. Presidente.

Daí, quero fundamentar a necessidade de que nós possamos antecipar esse afastamento de sigilo bancário. Nós não podemos prejudicar quem quer que seja. Agora, não podemos aqui esconder governadores, esconder procuradores, esconder parlamentares. O todo é mais importante que a parte, Sr. Presidente. Nós estamos tratando com interesses da República. Por isso, requeiro a antecipação dessa reunião administrativa.

E faço o requerimento já por escrito.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A questão de ordem de V. Ex^a é dividida em duas partes, Senador Pedro Taques. A primeira parte da questão de ordem de V. Ex^a tem a relevância imediata, que é sobre a oitiva dos depoentes. Sobre ela, quero a participação dos outros Senadores. Senador Pedro Taques, V. Ex^a, ontem, combinava com esta Presidência essa questão de ordem, com relação à primeira parte, para que tenhamos uma economia procedimental nesta reunião. E eu gostaria de ouvir V. Ex^as com relação à primeira parte, já que, em relação à segunda parte da fala de V. Ex^a, já está feito o requerimento. Sobre a segunda parte da questão de ordem que V. Ex^a já fez, já tem requerimento feito, mas a primeira parte, que é procedimental, queria ouvir a palavra da Senadora Kátia Abreu se é sobre esse fato do procedimento.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, peço a V. Ex^a a paciência para se pronunciar quando a gente concluir essa parte do procedimento dos investigados.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sobre o procedimento, agora que é a parte indagada pelo Senador Taques.

Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, a fala nossa é exatamente na mesma linha do raciocínio do Senador Pedro Taques que, com muita propriedade, poupa a CPI de algo que vivemos ao longo desta semana, especialmente na terça-feira.

Mas aí, nós faríamos apenas uma sugestão de ordem procedimental ao Senador Pedro para dar um contorno mais formal. Eu acho que tem que ser permitida a entrada no recinto de cada um dos três, ser procedido ao seu tempo regimental dos vinte minutos e, a partir daí, obviamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exatamente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...ouvir se vai haver a procedência, e o Relator vai poder estabelecer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Relator vai poder falar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...os devidos questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Indagação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...se vai se dar ou não vai se dar. Em não se configurando, eu acho que fica racional não submeter este Plenário a um dia absolutamente improdutivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Então, no constante à primeira parte é isso. Parece que eventualmente vamos preservando para o outro momento a segunda posição...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A segunda parte também...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...a segunda parte, cumprimentando o Relator, que desde já sinalizou a importância de que não há sentido em prosseguir a investigação sem a quebra do sigilo e o recebimento da Delta nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senadora Vanessa, V. Ex^a tem sobre a primeira parte...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...arguida pelo Senador...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sobre a primeira parte quero dizer que concordo com o que propôs o Senador Taques. Agora, entendo que

pelo menos o Relator, pelo menos o Relator tem que dirigir, sim, algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– O Relator é o único que vai dirigir...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ...segundo o que nós entendemos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– De pleno acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ...a Presidência, o requerente, o Senador Taques, o Deputado Bruno, falando em nome da Liderança do PSDB, e me parece também, no Senado, o Senador Alvaro, entendem dessa forma.

Deputado Silvio, é sobre esse assunto a indagação? É sobre esse assunto?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, é sobre esse assunto, mas até por uma economia de tempo, eu vou se o mais conciso possível.

Eu concordo com o Senador Taques, mas quero um esclarecimento de V. Ex^a e do Sr. Odair sobre se os senhores ficaram satisfeitos com as respostas do Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Essa é uma outra parte, Deputado Silvio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E queria uma cópia para cada Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Determino à Secretaria...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – ...das res-

postas do Procurador, porque eu mesmo não fiquei e queria conversar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Determino à Secretaria... Esse é o terceiro assunto da reunião. Determino à Secretaria a distribuição de cópias xerográficas do material que chegou à Comissão e ontem mesmo já foi disponibilizado em rede.

Todos concordam com o procedimento da primeira parte do questionamento do Senador Taques? (*Pausa.*)

Então, vamos para as oitivas.

Aí voltamos à questão de ordem.

Quem contraditará a questão de ordem de V. Ex^a já está inscrito. Deputado Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu quero

é apoiar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– A Senadora Kátia é a primeira que vai falar após as oitivas, porque será um outro assunto.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Após as oitivas?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Após as oitivas.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É porque é um outro assunto, Senadora Kátia.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Presidente, o meu assunto é antes das oitivas. Eu quero que seja votado nesta Comissão, de acordo com o art. 311 do Senado Federal: “Art. 311. Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário: I – de proposição sobre outra ou sobre as demais da Ordem do Dia;” E eu quero aqui, Sr. Presidente, apenas votar uma ordem de preferência com relação a um requerimento que já foi votado nesta Comissão. Lá no início, quando nós votamos aquela bateria de requerimentos, o Deputado Onyx Lorenzoni aprovou um requerimento para que viessem todos os processos da Delta nacional da Polícia Civil do Distrito Federal.

E na verdade nós queremos aqui apenas fazer um complemento. Eu já tenho 16 assinaturas de Parlamentares desta Comissão para que, antes da oitiva, pudesse vir todo o sigilo quebrado da Delta nacional, o que, na verdade, nós não sabemos onde está. Por isso nós deixamos o requerimento em aberto, porque poderá ser da Polícia Civil, poderá ser da Justiça do DF, poderá ser do Ministério Público do DF e Territórios, então, que nós possamos pedir, solicitar, antes dessas oitivas, a vinda dessa quebra de sigilo onde ela estiver para esta CPI. Repito, apenas complementando um requerimento já aprovado por esta Comissão do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quero me inscrever para apoiar a questão de ordem, Sr. Presidente. Esta aqui vai ser agora ou depois?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso pode ser despacho do Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, vai ser despacho de V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Esse é despacho da Presidência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já está assinado pela maioria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É despacho da Presidência. Eu vou fazer como despacho da Presidência.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deferido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deferido o despacho de V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deferida a manifestação de V. Ex^a.

Eu vou apenas deixar registrado que, ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII do art. 14, poderão falar apenas para explicação pessoal, em cada reunião, dois integrantes da Comissão. Ao líder, é lícito falar uma única vez em qualquer fase da reunião pelo prazo de três minutos para comunicação urgente. Cada um dos depoentes disporá de dez minutos para fazer suas considerações iniciais e, em seguida, será interpelado pelos parlamentares inscritos dentro do assunto tratado.

Inicialmente, concederei a palavra, por dez minutos, ao Sr. Wladimir Henrique Garcez, a quem convido para tomar o seu lugar – já está presente na sala e na mesa das nossas reuniões. A palavra está concedida a V. S^a.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Exm^o Sr. Presidente, gostaria só que corrigisse: é Wladimir Garcez Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Wladimir Garcez Henrique. Está corrigido.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Exm^o Senador Vital do Rêgo, digníssimo Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exm^o Sr. Deputado Odair Cunha, digníssimo Relator, Exm^o Srs. e Sr^{as} Senadoras, Srs. e Sr^{as} Deputadas, tenho o maior respeito pelo Parlamento sem o qual não há democracia. Fui vereador, Presidente da Câmara Municipal de Goiânia, ocupei vários cargos públicos na minha vida. Conheço a importância da atividade parlamentar.

Estou preso há 86 dias, longe da família, privado dos meus direitos constitucionais de ir e vir, de ouvir e de falar, de conhecer o que se passa no País e, sobretudo, sobre as acusações que sobre mim pesam. Sem nunca ter cometido crime algum, estou encarcerado sob a alegação de que a minha liberdade coloca em risco a ordem pública. Estou sendo acusado de crimes que não permitem a prisão preventiva, pois todos com penas inferiores a quatro anos – perdemos aí a questão dos direitos constitucionais dos quais estou aí nesses 81 dias –, mas a Justiça ainda não me devolveu a liberdade. A lei diz que só posso ficar preso 81 dias, já estou preso há 86 dias.

Se tive oportunidade de ouvir algumas gravações, foi no início, quando me foi dada a oportunidade de um equipamento para ouvir. Logo após, esse equipamento foi tirado de minhas mãos e não tive oportunidade nenhum de poder ouvir ou ver do que se tratava. Não foi me dado, então, o direito de ter o equipamento para ouvir esses áudios. Depois impediram que eu continuasse ouvindo tais gravações, por isso, só vou me manifestar sobre os assuntos que eu puder ouvir as gravações.

Como V. Ex^{as} sabem, estou preso, sendo processado e acusado de pertencer a uma organização criminosa. Importante destacar que todas as gravações são ilícitas, não tem qualquer valor jurídico, porque foram autorizadas por juiz incompetente. Segundo as gravações, um Senador da República dialogava constantemente com um membro, com Carlinhos, tratava de vários assuntos de interesse deles. Somente o Supremo poderia conduzir a investigação. Assim, não reconheço qualquer validade jurídica dessas gravações. Elas não me incriminam em nada, nem a mim nem a ninguém, porque são imprestáveis.

Das gravações que ouvi, muitas delas foram editadas, as datas não coincidem com os dias em que houve os diálogos. Percebi também que muitos diálogos não foram apresentados ou não foram gravados ou foram ocultados. Não sei exatamente o porquê disso. Por isso, peço aos Srs. Senadores e Deputados que tenham o maior zelo e cuidado ao analisarem a transcrição desses áudios, pois muitos deles são montagens e a ordem dos diálogos não é a mesma do que consta a realidade. Não posso falar de todas, mas, nas que eu ouvi, percebi muitas modificações.

Não sou delinquente, não sou criminoso, tenho história e tenho família. Conheço muitas lideranças deste País, a começar pelo Ministro José Eduardo Cardozo. Sou amigo e coordenador da campanha do Dr. Henrique Meirelles, que foi Deputado Federal em Goiás. Milito na política há mais de 25 anos. embora adversário político, conheço desde criança o Prefeito, ex-Governador e Senador Iris Rezende, de quem também sou amigo.

O Senador Paulo Paim, embora não seja meu amigo, a quem conheço, já foi hóspede em uma casa que possuí em Três Ranchos, para passar para conhecer e passar uns dias com sua família.

Prezo da amizade do Dr. Olavo Noletto, assessor especial do Palácio do Planalto, com quem mantenho relacionamento desde quando fui presidente da Câmara do governo do PT de Pedro Wilson, mesmo pertencendo ao PSDB. Já me encontrei várias vezes com eles, mas nunca para tratar de qualquer assunto ilícito.

Também sou amigo e companheiro do Governador Marconi Perillo. E fui companheiro também de Mário Covas, do qual fui coordenador da sua campanha, na região Centro-Oeste. Sou amigo do prefeito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador Mário Covas. Ex-Governador e Senador Mário Covas.

Sou amigo do Prefeito Paulo Garcia. Conheço e relaciono-me com os principais políticos, vereadores

e deputados do Estado de Goiás e de outros Estados, em todos partidos com quem me relaciono.

Não faço parte de nenhuma organização criminosa. Sem mandato eletivo, fui contratado pela empresa Delta para prestar assessoria ao diretor regional Cláudio Abreu.

Como ex-parlamentar, ex-presidente da Câmara... Senhores, eu queria me desculpar, porque a gente fica um pouco ansioso e nervoso durante estes momentos. Então, peço desculpas pela minha ansiedade, a forma como estou falando, a forma apressada. Gostaria de me desculpar com os senhores aí.

Como ex-parlamentar, ex-presidente da Câmara, tinha muitos amigos. A minha atuação era orientar e dar informações às pessoas que compunham os vários órgãos. Foi esse um dos motivos que levou a Delta a me contratar, pois mantinha contatos com o governo estadual, municipal, inclusive com o governo federal, empresas privadas e pessoas particulares, sob o ponto de vista institucional. Sempre sob o ponto de vista institucional.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, peço para aumentar o som.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Determino à assessoria técnica do som que o aumente.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Não participei de nenhum processo licitatório nem de qualquer negócio. Minha função era só de assessoramento ao Dr. Cláudio e, por isso, ganhava em torno de R\$20 mil. Também assessorava o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, nos seus negócios e na sua empresa de medicamentos Vitapan – mas não participei de nenhum negócio dele nem de nenhum negócio ilícito –, e ganhava por isso R\$5 mil.

Nessas atividades, para me valorizar tanto em relação à Delta quanto ao Carlinhos, sempre procurava mostrar que tinha um bom relacionamento com pessoas de governos e com pessoas ligadas às empresas... intimidade com eles. Muitas vezes, essa intimidade de fato nem acontecia, mas para que eu pudesse manter o meu emprego.

Gozava da confiança e mostrava... O meu objetivo era mostrar que eu gozava da confiança dos políticos e garantir esses meus empregos. Tratei com vários dirigentes de Municípios, como assessor da Delta e de Carlinhos, mas de nenhum assunto ilícito, só institucionalmente.

Como político, o que pretendia era voltar a disputar as eleições e sempre era procurado para conseguir emprego nos vários governos, sejam os estaduais, sejam os municipais, para várias pessoas, antigos cabos eleitorais. Então, procurei fazer indicações, como fiz,

buscando colocar pessoas competentes para realmente trabalhar e exercer suas funções. Jamais fiz qualquer indicação diretamente ao Governador Marconi Perillo, pois tratava sempre com seus auxiliares, com seus secretários. Para me classificar junto ao Carlinhos, dizia ele que eu tinha mais poder, mais força. Queria usar o nome dele para conseguir esse emprego. Vaidoso como sempre, ele achava aquilo muito bom. E levei algumas indicações, sendo que nenhuma dessas indicações, como vocês podem ter visto nas gravações que foram mostradas, foi feita. Não consegui as nomeações que falaram por aí. Nenhuma das pessoas que levei foi nomeada pelo Governador Marconi Perillo.

Não intermediei nenhum negócio relativo à execução das obras do Parque Mutirama. Acompanhei na Câmara Municipal, pois detinha várias amizades com vereadores. Inclusive, os vereadores nem sequer atenderam aos nossos pedidos. Mas não procurei articular nenhum negócio em favor da Delta, tanto que a empresa vencedora não foi a empresa Delta. Se houve doações para campanha eleitoral, eu não tenho conhecimento, não era minha função como funcionário, como empregador.

Sobre a venda da casa do Sr. Governador, tenho a dizer o seguinte. O Governador me disse que estava vendendo sua casa. Eu conhecia a sua casa, interessei-me e queria adquiri-la para mim. Eu não dispunha, na época, do dinheiro. O Governador queria vendê-la por mais, mas acabou por fazer um preço para mim em torno de R\$1,4 milhão. Comprei a casa do Governador e pedi um prazo. Eu a ofereci ao Professor Walter Paulo, que ficou de pensar. Mostrei a casa ao Professor Walter Paulo, e ele disse que só tinha como pagar em julho e que, se até lá eu não a tivesse vendido para outro, ele ficaria com a casa por esse valor de R\$1,4 milhão.

O Governador queria receber logo, e eu queria ficar com a casa para mim ou para vender para outra pessoa, pois vi que o preço estava baixo e eu estava querendo ganhar uma comissão em cima da venda dessa casa. Fiquei com medo de perder o negócio. Eu não podia conseguir o dinheiro e ficar com a casa ou vendê-la por um preço maior e ganhar algum. Então, pedi ao Cláudio, meu patrão, e ao Carlinhos que me emprestassem o valor de R\$1,4 milhão, para eu repassar ao Governador. O Cláudio me arranhou três cheques, um de R\$500 mil, outro de R\$500 mil e outro de R\$400 mil, para os meses de março, abril e maio. Não lembro bem a data desses cheques, mas lembro que eram para o início de cada mês. Não sei quem são os emitentes, nem perguntei de quem o Cláudio recebeu esses cheques. Repassei os cheques para o Lúcio, assessor do Sr. Governador. Os cheques eram nominais ao Sr. Governador.

Tentei vender a casa por um valor maior, mas não consegui. E também não consegui arranjar dinheiro. Tentei vender um apartamento que eu tinha, tentei vender um carro e fazer um financiamento no Banco Itaú, no qual não consegui crédito para fazer esse financiamento. O Cláudio passou a me pressionar para receber o valor dos três cheques. Com medo de perder meu emprego, resolvi novamente procurar o Professor Walter. Não consegui vendê-la por um valor maior. Eu a vendi pelo valor de R\$1,4 milhão. Recebi em dinheiro e repassei ao Cláudio, quitando, assim, a dívida dos três cheques.

O Professor Walter me deu R\$100 mil, que foram pagos em forma de comissão pela venda dessa casa. Dizem por aí que o Professor Walter seria laranja do Carlinhos. Muitos políticos goianos, pessoas que militam em Goiânia, sabem que o Professor Walter é dono de uma universidade, a Universidade Padrão, dono de vários imóveis, talvez uma das pessoas mais ricas do Estado de Goiás. Daria para comprar dez, quinze, vinte vezes Carlinhos e quiçá a própria Delta!

Após a compra da casa, houve o episódio que envolveu a separação da atual esposa do Carlinhos, a Sr^a Andressa Mendonça, com o suplente do Senador Demóstenes Torres. Na separação, foi dada a ela uma casa no Alphaville, no mesmo condomínio onde está a casa do Professor Walter. Eu pedi ao Prof. Walter essa casa emprestada até que a casa e a reforma da casa da Sr^a Andressa ficassem prontas. E ele me emprestou essa casa por um período de dois, três meses. Ele tinha comprado essa casa para dar de presente para sua filha. Emprestando essa casa, e a Andressa foi ficando nessa casa. Como vocês sabem, logo depois, a Andressa passou a ser a esposa do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Nunca houve aquela história de que seria entregue no Palácio no mês de junho qualquer dinheiro. As gravações foram montadas. Eu gostaria que vocês vissem bem. Eles jogaram a gravação. Tive oportunidade de ler no popular uma gravação de junho, colocando uma data de uma visita que eu ia fazer no Palácio em novembro. Eu gostaria que vocês atentassem para esse fato, para ver que algumas coisas estão sendo montadas de forma a contextualizar, de acordo com o que interessa ao inquérito.

O dia em que eu estive no Palácio foi para tentar mostrar ao Governador um sistema de propaganda *in-door*, propaganda que é feita de celular, em que uma pessoa solicita uma música ou põe uma música, ou o hino de um time, alguma coisa. Parece uma propaganda institucional. Eu queria mostrar para o Governador e nem sequer fui atendido nesse dia pelo Governador, sendo que minha audiência foi marcada muito poste-

riormente, e a pessoa que ia mostrar o programa já não estava mais interessada em mostrar o programa, porque já estava negociando com empresa particular.

Esse dia não foi na data em que se apresentara a fantasiosa entrega de dinheiro, na praça. Estive em novembro – repetindo aqui –, estive em novembro e colocaram aquela questão, que fizeram a propaganda, tal, e podem ver que nem sequer se falam nas gravações em que foi entregue dinheiro na praça, de forma maldosa, querendo aí fazer um tipo de relacionamento como se alguma autoridade fosse receber dinheiro no Palácio ou em qualquer outra entidade. Acho que aí entram aqueles absurdos dos absurdos com os quais tenta a imprensa demonstrar falsas ilusões e, através de montagem, fazer coisas.

Aliás, todas essas gravações são ilegais, pois o Supremo Tribunal poderia investigar uma chamada “incriminação” criminosa que teria um Senador como seu envolvido; deveria ter sido por outro juiz competente.

Então, sendo acusado de contribuir para que o Delegado Federal, de nome Deuselino, conseguisse emprego para uma sobrinha, se o Deuselino pediu emprego para o Carlinhos, eu não sei. Se Carlinhos ofereceu emprego ou arrumou emprego, eu também não sei. Não procurei o Vereador Fernando Cunha para saber se ele tinha arrumado emprego. Aliás, o Vereador é sobrinho de Carlinhos, e não precisaria de um intermediário para falar com o próprio sobrinho – e nem para falar com político nenhum, né?

Não integro e nem integrei qualquer organização criminosa. Sou ex-Parlamentar, estou sem mandato e tenho um bom relacionamento político. Agi ilicitamente fazendo contatos e apresentando pessoas, aproximando-as, mas não pratiquei qualquer ato, delito, nem qualquer crime.

Encerro aqui as minhas palavras e peço a compreensão de V. Ex^{as}, porque não vou responder a nenhuma pergunta. Não ouvi todas as gravações a meu respeito, por isso gostaria de usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

Gostaria de agradecer e obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como visto, o depoente fez sua declaração, em face do exposto do art. 5º da Constituição Federal, combinado com o art. 196, do Código de Processo Penal. Opta por não fazer mais nenhum tipo de consideração.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, nem sobre o que ele falou?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Relator com a palavra agora, dentro do que foi decidido por esta Comissão em procedimento do Senador Pedro Taques.

Por favor.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Ex^a e os demais pares.

O depoente começa dizendo que não conhece as provas que existem contra ele, mas ele responde a todas as principais acusações que estão contra ele. Então, eu creio que V. S^a pode, como Parlamentar experiente, continuar nos ajudando.

É uma oportunidade, Sr. Presidente – e acho que isto é importante deixar claro –, que os depoentes têm também de se defender, porque, na medida em que estão indiciados, essas pessoas veem para esta Comissão. Se nós tivéssemos uma comissão parlamentar típica de outrora, nós teríamos a possibilidade de sugerir o indiciamento das pessoas ao final do processo. Contudo, como a nossa investigação está partindo de operações da Polícia Federal, muitos dos depoentes que vêm a esta Comissão já estão indiciados e podem ter, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma oportunidade para se defenderem, que foi exatamente o que o Sr. Wladimir fez neste momento.

Agora, é importante que, se V. S^a já teve oportunidade de se defender, que continue se defendendo nas perguntas que a Comissão vai fazer, porque será uma oportunidade inclusive de V. S^a retificar ou ratificar as defesas que aqui apresentou.

Como bem disse, o senhor que é ex-vereador da Câmara Municipal de Goiânia, eleito pelo PSDB. O senhor presidiu aquela Casa, mas tem-se notícia também de que chegou a ser condenado pela Justiça de Goiás por improbidade administrativa e desvio de recursos públicos, parece que do INSS. Isso obviamente – V. S^a diz aqui que gostaria de continuar na vida pública – o torna então barrado pela Lei do Ficha Limpa.

O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador – o senhor me desculpe –, Sr. Deputado, Sr. Relator, gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há informação de que, a partir de 2009, o senhor passou a dedicar-se exclusivamente à organização do Sr. Carlos Cachoeira, para quem o senhor já trabalhava, ainda no exercício do mandato de vereador. Sabe-se, inclusive, que o senhor era remunerado por ele para esse serviço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Exatamente, na Delta e na Vitaplan.

O senhor tem algo a acrescentar a essa sucinta biografia que estou colocando aqui?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de continuar mantendo meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço licença ao relator e, como foi definido por unanimidade por esta Comissão...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente, eu queria mais algumas...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, é que nós combinamos de o relator fazer todas as perguntas e, depois, nós prosseguirmos. Eu gostaria de pedir que o relator...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ficou decidido nesta Comissão que o relator teria a palavra. Mediante a reserva e as garantias constitucionais do depoente, nós liberaríamos o depoente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pelo art. 131 do Regimento Comum.

É que a situação é diferente: ele tem o direito de calar a cada pergunta, porque ele não tem o dever de produzir prova contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Exato.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele falou. Ele não se escondeu no silêncio absoluto. Nas perguntas em que ele imaginar que poderá produzir provas contra ele, ele pode se escusar, mas ele não se escusou *ab initio* de tudo.

Então, penso que é uma situação diferente da que vivemos ontem. Eu imagino – não tenho nem perguntas a fazer neste caso; pode ser que surjam –, mas eu acredito que pode haver um interesse, sim, de parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O raciocínio de V. Ex^a, Deputado Miro Teixeira, é lógico e atenta ao bom senso. Eu imagino que, por parte da defesa do acusado, houve parte – não foi um caso similar ao que aconteceu ontem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todavia, houve uma decisão unânime desta assembleia, mas o caso em si é diferente.

Então, permitam-me consultar se o relator quer continuar ainda a fazer as perguntas, embora, a partir daí, a decisão que nós tomamos passe a não ter mais a validade, e passamos a ter outro procedimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, mas se V. Ex^a me permitir uma única sugestão...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, essa decisão já foi tomada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Os senhores me entendem?

Eu só estou entendendo qual é a orientação e o ordenamento do trabalho. Quando o Deputado Miro Teixeira suscita que, na questão de ordem que nós votamos na sua primeira fase, do Senador Taques, suscita que o caso em si, do atual depoente, é diferente da manifestação de ontem, porque houve alguma expressão em defesa do acusado, e o relator deseja aprofundar algumas perguntas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, art. 131.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o mesmo direito de Miro.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Você tem os mesmos direitos que eu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou com a palavra, por favor.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quando V. Ex^a concluir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu estou entendendo que essa posição não será acolhida por essa decisão. Ou fechamos uma posição única, ou a decisão que esta Casa ou que esta assembleia ou que esta sessão tomou passa a não valer para esse caso em si, ou passará valer para os dois outros futuros.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para este caso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Art. 131, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu quero ter o mesmo direito de Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Espera aí, Deputado Silvio Costa. Contraditando a palavra do Deputado Teixeira...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – O senhor está revogando uma decisão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não estou revogando uma decisão.

Carlos Sampaio, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, entendo a ponderação feita pelo Deputado Miro Teixeira e acho que ela é correta no que tange à primeira parte do depoimento, o depoente se colocou à disposição. Mas isso não retira dele a condição de investigado e o direito que o assiste de permanecer em silêncio. Não acho que estamos diante de um fato diferente do de ontem. Apenas ele está exercitando o seu mesmo direito de ontem em um momento diferente do depoimento. Portanto, se ele informar que, a partir

de agora, não responderá mais nenhuma pergunta, não há por que...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso é se ele, se, se...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Mas para isso, Deputado Miro Teixeira, é importante que o Presidente faça uma indagação ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É o que vou fazer agora.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Se ele disser que não responderá mais a nenhuma pergunta, não tem sentido continuarmos esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei como quer... A orientação de V. Ex^a, Deputado Silvio Costa, é a mesma.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Na verdade, Presidente, V. Ex^a, com muito talento, ao iniciar a reunião, estabeleceu os critérios regimentais da questão de ordem e das falas. V. Ex^a abriu uma exceção para o Deputado Miro Teixeira, que não disse nada de novo, com todo respeito.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não abriu exceção nenhuma. O Deputado Silvio Costa busca notoriedade dessa maneira e não vou ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Miro Teixeira.

Silvio Costa, mantém a palavra V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deputado Miro Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, Silvio Costa, peço a retirada das expressões que não condizem com esta sessão e com as relações interparlamentares.

Deputado Silvio Costa, dirija-se a esta Presidência.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu estou com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Tem um assessor da Senadora Kátia Abreu na frente, o que me permite fazer questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, assessor da Senadora Kátia Abreu, por favor...

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, também quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu queria voltar o meu tempo, até porque tenho sido...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a tem seu tempo. Não estou limitando o tempo de V. Ex^a. Pode se dirigir a esta Presidência.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou me dirigir. Primeiro, quero começar dizendo que V. Ex^a estabeleceu, inicialmente, os critérios de questão de ordem, os critérios das falas. E o Deputado Miro, eu repito, atropelou, e V. Ex^a não se apercebeu. Eu entendo que, evidentemente, não houve nenhum dado novo e entendo que, se o Relator fizer cem perguntas, ele tem o direito de responder uma a uma, dizer “não respondo” e, mais uma vez, poderemos estar pautando o futuro depoimento desse cidadão. Os advogados vão copiar as perguntas e vai acontecer a mesma coisa. Nós estaremos treinando as pessoas. Sinceramente, acho que V. Ex^a não pode repensar uma decisão que o Plenário já tomou. O Plenário já tomou e ponto final. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Silvio, estou ordenando os trabalhos, permita-me. Volto a palavra ao Relator e, depois, por sugestão do Deputado Sampaio e do Senador Taques, vou fazer a indagação a termo ao depoente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, sou autor da questão de ordem e tenho direito regimental de falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Claro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, gostaria de fazer minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai fazer sim.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, é claro que vou trabalhar de maneira sempre articulada com a decisão de V. Ex^a e com a maioria desta Comissão. Sempre. Agora, é claro que não podemos fazer desta CPMI um espaço onde pessoas que estão indiciadas, denunciadas e presas façam aqui sua defesa pública contra as acusações que motivaram o indiciamento, a denúncia e a prisão. Esse senhor que foi braço direito da organização criminosa nas ligações dessa organização criminosa com agentes públicos, que é objeto central da nossa investigação, porque me parece que o Sr. Wladimir Garcez, por tudo que a Polícia Federal investigou e mostrou, não se envolveu com o jogo propriamente dito, ele se relacionava com agente públicos, notadamente com o Governador Marconi Perillo. É disso que estamos falando. Ele vem a esta CPI, faz a defesa que quer e não podemos indagá-lo.

Concordo com a decisão da Comissão, quando o depoente, em primeiro momento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não é para julgamento, não...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Em primeiro momento, ele está indiciado, está preso. A Polícia Federal não fez isso e ele não está 80 dias preso à toa. Agora, ele vem aqui... Ele disse e depois disse que não vai dizer nada.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – É um direito que assiste a ele.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Concordo que é um direito, mas temos que ter clareza do jogo político que está colocado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos manter a...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Por fim, Sr. Presidente, vou encerrar dizendo o seguinte: se ele ou qualquer depoente, quando chegar a esta CPI e não disser nada, respeitamos o direito constitucional. Agora, usou este espaço para se defender, tem continuar ouvindo.

Obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, como autor da questão de ordem, gostaria de falar. Permite?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Eu também quero pedir uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a terá a palavra logo após o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, aqui estamos fazendo uma confusão, com todo o respeito. O cidadão que aqui veio, de acordo com o Código de Processo Penal, Código de Processo Civil, trazer informações, como é dito desde 1939, adremente preparado. Está lá escrito. Muito bem. O que isto significa? Ele pode fazer isso a qualquer momento. Agora, não cabe a esta Comissão, penso eu, tendo em conta a questão de ordem que já foi levantada e deferida... E o Relator não se encontra acima de uma questão de ordem decidida pelo colegiado. Temos uma questão de ordem que foi decidida, mas agora vamos revogá-la?

O Sr. Relator tem o direito regimental de fazer as perguntas que entender. Mas se ele entender de não responder, não cabe, não cabe ao Relator revogar questão de ordem decidida por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui vigora, Sr. Presidente, o princípio da colegialidade. Não é o Relator que manda na CPI. Não é o Relator. Temos uma questão de ordem.

Agora, o Relator tem o direito regimental de fazer as perguntas que entender, todas as perguntas que entender. Mas ele não pode ser obrigado a falar porque trouxe algo preparado. Não existe isso na nossa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Paulo Teixeira com a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero trazer aqui duas questões. Uma questão formal e outra questão substancial.

Qual é a questão formal? Esse depoente que está aqui, o Sr. Wladimir Henrique Garcez, trouxe a sua versão sobre alguns fatos que lhe foram imputados. Nós temos aqui poderes judiciais. O juiz, quando está arguindo um denunciado, ele faz a pergunta e o denunciado pode dizer que não vai responder ou responde. O que não podemos é renunciar as perguntas.

Então, o Relator tem que concluir as suas perguntas sob pena da única versão que restar a esta reunião ser a dele, que preparou estando ele preso. Então, esta CPI não pode servir como esse palco.

Em segundo lugar, o que ele falou hoje aqui é gravíssimo. O que ele falou hoje aqui tem que ser discutido. Não podemos renunciar a continuidade desta reunião, porque ele falou questões que implicam altas autoridades do Estado de Goiás. Ele falou que é amigo, mas ele implicou, ele fez negócio com o Governador de Goiás, que, na minha opinião, terá que ser convocado a partir desse depoimento.

Portanto, a minha questão de ordem é da seguinte natureza, Presidente: ele pode responder uma e outra não, ou pode não responder qualquer das perguntas; mas as perguntas têm que ser formuladas, que é a versão da acusação que foi feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal e acatadas pela Justiça Federal. Portanto, não são ilações, é o devido processo legal. Portanto, renunciar a perguntá-lo é renunciar ao papel judicial que esta CPI tem. Então, a minha questão de ordem é que nós prossigamos e aqueles que não queiram fazer perguntas não façam, retirem suas inscrições. Os que não quiserem fazer perguntas retirem suas inscrições. Mas que as perguntas possam ser feitas, e ele tem o direito constitucional de respondê-las ou não respondê-las.

E eu vi, hoje, aqui, o seu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Paulo Teixeira. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – ...é o Sr. Ney Moura Teles, que pude ser seu calouro na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, sabe bem dessa possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Então, eu gostaria de prosseguir nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Teixeira, a Presidência vai se posicionar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu vou passar a palavra a todos. Há os inscritos Alvaro Dias e Vanessa Grazziotin, imediatamente após.

Deputado Paulo Teixeira, sobre a questão de ordem de V. Ex^a – permita a vê-lo –, a Presidência vai se posicionar.

Chegando ao início dos nossos trabalhos, tínhamos uma expectativa. Essa expectativa foi inclusive avaliada por mim e pelo Senador Pedro Taques ontem, quando eu e o Senador Pedro Taques combinamos, conversamos, especulamos essa possibilidade. Para quê? Para uma economia procedimental, houvesse uma decisão colegiada desta CPI para diminuir, aproveitando o tempo em outros assuntos – nós temos assuntos importantes também a tratar na sessão de hoje.

Seguindo essa expectativa, o Senador Pedro Taques encaminhou duas, uma questão de ordem exposta em duas fases. A primeira houve, por unanimidade, o entendimento de V. Ex^{as} – por unanimidade. O que aconteceu foi um fato novo que o Deputado Miro Teixeira... Estou fazendo esse relatório para tentar clarear e, por ser servo da decisão colegiada de V. Ex^{as}, eu sou apenas um ordenador do trabalho, não tenho nenhum tipo de decisão imperialista nesse momento. Então, o fato novo é que o depoente usou o seu espaço de 20 minutos para trazer aqui as suas razões de defesa – as suas razões de defesa – e fez usando o seu direito. E, no exercício do seu direito, arguiu o Deputado Miro Teixeira esse fato novo que não estava nas especulações nas expectativas que nós tivemos. Cabe, agora, uma nova avaliação desta CPI. Continuemos a usar o nosso direito constitucional de continuar perguntando, mesmo o acusado, o depoente usando o seu direito constitucional de ficar calado ou não. Ou vamos manter a decisão anterior que já tomamos – eu estou no plural – na primeira fase da questão de ordem do Senador Taques.

Então, essa é uma decisão que cabe a todos nós. Por quê? Porque o fato novo aconteceu; e tanto tem a garantia constitucional dos senhores continuarem perguntando ao depoente como tem o depoente a garantia constitucional de continuar calado. Então, esse é um direito que os senhores vão ter no procedimento daqui em diante com relação a este depoente.

Por isso, quero consultar V. Ex^{as} sobre como devemos continuar, ouvindo todo o restante da palavra do Sr. Relator, que tem direito de continuar perguntando, se ele quiser manter o seu direito constitucional. É uma reserva legal que o Deputado Odair Cunha tem. E eu passo a palavra a S. Ex^a, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, pedi pela ordem, estou inscrito pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Desculpe, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a, antes do Deputado Odair estava inscrito e eu tenho que respeitar as palavras da Senadora Vanessa e, antes, Senador Alvaro Dias. Depois volto e devo...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ... e devo perguntar também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, houve uma decisão... Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vou perguntar a ele.

Por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria de poder falar.

Sr. Presidente, houve uma decisão, V. Ex^a acolheu uma questão de ordem. Não foi só uma questão regimental e de lógica, foi, sobretudo, em defesa da respeitabilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que está sob risco.

Nós não podemos transformar esta Comissão Parlamentar de Inquérito no palco de um teatro de horrores. É ridículo o que se encena aqui quando parlamentares eleitos – muitos por milhões de votos – indagam e um indiciado, preso, fica em silêncio. Ora, Sr. Presidente, nós temos que preservar, acima de tudo, a respeitabilidade da instituição que representamos aqui. Se não há respostas, por que há de haver perguntas? Mas que espetáculo é esse que nós vamos encenar? Sabemos que não haverá resposta e teimamos em fazer perguntas? Mandemos de volta para a cadeia, Sr. Presidente. Os depoentes que aqui chegam indiciados são prisioneiros, devem ser devolvidos à prisão, lá é o lugar deles e não aqui.

Portanto, não há fato novo. Aonde vamos chegar com essas indagações? Vamos chegar aonde, Sr. Presidente? Que fato novo é este? O fato novo está vencido, esgotado, foi a exposição inicial do depoente. Agora é pergunta e resposta. Repete-se o que ocorreu anteontem, perguntamos e o depoente não responde. Portanto, se cometemos o erro de prolongarmos a sessão de anteontem durante algum tempo, fornecendo munção ao advogado de defesa, como se fôssemos ingênuos, ou fornecendo agora munção também ao advogado de defesa do depoente de hoje, nós temos o direito a essa ingenuidade, a essa pureza de procedimento, lançar as indagações que podem ser utilizadas pela defesa?

Portanto, Sr. Presidente, não há por que prosseguir, não há fato novo, há uma repetição do que ocorreu anteontem, é indagações em resposta. Por isso, devolvamos os prisioneiros para onde devem estar, que é na prisão da Papuda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Eu vou passar a palavra à Senadora Vanessa e, imediatamente após, vou indagar ao depoente se ele se disporá a responder as perguntas que são formuladas.

Com a palavra a Senadora Vanessa, por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Sr. Presidente, não quero fazer nenhum discurso aqui, quero ir direto ao assunto. Parece que muita gente se inscreve para uma questão de ordem para fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Parece que não fomos nós, que não é o Parlamento, que não foi o Parlamento brasileiro que aprovou a Constituição. É a Constituição, são as leis brasileiras que dão o direito ao acusado de ficar calado. Não há nenhuma novidade nisso, todos nós sabíamos que isso iria acontecer, desde que veio o primeiro depoente, que foi o Sr. Carlinhos Cachoeira.

Então, Sr. Presidente, eu pedi a questão de ordem de fato para fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Muito bem, Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Quando o Senador Pedro Taques fez o encaminhamento, eu concordei, entretanto, fiz uma pergunta a V. Ex^a, Presidente, que me respondeu. Eu concordei. Se o depoente não for responder, que não façamos perguntas, mas que déssemos o direito ao Relator de fazer as perguntas, o que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garanti.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Respondeu a mim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Garanti.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Não foi isso que o senhor respondeu a mim? Então, ninguém está mandando, o Relator nem V. Ex^a estão querendo mudar decisão nenhuma, porque a decisão adotada foi de que não faríamos, mas que o Relator teria esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De indagá-lo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) –

Então, vamos dar esse direito e cumprir a questão de ordem aprovada aqui no início da sessão.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – E é esse Relator pitbull que a gente quer mesmo, Presidente. Vêm todos os depoimentos a partir de agora. Relator pitbull.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu indago ao depoente, Sr. Wladimir Garcez Henrique, se ele se dispõe a partir de agora a responder às perguntas que serão formuladas ainda pelo relator e pelos Srs. Parlamentares. Algumas das perguntas...

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Eu gostaria de exercer o meu direito de permanecer calado, mas, se algumas perguntas estiverem dentro do conhecimento daquilo que ouvi dentro das fitas que foram permitidas, eu não vejo problema nenhum em respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, continua a palavra com o relator.

Agradeço a colaboração de V. S^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, e o depoimento do delegado da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Assunto encerrado! Vamos produzir, por favor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra o relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A operação Monte Carlo, da Polícia Federal, e o depoimento do delegado da Polícia Federal que comandou a operação a essa CPMI revelam que o senhor era o principal articulador político de Carlos Cachoeira. Mais do que isso: que o senhor era o homem dos palácios, das emendas, das licitações. Isso fica claro no relatório de encontros fortuitos da Polícia Federal às fls. 1244. Diz assim: “além do Detran de Goiás, são negociadas nomeações em favor de Carlinhos diretamente no Palácio das Esmeraldas, através de seu...” *(Pausa.)*

Presidente... *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Presidente vai cuidar disso. Já me disse.

“Além do Detran de Goiás...”

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É a mais idosa que deve assumir.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – A mais idosa não sou eu. A mais idosa não sou eu.

O SR. (Orador não identificado) – Ficou evidente a necessidade de se eleger um vice-presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – O Regimento, no art. 10, §3º, fala o mais idoso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, com a palavra o relator.

Relator, desculpe.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vou repetir a pergunta, Presidente.

A operação Monte Carlo, da Polícia Federal e o depoimento do delegado da Polícia Federal que comandou a operação a essa CPMI revelam que o senhor era o principal articulador político de Carlinhos Cachoeira. Mais do que isso: que o senhor era o homem dos palácios, das emendas, das licitações. Isso fica claro no relatório de encontros fortuitos da Polícia Federal às fls. 1244. Diz assim:

Além do Detran de Goiás, são negociadas nomeações em favor de Carlinhos diretamente no Palácio das Esmeraldas, através de seu principal assessor, Wladimir Henrique Garcez, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, cassado politicamente e condenado criminalmente por envolvimento em fraude praticada contra o INSS.

Wladimir despacha diretamente com diversos membros da administração estadual, incluindo o Governador Marconi Perillo e sua chefe de gabinete, a Sr^a Eliane Pinheiro, que também possui ligação direta com Carlos Cachoeira.

Ressalte-se inclusive que Carlinhos teria proporcionado uma viagem a Las Vegas a Eliane e Geraldo Messias, prefeito de Águas Lindas, de Goiás, fatos esses ainda não comprovados.

Diz o relatório de encontros fortuitos da Polícia Federal. O senhor tem algo a acrescentar sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Exm^o Sr. Odair Cunha, primeiro, eu não fui cassado. Gostaria que constasse isso em ata. Acho que colocou alguma informação errônea para V. Ex^a. Nunca fui cassado.

Segundo, gostaria de manter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Pelas ligações que o senhor mantém com o partido do atual Governador de Goiás, o senhor é apontado como a principal ponte entre Carlos Cachoeira e o Governo de Goiás. As apurações da Polícia Federal nos levam a crer que o senhor teria uma relação pessoal direta com Marconi Perillo, Governador do Estado, e V. S^a confirmou isso aqui, e também com o Senador Demóstenes Torres.

O senhor tem algo a acrescentar ou reparar sobre a natureza dessas relações?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor participou de jantares que contaram com a presença do Sr. Carlos Cachoeira, Demóstenes Torres, Senador da República, e até mesmo com o Governador Marconi Perillo? O senhor pode nos contar os assuntos que foram tratados nesses encontros?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A investigação na Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Mella sustentam que, nas ligações interceptadas, há 237 referências ao Governador Marconi Perillo. Duzentas e trinta e sete referências. A maioria das ligações vem de telefones em que o senhor figura como interlocutor. A Polícia Federal entende que Carlos Cachoeira tinha uma cota de nomeação no Governo de Goiás. Mais do que isso, a Polícia Federal entende que o senhor seria a pessoa que administraria esses cargos a pedido do Sr. Cachoeira. O senhor tem algo a dizer aos Parlamentares desta Comissão sobre isso? Sobre a natureza desses cargos e onde eles foram nomeados?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria novamente de pedir o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta ainda, Sr. Wladimir, que essa quota de nomeações seria decorrência do apoio que Carlos Cachoeira prestou ao então candidato ao Governo de Goiás, Marconi Perillo. O senhor pode nos dar detalhes de como se deu esse apoio? Carlos Cachoeira prestou apoio financeiro ao então candidato Marconi Perillo? O senhor tem algo a acrescentar ou a ratificar sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria novamente de pedir o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – As empresas das quais Carlos Cachoeira direta ou indiretamente faz parte doaram para a campanha do Governador Marconi Perillo. O senhor pediu a algum empresário amigo de Carlos Cachoeira que financiasse a campanha de Perillo?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de permanecer em silêncio, de acordo com o direito constitucional, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Jayme Rincón é o presidente da Agência Goiânia de Transportes e Obras, a Agetop. Segundo investigação da Polícia Federal o Sr. Rincón estaria promovendo licitações dirigidas na Agetop para beneficiar empresas ligadas a Carlos Cachoeira e o senhor seria a pessoa que in-

termediaria esses contatos. O senhor tem algo a nos dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Relator, gostaria de manter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A Polícia Federal, em seu relatório, afirma que Rossine Aires Guimarães, sócio de Carlos Cachoeira na empresa Ideal Segurança, teria doado R\$800 mil a campanhas eleitorais do PSDB em Goiás e R\$3 milhões à campanha do PSDB no Estado de Tocantins. Em Goiás, o tesoureiro da campanha era o Sr. Jayme Rincón. Sabe-se, pela Polícia Federal, que V. S^a foi quem fez a ponte entre a campanha do PSDB e o Sr. Rossine. O senhor desmente essa informação?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Relator, gostaria novamente de permanecer em silêncio, de acordo com o meu direito constitucional.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite uma questão de ordem?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – E empresa Vale do Rio Lontra, que tem como sócio o Sr. Rossine, mantinha contatos com a Agetop. Consta ter sido o senhor quem intermediou esse contrato e consta ainda que esses contratos seriam o pagamento pela doação realizada durante a campanha. V. S^a confirma essa questão?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de ter o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Mella afirmam que o senhor teve participação direta na compra de uma casa localizada em Alphaville, um condomínio de luxo em Goiânia, que pertencia ao Governador Perillo. Isso o senhor já falou aqui, inclusive confirmou. O imóvel teria sido pago com três cheques de Leonardo Almeida Ramos, sobrinho de Cachoeira, mas o senhor teria intermediado essa transação. O senhor já confirmou isso aqui. Carlos Cachoeira foi preso pela Polícia Federal nesse imóvel. A quem, afinal, pertence esse imóvel?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Já esclareci esse fato. Pertence ao Prof. Walter Paulo, que emprestou a casa à Sr^a Andressa. Esse fato já foi esclarecido no meu depoimento, Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Carlinhos Cachoeira estava lá nesse imóvel no dia da prisão em razão de quê? V. S^a pode repetir?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Aí eu acho que o senhor teria que perguntar para o próprio Carlos Cachoeira.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele, na intermediação da casa, que a investigação... Inclusive é importante deixar claro que fizemos essa pergunta a ele e ele infelizmente não colaborou com essa investigação. Como o senhor é uma pessoa afeita às relações dele e esteve no convívio pessoal dele, de Carlos Cachoeira e Marconi Perillo, V. S^a poderia ajudar a entender melhor essas relações havidas entre eles e intermediadas por V. S^a.

A investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus asseveram que a Sr^a Eliane Gonçalves Pinheiro, ex-chefe de gabinete do Governador Marconi Perillo, seria um dos contatos de V. S^a no gabinete do Governador, para agilizar as solicitações, as ditas nomeações políticas, a quota de nomeações que Carlos Cachoeira e sua organização teriam no Governo de Goiás.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de permanecer em silêncio. Essa parte também já expliquei no meu depoimento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – A pedido de V. S^a, o senhor Ronaldo Bicca, atual Procurador-Geral do Estado de Goiás, teria agido como advogado de Carlinhos Cachoeira, para excluir a empresa Coral do fornecimento de refeição para os presos de Goiás, de forma a substituí-la pela empresa Cial Alimentações, ligadas a Carlos Cachoeira.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Na opinião de V. S^a, de acordo com a Polícia Federal, Thiago Peixoto, atual Secretário de Educação de Goiás, seria facilitador na expansão dos negócios de Carlinhos Cachoeira na área da educação.

Como V. S^a cuidava das relações políticas do Sr. Carlos Cachoeira, o que tem a dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O Sr. Edivaldo Cardoso foi afastado, recentemente, da Presidência do Detran de Goiás, porque recebia uma quantia de R\$15 mil por mês de Carlos Cachoeira. Ao que parece, o senhor intermediou interesses da Delta junto ao Detran de Goiás.

O senhor tem algo a dizer sobre essa questão?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há ligações interceptadas pela Polícia Federal, em que Carlinhos Cachoeira afirma que Edivaldo Cardoso deveria entregar o cargo no Detran, caso não se confirmasse um contrato da Delta com o Governo de Goiás.

Isso nos leva a crer que ele fazia parte da quota política de Carlinhos Cachoeira no Governo de Marconi Perillo. Como V. S^a era assessor político de Carlinhos Cachoeira e também cuidava dos interesses da Delta naquele Estado, o que pode nos dizer sobre isso?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Relator, gostaria de manter meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor já citou aqui esse tema que vou perguntar, mas ainda indago se V. S^a poderia repetir, para ficar bem clara para nós, inclusive, a defesa que faz.

Segundo a Polícia Federal, o senhor teria levado R\$500 mil ao Palácio das Esmeraldas, sede do Governo do Estado de Goiás, prédio... Consta que o transporte desse valor, desses R\$500 mil, foi feito por V. S^a, a pedido do Sr. Carlos Cachoeira. O dinheiro, acondicionado numa caixa de computador, seria entregue a um senhor de nome Lúcio.

Consta também que o recurso não foi entregue, mas V. S^a teria participado da tentativa de entregá-lo.

Indago a V. S^a o que tem a dizer sobre isso.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Como bem coloquei, Sr. Senador, para ficar... para que V. Ex^a e os Srs. Deputados ficassem atentos, são algumas montagens contextualizadas da Polícia Federal, para tentar fazer algum tipo de relação.

Não houve esse momento. Inclusive, são datas totalmente diferentes da data em que a Polícia Federal tenta fazer o contexto disso aí. E já respondi na primeira resposta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há informações de que o senhor é testemunha...

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Desculpe-me, Senador, o senhor, inclusive, se está aí no texto, deve ter as datas das ligações e as datas em que foram feitas.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. S^a não tem o direito de me interrogar. V. S^a aqui está depondo.

Há informação de que o senhor é testemunha de defesa de Cláudio Monteiro, ex-chefe de gabinete do Governador do Distrito Federal, em sindicância que ele responde aqui, no Distrito Federal.

Qual a sua relação com o Sr. Cláudio Monteiro? Qual a natureza dessas relações – se V. S^a é amigo – ou que interesses defendia junto ao Governo do Distrito Federal?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Encerro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, agora, os autores dos requerimentos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Cássio...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – ...eu tinha solicitado como Líder, e o Regimento prevê.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Regimento prevê como Líder, a qualquer hora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu pediria encarecidamente aos Líderes, ao querido Líder Chico Alencar, que ouvíssemos...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – São três minutos, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – É um direito dele, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Já está correndo o tempo. É um direito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Mas vai dar para todos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É um precedente...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não é um precedente. É o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Muito bem, muito bem!

Sr. Presidente, apesar de todos quererem indagar o não depoente, creio que seria fundamental, a partir do que ele disse – que poderia responder nesse uso seletivo, que ele está fazendo a seu talento, do direito de calar –, que as indagações estivessem vinculadas ao seu depoimento inicial. Então, solicito a V. Ex^a que providencie uma cópia do depoimento que ele leu aqui. Isso é muito importante para balizarmos as eventuais indagações que faremos a ele. Essa é a brecha que ele deu para se dispor a colaborar com a CPI.

Quero lembrar ao depoente – isto vale para todos os outros que vierem aqui e que repetirem, à exaustão, que estão usando o direito, que é de fato fundamental, de não falar – que também se agrega às acusações de formação de quadrilha, contrabando, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação fiscal e peculato o crime de perjúrio, no art. 342.

O senhor, que está sendo um boneco de ventríloquo do seu advogado muito competente, pergunte a ele aí, “no sapatinho”, o que é o crime de perjúrio. Trata-se de fazer afirmação falsa. E, no seu depoimento, existem várias, ao que nos parece, compulsando com as 16,6 mil ligações telefônicas e com os cinco mil *e-mails*, que o senhor disse que a Polícia Federal adulterou, editou. Perjúrio é fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade. Em cima do seu próprio depoimento, isso vai complicar a sua situação um pouquinho mais. Vá se acostumando com a Papuda!

Era importante que o senhor informasse quem é colocado nas suas falas como chefe, como número um – a Polícia Federal diz que é o Governador de Goiás –, e o que é a Delta, sua grande líder nas licitações que o senhor mediava.

São informações muito importantes. O seu depoimento tizna esses aspectos, o que já é um elemento importante. Temos de trabalhar muito mais com as informações que já temos do que com depoimentos de incriminados. Eles não vão colaborar com o País, nem com a CPI. Mas isso não vai atrapalhar o trabalho da CPI. Há muito documento pronto para a gente examinar, para desvendar essa quadrilha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k..

Tem a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

Depois, falarão os Senadores José Pimentel e Randolfe Rodrigues, que são os autores desse requerimento.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Peço-lhe a cópia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há os apanhados taquigráficos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, faça uma ponderação...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não! Pegue o texto. Ele leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero falar rapidamente, antes do eminente colega Carlos Sampaio.

O Deputado Chico Alencar apresentou uma questão de ordem que me parece pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ele trouxe apontamentos, parece-me.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Não, ele leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ele leu o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Solicito os apontamentos. Não vi o texto. Solicito providências da Secretaria.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Solicite os apontamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Seria importante a distribuição, até para orientar as nossas perguntas. Ai está a brecha para o que poderemos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k..

Vou devolver o tempo ao Deputado Carlos Sampaio.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação. Quero fazer uma reflexão com V. Ex^a, com o Relator e também com os demais Pares desta CPI.

Em verdade, nosso trabalho tem de ter uma lógica investigativa. Desde o início, devemos esperar que aqueles que vêm para cá na condição de indiciados, quando muito, como fez o Sr. Wladimir Garcez, exerçam o seu direito de defesa na primeira parte e, na segunda parte, evidentemente, não respondam absolutamente nada. Pelo que depreendo aqui, ele só está respondendo aquilo que tem a ver com a primeira parte do depoimento dele.

O que quero dizer é que a lógica investigativa, Sr. Presidente, é uma lógica que deve orientar o próprio Relator. O Sr. Garcez foi pego em gravações telefônicas referindo-se a ministros de Estado, referindo-se à Delta Nacional, referindo-se a governadores de Estado, inclusive ao Governador do Distrito Federal. Em momento algum, as perguntas são direcionadas para a apuração do fato em si, mas, em verdade, para a apuração do fato específico envolvendo partido específico.

Confesso a V. Ex^a que não acho que chegaremos a lugar algum com a utilização do Relator, que é a figura central desta investigação, como alguém que comanda, nós não chegaremos a lugar algum se ele mantiver as suas perguntas tão somente e exclusivamente com um norte de desestabilizar um partido político. As perguntas devem ser direcionadas de uma forma em que a lógica investigativa seja interpretada pela imprensa como esta relatoria quer a apuração dos fatos, doa a quem doer.

Quem foi o Autor da convocação dos governadores Marconi Perillo e Agnelo Queiroz fui eu, foi a bancada do PSDB e fico muito feliz ao saber que o nosso Governador já se colocou à disposição para vir aqui exercitar o seu direito de defesa.

Porém, não vejo isso. Quando o Relator dizia: “Não vamos criar sub-relatorias, porque pode haver dispersão

do foco”, eu quero dizer uma coisa, dispersão do foco é uma coisa, direcionamento da investigação é outra. E, o que estou percebendo claramente aqui, é direcionamento da investigação. Não vi uma única pergunta do Sr. Relator voltada para a organização criminosa, no que tange ao envolvimento da Delta nacional, ao Governo do Distrito Federal e demais Ministros e secretários de Estado do Distrito Federal.

O SR. (Orador não identificado) – Houve sim, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – ...do Distrito Federal referidos claramente nas gravações.

O papel do Relator – eu fui da CPI como Sub-Relator da CPI dos Correios, CPI dos Sanguessugas, CPI do Mensalão – sempre o Relator pautou-se pela lógica investigativa e não para inviabilizar este ou aquele partido.

Acho que começamos mal. Minha opinião, ao finalizar os questionamentos sobre o PSDB, o Relator disse que não tem mais perguntas a fazer. Por quê? Quiçá também não façamos mais perguntas e ele dê um certo direcionamento contra o Governador Marconi Perillo e, a partir daí, fica silente o depoente? Não me parece que esse seja o caminho correto de uma investigação abrangente.

O Sr. Relator tem que perquirir – obviamente que o critério é dele, mas penso eu, que tenho como formação o Ministério Público há 25 anos – tem que perquirir buscando a Justiça. Até o promotor, órgão de acusação, é denominado como promotor de Justiça. Ele pergunta para obter a justiça, seja ela condenação, ou absolvição. Não vejo isso aqui, Sr. Presidente.

Nós vamos fazer o seguinte. Todas as vezes – aqui temos mais dois hoje a serem ouvidos, que também estão na condição de presos e têm o direito constitucional de permanecerem calados – já estou vendo as perguntas do Relator para os dois subsequentes. Perguntas sobre o PSDB de Goiás. Encerraram as perguntas sobre o PSDB de Goiás, ele encerra a fala como Relator e passa a palavra para os demais membros da CPI. Essa não é uma postura de magistrado. Somos todos magistrados aqui. Se dizemos que temos poderes de magistrados para quebrarmos sigilo fiscal, bancário e telefônico, que tenhamos no mínimo também a postura de magistrado. Magistrado quer apuração dos fatos, magistrado não faz perseguição política a partir de ideologia alguma. Está muito claro o direcionamento que está havendo aqui hoje.

Eu poderia pedir a palavra nesses meus 10 minutos, Sr. Presidente, e formular 30 perguntas, todas elas fazendo referência ao Governador Agnelo Queiroz, que foi referido pelo depoente. Mas não vou me prestar a este papel, porque eu acho que nós vamos dar um

direcionamento equivocado a esta CPI. Nós estamos aqui para apuração de fatos abrangentes, genéricos que envolvem o Governo Municipal, Governo Estadual, Governo Federal, envolvem agentes privados, agentes públicos, envolvem parlamentares. Essa é uma investigação que nós não podemos sair daqui passando para a imprensa de que o nosso norte é, de um lado seis Deputados e Senadores da oposição defendendo os seus governadores, os seus parlamentares ou as empresas vinculadas a um governo “a” ou “b” de um Estado, e os outros 26 parlamentares direcionados para inviabilizar, porque são da base aliada, inviabilizar o PSDB de Goiás, ou o PSDB nacional. Isso aqui está parecendo uma brincadeira de mau gosto. Não é esta a lógica, repito pela quinta vez, a lógica investigativa que deve ditar os nossos trabalhos.

Eu não vou fazer aqui dez questionamentos, vinte ou trinta nos meus dez minutos para que ele fale mal do Governador Agnelo Queiroz. Eu estou preocupado com a promoção da justiça nessa investigação, atinja ela quem atingir, Sr. Presidente.

Não me parece correto esse procedimento. Eu tenho para mim que, depois de falar o depoente inquirido, se tem o direito de permanecer calado, tem, vai permanecer calado, e, se o Relator entender por bem formular perguntas, e como houve a concordância do depoente, que as formule como quem quer investigar o todo. Não passe uma impressão nefasta para a opinião pública de que cabe a ele, Relator, cumprir um papel de governo. Porque não cabe, ele é um magistrado aqui, ele tem que apurar a verdade. Não é função dele representar o seu partido. É função dele representar o Parlamento e enaltecer o papel desta Casa e não diminuí-la, dizendo que cumpre um papel de natureza política mesquinha, de perseguir a ou b. Não é um posicionamento correto. Até aqui tenho elogiado o Relator em todas as reuniões de que participo, seja na mídia falada, escrita, televisiva. Hoje não gostei da postura do Relator e tenho que externar o meu pensamento. Não se coaduna com o que se espera de um parlamentar com a postura e a história do Relator. Não se coaduna, não é assim que se age numa CPI.

Talvez pela minha formação, talvez pelo meu jeito de efetivamente participar das CPIs, eu não esteja acostumado com essa postura. Espero que, nos próximos depoimentos, o Relator, ao exercitar seu direito... Quero fazer uma única ponderação à Senadora Vanessa. Concordo que, se o Relator quiser perquirir, poderá fazê-lo, assim como qualquer Deputado. Não existe questão de ordem que possa definir: Relator pergunta e os demais membros não. Se o Relator exercitar esse direito, exercitaremos todos nós.

Agora, não vou fazer perguntas, não vou direcioná-las. A última vez que perguntei aqui sobre efetivamente o Governador Agnelo Queiroz, na última inquirição feita ao Sr. Carlos Cachoeira, fiz duas perguntas, arrependi-me de tê-las feito e interrompi a minha fala. Por quê? Porque eu também não estava perseguindo o caminho que era o correto. Agora, a relatoria formular tão somente perguntas direcionadas para atender ao reclamo ou à determinação palaciana não é postura de parlamentar que exerce um papel de magistrado com a isenção que deve ser exercida.

Registro aqui o meu repúdio a essa postura. Não é o que se espera dele nem de nós. Por isso, não formularei nenhuma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pelo art. 14, o Deputado Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero apenas, por quem tenho respeito e admiração, uma relação pessoal agradável em relação ao Deputado Carlos Sampaio, agora não vou fazer julgamentos sobre as perguntas que V. Ex^a faz nas oitavas desta CPMI. Não é o caso aqui. Só vou frisar duas coisas. Primeiro, esse senhor trabalhava, foi Vereador do PSDB; influenciava negócios no governo do PSDB. A minha última pergunta foi exatamente sobre as relações dele com o Governo do Distrito Federal e as relações, porque a polícia identificou que ele tem relações pessoais de amizade com o Cláudio Monteiro, ex-chefe do Governador do Distrito Federal. Fiz as perguntas que achei devidas. Agora, se ele pertence aos quadros do PSDB, não é minha responsabilidade. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu quero começar registrando que cada depoente que estamos convocando tem uma área de abrangência, teve um espaço em que operou, e as perguntas são feitas a partir do inquérito da Polícia Federal e também da representação feita em juízo. Portanto, temos um conjunto de outros depoentes que também têm atuação em outros espaços e assim serão indagados.

No caso concreto do Sr. Wladimir Henrique Garcez, ele foi vereador em Goiânia, a sua área de atuação era em Goiânia e as perguntas feitas pelo Sr. Relator foram corretíssimas, porque elas partiram todas do inquérito policial que, lamentavelmente, continua em segredo de Justiça. Elas foram feitas a partir da representação feita pelo Ministério Público Federal na 11^a Vara lá de Goiânia.

E é nesse aspecto que o Sr. Relator fez as suas perguntas. Ele não poderia fazer perguntas de uma área de abrangência onde o Sr. Wladimir Garcez não tivesse atuado. Ele atuou ali, com o Presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia, com graves incursões nas questões da Previdência Social, onde fui Ministro de Estado, e conheço de perto o que foi feito. Ele atuou ali com o agente empreendedor em todo o conjunto de ações, mediando a empresa Delta e mediando os interesses do governo do Estado de Goiás e de prefeitos do Estado de Goiás. Ele atuou ali, mediando emendas parlamentares de interesse da região e do grupo criminoso do Sr. Carlinhos Cachoeira. Portanto, entendo a preocupação de alguns parlamentares que intervêm, quando você dirige as perguntas para a área de abrangência daquele réu, daquele indiciado, daquele preso, e não para outros setores que não têm, até então, qualquer identificação por parte da Polícia Federal ou do Ministério Público.

Esta CPI é diferente das tradicionais que aqui acompanhamos. É uma CPI que já inicia com um conjunto de informações, com quebra de sigilo bancário, de sigilo telefônico, de sigilo fiscal, num conjunto de indiciados. Nas CPIs anteriores de que também fiz parte, nós tentávamos tirar do depoente alguns fragmentos de informação para, em seguida, diligenciar, pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, aqueles indícios. Aqui não. A Polícia Federal já fez todo esse levantamento. Quando a Polícia Federal afirma que a casa adquirida foi paga por três cheques, nós não precisamos mais estar à procura de quem fez o pagamento. O que nós precisamos ter acesso é à cópia dos cheques, que virão com a quebra do sigilo bancário, que já foi requerido.

Quando aqui diz que o Sr. Carlinhos Cachoeira foi preso na casa vendida pelo Sr. Governador Marconi Perillo, não tem mais nenhum fato novo para ir atrás. Não precisa de mais nenhum indício. O laudo do delegado que procedeu à prisão diz qual foi o local, diz qual foi o dia, qual foi a hora. Portanto, não precisamos mais de ter indícios para que a Polícia Federal possa ter essa investigação.

Quando aqui diz que a empresa Delta depositou o dinheiro num conjunto de empresas que integrava a organização criminosa do Sr. Cachoeira, a Polícia Federal já fez esse levantamento. O que nós precisamos é exatamente de cópia dos depósitos dos cheques nessas empresas. E é por isso que, na última sessão administrativa, nós quebramos o sigilo fiscal e bancário da Delta do Centro-Oeste. E vamos ter a oportunidade, na próxima reunião administrativa, de aprofundar a aprovação dos requerimentos aqui apresentados.

Quando a organização criminosa é envolvida num crime de lavagem de dinheiro, a Polícia Federal já fez esse levantamento. O que falta para nós é identificar quais foram as empresas beneficiárias com a lavagem desse dinheiro.

Por isso quero parabenizar a formam como o Sr. Relator está conduzindo as suas perguntas, o seu trabalho, porque ele está exatamente identificando cada depoente, pegando as provas já feitas pela Polícia Federal e tentando confrontar essas provas com a própria posição do Sr. depoente aqui, nesta sessão. E vamos ter um conjunto de outros depoentes que vão continuar envolvendo o grupo de atuação em Goiás, envolvendo outras regiões do território nacional.

Portanto, eu sou um daqueles que entendo que, quando ouvi aqui, na última sessão, as várias perguntas sobre o Governador de Brasília, feitas pelo nobre Deputado que até então protestava nesta sessão, ouvi calado porque é o direito dele.

E tem também, no inquérito da Saint-Michel, aqui, em Brasília, instrumento para que ele possa agir daquela forma. Agora, não podemos nunca pegar um depoente e tentar extrair dele informações ou dados com os quais ele não atuou ou dos quais não fez parte. Este atuou prioritariamente em Goiás, seja como Presidente da Câmara de Vereadores, numa fase primeira, em que teve envolvimento com a Previdência Social, também identificada pela própria Polícia Federal. E agora ele continua atuando em outra abrangência, mas também no território de Goiás.

Por isso, Sr. Relator, parabéns pela sua condução; parabéns pela forma com que V. Ex^a está conduzindo.

Ficamos tranquilos. Todos aqueles que tiverem qualquer envolvimento com essa organização criminosa terão que depor nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, para informação de V. Ex^a e do Deputado Chico Lopes, com relação às anotações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Chico Alencar. É que V. Ex^a falou Chico Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Chico Alencar. Havia um Deputado no meu Estado chamado Chico Lopes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – No Estado do Ceará também há um excelente Deputado, companheiro excelente, Deputado Chico Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também companheiro Chico Lopes. Figuraça!

Com relação às anotações do depoente, que são de sua propriedade, ele não as dispôs à Comissão. Mas, como o que ele disse é público, nós estamos ao vivo já alimentando as notas taquigráficas para, rapi-

damente, dispor à Comissão todo o material da fala do depoente agora há pouco.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ok, Presidente.

Então, mesmo antes das notas taquigráficas, diante das anotações que tenho do que foi dito pelo depoente e diante da disposição que o depoente aqui expressou de falar sobre aquilo de que ele tem conhecimento, eu queria, Sr. Wladimir, dialogar com V. S^a.

V. S^a disse que é funcionário, foi funcionário da Delta e do Sr. Carlos Augusto Ramos. V. S^a confirma?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Senador

Randolfe, eu já respondi e gostaria de ter o meu direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Mas isso V. S^a falou. Só me confirme ou não.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gos-

taria de manter o meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Bom, V. S^a falou que é funcionário, foi funcionário da Delta e do Sr. Carlos Augusto Ramos.

Como funcionário da Delta... Bom, eu vou lhe perguntar algo que é do seu conhecimento, é das suas informações e que acredito, vejo pelo menos em V. S^a uma “meia disposição para contribuir aqui”. E é uma disposição que pode não só ajudar esta CPI como também pode ajudar V. S^a.

Então, nesse sentido, como funcionário da Delta que foi V. S^a, V. S^a poderia dar mais algumas informações sobre uma obra que deve ser do conhecimento e com certeza é do conhecimento de V. S^a sobre uma obra no entorno de Brasília, da qual faziam parte a Delta, a Construtora Queiroz Galvão e a Construtora Odebrecht?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr.

Senador, gostaria de manter o meu direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito.

Bom, V. S^a falou aqui, é do seu depoimento de ainda há pouco, que tinha uma relação pessoal e próxima com um conjunto de autoridades, em especial, não vou detalhar em relação a todas as autoridades, mas V. S^a poderia relatar para nós qual era o nível de relação pessoal de V. S^a...

Sr. Wladimir, por favor, acho que não precisa ser o advogado para essa pergunta. Acho que V. S^a poderá olhar para nós nos olhos, porque faz parte do próprio depoimento de V. S^a, ainda há pouco, aqui, e não pesará nada contra V. S^a as informações que prestar porque V. S^a já as adiantou.

V. S^a falou da relação pessoal com algumas pessoas. Eu gostaria de saber qual o nível da relação de V. S^a, notadamente da relação com o Governador Marconi Perillo e com o Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr.

Senador, eu gostaria de me manter em silêncio, mas se eu for relacionar aqui o nível de amizade que eu tenho no campo político, seriam inúmeros. Então, eu gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Em especial em relação a esses dois.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gos-

taria de manter meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– No nível da relação que V. S^a já detalhou como Sr. Perillo, com o Governador Agnelo, que V. S^a já disse que conhece, que se relaciona, V. S^a poderia me responder se frequentava o Palácio das Esmeraldas, ou se frequentava ou se frequentou o Palácio do Buriti?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gos-

taria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Mas o senhor foi alguma vez ao Palácio das Esmeraldas?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gos-

taria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– No Palácio do Buriti?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gos-

taria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Com relação ao nível de sua relação com o Governador Perillo, com o Governador Agnelo, V. S^a convivia com eles, esteve na casa deles, frequentava a residência de ambos?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sena-

dor, gostaria ainda de manter o direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

O senhor vai me responder várias vezes. Eu vou continuar inquirindo. Tenho que continuar inquirindo, porque V. S^a disse aqui, e eu quero acreditar que V. S^a não mentiu para esta Comissão, que falaria sobre alguns fatos, sobre os fatos de que tinha conhecimento. Eu estou indo em uma linha diante dos fatos em que V. S^a...

Meu querido Deputado Miro, eu gosto de olhar nos olhos do depoente, eu gosto de ficar frente a frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Ele não é meu.

Exatamente. Quero ver o que você diz para nós.

Então, insisti com base no que V. S^a falou aqui.

Eu quero acreditar que V. S^a não mentiu para esta Comissão ao iniciar aqui o depoimento dizendo – abre aspas, palavras suas: “Falarei sobre os fatos de que tenho conhecimento”.

Estou partindo – e apelo, Wladimir, para ouvi-lo em relação a isso – do que você mesmo falou. Você disse que conhecia inúmeras autoridades. Há algumas que dizem respeito ao trabalho de que estamos tratando aqui. Então, em relação a essas pessoas, eu quero só ouvir de você qual o nível da relação. Notadamente, aqui, chama a nossa atenção a relação que V. S^a poderia ter ou ter, dentre as várias personalidades que citou, com duas, com o governador do Distrito Federal e com o governador de Goiás. Então, queria insistir nesta pergunta: qual o nível da relação? V. S^a é do PSDB, então, gostaria de saber qual foi o nível de envolvimento de V. S^a, por exemplo, na campanha do governador do Estado de Goiás. Sobre isso, o que é do vosso conhecimento? Não ouço o seu advogado, ouça-me.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Gostaria de manter o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Estou dizendo para não ouvir o advogado, porque, Sr. Presidente, toda vez que eu pergunto, o advogado fica dizendo o que ele tem que falar. Aí ele fica somente repetindo o que o advogado diz. E ele iniciou aqui, claramente, dizendo que queria falar, queria dizer alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Randolfe, continue com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito, Presidente.

É porque o advogado se exaltou nesse aspecto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Com toda a razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A Senadora Kátia Abreu está com a razão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senador Randolfe, com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Porque em alguns momentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Senadora Kátia, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Presidente, é porque, em alguns momentos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – É prerrogativa do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, o advogado tem todas as prerrogativas, nós temos o direito e queremos, inclusive, garantir as prerrogativas. Agora, o depoimento é do depoente, não é do advogado. Em alguns momentos, parece que há a interferência do advogado no depoimento do depoente.

Sr. Wladimir, sobre a relação, então, sobre a sua participação na campanha para o governo de Goiás. Na campanha de Goiás, V. Ex^a é do PSDB, foi vereador do PSDB, V. Ex^a participou da campanha? Qual foi o nível de participação sua?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Sr. Senador, gostaria de permanecer em silêncio.

Sr. Presidente, a partir de agora, vou manter meu direito constitucional de não responder mais nenhuma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Presidente, voltamos, então, ao estágio anterior, pelo visto. *(Interrupção do som.)* Caiu a carapuça do contraventor, caiu a máscara do criminoso, ele veio aqui dizer que ia colaborar, agora caiu de vez e em definitivo a carapuça do criminoso. Ele não quer mesmo é falar nada. Encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Com a palavra, pedindo pela liderança, na preferência – os senhores sabem que só tem direito a falar uma vez, uma vez pela liderança –, o Sr. Deputado, como Líder da Minoria, Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos assistindo hoje a uma perda de oportunidades. Algumas pontuais, outras de amplo aspecto. Algumas ligadas ao dia a dia, ao momento desta CPI, e outras ligadas ao que é que nós queremos com esta CPI e a imagem desta CPI perante a Casa, ou, mais ainda, o impacto desta CPI na imagem das instituições e do próprio Congresso.

Em nível pontual, acho que o ilustre Relator, Odair Cunha, perde uma oportunidade se, em lugar de fazer perguntas só direcionadas a um partido político a ponto de necessitar da defesa do ilustre Senador Pimentel, se ele colocasse pelo menos uma pergunta que revelasse que não está direcionando ao um partido só. Por exemplo, um pergunta ao depoente qual a relação dele com Noleto, lá da Casa Civil, só para mostrar que ele não tem intenção partidária. Pronto, já não precisaria nem de defesa. Mas não é isso que eu quero ressaltar

hoje. O que mais me importa é a imagem desta CPI e do Congresso em função do encaminhamento e da responsabilidade que todos os membros têm, notadamente do Presidente, Senador Vital do Rêgo e do próprio Relator.

O que nós estamos assistindo? A uma CPI com duas características: uma crônica e uma *sui generis*. Qual é a crônica? Aquela que repete o que vimos na CPI dos Anões do Orçamento, na CPI do Mensalão; estamos vendo de novo. Qual é essa características? A imensa fragilidade do Estado brasileiro de se defender da delinquência e da corrupção. Este é o fato: é um Estado débil, frágil para se defender desses ataques. O esquema hoje da Delta repete o esquema do mensalão. Não é mais o Marco Valério, é a Delta, é o Cavendish, é a fonte dos recursos, é o novo valerioduto, é um deltaduto. Ora, nós não vamos conseguir, com esta CPI, consertar esse capitalismo de Estado que hoje nós vemos que já ocorre no Brasil há muito tempo, em que é o Estado quem escolhe os eleitos, os campeões, seja com recursos do BNDES, seja dizendo que vai ganhar as obras do PAC. Imagine, a Delta recebeu já R\$3 bilhões desde que o PAC foi montado e das estatais mais R\$4 bilhões. São R\$7 bilhões nesse curto espaço de tempo. É um capitalismo de compadrinho, que, evidentemente, já vou encerrar, Sr. Presidente, recebe em troca os recursos que vão abastecer esse presidencialismo de transação das negociatas espúrias.

Não vamos conseguir consertar esse capitalismo de Estado, mas nós podemos aqui tirar desta CPMI muitas lições para reforçar o arcabouço jurídico que nos proteja, que proteja a sociedade. É esse o objetivo desta CPI: tirar daqui sugestões que façam com que nós diminuamos a chance da delinquência, de pessoas delinquentes se apossarem de recursos públicos.

Quanto à segunda...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado pela atenção e disciplina de V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO. *Fora do microfone*.) – ...decidir sobre a saída dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai, Senadora. Deixe eu ouvir a questão de ordem, por favor.

Pela liderança, o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu sinceramente estou ficando muito preocupado, e aqui não vai nenhuma crítica a nenhum Parlamentar, mas, sinceramente, com a qualidade do encaminhamento desta CPI. Sinceramente – eu até vou fazer

uma brincadeira –, a gente só vai conseguir ouvir os componentes dessa quadrilha se o senhor mandar comprar um aparelho telefônico da Nextel.

Nós cometemos um erro, e fui contra isso. É claro que todo mundo queria ouvir o Cachoeira, mas, como o Cachoeira foi o primeiro a ser ouvido, ele agendou, ele pautou os componentes da organização. Já há informações de que, na próxima terça-feira, o Sr. Cláudio Abreu também vai ficar calado. Eu até quero sugerir que, na próxima terça-feira, Sr. Relator, seja convocada a ex-mulher do Sr. Cachoeira. Todo mundo sabe que, na CPI da CBF, o Sr. Ricardo Teixeira foi o último a depor. Nós cometemos esse equívoco.

Não sei qual o critério que V. Ex^a utiliza para estabelecer as oitivas, mas eu queria pedir a V. Ex^a que, pelo menos, formasse um grupo para discutirmos os critérios das convocações, para cada um dar uma opinião. Por exemplo, acho sinceramente que já é chegada a hora da eleição do 1º Vice e do 2º Vice, até para podermos dialogar mais. Está faltando diálogo nesta CPI.

O que está caracterizando esta CPI, Sr. Presidente – e sei do seu talento – é a briga do PSDB com o PT. Está muito clara essa briga. Então, na verdade, esta CPI vai valer para quê? Para externar essa disputa doentia entre o PSDB e o PT?

Vamos acabar com essa palhaçada aqui! Vamos sentar à mesa e ver quem convoca os governadores e quem não os convoca! Nequinho fica fazendo charme aqui. Vamos votar os requerimentos dos governadores, para vermos quem está defendendo quem? Do contrário, daqui a pouco, vamos ficar sem poder andar pelas ruas, porque esta CPI começa a envergonhar quem dela está participando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou renovar ao depoente a mesma pergunta que fiz anteriormente, para economia dos nossos trabalhos: V. S^a se dispõe a continuar colaborando ou vai se manter, a partir de agora, com suas reservas constitucionais da autoincriminação?

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Vou me manter em silêncio, até porque se começou a impedir que eu pudesse pedir assessoramento técnico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. S^a responda a esta Presidência.

O SR. WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE – Então, estou usando o meu direito constitucional de permanecer em silêncio a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peça a V. Ex^a que se retire...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não abro da minha pergunta agora. Todos perguntaram, fizeram questões de ordem. É justo que eu possa, como coautor do requerimento

junto com o Deputado Carlos Sampaio, fazer também minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Confesso aos senhores que não tenho como ordenar os trabalhos neste momento.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O senhor me permite dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Estou tentando trazer a decisão de V. Ex^{as}, para que haja uma efetiva produção de V. Ex^{as} e para garantir, ao mesmo tempo, o direito que V. Ex^{as} têm.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Se, todas as vezes em que dou um passo à frente para avançar no andamento, V. Ex^{as} me impõem – e respeito a decisão de V. Ex^{as} – um passo atrás, não consigo andar. Estou tentando liberar agora o depoente, que disse que vai manter agora suas garantias constitucionais. Estou tentando liberá-lo agora. E V. Ex^{as}...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Liberá-lo, não, Sr. Presidente, mas mandá-lo de volta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Estou tentando liberá-lo da Mesa. Ele vai voltar para o local onde ele estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Isso, isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR)

– Sr. Presidente, sou o último inscrito, então.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não há mais inscritos, meu irmão.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB –

PR) – Eu estou inscrito, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não há mais inscritos. Estou querendo a licença de V. Ex^{as}, conforme decisão do colegiado, conforme a decisão de V. Ex^{as}, para dispensar desta sala o depoente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Está dispensado o depoente.

Chamo o próximo depoente.

Entendeu, Francischini? (*Pausa.*)

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Às suas ordens.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Por favor, eu gostaria, na questão de ordem, de mencionar o art. 10 do Regimento Comum...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço à assessoria para me trazer a questão...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar, por favor, e gostaria da sua atenção e do relator...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A minha a senhora já tem.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada. Fico feliz.

Sr. Presidente, eu gostaria aqui de mencionar o art. 10 do Regimento do Senado, §2º:

As comissões mistas reunir-se-ão dentro de 48 horas da sua constituição, sob a presidência do mais idoso e seus componentes, para a eleição do presidente e do vice-presidente, sendo, em seguida, designado pelo presidente eleito um funcionário do Senado Federal ou da Câmara para secretariá-lo.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos aqui funcionando com uma comissão capenga. Nós estamos apenas com o presidente eleito, que tem conduzido bem os trabalhos, e o relator. Agora, ninguém entende, ninguém compreende, e a imprensa nos tem abordado a cada cinco minutos por que esta Comissão não tem vice-presidência.

Então, gostaria que o senhor me respondesse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho a questão de ordem com a rapidez que V. Ex^a sabe que eu...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Gostaria de saber qual é a data e se não poderíamos fazer a eleição do vice-presidente hoje, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Podemos. Acolho a decisão de V. Ex^a. Logo que terminar a reunião de hoje, marcaremos a eleição do 1º vice-presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, gostaria de apoiar a questão de ordem dela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, já está acolhida.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Ah, já foi acolhida?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Imediatamente.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, não poderíamos fazer a eleição na próxima reunião, na próxima terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Novamente, acolho!

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Parabéns.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Presidente hoje está bonzinho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É ligeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho tudo!

Vamos às questões de ordem. Aproveitem as questões de ordem enquanto o outro acusado não chega.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, desde o início, pedi uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o aniversariante de ontem, com os parabéns da Presidência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ainda bem que não coincidiu com o dia do preso que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, V. Ex^a sempre será um homem libertário.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, é o seguinte: estou um pouco preocupado, no sentido de colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, fica para a próxima, não é Kátia? Fica para a próxima.

Sim, Rubens, desculpe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, apenas para colaborar. Estamos vivendo aqui agora uma situação que não dá condições confortáveis de trabalho. No Senado, não há uma sala um pouco mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, não tem. Já procurei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, por que não fazer na Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá. Não há condições físicas funcionais. Não há condições.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – O senhor presidiu a Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas não tem. Já procurei. Não há condições. Rubens Bueno, meu querido, não tem condições.

Questão de ordem não acolhida. Qual é a próxima?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Ontem, nós votamos na Câmara exatamente o fim do trabalho escravo. Estou vendo aqui profissionais com dificuldades até humanas de trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Lamentavelmente, estamos disponibilizando melhorias, outros espaços, multiplicação de imagens, mas não há condição, Rubens. Desculpe. Não se trata de

condições físicas, mas de adequações funcionais. Eu já tentei adequações funcionais, mas não tem.

Bom, por favor, Secretaria.

Deixe-me fixar aqui. Eu queria pedir aos senhores e peço a atenção. Já tivemos um depoimento...

Miro, eu queria pedir a atenção dos senhores.

Já tivemos um depoimento. Fazer aqui um novo procedimento? Não. Dentro daquilo que já foi deliberado por esta Comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Se for alguma questão como acompanhamento dos trabalhos, na presença do réu que está aqui, ficaria constrangedor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, muito pelo contrário. Ele precisa ter conhecimento.

A questão de ordem que nós aprovamos – onde está o Pedro Taques? – a primeira parte dela deve ser respeitada por uma decisão do colegiado. Devo perguntar ao depoente, no início da audiência.

Vejam que eu quero a compreensão e o acordo do colegiado dos senhores, a compreensão e o acordo... O acorde, o apoio, a concordância – digo melhor – a concordância, a concordância – melhor ainda, os senhores podem e devem me corrigir sempre – o direito, eu devo fazer a indagação e solicitar a resposta sobre o direito que o depoente tem das suas garantias individuais. Só assim nós daremos ou não, com a sua resposta, o seguimento da reunião. Se ele esboçar algum tipo de manifestação, qualquer que seja, em sua defesa ou para explicações, aí nós abriremos para todos os Parlamentares, a partir do Sr. Relator. Não é assim o estrito cumprimento desta variante que estamos fazendo agora com...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, exatamente isso. Permita-me...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como Autor da questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A interpretação que V. Ex^a fez está de acordo com a Constituição, de acordo com o Código de Processo Penal. Eu só tenho uma objeção. A qualquer momento ele pode expressar o desejo de colaborar com a CPI.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E aí nós temos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, a questão de ordem tem a ver com a pergunta que o senhor vai fazer agora, Presidente. O artigo 131...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu queria falar sobre a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Questão de ordem do Deputado Francischini. Mas antes, o Relator tem precedência. Aí passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque concordo com o que o Deputado Pedro Taques coloca. Ocorre que estamos acordando um procedimento. Se o depoente, no início da inquirição, quando usar a palavra a primeira vez, recorrer ao direito ao silêncio, a nossa decisão é suspender a sessão. Essa é a decisão que vamos tomar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, suspender a sessão não. É mandar que ele volte para a cadeia. Não, ele volta para a cadeia e entra o próximo. Não é suspender a sessão não.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – V. Ex^a entendeu o que eu disse.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Francischini com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – O Regimento Comum prevê, art. 131, 5 minutos, questão relacionada com a Constituição Federal, Presidente.

Constituição Federal no art. 53, § 3º, garante a esta CPMI que nós teremos todo o poder de investigação próprio das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das Casas. O Regimento do Senado, subsidiariamente aplicado a este caso, prevê no 153 que nos atos processuais aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Código de Processo Penal.

Pois bem, o Código de Processo Penal – Sr. Presidente, eu queria uma resposta da assessoria técnica através de V. Ex^a – aceita neste contexto normas complementares de leis especiais que regulamentam também o procedimento criminal. E eu poderia citar neste momento a Lei de Combate ao Crime Organizado, que é a lei em que o Sr. Idalberto Matias está enquadrado, junto com a organização criminosa do Sr. Carlos Cachoeira e que prevê, no seu art. 6º: “Nos crimes praticados em organização criminosa, [Presidente] a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria”. Há a Lei de proteção às testemunhas, Presidente, também trazendo procedimento criminal aplicado subsidiariamente. Prevê no seu art. 14: “Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-

-autores ou partícipes do crime, [... também] terá pena reduzida de um a dois terços.

A minha questão de ordem é, Presidente, eu gostaria que o senhor colocasse ao Plenário desta CPMI as condições de nós, como autoridades, que estamos aqui representando também autoridades judiciais, investidos numa CPMI, que possa oferecer ao depoente neste momento, antes de ele dizer se vai falar ou não, o benefício da colaboração espontânea, para que ele possa revelar ao País autoridades, políticos envolvidos em corrupção, coisas que ficaram obscuras em CPMIs anteriores, já que o Sr. Idalberto Matias esteve aqui em várias CPMIs.

Mas é o momento, Sr. Presidente, encerrando a minha questão de ordem, depois de ele estar enquadrado, veja, numa organização criminosa, em crimes que variam no Código Penal em contrabando, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, peculato, corrupção, violação de sigilo funcional, tráfico de influência, fraude em licitação, Código Penal inteiro, que poderiam chegar a quase 60 anos numa condenação. E a Lei das Organizações Criminosas prevê para o Sr. Idalberto regime inicial fechado; liberdade provisória não pode, não se pode apelar em liberdade. Quer dizer, dura. E sei que ele não é um dos cabeças dessa organização.

Eles têm – senhor advogado que acompanha o Sr. Idalberto – todas as condições para fazer uma confissão, para fazer uma colaboração espontânea e mostrar que esta CPMI não está aqui num teatro de marionetes – marionetes partidárias. Não está aqui, Sr. Relator...

E aqui me permita colocar expressões do meu Estado do Paraná. Quando fala da Delta Nacional, quando fala do Sr. Agnelo Queiroz, o Relator é... quando fala do Marconi Perillo, ele vira o...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Protesto!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – ...para todos os envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a retirada das expressões que não são parlamentares.

O SR. (Orador não identificado) – Isso é brincadeira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para contraditar a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Por favor. Para contraditar a questão de ordem, Pedro Taques.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Francischini, penso que isso o diminui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero expressar ao Deputado do PSDB... Mas as Leis nº 9.807, de 1999, e 9.034, de 1995... Ele citou as duas leis. No Brasil só pode fazer proposta de delação premiada o titular constitucional da ação, de acordo com o art. 129, inciso I, da Constituição, que é o Ministério Público.

Agora, isso não significa que o indiciado possa querer abrir seu coração aqui – já que estamos falando de... que ele possa abrir seu coração. É possível isso.

Eu só gostaria de dizer que a ação penal é o local apropriado para o titular constitucional da ação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respondendo à questão de ordem, usando as palavras do Senador Pedro Taques...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ... o Deputado Francischini conhece bem, só o titular da ação penal é que pode fazer a ação penal.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só colaborando com a mesma questão de ordem... Só colaborando com a mesma questão de ordem...

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No mesmo sentido do que foi apresentado pelo Deputado Francischini, nós poderíamos sugerir ao depoente e ao seu advogado que, caso ele queira colaborar com esta Comissão, a reunião poderia passar a ser reservada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Farei a sugestão de V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sugiro isso a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou, em respeito ao Deputado Rosinha, passar a palavra, pela ordem, a ele, somente a ele, só ao Deputado Rosinha, em nome do Partido dos Trabalhadores. Por favor.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, todos aqui são testemunhas de que, apesar de ser suplente, estou vindo a todas as reuniões e que me tenho comportado em todas elas de uma maneira elegante e educada. Tenho respeitado todos os parlamentares. E

vejo que aqui, quando há reunião secreta, o comportamento de alguns parlamentares é diferente em relação à reunião aberta. Na reunião aberta, quando há rádio, televisão e jornal, há sempre alguns que trabalham para sair na mídia, e não para investigar.

Então, não aceito e quero pedir aqui aos demais parlamentares que esse tipo de adjetivação que se está dando aqui não ocorra. Se alguém acha que, com isso, está contribuindo com a investigação e com a moralidade, com a fé pública e com a confiança da população brasileira está muito enganado.

A questão de ordem foi correta. O termo dela desmota esta CPMI, desmoraliza esta CPMI como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – *O.K.*

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Então, Sr. Presidente, é essa a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência já tomou as providências.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Se quisermos respeito, temos de respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência já tomou as devidas providências. Consulta... *(Pausa.)*

Por favor, está encerrado esse assunto.

Consulta o depoente, Sr. Idalberto... *(Pausa.)*

Por favor, por favor, por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores. Por favor, senhores. *(Pausa.)*

Por favor, senhores. *(Pausa.)*

Isso é que é problema. *(Pausa.)*

Consulta... *(Pausa.)*

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Os senhores me permitem?

Consulta o depoente, Sr. Idalberto Matias de Araújo, se, nesta oitava, mesmo em sessão secreta, conforme foi sugerido, disporá a colaborar com esta CPMI, respondendo às indagações dos Srs. Parlamentares?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO – Sr. Presidente, vou usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor está dispensado desta...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, não seria importante que soubéssemos acerca do advogado dele? Qualificar o advogado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, senhora. Está liberado deste ato neste momento. Por favor, o próximo.

Tragam-me à reunião, por favor, o Sr. Jairo Martins de Souza.

Estão suspensos os nossos trabalhos até chegar o acusado.

(Suspensa às 12 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 37 minutos.)

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, o senhor já vai reiniciar os trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou reiniciar os trabalhos.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Tem que ser ligeiro, senão o povo passa na frente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, também quero falar como líder, no momento em que o senhor me der tempo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também para falar como líder.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, quero me inscrever para falar como líder, Deputado Paulo Teixeira, para secundar tão grandes Parlamentares aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, para secundar o grande Deputado Paulo Teixeira eu me inscrevo também falar como líder.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu também me inscrevo, Sr. Presidente. Senadora Vanessa.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – O Deputado Mendonça Prado também se inscreve como líder.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Senador Sérgio Souza também como líder, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Luiz Pitiman também.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Ronaldo Fonseca como líder, pelo PR, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Reabro os trabalhos.

V. Exª pediu uma questão de ordem. Eu posso fazer uma consulta? Permita-me fazer a consulta e, depois, passar a palavra a V. Exª, Senadora Kátia, por favor.

Presente o Sr. Jairo Martins de Souza.

Consulto o depoente, Sr. Jairo Martins de Souza, se, nesta oitiva, disporá a colaborar com esta CPMI mesmo, ou até em sessão secreta, respondendo às indagações dos Srs. Parlamentares?

O SR. JAIRO MARTINS DE SOUZA – Exce-lência, bom dia a todos. Eu quero informar ao senhor que vou fazer uso do meu direito constitucional e vou permanecer calado, não respondendo a nenhuma das indagações.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então o senhor está liberado desta sessão.

Estão inscritos.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu, que pediu a palavra para uma questão de ordem, não é isso? Ou pela ordem?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem. Estão inscritos para falar pela liderança... Eu advirto aos senhores só uma vez. Quem já falou como líder não falará mais. Estão inscritos para falar Pedro Taques, Paulo Teixeira – foi o que eu anotei –, Rubem Bueno, Miro Teixeira, Vanessa Grazziotin, Mendonça Prado, Sérgio Souza, Luiz Pitiman e Ronaldo Fonseca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Vital do Rêgo, V. Exª esqueceu este seu colega do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Senador querido Alvaro Dias falou já como líder no início da sessão. V. Exª iluminou a sessão já uma vez como líder.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu indago a V. Exª se após a fala dos líderes nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, eu queria apenas aqui registrar a capacidade de liderança do Sr. Carlinhos Cachoeira. Foi a primeira vez que eu vi um silêncio absoluto da voz de comando a todos os membros da quadrilha para que o copiassem e que também ficassem em silêncio. É a voz de comando dada por um silencioso. É um chefe de quadrilha competente o Sr. Carlinhos Cachoeira.

Mas o que eu queria aqui destacar, Sr. Presidente, é que nós temos algumas informações de que o Sr. Idalberdo, o Sr. Dadá, que está preso na Aeronáutica, que ele teria dado um depoimento lá na Aeronáutica. Então eu gostaria de pedir, com requerimento de preferência, para que nós pudéssemos solicitar à Aeronáutica, caso esse depoimento tenha sido feito pelo Sr. Dadá, que remeta aqui à CPI para que nós possamos ter acesso a esse depoimento, caso ele o tenha feito lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok, Senadora, por escrito. Faça isso hoje ainda para colocar na pauta, de preferência, da próxima sessão.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Por favor, com a palavra, por três minutos, pela liderança, Senador Pedro Taques, do PDT, de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente,

eu gostaria, falando pela liderança do meu partido no Senado, de solicitar a V. Ex^a que nós pudéssemos, de uma vez por todas, afastar o sigilo da Delta, afastar o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É a segunda parte.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É a segunda parte?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Nós vamos sentar agora. É a segunda parte.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Nós vamos tentar. Muito bem. Eu gostaria de esgotar o meu tempo, então, Sr. Presidente.

Nós, Sr. Presidente, não podemos transformar esta CPI – e aqui quero expressar o meu respeito a V. Ex^a e ao Relator – numa CPI em que uns protejam os outros. Com todo respeito, essa é mais do que a impressão que está a se passar. Esse é o meu juízo a respeito. Nós precisamos ter a coragem de ouvir os governadores e afastar o sigilo dessas empresas. Não podemos aguardar o dia 05 de junho. Nós já temos pedido nesse sentido. Ainda é cedo, Sr. Presidente. Estamos aqui desde as 10h. Ainda é cedo. Podemos transformar esta reunião em uma reunião administrativa para que ela possa ser útil do ponto de vista probatório. Esta CPI não está trabalhando nesse sentido, com todo respeito ao trabalho de V. Ex^a. É um pedido que faço para que possamos transformá-la em uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Notifico a V. Ex^a que nós, a partir de agora, estaremos discutindo a segunda parte da questão de ordem que V. Ex^a colocou no início dos nossos trabalhos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Sr. Presidente, V. Ex^a me permite uma questão de ordem? Eu só queria fazer uma pergunta, porque não estou entendendo o que está acontecendo. A reunião de hoje foi convocada para ouvirmos os depoentes...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Foi.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) –

...e já acabou. Vamos ter outra reunião, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não. Nós temos... Foi oportuno V. Ex^a dizer isso, até porque deixará clara a posição da Presidência no encaminhamento dos trabalhos.

O Senador Pedro Taques, no início da reunião, apresentou uma questão de ordem em duas partes. A primeira é a questão do ordenamento dos trabalhos;

nós concluímos depois de todo esse esforço que fizemos. A segunda questão é transformá-la numa reunião administrativa. É o que vamos discutir agora: se transforma ou não em reunião administrativa.

Paulo Teixeira, com a palavra V. Ex^a, pela Liderança do PT na Câmara.

Antes de V. Ex^a, e não tomando o seu tempo, tenho dois importantes esclarecimentos a dar. O primeiro é lamentar a ausência do Deputado Cândido Vaccarezza nesta reunião. Ele me justificou: faleceu, agora pela manhã, o seu ex-sogro, com quem ele tinha uma relação de muita proximidade. Ele veio aqui, em respeito à Comissão, mas pediu licença para o funeral do sogro.

E o Deputado Fernando Francischini veio a esta Presidência e me pediu o que a Comissão já havia feito, mas foi um gesto que merece ser publicizado, até porque traz melhores momentos, areja esta Comissão: retirar as palavras que não condizem com este Parlamento.

Paulo Teixeira, com a palavra V. Ex^a, pelo tempo de três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, só pedir a V. Ex^a para me inscrever pela Liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Farei isso.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente,

Senador Vital do Rêgo Filho, Sr. Relator, Deputado Odair Cunha, Sr^s Deputadas e Senadoras, Srs. Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que a atitude do Relator, Deputado Odair Cunha, foi absolutamente correta, absolutamente correta. Hoje, ele arguiu as relações do Sr. Wladimir Garcez com todo o sistema político de Goiás e fez arguições sobre a relação do Sr. Wladimir Garcez com o Governo do Distrito Federal. Ambos foram questionados por quê? Porque ele era o braço político. Ele reconheceu aqui que trabalhava para a Vitapan, que é o laboratório do Sr. Carlos Cachoeira, reconheceu aqui que era remunerado pela Delta, reconheceu aqui que foi Vereador do PSDB, reconheceu aqui que intermediou um negócio com o Governador de Goiás. Aliás, antes de o Relator perguntar, ele, nas suas justificativas iniciais, falou de um negócio, que está cada dia mais nebuloso para mim, entre o Governador de Goiás e o Sr. Carlos Cachoeira. Eu até vou pedir a quebra do sigilo bancário do Sr. Walter Paulo, que foi um dos mediadores, embora ele nunca, pelo conhecido, pagou qualquer quantia pela casa, porque quem paga pela casa é o Sr. Leonardo Ramos, sobrinho do Sr. Carlinhos Cachoeira. E ele vai à frente, dizendo que, ainda que a casa fosse do

diretor da Faculdade Padrão, ele pediu emprestado a casa onde o Sr. Carlinhos Cachoeira foi preso.

Então, é uma história da carochinha. Não dá para acreditar nessa história.

Portanto, o Relator agiu precisamente, embora o tema tenha relações políticas, e todas as relações políticas existentes nesse tema nesta CPI terão que ser esclarecidos.

Esta CPI não vai blindar quem quer que seja. E é por isso que, apesar do incômodo de alguns que não queriam ouvir e querem desqualificar a investigação, nós conseguimos falar. Ele veio aqui e foi seletivo, dizia: “Em algumas matérias, eu falo e, em algumas matérias, eu não falo”. E, portanto, eu quero aqui fazer a defesa da postura imparcial do Sr. Relator.

Para terminar, Presidente, quem fez essas arguições ao Sr. Carlinhos Cachoeira foram dois Deputados aqui do PSDB: o Sr. Carlos Sampaio e o Deputado Francischini. Não perguntaram qualquer relação do Sr. Carlos Cachoeira com o Estado de Goiás e foram direto em algo que nem os inqueritos mostram relacionando ao Distrito Federal. Foi um precedente que o próprio Deputado Carlos Sampaio fez autocrítica da postura que adotou na última reunião.

Eu estou aqui com a degravação das perguntas do Deputado Carlos Sampaio, em que ele faz essas perguntas, na última reunião do Cachoeira, nesta direção. Ainda que eu ache que ele tenha errado, mas o Relator não repetiu o erro que ele cometeu. E, portanto, ele fez a autocrítica hoje. Eu concordo com sua autocrítica, mas o Relator não pode ser atacado pelo trabalho correto que fez. Se viesse aqui alguém que tivesse intermediado qualquer relação financeira com qualquer autoridade da República, esse seria o tema que teria que ser explorado. Se não fosse, nós não poderíamos, de forma alguma, fazer com que o Relator não exercesse o seu poder e dever, como ele exerceu nesta manhã.

Então, como Promotor de Justiça, eu peço a atenção do Deputado Carlos Sampaio, porque, se teve alguém que agiu com parcialidade na última sessão, e reconhecidamente foi ele, ele mesmo reconheceu na sessão, que ele não possa atribuir ao Sr. Relator práticas como essa. E ele também poderia ter utilizado os seus dez minutos para elucidar fatos necessários, porque ele tem conhecimento técnico para fazê-lo.

E, por fim, lamento a fala do Delegado Francischini, não está à altura do ambiente que ele está frequentando. Talvez fosse para outros ambientes tal fala. Inadequada sempre, em qualquer ambiente inadequada, muito menos nesta CPI um tratamento como aquele que deu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a. É o segundo, ninguém pode mais solicitar o art. 14.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu gostaria de esclarecer ao Deputado Paulo Teixeira e aos demais Pares que, na última sessão, como membro desta CPI, a quem não cabe conduzir o papel de investigação como cabe ao Relator desta CPI, como membro desta CPI eu fiz um questionamento, dois questionamentos sobre o envolvimento do Governador Agnelo Queiroz. E disse, hoje, nesta Comissão, que achei que aquele não era o melhor encaminhamento e interrompi a minha fala, porque não era o nosso papel aqui criar essa celeuma de PT, PSDB, PMDB. Aliás, fazer o *mea culpa* é típico das pessoas que têm consciência de seus equívocos e que reconhece que, em dado momento, pode ter perquirido, ou melhor, perseguido um caminho equivocado.

O Sr. Relator, e aí a gente não vai desconhecer o óbvio, a postura dele, ao longo desta CPI, tem sido de isenção, imparcialidade, equidistância dos problemas menores e mesquinhos.

Hoje – e foi a primeira crítica que eu fiz ao posicionamento dele – eu achei que ele deu um direcionamento à investigação que não é do porte, da estatura do Relator. E, elogiando a postura dele, eu disse que fiquei chateado com o posicionamento adotado no dia de hoje.

Diferentemente de ter feito duas questões, o Deputado Paulo Teixeira, em menos de um minuto, que foram as que eu fiz e imediatamente interrompi a minha fala, utilizou todo o seu tempo e formulou mais de 20 perguntas, todas elas sobre o PSDB. E, ao final, como se nós não percebêssemos, ele soltou uma última pergunta aleatória: “E sobre o Distrito Federal, o depoente sabe alguma coisa?” Ele respondeu que não. E V. Ex^a, Deputado Paulo Teixeira, quer equiparar uma última pergunta genérica a 20 perguntas iniciais, direcionadas. É evidente que não tem a menor coerência o raciocínio desenvolvido por V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem, por gentileza, com base no art. 403, combinado com art. 14, inciso VIII.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, art. 131, do Regimento Comum.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu só gostaria que o meu tempo fosse restabelecido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, os líderes têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou manter a palavra ao Deputado Sampaio e renovar em mais um minuto o seu tempo.

Continua o Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Eu dizia que, na verdade, das CPIs de que participei, e relatores e presidentes, o Senador Delcídio, o Deputado Biscaia, que foi Procurador-Geral do Rio de Janeiro, ambos do PT, sempre agiram com uma postura de magistrado. Talvez o Deputado Paulo Teixeira, por não acompanhar essa época, a da CPI do Mensalão, em foram denunciados 40 envolvidos, talvez por não ter acompanhado essa parte da CPI, não tenha noção do que venha de fato a ser um comportamento isento e imparcial e que prime pela lógica investigativa. Porque ele não acompanhou esse momento do mensalão, que foi um momento nacional que vai ser julgado agora.

Agora, independentemente disso, a cordialidade aqui deve imperar. Concordo que não devemos descambar para termos que, por vezes, amesquinhem até o tamanho da CPI. Mas, venhamos e convenhamos, 20 perguntas direcionadas pelo Relator ao Deputado, ao depoente, voltadas para o PSDB e uma última questionando de forma genérica sobre o Distrito Federal, não transforma o comportamento do Relator num comportamento isento, imparcial e de quem quer de fato investigar com profundidade. Mas faço a ressalva final, Deputado Paulo Teixeira, foi a primeira vez que vi o Deputado Odair Cunha, o nosso Relator, se posicionar num direcionamento, porque, em momento algum, desde o início destes trabalhos, ele se houve com qualquer direcionamento para quem quer que fosse.

Por isso demonstrei minha indignação hoje e tenho certeza de que, a partir de hoje, retomamos os trabalhos com a tranquilidade que devemos ter nesta CPMI.

Agradeço ao Relator, ao Presidente e agradeço ao Deputado Paulo Teixeira por ter citado o meu nome e ter-me dado a oportunidade de externar, mais uma vez, o meu pensamento.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, uma questão de ordem regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tenho duas questões de ordem, que são precedentes. Uma, do Senador Taques; outra, do Deputado Picciani.

Senador Taques e Deputado Picciani, solicito à Secretaria de Apoio à Mesa, a convocação do membro da Comissão de juventude mais acumulada, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Posso, Sr. Presidente? A questão de ordem é uma dúvida que eu gostaria que fosse resolvida pela Comissão.

Nós todos aqui respeitamos o Sr. Relator... Sr. Presidente, vou falar dos dois, então eu precisaria que os dois ouvissem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu o vejo... Você sabe que a...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu queria expressar o respeito ao Relator e ao Presidente. No entanto, Sr. Presidente, algumas decisões desta CPMI estão sendo tomadas por V. Ex^{as} sem que o colégio seja ouvido. Vigora, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, o princípio da colegialidade. O Presidente é importante; o Relator é muito importante. Agora, V. Ex^{as} não decidem absolutamente nada da atividade-fim da CPMI sem que este colégio possa ser ouvido.

Daí, eu quero expressar o art. 48 ou 43, do Regimento Interno Comum, diz que V. Ex^a, como Presidente, parece-me que inciso XXX ou XXXIII, algumas questões ali expressas pode decidir sozinho. Eu fiz uma questão de ordem anterior que ainda não foi decidida. Quero ressaltar que nós não podemos adiar uma reunião da CPMI por decisão de Presidente e de Relator. Nós não podemos decidir atos que impliquem a atividade-fim da CPMI de investigar por decisão do Presidente e do Relator.

Eu gostaria que fosse assentada essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu confesso que não entendi a questão de ordem de V. Ex^a...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Um minuto. V. Ex^a fez a questão de ordem; eu ouvi a questão de ordem de V. Ex^a e estou lendo o art. 89, que diz das atribuições do Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aqui, estou fazendo um debate sobre a segunda parte da questão de ordem de V. Ex^a, que, como combinamos ontem, seria prioritária.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Trata-se da transformação da sessão de oitiva em sessão administrativa.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como os líderes têm precedência, tenho de conceder a palavra aos líderes. Interrompi a palavra dos líderes, para dar a palavra a V. Ex^a por outra questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A minha questão de ordem anterior não foi decidida ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A sua questão de ordem está começando a ser de-

batida. Aí todos os líderes pediram a palavra, inclusive V. Ex^a, que já falou como Líder do PDT.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, já falei.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E estou tendo de ouvir todos os líderes, para, depois, continuar a decidir a segunda parte da questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – A segunda parte não foi decidida ainda?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Absolutamente, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Então, vou aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A segunda parte ainda não foi debatida, nem foi votada.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Vou aguardar, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, a indagação que faço a V. Ex^a, com base no art. 131, é sobre o andamento da presente sessão. Tenho nas mãos a pauta da 8^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Consta da pauta a oitiva do Sr. Wladimir, do Sr. Idalberto e do Sr. Jairo Martins. Todos nós sabemos que já foram concluídas essas oitivas ou tentativas de oitiva desses senhores. Sendo assim, ao meu juízo, a pauta está esgotada. Eu indagaria de V. Ex^a: a que título nós prosseguimos nesta sessão, uma vez que a pauta está finalizada?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Respondo à questão de ordem de V. Ex^a: agora, estamos na segunda parte de uma questão de ordem que acolhi do Senador Pedro Taques, que não me estava compreendendo ainda. Já vencemos a primeira parte dela. Esgotamos a primeira parte da questão de ordem do Senador Taques por mim acolhida e estamos, agora, enfrentando a segunda parte, que é a transformação da sessão de oitiva em sessão administrativa. Os líderes interromperam o debate que se travaria e, por questão regimental, estão pedindo a palavra por preferência. Dez líderes irão falar. Depois, vou consultar o Plenário para saber se o Plenário quer...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, por que V. Ex^a não inverte e já consulta o Plenário?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu queria manifestar minha posição, Sr. Presidente, quanto à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Posso inverter e, por exemplo, posso consultar os líderes se abrem mão de suas falas para votação da segunda parte da questão de ordem?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como disse o Senador Taques, sempre sou escravo das decisões colegiadas e cumpro rigorosamente o que manda o Regimento da Casa, o art. 89. Sou muito fiel às minhas obrigações como Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Mas é sua prerrogativa decidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Consulto os Srs. Parlamentares: os senhores querem manter as suas prerrogativas de líderes e continuarem falando?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Se a resposta é “sim”, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, que é o próximo inscrito.

V. Ex^a dispõe de três minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – São quantos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Dez.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Serão mais 30 minutos nesta conversação!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, assegure meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sua palavra está assegurada. Fale!

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está perdendo seu rumo. Quem navega deve, pelo menos, saber aonde quer chegar.

Desde o início, sempre declarei à imprensa e à sociedade brasileira que eu era muito otimista com relação a esta CPMI. Nosso Parlamento vive um momento de descrédito talvez nunca antes visto na história do País. Sr. Presidente, esse descrédito do Parlamento perante a opinião pública depende de cada um de nós; não depende de deputado americano, europeu ou paraguaio, mas só depende dos Parlamentares brasileiros.

É por isso que estou fazendo uso deste tempo como Líder da bancada do PPS na Câmara para dizer a V. Ex^a que é preciso tomar o rumo. Sr. Presidente, é preciso tomar o rumo desta CPMI, primeiro, elegendo os Vice-Presidentes desta Comissão, o que já foi programado, pautado e não cumprido.

Segundo, quero dizer ao Relator, mais uma vez, da importância de que ele indique quem ele quiser como sub-relator para trabalhar, para que esta CPMI ofereça minimamente as condições de dar informações à sociedade sobre as graves denúncias que estão na

mídia, envolvendo Senadores, magistrados, Ministério Público, enfim, Deputados, todos. É preciso dar resposta sobre isso.

Outra coisa, Sr. Presidente: desde o primeiro momento nós estamos pedindo a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico da Delta em todo o País. Aqui se travou uma discussão para ficar na questão do Centro-Oeste, e o debate travado sobre isso está nos levando agora a reboque das decisões tomadas pela Justiça. A Justiça já tomou decisão de quebra do sigilo bancário e fiscal da Delta em todo o País. E nós estamos aqui vendo a posição do nosso Relator de não abrir isso para mostrar ao País efetivamente o que tem dessa relação, como mostrou aqui o Senador Pedro Taques. O dinheiro saiu da Delta, foi para a Pantoja, que foi parar no bolso de um ex-Procurador da República, e nós temos que dizer para a sociedade o que é isso. Ou esta CPMI perdeu o rumo? Essa é a pergunta. Se ela perdeu o rumo, cabe a V. Ex^a, com a clareza que tem, com a autoridade que tem, retornar; eleger os vice-presidentes, indicar sub-relatores, para começarmos a trabalhar, porque tem muita coisa que sequer até este momento foi decifrada pelos técnicos, já que os documentos estão em poder da CPI.

Por isso, eu peço a V. Ex^a, encarecidamente, que dê encaminhamento e rumo a esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Consulto os demais líderes se permanecem...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu transfiro a minha inscrição para depois da deliberação da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Da decisão colegiada.

Consulto a Vanessa. (*Pausa.*)

Não está.

Consulto o Mendonça.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Sim, eu quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA PRADO (DEM – SE) – Sr. Presidente, eu estou aqui, hoje, substituindo o nosso querido colega Deputado Onyx Lorenzoni, do Democratas. O nosso Partido tem total interesse no êxito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Entretanto, Sr. Presidente, o que nós estamos observando é que nós estamos realizando as mesmas atividades que outras Comissões Parlamentares realizaram e, obviamente, seguindo o que determina o nosso Regimento. Entretanto, nós estamos enfrentando uma estratégia de advogados que estão, de forma correta, no Estado democrático de direito, auxiliando seus clientes, mas desmoralizando a nossa Comissão.

E aqui nós estamos agindo como ingênuos, porque até qualquer criança que vem acompanhando esse processo já sabia que os depoentes de hoje não fariam absolutamente nada. Então, esta Comissão Parlamentar está virando a comissão do depoente que não depõe e a comissão parlamentar que não investiga. Essa é que é a realidade. Essas questões partidárias serão suscitadas a todo instante. Isso aqui é uma Casa política.

Que o Relator, hoje, só fez perguntas contra o PSDB, isso é claro, é nítido. O inverso também poderia ter acontecido da mesma forma. Mas não é isso que a sociedade quer neste instante. E eu acho, pelos depoimentos que tenho ouvido aqui, que não é isso que nenhum integrante desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito almeja. Nós estamos aqui perdendo tempo. Foi uma manhã de quinta-feira para absolutamente nada, e tenho certeza absoluta de que todos que estão aqui já sabiam que ia acontecer o que aconteceu na manhã de hoje. E isso vai acontecer com os demais. Nós vamos ouvir aqui cinquenta mudos. Serão cinquenta depoentes que se sentarão ali para dizer a mesma coisa. E o que vamos fazer? Para dizer que vão responder no Poder Judiciário, desmoralizando este Poder Legislativo.

Então, quero propor a V. Ex^a uma reunião para nós repensarmos os procedimentos que devem ser adotados. Até inovar, se for o caso. Mas o que nós estamos fazendo aqui, Sr. Presidente, é papel, que a imprensa está dizendo aí, de *pizzaiolo*, se esse é o termo correto, porque o que nós estamos fazendo aqui é apurar o nada. Absolutamente nada é o que nós realizamos aqui na manhã de hoje. Não ouvimos nada, não apuramos nada, não deliberamos absolutamente nada. Uma discussão estéril entre Governo e Oposição que não interessa à sociedade brasileira.

Então eu quero, aqui, lamentar esse papel ridículo que estamos fazendo. Uma CPMI da cachoeira que está dando em água, Sr. Presidente, graças à nossa ingenuidade. Talvez até o nosso erro estratégico esteja se perdendo para os advogados de defesa.

Então, quero propor uma reunião a V. Ex^a para nós adotarmos novos procedimentos, porque, do jeito que está, estamos sendo ridicularizados. Ou, então, há uma estratégia para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não dar em nada. E eu espero que não seja essa a estratégia, porque eu tenho certeza de que a sociedade quer a elucidação dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Consulto o Senador Sérgio Souza, consulto...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiro, esta CPMI é diferente de muitas outras que foram feitas aqui, no Congresso Nacional. Nós pegamos um processo sobre o qual já houve uma investigação exaustiva por parte do Ministério Público e, principalmente, por parte da Polícia Federal. Nós já temos dezenas de réus presos, nós já temos dezenas de indiciados, nós temos dezenas de milhares de horas gravadas, temos muitos documentos. Então, esta CPMI não se restringe tão somente à oitiva dos depoentes, sejam eles testemunhas ou indiciados. Ela vai muito além. Ela também trabalha fora dos horários das sessões. Todos os membros desta CPMI trabalham fora dos horários das reuniões na investigação ou na busca das informações que já estão aqui em poder desta CPMI.

Sugiro à Comissão e à Mesa desta CPMI que nós não venhamos trazer para depor tão somente os indiciados, mas que nós venhamos a trazer também as testemunhas. Porque as testemunhas, sob o juramento de dizer a verdade, são obrigadas a falar. E se mentirem aqui, perante esta Comissão, V. Ex^a pode decretar a prisão e mandar essa testemunha também para a cadeia.

Muito bem, Sr. Presidente, essa é uma das sugestões.

Sr. Presidente, esses cidadãos que vieram aqui, os quatro, o Sr. Carlos Cachoeira e os três de hoje, do que eles têm medo? É da Justiça? Eu acho que não é da Justiça. Porque a Justiça lhes dá o direito até mesmo de não falar. Até mesmo de levar esta Comissão, Deputado Pitiman, ao constrangimento. Mas eu acho que os bandidos e os chefes dessa quadrilha estão coagindo esses cidadãos para não falarem. Eles têm muito mais medo dos seus Pares, que são bandidos tanto quanto eles, que constroem esta Comissão no dia a dia.

Por fim, Sr. Presidente, parece-me que esta Comissão está tomando um rumo de disputas de partidos, para ver qual o partido que pergunta mais sobre o envolvimento do outro partido. E esse não é o nosso foco. O nosso foco, o foco desta Comissão é descobrir as causas que levaram a uma bandagem instalada neste País. Nós temos que dar uma resposta à sociedade. E é isso que peço a V. Ex^a, como Líder do PMDB no Senado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Pergunto ao Deputado Luiz Pitiman se gostaria de falar.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Gostaria de falar sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, tenho economizado nas palavras porque tenho entendido que esta CPMI, antes de mais nada, tem que investigar. E quem investiga fala pouco.

Aí eu gostaria de pedir ajuda ao Sr. Relator, porque, na sala secreta, o último documento que chegou, da Operação Vegas, foi no dia 11/05. E o último documento que lá chegou da Operação Monte Carlo foi no dia 09/05. Hoje nós já estamos no dia 24. Temos que entender que, para haver realmente investigação, nós precisamos de informações. E eu não acredito que a secretaria não tenha recebido, desde essa data, nenhum tipo de documento que nós tenhamos requisitado.

Outro assunto. Nós devemos aqui, investidos dos poderes de magistrado, ter serenidade. Tenho visto e tenho ouvido ecoar os discursos do plenário da Câmara e do Senado, de ontem e de toda a semana, em que se credita a nós a responsabilidade que temos de resgatar a honra do Congresso. Isso é muita responsabilidade, que nós temos que, em conjunto, pensar nesta CPI.

Entendemos que qualquer empresa ou pessoa com cumplicidade de atos criminosos ou de mau uso do dinheiro público deve, sim, ser investigado, doa a quem doer.

Questões pessoais e vontade de aparecer têm sido muito superiores à capacidade investigativa nesta CPMI. A tentativa de alguns de desmoralizar, inclusive alguns integrantes desta CPMI de desmoralizar tem sido permanente, inclusive já desde a segunda reunião, onde davam entrevista dizendo que a CPMI se transformaria em *pizza*.

Isso não ajuda. Os holofotes podem ser interessantes apenas para questões pessoais. A questão aqui é do Brasil, é muito acima de tudo isso.

Eu pediria o entendimento de todos os senhores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto Ronaldo Fonseca se abre mão.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quer falar?

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RONALDO FONSECA (PR – DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, estou calado desde o início desta reunião e fazendo a minha observação. Não quero aceitar a ideia de que haja nesta Comissão alguma intenção de intimidar o Sr. Relator. Sabemos da importância de um relator para a CPMI ou para a CPI. Sabemos o quanto é importante o relator para a CPMI. Então, quero re-

cusar a ideia, o sentimento de que haja uma intenção de intimidar o relator.

Porque, Sr. Presidente, quanto ao primeiro depoente desta reunião, é óbvio que o relator deveria dirigir-lhe as perguntas pelo conteúdo que se tem conhecimento nesta CPMI da participação do depoente. E o primeiro depoente é do Estado de Goiás, tem vínculo com o Governador de Goiás, é do partido do Governador de Goiás. Então eu entendo, Sr. Presidente, que o nosso Relator não precisa de advogado de defesa não, e nem tenho também a intenção de pedir a ele que não se sinta intimidado, porque conheço a sua competência, conheço a sua qualidade e sei que ele não se sentirá intimidado para fazer as perguntas que achar interessante fazê-las ao depoente que aqui estiver.

Sr. Presidente, eu queria usar a palavra apenas para referendar o que já foi dito aqui e dizer que o Relator está agindo no seu estrito dever, e nós não podemos, como Membros desta CPI, em nenhuma hipótese, querer intimidar o Relator.

E vou dizer o seguinte, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados e Senadores: o fator político nesta Comissão é óbvio que ele vai salientar. Separar isso é muito difícil; mas espero que nós, membros desta Comissão, tenhamos a coerência necessária para produzir aqui uma verdadeira investigação e não um palco de teatro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe vai falar?

Tenho que propor a votação, até porque eu tenho que chamar a minha companheira Íris, porque eu tenho um compromisso agora.

Antes, tenho que votar o que me comprometi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, serei breve. É no sentido de sustentar a questão de ordem feita aqui a V. Ex^a pelo nobre Senador Pedro Taques.

Na reunião administrativa última que tivemos, Sr. Presidente, o nobre Relator, Deputado Odair Cunha, argumentou aqui conosco que, naquele momento, não havia indícios para a quebra do sigilo fiscal, do sigilo bancário, do CNPJ da empresa Delta...

Sr. Presidente, só para garantir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Vamos ouvir o Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Na última reunião administrativa que tivemos, o relator argumentou que não havia, naquele momento, os indícios para a quebra do sigilo fiscal da empresa Delta.

De lá para cá, Sr. Presidente, nós nos detalhamos a um conjunto de investigações que os dados têm vindo à tona, alguns apresentados aqui pelo próprio Senador Pedro Taques. Outros, eu quero aqui apresentar.

Do que nós já vimos nos documentos que constam em posse desta CPI, percebemos que no período entre junho de 2010...

Sr. Presidente, eu estou com dificuldade de me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – É, eu imagino. Por favor, vamos ouvir o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós percebemos que no período entre junho de 2010 e abril de 2011, o esquema da contravenção do Sr. Carlos Cachoeira arrecadou R\$11 milhões. No mesmo período, a empresa Delta, com CPNJ da Delta nacional – eu quero aqui reiterar –, arrecadou e distribuiu quase R\$40 milhões. Esses R\$40 milhões passaram por três empresas que já foram citadas aqui pelo delegado da Operação Monte Carlo: Alberto Pantoja, Brava e JR.

Desses R\$40 milhões que passaram por essas empresas, nós não temos ainda os dados. Não constam, nesse período, os dados sobre a empresa JR. Essa quantidade milionária de reais foi depositada em duas agências localizadas no Rio de Janeiro: a Agência 3369, da Avenida Rio Branco, do Bradesco; e a Agência 240, da Rua da Assembleia, do Banco HSBC.

Esse recurso foi distribuído depois, pela Empresa Alberto Pantoja e pela Empresa Brava, para pelo menos outras 29 empresas. Algumas dessas, pelos dados que já temos aqui até agora, notadamente a Empresa Midway Internacional...

(Interrupção do som).

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pelo menos essas duas empresas fizeram contribuição de campanha em nome de autoridades públicas aqui sentadas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, dos depoimentos que virão, nós só iremos ouvir o silêncio. Nós temos que agora avançar com esta CPI na quebra de sigilo fiscal, nos indícios mais do que já existentes – a contrário senso do que já foi dito – que envolvem a empresa Delta.

Se nós não aprovarmos hoje...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ...a questão de ordem que o Senador Pedro Taques

aqui proferiu, não a encaminharmos e não votarmos, aí, sim, parece-me que estaremos caminhando para a desmoralização.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou iniciar o processo de votação.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente!

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, uma questão de ordem. Art. 131; art. 403 do Regimento do Senado e art. 95 do Regimento da Câmara.

Sr. Presidente, eu cito esses artigos, os quais falam sobre a questão de ordem. E quero insistir com a Mesa. Questão de ordem, expressa por esses artigos que citei, trata de dúvidas sobre a interpretação do Regimento e da Constituição. Não existe decisão colegiada de questão de ordem. Isso não existe no Regimento.

O que o Senador Pedro Taques fez foi uma proposta de acordo e está evidente que não há acordo. Então, eu insisto que V. Ex^a não tem que ser levado à votação. Não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani, V. Ex^a sabe a admiração que tenho por V. Ex^a, até porque quando V. Ex^a presidiu, ainda muito jovem, a Comissão de Constituição e Justiça, V. Ex^a estudou profundamente o Regimento da Câmara e por isso V. Ex^a tem toda altivez de arguir essa questão de ordem.

Mas arguindo também o art. 89 do Regimento Comum de que a mim me cabe presidir e ordenar os trabalhos, eu recolhi, inicialmente, a questão de ordem do Senador Pedro Taques e transferi para que o Colegiado, numa segunda fase desta reunião, decidisse em transformar o final da oitiva em uma reunião administrativa.

Então, na condição de Presidente dos trabalhos, estou perguntando ao Colegiado, agora, se podemos transformar...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, V. Ex^a indefere a minha questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Indefiro.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Eu recorro e peço encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu fui citado e cito o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já passou o art. 14.

Eu vou dar a palavra a V. Ex^a. Eu vou dar a palavra pela ordem e vou chamar...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Peço o encaminhamento do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de, inicialmente, pedir desculpas a V. Ex^a de público, porque eu me enganei. V. Ex^a ainda não tinha colocado em votação, como vai fazer agora. Quero pedir desculpas, de público. Agora, permita-me dizer que não cabe a Senador da República ministrar aulas de Direito Constitucional a Deputado Estadual, conforme o art. 52 da Constituição.

Muito bem, se buscarmos o MS nº 24.817, o Supremo já decidiu isso. O Supremo já decidiu isso, do princípio da colegialidade...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quero chamar os Senadores.

Senador... Como vota...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sim.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Deputado Filipe Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Filipe, por favor. Pois não.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, art. 33 do Regimento Comum...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Art. 33 do Regimento Comum. Eu estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, estou com a palavra e gostaria de (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, V. Ex^a.

Eu gostaria de colocar em votação.

Por favor, o Deputado Filipe está com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu gostaria que houvesse silêncio, Sr. Presidente, para que pudesse ser ouvida a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Filipe, com a palavra.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, com base no art. 33 do Regimento Comum e no art. 108 do Regimento Interno do Senado, parágrafo único, as matérias, para serem deliberadas na nossa Comissão, deveriam, por um Regimento, ter 48 horas de antecedência e, pelo outro, 24 horas de antecedência.

Indago a V. Ex^a e a todos os membros deste Plenário, deste colegiado, se o simples fato de nós estarmos votando, deliberando uma questão colocada aqui pelo Exm^o Senador Pedro Taques já não seria a quebra de um artigo do Regimento, que prevê que temos de ter antecedência na matéria colocada e que não podemos transformar esta reunião, que é uma reunião de oitiva, em deliberativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Filipe, recebo a questão de ordem de V. Ex^a. Não a acolho, porque o art. 89 me dá o direito de convocar, inclusive, extraordinariamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Na terça-feira, vamos colocar, segundo acordo de todas as lideranças partidárias – todas as lideranças partidárias, informa-me o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, eu divirjo. Quero votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Quer votar hoje?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu não fui consultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador José Pimentel, como vota V. Ex^a?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto no acordo, Sr. Presidente, para terça-feira...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota V. Ex^a, Senador José Pimentel, com relação à solicitação do Senador Pedro Taques, transformada na sugestão desta Presidência, de transformar a reunião de oitiva em reunião administrativa? Esse é o ponto de votação.

O SR. (Orador não identificado) – Qual é a pauta, Presidente? Qual é a pauta, Presidente? É a de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A abertura, a quebra, a transferência do sigilo nacional da Delta. Esse é o ponto de pauta.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. – (Orador não identificado) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sr. Presidente, como Líder. E o requerimento de convocação

do Governador Marconi Perillo, que é do Deputado Miro Teixeira?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também há esse requerimento.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Esse requerimento foi assinado por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Também quer colocar nesse ponto na pauta?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu também tenho ordem de precedência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem ordem de precedência?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Governador do Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho os dois. Acolho o do Miro e acolho da...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Acolho o de Miro e acolho o da Senadora Kátia Abreu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente!

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, esses requerimentos têm que ter o apoio necessário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com o apoio necessário.

Acolho o da Senadora Kátia Abreu e acolho o do Deputado Miro Teixeira.

Como vota o Senador José...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone. Inaudível.*) – Sr. Presidente, é que o meu (*inaudível*) já tem a assinatura da maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Mas não quer votar hoje?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero votar hoje.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, consulto se os requerimentos têm o apoio regimental, têm o número de apoio regimental?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos eles.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – O senhor afirma que todos eles possuem o apoio?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não, senhor, estou consultando. Vou consultar... Vou fazer uma análise da consulta de V. Ex^a, para saber se há apoio regimental.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Consulto V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ordenar os trabalhos, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu solicito de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Estou iniciando... Vou passar a palavra, permitam-me os senhores, por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Não há questão de ordem. Por favor, acalmem-se! Acalmem-se! Sentem-se, e ocupem seus lugares.

Nós estamos iniciando o processo de votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Votando o que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho, para conhecimento dos senhores, uma proposta levada ao Colegiado. Qual é a proposta levada ao Colegiado? A transformação – atendem os senhores – da reunião de oitiva em reunião administrativa. Essa é a proposta. Eu tenho uma proposta. Vou levar a proposta concreta. Um minuto, senhores! Ouçam-me! Eu tenho uma proposta de transformação da reunião de oitiva em administrativa. Hoje. A proposta é para agora. Qual é a pauta? A pauta é a abertura do sigilo da Delta nacional.

Veio-me um requerimento inicial do Deputado Miro, apoiado pela maioria absoluta. Vamos lê-lo.

Leia, por favor, Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Eu não consigo ler, Excelência, esses garranchos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, eu estou tentando ordenar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, eu gostaria que os líderes se manifestassem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu não vou permitir manifestação de nenhum dos senhores, até porque, na condição de Presidente dos trabalhos, eu tenho a obrigação de ordenar os trabalhos e informá-los a V. Ex^{as}. Se não, a balbúrdia toma conta desta Comissão, e eu não vou permitir.

Eu tenho os requerimentos. A partir do momento em que os senhores aprovarem a transformação da reunião de oitiva em administrativa, esta Presidência, na forma regimental, irá acolher todos os requerimentos encaminhados à Mesa. Todos. Sem nenhuma exceção. Quero dizer, desta forma, que os requerimentos venham

com os apoios necessários. A Secretaria consultará se eles estão com os embasamentos necessários.

Então, o que eu peço aos senhores é que, antes que chovam os requerimentos para consubstanciar a futura reunião administrativa que nós teríamos hoje, que nós votemos se vai haver ou não a reunião administrativa, que é o ponto de base. Em vez de os senhores estarem aqui trazendo os requerimentos, antes de tudo, eu consulto os senhores.

Como vota o Senador José Pimentel a respeito da reunião administrativa agora? Por favor.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, voto contra. Voto “não” e, ao mesmo tempo, pelo acordo, para que ela aconteça terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)* Não está.

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA. *Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques? É voto conhecido.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu voto para transformar esta reunião em administrativa, para que possamos decidir a votação do afastamento do sigilo da Delta e a oitiva dos governadores. Agora, se foi feito acordo com as lideranças, eu sou Líder do PDT aqui. Eu não participo de acordo que não foi combinado. Eu não participei desse acordo.

Portanto, não vou votar favoravelmente a esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Vanessa? *(Pausa.)*

Não está.

Vou chamar os suplentes do Bloco de Apoio.

Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Não está.

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Não está.

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Voto pela reunião na terça-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Não está.

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Não está.

Bloco Parlamentar da Maioria.

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Não se encontra.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Senador, “não”, para que possamos construir um acordo de lideranças, para que haja, na próxima terça-feira, uma reunião deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Paulo Davim? (*Pausa.*)

Também não se encontra.

Como vota o Senador Benedito de Lira, como suplente? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Bloco Parlamentar da Minoria.

Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, participamos do acordo de lideranças para terça-feira, primeiro item da pauta.

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Aloysio Nunes? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Contra qualquer acordo, Sr. Presidente.

Votaremos hoje, sim, para quebrar o sigilo da Delta e convocar todos os governadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota o Senador Vicentinho Alves? (*Pausa.*)

Não se encontra.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu voto por hoje, para que nós possamos votar hoje a quebra do sigilo e a vinda dos três governadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Aos Deputados.

Deputado Vaccarezza, ausência justificada.

Deputado Relator Odair Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – “Não”, com o acordo para terça-feira.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero dizer que não participei desse acordo e também sou Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Já foi dito.

Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Voto “não” por hoje, e voto para que, na terça-feira, nós tenhamos reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Íris de Araújo. (*Pausa.*)

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Voto “não” para hoje; para a reunião administrativa na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputada Íris de Araújo. (*Pausa.*)

Cadê? Estava aqui.

Saiu.

Deputado Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Voto “não”, com a reunião para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – “Não”, com a reunião regimental na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – “Não”, Sr. Presidente. Na próxima terça-feira, conforme o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Francischini. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado Domingos Sávio. (*Pausa.*)

Deputado Rogério Marinho. (*Pausa.*)

Deputado Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Deputada Iracema Portella. (*Pausa.*)

Deputado Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*)

Deputado Mendonça Prado. (*Pausa.*)

Ele estava aqui.

Deputado Maurício Quintella.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – “Não”, com reunião na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Paulo Foleto. (*Pausa.*)

Deputado Glauber Braga. (*Pausa.*)

Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto “sim” hoje e “sim” terça-feira, se o de hoje for derrotado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, pelos pronunciamentos, já começamos a perceber a bancada da Delta aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota V. Ex^a?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Voto hoje.

Quero resolver isso hoje e quero ver qual é a bancada da Delta que está aqui funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Rubens Bueno vota “sim”, hoje.

Deputado Silvio Costa, como vota V. Ex^a?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, peça silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota V. Ex^a?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente,

sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota V. Ex^a?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Vou votar!

Todos falaram e eu vou falar!

Estou estarecido. Há um acordo aqui, sim, do PSDB com o PT. Eu sou líder do meu partido aqui e não participei de nenhum acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota V. Ex^a?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma!

Calma!

Eu não participei de nenhum acordo. Para mim, não há diferença em fazer a reunião hoje ou fazer a reunião na terça. Acho que fazer na terça é só esticar o desgaste desta CPI. Eu acho que a única forma desta CPI não ser ridicularizada amanhã seria votarmos hoje. Então, eu voto “sim” hoje e “sim” terça.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sr. Presidente.

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou colher os votos daqueles que chegaram neste momento.

Senador Fernando Collor, como vota V. Ex^a?

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Eu voto pelo que estava combinado, para o próximo dia 5.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Fica marcada, portanto, a reunião para a próxima terça-feira, com a pauta já...

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu não votei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Fica a reunião administrativa da próxima terça-feira. Ficou para terça-feira. Foi a votação agora.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para ficar claro que, na terça-feira, no primeiro item da pauta, nós deliberaremos sobre os requerimentos que foram apresentados hoje...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Da sessão de hoje.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...da quebra de sigilo da Delta e a convocação dos três governadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Todos os requerimentos que estão em pauta. Até sexta-feira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu não votei ainda, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Filipe, desculpe-me.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu acho que a gente não pode encerrar o processo de votação antes de chamar todos os Parlamentares nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sr. Presidente, eu peço silêncio na Comissão até porque... Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Filipe Pereira, como vota V. Ex^a?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Houve uma citação aqui de um Parlamentar, informando... Por favor, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como vota V. Ex^a?

Eu omiti o chamamento do Deputado Filipe Pereira.

Como vota V. Ex^a?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Eu quero comunicar aqui ao Parlamentar que citou que os possíveis votos contrários para que essa reunião seja deliberativa sejam os votos de apoio a qualquer instituição ou pessoa investigada nesta Comissão.

Eu fiz uma questão de ordem, levantada aqui anteriormente, Sr. Presidente, colocando a minha contrariedade a esta reunião ser transformada em deliberativa devido a não apresentação, com antecedência, dos requerimentos e dessa proposta, inclusive.

Então, por isso, Sr. Presidente, por coerência, eu voto contrário a esta transformação e digo mais: não aceito que nenhum Parlamentar coloque, aqui neste plenário, a indicação de que o nosso voto signifique estarmos apoiando ou defendendo qualquer um que esteve aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Qual foi o Parlamentar?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Senador Pedro Taques, se o senhor estivesse atento, o senhor estaria ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – OK. Está encerrada a votação.

Como Líder, Bruno Araújo.

Deputada Íris de Araújo, por favor.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nós queremos deixar muito claro sobre o que nós vimos hoje. Esperamos que hoje não tenha sido o prenúncio do que já havia sido anunciado e era a percepção do País.

Esta CPI nasceu de um desejo político do Partido dos Trabalhadores. Esta CPI nasceu do desejo de atingir as minorias. Enquanto nós apostávamos que se pudesse ter um trabalho absolutamente isento, eu espero... E aí, sobretudo, fazendo ao Relator Odair, que sempre foi muito zeloso em relação ao seu mandato, o pedido de que o anúncio feito hoje não contamine os demais depoimentos.

Nós assistimos ao Sr. Garcez dizer da relação pessoal com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. Não atribuímos qualquer relação criminosa ao Ministro José Eduardo Cardozo.

Nós ouvimos o Sr. Garcez dizer da relação de anos com o Sr. Olavo Noletto, que senta ao lado da sala da Presidente Dilma. Nós não ouvimos qualquer pergunta que fizesse qualquer ilação que ajudasse a entender de fato a relação do Sr. Garcez com um alto funcionário da República que atua ao lado do gabinete da Presidente da República.

Nós não ouvimos, a título de curiosidade, perguntas sobre inelegibilidade do depoente, porque não tem qualquer interesse para essa comissão se ele é elegível ou inelegível. E, eventualmente, também não tinha qualquer interesse para nós se o Senador Paulo Paim gostou ou não da casa do Sr. Garcez.

Nós não ouvimos da relatoria qualquer tipo de pergunta no sentido de avaliar se nas declarações do depoente, feitas nos seus vinte minutos permitidos, em que ele usava indevidamente nomes de autoridades como bravata para se cacifar, isso tinha efetivamente relevância para os seus questionamentos.

Enfim, o que caracteriza e é objeto claro dessa nossa posição é que haja absoluta isenção nos próximos momentos em que viermos a conviver. Que haja absoluto zelo e que não se faça do que se viu hoje a devida caracterização de se utilizar um depoimento para configurar qualquer situação específica em relação a um partido político.

Portanto, nós aqui registramos essa posição.

Nós vamos, na terça-feira, para a reunião administrativa. Nós queremos que esta Comissão haja com absoluta isenção. Que não se veja e não se procure dispensar tantas e tantas interrogações, como também se viu ali, que atingiam autoridade; e não se viu em momento algum a interpelação e a posição em relação, por exemplo, ao Governador Agnelo, que teve chefe de gabinete de mentira e secretário de estado que se encontraram com pessoas da relação dessa organização criminosa.

Mais ainda, não se fez a pergunta mais básica. Se o depoente informa que é contratado da Delta, recebendo R\$20 mil por mês para operar *lobby* e a Delta é a principal prestadora de serviço do PAC, no mínimo há uma pergunta sobre se o Sr. Garcez já ajudou em alguma obra do Governo Federal.

Portanto, o Brasil assistiu ao que nós vimos aqui. O Deputado Odair é sensato, tem equilíbrio. Nós temos certeza de que, no próximo momento, nos próximos depoimentos, a serenidade funcione e que aqui não se utilize o dispositivo da Maioria para fazer uma instituição como a CPI funcionar para atender às demandas de um partido político.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Sr. Presidente, registrar só o meu “sim” na votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está registrado o voto de V. Ex^a.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta sessão, antes convocando a próxima sessão para próxima terça-feira, às 14 horas, neste plenário.

Está encerrada a presente sessão. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES “VEGAS” E “MONTE CARLO”, DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião realizada em 29 de maio de 2012, às quatorze horas e quarenta e três minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE)**, **Humberto Costa (PT-PE)**, **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Pedro Taques**

(PDT-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ricardo Ferraço (PMDB/ES) Sérgio Souza (PMDB-PR), Ciro Nogueira (PP-PI), Paulo Davim (PV-RN), Jayme Campos (DEM/MT), Álvaro Dias (PSDB-PR), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Fernando Collor (PTB-AL), Vicentinho Alves (PR-TO), Kátia Abreu (PSD-TO), Walter Pinheiro (PT-BA), Benedito de Lira (PP-AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Sérgio Petecão (PSD-AC) e dos Deputados: Cândido Vaccarezza (PT-SP), Odair Cunha (PT-MG), Paulo Teixeira (PT-SP), Íris Araujo (PMDB-GO), Luiz Pitiman (PMDB-DF), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Fernando Francischini (PSDB-PR), Gladson Cameli (PP-AC), Onyx Lorenzoni (DEM-RS), Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Paulo Foletto (PSB-ES), Miro Teixeira (PDT-RJ), Rubens Bueno (PPS-PR), Sílvio Costa (PTB-PE), Filipe Pereira (PSC-RJ), Delegado Protógenes (PCdoB-SP), Dr. Rosinha (PT-PR), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), João Magalhães (PMDB-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG), Rogério Marinho (PSDB/RN), Iracema Portella (PP/PI), Ronaldo Fonseca (PR-DF), Glauber Braga (PSB-RJ), Vieira da Cunha (PDT-RS) e Hugo Leal (PSC-RJ). Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Deputados Bruno Araújo (PSDB-PE), Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Bruno Araújo (PSDB-PE), Jilmar Tatto (PT-SP) e Chico Alencar (PSOL-RJ). Inicialmente foi eleito Vice-Presidente o Deputado Paulo Teixeira (PT-SP). A seguir foram aprovados os seguintes requerimentos:

w

| Nº | Ementa | Autoria |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| 006/12 | Solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Delta Construções S/A, CNPJ nº 10.788.628/0001/57. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 087/12 | Solicita a transferência dos sigilos fiscal e bancário no período compreendido entre da empresa Delta Construções S.A. | Deputado Rubens Bueno |
| 247/12 | Solicita a convocação do Sr. Heraldo Puccini Neto, CPF nº 725.065.807-78, para prestar depoimento nesta CPMI. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 290/12 | Requisita a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de investigados pela Operação Saint Michel. | Deputado Onyx Lorenzoni |
| 313/12 | Requer a convocação de Heraldo Puccini Neto. | Senador Álvaro Dias |

| | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| 332/12 | Requer à Polícia Federal que sejam realizadas as transcrições de todos os diálogos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro, captados nas Operações "Vegas" e "Monte Carlo". | Deputados Paulo Teixeira e Cândido Vaccarezza |
| 346/12 | Requer seja intimado, na condição de testemunha o Sr. Marcelo Limirio. | Deputado Luiz Pitiman |
| 347/12 | Requer seja intimada para depor, na condição de testemunha, a senhora Adriana Aprígio, ex-mulher de Carlinhos Cachoeira. | Deputado Luiz Pitiman |
| 348/12 | Solicita que esta CPMI requirite a íntegra dos autos das Operações Vegas e Monte Carlo em formato digital, com a possibilidade de utilização de ferramenta de busca textual. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado |
| 359/12 | Requisita à Polícia Federal cópia do inteiro teor do Relatório das apreensões efetuadas quando da deflagração da Operação Monte Carlo, devidamente acompanhado pelas fotos e imagens dos bens apreendidos. | Deputado Rubens Bueno |
| 362/12 | Requer ao Juízo da Vara Federal de Goiás seja encaminhada a esta CPMI cópia do inteiro teor do depoimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos – vulgo Carlinhos Cachoeira que será prestado junto ao juízo da 11ª Vara Federal de Goiânia. | Deputado Fernando Francischini |
| 364/12 | Requer seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. Wilder Pedro de Moraes, primeiro suplente do Senador Demóstenes Torres, a prestar esclarecimentos nessa CPMI. | Deputado Luiz Pitiman |
| 369/12 | Solicita que esta CPMI requirite documentação da empresa Vitaplan Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ nº 30.222.814/0001-31, que especifica. | Deputados Mendonça Prado e Onyx Lorenzoni |
| 372/12 | Requer que seja solicitado à Força Aérea Brasileira cópia do depoimento prestado pelo Sr. Idalberto Martins de Araújo. | Deputado Felipe Pereira |

| | | | | | |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 373/12 | Requer a convocação do Senhor Elias Vaz para prestar depoimento nesta Comissão. | Deputado Fernando Francischini | | | |
| 402/12 | Requer ao Comando da Aeronáutica cópia do inteiro teor de possível depoimento prestado pelo sargento da reserva Idalberto Matias Araújo, bem como de sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD) instaurado, a fim de subsidiar as investigações desta Comissão. | Senadora Kátia Abreu | | 415/12 | Requer seja solicitado que o Ministério da Justiça comunique a presente investigação às polícias de países com quem o Estado Brasileiro possui relação diplomática, a fim de que tome providências cabíveis em face dos investigados e de seus patrimônios como forma de assegurar a atividade dos trabalhos desta Comissão. |
| 406/12 | Requer a convocação do Sr. Mauro Sabben, na condição de testemunha. | Deputado Odair Cunha | | | Deputado Odair Cunha |
| 411/12 | Requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor de todos os relatórios de análise e vigilância produzidos ou que venham a ser produzidos em decorrência da Operação Monte Carlo, bem como a totalidade das interceptações telefônicas captadas em decorrência desta operação. | Deputado Odair Cunha | | 416/12 | Requer ao INSS todas as informações, de forma detalhada, acerca dos Cadastros Específicos do INSS (CEIs), abertos pelas seis construtoras abaixo listadas: Regional Consultoria, Construções e Administração, CNPJ 11.948.118/0001-62; Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 12.615.538/0001-90; Brava Construções e Terraplenagem Ltda, CNPJ 10.894.642/0001-35; Albreto & Pantoja Construções e Transportes Ltda, CNPJ 11.620.733/0001-45; JR Prestadora de Serviços, Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 11.682.299/0001-28; Delta Construções S/A CNPJ 10.788.628/0024-43 CNPJ 10.788.628/0028-77 CNPJ 10.788.628/0017-14 CNPJ 10.788.628/0006-61; MZ Construtora Ltda, CNPJ 00.570.731/0001-72; Mapa Construtora, CNPJ 05.080.972/0001-57. |
| 413/12 | Requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito policial produzido quando da Operação Vegas, além da totalidade interceptações telefônicas captadas em decorrência da referida investigação. | Deputado Odair Cunha | | | |
| 414/12 | Requer seja solicitado ao juiz da 11ª Vara da Justiça Federal de Goiânia que, nos autos da Operação Monte Carlo, determine o sequestro e bloqueio de todos os bens móveis e imóveis de propriedade do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, ainda que em poder de terceiros. | Deputado Odair Cunha | | | |

| | | | | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| 417/12 | <p>Requer aos Tribunais de Contas dos Municípios de todos os Estados todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em face das 27 empresas abaixo listadas: Regional Consultoria, Construções e Administração, CNPJ 11.948.118/0001-62; Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 12.615.538/0001-90; Brava Construções e Terraplenagem Ltda, CNPJ 10.894.642/0001-35; Albreto & Pantoja Construções e Transportes Ltda, CNPJ 11.620.733/0001-45; JR Prestadora de Serviços, Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 11.682.299/0001-28; Delta Construções S/A CNPJ 10.788.628/0024-43 CNPJ 10.788.628/0028-77 CNPJ 10.788.628/0017-14 CNPJ 10.788.628/0006-61; Bet Cpital Ltda, CNPJ 37.873.734/0001-95; MZ Construtora Ltda, CNPJ 00.570.731/0001-72; Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ 30.222.814/0001-31; Ideal Segurança Ltda - EPP, CNPJ 09.478.499/0001-11 ICF – Instituto de Ciências Farmacêuticas DE Est. , CNPJ 04.951.747/0001-86; Fundação Cultural Aprígio Ramos – FUNDAR, CNPJ 03.931.389/0001-87; Consórcio COMBRALOG, CNPJ 05.490.814/0001-75; Sebastião de Almeida Negócios Imobiliários, CNPJ 13.279.317/0001-50; PHAV Produções e Publicidade Ltda, CNPJ 02.353.709/0001-04; JC Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ 03.826.417/0001-04; WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00; Maquinaria Publicidade e Propaganda Ltda, CNPJ 03.853.183/0001-86; Emprodata Administração de Imóveis e Informática Ltda, CNPJ 39.309.141/0001-26; Calltech Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 01.357.769/0001-24; Laser Press Tecnologia e Serviços, CNPJ 00.689.738/0001-08; Adriano Aprígio de Souza ME, CNPJ 37.256.0541/0001-22; Gionave Pereira da Silva ME, CNPJ 37.397.353/0001-87; Organização Independente de Comunicação Ltda, CNPJ 08.206.896/0001-71; Fundação Nelson Castilho, CNPJ 03.776.5181/0001-00; Rádio Goiás Sul FM Ltda, CNPJ 10.417.9781/0001-07; MAPA Construtora, CNPJ 05.080.972/0001-57</p> | Deputado Odair Cunha | 418/12 | <p>Requer aos Tribunais de Contas de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal (TCEs), todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em face das 27 empresas abaixo listadas: Regional Consultoria, Construções e Administração, CNPJ 11.948.118/0001-62; Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 12.615.538/0001-90; Brava Construções e Terraplenagem Ltda, CNPJ 10.894.642/0001-35; Albreto & Pantoja Construções e Transportes Ltda, CNPJ 11.620.733/0001-45; JR Prestadora de Serviços, Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 11.682.299/0001-28; Delta Construções S/A CNPJ 10.788.628/0024-43 CNPJ 10.788.628/0028-77 CNPJ 10.788.628/0017-14 CNPJ 10.788.628/0006-61; Bet Cpital Ltda, CNPJ 37.873.734/0001-95; MZ Construtora Ltda, CNPJ 00.570.731/0001-72; Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ 30.222.814/0001-31; Ideal Segurança Ltda - EPP, CNPJ 09.478.499/0001-11 ICF – Instituto de Ciências Farmacêuticas DE Est. , CNPJ 04.951.747/0001-86; Fundação Cultural Aprígio Ramos – FUNDAR, CNPJ 03.931.389/0001-87; Consórcio COMBRALOG, CNPJ 05.490.814/0001-75; Sebastião de Almeida Negócios Imobiliários, CNPJ 13.279.317/0001-50; PHAV Produções e Publicidade Ltda, CNPJ 02.353.709/0001-04; JC Distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ 03.826.417/0001-04; WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00; Maquinaria Publicidade e Propaganda Ltda, CNPJ 03.853.183/0001-86; Emprodata Administração de Imóveis e Informática Ltda, CNPJ 39.309.141/0001-26; Calltech Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 01.357.769/0001-24; Laser Press Tecnologia e Serviços, CNPJ 00.689.738/0001-08; Adriano Aprígio de Souza ME, CNPJ 37.256.0541/0001-22; Gionave Pereira da Silva ME, CNPJ 37.397.353/0001-87; Organização Independente de Comunicação Ltda, CNPJ 08.206.896/0001-71; Fundação Nelson Castilho, CNPJ 03.776.5181/0001-00; Rádio Goiás Sul FM Ltda, CNPJ 10.417.9781/0001-07; MAPA Construtora, CNPJ 05.080.972/0001-57</p> | Deputado Odair Cunha |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|

| | | |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 419/12 | Requer à Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) os relatórios de faturamento da empresa VITAPAN Indústria Farmacêutica Ltda, CNPJ 30.222.814/0001-31, no período compreendido entre janeiro de 2002 e a data de hoje. | Deputado Odair Cunha |
| 423/12 | Requer a convocação da Sra. Sejana Martins, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 424/12 | Requer a convocação do Sr. Wilder Moraes, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 425/12 | Requer a convocação do Sr. Lúcio Fiuza, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 426/12 | Requer a convocação do Sr. Fernando Gomes Cardozo, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 427/12 | Requer a convocação da Sra. Eliane Pinheiro, para prestar depoimento nesta CPMI na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 428/12 | Requer a convocação do Sr. Écio Antônio Ribeiro na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 429/12 | Requer a convocação do Sr. Carlos Antônio Elias na condição de testemunha. | Deputado Dr. Rosinha |
| 441/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa IDEAL SEGURANÇA LTDA EPP., CNPJ 09.478.499/0001-11 | Deputado Dr. Rosinha |

| | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 442/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa JR PRESTADORA DE SERVIÇOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., CNPJ 11.682.299/0001-28 | Deputado Dr. Rosinha |
| 443/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO, CNPJ 24.946.352/0001-00 | Deputado Dr. Rosinha |
| 444/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa LARAMI DIVERSÕES E ENTRETENIMENTO LTDA., CNPJ 04.510.823/0001-18 | Deputado Dr. Rosinha |
| 445/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa LASER PRESS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 00.689.738/0001-08 | Deputado Dr. Rosinha |
| 446/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa MISANO IND IMP EXP., CNPJ 05.932.018/0001-45 | Deputado Dr. Rosinha |
| 447/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa ORGANIZAÇÃO INDEPENDENTE DE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ 08.206.896/0001-71 | Deputado Dr. Rosinha |
| 448/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa MZ CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ 00.570.731/0001-72 | Deputado Dr. Rosinha |

| | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 449/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa VITAPAN INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA., CNPJ 30.222.814/0001-31 | Deputado Dr. Rosinha |
| 450/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa BET CAPITAL LTDA., CNPJ 37.873.731/0001-95 | Deputado Dr. Rosinha |
| 451/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa BRAVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA., CNPJ 10.894.642/0001-35 | Deputado Dr. Rosinha |
| 452/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa BRAZILIAN GAMING PARTNERS PARTICIPAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ 73.929.044/0001-74 | Deputado Dr. Rosinha |
| 453/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa CONSTRUTORA RIO TOCANTINS – CRT, CNPJ 04.201.540/0001-94 | Deputado Dr. Rosinha |
| 454/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A - DF, CNPJ 10.788.628/0006-61 | Deputado Dr. Rosinha |
| 455/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A - GO, CNPJ 10.788.628/0021-09 | Deputado Dr. Rosinha |

| | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 456/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa EMPRODATA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 39.309.141/0001-26 | Deputado Dr. Rosinha |
| 457/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A - MS, CNPJ 10.788.628/0028-77 | Deputado Dr. Rosinha |
| 458/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa FUNDAÇÃO CULTURAL APRÍGIO RAMOS – FUNDAR, CNPJ 03.931.389/0001-87 | Deputado Dr. Rosinha |
| 459/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A - TO, CNPJ 10.788.628/0024-43 | Deputado Dr. Rosinha |
| 467/12 | Requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da empresa ALBERTO & PANTOJA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA., CNPJ 11.620.733/0001-45. | Deputado Dr. Rosinha |

O seguinte Requerimento foi prejudicado em função da aprovação dos requerimentos 006/12 e 087/12:

| Nº | Ementa | Autoria |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| 483/12 | Requer a quebra do sigilo bancário da Delta Construções, das contas que serviram à organização criminosa, a serem apresentadas à Presidência desta CPMI | Deputado Luiz Pitiman e Outros |

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Ex^{as} para se posicionarem em seus devidos lugares.

Inicialmente, peço desculpas pela precariedade das nossas acomodações. Houve a necessidade de

transferência, como se as acomodações anteriores também não estivessem precárias para o nosso funcionamento, mas neste momento, ainda em curso a reunião do Conselho de Ética do Senado Federal, e, como temos uma reunião administrativa marcada para a tarde de hoje, solicitamos da Secretaria-Geral da Mesa um plenário que minimamente pudesse oferecer aos Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, um mínimo de conforto para o desempenho de suas atividades.

Eu gostaria de dizer que são 14 horas e 44 minutos. Sei que esta reunião será longa e peço a compreensão dos senhores, no sentido de ajudar com o silêncio.

E a solicitação da nossa técnica de som é para, dentro do possível, melhorar a qualidade e o volume dos nossos microfones.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 1, de 2012, do Congresso Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão.

Não havendo quem queria discutir, a Ata está aprovada.

Além disso, esta Presidência esclarece a V. Ex^{as} que, tendo em vista a decisão do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, de levantar parcialmente o sigilo da documentação encaminhada a esta CPMI pelo Poder Judiciário, determinei à Secretaria da Comissão que apartasse o material de caráter público daquele de natureza sigilosa, referente à gravação de conversas telefônicas interceptadas (Lei nº 9.296, de 1996).

Esta Presidência tem ainda um segundo comunicado a proferir, de extrema importância para o andamento dos nossos trabalhos, tendo em vista que já chegam arquivos contendo informações sigilosas, de natureza bancária, fiscal e telefônica.

Em face da impossibilidade técnica da concessão a cada integrante desta CPMI de uma chave de acesso ao programa i2, que promove o cruzamento de dados sigilosos relativos às quebras de sigilo aqui determinadas, esta Presidência decide distribuir, para efeitos apenas operacionais, sem que isso implique a formação de blocos, as seis chaves existentes, da seguinte maneira – os senhores já têm esse comunicado em seus gabinetes –: chave 1, chave de acesso ao Sr. Relator, Deputado Odair Cunha; chave 2, chave de acesso aos partidos PMDB, PP e PSC; chave 3, chave de acesso ao Partido dos Trabalhadores e PRB; chave 4, chave de acesso ao PSDB e Democratas; chave 5, chave de acesso ao PSB, PR, PTB e PCdoB; chave 6 é a chave de acesso ao PTB, PSD, PPS, PV e PSOL.

Cada um desses grupos, aqui informalmente constituídos, designará um servidor responsável para acessar os dados e para acompanhar os membros da CPMI nas consultas.

Esclareço que, caso um partido se sinta desconfortável com seus parceiros de investigação, ele poderá requisitar à Presidência a mudança de chave, que esta será deferida, bastando o “aceito” dos integrantes da presente chave para a qual o partido queira se transferir.

Passadas essas informações, vamos à primeira parte da reunião, que se destina à eleição do Vice-Presidente. Até o momento, por sugestão desta Presidência, está registrada a candidatura do Sr. Deputado Paulo Teixeira. Tenho a honra de sugerir aos senhores que o Deputado me acompanhe nessa Vice-Presidência.

Vou colocar em votação.

A votação é secreta para a escolha da Vice-Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que as Comissões Parlamentares de Inquérito, em todas as democracias, são instrumentos da minoria. Esse é um fato.

Quando terminar a reunião aí, Sr. Presidente, eu falo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, quero ponderar a V. Ex^a que tenho respeito pelo Deputado Paulo Teixeira, que tem toda a capacidade para ser o Vice-Presidente, o Relator ou o Presidente. Isso não está... *(Interrupção do som.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso não está em discussão. O que está em discussão é que, na Mesa Diretora desta CPMI, não haja nenhum representante da minoria. Não é razoável que, na Mesa Diretora, estejam dois representantes do Partido do Governo e mais V. Ex^a, que é representante de um Partido da base do Governo e que faz parte da aliança que, democraticamente, venceu a última eleição. Acho que isso é inadequado para o Parlamento.

Quero ponderar que deveria haver uma candidatura que pudesse minimamente representar a minoria, porque as Comissões Parlamentares de Inquérito são isto: uma representação do Parlamento. E não existe democracia sem oposição, não existe CPI sem a função importante da presença da minoria.

Acho que essa atitude de indicar o ex-Líder do PT para ser seu Vice-Presidente segue muito a linha de que não há mais limite para nada, Sr. Presidente; a linha institucional que permite, por exemplo, que um ex-Presidente tente constranger um Ministro do Supre-

mo Tribunal Federal; a linha de que, aqui, nesta CPMI, tente-se blindar a, b, c ou d.

Portanto, eu queria ponderar a V. Ex^a que buscássemos um nome que representasse a minoria e que tivesse o acolhimento por parte de todos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor sugere qualquer nome.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso daria equilíbrio à Mesa Diretora da CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – V. Ex^a deve sugerir um nome. Eu o inscrevo. E vamos à votação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sílvio Costa.

Sejamos rápidos, porque estamos aqui não com V. Ex^a, mas com a Comissão. Vamos escolher o Vice-Presidente, ansiosamente esperado por todos.

Com a palavra o Deputado Sílvio Costa, por dois minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não dá para fazer as duas coisas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Estou achando o PSDB muito preocupado. Muito preocupado esse PSDB. Está uma entropia enorme nesta reunião hoje. Estou achando esse negócio meio...

Presidente, na verdade, eu quero parabenizar V. Ex^a porque regimentalmente V. Ex^a tem a prerrogativa de escolher e V. Ex^a colocou o nome do Deputado Paulo Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu assumi a sugestão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma. Está muito nervosa a oposição hoje. Eu não estou entendendo não.

Veja bem, Presidente, quero parabenizá-lo pois V. Ex^a realmente tem a prerrogativa de escolher. V. Ex^a, como democrata que é, delegou ao Plenário. Em que pese o Deputado Onyx estar muito nervoso, eu concordo que, para o bem desta CPI, nós deveríamos mesmo ter um equilíbrio de forças, sinceramente. Acho que o PT já tem a relatoria, o PMDB tem a presidência; um outro partido, até da oposição, para fazer um gesto com a oposição – até porque vice não manda em nada mesmo – podia ser escolhido para a vice-presidência e não haveria dificuldade nenhuma.

Agora, eu não tenho nenhuma dificuldade com o Deputado Paulo Teixeira, mas reconheço que deveríamos ter um equilíbrio de forças aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu pergunto ao plenário se há outra chapa querendo se inscrever além do Sr. Deputado Paulo Teixeira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria de sugerir um nome, ele não está presente, mas creio que não recusaria a missão. Eu gostaria de sugerir o nome do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, vamos a voto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Nós apoiamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O.k. Vamos a voto!

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí não precisa nem voto. Já está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou chamar os Srs. Parlamentares. Votação nominal. Votação secreta, a urna está aqui. E eu peço ao Sr. Deputado Carlos Sampaio para me secretariar e ao Sr. Deputado Odair para acompanhar a votação.

Estão inscritos o Sr. Deputado Paulo Teixeira e o Sr. Senador Pedro Taques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, há declaração de consentimento dos dois candidatos sobre a mesa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Deputado Paulo Teixeira já o fez e o Sr. Senador Pedro Taques, com fé de ofício que eu recebo do Líder Alvaro Dias e dos líderes, estão dizendo que ele concordou e eu tomo como fé de ofício de ambos.

Com a palavra o Sr. Senador José Pimentel. Encontra-se presente? *(Pausa.)*

Não.

Sr. Senador Humberto Costa.

A votação é secreta.

Sr. Senador José Pimentel não se encontra presente.

Sr. Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Não se encontra presente. Ele é o relator no Conselho de Ética. *(Pausa.)*

Está vindo.

Sr^a Senadora Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Onde está? Ela é membro titular.

Senador Pedro Taques chegou. O senhor acabou de ser escolhido candidato a Vice, inclusive já havia concordado, segundo informações do Senador Alvaro Dias e dos...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, não estou entendendo. V. Ex^a não pediu para ser candidato a Vice, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Já não voto em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin.

Sr. Senador José Pimentel.

Faltou um membro, que é o Senador Humberto Costa.

Sr. Senador Pedro Taques, para votar.

Tem que escrever entre Pedro Taques e Paulo Teixeira. São os candidatos a vice-presidente.

Faltou um do Bloco de Apoio ao Governo.

Convoco o Senador Walter Pinheiro para substituir o Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar da Maioria:

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, em nome da transparência, consulto V. Ex^a se não posso votar abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– A votação é secreta, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Há necessidade de se votar secretamente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há necessidade de votação secreta sob pena de nulidade.

Permita-me, Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Sr. Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Sr. Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Sr. Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Secretariando os trabalhos, convido o Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Completando o bloco, reitero a convocação do Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*

Ausente.

Bloco Parlamentar da Minoria:

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Completando o Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Vamos chamar, agora, o Bloco Parlamentar PTB, PR e PSC União e Força.

Senador Fernando Collor. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

PSD: Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sr. Presidente, quando V. Ex^a terminar a votação, após a eleição, eu queria uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Há uma questão de ordem do Deputado Onyx e, depois, a de V. Ex^a.

Está concluso os Senadores. Agora, vamos à Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Também queria, em seguida, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Cândido Vaccarezza. *(Pausa.)*

Odair Cunha. *(Pausa.)*

Paulo Teixeira. *(Pausa.)*

Iris de Araújo. *(Pausa.)*

Luiz Pitiman. *(Pausa.)*

Carlos Sampaio. *(Pausa.)*

Fernando Francischini. *(Pausa.)*

Ausente.

Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Ausente.

Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Ausente.

Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Maurício Quintella Lessa. *(Pausa.)*

Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Paulo está aí, não é? *(Pausa.)*

Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Rubens Bueno. *(Pausa.)*

Silvio Costa. *(Pausa.)*

Filipe Pereira. *(Pausa.)*

Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Encerrada a votação ao final do Delegado Protógenes. *(Pausa.)*

Senador Jayme, a bancada já ficou completa com o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira. S. Ex^a completou a bancada de V. Ex^a.

Peço ao Senador Paulo Davim que proceda à votação, porque o Senador Benedito de Lira não está presente para completar o bloco de V. Ex^a.

Convoco o Senador Paulo Davim para proceder à votação. *(Pausa.)*

Providenciem uma cédula para o Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Solicito ao Senador Vicentinho Alves e ao Deputado Carlos Sampaio que confirmem as respectivas cédulas postas na urna de votação e procedam à apuração. *(Procede-se à apuração dos votos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Proclamação do resultado: 21 votos, Paulo Teixeira; 08, Senador Pedro Taques; 02 nulos.

Cumprimento o Deputado Paulo Teixeira, a quem convido para compor a Mesa como meu Vice-Presidente. E cumprimento o Senador Pedro Taques, a quem muito honra ter participado desta votação.

Senhoras e senhores, antes de passar...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou passar a palavra aos senhores para as questões de ordem solicitadas, mas preciso informá-los qual é a nossa pauta, para conhecimento dos senhores.

Da forma como foi decidida e discutida na sessão passada, quando votamos a deliberação surgida em questão de ordem do Senador Taques, em que criamos, por conseguinte, a possibilidade de hoje estarmos aqui em uma sessão administrativa, esta Presidência pautou como primeiro requerimento para deliberação de V. Ex^{as} a quebra do sigilo bancário e fiscal da empresa Delta Nacional.

O segundo bloco de requerimento tange aos assuntos relacionados a convocações de governadores de Estado, competência desta Presidência, e outros requerimentos que estão pautados pelo Sr. Relator.

Esta é a pauta da reunião de hoje.

Eu vou passar a palavra para as discussões das questões de ordem com primazia ao Deputado Onyx, depois ao Gladson Cameli, depois ao Mendes Thame, e depois ao Senador Randolfe Rodrigues.

Só questões de ordem. Não são listas de inscrição, são questões de ordem levantadas.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Levantadas hoje, Sr. Presidente?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Onyx, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, na última reunião, houve uma deliberação de V. Ex^a num questionamento feito pela Senadora Kátia Abreu no que dizia respeito a um aditamento do Requerimento nº 256, que tratava da transferência do sigilo e das quebras efetuadas na operação San Michel, aqui no Distrito Federal. Nessa intervenção da Senadora Kátia Abreu, participaram também o Senador Pedro Taques e o Sr. Deputado Miro Teixeira. E V. Ex^a delibera pelo acatamento, deferindo a solicitação.

Só que, lamentavelmente, por uma questão técnica, a Secretaria Executiva da CPI manda à Dr^a Ana Cláudia Oliveira Costa Barreto, juíza da 5^a Vara Criminal de Brasília, a solicitação do inteiro teor dos autos do inquérito sem fazer nenhuma referência à transferência dos sigilos dos investigados que já foram quebrados no âmbito da operação San Michel. É a terceira vez que esta Comissão discute este tema, e já por duas vezes o Plenário da Comissão deliberou.

Eu conversei com a Secretaria da Comissão. Existe o Requerimento nº 290, que trata com exatidão. Ele solicita a transferência de todos os sigilos de todos os

investigados, quer pessoa física, quer pessoa jurídica, da operação San Michel, para ser enviado à Dr^a Ana Claudia de Oliveira Costa Barreto.

Portanto, para simplificarem de uma vez por todas, garantir que esta CPMI obtenha a transferência desses sigilos que foram obtidos – sigilos fiscal, bancário e telefônico – no âmbito da operação San Michel, queria solicitar a V. Ex^a que colocasse sob rápida deliberação o Requerimento nº 290, porque ele vai referendar aquilo que já deveria ter sido feito desde a semana passada.

Uma outra questão, que é colateral a essa, Presidente, é a seguinte: nós, aqui na Comissão, procedemos à quebra de sigilo de uma infinidade de empresas e esses sigilos bancários são muito importantes, que eles venham para cá com a maior velocidade possível. A sessão em que realizamos foi no dia 17 de maio, hoje são 29 de maio e a população brasileira, a sociedade e a própria imprensa nos cobram trabalho. Só que, para que nós possamos ter trabalho, estas quebras são fundamentais, são elas que permitirão os cruzamentos de informações que vão nos permitir além do que os autos que nós temos da operação San Michel e da Operação Vegas, que é a única coisa concreta, mas uma análise muito superficial e sob um corte muito alto do Coaf, Sr. Presidente... O Coaf faz um corte em R\$100 mil, é um corte muito elevado, acho que poderia solicitar a CPI um corte menor para que nós pudéssemos – enquanto o Coaf providenciasse um corte menor, talvez a metade desse valor – para que nós pudéssemos fazer os cruzamentos com as quebras que ainda irão advir.

Solicito a V. Ex^a que reitere o pedido ao Banco Central para que instigue os bancos para que nos forneça os sigilos quebrados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com relação ao Requerimento 290, determino à Secretaria que proceda à sua presença... Está aqui já? Cadê o Requerimento 290 para que procedamos à votação imediatamente.

Com relação ao prazo que V. Ex^a colocou, os dez dias, as empresas estão exatamente dentro do prazo. Nós estamos esperando para amanhã, findo esse prazo, todo esse material a partir de amanhã chegar a esta Comissão.

E o Requerimento 290 nós vamos votar hoje, até por que atesto a presteza sempre e a idoneidade dos membros desta Secretaria e V. Ex^a reconhece isso.

Com a palavra o Deputado Gladson Cameli, para sua questão de ordem.

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sr. Presidente, com fundamento no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional e nos arts. 58, § 3º e 60, § 4º, o inciso I da Constituição Federal venho pe-

rante V. Ex^a apresentar uma questão de ordem a respeito da possibilidade de convocação de autoridades públicas estaduais, notadamente, governadores de Estado para prestarem depoimentos na condição de testemunhas ou investigados em comissão parlamentar mista de inquérito.

A questão que submeto a V. Ex^a ampara-se em dois fundamentos que suscitam dúvidas quanto à possibilidade de que seja convocado, ou mesmo investigado o chefe do Executivo de outros entes federados, notadamente, governadores de Estado. São eles: primeiro, o princípio federativo e a autonomia dos entes federados e a existência de prerrogativa de foro para governadores.

O primeiro argumento, quanto à possibilidade de convocação de governador de Estado encontra-se no princípio federativo, que dá forma ao Estado brasileiro e foi elevado à condição de cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988, art. 60, § 4º, inciso I.

É cediço que as comissões parlamentares de inquérito gozam de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e destinam-se à apuração do fato determinado, por disposição expressa no art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

No entanto, Sr. Presidente, é de se reconhecer também que como instrumento de investigação do Poder Executivo, as CPIs não podem ir além dos assuntos e atribuições que são próprios desse Poder em cada nível de Governo. A temática suscetível de investigação por parte das comissões parlamentares de inquérito...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – ...está umbilicalmente ligada ao escopo da atuação do próprio Poder Legislativo na esfera federal, estadual e municipal. Trata-se de uma decorrência inexorável do princípio federativo. Não por outra razão que o Regimento Interno do Senado Federal aplicava supletivamente ao caso em tela, proíbe as comissões de parlamentares de inquérito de atuarem em matérias pertinentes aos Estados, como consta expressamente do art. 146.

Não se admitirá à comissão parlamentar de inquérito sobre as matérias pertinentes: Câmara dos Deputados, as atribuições do Poder Judiciário e aos Estados.

O dispositivo transcrito é clara decorrência do princípio federativo e da autonomia político-administrativa dos Estados membros não condiz com a ideia de federação que uma CPI constituída no âmbito do Poder Legislativo Federal investigue assunto de interesse estadual tampouco que possa convocar Chefe do Executivo daquele nível de governo.

Aliás, diante da estrutura federativa, tampouco poderiam os Estados imiscuir-se em assuntos federais. A título de ilustração imagine a tentativa de uma CPI de

âmbito estadual postular a convocação do Presidente da República. Certamente, essa medida configuraria grave violação ao pacto federativo.

O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a impossibilidade da Comissão Parlamentar de Inquérito de avançar sua investigação sobre os fatos e pessoas que não se encontram sob o escopo da atuação do Poder Legislativo instalado. Já se entendeu, por exemplo, que em relação às Comissões Parlamentares de Inquérito Estaduais seu raio de ação é circunscrito aos interesses do Estado. E da mesma forma quando as comissões municipais não de se limitarem às questões de competência do Município. Sendo assim, a convocação nessa hipótese representa verdadeira intervenção federal realizada de forma indireta e expressamente proibida pela regra do art. 34 da Constituição Federal, que restringe a possibilidade de intervenção da União e dos Estados, fora das hipóteses ali designadas.

Sabe-se ademais que o Supremo Tribunal Federal em julgamento de Habeas Corpus 96.549, já decidiu pela impossibilidade de convocação de magistrado para prestar esclarecimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito em face do princípio da separação dos poderes. Por analogia é de se concluir que, se não é cabível a convocação de magistrado diante do princípio da separação dos Poderes, não se justifica a convocação de governo de Estado em respeito à autonomia dos entes federados.

O segundo argumento aqui apresentado diz respeito à previsão de prerrogativa do foro de governador de Estado. É que nesses casos a própria Carta Magna que exclui o Poder Legislativo a possibilidade de estender a sua ação fiscalizadora em determinadas autoridades públicas.

Nos caos em que há foro especial por prerrogativa de função, não apenas os atos decisórios, mas todos os atos investigatórios concernentes às autoridades abrangidas, devem ser supervisionados pelos órgãos judiciários competentes e determinado na Constituição.

Ora, se a natureza jurídica da Comissão Parlamentar de Inquérito é inquisitorial, gozando das prerrogativas próprias autoridades judiciais, é certo que devem estar submetidas às mesmas limitações dos órgãos jurisdicionais, inclusive aquelas atinentes à prerrogativa do foro. Sendo assim, também por essa razão não seria de se admitir a convocação de governador de Estado.

Isso posto, diante da grave ameaça de violação dos princípios federativos e da autonomia do Poder Público Estadual, apresentando essa questão de ordem, requer que V. Ex^a manifeste sobre a possibilidade de convocação de governo de Estado no âmbito desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Para contraditar a questão de ordem do Deputado Cameli, com a palavra o Senador Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Três minutos, V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Três minutos?

Ele foi três minutos? Foram três minutos o dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. O tempo é igual. V. Ex^a tem o tempo igual.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está bom. Tempo igual, confio em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Tenha a minha confiança sempre.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu quero, com respeito ao Deputado Cameli, afastar esta questão de ordem porque o argumento que ele trouxe é que ofenderia primeiro...

Sr. Presidente, eu não estou ouvindo a minha voz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a V. Ex^{as}, estamos discutindo uma matéria de profundo interesse para esta Comissão. O Deputado Gladson Cameli apresentou uma questão de ordem e eu peço silêncio a V. Ex^{as}.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O argumento que ele trouxe no tocante à violação da repartição dos Poderes não convence, Sr. Presidente, porque um juiz de direito do menor Município do Brasil pode ouvir governador de Estado como testemunha a qualquer momento. Isso está no Código de Processo Penal. Qualquer juiz de direito pode ouvir governador de Estado. Portanto, esse argumento da separação dos Poderes, com todo respeito, não encontra nenhum respaldo na lei e na Constituição.

No tocante ao pacto federativo, Sr. Presidente, uma CPI pode ouvir autoridades de outras pessoas jurídicas com capacidade política. Uma CPI do Congresso Nacional como é esta, uma CPI mista, pode ouvir autoridades das três pessoas jurídicas com capacidade política, uma vez que se encontra dentre as atribuições do Congresso Nacional esta investigação, e esta é uma CPI do Congresso Nacional. Governador de Estado pode ser ouvido em CPI, sim; juiz pode ser ouvido em CPI como testemunha. Não pode nos processos em que ele julga, sob pena de comprometer a sua imparcialidade. O argumento, mais uma vez, com respeito ao Deputado Cameli, não encontra razão na legislação e na Constituição. Um membro do Poder Judiciário pode ouvir até o Presidente da República

como testemunha, e o Presidente tem direito legal de ofertar as suas respostas por escrito.

Portanto, falar que CPI não pode ouvir governador, com todo respeito, falece a qualquer legalidade, qualquer juridicidade a isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Como a matéria é controversa, a Presidência não atende, não acata, nem nega a questão de ordem; recolhe, determina parecer técnico e vai trazer a decisão...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos voltar a Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– ...para a próxima reunião imediatamente após esta. A Presidência vai trazer a decisão dessa questão de ordem do Deputado Cameli.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Item 1.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Por favor, vamos voltar ao primeiro ponto de pauta, que é a questão do sigilo bancário e fiscal.

Mendes Thame, questão de ordem V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor, vou manter a questão de ordem que os senhores me pediram. Mendes e depois Randolfe.

O SR. MENDES THAME (PSDB – SP) – A seu critério, eu poderia deixar a minha questão de ordem para logo em seguida à votação da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a V. Ex^a. Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) –

Sr. Presidente, eu tinha uma questão de ordem. Após o seu despacho à questão de ordem do Deputado Orleir Cameli, eu tenho duas e já vou apresentá-las. A primeira é a seguinte: como é do conhecimento de todos, Sr. Presidente, o Ministro Lewandowski...

V. Ex^a me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ouço e agora quero vê-lo. Então, estou vendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É o maior prazer também ver V. Ex^a, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Olhos nos olhos, quero ver o que você diz. (*Risos.*)

Excelência, como é do conhecimento de todos, o Ministro Lewandowski decretou o relaxamento do sigilo fiscal e bancário das investigações da operação Monte Carlo. Eu quero, em primeiro aspecto, na questão de ordem, indagar a V. Ex^a o que a Presidência e a Relatoria da CPI entendem como relaxamento e, ao

perguntar, logo apresentar uma sugestão. Já que houve o relaxamento, creio que deveria a Presidência da CPI discutir uma forma de socializar os dados da operação Monte Carlo com o conjunto dos Parlamentares. Essa é a primeira questão de ordem.

Na segunda questão de ordem, Presidente, eu queria insistir com V. Ex^a para responder a questão de ordem e dar um encaminhamento da questão de ordem feita aqui por S. Ex^a o Deputado Orleir Cameli porque veja, se prevalecer esse entendimento de...

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Corrigindo, Gladson.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perdão. Orleir Cameli, do Acre.

Se prevalecer esse entendimento de que nós vamos aguardar um parecer jurídico para dar resposta a essa questão de ordem, significará que estará sobrestada a convocação dos Governadores de Estado nesta reunião de hoje. Eu queria apelar a V. Ex^a – como V. Ex^a sempre, no decorrer, na condução firme desta CPI, tem dado resposta objetiva, clara, imediata às questões de ordem, e me parece que assiste razão a contra-argumentação do Senador Pedro Taques – para não acatar essa questão de ordem e garantir ainda hoje a votação da convocação dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço atenção à questão de ordem do Senador Randolfe, meu querido companheiro do PSOL, até porque ele traz duas questões de ordem na mesma indagação, e elas são importantes.

A segunda, eu já decidi, querido companheiro Senador, e, imediatamente, na próxima sessão administrativa, até cioso das minhas obrigações jurídicas – o Senador Pedro Taques sabe e fez uma contradita interessante – e em atenção a S. Ex^a o Senador Pedro Taques, que sabe dos conceitos jurídicos que eu tenho nesta matéria, e em atenção ao Deputado Cameli, que fez uma argumentação, e há duas correntes de pensamento, uma respeitando o Regimento Interno do Senado e outra que amplia poderes, inclusive com legislação federal, das Comissões Parlamentares de Inquérito, eu vou basear-me num parecer técnico da minha assessoria para chegar a esta Comissão com toda a fundamentação específica.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos votar a Delta, que é o primeiro item, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Peço a V. Ex^a que respeite esse posicionamento, sei que V. Ex^a me compreende. Agora, com relação à primeira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu perguntaria a S. Ex^a, Sr. Presidente, se não cabe-

ria essa questão de ordem ser levada ao pleno desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu trago na próxima reunião. Senador Randolfe, todas as providências técnicas para o cumprimento da decisão do Ministro Lewandowski estão sendo tomadas com a rapidez que a decisão proferida exige, a abertura do inquérito e a socialização dos dados, inclusive com a presença dos membros da CPI, com conhecimento dos dados que estão sob sigilo. É o conhecimento que trago a V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos ao item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos ao item 1 da pauta. Peço ao relator para ler o item 1 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só para ficar claro, estou de acordo com esse impedimento, de não votarmos os governadores hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Hoje não.

Item 1 da pauta, que solicita que a Comissão requirite a quebra dos sigilos bancários, fiscal e telefônico da Delta S.A., CNPJ 10788628/0001/57.

Para encaminhamentos favoráveis e contra serão dois de cada Casa. Quem se inscreve para encaminhar favoravelmente?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o relator, por precedência. Peço à secretaria para me ajudar...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu indago dos Pares... Na nossa pauta, entendo a preocupação do Deputado Miro Teixeira, da página 5 em diante, temos a possibilidade de fazer votação simbólica de requerimento. Se tiver algum requerimento em que V. Ex^{as} têm divergência, eu retirarei. Peço apenas a vênica para fazer a leitura. Fazendo a leitura, votamos, simbolicamente, e, em seguida, entramos na quebra de sigilo da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concordo.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Rapidamente. Tendo alguma divergência...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu peço a V. Ex^a que faça a leitura.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Página 5, pauta distribuída pelo Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu me oponho a isso porque daqui a pouco começa a Ordem do Dia. Vamos votar a Delta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É um requerimento de inversão de pauta e não custa, é rápido, eu leio rápido.

Requerimento nº 247, solicita a convocação do Sr. Heraldo Puccini, CPF tal; Requerimento nº 313, requer a convocação, apensado do Senador Alvaro Dias; Requerimento nº 346, requer seja intimado, na condição de testemunha, o Sr. Marcelo Limírio; Requerimento nº 347, requer que seja intimada para depor, na condição de testemunha, a Sr^a Adriana Aprígio; Requerimento nº 364, requer seja convocado, na condição de testemunha, o Sr. Wilder Pedro de Moraes; Requerimento nº 424, requer a convocação, também apensado, do Sr. Wilder.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 373, requer a convocação do Sr. Elias Vaz para prestar depoimento na Comissão; Requerimento nº 406, requer a convocação do Sr. Mauro Sebben, na condição de testemunha; Requerimento nº 423, requer a convocação da Sr^a Sejana Martins; Requerimento nº 425, requer a convocação do Sr. Lúcio Fiúza; Requerimento nº 426, do Sr. Fernando Gomes Cardoso; Requerimento nº 427, da Sr^a Eliane Pinheiro; Requerimento nº 428, Sr. Écio Antônio Ribeiro; Requerimento nº 429, do Sr. Antônio Elias; Requerimento nº 441, convocação, como testemunha, do responsável, em exercício, na empresa Ideal Segurança; Requerimento nº 442, em exercício o responsável pela empresa JR, Prestação de Serviços, Construtora e Incorporadora, na condição de testemunha, responsável em exercício da JM Terraplanagem; Requerimento nº 444, responsável em exercício da Larami Diversões e Entretenimento, da *Laser Press* Tecnologia e Serviços; Requerimento nº 446, do responsável em exercício da empresa Misano Indústria, Importação e Exportação Ltda; Requerimento nº 447, do responsável em exercício da empresa Organização Independente de Comunicação Ltda; Requerimento nº 448, também como testemunha do responsável em exercício da empresa MZ Construções Ltda; Requerimento nº 449, também do responsável em exercício da indústria Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda; Requerimento nº 450, também o responsável em exercício da empresa Bet Capital Ltda; Requerimento nº 451, o responsável em exercício da empresa Brava Construções e Terraplanagem; Requerimento nº 452, Brazilian Gaming Partners; Requerimento nº 453, o responsável em exercício da empresa Construtora Rio Tocantins; Requerimento nº 454, o responsável em exercício da empresa Delta Construções S. A.-DF; Requerimento nº 455, convocação do responsável em exercício também da Delta Construções em Goiás; Requerimento nº

456, da Emprodata Administração de Imóveis e Informática Ltda; Requerimento nº 457, também da Delta Construções, Mato Grosso do Sul; Requerimento nº 458, do responsável pela empresa Fundação Cultural Aprígio Ramos; Requerimento nº 459, do responsável em exercício da Delta Tocantins; Requerimento nº 467, requer a convocação na condição de testemunha do responsável em exercício da Alberto & Pantoja Construções e Transportes.

Ainda, Presidente, providências: Requerimento nº 332, requer à Polícia Federal sejam realizadas as transcrições de todos os diálogos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro captados nas operações Vegas e Monte Carlo; Requerimento nº 348, solicita que esta CPMI requisite a íntegra dos autos das operações...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não ouvi o item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O item anterior.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Referente a Vegas e Monte Carlo, o que era?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 332, requer à Polícia Federal sejam realizadas as transcrições de todos os diálogos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro captados nas operações Vegas e Monte Carlo; Requerimento nº 348, solicita que esta CPMI requisite a íntegra dos autos das operações Vegas e Monte Carlo em formato digital, com possibilidade de utilização de ferramenta de busca textual, dos ilustres Deputados Mendonça Prado e Onyx Lorenzoni; Requerimento nº 359, requisita à Polícia Federal...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, está difícil ler. Estou tentando ler depressa, a pedido. São questões importantes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, silêncio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...requisita à Polícia Federal cópia do inteiro teor do relatório das apreensões efetuadas quando da deflagração da operação Monte Carlo devidamente acompanhado pelas fotos e imagens dos bens apreendidos; Requerimento nº 362, requer ao juízo da Vara Federal de Goiás seja encaminhada a esta CPMI cópia do inteiro teor do depoimento do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, que será prestado junto ao juízo da 11^a Vara de Goiânia; Requerimento nº 369, solicita que esta CPMI requisite a documentação da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica; Requerimento nº 372, requer seja solicitada à Força Aérea Brasileira cópia do depoimento prestado pelo Sr. Idalberto Martins

Araújo; Requerimento nº 402, no mesmo sentido, apensado da Senadora Kátia Abreu; 411, requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor de todos os relatórios de análise de vigilância produzidos e que venham a ser produzidos em decorrência da operação Monte Carlo, bem como a totalidade das interceptações telefônicas captadas em decorrência dessa operação.

Adito ainda, Sr. Presidente – solicito a atenção de V. Ex^{as}: requer ademais seja produzida análise de todo o material relativo a pessoas com prerrogativa de foro mencionadas na referida operação.

Requer, por fim, a relação dos policiais federais e estaduais, civis e militares, citados na operação e no material apreendido. Aqui é Monte Carlo

Requerimento nº 413, requer à Polícia Federal cópia do inteiro teor do inquérito policial produzido quando da Operação Vegas, além da totalidade das interceptações telefônicas captadas em decorrência da referida investigação.

Adito aqui, com a atenção de V. Ex^{as}, requer ademais seja produzida análise de todo o material relativo a pessoas com prerrogativa de foro mencionada na referida operação.

Requer, por fim, a relação dos policiais federais estaduais civis e militares citados na operação e no material apreendido.

Requerimento nº 414, requer seja solicitado ao juízo da 11ª Vara Federal de Goiânia que, nos autos da Operação Monte Carlo, determine o sequestro e bloqueio de todos os bens móveis e imóveis de propriedade do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, ainda que em poder de terceiros; Requerimento nº 415, requer seja solicitado que o Ministério da Justiça comunique a presente investigação às polícias de países com quem o Estado brasileiro possui relação diplomática, a fim de que tome providências cabíveis em face dos investigados e de seus patrimônios, como forma de assegurar a efetividade dos trabalhos desta Comissão; Requerimento nº 416, requer seja requisitado, junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) todas as informações, de forma detalhada, acerca dos Cadastros Específicos do INSS (CEIs), abertos pelas seis construtoras abaixo listadas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Esse V. Ex^a pode dar como lido, por favor, porque é só um pedido de informações ao INSS.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É verdade.

Requerimento nº 417, requer seja requisitado junto aos Tribunais de Contas dos Municípios de todos os Estados da Federação todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em fase das 27 empresas abaixo listadas...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A mesma coisa.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 418, requer seja requisitado junto aos Tribunais de Contas de todos os Estados da Federação, e do Distrito Federal (TCEs), todas as informações disponíveis, inclusive eventuais relatórios de auditorias e demais procedimentos instaurados, concluídos ou não, em face das 27 empresas abaixo listadas; Requerimento nº 419, requer à Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) os relatórios de faturamento da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda., CNPJ 30.222.81410001-31, no período compreendido entre janeiro de 2002 e a data de hoje; Requerimento nº 421, requer que, para todos os sigilos telefônicos que tenham sido quebrados, ou que futuramente venham a ser quebrados por esta CPMI, seja também expressamente solicitado às companhias telefônicas o envio de Relatório de ERBs (Estação Rádio Base), referentes ao período cujo sigilo foi quebrado, em relação a cada um dos telefones.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Este tem que ser isolado. Retiro, então, desta lista, Sr. Presidente.

É o que eu proponho votação...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão relevante. Em primeiro lugar, que todos os convocados venham na condição de testemunha, porque isso nos abre a possibilidade de inquiri-los melhor. E há uma imperfeição: a ex-esposa não é Adriana, é Andréia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Duas questões relevantes para conserto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O 347 tem que ser substituído.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Temos o 470, que está correto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos para votação simbólica.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Sim? Questão de ordem, Carlos Sampaio.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acolho a sugestão do Deputado Onyx Lorenzoni

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – 416 e 417.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Com a palavra o Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Havia uma precedência da votação da Delta Nacional. Como

estamos votando, no 416 e no 417, várias quebras de sigilos regionais, quero saber se ficou prejudicado, porque o pedido feito pelo Deputado Miro Teixeira – e eu estou subscrevendo esse pedido – é que fosse votado o da Delta Nacional...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não há prejuízo.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Aqui estamos votando Delta regional.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o requerimento de INSS.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É o INSS. É isso.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – É o requerimento ao INSS.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Vamos à votação simbólica.

Aqueles que concordam com os requerimentos assinalados pelo Relator, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade por esta Comissão.

Encaminho à Secretaria para as providências cabíveis.

Item 1 da pauta.

A favor do item 1, o Senador Randolfe com a palavra e o Senador Miro. São dois a favor e dois contra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Deputado Miro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Deputado Miro.

Com a palavra o Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sobre o tema da Delta, há dois requerimentos e um terceiro nas minhas mãos, de vários parlamentares desta CPMI, que dou ciência a V. Ex^{as} e precisam ser debatidos por todos nós.

O Requerimento nº 6 solicita que a Comissão requirite a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico da Delta Construções S.A., CNPJ 001, do Deputado Onyx Lorenzoni e do Deputado Mendonça Prado.

Ainda o Requerimento nº 087 solicita a transferência dos sigilos fiscal e bancário do período compreendido entre a empresa Delta Construções S.A., do Deputado Rubens Bueno.

Chega às minhas mãos o requerimento do Deputado Luiz Pitiman e outros, Filipe Pereira... Solicito que, depois, V. Ex^{as} informem os autores. Requer o seguinte: requeremos a V. Ex^a, nos termos regimentais, e com base na Lei Complementar nº 105, combinada com a lei tal e com a Constituição Federal, em seus artigos tais, que esta Comissão requirite a quebra do sigilo bancário da empresa Delta Construções, CNPJ

1078862800157, das contas que serviram à organização criminosa a serem apresentadas pela Presidência desta CPMI, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data, a fim de investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, desvendadas pelas Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, conforme justificativas abaixo apresentadas...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, questão de ordem. O requerimento apresentado agora não pode ser votado. Tem de votar os que estavam na pauta.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O que eu encaminho, Presidente? Que nós discutamos os três requerimentos e, ao final, vou me posicionar sobre qual requerimento acho mais adequado sua aprovação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, nós fizemos um acordo de que, nesta reunião, iríamos colocar para votar. Esses requerimentos que entraram agora não estavam elencados até sexta-feira, como foi compromisso firmado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Regimentalmente, por favor, Deputado Onyx...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Portanto, peço que mantenham os dois, porque eles atendem a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Regimentalmente, o Requerimento nº 483 tem de ter o apoio para a inclusão na pauta. Ele terá de ter o apoio expressivo, e a Secretaria vai colocar em votação. Estou discutindo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, sou autor do Requerimento nº 6 e tenho certeza de que o Deputado Rubens Bueno, que é autor do Requerimento nº 87, há de concordar comigo de que os Requerimentos nºs 6 e 87 sejam colocados em votação neste momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ou retira o 87. Não tem problema. Que sejam votados agora, para que consigamos avançar nessa investigação. É imprescindível.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimentos nºs 6 e 87. E há um requerimento extrapauta que será também colocado em votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Depois. Votamos esse agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos votar os três requerimentos com relação à Delta.

Requerimentos nºs 6 e 87. Inscritos para falar a favor, Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, como autor, até pedindo vênua ao Senador, como autor, não quero falar, quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A favor, Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, desde o início dessa investigação, resta cabalmente provado o envolvimento dessa empresa. Aliás, quero lembrar que o primeiro requerimento solicitando esta Comissão Parlamentar de Inquérito que tramitou aqui no Senado, de minha autoria e do Senador Pedro Taques, já se referia a que esta CPI deveria ser não somente para investigar os negócios do Sr. Carlos Cachoeira com agentes públicos e agentes privados, mas, notadamente, para investigar também os negócios da empresa Delta. Eu quero trazer para a CPI somente um dado que revela a necessidade deste ato nosso hoje de votar a quebra do sigilo fiscal e bancário da empresa Delta.

No período de junho de 2010 a abril de 2011, a empresa Delta depositou na Alberto Pantoja, uma das empresas-laranja do Sr. Carlos Cachoeira, e na empresa Brava algo em torno de R\$40 milhões. Vou repetir especificamente: R\$39,9 milhões. Restam ainda dados sobre os depósitos ocorridos nesse período na empresa JR. Nesse mesmo período, os negócios contraventores do Sr. Carlos Cachoeira resultaram para a organização criminosa R\$11 milhões.

Vejam: a empresa Delta é muito mais lucrativa para a organização criminosa do que a própria contravenção, a própria jogatina coordenada pelo Sr. Carlos Cachoeira. Desses R\$40 milhões, foram derivados para uma série de outros agentes privados e uma série de outras pessoas físicas... Dentre esses agentes privados, constam pelo menos 29 empresas e, dentre essas empresas, algumas que, segundo os dados que levantamos, já contribuíram financeiramente com vários dos agentes públicos em suas campanhas, que já foram citadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, nós queremos quebrar o sigilo da Delta porque é uma necessidade desta CPI. Para esta CPI seguir, para o bem desta CPI e para o bem do Brasil, esse sigilo deve ser quebrado. Além de quebrar o sigilo, nós queremos aqui hoje votar favoravelmente todos os requerimentos, doa em quem doer, seja quem for. Não vamos utilizar artifício regimental, não vamos argumentar a Constituição da República, não vamos obstruir nenhum tipo de votação, queremos votar todos. Só lamentamos não votar mais do que vamos votar hoje porque já foi sobrestada a convocação dos governadores.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Peço um esclarecimento à Mesa sobre qual será a ordem de votação dos requerimentos e aproveitamento para apresentar a V. Ex^a pedido de inclusão extrapauta com o apoio do requerimento assinado por vários membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós vamos votar agora os Requerimentos nºs 6 e 87, que estão juntos, casados, que, de forma prioritária, obedecendo a regra da Comissão, entraram. Depois vamos votar o requerimento de inclusão extrapauta do 438, do Deputado Luiz Pitiman, e iremos ouvir agora o Deputado Miro Teixeira, que se posiciona a favor dos Requerimentos nºs 6 e 87.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, eu penso que está ficando meio inexplicável não se conseguir votar essa quebra de sigilo da Delta. Não é que não se tenha conseguido votar: nós já votamos, já votamos mais de uma vez, já quebramos esse sigilo mais de uma vez, e sai o ofício errado! É porque nós estamos decidindo errado, não se pode lançar a culpa nos servidores da Casa.

Eu vou encaminhar pura e simplesmente a favor dessa quebra total, com esse CNPJ, que é o CNPJ nacional da Delta. Daqui a pouco vamos aí incluir o Sr. Fernando Cavendish, porque não se trata de abrir a Delta de agora, mas de abri-la desde sempre, como nós temos feito aqui, e conferimos aqui os termos do ofício ou dos ofícios que daqui sairão, porque é a terceira vez que nós cuidamos desse assunto e ele acaba voltando para cá. Isto está ficando inexplicável perante a população.

Eu penso que devemos apoiar, votar por unanimidade essa quebra de sigilo da Delta. Quem tiver alguma dúvida depois pode descer aqui à sala do cofre e verificar como é que rola dinheiro, o volume de dinheiro que rola aqui em nome de todos eles. Já está aqui, trazido pelo Coaf.

Então, Presidente, o voto é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não há nenhum inscrito para votar contra.

Vamos iniciar a votação – depois vamos votar o 438.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, como não há ninguém contra, eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Senadora Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Petecão? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, como não há ninguém contra, voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota a Deputada Íris de Araújo? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Luís Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Leonardo Picciani?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Flávio?

O SR. DOMINGOS FLÁVIO (PSDB – MG) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Votamos sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Rubem Bueno?

O SR. RUBEM BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Silvio Costa? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como vota o Deputado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimento aprovado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente... Questão de ordem, Presidente... Pedi, encarecidamente, que o Requerimento nº 290, que resolve a questão seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vai ser logo após esse.

Requerimento nº 438 de inclusão de pauta.

Votação simbólica...

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Só um minuto.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Votação simbólica para inclusão do Requerimento 438...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Ele está prejudicado. Encaminho pelo...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ele está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Requerimento prejudicado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O 290, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Iniciaremos o Requerimento nº 290.

Com a palavra...

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Meu voto, Sr. Presidente. Eu quero justificar que saí há um minuto para registrar presença em outra sessão... “Sim”, meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Deputado Odair Cunha com a palavra.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, o 290 também está fora da pauta...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Espera aí, Sr. Relator, com todo o respeito... Nós fizemos toda discussão no início. V. Exª não estava e chegou depois do ajuste que foi feito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É uma questão administrativa e nominal. É a minha... Foi...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Então, no entendimento que V. Srª teve com o Presidente, encaminhado favoravelmente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Relator, muito obrigado pela compreensão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É nominal... Vou chamar o Senador José Pimentel.

É o Requerimento nº 290. É o conserto de um encaminhamento dado a por esta Presidência com...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Humberto Costa? *(Pausa.)*

Sim.

Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Clro Nogueira? *(Pausa.)*

Paulo Davim? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Cassio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Fernando Collor? *(Pausa.)*

Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Kátia Abreu? *(Pausa.)*

Kátia Abreu, sim.

Sérgio Petecão? *(Pausa.)*

Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP) – Presidente, V.Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/PMDB – PB) – Cândido Vaccarezza, vou repetir.

O SR. CANDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Íris de Araújo.

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Luiz Pitiman.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAÍO (PWSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Francischini. *(Pausa.)*

Domingos Sávio? *(Pausa.)*

Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Onyx?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Finalmente, “sim” ao compartilhamento do sigilo da operação São Michel com esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Quintera Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSDB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Requerimento aprovado.

Com a palavra o relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 250, Sr. Presidente, solicita que essa CPMI requirite a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Alto Posto T-10 Ltda; Requerimento nº 253, requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior.

Aditando, Presidente, requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Requerimento nº 375, Sr. Presidente, requer a quebra dos sigilos...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – ...fiscal, bancário e telefônico da empresa Mapa Construções. Indago a V. Ex^a se continuo lendo... *(Pausa.)*

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico, apensado, requerimento do Dr. Rosinha.

Requerimento nº 392, requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa WCR Produção e Comunicação Ltda, apensado ao do Dr. Rosinha; Requerimento nº 407, requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, apensado ao do Dr. Rosinha, também; Requerimento nº 408, requer a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico, de e-mail do

Deputado Sandes Júnior; requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e de e-mail do Deputado Stepan Necessian; requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e de e-mail do Deputado Carlos Alberto Leréia; Requerimento nº 440, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Royal Palace Diversões Ltda.; Requerimento nº 431, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Center Diversões Eletrônicas Ltda.; Requerimento nº 432, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Star Game Comércio Importação e Exportação; Requerimento nº 433, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Antares Assessoria Administração e Participação Ltda.;

Requerimento nº 434, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Adriano Aprígio de Souza; Requerimento nº 435, requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Game Diversões Eletrônicas Ltda.; requer a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Catarinense Serviço de Atividade Lotérica Ltda.; Requerimento nº 437, da empresa Aprígio Construtora e Incorporadora Ltda.; Requerimento nº 438, da empresa American Center Bingo Ltda.; Requerimento nº 460, da empresa Calltech Combustíveis e Serviços Ltda.;

Requerimento nº 461, do Sr. Geovani... *(Pausa.)* ...da empresa Geovani Pereira da Silva ME; Requerimento nº 463, da Fundação Nelson Castilho; Requerimento nº 464, da Maquinaria Publicidade e Propaganda; Requerimento nº 465, da Rádio Goiás Sul FM Ltda.; Requerimento nº 466, da Rede Brasiltur de Televisão; Requerimento nº 468, da Data Traffic; Requerimento nº 469, do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres.

É o que proponho, Sr. Presidente, favoravelmente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB)

– As preferências das questões de ordem: Deputado Carlos Sampaio, Senadora Kátia Abreu e o Deputado Protógenes.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, estou pedindo a bastante tempo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB)

– Não ouvi V. Ex^a. Desculpe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Fui autor de requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB)

– Mas não ouvi V. Ex^a. Perdoe-me.

Deputado Rubens Bueno e o Deputado Mendes Thame, Líder da minoria, que havia liberado daquela preferência naquela primeira votação.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de declarar o voto.

Na votação nominal anterior, o PSD, nem eu nem o Petecão estávamos presentes, porque sou autora de uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– V.Ex^a já está plenamente justificada.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...na CCJ com cinco palestrantes. Mas, como a maioria, a unanimidade, o meu voto também foi “sim”...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Plenamente justificado. Fica justificado.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ...pela quebra do sigilo da Delta

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Deputado Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PT – SP) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem, mas eu primeiro indago a V. Ex^a se deveria formulá-la, uma vez que começou a Ordem do Dia. Então, a meu sentir, teria que ser encerrada esta sessão. Eu pergunto se levanto a questão de ordem ou se vai haver o encerramento em razão do início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – TO)

– De acordo com a forma regimental, sim.

Eu consulto a Secretaria Legislativa para confirmar se a informação do Deputado Sampaio é atinente... *(Pausa.)*

Amanhã continuamos a sessão administrativa.

A Presidência continua a sessão administrativa com a mesma pauta e convoca extraordinariamente para amanhã após as oitavas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E no dia do Demóstenes, faz administrativa depois.

O SR. (Orador não identificado) – Antes, Presidente. Vamos propor de manhã.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – De manhã. Às 10 horas da manhã, às 10 horas e 15 minutos da manhã sessão administrativa desta Presidência.

Então convocados.

Tenham todos uma boa tarde. Fiquem com Deus.
– Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE, NO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, INVESTIGAR PRÁTICAS CRIMINOSAS DO SENHOR CARLOS AUGUSTO RAMOS, CONHECIDO VULGARMENTE COMO CARLINHOS CACHOEIRA, DESVENDADAS PELAS OPERAÇÕES “VEGAS” E “MONTE CARLO”, DA POLÍCIA FEDERAL, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 1 DE 2012-CN.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião realizada em 30 de maio de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho - Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo (PMDB-PB)** durante a primeira parte da reunião e, durante a segunda parte, sob a presidência eventual do Deputado **Paulo Teixeira (PT/SP)**, com a presença dos Senadores: **José Pimentel (PT-CE)**, **Humberto Costa (PT-PE)**, **Lídice da Mata (PSB-BA)**, **Pedro Taques (PDT-MT)**, **Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)**, **Sérgio Souza (PMDB-PR)**, **Ciro Nogueira (PP-PI)**, **Paulo Davim (PV-RN)**, **Jayme Campos (DEM/MT)**, **Álvaro Dias (PSDB-PR)**, **Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**, **Vicentinho Alves (PR-TO)**, **Kátia Abreu (PSD-TO)**, **Wellington Dias (PT-PI)**, **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)**, **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** e **Sérgio Petecão (PSD-AC)** e dos Deputados: **Cândido Vacarezza (PT-SP)**, **Odair Cunha (PT-MG)**, **Íris Araujo (PMDB-GO)**, **Luiz Pitiman (PMDB-DF)**, **Carlos Sampaio (PSDB-SP)**, **Fernando Francischini (PSDB-PR)**, **Gladson Cameli (PP-AC)**, **Onyx Lorenzoni (DEM-RS)**, **Maurício Quintella Lessa (PR-AL)**, **Paulo Foletto (PSB-ES)**, **Miro Teixeira (PDT-RJ)**, **Rubens Bueno (PPS-PR)**, **Sílvio Costa (PTB-PE)**, **Filipe Pereira (PSC-RJ)**, **Delegado Protógenes (PCdoB-SP)**, **Luiz Sérgio (PT-RJ)**, **Leonardo Picciani (PMDB-RJ)**, **João Magalhães (PMDB-MG)**, **Domingos Sávio (PSDB-MG)**, **Iracema Portella (PP/PI)**, **Mendonça Prado (DEM-SE)**, **Ronaldo Fonseca (PR-DF)**, **Glauber Braga (PSB-RJ)**, **Vieira da Cunha (PDT-RS)** e **Hugo Leal (PSC-RJ)**. Deixaram de comparecer os

seguintes Senadores: **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)** e **Fernando Collor (PTB-AL)**. Compareceram os seguintes parlamentares não membros: os Senadores **Cyro Miranda (PSDB-GO)** e **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** e os Deputados **Vanderlei Macris (PSDB-SP)**, **Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP)**, **Otávio Leite (PSDB-RJ)**, **Bruno Araújo (PSDB-PE)**, **Paulo Feijó (PR-RJ)**, **Jilmar Tatto (PT-SP)**, **Chico Alencar (PSOL-RJ)** e **Anthony Garotinho (PR-RJ)**. Logo de início o Sr. Presidente indeferiu a questão de ordem formulada na reunião anterior pelo Deputado Gladson Cameli. Em seguimento, foram chamados a depor, um a um, perante a Comissão os Senhores Cláudio Abreu; José Olímpio de Queiroga Neto; Gleyb Ferreira da Cruz; e Lenine Araújo de Souza. O Sr. Jayme Eduardo Rincón, convocado como testemunha, apresentou atestado médico dizendo que está sendo submetido a tratamento devido a um aneurisma cerebral. Foi feita, preliminarmente, por esta Comissão a avaliação dos exames que vieram acompanhados do presente atestado. O Sr. Rodrigo Moral Dall Agnol, convocado como testemunha, apresentou habeas corpus, no qual questiona sob em que condição se daria o seu depoimento. Diante da dúvida, a Presidência o dispensou do depoimento, comprometendo-se a proceder uma nova convocação na qual estará devidamente esclarecida a condição de testemunha. Encerrada a primeira parte da reunião, foram apreciados os seguintes requerimentos:

| Nº | Ementa | Autoria | Resultado |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 045/12 | Requer seja convocado o Sr. Agnelo Queiroz para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho | APROVADO |
| 047/12 | Requer seja convocado o Sr. Marconi Perillo para prestar depoimento perante a Comissão. | Deputados Carlos Sampaio, Fernando Franceschini, Domingos Sávio e Rogério Marinho | APROVADO |

| | | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|----------|
| 079/12 | Requer seja intimado o Sr. Agnelo Queiroz – Governador do Distrito Federal, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo” da Polícia Federal. | Deputado Filipe Pereira | APROVADO |
| 080/12 | Requer seja intimado o Sr. Marconi Perillo – Governador do Estado de Goiás, para prestar depoimento na condição de testemunha perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar práticas criminosas do Sr. Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações “Vegas” e “Monte Carlo” da Polícia Federal. | Deputados Filipe Pereira e Hugo Leal | APROVADO |

| | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------|
| 215/12 | Solicita a oitiva do Sr. Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho. | Senador Randolfe Rodrigues | REJEITADO |
| 219/12 | Requer a convocação do Sr. Agnelo dos Santos Queiroz Filho, governador do Distrito Federal. | Deputado Maurício Quintella | APROVADO |
| 220/12 | Requer a convocação do Sr. Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, Governador do Rio de Janeiro. | Deputado Maurício Quintella | REJEITADO |
| 221/12 | Requer a convocação do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás. | Deputado Maurício Quintella | APROVADO |
| 250/12 | Solicita que esta CPMI requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Auto Posto T-10 Ltda., CNPJ nº 02.031.890/0001-24. | Deputados Onyx Lorenzoni e Mendonça Prado | APROVADO |
| 274/12 | Solicita a oitiva do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da relação que mantém com o Sr. Carlos Augusto Ramos. | Senador Randolfe Rodrigues | APROVADO |

| | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------|
| 279/12 | Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Exmo. Governador do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cabral, a fim de esclarecer as denúncias de seu envolvimento com a Construtora Dela e o senhor Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno | REJEITADO |
| 280/12 | Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Governador do Distrito Federal, Sr. Agnelo Queiroz, a fim de esclarecer às denúncias de seu envolvimento com Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno | APROVADO |
| 284/12 | Requer sejam tomadas providências necessárias à convocação do Governador do Estado de Goiás, Sr. Marconi Perillo, a fim de esclarecer as denúncias do seu envolvimento com o Sr. Carlos Augusto Ramos. | Deputado Rubens Bueno | APROVADO |

| | | | |
|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------|
| 360/12 | Requer o encaminhamento pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão, informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Demóstenes Torres. | Deputado Rubens Bueno | APROVADO |
| 361/12 | Requer o encaminhamento pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão, informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira. | Deputado Rubens Bueno | APROVADO |
| 375/12 | Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa Mapa Construções, CNPJ 05.080.972/0001-57, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. | Senador Randolfe Rodrigues | APROVADO |

| | | | |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------|
| 392/12 | Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. | Senador Randolfe Rodrigues | APROVADO |
| 407/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Odair Cunha | APROVADO |
| 430/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ROYAL PALACE DIVERSÕES LTDA-ME, CNPJ Nº 06.972.693/0001-60, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 431/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa PLANETA CENTER DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA, CNPJ Nº 04.644.289/0001-32, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |

| | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| 432/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa STAR GAME COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ N° 61.318.358/0001-51, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 433/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ANTARES ASSESSORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA, CNPJ N° 01.133.485/0001-54, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 434/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa ADRIANO APRI-GIO DE SOUZA ME, CNPJ N° 37.256.054/0001-22, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 435/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa GOIÁS – GAME DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA, CNPJ N° 25.008.541/0001-97, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |

| | | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| 436/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa PLANETA CATARINENSE SERVIÇO DE ATIVIDADE LÔTÉRICA LTDA-ME, CNPJ N° 86.971.237/0001-35, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 437/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa APRÍ-GIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ N° 12.615.538/0001-90, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 438/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa AMERICAN CENTER BINGO LTDA-ME, CNPJ N° 04.642.628/0001-41, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 439/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa WCR PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, CNPJ N° 13.573.271/0001-00, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |

| | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| 440/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, CPF N° 113.861.501-34, no período de 1° de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 460/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da CALL-TECH COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 01.357.769/0001-24, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 461/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da GEOVANI PEREIRA DA SILVA ME, CNPJ 37.397.353/0001-87, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 462/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da MAPA CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 05.080.972/0001-57, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 463/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da FUNDAÇÃO NELSON CASTILHO, CNPJ 03.776.518/0001-00, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |

| | | | |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| 464/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da MAQUINARIA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CNPJ 03.853.183/0001-86, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 465/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da RADIO GOIAS SUL FM LTDA, CNPJ 10.417.978/0001-07, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 466/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da REDE BRASILEIRA DE TELEVISÃO, CNPJ 09.580.504/0001-00, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
| 468/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e SKYPE da empresa Data Traffic, CNPJ 01.175.068/0001-74, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |

| | | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| 469/12 | Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e SKYPE do Senador Demostenes Lazaro Xavier Torres, CPF: 251.804.101-00, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data. | Deputado Dr. Rosinha | APROVADO |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-----------------|

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, profissionais da imprensa. São 10h34min. Solicito a V. Ex^{as}, aos assessores e aos profissionais em serviço que ocupem os seus lugares, para que possamos dar início à nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10^a Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 01, de 2012.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9^a Reunião desta Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a Ata está aprovada.

Esta Presidência assumiu com o Deputado Gladson Cameli, com o Senador Pedro Taques e com todos os membros desta Comissão o compromisso de, na imediata sessão administrativa seguinte, responder a questão de ordem formulada por S. Ex^a, o Deputado Gladson Cameli, a respeito da competência desta Comissão em convocar governadores de Estado e, por conseguinte, por um desejo desta Presidência, estender a convicção jurídica desta Mesa em outros detentores de foro privilegiado.

O estudo dessa matéria, Deputado Cameli, não é de ontem, por ocasião da consulta aos governadores. Já veio de anteontem, de alguns dias, digo melhor, de um mês atrás, quando nós discutimos aqui matérias atinentes ao Ministério Público. Por isso, sobrevieram, com as inconstâncias e as injustiças de sempre, especulações e aleivosias a respeito de conchavos, acordos, que são impróprias a esta Comissão e a esta Presidência.

Esta Presidência não faz acordos, porque os acordos são feitos em plenário, e é lícito se fazerem acordos em bancadas e em partidos, e são cancelados pela

Presidência, porque a soberania do colegiado deve e há de ser respeitada por esta Presidência. Quando os acordos são feitos, eles são feitos pelo colegiado e são transmitidos a esta Presidência.

Mas essa questão de ordem que V. Ex^a colocou me privou, por um dever jurídico, que foi contraditado em boa hora pelo Senador Pedro Taques, por um dever jurídico e por obrigação e responsabilidade legal de me postar com minha assessoria a estudo constitucional de matéria constitucional e de matéria infraconstitucional. Matéria constitucional, à luz do art. 58 da Constituição Federal, e matéria infraconstitucional, que foi cancelada e admitida pela Constituição Federal em vigor.

Por isso que passo à leitura do despacho desta Presidência, que será extensivo – atentem bem! –, para os próximos cinco meses, a quaisquer questões de ordem que, por ventura, possam ser levantadas a quaisquer pessoas que detenham foro privilegiado. O entendimento da Presidência será este que passo, a seguir, ao conhecimento dos senhores.

Peço a atenção dos senhores.

Trata-se de questão de ordem formulada pelo Deputado Gladson Cameli, em que argumenta não ser possível a convocação do Governador do Estado por esta CPMI, pois implicaria em violação aos princípios constitucionais relativos à Federação e à separação de poderes.

Primeiramente, há de se afastar os argumentos trazidos pelo autor da questão de ordem de que, permitida a convocação de governador de Estado pela CPMI, haveria de se admitir a convocação do Presidente da República por uma CPI instalada em Assembleia Legislativa Estadual. É que o Congresso Nacional, aliás, qualquer de suas Casas, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, no exercício de sua função judicante, por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito, tem jurisdição em todo o território nacional, o que não acontece, obviamente, com uma CPI estadual, cuja jurisdição se limita territorialmente, embora alcance as prefeituras municipais que se localizam em seu território.

Estou persuadido de que a convocação de governador de Estado por esta CPMI, para depor sobre fatos que não dizem respeito às atribuições próprias do seu governo, não viola o princípio federativo. Deve-se ter em conta que, no caso concreto, a CPMI não se interessa pelos atos de gestão ou de governança do chefe do poder executivo estadual, mas sobre seu suposto envolvimento com atividades investigadas por esta Comissão.

O autor da questão de ordem argumenta que o governador de Estado tem prerrogativa de foro no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ocorre que esse foro so-

mente prevalece para o julgamento de crimes comuns. A propósito disso, cabe registrar que o procedimento adotado pela CPMI não se assemelha a um processo criminal, apesar de aplicação subsidiária do Código de Processo Penal, visto que a Comissão sequer aplica a pena cominada ao eventual crime cometido.

Compete à CPMI uma apuração preliminar, sendo que para aplicação de qualquer pena somente poderá acontecer mediante o imprescindível processo penal. Aliás, como bem salientou o Senador Taques, em sua contradita à questão de ordem que ora se analisa, um governador de Estado pode ser ouvido como testemunha por qualquer juízo cível ou criminal do Brasil. E mais, excetuando-se as causas criminais, um governador de Estado pode figurar como réu perante qualquer processo em qualquer comarca do Brasil.

E ninguém jamais cogitou nesses casos de pretensa violação ao princípio federativo, porque obviamente descabida.

Também não vislumbro ofensa ao princípio da separação dos poderes. José Afonso da Silva, em seu livro *Direito Constitucional Positivo*, 19ª ed., Malheiros, pág. 114, ao tratar da independência e harmonia entre poderes, destaca que: “*nem a divisão de funções entre os órgãos do poder nem sua independência são absolutas. Há interferências que visam ao estabelecimento de um sistema de freios e contrapesos, à busca do equilíbrio necessário à realização do bem e da coletividade e indispensável para evitar o arbítrio e o desmando de um, em detrimento do outro, e especialmente dos governados*”.

Ora, no exercício dessa função judicante, cumpre à CPMI buscar a verdade, justamente em respeito aos governados, ao povo brasileiro, inclusive os indiciados que, porventura, forem inocentes.

As Comissões Parlamentares de Inquérito têm previsão constitucional, nos termos do art. 58, § 3º, da Carta política que estabelece.

Art. 58, § 3º:

As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Veja-se, portanto, que a CPMI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Para se pesquisar – attem os senhores – todavia, o alcance desses poderes é inevitável a comparação daqueles atribuídos às demais comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Acerca dessa matéria, o próprio art. 58 da Carta Republicana estabelece:

Art 58

§ 2º Às comissões, em razão da sua competência, cabe:

.....

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

Observe-se, então, que as comissões ordinárias, despojadas de poderes de investigação, podem solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. E, em se tratando de comissão parlamentar de inquérito, o que pode mais, o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão será objeto de requisição, não de mera solicitação.

Não bastasse a Lei nº 1579, repito, a Lei nº 1579, de 18 de março de 1952, Senador Pedro Taques, recepcionada, Deputado Miro Teixeira, pela Constituição Federal, estabelece em seu art. 2º – transcrevo literalmente aos senhores:

Art. 2º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Como bem salientou José Afonso da Silva, “as comissões parlamentares de inquérito tiveram suas atribuições consideravelmente tolhidas no regime da Constituição revogada, sendo uma das suas marcas autoritárias.”

Ao final, cabe registrar, a propósito, que a Lei nº 1579, de 1952, foi editada sob a égide da Constituição de 1946, essencialmente liberal e democrática. Então, sua recepção pela Constituição vigente evidencia-se absolutamente cristalina. Forte nessas razões e nas minhas próprias convicções pessoais, jurídicas e republicanas, indefiro a questão de ordem formulada.

Conforme convocação, a presente reunião, na sua primeira parte, destina-se à oitiva dos Srs. Gleyb Ferreira... Temos duas partes hoje. Vamos ouvir as oitivas e voltaremos aos requerimentos. Nas oitivas,

seremos breves, oportunos e econômicos sob o ponto de vista procedimental. Temos *habeas corpus* em mesa – e haverei de informar a V. Ex^{as} – que foram oferecidos e deferidos aos pacientes.

Conforme convocação, a presente reunião, na sua primeira parte, destina-se à oitiva dos Srs... Chamo Gleyb Ferreira da Cruz.

O Sr. Gleyb Ferreira da Cruz impetrou *habeas corpus*. No dia 29 de maio, o Ministro Dias Toffoli concedeu a seguinte decisão em liminar. Vou ler a decisão final:

Qual é a decisão final? (*Pausa.*)

Com essa consideração... Vou ler só a decisão do Sr. Gleyb.

Eu peço silêncio para eu ler aos senhores o HC impetrado pelo Sr. Gleyb à decisão do Ministro Dias Toffoli, para o conhecimento de todos os senhores: “Com essas considerações [as considerações do impetrante], defiro...”

Eu peço silêncio aos senhores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Fala do Ministro Dias Toffoli:

Com essas considerações, defiro, em parte, o pedido de liminar para assegurar ao paciente, Sr. Gleib, que não está dispensado da obrigação de comparecer à CPMI em questão; direito de exercer o seu direito ao silêncio, incluindo o privilégio contra a autoincriminação; excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas processuais; o direito de ser assistido por seus advogados, de se comunicar com eles durante sua inquirição, garantindo a todos estes advogados as prerrogativas previstas.

Em razão de o paciente estar sendo processado [como visto] em ação penal junto à 11ª Vara Federal de Goiás, Processo nº [...], por crimes que integram o objeto daquela CPMI, ressalto que ele não pode ser obrigado a assinar termo ou firmar compromisso na condição de testemunha em relação aos respectivos fatos.

Expeça-se o salvo-conduto.

Comunique-se, com urgência, ao eminente Senador Vital do Rêgo.

Essa é a decisão do HC do Ministro Dias Toffoli.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, queria fazer um questionamento a V. Ex^a, que está com o *habeas corpus* em mão: esse *habeas* é específico para esta sessão? Ele é específico para esta reunião?

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– É específico para esta sessão e específico para o paciente Sr. Gleib Ferreira da Cruz.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero sugerir ao nobre relator, quanto a todos esses indivíduos que estão envolvidos com a organização criminosa ou que já estão em processo de investigação e que já estão nominados à Justiça, que nos pudéssemos pensar na hipótese de ouvi-los numa convocação como testemunhas e em acareação com outros elementos, porque eu creio que se pode, talvez, obter melhor resultado do que trazê-los como investigados, como eles estão vindo.

É uma sugestão ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Sugestão feita.

Eu vou fazer ao Sr. Gleib Ferreira da Cruz a seguinte indagação...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Pois não, Sr. Deputado Vaccarezza.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, há uma decisão constitucional de que nenhum convocado é obrigado a falar. É um direito constitucional de qualquer cidadão. Por isso que não partilho de ideias, como ouvi aqui no primeiro depoimento do Sr. Cachoeira, de que é uma desmoralização para a CPMI um depoente se calar. Esse é um direito constitucional, e isso não desmoraliza a CPI.

Nesse sentido, eu acho que a CPMI deve desconhecer esse *habeas corpus*, e o depoente tem o direito constitucional de falar calado! Ele não precisa de *habeas corpus* para isso. E acho também que os nossos Pares aqui, os Deputados, não podem coagir nem se dirigir de forma desrespeitosa a nenhum depoente, porque é fácil ser valente quando o cidadão está algemado, ou quando o cidadão está acuado; difícil é ser bravo e ser valente em outras situações.

Então, esse *habeas corpus* é desnecessário, não está à altura do Supremo, e o Ministro não poderia ter dado esse *habeas corpus*. E aqui a CPMI não coage como instituição os depoentes. Não coage. Nós vamos interrogar e o depoente, se ficar calado, está exercendo o direito constitucional dele e não pode nem deve ser ofendido por nenhum parlamentar aqui presente, como às vezes acontece, mas é coisa do parlamentar, e não acho que seja valentia um parlamentar chamar um depoente de criminoso ou de...

Então, Presidente, eu quero que V. Ex^a dê um encaminhamento, em nome da CPMI, com essa interpretação dessa questão de ordem que eu fiz.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Presidente, como Líder, três minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É a respeito da oitava?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Isso, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, como Líder, V. Ex^a.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Chico Alencar, embora Lopes também seja um sobrenome...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E não desonra V. Ex^a, com certeza.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu conheço V. Ex^a há quatro anos e V. Ex^a sempre foi um grande Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Muito obrigado. Da estirpe da Bárbara, tomara.

Sr. Presidente, só para fazer uma observação pela Liderança do PSOL.

Reporto-me a um conhecido advogado e ex-Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que, em 2004, quando Ministro da Justiça, comentou a respeito de alguém que estava num inquérito, chamado Carlos Augusto Cachoeira Ramos, que ele, obviamente, não era obrigado a colaborar com as investigações e nem a oferecer a fita que gravava de um diálogo com Waldomiro Diniz, mas que isso mostrava que ele não tinha o menor espírito público e não merecia perdão.

Portanto, a crítica aos que não querem colaborar com a CPI é tão justa, correta e constitucional quanto o silêncio deles. Nós deploramos aqui que haja uma fieira, uma cascata de silêncios. Temos também o direito de interpretar esses silêncios e não podemos aqui achar que esses silêncios, para além de ser um direito constitucional fundamental, sejam bons ou irrelevantes para a CPI. Isso é muito negativo, é muito ruim, e nós já tivemos CPIs em que pessoas na cadeia colaboraram, trouxeram elementos aqui.

Portanto, a crítica a esse calar, que, para nós, é cúmplice de muitas malfetorias, vai existir sempre da parte do PSOL, respeitado o óbvio. A gente aqui fala sobre o óbvio. Que pode se calar, pode, não precisa de *habeas corpus*, é uma demasia. Agora, a gente não pode aceitar isso como natural, normal, vida que segue. Evidente, esta é uma CPI mais de documentos do que de depoimentos. Agora, é deplorável essa postura seguida, que, pelo visto, já se anuncia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou perguntar: é uma conduta...

O SR. MIRO TEIXEIRA – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA – Eu também quero fazer um aditamento aqui ao que disse...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode se manifestar, Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA – ... o Deputado Vaccarezza. Eu estou muito espantado com essa ordem de *habeas corpus* que se limita a repetir o que nós seguimos aqui, o que seguimos aqui, o que dita a Constituição. Nós não somos transgressores, nós não coagimos ninguém aqui, o Parlamento não está funcionando como autoridade coatora de quem quer que seja. Isto não é palco para exibicionismo de ninguém, nem de réu, nem de advogado, nem de parlamentar, nem de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Se eu presidisse esta Comissão, eu devolveria esse instrumento ao Ministro Toffoli, porque o Supremo Tribunal Federal já decidiu até que qualquer desacato, qualquer agravo a um depoente é crime de responsabilidade de quem o pratica. Nenhum parlamentar pode agravar quem quer que seja. Eu me sinto atingido, porque aqui nós exigimos respeito, o direito do advogado falar, como assegurado pela Constituição, como assegurado pelos códigos brasileiros, como assegurado pelo Supremo Tribunal Federal. E, de repente, chega aqui algo que não é propriamente uma ordem de *habeas corpus*. Precisaria ser melhor examinado para que nós possamos ver o que fazer diante de uma coisa desse tipo. Isso aí é para produzir notícia, para produzir fato e sensacionalismo, o que eu, devo lhe dizer, repilo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu vou perguntar a V. S^a, como tenho feito com todos os outros depoentes: V. S^a se presta a colaborar constitucionalmente com esta Comissão Parlamentar de Inquérito ou, na sua reserva legal, tem a condição de permanecer calado?

O SR. GLEYB FERREIRA DA CRUZ – Vou usar do direito da Constituição de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Está dispensado desta reunião.

Seguinte: José Cláudio Abreu.

Antes da entrada do Sr. Cláudio Abreu, eu suspendo a reunião, por dois minutos ou pelo tempo necessário, para que cada líder de partido receba cópia de algo que me parece ser medida cautelar no *habeas corpus*, que é uma prestação jurisdicional que a Justiça tem a obrigação de dar aos senhores impetrantes, para que não apenas eu possa ler, mas para que os senhores possam acompanhar – pelo menos aos senhores líderes –, para esta Comissão ter conhecimento, para socializar comigo a decisão de um outro Poder, que é o Supremo Tribunal Federal.

Ficam suspensos os nossos trabalhos enquanto perdurar a multiplicação de todos os HCs que chegaram a esta Comissão.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 59 minutos.)

(A reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vamos retomar nossos trabalhos.

Cada um dos depoentes está amparado por um *habeas corpus* expedido por diversos ministros. Peça a atenção dos senhores.

Cada um dos depoentes tem um *habeas corpus*, cuja liminar, em síntese, tem o mesmo objeto. A diferença está na subscrição dos eminentes ministros relatores de cada um deles.

A Comissão vai, efetivamente, posicionar-se oficialmente porque teve já, ao longo desse intervalo, a oportunidade de ouvir diversas lideranças, de forma informal, alheio ao microfone, mas extraindo dos senhores o inconformismo, a desnecessidade dessa ordem judicial, até porque já se houvera dado, desde o Sr. Carlos Augusto até o Sr. Gleyb, próximo passado, todas as garantias constitucionais e nenhum tipo de coação.

O que a Comissão lamenta, e vai dizer isso oficialmente ao Supremo Tribunal Federal, é que, processualmente, os Srs. Ministros não tiveram a acuidade de pedir sequer uma informação à Comissão, que, de direito, caberia pedir. Se estava havendo algum tipo de manifestação arbitrária ou coercitiva por parte da Comissão, para que se dessem garantias constitucionais ao pacientes, ora impetrantes dos *habeas corpus*.

Mas, nada nos tirará do nosso foco investigativo. Não serão essas manifestações, que, repito, haveremos de respeitá-las. Enquanto eu for presidente eu terei sempre a mesma conduta inflexível e imparcial em respeito à Justiça e aos Poderes constituídos.

Que chamem aqui o Sr. Cláudio Abreu.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Não chamem ainda o Sr. Cláudio Abreu, por favor.

Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, tenho um esclarecimento a fazer. Um companheiro até percebeu errado a minha fala, porque eu não dirigi a V. Ex^a qualquer crítica. Pelo contrário, a V. Ex^a só tenho elogios a fazer, pela maneira democrática como conduz as reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Então, deixo isso claro. Falei no ouvido do companheiro. Se falei no ouvido do companheiro, devo dizê-lo publicamente.

Em relação a esse *habeas corpus*, o requerimento é um direito. Agora, o cuidado comezinho de requerer informações à Comissão Parlamentar de Inquérito, o Supremo deveria ter tido, sim, e estamos aí para divergir mesmo. Achamos que as instituições têm que respeitar umas às outras. E a divergência democrática deve ser exposta publicamente.

Então, cumprimento V. Ex^a e insisto – sou uma pessoa muito boa, de muito boa paz: eu botaria isso aqui num envelope e mandaria de volta para o Supremo Tribunal Federal. Poderia mandar uma pergunta também: se uma testemunha, quando vai depor perante um juiz, vai munida de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal; se algum réu desses aqui for depor na 11^a Vara Federal, em Goiás, vai munido de *habeas corpus*? Será que ao juiz é atribuída a suspeita de que não cumprirá a Constituição e as leis? Eu acho que não podem também nos atribuir essa suspeita.

V. Ex^a está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Agradeço a solidariedade do Deputado Miro Teixeira.

Com a palavra o Deputado Onyx e, em seguida, Picciani, para que nós possamos avançar com a reunião administrativa.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu quero enfatizar aqui o item 9 do *habeas corpus* na decisão da Ministra Carmen Lúcia, porque acho que complementa a fala do Deputado Miro e de outros Deputados que me antecederam.

Vou ler rapidamente, porque é muito curtinho:

De se acentuar que o direito ao silêncio mencionado na vasta e sedimentada jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal refere-se, como é óbvio, ao direito de calar para não se autoincriminar, nos termos constitucionalmente assegurados no art. 5º da Constituição.

Aí a Ministra grifa:

Significa dizer que o convocado decide sobre o que há de responder ou não sobre o conteúdo do que lhe seja perguntado, para tanto podendo, inclusive, contar com o apoio e assessoria dos seus advogados, sempre considerados os limites do que pode ser a base de sua autoincriminação e apenas isso.

Portanto, creio, Sr. Presidente, que para figuras-chave seria importante que o Sr. Relator fizesse um rol de perguntas que julgasse adequadas para que a pessoa pudesse fazer a seleção das respostas; de igual modo, os parlamentares se valendo desse direito, respeitando aquilo que a Constituição assegura.

Por exemplo, na figura desse cidadão que vai entrar aqui agora, Cláudio Abreu, esta CPMI ainda vai achar um mecanismo para fazê-lo depor verdadeiramente aqui, e deixando de lado toda e qualquer

circunstância que lhe proteja, apenas naquilo que a Constituição lhe assegura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Preliminarmente, eu e o Vice-Presidente aqui estamos entendendo ser pertinente a observação de V. Ex^a. Eu gostaria que V. Ex^a viesse à Mesa para detalhar com o Relator essa sua sugestão.

Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pois não.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O Sr. Cláudio Abreu virá hoje a esta CPMI em que condição: ele deporá como testemunha ou como indiciado?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Como indiciado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Então, Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que, em face do relatório da Ministra Carmen Lúcia, os advogados do Sr. Cláudio Abreu, com uma assertiva falsa, levaram a Ministra a um equívoco. A principal razão afirmada pelos impetrantes, o principal pedido é o de que o Sr. Cláudio Abreu, apesar de estar indiciado, teria que vir a esta Comissão na qualidade de testemunha, e, aí sim, sob juramento, produzir provas contra si próprio. Houve, aqui, um equívoco por parte dos impetrantes do *habeas corpus* que levou a Ministra Carmen Lúcia a decidir, na minha opinião, equivocadamente, vez que tinha as informações equivocadas. A principal razão da concessão do *habeas corpus* é que o Sr. Cláudio Abreu viria na condição de testemunha. Se esse fosse o caso, estaria certo o *habeas corpus*. Não é. A Ministra Carmen Lúcia precisa saber que foi levada a erro pelos impetrantes do *habeas corpus*.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – As garantias são as mesmas.

Senador Alvaro Dias, vamos ver se nós terminamos, porque há requerimentos administrativos a serem votados de suma importância.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Serei breve. Eu quero apenas fazer uma observação, e não é em defesa dos Ministros do Supremo, porque eles não necessitam, é claro, da minha advocacia nesse caso.

O que ocorre nesta CPMI é o que vem ocorrendo em todas as outras. Essa é a posição do Supremo quando o advogado requer *habeas corpus* quando de depoimento de pessoas indiciadas. Não vejo diferença entre a decisão adotada pelos Ministros nesta CPMI Cachoeira e a decisão de Ministros em outras CPIs.

Ocorre que não há necessidade da solicitação desse *habeas corpus*. Os depoentes não precisariam recorrer ao Supremo para invocar o direito constitu-

cional de permanecer calados e de não deporem contra si próprios.

Portanto, discordo das alegações dos meus colegas em relação ao procedimento adotado pelos Ministros. Apenas concederam liminar sustentados pela legislação vigente. É direito constitucional do depoente permanecer calado, e o Supremo não poderia obrigá-los a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vamos chamar aqui, agora... Está encerrado. Vamos chamar... Por favor...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí merece uma ressalva, Senador Alvaro. Ninguém disse que eles deveriam ser obrigados a falar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor. Eu peço, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí é uma deformação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Agora, vamos chamar Cláudio Abreu, para que eu possa avançar com os trabalhos.

Que chamem o Cláudio Abreu.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Sr. Cláudio Abreu, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, o senhor, por favor, interrogue, a cada um deles, se a sessão fosse secreta, se eles fariam.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Vou fazer isso. Vou fazer isso, Sílvio.

O Sr. Cláudio Abreu, por favor. *(Pausa.)*

O Sr. Cláudio Abreu acompanhado de seus advogados.

Sr. Cláudio Abreu, eu vou lhe fazer uma pergunta que faço a todos os indicados: se o senhor, estando aqui presente, pode colaborar, mesmo numa sessão secreta, conforme sugestão desta comissão, com a comissão, esclarecendo os fatos que lhe são imputados ou prefere, guardadas as suas reservas constitucionais, permanecer calado.

O SR. CLÁUDIO ABREU – Vou me reservar no direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, o senhor está dispensado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Se a sessão for secreta, o senhor falaria?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu já fiz essa pergunta, Sílvio.

O SR. CLÁUDIO ABREU – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Desculpa, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Que seja chamado o Sr. Lenine Araújo de Souza. *(Pausa.)*

E vou fazer com secreto para todos eles. Vou usar a mesma manifestação para todos eles, inclusive secreto. *(Pausa.)*

Sr. Lenine Araujo de Souza, acompanhado pelo seu advogado: farei a V. S^a a mesma pergunta que fiz aos outros depoentes. Se V. S^a, estando presente à Comissão, perante os nossos pares, mesmo em sessão secreta, por sugestão dos nossos pares, pode colaborar com esta comissão esclarecendo fatos que lhe estão sendo imputados em processos em que V. S^a consta como indiciado, ou quer reservar as suas garantias constitucionais e permanecer calado?

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Excelência, pela ordem. O Sr. Carlos Augusto foi acompanhado por dois advogados. Eu vim acompanhado pelo Dr. Hélio Luiz Barbosa. Será que ele também poderia acompanhar o ato?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode, sim.

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu perguntei ao Sr. Lenine, e peço uma resposta de V. S^a.

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Eu respondendo a um inquérito e amanhã estarei em Goiânia para ouvir a oitiva de testemunhas de acusação e de defesa e na sexta feira sou interrogado nesse inquérito. Eu queria, dentro da medida do possível, colaborar com os senhores, inclusive esclarecer alguns pontos até sobre a minha pessoa, sobre a minha pessoa, porque eu vejo que estão cometendo certas injustiças com a minha pessoa. Mas certas coisas eu vou ficar impossibilitado de falar por causa da minha audiência da sexta feira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor vai permanecer calado, ou o senhor gostaria de falar alguma coisa hoje aqui?

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Eu queria falar alguma coisa. Será que eu posso? É a respeito da minha defesa pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Pode falar. Nós agradecemos a sua colaboração.

Vou passar a palavra ao Sr. Relator, desde já agradecendo a sua colaboração. *(Pausa.)*

O senhor tem direito a seu tempo preliminar. Comece falando, depois o Relator vai usar da palavra e depois os senhores Parlamentares.

O senhor pode falar o que o senhor quiser no tempo de vinte minutos. Por favor. E agradeço desde já a sua colaboração.

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – Muito bem. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos senhores Deputados e Senadores, e saber que a minha pessoa... Ao longo de 45 anos, nunca fui preso na minha vida, nunca fui algemado, nunca respondi a nenhum inquérito, não tenho uma infração sequer de qualquer coisa, nenhum delito. De repente, acordei, no dia 29, assustado com um inquérito contra mim que eu não sabia nem o que era. Depois, eu me apresentei-me livremente à Polícia Federal. Abri mão de falar para falar somente em juízo, até porque eu não tinha conhecimento do que eu estava sendo acusado naquele momento, e eu me apresentei livremente.

Fui transferido, no dia 13, para um presídio de segurança máxima, regime RDD. Ao chegar lá, fui para o isolamento e fiquei durante 15 dias isolado numa cela, sem direito a banho de sol, sem direito a livro, sem direito a revista, sem direito a visitas. Nesse meio tempo, a única forma de comunicação que eu tinha era uma portinha externa por onde eu mandava requerimentos. Mandei uns três requerimentos para o psicólogo do presídio, falando que, naquele momento, eu estava debilitado, não estava dormindo, não estava me alimentando e precisava ser ouvido ou medicado por ele. Depois de três requerimentos, ele me chamou. Chegando lá, o psicólogo falou que eu não tinha perfil para estar naquele presídio, até porque eu fui enviado para aquele presídio por questões de segurança. Falaram que a minha pessoa, naquele momento, correria risco e que eu estava sendo enviado para lá por questão de segurança. Após isso, o psicólogo falou que, nesse caso, eu teria que ser ouvido pelo juiz federal de lá para saber se realmente eu teria pedido para ficar em segurança, se eu estava preso lá por motivo de segurança.

Nesse meio tempo, recebi a denúncia e o inquérito contra a minha pessoa lá em Mossoró. Eu vi, inclusive, que o Ministério Público não me mandou para lá; não havia pedido do Ministério Público me mandando para um regime RDD. Enquanto isso, meus advogados entraram no TRF, e eu consegui retornar para Brasília. Mas, mesmo assim, eu fiquei no isolamento durante 15 dias e, depois, mais 10 dias em regime RDD. Aí eu tinha direito a duas horas de banho de sol, ficando numa cela isolada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LENINE ARAUJO DE SOUZA – RDD é Regime Disciplinar Diferenciado.

Em 45 anos de vida, nunca tinha sido preso, nunca fui algemado, nunca fui denunciado, nunca fui conde-

nado por nada. Isso me causou profundos problemas psicológicos, a mim, à minha família, à minha esposa. Tenho dois filhos menores, um de 15 e outro de 8 anos. Isso me causou profundos problemas psicológicos.

O presídio deve ter lá todos esses relatórios que eu mandei por escrito, quando estava preso, inclusive a entrevista que eu tive com o psicólogo, que ele fala que eu não tenho perfil para estar lá dentro. Então, eu me senti humilhado e injustiçado. Inclusive ele perguntou para mim se eu estava achando que era justo, e eu falei que não.

Aí retornei a Brasília. Eu tive uma vida empresarial. Ao longo da minha vida, tive empresas. Sou administrador de empresa formado filiado ao Conselho Regional de Administração. Tenho os meus imóveis, administro os meus imóveis.

Queria repetir que eu não sou sócio de nenhuma empresa que está ligada a todos esses... ao que está acontecendo na mídia. Não sou sócio. Não me considero braço direito do Sr. Carlos, como me denunciaram e me sinto injustiçado quanto a isso.

Os meus bens estão declarados na minha declaração de Imposto de Renda. Sou procurador de um *sítio* que é do profundo conhecimento da Polícia Federal e no momento até quando eu me apresentei à Polícia Federal eu usei o meu direito constitucional de falar em juízo, até porque eu precisava saber do que eu estava sendo denunciado.

Estou hoje na ala federal da Papuda. O contato que tenho com os meus advogados é muito restrito, através do interfone, através de um vidro. E até hoje eu não consegui expor a minha defesa como eu gostaria de expor a eles, dessa forma, quanto a isto, sobre a orientação deles e sobre o que eu penso também.

No momento oportuno, na minha audiência, vou falar o que eu devo falar, o que eu acho que devo falar, do que eu acho que estou sendo acusado. Intenções também terei de colaborar com os senhores, só que dentro do inquérito não vou poder falar nada, até porque eu na sexta-feira vou ter uma oitiva. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O senhor pode fazer pela ordem, sim. O senhor tem garantia sim.

O SR. RICARDO HASSON SAYEG – Excelências, amanhã é o dia da oitiva das testemunhas de acusação e de defesa perante a Justiça Federal. Depois de amanhã, vai ser o interrogatório dele.

Este Congresso Nacional recentemente alterou o Código de Processo Penal para que a pessoa fosse ouvida depois de todas as provas coligidas contra ela, para que ela tivesse de forma democrática a possibilidade de se explicar ao longo de tudo que foi apurado.

A ocorrência desse depoimento na data de hoje, um dia antes de se colherem as testemunhas, de ele tomar conhecimento do que as testemunhas de acusação dizem contra ele e da oportunidade de ele ser interrogado e se explicar em juízo dificulta muito a colaboração dele. E é nessa linha que nós, advogados, o estamos instruindo.

Nós, como brasileiros, pais de família, temos o interesse de que os trabalhos deste Congresso Nacional tenham um bom resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Ok. A garantia constitucional reservada a V. S^a, e estamos falando de advogado para advogado, de acordo com o Estatuto dos Advogados, é nas questões de fato. Na questão de fato, V. S^a tem todo o direito de pedir a palavra pela ordem.

O SR. RICARDO HASSON SAYEG – Da questão de fato, não poderia ser adiada essa oitiva dele para a semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós podemos fazer isso desde que ele manifeste publicamente a condição, desde que ele manifeste à Comissão que, na próxima semana, na próxima terça-feira, virá aqui falar e colaborar com a Comissão. Podemos fazer publicamente este entendimento.

O senhor colaborará com a Comissão, na próxima terça-feira, Sr. Lenine Araújo de Souza?

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Eu só queria esclarecer com o meu advogado aqui se até terça-feira... Eu sei que, depois da minha oitiva, eu acho que são cinco dias de prazo que eu tenho para minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Concordo. São cinco dias de prazo. Concordo com o senhor.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Depois da minha defesa, a defesa que o juiz der ao meu advogado, eu estarei disposto a colaborar com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – A Presidência concede a V. S^a, com a concordância do Relator, com a concordância de todos os membros do colegiado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, conversei com o Vice-Presidente agora e com V. Ex^a, tendo em vista este espírito do Sr. Lenine de colaborar com a Comissão, de falar francamente, tenho a impressão de que não tem sequer *habeas corpus*, ele não está sendo coagido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Tem, mas ele está disposto a colaborar...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Mas está aqui querendo colaborar

...que nós inovemos aqui de certa maneira e que possamos mandar ao juiz da 11ª Vara da Justiça Federal de Goiás, parece, depois os advogados dariam corretamente aqui a quem nos dirigirmos, talvez para efeito de análise da dosimetria da pena, se houver condenação, um certificado de que ele veio aqui, colaborou, falou francamente – claro que exercendo seu direito de não se autoincriminar – e se ofereceu para voltar em outro dia.

Parece-me de boa prática, se todos, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB)

– Vamos autorizar...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, só uma questão, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ele, na fala preambular dele, falando das questões internas, do encarceramento injusto e abusivo, e eu concordo com o preso neste aspecto, acho que... Entendo que exageraram ao traçar o perfil do senhor, diferentemente do que o Departamento de Psicologia Penitenciário traçou, mas o senhor tocou em dois pontos que poderíamos até ter como relevantes. O senhor disse que é empresário e que não é sócio de nenhuma empresa do esquema Cachoeira. Então, isso é fato que nos interessa. Queria saber do senhor por quê.

O segundo ponto, o senhor falou que não é braço direito, e ainda chamou o Sr. Carlinhos Cachoeira de uma forma bem respeitosa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Eu peço, eu peço ao Deputado Protógenes...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Espera aí, espera aí.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Por favor.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ele deu duas indagações aqui importantes, ele antecipou...

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rego. PMDB – PB) – Aí nós vamos...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ele antecipou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Espera aí, vamos perder o princípio da oportunidade? Ué? Aqui é o quê? Não é uma comissão parlamentar mista de inquérito?

O SR. MIROTEIXEIRA (PDT – RJ) – Inscrevo-me também nesta oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Nós vamos... nós vamos... Por favor, permita-

-me, Deputado Protógenes, nós estamos entrando em entendimento com o advogado da parte. Na próxima semana, após a oitiva de V. S. no juizado federal, nós ofereceremos cinco dias de prazo, com a concordância do Relator e da Comissão, para que V. Exª volte a esta CPML na condição que está hoje, mas com todo o intuito de colaborar. E assim será... V. Exª ... *(Pausa.)*

E com a sugestão do Deputado Miro Teixeira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB)

– Com a palavra o Sr...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rego. PMDB – PB) – Não, deixe-me só ouvir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– É porque eu acho...

O SR. PRESIDENTE – (Vital do Rego. PMDB – PB) – Deixe-me só ouvir a...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Porque, aparentemente, parece que o Deputado Protógenes estava querendo fazer questionamentos. Eu entendi do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ele fez...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – ...que ele nãoalaria nada relativo ao inquérito. Algumas perguntas não se referem ao inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Eu vou ouvi-la, Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Eu vou ouvir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não se referem ao inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – O Deputado Protógenes colocou as suas questões, e ele vai, ao final, ao final da minha indagação, respondendo a minha indagação, puxar a do Deputado Protógenes, e a gente encerra a sua participação.

Por favor.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Dr.... eu... Sr. Presidente, Exmo., eu lhe disse que estaria disposto a colaborar após o meu inquérito, porque eu sou denunciado, até porque eu também não sei quais são... A testemunha de acusação vai falar amanhã. Não sei ainda do que eu sou acusado direito, não é? Então, nesse momento, eu não sei o que eu posso falar e o que eu não posso falar, o que vai me incriminar, o que vai contar contra mim, o que vai contra o meu direito, o meu direito constitucional. Mas eu queria deixar bem

claro que eu estou disposto a colaborar depois dos meus atos de defesa, claro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB)

– Ok. Sobre o Deputado Protógenes, alguma resposta?

Por favor, Protógenes, deixe-o só responder.

Alguma resposta?

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – Exm^o, esta forma que eu penso: a testemunha de acusação vai me acusar amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – ...então eu vou estar ciente de tudo o que está acontecendo contra o meu fato...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

O SR. LENINE ARAÚJO DE SOUZA – ...e depois volto a colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. PMDB – PB) – Ok.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Presidente, um pedido rápido. O senhor não poderia colocar essas testemunhas, os indiciados à mesa para que a gente possa ver a cara de quem está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Nós estamos providenciando tecnicamente...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (PSDB – PR) – Fica muito ruim, Presidente, de...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – ...essa condição, Francischini. Por favor.

Eu vou ler para os senhores. Aqui tenho mais duas informações para dar aos senhores, por bondade.

O Sr. Jayme Eduardo Rincon, por favor....

(A Presidência faz soar a campanha)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Eu tenho duas testemunhas... *(Pausa.)*

Eu tenho... *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com certeza.

Eu tenho aqui duas informações a respeito das duas testemunhas de hoje. Cadê os atestados?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estamos ouvindo o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Feche a porta, por favor. Eu tenho duas informações. Estão aqui. Tenho duas informações a respeito das duas testemunhas que estão convocadas para a reunião de hoje. O Sr. Jayme Eduardo Rincón apresentou a esta Presidência um atestado médico solicitando o adiamento da sua oitiva até a reversão do seu estado de saúde. O atestado médico do Sr. Jayme Eduardo Rincón foi visto por esta Presidência com uma pro-

cupação, porque o seu médico – e aqui está com a documentação em anexo – diz que ele está acometido de um tratamento de aneurisma cerebral. E foi feita preliminarmente por esta Comissão a avaliação dos exames que vieram acompanhados do presente atestado.

De plano nós deferimos o adiamento do seu testemunho na data de hoje. E vamos conversar com a equipe médica para saber a oportunidade de trazê-lo, porque é imprescindível a presença da testemunha dentro de um quadro regular do seu estado de saúde. Vamos, esta semana ainda, conversar com a equipe médica que acompanha o Sr. Jayme Eduardo Rincón.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas um esclarecimento: ele estava sendo, o Sr. Jayme Eduardo Rincón estava sendo convocado como indiciado. E agora apareceu hoje aqui como testemunha. Houve alguma mudança?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Não. Não foi como indiciado, não. Foi como testemunha sempre.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Desde o início?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde o início.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Sr. Rodrigo Moral Dall Agnol, convocado como testemunha, apresentou um *habeas corpus*. O Picciani, agora há pouco, tocou nesse assunto e eu me preocupei. Reincidentemente houve uma confusão do Supremo Tribunal Federal. Na decisão da Ministra Rosa, ela coloca aqui: “No ato de sua convocação, não há esclarecimento se será ouvido o impetrante na condição de investigado ou como testemunha”. Para nós tanto faz – nós estamos convocando –, mas para o Supremo merece informações.

Então estou adiando de pronto para informar hoje ainda à Comissão, ao Supremo Tribunal Federal para que ela levante a ordem de *habeas corpus* e, na próxima semana, a testemunha venha. Aí, sim, nós teremos saneado essa falha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – E ele é testemunha.

Eu chamo o Sr. José Olímpio de Queiroga Neto que é o último dos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, sobre a questão do Rodrigo ainda, questão de ordem. Pensei que estava... A inclusão do Sr. Rodrigo foi feita ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Rodrigo?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não. Estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – O Rodrigo já está chamado há...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não. A inclusão na oitava de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Desde sexta-feira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Desde sexta-feira. Presidente, eu queria uma cópia de cada ordem de *habeas corpus* concedido, de cada uma, porque está parecendo, só para que todos saibam, que está tudo muito igual.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – É verdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Parece que é no mimeógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Já está sobre a mesa a nota da Comissão para o crivo de V. Ex^{as}.

Sr. José Olímpio Queiroga Neto, eu farei a V. S^a a mesma pergunta que tenho feito aos outros depoentes: V. S^a permite colaborar com esta Comissão, inclusive em reunião secreta, se porventura desejar, para tecer esclarecimentos colaborativos acerca de fatos que lhe são imputados ou prefere se resguardar nas suas garantias constitucionais?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO QUEIROGA NETO – Eu prefiro... Vou me manter em silêncio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Então, V. S^a está liberado.

Suspendo os trabalhos até...

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente pela ordem...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, só pela ordem.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

Vamos começar a dar continuidade à nossa sessão administrativa de ontem, imediatamente, ato contínuo.

Por favor, Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Desculpe-me, mas eu gostaria de ter a confirmação da Secretaria desta Comissão a respeito da convocação do Sr. Rodrigo Moral. Ele não se encontrava nesta convocação de oitava. Ele apareceu aqui, pelo menos para o meu gabinete, para os meus assessores, apenas ontem à noite. Então, acho que é uma questão de esclarecimento. Não tem nenhum problema. Mas eu gostaria de ver que ele faz parte desta convocação há mais

tempo, porque só entrou o nome dele ontem à noite. Não estava o nome dele antes disso, para o meu conhecimento, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Essa pergunta eu fiz ao Presidente que está saindo e me respondeu que não.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos pedir para a Secretaria prestar informação à Mesa para informar V. Ex^a.

Pois então, vamos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu pedi pela ordem, antes, ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pela ordem...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, quero só aproveitar brevemente essa questão de ordem, para sugerir ao Sr. Relator, nobre Deputado Odair Cunha, que:

Primeiro, todas as convocações que nós fizemos, sob qualquer característica, que elas sejam transformadas para que as pessoas venham na condição de testemunha. Isso já resolve uma parte dos nossos problemas.

Segundo, como V. Ex^a tem um organograma da organização criminosa, aqueles que fazem parte do núcleo da organização, eles pudessem ser ouvidos, Sr. Relator, em duplas, em acareação, ou em trio, por exemplo. As pessoas que vieram aqui hoje, todas elas têm conexão entre elas, e operavam na organização. Talvez se três ou quatro se sentam aí, como testemunhas, e eu conto o que aconteceu com o Lenine, que começa a falar e levanta fatos que podemos confrontar, podemos fazer com que literalmente as pessoas falem, e, ao falarem, aumenta a possibilidade de que nossa investigação possa ter mais sucesso.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Então, eu queria ponderar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes, quero responder à questão de ordem, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Deixe-me terminar, Presidente.

...que a gente pudesse pensar em promover acareações. Elas são mais produtivas do que as análises individuais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só para responder a V. Ex^a, as acareações devem ser objeto de um requerimento próprio. Portanto, se V.

Ex^a quiser que nós façamos acareações aqui, V. Ex^a e qualquer dos membros poderão colocar os seus requerimentos para isso.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Caro Presidente, veja, estou tentando processualmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É uma sugestão de V. Ex^a ao Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, Paulo Teixeira, Presidente, temos mais de sessenta convocados. Se o Sr. Relator criar o requerimento de acareação, ele o submete e nós aprovamos por unanimidade. Estou até sugerindo ao Sr. Relator que ele exerça o seu poder de ajustar isso e nós vamos ganhar muito mais efetividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Registrada a sugestão de V. Ex^a.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes o relator. Depois vou passar a palavra ao Senador Randolfe, ao Delegado Protógenes...

Vou inscrever V. Ex^a

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, na linha do que sugere o Deputado Onyx Lorenzoni, nós podemos, sim, estabelecer conexões até para facilitar o andamento dos trabalhos aqui e a gente ter condição de ouvir mais pessoas, ao mesmo tempo, na medida em que temos muitas pessoas.

Com relação às testemunhas, o que nós estamos estabelecendo é que as pessoas que já estão indiciadas no processo junto à Justiça Federal, nós as estamos tratando como indiciadas, as outras... Nós já aprovamos ontem muitas pessoas que virão a esta CPMI na condição de testemunha. Então, eu creio que vamos avançar muito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou acatando quatro questões de ordem, do Senador Randolfe, do Deputado Protógenes, do Deputado Mendes Thame e do Deputado Vaccarezza...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... e o Deputado Rubens. Aí eu termino para entrar na reunião administrativa. Rubens Bueno.

Para uma questão de ordem o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem e pedir...

Na verdade, eu precisaria, para essa questão de ordem, da atenção do nosso relator, do relator, Odair

Cunha. Só um minuto. Serei breve, meu querido e caríssimo Deputado Odair.

A questão de ordem diz respeito...

Na verdade, são duas questões. A primeira... Ontem nós aprovamos, com nosso voto favorável, um requerimento convocando o vereador Elias Vaz, do PSOL, de Goiânia.

Eu tenho informação de que o vereador quer vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e quer colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu queria solicitar, o quanto antes fosse possível, a antecipação da presença de Elias Vaz aqui pelas informações que ele anuncia serem prestimosas ao trabalho desta Comissão.

A segunda questão de ordem... Aí me dirijo a V. Ex^a, relator Odair Cunha. Ontem eu protocolizei um conjunto de requerimentos de quebra de sigilo fiscal e bancário de 29 empresas que receberam recursos de Alberto Pantoja/Delta.

Do Requerimento nº 370 até o Requerimento nº 401, Itens 135 a 166 da pauta.

Ontem nós aprovamos uma mesma sequência de requerimentos, que não tratam do mesmo objeto, de S. Ex^a o Deputado Dr. Rosinha. Ocorrem que os requerimentos do Deputado Dr. Rosinha foram protocolizados após os nossos requerimentos. Não estou contra os requerimentos do Deputado Dr. Rosinha; eu queria só uma explicação por parte do relator sobre o critério para termos aprovados inicialmente mesmo cronologicamente depois de terem sido protocolizados os requerimentos do Deputado Dr. Rosinha e os nossos requerimentos já protocolizados ainda não terem sido encaminhados por V. Ex^a para apreciação aqui do Plenário.

Eram essas as questões de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o relator, Deputado Odair Cunha, para responder à questão de ordem do Senador Randolfe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente devia ser questão de ordem mesmo, porque V. Ex^a está concedendo a palavra para questão de ordem e as pessoas não estão fazendo questão de ordem. Isso que o senador Randolfe acabou de fazer não é questão de ordem; é pela ordem. Ele não citou nem um artigo do Regimento. Então, ou a gente realmente vai para o Regimento, ou essa CPMI não avança. Então eu pelo a V. Ex^a que quando alguém pedir questão de ordem pergunte qual é o artigo do Regimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem! Então eu devolvo a palavra ao deputado Odair e aos demais peço que observem a questão.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, a questão central é que aos requerimentos do Dr.

Rosinha nós demos parecer favorável porque tinham a ver exatamente com as operações Monte Carlo e Vegas. Por isso, diretamente, diante desse fato, nós encaminhamos favoravelmente.

Agora, a pauta de hoje é a pauta que nós apresentamos ontem. Foi a pauta distribuída pelo Presidente desta CPMI. Se algum Parlamentar quiser inclusão na pauta de algum requerimento já apresentado precisa ter apoio regimental para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu quero que se distribua a pauta remanescente. Eu quero que observem os demais agora: todos levantaram questão de ordem. Quero que indiquem qual é a questão de ordem e...

Então, passo a palavra ao Deputado Protógenes.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu distribuí uma nota sobre as últimas declarações...

Peço a atenção dos eminentes Pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Protógenes, peço a compressão de V. Ex^a, porque queremos entrar na pauta administrativa. Se V. Ex^a concordar, depois do debate da pauta...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, sobre esse assunto. Mas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto. Eu sei, mas só quero propor a V. Ex^a se que lhe seja concedida a palavra depois da votação da pauta.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Trata-se de uma questão importante, Sr. Presidente. Depois de minha fala, vou fazer uma indagação a V. Ex^a e ao Relator, sobre a existência de um requerimento, que não está aqui presente, quanto ao fato relatado.

Então, inicialmente, preciso expor, para depois indagar, porque, do contrário... Só pediria paciência de V. Ex^a nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu pediria brevidade a V. Ex^a

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Está bom.

Eu distribuí aos nobres Pares uma nota a respeito das declarações do Ministro Gilmar Mendes. Vou lê-la e, após, farei indagação de ordem à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Protógenes, eu gostaria de insistir com V. Ex^a.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – É rápido, Sr. Presidente, uma folha só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na minha opinião, a questão que V. Ex^a coloca, na minha opinião, pode ser, tranquilamente, discutida depois da votação da pauta. Esse tema que V. Ex^a traz deve abrir um debate importante nesta CPIM.

Então, eu gostaria de pedir a compreensão de V. Ex^a. Faríamos uma inversão. Entraríamos na discussão da pauta e, depois, realizamos esse debate.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Está bem, Sr. Presidente. Eu vou usar o meu tempo como Líder do PCdo B, na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ótimo. Eu já inscrevo V. Ex^a para que fale depois sobre isso.

Deputado Mendes Thame, qual a questão de ordem de V. Ex^a? Não há. Então, vamos em frente.

concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, desde ontem, também a pedido do Presidente Vital do Rêgo, passamos ambos para hoje.

Antes mesmo que V. Ex^a me solicite, digo-lhe que farei na maior brevidade possível.

Trata-se de uma questão de ordem.

Sr. Presidente, estamos assistindo aqui, ontem e hoje, sessões transcorrendo na maior calma, na maior calma, como se, lá fora, nada estivesse acontecendo. No entanto, posso lhe dizer que, nesses seis mandatos na Câmara, poucas vezes assisti a um fato de tamanha gravidade. Trata-se de uma questão com implicações procedimentais aqui com esta CPMI. Esse fato da maior importância é o episódio deprimente de uma alta autoridade do Judiciário, o Ministro do Supremo, ter sofrido...

Sr. Presidente, já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado, nós já decidimos que vamos debater esse tema depois da votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sim, mas é só uma interpelação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Há um requerimento de minha autoria para debater.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Certo.

O que queremos que aqui ocorra é que haja uma manifestação formal desta Presidência, da Vice-Presidência, do Relator, a respeito do assunto, porque esta CPMI foi utilizada como moeda de troca nessa tentativa de assédio de um Ministro.

Portanto, cabe-nos aqui uma manifestação formal a sociedade, que espera que esta CPMI diga: Nós não temos comando. Muito menos um comando externo. Os Deputados e Senadores que aqui estão, conquanto já tenham manifestado que o caso desse episódio insólito ser decidido no nível do Judiciário, primeiro, por um inquérito procedido pelo Ministério Público e, depois, se houver a denúncia, uma ação penal, mesmo assim, não podemos ficar nessa mansidão, como se nada estivesse ocorrendo.

A nossa manifestação pela ordem é no sentido de que essa manifestação formal seja procedida pela Presidência desta CPMI.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Pela ordem, o assunto é CPI, não é assunto de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero aqui pedir...

Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas, eu só quero pedir duas atenções de V. Ex^{as}.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Eu só quero fazer uma pergunta a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a vai fazê-la, mas eu quero que V. Ex^a aguarde. As questões de ordem e pela ordem, elas têm de ter como centro a pauta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – É a pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Segunda questão: eu já decidi, a partir da fala do Deputado Protógenes, que esse debate trazido aqui pelo Deputado Protógenes e pelo Deputado Mendes Thame, nós o faremos depois da votação da pauta. Portanto, quero aqui ir adiante, coordenando os trabalhos.

Quero perguntar ao Deputado Vaccarezza...

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – A minha questão de ordem, Sr. Presidente, trata de questões constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ... a questão de ordem de V. Ex^a. Então vamos, a palavra está com V. Ex^a.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Sr. Presidente, com base no art. 153 do Regimento Comum, ontem, o Deputado Onyx fez um encaminhamento, e me pareceu que o Relator concordou, e vários Deputados e Senadores aqui concordaram, que eu queria, por razões constitucionais, contra-arrestar e pedir ao Relator e à CPI que tomassem cuidado para não cometermos atos de ilegalidade, o que não era o objetivo do Deputado Onyx. O objetivo era fazer melhor a investigação. Nós não podemos convocar para falar nesta CPI, porque facilitará o nosso trabalho, uma pessoa que é indiciada na condição de testemunha.

Essa condição de indiciado, testemunha e investigado é regulamentada pelo Código de Processo Penal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não só.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Não só: também pela Constituição, e tem base legal.

Então, o cidadão... Nós não podemos, nesta CPMI, utilizar uma esperteza, no bom sentido, para investigar as pessoas.

Por outro lado – Relator, por favor, isso aqui é um dos pontos fundamentais para o processo de investigação, pelo menos, entendo dessa forma –, esta CPMI não pode se deixar burlar por uma pessoa que chega aqui e se declara réu. Não pode. Então, nós não vamos...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Pode.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Ele pode. Mas nós aqui não poderemos sair do que rege a Constituição Federal, não só porque a...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Para contraditar depois.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT – SP) – Porque nós a cumprimos. Por outro lado, mesmo com a contradita, que ainda não ouvi, qualquer processo de convocação tem de votar como manda o Regimento, um a um. E gostaria que, quando o Relator for convocar uma pessoa como investigada ou como testemunha, seja votado individualmente, e não em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Rubens.

Um minuto. Vou dar a contradita ao final.

Deputado Rubens, abre mão da palavra?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Não, Sr. Presidente, até porque ontem abri mão da palavra, muitos falaram repetidamente e eu não consegui falar o que eu deveria, então, peço a V. Ex^a que garanta meu direito de falar, pelo seguinte: nós recebemos um relatório do Coaf e esse relatório, que está nas mãos do Relator e da CPI, indica uma relação entre a empresa Vitapan, que é a indústria farmacêutica do Sr. Carlinhos Cachoeira, com a Leão & Leão. Essa relação vem desde 2005, identificada neste relatório. O que chama a atenção é que ali não se identifica qual a relação existente. Então, solicito ao Relator e a V. Ex^a que peça ao Coaf a explicação dessa relação, até porque, em 2005 – isso foi noticiado amplamente – a Leão & Leão era uma empresa de coleta de lixo de Ribeirão Preto, acusada de distribuir mesadas no governo do Sr. Antonio Palocci como Prefeito, o que até hoje não foi devidamente esclarecido, não só em Ribeirão Preto como em vários pontos do País. Então, peço ao Relator e a V. Ex^a que solicite esclarecimento ao Coaf sobre essa relação entre a Vitapan Indústria Farmacêutica e a Leão & Leão.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A contradita, tanto tempo depois da questão de ordem, fica...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Para contradita do Deputado Miro Teixeira, depois Deputado João Magalhães, Deputado Garotinho, e vamos para a pauta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – A minha contradita, a rigor, poderia ser olhada até como aditamento à questão levantada pelo Deputado Vaccarezza. É que qualquer testemunha, e, aí, dirijo-me ao meu amigo Deputado Onyx também, qualquer pessoa chamada como testemunha pode, no ato ou a qualquer momento da audiência, se declarar réu – é do Código de Processo Penal –, para que não produza prova contra si mesma. Então, a questão de convidar o réu como testemunha não seria de boa prática, e nem foi a intenção do Deputado Onyx. Isso foi usado no macarthismo, nos Estados Unidos, porque aí eles prendiam por perjúrio aquele réu que ele chamava como testemunha. É uma prática abolida há muito tempo, mesmo lá, e, aqui, o Código de Processo, já há tempos, desde 1940 e qualquer coisa...

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – RJ) – Pela ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – ...estabelece que a testemunha, a qualquer tempo, pode se declarar réu para efeito de não produzir prova contra si mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado João Magalhães para questão de ordem.

O SR. JOÃO MAGALHÃES (PMDB – MG) – Não é questão de ordem, Sr. Presidente. É apenas solicitação para que determine à Secretaria que atualize diariamente no campo de observações quais requerimentos já foram aprovados, para que possamos acompanhar com mais celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigada pela sugestão.

Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, questão de ordem, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...Garotinho, e vou...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem, art. 131.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes, Deputado Garotinho.

Vou recolher a questão de ordem de V. Ex^a, Deputado Sérgio, e vou entrar na pauta.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, é apenas para uma questão de procedimento, para saber como eu procedo neste caso. Eu queria que V. Ex^a me instruisse ou o Presidente ou quem responsável.

Na noite de segunda-feira, fui procurado, no Rio de Janeiro, por um ex-funcionário do Sr. Fernando Cavendish. Ele conhece profundamente todos os meandros da Delta e tudo como foi feito e quer vir aqui, espontaneamente, depor. Ele não está indiciado. Ele não está envolvido em nada. Ele é uma testemunha, uma testemunha importantíssima, porque esta vem para falar. Quero saber qual é o procedimento para ele vir aqui. É só isso o que quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Garotinho, V. Ex^a pode redigir um requerimento, que será analisado por esta CPI.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E só membro da Comissão. V. Ex^a, me parece...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Não sou membro da Comissão. Por isso, estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Teria que ser apoiado por um membro da Comissão.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muitos aqui subscrevem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Subscrevemos, Sr. Presidente, o requerimento.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Há um pedido que quero colocar e que foi feito por ele: ele teme por sua vida, porque teve uma desavença séria com o Sr. Cavendish, e prefere, se for possível, que seja uma reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, peço a V. Ex^a que protocolize, com apoio, e me parece que aqui vários se prontificam a apoiar, requerimento para essa finalidade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, tem duas últimas questões de ordem – Senador Sérgio e, depois, Deputado Onyx – e, aí, vou encaminhar para a pauta desta reunião.

Senador Sérgio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Presidente, Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, é pela ordem, não questão de ordem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – O Deputado Garotinho poderia dizer pelo menos o nome, já que a gente não pode assinar um requerimento de Gasparzinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A palavra já está com o Senador Sérgio.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Lá tem Gasparzinho agora, é? A gente vai ouvir fantasma aqui. Como é o nome desse homem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço a...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...atenção para a palavra que está com o Senador Sérgio.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Sr. Presidente, o nome desse cidadão eu não posso dar aqui, porque ele corre risco de vida...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Em outras CPIs, pessoas já foram convidadas em sessão secreta e não precisaram apresentar o seu nome.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – E como é que vai fazer o requerimento, então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Vai fazer um requerimento para que ele seja convidado. O Presidente vai saber quem é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Haverá o requerimento. Não existe...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (PR – RJ) – Só o Presidente vai saber quem é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Haverá o requerimento que será protocolizado. Senador Sérgio, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, dentro das...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Sérgio Souza, e peço atenção a todos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – ...dentro das questões possíveis de questões de ordem, porque está dentro da pauta de hoje, sobre os requerimentos, eu gostaria de sugerir à Presidência e ao Relator, Deputado Odair Cunha, que passemos, a partir de agora, a convocar, para serem ouvidas aqui, nesta CPI, somente testemunhas e nenhum indiciado, porque qualquer indiciado que vai depor perante o juízo, na origem, em Goiás, dentro desse processo, vai vir aqui, sentar e tomar o tempo desta Comissão. Então, se nós ouvirmos tão somente as testemunhas que não estão indiciadas nesse processo, eu acho que nós avançaremos em muito os trabalhos desta Comissão. E tomar cuidado, porque vão aparecer muitos atestados médicos aqui, perante esta Comissão, porque quando uma testemunha não conseguir um *habeas corpus*, ela vai buscar, dentro do seu meio de atuação e das possibi-

lidades que lhe convém no dia a dia, um médico que vai lhe dar um atestado para não comparecer a esta Comissão. Esses são artifícios usados no dia a dia de um processo criminal e nós temos que tomar cuidado para não desgastarmos, ainda mais, esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Sérgio Souza, só dizer aqui dois indiciados se prontificaram a falar. O Sr. Wladimir Garcez falou e, hoje, Lenine se prontificou a fazê-lo na semana que vem, depois que ele falar em juízo.

Bom, a última questão de ordem para o Deputado Ônix. Qual a questão de ordem de V. Ex^a, já que V. Ex^a já usou desse direito?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, a questão de ordem é objetiva, Presidente, para defender a tese que expus aqui. A questão de chamar, transformar os próximos em testemunha, primeiro, vai criar uma dificuldade porque a pessoa vai ter que se dizer indiciado ou réu lá no Supremo, para conseguir um *habeas corpus*. Vai ser muito mais difícil para ele esse processo. Portanto, eu quero manter essa sugestão de que todos sejam convocados como testemunha.

Quero também chamar a atenção do Sr. Relator, o nobre Deputado Odair Cunha, para o Requerimento 488, que já formulamos, de minha autoria e do Deputado Mendonça Prado, para que se promova uma acareação entre Cláudio Dias de Abreu, Gleyb Ferreira da Cruz, Lenine, André Teixeira Jorge, o Deca, que era o motorista do Cláudio Abreu, e Idalberto Matias de Araújo. Eu tenho certeza de que uma acareação desse tipo pode trazer frutos à CPMI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques, eu queria resolver essa questão de ordem. Todos que estiverem no inquérito como indiciados virão aqui, nesta condição, e todos que estiverem como testemunhas virão aqui nessa condição. Nós não faremos nenhuma inversão para mudar o procedimento. Então, essa questão de ordem de V. Ex^a está resolvida.

Então, passo a palavra ao nosso relator, Deputado Odair Cunha, para começarmos a votar a pauta do dia de hoje.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Quero concordar com V. Ex^a e dizer também ao Deputado Vaccarezza que houve um entendimento equivocado por parte de S. Ex^a. Na verdade, nós estamos tendo um entendimento claro. As pessoas que estão indiciadas vêm nessa condição aqui. As pessoas que não estão indiciadas são testemunhas, e, nessa condição, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, a

testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado. E o 206 diz que a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Precisa vir aqui e depor – claro, guardadas as ressalvas constitucionais. Então, é importante a gente ter clareza do procedimento que estamos adotando.

Com relação à pauta, Presidente, apenas para dizer que nós já havíamos iniciado a leitura. Aliás, já havíamos feito a leitura dos requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas que constam da pauta. Indago a V. Ex^a se é necessário que a leitura seja refeita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É sim, Claro que é necessário. Eu farei a leitura novamente.

Primeiro item da pauta:

Item 250, de 2012, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni Mendonça Prado: “Solicita que esta CPML requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Auto Posto T-10 Ltda., CNPJ nº..., com o aditamento do 253, que é: requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Junior, Governador do Estado de Goiás. Aditamento do relator: requer a quebra do sigilo...”

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Desculpe, Sr. Presidente. Aditamento?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Pela ordem.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Aditamento?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Aditamento? São dois requerimentos absolutamente distintos. Não há como somar a votação desses dois requerimentos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vejam, no passado, nós fizemos uma quebra de sigilo, houve aditamento geral em todos os requerimentos que foram consolidados num único requerimento. Então, nós estamos fazendo exatamente o que nós fizemos...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, nós estamos tratando de Governador de Estado, Presidente. Nós estamos tratando de um Governador de Estado! É porque é da oposição? Porque incomoda o governo? Porque incomoda o PT? Esta CPI vai se transformar num instrumento de vingança política? Isso é inadmissível! Não podemos aceitar essa atitude.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer o seguinte, Senador Cássio. Nós vamos votar agora a quebra do sigilo do Auto Posto T-10, um a um. Então quero perguntar em relação à

quebra de sigilo do Auto Posto T-10 Ltda., com CNPJ aqui disposto.

Pergunto como vota o Senador José Pimentel? *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Vital do Rego. *(Pausa.)*

Está ausente.

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Sergio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves? *(Pausa.)*

Do Senador Vicentinho Alves, voltamos para os suplentes.

Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vacareza? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Este Deputado está na Presidência.

Como vota a Deputada Iris Araujo?

A SRª ÍRIS DE ARAUJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rogério Marinho? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Gladson Cameli? (*Pausa.*)

Como vota a Deputada Iracema Portella?

A SRª IRACEMA PORTELLA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Mauricio Quintela Lessa?

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSDB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim, e, nesse caso, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, com as fundamentações respectivas de cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está aprovado o requerimento.

Item 253, de 2012, requer...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu ainda não li ainda o enunciado.

Requer a quebra do sigilo telefônico e SMS do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de São Paulo. Antes...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Para encaminhar contra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Desculpe...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Vamos fazer um aditamento desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu fiz um aditamento equivocado. Ele é Governador do Estado de Goiás.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Há uma questão de ordem aqui. Uma questão de ordem: art. 164 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Antes da questão de ordem V. Ex^a, eu quero ainda terminar o enunciado e passar a palavra ao Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, adito para, como em todos os outros, nós quebrarmos também o sigilo bancário, fiscal, telefônico e SMS, conforme já anunciado anteriormente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu havia pedido, já, uma questão de ordem.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Uma questão de ordem aí, eu já havia sucitado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, para encaminhar contrariamente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu posso... As questões de ordem...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – O 164.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não existe o art. 164 do Regimento Comum.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Presidente, uma questão de ordem. Presidente...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, é o 164 do Senado. É o 164 do Senado.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Do Senado Federal.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente? Sr. Presidente?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria, subscrito também pelo Deputado Miro Teixeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho. Eu vou conceder a palavra a V. Ex^a, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas, antes, eu estou tratando agora da questão de ordem do Deputado Bruno Araújo.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Nem fiz a questão de ordem, Sr. Presidente. O senhor está antecipando a resposta? O senhor vai ouvir a minha questão de ordem. Eu tenho o tempo regimental para a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a vai fazer. Mas V. Ex^a falou do art. 164...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não, não. Eu vou fazer a minha questão de ordem. V. Ex^a ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Baseado em qual artigo?

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Artigo 164...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Do Senado Federal.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – ...do Regimento do Senado Federal, que diz que os projetos regulando a mesma matéria figurarão na Ordem do Dia em série, iniciada pela proposição preferida pela comissão competente, de maneira que a decisão do plenário sobre esta prejudica as demais.

Há requerimento apresentado pelo Líder no Senado, o Senador Alvaro, que trata da mesma matéria de quebra de sigilo dos demais Governadores.

Portanto, a matéria é absolutamente pertinente e eu tenho a certeza absoluta de que, da mesma forma que o Relator resolve aditar matérias outras que não constavam, porque consta da matéria única e exclusivamente, repito: única e exclusivamente quebra de sigilo telefônico, a mesma autoridade que há de se auditar com a quebra de outros sigilos, de direitos e garantias constitucionais, há a mesma prerrogativa desta Comissão para aditar os demais Governadores.

Portanto, espero que haja o mesmo tratamento, com absoluta autonomia, para que fique claro que a maioria que era alardeada pelo ex-Presidente da República, que funciona única e exclusivamente, entre

outros propósitos, para enfocar integrantes da oposição que não se confirme sob a Presidência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Bruno Araújo, a questão de ordem de V. Ex^a não procede. O direito aqui é que ela não procede. Aqui nós estamos votando um pedido de quebra de sigilo telefônico, SMS, telemático etc. do Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu posso falar como autor depois?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a poderia contraditá-lo.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não. Eu digo como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como autor.

Então, nós estamos votando este requerimento. Em relação ao que V. Ex^a disse, eu teria condição de trazer os demais requerimentos relativos à pessoa do Sr. Marconi Perillo, por quê? Porque quebra de sigilo é individualizada. Quebra de sigilo não pode ser coletiva. Para quebra de sigilo, o requerimento tem que ser analisado, discutido...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a palavra aos demais...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente eu estou pedindo para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...individualizada. Portanto, eu não acolho a questão de ordem de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou dar a questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Um minuto só, Deputado Silvio. Eu peço ao Deputado Miro Teixeira, como autor desse requerimento, passo a palavra ao Deputado Miro Teixeira. Mas antes tem questão de ordem...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, antes do Deputado Miro, uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder para questões de ordem ao Senador Alvaro Dias, ao Deputado Carlos Sampaio e ao Senador Cássio Lima. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, é para requerer o direito regimental de encaminhar antes da decisão de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Senador Alvaro Dias.

Senador Cássio, pelo Regimento, eu só poderia dar a palavra para contradita da questão de ordem, e não para o encaminhamento e defesa da questão de ordem. Por isso, estou cumprindo o Regimento.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Protocolei, ontem ainda, regimentalmente, um requerimento propondo o aditamento ao requerimento do Deputado Miro Teixeira, subscrito também por ele, pelo próprio autor, incluindo a quebra de sigilo dos outros dois Governadores, o Governador de Brasília, Agnelo Queiroz e o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, nos mesmos termos do requerimento propondo a quebra de sigilo do governador de Goiás. Isso está no item 5º do comunicado sobre procedimentos desta CPMI, que diz o seguinte: “Os requerimentos de igual teor ou que versem sobre a mesma matéria serão incluídos conjuntamente em pauta.”

Estou solicitando também a V. Ex^a, com base no art. 164 do Regimento Interno do Senado Federal, que o requerimento que pede o aditamento seja incluído conjuntamente. Se V. Ex^a entender que a votação da quebra de sigilo tem que ser isolada, que se vote isoladamente, mas que se votem os três na sequência: Governador de Goiás, Governador de Brasília e Governador do Rio de Janeiro. São matérias afins, são matérias semelhantes, os argumentos são os mesmos, a motivação é a mesma, estão no mesmo patamar de responsabilidade, estão no mesmo cenário de suspeição, e não há como admitirmos, Sr. Presidente, sob pena de comprometermos os destinos desta CPMI, a exclusão de alguns, a inclusão de outros, a seleção de alvos, a adoção de dois pesos e duas medidas para o mesmo foco. Portanto, peço a V. Ex^a, em nome, inclusive da credibilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito que votemos a quebra dos três Governadores.

Se houver necessidade de argumentação sobre a questão de mérito, o que justifica a nossa solicitação, teremos tempo, depois, para justificar quando ao mérito do nosso requerimento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de apoiar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou responder a questão de ordem do Senador Alvaro Dias.

Na verdade, V. Ex^a pode contraditar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Não, Presidente, posso apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não. Baseado em quê? Não há base regimental.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Então, falo com fundamento no art. 14, Inciso II, Inciso VII...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou encaminhar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Inciso II, art.14 do Regimento Interno. Líder, a qualquer momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tenho uma questão de ordem trazida pelo Senador Alvaro Dias. Vou decidir a questão de ordem e, depois, vou conceder a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não, Presidente, o senhor vai conceder a mim, que tenho preferência e que pedi primeiro a questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Está no Regimento, Sr. Presidente, não é o Regimento da Câmara, é o Regimento do Senado.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É o Regimento Comum, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero encaminhar a questão de ordem e ver se ela contempla. Se não contemplar...A questão de ordem, eu vou aqui – peço atenção de V. Ex^{as} – justificar, por inteiro. Então, gostaria que todos ouvissem a decisão por inteiro, e vejam se concordam.

Há um pedido de quebra de sigilo nos termos aqui já lidos. Acerca desse pedido de quebra de sigilo, vou pautar a sua votação. Agora, há uma questão de ordem do Senador Alvaro Dias. A questão de ordem do Senador Alvaro Dias pode ser resolvida com a inclusão extrapauta. É uma inclusão extrapauta. Portanto, vou submeter essa inclusão extrapauta, mas não vou fazê-lo em conjunto. Vou fazer o debate da inclusão extrapauta, e, depois, vou fazer individualmente. Vou votar a inclusão extrapauta. Se ganhar a inclusão extrapauta, vou fazer um encaminhamento individual.

Há concordância dos Srs. Deputados?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – A minha questão de ordem é outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ver se a questão de ordem... Há uma questão de ordem do Deputado Carlos Sampaio. Eu quero ver se vai em direção distinta daquela que a gente fez. Eu quero saber, Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Vai votar separado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu retiro para que eu possa utilizar como líder depois. Não utilizei porque é uma vez por reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vota como preliminar a inclusão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Ex^a e do Sr. Relator.

Foi definido pelo Senador Vital do Rêgo sobre as reuniões. No Item 3, dos requerimentos, foi dito expressamente: nos casos referentes à quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal deverá...

Eu peço a atenção do Sr. Relator porque é muito importante esse questionamento feito pelo Senador Vital do Rego.

Foi definido que, nas quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico deverá: (1) detalhar as provas, indícios ou suspeitas que motivem a solicitação; (2) necessidade da providência solicitada; (3) demonstrar que o resultado a apurar não poderá advir...

Sr. Presidente? (*Pausa.*)

...precisa restar demonstrado que o resultado a apurar não poderá advir de nenhum outro meio de prova. Por quê? Porque há uma restrição efetiva com relação à quebra de sigilos bancários, fiscais e telefônicos. Nós aqui agimos como magistrados, e qualquer magistrado só determina uma medida de exceção com a fundamentação que evidencie que aquele agente faz parte da conduta criminosa que está sendo verificada.

Eu chamo a atenção do Sr. Relator, eu pediria que a assessoria técnica em seguida pudesse falar.

Vamos abrir um precedente que nunca se teve numa CPI. A quebra de sigilo bancário – não estou me referindo aqui ao Governador Marconi e nem aos outros Governadores. Nenhum deles, até o presente momento, se viu envolvido com organização criminosa a ponto de ter contra eles quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico.

Vou mais além, Presidente Paulo Teixeira: os Secretários de Estado e os Secretários Distritais demitidos por ambos os Governadores, em razão de suposto envolvimento, sequer foram indiciados. Aqueles Governadores – os dois – que demitiram Secretários estaduais e distritais... Os secretários sequer foram investigados, sequer foram indiciados, e nós vamos votar hoje quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Governadores que tomaram essas medidas contra seus Secretários? Se aqui é um local onde magistrados decidem, a fundamentação para quebra é fundamental.

No caso, o Senador Marconi Perillo, ele se dispôs a vir pessoalmente. Nem precisava de votação de requerimento. Se prontificou a vir e a falar sobre os três

cheques da casa que adquiriu... da casa que vendeu, cheques que foram nominais e depositados na conta pessoal do Governador. Vendeu um imóvel com cheques depositados em sua conta pessoal. Quebrar o sigilo, a intimidade inviolável da Constituição por conta de um questionamento de algo que ele pode responder aqui de viva voz para nós?!

Eu chamo a atenção do Relator e de todos. Me perdoem, até o aditamento acho que é plausível, mas não cabe, não há pertinência, não há fundamentação jurídica para quebrar-se o sigilo dos governadores nesse momento da investigação. A medida é de exceção. Decisões do Ministro Celso de Melo e do Ministro Peluso, todas elas no sentido de que é uma medida de exceção que só pode ser concebida quando outro meio de prova não puder dar a resposta.

Eu indago ao Relator se não seria oportuno retirarmos tanto do Governador Marconi como do Governador Sergio Cabral como do Governador, também, Agnelo Queiroz, por quê? Porque não há pertinência de envolvimento de nenhum dos três com a organização criminosa. Se há indícios a serem apurados, devemos apurá-los. Devemos ouvir o Governador Marconi, que já se dispôs, e os demais Governadores. Mas quebrar é violar aquilo que a Constituição diz que é uma medida de exceção extremada e destinada a criminosos envolvidos em quadrilhas e ações de crimes evidentes!

Eu pergunto a todos os membros dessa CPI: Alguém aqui, em sua consciência, pode afirmar, no dia de hoje, que qualquer Governador está, sim, envolvido com a organização criminosa ou sendo um de seus membros, Sr. Relator? Não há pertinência para a quebra de sigilo neste momento. Eu solicito a reflexão de todos. Não se refere ao Governador Marconi Perillo, que é do meu partido; refere-se a todos. Não tem sentido a quebra de sigilo de nenhum deles. Eu pondero ao Deputado Miro Teixeira, aos membros desta Comissão e a V. Ex^a, Sr. Relator: a medida pode ser cabível num determinado momento, mas não é a oportunidade.

Eu apelo à reflexão de V. Ex^a, nobre Relator.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho aqui inscritos os seguintes parlamentares, depois de cujas manifestações concederei a palavra ao Deputado Odair Cunha.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho inscritos aqui o Senador Cássio Cunha Lima, o Deputado Maurício Quintella Lessa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, o Deputado Sílvio Costa há dez minutos que lhe pede a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – ...a Senadora Kátia Abreu, o Deputado Sílvio Costa e o Deputado Mendes Thame.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

Eu concederei, se V. Ex^{as} concordarem, três minutos, que serão contados no relógio – três minutos para a fala de cada parlamentar.

Antes, Senador Cássio Cunha Lima, o Relator pede para fazer uso da palavra. Desse modo, peço licença a V. Ex^a e concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, primeiro, nós não podemos tratar esse tema em bloco. Não se trata de um bloco de governadores. São condutas individualizadas. E há, nos autos dos inquéritos da Polícia Federal, mais evidências no que diz respeito ao Governador Marconi Perillo: a casa, os cheques que foram para a conta dele. Por essa razão, nós estamos encaminhando favoravelmente à quebra...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Perdoe-me, Sr. Relator, mas essa venda não consta do inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

Presidente, o Delegado disse aqui...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Mas não consta do inquérito.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Consta da nossa investigação, Presidente.

A questão central... Aliás, o próprio Governador afirmou a transação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) (*Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero assegurar... (*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – O senhor falta com a verdade!

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há evidências...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – A venda da casa não consta do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) (*Fazendo soar a campainha.*) – Senador Cássio, V. Ex^a terá a palavra depois do Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Estou fazendo uma questão de ordem com base no Regimento, porque o Sr. Relator traz uma informação que não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra e esclarecer as eventuais divergências, mas a palavra está com o Relator. Peço a atenção à palavra do Sr. Relator.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Há diferentes níveis de envolvimento com a organização criminosa. Nós estamos no momento da instrução, da coleta de

provas. Quero repetir aqui: a investigação da Polícia Federal e o depoimento do Delegado Matheus Mella sustentam que, nas ligações interceptadas, há 237 referências ao Governado Marconi Perillo. São 237! Ou nós temos clareza do que nós estamos investigando, das pessoas que efetivamente têm envolvimento com essa organização criminosa...

Eu encaminho, Sr. Presidente, contrariamente à inclusão nessa pauta – encaminhado contrário – porque nós precisamos, exatamente como diz o Deputado Carlos Sampaio, analisar melhor cada ato de cada pessoa envolvida com essa organização criminosa, seja Governador, seja Deputado Federal, seja Senador da República.

Assim, nós estamos propondo aqui a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Deputados Federais e de Senadores a respeito dos quais há indícios contundentes de que se envolveram com a organização criminosa. E há indícios contundentes que justificam a quebra dos sigilos do Governador Marconi Perillo. Exatamente por isso, Sr. Presidente, eu encaminho favoravelmente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Acho que é melhor que nós deixemos o requerimento assinado pelo ilustre Senador Alvaro Dias sobrestado para uma futura análise. Não descarto a quebra dos sigilos de outros governadores, mas, neste momento, não é possível encaminharmos favoravelmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, já houve o acolhimento...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima, por três minutos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu me inscrevi...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Cássio, antes de V. Ex^a falar, o art. 14 só pode ser usado duas vezes na sessão.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Pois não, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Estou citando pela primeira vez; sou o primeiro a pedir hoje pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. V. Ex^a vai utilizá-lo.

Senador Cássio Cunha Lima.

Peço para voltar o tempo do Senador Cássio Cunha Lima, por favor.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB)

– Peço antes, Presidente, que V. Ex^a me esclareça, porque a inscrição que fiz, originalmente, é para encaminhar contrariamente o requerimento de quebra de sigilo do Governador Marconi Perillo, e não é isso que está sendo votado nesse instante. Estamos votando agora o agrupamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – As questões de ordem de foram feitas.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) –

Então, declino da palavra e peço a minha reinscrição, desde já, quando do encaminhamento do requerimento de convocação e de quebra de sigilo do Governador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Obrigado.

Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. (Orador não identificado) – Da mesma forma, Sr. Presidente, retiro a minha inscrição, por favor, e encaminho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Para o debate, depois.

Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sr. Presidente, nem eu nem meu partido viemos para esta CPI para fazer parte de investigação seletiva.

Eu queria iniciar dizendo que sou autor de três requerimentos, cada um convocando os governadores de Estado Sérgio Cabral, Agnelo Queiroz e Marconi Perillo. Acho que os três devem explicações a esta Comissão, explicações: virem aqui, falarem, ou do seu envolvimento pessoal ou do envolvimento de seus assessores, membros e colaboradores, como nós analisamos na CPI. Cada caso é um caso.

Não vamos apoiar aqui seleção do governador, de jeito nenhum. Ou convocamos os três ou não convocamos nenhum.

Quero, em relação à questão da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, aqui fazer minhas as palavras do Deputado Carlos Sampaio. Essa é uma medida de exceção, extremamente grave, contra um governador de Estado, contra um parlamentar ou contra qualquer cidadão brasileiro que não tenha ainda o seu nome ou a sua participação devidamente comprovada em um processo como esse.

Estamos no primeiro mês da CPI. Temos seis meses de investigação pela frente. Então, nesse sentido, por conta disso, vamos acompanhar a posição do Deputado Carlos Sampaio. Votaremos favoravelmente à convocação de todos os governadores, mas votare-

mos contra as quebras dos sigilos bancário, fiscal e telefônico nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora Kátia Abreu, três minutos.

Peço que o tempo de S. Ex^a seja registrado.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria de repetir a fala dos dois que me antecederam. Não dá para fazer aqui um tribunal de exceção. Não dá para escolher quem vai ser inquirido, quem vi quebrar ou quem não vai, sabedora de que temos uma maioria de apoio ao relator muito grande nesta Comissão. Não são justas essas escolhas.

Sr. Relator, com todo respeito que lhe tenho, mas, na última reunião desta Comissão, nós presenciamos aqui um direcionamento que não é saudável para esta Casa. As perguntas foram todas direcionadas para um partido político e nós não podemos aproveitar de uma maioria absoluta para poder escolher governadores de Estado para virem aqui dessa forma.

Primeiro, a minha sugestão, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos já, autorizados por esta Comissão, a quebra de sigilo bancário da Delta nacional, nos já temos autorização de quebra de sigilo bancário do Sr. Carlinhos Cachoeira e de todas as suas empresas, e por que, de forma equilibrada e responsável, nós tentamos primeiro olhar todas essas transferências de recursos dessas empresas, Delta e Carlinhos Cachoeira, para quem quer que seja, não é só para governadores, porque é lá no Tocantins, na capital, a prefeitura do PT deu uma transferência de R\$120 mil da Delta para o irmão da primeira-dama do Tocantins, da primeira-dama do Município do Tocantins, e nós ainda nem sequer... Hoje que protocolei ainda esse ofício. Já sei disso há seis meses porque a Justiça do Tocantins está avaliando essa situação.

Mas não quero ser precipitada, não quero aqui fazer injustiça. Não estou aqui porque o prefeito é o meu adversário político – eu tenho respeito pelas pessoas e pelos pais de família. Por que, então, nós não aguardamos o trabalho dos Senadores e Deputados, verificamos essas quebras de sigilo de todas as empresas para verificar a transferência de dinheiro para as pessoas, ou para governador, ou para prefeito, ou para Deputado, ou para Senador, ou para quem quer que seja? E vamos, aí sim, quebrar o sigilo de todos aqueles que receberam dinheiro dessas pessoas.

O caso, como disse o Senador Cássio Cunha Lima, da casa do Governador Marconi foi declarado por ele próprio! Não foi escondido, não foi esta CPI que descobriu, ele mesmo declarou! Por isso não está no inquirido!

Sr. Presidente, sou a favor de quebrar o sigilo de todos aqueles que receberam dinheiro do esquema,

da quadrilha do Sr. Carlinhos Cachoeira e também da empresa Delta. Nós precisamos vistoriar e vasculhar o Brasil inteiro, nem que precisemos ficar aqui um ano, um ano e meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Encerrou o tempo de V. Ex^a.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... abrindo esses sigilos.

Então, de forma responsável, Sr. Presidente, com respeito às instituições, aos mandatários, vamos abrir, primeiro, o sigilo deles, das empresas, para ver se esses governadores receberam em suas contas dinheiro da quadrilha do Carlinhos Cachoeira e da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por três minutos, Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu encerrei as inscrições.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por favor, recomece a marcar meus três minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Marque os três minutos, por favor. Perdeu cinco segundos. Devolva cinco segundos a ele, por favor.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Já começou.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu queria fazer uma proposta ao Plenário. Sinceramente, não é de bom-tom, não é de responsabilidade pública quebrar um sigilo telefônico de uma pessoa que sequer sentou naquela mesa para ser ouvida.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Isso não existe.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu quero fazer uma proposta ao Plenário: a gente não vota hoje a quebra e vota a convocação dos três governadores. Hoje! Se o Plenário acatar – e o Plenário é soberano – a gente retira a proposta de quebra do sigilo hoje – não significa que a gente não vá quebrar –, fazemos um acordo de convocar os três governadores e, a partir dos depoimentos deles, iremos para as quebras de sigilo, até porque quebrar sigilo bancário, telefônico, isso não é brincadeira.

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – O Supremo pode sustar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Isso não é brincadeira! E a Senadora Kátia Abreu aqui me alerta,

de forma competente, que ele entra lá no Supremo e o Supremo vai sustar.

Então, na verdade, nós temos de ter o nosso tempo na CPI. Tem o tempo da CPI, tem o tempo da imprensa, tem o tempo de alguns caçadores de holofotes desta Comissão, mas, sinceramente, eu acho que neste momento não é de bom-tom esta CPI quebrar o sigilo fiscal e telefônico de nenhum governador. Agora, vamos fazer um acordo e convocar os governadores. Essa é a minha proposta.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Inscreva-me, por favor, Sr. Presidente. Presidente, por favor, peço a minha inscrição.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Pela ordem! Pela ordem!

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço que me dê o tempo de três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou passando a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Eu só queria perguntar, Sr. Presidente, pela ordem, se não seria mais prudente partir para os encaminhamentos em relação a esses requerimentos? Duas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós temos dois inscritos depois do Deputado Mendes Thame. Eu queria sugerir que aí nós encerremos as inscrições e eu encaminho.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu falo como autor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que V. Ex^a me dê o tempo de três minutos, como Líder da Minoria.

Sr. Presidente, quando esta CPI foi instalada, ouvindo as motivações que levaram o partido de V. Ex^a a ser um dos pioneiros, vanguardeiros na defesa de que fosse instalada esta CPI, nós dizíamos, até de uma forma inicial, que, aparentemente, era uma CPI para a qual o PT tinha um quádruplo objetivo, quatro objetivos: constranger e vingar-se da imprensa; constranger e vingar-se do Procurador-Geral da República que tinha feito a denúncia, a pronúncia dos mensaleiros; terceiro, atingir a oposição e, quarto, desviar o foco das atenções em relação ao julgamento do mensalão.

Os fatos, na verdade, subsequentes podem comprovar ou desmentir essas nossas colocações e colocar, recolocar essa CPI no foco correto. O foco correto não é investigação do Cachoeira. O Cachoeira já foi

investigado e já está na cadeia. O fato, os dois objetivos desta CPI são: estender o campo da investigação para que a gente conheça melhor como se dá essa simbiose nefasta, essa promiscuidade entre o setor público e uma empresa para desviar recursos do setor público, do Erário e beneficiar a corrupção e o segundo objetivo é nos dar elementos para melhorar a legislação, o arcabouço jurídico para proteger o Estado desses continuados ataques que a gente viu lá atrás na CPI dos Anões, vimos depois na dos Correios, na dos Sanguessugas e estamos vendo de novo, ou seja, será que nós não conseguimos ter uma legislação que nos proteja dessa quadrilha de delinquentes, de reiteradas ações e em série de quadrilhas de delinquentes?

É claro que nós temos que fazer um esforço para melhorar a legislação.

Portanto, algumas votações são emblemáticas. Essa é uma votação emblemática. Se nós atentarmos para o que falou o Deputado Carlos Sampaio, para o que falou o Deputado Silvio, que mostra isenção, que nós não estamos aqui para cumprir esses objetivos de ser uma CPI com objetivos parciais, objetivos torpes, objetivos pequenos, que estamos realmente revestidos do objeto de sermos estadistas, de sermos juriconsultos aqui ou pelo menos juízes aí para julgar...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou pedir a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Vou encerrar, sim, para julgarmos isso com absoluta isenção.

Essa votação vai mostrar se realmente esta CPI, até no encaminhamento da votação, e não no resultado, se nós temos a devida isenção que a população brasileira cobra de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Os dois últimos inscritos são o Deputado Miro Teixeira e depois a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. (Orador não identificado) – Eu vou gastar meu tempo como líder, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu estou pedindo o tempo de Líder, Presidente. Pedi a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Pronto. Nós vamos atender.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente, é que eu falo como autor. Eu não me inscrevi. Tenho o direito de falar como autor ao final...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, se V. Ex^a me permitir, ao final.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Ao final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Depois da Senadora Vanessa Grazziotin, eu vou fazer um encaminhamento e, se houver concordância, nós então prosseguimos.

Com a palavra, por três minutos, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Paulo.

Sr. Presidente, não gostaria de falar, e nem quero neste momento me ater ao mérito dos requerimentos que estão gerando tamanha polêmica. Quero me ater à questão genérica: aos procedimentos e sem citar qualquer Governador que seja, sem citar qualquer Prefeito que seja ou qualquer pessoa.

Penso que nós precisamos primeiro ter a seguinte clareza: se é verdade ou não que está havendo seleção aqui.

Eu quero dizer que de todos os requerimentos que nós aprovamos nenhum está selecionado. Na medida em que os fatos foram aparecendo, em que os documentos que nos foram disponibilizados mostram pessoas, mostram empresas nós estamos quebrando o sigilo um a um.

Eu acho que, por outro lado, Sr. Presidente, o que nós não podemos aceitar de jeito nenhum é que diferentes sejam tratados de forma igual, repito: que diferentes sejam tratados de forma igual. Existem pessoas que aparecem numa situação e existem pessoas que aparecem em outra situação. Não é porque são Governadores, porque são Prefeitos, porque são secretários que merecem todos, mesmo aparecendo de forma diferenciada, ser colocados na mesma linha, Sr. Presidente.

Eu aqui estou ouvindo nomes de pessoas que já procurei lá embaixo, já procurei em todos os documentos da CPMI e não aparecem em nenhum momento. Mas há alguns, aqui, que insistem. Aí, questiono: será que não é esse tipo de atitude que partidariza ou que procura partidarizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente?

Então, quero concordar, aqui, com o Deputado Carlos Sampaio. A cada requerimento, a cada requerimento, temos que ler, com muita atenção, a justificativa, porque assim determina o Regimento, o Regimento Comum, o Regimento do Senado, o Regimento da Câmara. É possível quebrar sigilo, sim, mediante justificativa comprovada com fatos.

Então, Sr. Presidente, acho que estamos nos antecipando. E quero questionar, aqui, que quem reclama muito da tentativa de partidarização é quem parece que exatamente está fazendo isso, porque está querendo colocar numa mesma situação pessoas que têm

situações completamente diferenciadas perante esta CPMI, e me baseio nos documentos que li, aliás, não apenas eu, mas todos nós, do Brasil inteiro, lemos, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero fazer uma proposta de encaminhamento e consultar V. Ex^{as} se concordam com isso. Consultei o Sr. Relator e tenho a concordância dele.

Temos, aqui, um pedido de quebra de sigilo nº 253/2012; temos um pedido de quebra de sigilo nº... *(Pausa.)*

Qual é a proposta de encaminhamento? Está sendo pedida, aqui, a quebra de sigilo de um Governador e de três Deputados Federais. Em relação a esses, a nossa sugestão é sobrestar esses requerimentos. Quero consultar se todos os senhores membros desta Comissão concordam com esse encaminhamento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, peço a manifestação.

Quem for favorável permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

Estou sobrestando, por unanimidade, a análise...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Está impossível ouvir daqui. V. Ex^a sobrestou o quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sobrestei os seguintes requerimentos. *(Pausa.)* Só um minuto.

Já sobrestei os seguintes requerimentos: nº 253..

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Quero que registre o meu voto contrário.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Registre o meu voto contrário também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minuto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Deputado Miro Teixeira, voto contrário.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Deputado Protógenes também.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Deputada Iris, voto contrário também, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Peço a gentileza de respeitarmos aqui o direito de os Parlamentares ouvirem o que se passa na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero, então, pacientemente, dizer o que se passa na sessão.

Estou sobrestando, por proposta da Presidência, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 253, de 2012... *(Pausa.)*

V. Ex^{as} querem que eu leia?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não, só o número, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Requerimento nº 408, de 2012; Requerimento nº 409, de 2012; e Requerimento nº 410, de 2012.

Estou sobrestando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por qual razão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou justificar a razão do sobrestamento.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Quero saber a razão, antes de me manifestar.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E temos de votar de maneira correta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu fiz a votação formal.

Vou dizer qual a razão do sobrestamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não fez, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, faço uma votação nominal.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Muito bem.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Por gentileza, a razão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou falar a razão do sobrestamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu não falei sequer como autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, gostaria de ouvir V. Ex^a e o Relator, porque o Relator deu um parecer, ainda há pouco, pela votação favorável. O Relator mudou de ideia agora?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E eu, como autor, não tive a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem! V. Ex^{as} se manifestarão. Estamos em um regime democrático.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Parece, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a tem alguma dúvida, Senador?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tenho. Quero saber a razão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, fiz uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a ouça...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Tenho dúvida. Quero saber a razão. Como posso votar sem saber a razão?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Deputado Paulo Teixeira, eu fiz uma proposta a V. Ex^a, ao Relator

e ao Plenário. Parece-me que o Plenário foi simpático à proposta, e eu quero saber se V. Ex^a acatou, porque depende do meu posicionamento. A proposta seria: não vota a quebra de sigilo em troca de votar a convocação dos Governadores. Eu quero saber se V. Ex^a vai colocar em pauta a convocação dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou, primeiro, encaminhar a proposta da Presidência. Qual é a proposta da Presidência? Eu vou justificá-la porque nós precisamos de justificativa.

A proposta da Presidência é a seguinte: tendo em vista que esta CPI recebeu, no dia de ontem, a quebra de sigilo, que veio do Supremo Tribunal Federal, de todas as escutas, e poderá ter todos os relatórios da Operação Vegas, da Operação Monte Carlo e, também, de outras quebras de sigilo que não estão aqui, nós, ao sobrestarmos, estamos apenas adiando esse debate, nós não estamos resolvendo não fazê-lo. Esta é a proposta desta Presidência. Eu quero ser resumido nos meus argumentos. Agora, eu gostaria de saber se há ainda divergência nesta votação, se é necessário se fazer...

Senador Randolfe, o que nós estamos propondo é um adiamento apenas.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Eu sou autor de um requerimento que não tem nada a ver com os outros. Gostaria de falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora, estou sentindo que numa nova consulta, o próprio Plenário aceitou a decisão anterior. É isso?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra o Deputado Miro Teixeira. Depois, Senador Randolfe.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, Presidente. Sabe por que não está votado? O processo legislativo é descrito no Regimento. Nós temos uma ordem a cumprir. Aqui tem uma Ordem do Dia, publicada e distribuída. Existem esses outros requerimentos aqui, nesta Ordem do Dia, publicada e distribuída. Eu concordo que se vote extrapauta, sem prejuízo – não quero atrapalhar ninguém – da votação desse requerimento.

O Senador Alvaro Dias conversou comigo, legitimamente, democraticamente, aqui na Comissão: “Mas por que você fez só a quebra do sigilo telefônico do Marconi?” Telefônico e SMS. Eu ouvi falar aqui de fiscal, bancário. Eu não requeiro isso. Eu requeiro telefônico e SMS para quê? Para determinar se são verdadeiras as afirmações do inquérito das relações do Governador Marconi com o Sr. Wladimir Garcez Henrique. É específico. Não é quebrar o sigilo telefônico, é fazer esse cruzamento. E esse seria o elemento de ligação com o

Carlinhos Cachoeira. Não é contra ninguém, é a favor da apuração da verdade. E, na conversa que eu tive com o Senador Alvaro Dias e em resposta a ele, eu disse: olha, eu não tenho nenhum embaraço de assinar qualquer coisa fundamentada. Eu tenho essa fundamentação. E ele me pediu até que colocasse um “de acordo” quanto à quebra de sigilo telefônico de outras personalidades, outros governadores. E eu coloquei. O que não se pode é misturar o processo de deliberação. E eu votarei a favor de uma inclusão extrapauta. Não temos esse tipo de problema aqui, mas esse item deve ser votado, a não ser que a sua exclusão da pauta seja decidida no voto, aqui, pela Comissão. Está aqui publicado, está distribuído na Ordem do Dia. O sobrestamento de todos. Que todos? Que todos? Que todos? Qual o número do item na Ordem do Dia que está sendo sobrestado junto com esse? A rigor, está sendo retirado só esse, porque os outros não estão. Onde está? Qual é o número? Vamos votar um a um. Não se pode votar conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Presidência pode retirar de pauta...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não pode...

Pode retirar o que quiser. Pode retirar tudo, inclusive, inclusive o quórum da Comissão. Pode retirar o que quiser. O Parlamentar faz o que quiser do seu mandato, mas que fique claro o que cada um está fazendo. Eu me oponho ao processo de deliberação. Se no voto da maioria da Comissão eu for vencido, eu não tenho o menor embaraço, num procedimento que seja de consulta aos senhores parlamentares pelo sistema nominal. Se querem retirar de pauta os Itens 2, 4 e 5 – uma coisa dessa –, ou se, como na formulação de V. Ex^a, querem sobrestar, mas no voto nominal.

Outra coisa: sobrestar até quando? O sobrestamento é indefinido?

Então, é o que eu coloco diante de V. Ex^a, pedindo que seja respeitado o direito de manifestação de todos, que fique clara a deliberação e as responsabilidades assumidas nominalmente. Não há qualquer processo seletivo, qualquer. A minha assinatura está ali, como deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Posso responder a V. Ex^a, Deputado Miro?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não; V. Ex^a pode deliberar. A Presidência é sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A nossa proposta de deliberação tem em vista que o requerimento do Deputado Miro Teixeira não é o requerimento original do Deputado Miro Teixeira que está sendo votado; ele foi aditado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, inicialmente, há um aditamento.

Em segundo lugar, vários dos senhores parlamentares aqui trouxeram argumentos indicando a necessidade de um adiamento para uma melhor análise de provas. Então, a questão preliminar é... Se eu sobrestar nem vou discutir se eu acato um requerimento de inclusão de pauta. Eu nem vou discutir isso. É uma questão anterior. Por isso eu respondo ao Deputado Silvio: é uma questão anterior mesmo. Assim, eu procedi à votação e pedi que aqueles Deputados que fossem contrários se pronunciassem.

Eu gostaria de dizer o seguinte: eu vou fazer um procedimento agora...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, só para ajudá-lo. V. Ex^a está sendo, realmente, um grande democrata. Você Ex^a não precisa consultar o Plenário, Presidente. A palavra sobrestar é a mesma coisa de retirar de pauta. Então, é da prerrogativa de V. Ex^a retirar de pauta. Ponto final.

O SR. (Orador não identificado) – Se for no grito, todo mundo vai querer falar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, vamos economizar tempo. Vamos economizar tempo e retirar de pauta. Ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Decidida essa questão, eu volto para os demais itens da pauta.

Demais itens da pauta...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Não, não. O Relator vai falar? *(Pausa.)*

Se o relator vai falar, tem precedência. Se não, recorro da decisão de V. Ex^a ao Plenário, de retirar de pauta..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É regimental esse recurso.

Então, eu vou fazer uma votação... *(Pausa.)*

Ainda que meu ímpeto tivesse de reverter, a assessoria disse que esse item já está resolvido.

Voltamos para a pauta.

Antes, passo a palavra ao relator.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Já que está resolvido, que não se fale mais em democracia.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Presidente, aqui tivemos várias ponderações. Todos nós sabemos que o Direito brasileiro consagra a preocupação em relação à quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de qualquer cidadão, especialmente quando diz respeito a uma pessoa de vida pública, cuja imagem e cuja honra são os bens mais importantes. Com essa ponderação, nós estamos adiando essa discussão. Por

quê? Porque nós temos provas que estão chegando a essa CPMI e nós as estamos analisando.

Quero deixar claro esse meu posicionamento porque eu não retiro nada do que eu disse. Agora, diante de o fato significar as pessoas que significam e da importância que tem a imagem para essas pessoas, nós vamos continuar o nosso processo de investigação e, numa próxima reunião, a ser definida pela Presidência, nós vamos enfrentar o tema.

É isso que nós estamos fazendo aqui neste momento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – E o direito de imagem foi trazido agora, como fato novo, que não está no requerimento, que só pede para cruzar os dados com um – um! – personagem que está no inquérito. Ninguém aqui quer violar a intimidade ou a vida privada de quem quer que seja.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu tenho uma indagação, por gentileza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Eu registro que a oposição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou só responder ao Deputado Miro Teixeira que o que já foi feito não requer que seja feito outra vez. Eu compreendi, durante a votação, que o que está sendo pedido aqui a CPMI já terá com a quebra do sigilo telefônico da organização criminosa, de certa forma, já nós o teremos. Então, o seu requerimento está atendido. Quem tem tudo não precisa de parte. É por isso que eu encaminhei dessa maneira.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, pela Liderança.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu tenho que atender aqui uma questão regimental embora eu queira entrar na pauta.

Caso V. Ex^a deseje, eu lhe passo a palavra para usar o tempo de liderança, mas queria aqui fazer um apelo para nós voltarmos para pauta.

Eu também ofereço a V. Ex^a essa possibilidade.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Não; é menos que isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RORIGUES (PSOL – AP) – Eu só pediria a V. Ex^a que registre a nossa oposição ao sobrestamento na ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Muito obrigado.

Deputado Onyx Lorenzoni. E, depois, volto à pauta.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu quero me manifestar aqui reconhecendo que a argumentação aqui exposta, que começa com o Deputado Carlos Sampaio, passa pela Senadora Kátia Abreu e por vários parlamentares, produziu o efeito de recolocar a CPMI na direção em que ela deveria sempre estar.

Quero também reconhecer, como membro da oposição, o posicionamento do Sr. Relator, que recua e que sobresta, por meio de sua decisão e deste Plenário, aqueles requerimentos que, neste momento, invadiam indevidamente a vida de uma pessoa que não tem nenhum indício, neste momento, que justificasse a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Agora, quero reafirmar a nossa posição, Sr. Presidente, a posição dos Democratas, no sentido de que se convoque hoje os três governadores. Primeiro, ao longo da documentação de que nós já dispomos, abrir-se espaço nesta CPMI para que os governadores, na condição de testemunhas, venham aqui colaborar com a CPMI, não afeta a história política nem a dignidade de ninguém; não fere nenhum princípio constitucional; ao contrário, realça o dever que o Governador de Estado tem de vir ao Parlamento e prestar esclarecimentos à sociedade do seu Estado e à sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero reiterar, em nome do Democratas, a proposta de que, neste momento, V. Ex^a coloque em votação os requerimentos que já estão na pauta. Quero chamar a atenção: os requerimentos foram colocados pelo Sr. Relator na pauta do dia de ontem. Está aqui a convocação, de onde constam os Requerimentos n^{os} 047, 080, 221, 274 e 284, que convocam o Sr. Governador Marconi Perillo. Autores: Carlos Sampaio, Fernando Francischini, Domingos Sávio, Rogério Marinho, Filipe Pereira, Hugo Leal, Maurício Quintella, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Rubens Bueno.

Logo a seguir, colocaríamos o 045, o 079, o 219, o 280. Autores, pela ordem: Deputado Carlos Sampaio, Deputado Fernando Francischini, Domingos Sávio, Rogério Marinho, Deputado Filipe Pereira, Deputado Maurício Quintella, Deputado Rubens Bueno. Convocação, portanto, na pauta de ontem, do Sr. Agnelo Queiroz. E concluo com o 215, 220 e 279, do Senador Randolfe Rodrigues, Deputado Maurício Quintella e Deputado Rubens Bueno, pela convocação do Governador Sérgio Cabral. Será a oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu quero...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Concluirei em um segundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sou Vice-Presidente desta Comissão...

Seu tempo terminou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas quero um segundo para dizer o seguinte: isso atenderá a toda a Comissão, dando a possibilidade de que cada um expresse seu posicionamento nominalmente, para que o Brasil conheça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Se nós continuarmos com a pauta, nós podemos decidir esse item.

Tenho quatro Líderes inscritos – inscrevo V. Ex^a e inscrevo também o Senador Randolfe.

Quero perguntar se os Srs. Líderes concordariam que nós terminássemos a pauta, e eu concedo a palavra a V. Ex^{as} assim que terminarmos a pauta. Eu gostaria de consultá-los.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, eu gostaria de concordar, mas a minha inscrição é para apoiar o Deputado Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Mas V. Ex^a vai fazê-lo em tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E aí V. Ex^a tem que tomar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero falar sobre a questão dos governadores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Estou encaminhando um requerimento de preferência para que o Plenário decida, Sr. Presidente! Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, eu já concedi a V. Ex^a a palavra!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, senhor! Tenho um requerimento de preferência, vou encaminhar para que seja votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a já usou triplamente o tempo concedido a V. Ex^a.

Vou fazer o seguinte. Vou fazer a pauta...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Vou fazer como Líder antes. Vou usar meu tempo antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu inscrevi, inscrevo V. Ex^a como Líder. Depois vou conceder aos Líderes.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Não. Vou fazer minha fala antes da pauta. Vou utilizar meu dispositivo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, V. Ex^a não é o primeiro que está inscrito, Deputado Bruno!

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Então, vou aguardar. Se alguém não for fazer no seu tempo,

vou fazer no momento em que eu quero. O momento é este.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Não, Deputado, V. Ex^a vai cumprir o Regimento. Se V. Ex^a não cumprir o Regimento...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, o Regimento me atribui falar no momento em que bem entendo. Se algum dos Srs. Líderes não quer falar agora, problema de quem não quer fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Deputado Bruno, apenas quero dizer o seguinte: a primeira coisa é que todos os Deputados aqui vão respeitar o Regimento e V. Ex^a vai respeitar o Regimento.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Por isso que V. Ex^a vai me atribuir minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

V. Ex^a, por favor, vai ouvir este Presidente.

Em segundo lugar, a proposta de encaminhamento que eu tenho... Preciso que V. Ex^{as} ouçam. A proposta de encaminhamento que tenho é a seguinte. Temos duas pautas, as quebras de sigilo e as pautas dos governadores. Então, o que eu proponho? Que agora resolvamos a quebra de sigilo, e eu abro para os Srs. Líderes e os demais debaterem o tema dos governadores. Pode ser?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, em oposição a isso. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –

Deputado Miro, antes, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente,

eu não vou usar meu tempo agora porque preciso, para usá-lo, que V. Ex^a me responda só a uma pergunta: o requerimento para que os governadores possam vir será votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Vou discutir esse requerimento. São dois blocos. O primeiro bloco é quebra de sigilo, que quero concluir. Depois, vou abrir esse debate.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – E antes disso nós vamos falar como Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– É isso.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito bem, então, está o.k.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Posso agora?

Sr. Presidente, está sendo encaminhado a V. Ex^a um requerimento de preferência para discutirmos e votarmos o convite ou a convocação, o que seja, dos governadores. Isso precede...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como V. Ex^a falou no gerúndio, está sendo encaminhado à Mesa...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – O Deputado Onyx tem de parar com esse verbo “está sendo” e encaminhar à Mesa rapidamente, senão fica parecendo que não quer. Já está na mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Item 375, de 2012.

Requer a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico da empresa Mapa Construções, CNPJ 05080972-0001 57, Rio de Janeiro.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, sobre a mesa há um requerimento de preferência. O requerimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, ele será votado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Agora, agora. Preferência é preferência, Presidente. É um direito que o Plenário tem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Preferência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esse requerimento chegou agora. Estou em processo de votação. Vou fazê-lo assim que acabar.

V. Ex^{as} poderiam esperar.

V. Ex^a poderia esperar, poderia aguardar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – A preferência precede, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou em processo de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – O senhor não anunciou a votação. O senhor não anunciou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já estava em processo de votação.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, senhor. O senhor sobrestou e reiniciou. Agora tem que votar a preferência, pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já estava em processo de votação, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, Sr. Presidente. O senhor tem que votar a preferência, depois o senhor faz o que quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, tem que encaminhar a preferência, primeiro.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, o senhor preside. Não tem que ficar ouvindo a imposição de alguns no plenário.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Podem reparar que começa a retirada de quórum aqui.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, atenda a preferência e essa situação fica resolvida rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É verdade, mas tenho que atender a outra questão, Senador Alvaro Dias, a questão regimental. Eu não posso aqui atropelar o Regimento, e não vou fazê-lo. E não vou permitir que esta Mesa perca a autoridade diante dos parlamentares que querem dar o rumo da votação prevista.

Eu contemplei este debate. Este debate está contemplado. Todos falarão. Agora, eu quero aqui resolver essas questões e colocar em debate, assim que V. Ex^{as} me permitirem.

Portanto, vou prosseguir.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está retirada a inscrição de V. Ex^a.

Quero saber se posso ler todos os requerimentos e votamos nominalmente, em bloco, como fizemos na última reunião.

Vamos lá. Já li o 462, vou voltar a ler porque fui interrompido.

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Mapa Construtora Ltda., CNPJ 05.080.972/0001-57, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data.

Do Deputado Dr. Rosinha.

Requerimento 462, de 2012. Requer a quebra do sigilo – aí está apensado o mesmo requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É que o do Randolfe é o 392.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o 375, de 2012, do Senador Randolfe.

Requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa WCR Produção e Comunicação Ltda, CNPJ 73.573.271/0001-00, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

Senador Randolfe Rodrigues

Outro, do Dr. Rosinha, que está apensado: Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa WCR Produções e Comunicações Ltda. CNPJ tal.

407/12 Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

Deputado Odair Cunha.

440/12 Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Sr. Cláudio Kratka, CPF N° 113.861.501-34, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

Deputado Dr. Rosinha.

Os outros três foram retirados de pauta.

Aí vai para o 430:

430/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Royal Palace Diversões Ltda-ME, CNPJ N° 06.972.693/0001-60, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

431/12 – requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Center Diversões Eletrônicas Ltda, CNPJ N° 04.644.289/0001-32, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

432/12 - Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Star Game Comércio Importação E Exportação Ltda, CNPJ N° 61.318.358/0001-51, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

433/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Antares Assessoria Administração E Participação Ltda, CNPJ N° 01.133.485/0001-54, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

434/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Adriano Aprigio de Souza-ME, CNPJ N° 37.256.054/0001-22, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha)

435/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Goiás – Game Diversões Eletrônicas Ltda, CNPJ N° 25.008.541/0001-97, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

436/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Planeta Catarinense Serviço De Atividade Lotérica Ltda-ME, CNPJ N° 86.971.237/0001-35, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

437/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa Aprígio Construtora E Incorporadora Ltda, CNPJ N° 12.615.538/0001-90, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

438/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa American Center Bingo Ltda-ME, CNPJ N° 04.642.628/0001-41, no período de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

460/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Calltech Combustíveis e Serviços Ltda, CNPJ 01.357.769/0001-24, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

461/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Geovani Pereira Da Silva-ME, CNPJ 37.397.353/0001-87, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

463/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Fundação Nelson Castilho, CNPJ 03.776.518/0001-00, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

464/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Maquinaria Publicidade e Propaganda, CNPJ 03.853.183/0001-86, de 1 de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

465/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Rádio Goiás Sul FM Ltda., CNPJ 10.417.978/0001-07, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. (Deputado Dr. Rosinha)

466/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Rádio Goiás Sul FM Ltda., CNPJ 10.417.978/0001-07, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha.

466/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Rede Brasiltur de Televisão, CNPJ 09.580.504/0001-00, de 1º de janeiro de 2002 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha.

468/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de *e-mail*, SMS, Skype da empresa Data Traffic, CNPJ 01.175.068/0001-74, de 1º de janeiro de 2012 até a presente data. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – É 1º de janeiro de 2002 até a presente data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem. Obrigado, Deputado Miro Teixeira. Foi uma falha desta Presidência, corrigida em tempo por V. Ex^a.

Nº 469/12 – Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de *e-mail*, SMS, Skype do Senador Demóstenes Lázaro Xavier Torres, CPF 251.804.101-00, de 01 de janeiro de 2002 até a presente data.

Consulta a V. Ex^{as}...

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Para encaminhar para o relator só uma questão, Sr. Presidente, no sentido de uma melhor compreensão.

Surgiu informalmente aqui, no sentido de que estamos tratando de direitos e garantias individuais, e abstrai-se, obviamente, a discussão à parte que já ouvi que quer ser feita sobre o Relator... Nós estamos falando de um volume de informações de dez anos. Eu pergunto ao Relator se, de fato, há necessidade e elementos para dez anos ou se, eventualmente, cinco anos podem ser suficientes, e, se houver indicativo melhor, conseqüentemente, ele solicita mais. Só a nível de compreensão, porque surgiu aqui...

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Porque a informação que se tem, Deputado Bruno, é de que a organização foi montada pelo ano de 2002.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Compreendendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu antes...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, é só uma consideração para ajudar nos trabalhos: o último não pode ser votado em bloco. Todos os demais podem.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, no caso de Demóstenes, tinha que ser por vinte anos. Ele vem enrolando o Brasil há vinte anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bom. Eu vou fazer o seguinte...

Só um minutinho, Domingos.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – O último não pode...!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Acho que é importante deixar claro, é importante registrar, Sr. Presidente: sob a condução de V. Ex^a, foi tomada uma decisão que eu entendo não só com muita ponderação, mas com muita sabedoria, alguns minutos antes. E agora – é importante ficar claro – eu percebi o encaminhamento de V. Ex^a para a votação em bloco, obviamente em separado esse último. Por quê? Porque todos os outros tratam de pessoas jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu farei separado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu entendo que é conveniente que se faça separado, todos os outros em bloco são de pessoas jurídicas, esse é específico de pessoa física, e o em bloco das pessoas jurídicas é bom que se destaque: todas com envolvimento. Se não, pode parecer que esta CPI volta à história dos dois pesos e duas medidas. Estaremos quebrando em bloco, mas porque são pessoas jurídicas, não é entrar na vida íntima e pessoal de ninguém. Além disso, o aspecto de que todos estão envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Em votação.

Eu não estou votando em bloco. Eu estou votando individualmente todos.

Eu vou fazer em três etapas. A primeira etapa é esse núcleo até o Requerimento 468; a segunda etapa é o Requerimento 469; e a terceira etapa deste primeiro bloco são os Requerimentos 360, 361, Coafi.

Portanto, eu vou votar o bloco até o Requerimento 468.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu ouvi... Não é porque é o proble-

ma do Senador Demóstenes; é porque é pessoa física. Nós temos outras pessoas físicas aqui: Geovani, pessoa física...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não! É jurídica!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não, não tem, Senadora. É microempresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É empresa. É microempresa. Procede.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – E empresa tem obrigação de dar informações. O caráter do sigilo é para pessoa física.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Vamos votar logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – A Mesa aqui está me alertando de que o Requerimento 407, de 2012, é pessoa física. E o 440 também. Então, vamos fazer separado.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. Bloco/PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor de Mello? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Agora eu peço para recolher o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintela Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Agora passamos à segunda votação.

Aprovado por unanimidade.

Vou colocar em votação individualmente também os Requerimentos n°s 407 e 440, que se referem ao Sr. Cláudio Kratka, para fazer individualmente. Primeiro foi pessoa jurídica, agora é pessoa física. Pergunto se posso incluir aqui o Senador Demóstenes Torres.

(Intervenções fora do microfone)

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Também, também. O Demóstenes deveria mudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou fazer individualmente.

Estou votando o Requerimento n° 407 e 440.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O senhor votou todos o CNPJs juntos. Por que não votar os CPFs juntos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É que eu não quero...

O SR. (Orador não identificado) – É pessoa física, Sr. Presidente, por que isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não quero gerar nulidades. Eu não quero correr riscos.

O SR. (Orador não identificado) – Vota o Senador Demóstenes e os outros dois...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu não quero gerar nulidades.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Sim Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Álvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor de Mello? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha?

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Iris de Araújo?

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio? *(Pausa.)*
Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*
Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado, antes, Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, está aprovada, por unanimidade, a quebra de sigilo.
Agora, vamos votar o Requerimento nº 469, que requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico, de e-mail, SMS e Skype do Senador Demóstenes Lazaro Xavier Torres (CPF 251.804.101-00), de 1º de janeiro de 2002 até a presente data.)
Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo Filho? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*
Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Dr. Rosinha? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Gladson Cameli votou?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está aprovado o requerimento, por unanimidade.

Passo ao Requerimento nº 360, de 2012, que requer o encaminhamento, pelo Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão: informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Demóstenes Torres.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O requerimento é do Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Eu só queria aditar, Sr. Presidente, que o corte seja na faixa dos R\$50 mil, porque o que o Coaf mandou para cá é acima de 100. E, às vezes, se pegam transações importantes aí na faixa dos 50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Aditado.

O Deputado Rubens Bueno é o autor, não é isso? É o nº 360, de 2012.

E o nº 361, de 201, que requer o encaminhamento, pelo Coaf – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, para esta Comissão de informações sobre movimentações consideradas atípicas do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira. Deputado Rubens Bueno, autor deste requerimento.

Bem, vou votá-los agora.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? (*Pausa.*)

Como vota a Senadora Lídice da Mata? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris Araújo?

A SR^a ÍRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

Como vota o Deputado Fernando Francisquini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onix Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTI (PSB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Eu voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira?

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tenho em mãos um requerimento que vou encaminhar à Mesa, de preferência, para ser incluído na pauta, os meus Requerimentos de nºs 379, 371, 372, 373, enfim, de 379 até 401. São 21 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Quero proclamar o resultado da votação anterior. Foi aprovado o pedido ao Coafi, por unanimidade.

Agora eu vou...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, eu fiz o aditamento e peço a V. Ex^a que solicite e anuncie para que a Secretaria coloque este aditamento para que o corte feito pelo Coafi seja na faixa de R\$50 mil, como mínimo. Não vamos colocar limite é que a regra do Coafi é acima de 100.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Eu não quis atrapalhar, mas o requerido, o 361, já está na sala do cofre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onix, a regra do Coafi não é essa. O Coafi tem uma combinação de regras e, portanto, ele pode

pegar um depósito de R\$10 mil. Então, ele não tem... Portanto, eu não vou aditar, porque a regra do Coafi de movimentações atípicas é um conjunto de regras e ele não tem um valor mínimo.

Então, eu acho que se colocarmos um valor mínimo nós estaremos estabelecendo um limite...

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Mas do Dadá tem atípico de R\$5 mil...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas de pessoa jurídica não tem nenhum abaixo de cem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu antes de prosseguir a reunião, eu passo a palavra ao Sr. Relator Deputado Leandro Cunha.

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Sr. Presidente, quero dialogar com os ilustres Pares no sentido de nós darmos ao tratamento de convocação dos Srs. Governadores o mesmo tratamento que nós demos em relação à quebra de sigilo, ou seja, nós não vamos decidir a convocação de Governador nesta reunião, e remetermos este tema para o dia 12.

Eu sugiro a V. Ex^a então de colocar em votação sobre o sobrestamento...

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não, não, não, vamos sim.

Presidente, já veio um requerimento de preferência sobre governadores. Isso tem que ser votado, é regimental.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Sobre Governadores. Eu vou agora abrir como prometido, para os líderes senão os líderes terão os seus mandatos cassados, por mim, o que não é o caso.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então eu escrevi aqui os seguintes líderes: Líder Onyx Lorenzoni... Ele já falou na sessão como Líder?

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Eu já falei.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. *Fora do microfone.*) – Não seria o caso de consultar e, então, usar da palavra os que querem votar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Líder Pedro Taques, o Líder Jilmar Tatto, o Líder Alvaro Dias, o Líder Protógenes...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

A Líder Íris de Araújo; o Líder Senador Randolfe Rodrigues...

A SR^a ÍRIS DA ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu retirei, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente, como Líder.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, V. Ex^a deve anunciar o requerimento de preferência, que está sobre a mesa.

A SR^a SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero me inscrever como Líder pelo Senado. Sérgio Souza.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Isso é regimental, Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Presidente, eu já havia pedido também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já havia inscrito V. Ex^{as}.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, V. Ex^a precisa anunciar o requerimento. Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou ouvir os líderes conforme eu tinha prometido e vou fazer a votação conforme...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, volto a lhe dizer. O requerimento deve ser anunciado porque está sobre a mesa, Presidente. Não dá para rasgar o Regimento. Para o bem ou para o mal, há um requerimento sobre a mesa.

O SR. (Não Identificado) – Presidente, pelo Regimento, art. 6º, o líder tem preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu apelo ao Dirceu, porque o requerimento está sobre a mesa. Há que ser cumprido o Regimento. *(Pausa.)*

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu me inscrevi como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou inscrever V. Ex^a, Senadora Lídice da Mata.

Neste momento, a pauta vai apreciar o tema “convocação de governadores”. Eu tinha organizado da seguinte forma: tendo em vista que eu consegui um adiamento dos líderes para falar agora, eu tinha organizado para conceder a palavra. Agora, há os requerimentos aqui de inversão de pauta e há um requerimento do Relator de sobrestamento. Então, o que eu devo votar? Vejam se está correto. Eu voto primeiro o sobrestamento...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, Presidente. Não, senhor, porque ele é posterior. Essa, não.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria de falar como Líder, primeiro, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Líder tem preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Essa, não. Aí é golpe, Presidente. Aí é golpe. Essa, não. Aí é golpe. Aí é golpe. Não, não. Aí é golpe, ô, Dirceu. Essa, não. Vamos botar horário nos requerimentos que nós botarmos na mesa, Sr. Presidente. Horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Como determina a tradição do Senado e da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Onyx, a orientação regimental...

A SR^a KÁTIA ABREU (PDB – TO) – Sobrestamento não vota, Presidente.

O SR. (Não Identificado) – Sr. Presidente, não pode ser no grito, Sr. Presidente. Há que ser como rege o Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Não pode ser no grito e nem desrespeitosamente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é no grito, não, mas não pode ser no golpe.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Não pode ser desrespeitoso com o Presidente da CPI.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Requerimento é ordem de apresentação no Regimento das duas Casas.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu só quero perguntar: cadê o Vital do Rego? Onde está o Senador Vital do Rêgo? Sr. Presidente, dá para informar onde está o Presidente Vital do Rêgo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu só quero dizer o seguinte: eu vou encaminhar essa questão ainda que nós tenhamos algum procedimento aqui que eu considero inadequado, considero inadequado.

Eu digo o seguinte: eu coloquei em questão para V. Ex^{as} se nós utilizaríamos agora para as falas dos Líderes ou para votação dos requerimentos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Votação de requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É, votar requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, assim sendo, a orientação regimental que tenho é votar o requerimento do sobrestamento com...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é possível, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não é possível, Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Realmente, não é possível. Se o Presidente não pode falar, não é possível.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, eu quero colaborar com V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu tenho que dar uma informação. Eu tenho dois requerimentos, dois requerimentos de preferência do dia 25. Eu encaminhei no dia 25 dois requerimentos de preferência para votação da convocação dos governadores. Então, esses dois requerimentos têm preferência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Olha, qual é o embasamento, ô, Dirceu? Pelo amor de Deus, rasgar o Regimento não pode!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ninguém aqui vai rasgar o Regimento. V. Ex^a está extremamente acelerado. Por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Não, senhor. Eu estou preocupado só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – E a sua preocupação é a minha.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É porque eu conheço o jogo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o 402 e o 403, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É o seguinte: o item da pauta agora é convocação de governadores. Essa convocação de governadores, nós vamos votar favoráveis ou contrários à convocação de governadores.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Como Líder

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Esclarecendo aqui, só um minutinho.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só um minutinho, Senadora. Eu já concedo a V. Ex^a.

Na verdade, são duas votações. Nós vamos votar em primeiro lugar... Vota-se hoje a convocação dos governadores ou se sobresta? E depois nós vamos votar a questão...

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senadora Lídice, depois o Deputado...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente! Presidente! Uma questão de ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Com a palavra Senadora Lídice, depois Deputado...
(*Manifestações sobrepostas. Inaudível*)

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, os requerimentos...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, o senhor tem que ler o requerimento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Os requerimentos que estão sobre a mesa falam da convocação dos três governadores. Eu, por exemplo, que não sou de nenhum dos partidos dos três governadores não acho que haja isonomia entre a situação dos três governadores. Poderia votar a favor da convocação de um governador ou, se permanecer com a convocação dos três, eu serei obrigada a votar contra. E, aliás, um dos governadores, que é o Governador Marconi Perillo, já veio até esta CPMI e disse que se coloca à disposição para dar o seu depoimento. Considero, portanto, que é até uma descortesia se convocar alguém que já se dispôs a vir sem precisar ser convocado.

Então eu não vejo razão para votar. Entendo igualar. E, na medida em que iguala, em minha opinião, se tenta fazer nesta CPMI um jogo político eleitoral de disputa política eleitoral. E não cabe a esta CPMI permitir que isso aconteça.

Quero me colocar contrária a essa votação, nos moldes em que está colocada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito bem.

Eu vou encaminhar depois do Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURICIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Para ajudá-lo a encaminhar, Presidente.

Presidente, eu assinei o requerimento de inversão de pauta, de preferência, mas esse requerimento foi assinado lá atrás, quando havia vários itens na pauta, na frente da convocação dos governadores.

Então ele não faz mais sentido agora, porque o item da pauta a ser votado é o da convocação dos governadores. Quem quer convocar os governadores, quem acha que eles devem prestar esclarecimentos a esta Comissão vota contrário ao sobrestamento da pauta. Tanto faz, tanto faz.

Do ponto de vista regimental, não se pode inverter ou dar preferência ao que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como eu vou encaminhar a votação?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Domingos.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Foi feita uma manifestação no sentido de deixar claro – e eu respeito muito a posição da Senadora – que ela não concorda ou entende que não se deve votar a convocação de governadores. E eu quero justamente apresentar o meu contraponto a esse posicionamento de uma forma clara.

Eu entendo que é fundamental que esta CPI ouça, e coloco como essencial que ouça os Srs. Governadores, todos três mencionados com grau maior ou menor de envolvimento.

Não é hora de se concluir.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PT – RJ) – As votações são separadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – São separadas.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – São separadas, que se vote em separado, mas que se vote a vinda dos Srs. Governadores. E eu creio que o correto seria se todos se dispusessem a vir. São figuras públicas diante de uma situação em que o País inteiro está perplexo, querendo esclarecimento. E seguramente eles podem e devem procurar contribuir. Não é vir aqui como réus, não é vir aqui como acusados, mas vir para contribuir, prestar esclarecimentos.

O Governador Marconi já disse: eu quero ir.

Ora, se os outros não disseram que querem vir – creio eu que queiram –, devemos votar sim, votar, definindo e manifestando a posição de cada um. Se a Senadora vai votar contra, que ela vote contra. Mas...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não se trata do meu voto, se trata do mérito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou encaminhar. Tenho todos os três governadores aqui. Eu vou encaminhar. Quando encaminhei inicialmente, eu tinha uma visão, discuti com a assessoria e continuo com a visão. Então vou encaminhar segundo o que entendo como correto agora.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, só para que não haja prejuízo à minha fala como Líder, antes do encaminhamento, eu queria que V. Ex^a me concedesse três minutos para minha fala como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a não é o primeiro; V. Ex^a é o quarto.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Pergunto se alguém está na frente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está. Há vários na frente. Mas eu estou encaminhando a votação.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Mas vai prejudicar a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não vai prejudicar. V. Ex^a vai falar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Eu peço que o primeiro inscrito fale.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a vai falar.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu quero falar, Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tudo bem.

Eu tenho um encaminhamento, eu quero a atenção de todos.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Antes do encaminhamento, Sr. Presidente, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero a atenção de todos. A votação agora é a seguinte. Nós temos duas votações a serem feitas. Duas ou mais. A primeira votação é: nós vamos apreciar a convocação de governadores hoje ou nós vamos adiá-la. Se aprovarmos a apreciação hoje nós vamos fazer individualmente governador por governador. Então esse é o encaminhamento aqui. Era o que eu queria fazer há 15 ou 20 minutos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, por favor. Presidente!

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Presidente, Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, Deputado Silvio Costa, Presidente. Veja bem, essa primeira...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Coloque em votação, Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – É o Regimento, Presidente! Esta primeira votação de consultar o sobrestamento é desnecessária, porque V. Ex^a tem a prerrogativa de fazer a pauta. Basta V. Ex^a dizer: vamos votar os governadores. E acabou! Então vamos direto votar os governadores. Ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – O Presidente vai tomar uma decisão colegiada sobre o assunto. Eu já defini o meu encaminhamento e ele será esse.

Deputado Glauber, é sobre isso?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, a pergunta que faço a V. Ex^a, à Mesa, um momento, por favor, no caso do Governador Perillo, ele pessoalmente já manifestou a vontade de vir prestar os esclarecimentos a esta Comissão. Nesse caso específico, nós podemos marcar data para que nós saíamos do nosso encontro de hoje com o depoimento do Governador Perillo marcado. Aí, sim, caso seja necessário e

a votação diga que isso vai acontecer, nós individualizaremos as convocações dos demais governadores. Porque nós não queremos participar de qualquer tipo de chantagem do tipo: se o seu governador não vem, o meu não vem. Falamos com muita liberdade, porque não sou nem ligado ou base de governo tanto do Governador Perillo quanto do Governador do Distrito Federal e nem mesmo o do meu Estado, Governador Sergio Cabral. Não sou da base aliada do Governador pessoalmente como Deputado Federal.

Então esta é a pergunta que faço a V. Ex^a: É necessária a votação de convocação de cada um dos governadores até porque hoje foi sobrestada a possibilidade de a gente quebrar o sigilo do Governador Perillo. Se a gente já sai daqui hoje com data combinada para o depoimento a ser prestado pelo governador e se, a partir dessa audiência, a gente verificar que existem elementos para a quebra do sigilo isso seria feito imediatamente, a partir da audiência já marcada, com data. É essa a pergunta que faço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse garantido o meu direito de falar como Líder agora. Todo mundo está falando antes, eu gostaria de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou conceder a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Muito obrigado, estou inscrito e gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, nós aqui estamos discutindo há 30 minutos se nós vamos ou não transformar esta CPI numa farsa. Farsa. Sabe por que, Sr. Presidente? Todos aqui ou têm a posição dos governadores ou não virem a esta CPI. V. Ex^a, a Presidência desta CPI, nós estamos enrolando essa decisão. E a palavra é esta, para que o cidadão simples possa saber: nós estamos enrolando o depoimento dos governadores. Nós temos que assumir a responsabilidade no voto, no voto. Eu faço parte da base, mas eu não faço parte do PSDB, do PT; eu não quero saber das confusões entre PSDB e PT. Eu quero saber da verdade.

Como Líder do PDT nesta CPI, eu não vou concordar com essa farsa. Nós estamos enrolando para...

O SR. (Não Identificado) – Presidente, eu quero...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu estou falando. Eu estou no meu tempo, Sr. Presidente. Estou no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou escutando.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse colocada a preferên-

cia do que já foi votado. Nós temos que votar “sim” ou “não” à vinda dos governadores. A questão é essa. E cada um assuma a sua responsabilidade. Não podemos jogar para frente. Já estamos enrolando há 20 dias isso. Na sessão de ontem, seria o primeiro ofício, o primeiro requerimento. Na sessão da semana passada, o primeiro de ontem. Nós estamos enrolando. Cada um que assuma a sua responsabilidade. Aqui é uma Casa política. E cada um assuma a sua responsabilidade política pelo seu voto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente. Rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou dar a palavra aos Líderes. Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Queremos registrar que ontem o Governador Marconi Perillo esteve presente nesta Casa. Mais ainda: eu quero dar um testemunho. Eu pessoalmente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Bruno, a palavra está com o Senador Alvaro Dias. Depois, com o Deputado Tatto, depois com V. Ex^a.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Senador Alvaro, você me permitiria, só para fazer na precedência... Eu pediria, Senador Alvaro, só para concluir...

Ontem eu pessoalmente procurei o Presidente desta Comissão. Pedi que recebesse o Governador Marconi Perillo...

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Vai começar a Ordem do Dia.

O SR. Não Identificado – Sr. Presidente, eu também estou inscrito como Líder. Eu também vou querer falar. Quero falar antes e quero falar depois como Líder.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Senhores, eu acabo de receber uma ligação do Governador Marconi Perillo. Ele quer vir à próxima reunião. Ele quer vir imediatamente falar para esta Comissão. O Governador Marconi Perillo quer, independentemente de qualquer resultado, falar para o Brasil e ajudar, como disse, o Senador Pedro Taques a contribuir, a colaborar com a Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, eu vou encaminhar.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – O Governador Marconi Perillo quer e ontem demonstrou ao Brasil inteiro que está à disposição para contribuir. Nós não queremos, sim, participar de farsa que ponha para baixo do tapete o problema dos outros governadores da Federação. Nós temos absoluta confiança e temos e sabemos do respeito que o ex-Senador Marconi Perillo tem por esta Casa, mas, sobretudo, pela sua dimensão da grandeza que tem como Governador de um importante Estado da Federação. E não vamos

aceitar que aquela maioria que foi anunciada pelo ex-presidente da republica funcione aqui para tratar a Oposição não como adversária, mas como inimiga do Estado brasileiro.

O Governador Marconi Perillo estará, sim, convidado, convocado, o que for. O que for. Já o fez ontem. Ontem, a Comissão não o recebeu. Eu pessoalmente procurei o Presidente. O Presidente disse que a sanção era administrativa e não poderia fazê-lo.

Portanto, eu quero, como Líder do PSDB na Câmara, falando para os nossos Pares, com um pedido pessoal de um Governador de um Estado Federado, dizendo que faz questão de falar para esta Comissão imediatamente na próxima sessão a ser ajustada. (Palmas.)

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Eu vou encaminhar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, eu também estou inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela inscrição, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Tatto, Deputado Bruno já falou. Depois, Senador Alvaro, Randolfe, Rubens, Humberto Costa, Sérgio. Eu quero fazer um encaminhamento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Isso é para não votar hoje, não é? Esse monte de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou colocar em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vamos votar, Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. (Orador não identificado) – Abro mão para votar, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso. Vamos votar, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, deixe os líderes para depois. Coloque em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Isso. Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou entendendo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente. Coloque para depois, mas registre o meu protesto. Isso aqui está tendo um favorecimento selecionado para atendimento de líderes. Eu estou inscrito há mais de uma hora e não foi me dada a palavra. Não há nenhum problema, mas registre o meu protesto. V. Ex^a não está conduzindo adequadamente esta Comissão.

O SR. JILMAR TATTO (PT – SP) – Para falar pela Liderança do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a está inscrito, assim como o Deputado Rubens Bueno.

O SR. (Orador não identificado) – Mas quantos já passaram pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nenhum, nenhum passou pela frente.

O SR. (Orador não identificado) – Eu também estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a vem depois do Deputado Tatto, do Senador Alvaro, do Senador Randolfe e do Deputado Rubens. V. Ex^a é depois. Agora, eu vou encaminhar da seguinte forma: tem aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Vamos votar agora? Vamos votar. Dá pressa em todo mundo. Falam 300 vezes, aí dá pressa para votar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero a atenção de V. Ex^a.

O SR. (Orador não identificado) – E eu quero também atenção de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Terá.

O SR. (Orador não identificado) – ...na correção da condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estou buscando fazer a condução dos trabalhos da maneira mais correta possível, garantindo a todos a palavra, a celeridade e o debate.

Aqui nós temos dois debates que estão sendo feitos. São três debates.

O primeiro debate é: a gente convoca governadores hoje ou não, ou sobrestá?

O segundo debate é: convoca em bloco?

E o terceiro debate é: convoca individualmente?

O que eu quero saber é se V. Ex^as concordam com o seguinte debate: tem um requerimento aqui, de preferência. Esse requerimento de preferência é da convocação em bloco. Quem votar no requerimento de preferência está definindo em bloco. Quem votar contra esse requerimento está definindo a convocação individual. Agora não tem o sobrestamento mais.

(Manifestações do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então eu vou fazer o seguinte...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Primeiro a votação tem que ser se vai adiar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tem razão, não adianta ter pressa.

Primeiro vamos votar o seguinte: ou sobresta ou vota hoje. Depois disso, ou em bloco ou individual.

Primeira votação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Segue a votação, Sr. Presidente. Segue a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Estou votando primeiro o sobrestamento da votação hoje.

Quem vota “Sim”...

O SR. ONYX LORENZONI (PSDB – RS) – Presidente, há um requerimento de preferência para se votar governadores. É esse que tem que ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele será o segundo a ser votado.

O SR. ONYX LORENZONI (PSDB – RS) – Mas não pode ser o segundo, porque entrou antes do sobrestamento. O que é isso, Presidente? Nós já estamos na pauta que foi feita pelo Relator e pelo Presidente Vital. Aliás, a pergunta que não quer calar: onde está o Senador Vital do Rêgo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Regimentalmente, ou se vota em bloco ou individualmente.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, Presidente, por favor, V. Ex^a tem a prerrogativa...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Chame nominalmente, Presidente, para ter autoridade!

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – V. Ex^a tem a prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazer a votação agora.

(Manifestações sobrepostas. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Glauber, V. Ex^a dirigiu uma questão de ordem. Eu vou responder.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Exatamente por não ter sido respondida e eu peço paciência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Glauber, eu vou respondê-la.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço paciência aos demais Deputados e Senadores, porque fiquei praticamente durante toda a sessão ouvindo muito e falando pouco. Então a questão que eu dirijo a V. Ex^a é a seguinte: V. Ex^a tem a prerrogativa de determinar que essas votações sejam individualizadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazê-lo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Não necessariamente nós precisamos votar isso. Os casos são diferentes. O caso que vai ser votado, do Governador Perillo, é diferente do Governador Sérgio Cabral e é diferente do Governador do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Por isso eu vou fazer uma votação preliminar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Que cada Deputado e Senador possa dizer aqui, colocar a sua digital em cada um dos casos, inclusive obedecendo à orientação do Relator. Mas este Plenário não precisa saber se a gente vai votar em bloco ou se vai votar separadamente, de forma individualizada. V. Ex^a tem prerrogativa como Presidente para determinar que a votação seja individualizada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olhe, eu tenho um requerimento de preferência na mesa. Eu não posso desconhecer um requerimento de preferência.

(Manifestações sobrepostas. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Bom, eu vou agora colocar em votação da seguinte forma: quem quiser votar em bloco, vota “Sim”. Quem quiser votar individualizada a convocação, vota “Não”. Certo? Então, repetindo...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente. Eu gostaria de encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – São dois favoráveis e dois contrários, para encaminhar. Eu vou conceder.

Então, contrários ao requerimento o Senador Humberto Costa e o Deputado Leonardo Picciani.

Favoráveis: Senador Avaro Dias e Deputado Onyx.

Então, o primeiro que terá a palavra é o Senador Álvaro Dias para defender o requerimento de preferência para votação em bloco.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB –PR) – Sr. Presidente, em nome do futuro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós não podemos adiar essa deliberação.

Em relação ao governador de Goiás, já se falou aqui, ele veio para depor ontem. A exemplo do que fez o Líder Bruno Araújo, também consultei o Presidente Vital do Rêgo antes de iniciarmos a reunião de ontem, para que abrisse a oportunidade do governador de Goiás depor e ser questionado pelos parlamentares no dia de ontem. Portanto, em relação ao governador de Goiás, é só V. Ex^a marcar a data para o depoimento dele.

Queremos votar, sim, os três governadores, ou em bloco, ou individualmente, não importa. Esta Comissão precisa decidir o que pretende; se pretende colocar o mal à luz para que possa ser reconhecido, combatido, denunciado e, eventualmente, julgado, ou se deseja colocar a sujeira debaixo do tapete. Eu creio que não é esse o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por esta razão, não há nenhum prejulgamento quando se convoca um governador. Quando se convoca um governador, não se está a condená-lo. Ao contrário, a Comissão Parlamentar de Inquérito abre portas para condenação, mas, também, pode abrir por-

tas para o atestado de boa conduta. Nós não estamos prejulgando, nós queremos ouvir os três governadores.

Não há acordo, não há acórdão. Quando se fala em acordo negativamente, se depõe contra a instituição parlamentar; acordo de procedimento, para que se delibere dessa ou daquela forma, nesse dia ou naquele dia, é uma coisa. Mas, quando se usa a palavra acordo pejorativamente, o que se deseja é desacreditar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nesse sentido, não há acordo. O que nós desejamos é a presença dos três governadores, convocados, para que possam prestar esclarecimentos a esta Comissão e ao País.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, baseado no art. 96...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não será dada a palavra para questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Por que não? Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Ex^a está errado! É uma questão de ordem.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Humberto Costa...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Ex^a está encaminhando errado. É uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – V. Ex^a vai me dar a palavra para uma questão de ordem depois desse encaminhamento, por favor. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu quero que volte o tempo do Senador Humberto Costa. Senador Humberto Costa com a palavra.

Peço licença ao Senador Cássio Cunha Lima. Perdoe-me, só para assistir o orador que está...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu acho que é essencial que nós possamos tratar tudo o que está sendo feito aqui por esta CPI de forma tranquila e, ao mesmo tempo, de forma equânime e justa.

Na verdade, quando se trata do tema “governadores”, é óbvio que não há uma situação igual para todos os governadores.

O Governador Marconi Perillo, que aqui está disposto a vir, mostrando desprendimento para vir aqui...

Sílvio Costa, meu amigo, você fala tanto, eu falo uma vez só. Deixe-me falar um pouquinho. Está bom? Marque o meu tempo lá.

Veja bem, ele que está tão disposto, desprendido, elogio esse desprendimento, por que ele não está

tão desprendido, por exemplo, para espontaneamente abrir o sigilo fiscal, telefônico? Aqui é uma guerra política que está se tentando travar. V. Ex^a pode perguntar a ele; pergunte V. Ex^a.

O que estou querendo dizer é o seguinte: é que a votação... Primeiro, acho que não deveria chamar ninguém ainda agora. Mas, do mesmo jeito que foi com a Delta, com uma série de coisas, chega a hora em que vai ter que chamar de todo jeito. Não sei por que essa pressa tão grande, a não ser de fazer disputa política.

É lógico que a situação do Governo de Goiás é diferente. Não estou dizendo que são verdadeiras as coisas que foram ditas no inquérito. A ser verdade, por exemplo, o que está no inquérito, o maior Partido com presença no Governo de Goiás não seria o PSDB, seria o PC, o do Cachoeira, que teria indicado lá várias pessoas, etc., etc., história de cheque, 500 mil...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Eu não estou dizendo que é verdade, companheiro. Estou dizendo que são coisas que estão relatadas ali e que são diferentes do Governador do Rio de Janeiro e do Governador do Distrito Federal, que pode ser que amanhã esteja numa situação até mais difícil. Mas não é igual. Então nós não podemos dar o mesmo tipo de tratamento.

Na verdade, há uma ansiedade muito grande aqui porque, lamentavelmente, estou descobrindo – é a primeira vez que participo de uma CPI – que isso aqui é um espaço em que muita gente quer aparecer. O cara fica aqui dentro por cinco minutos e está lá fora, falando na televisão. Foi assim com a Delta ou não foi? “É a pizza, é não sei o quê.” A Delta foi votada por quase unanimidade. Então por que essa situação de pressa ou de tratar as coisas que são desiguais de forma igual? Não pode.

Então, já que vai ser votado, que pelo menos se vote um por um. Não estou falando do PT, mas vamos chamar aqui o Governador do Rio de Janeiro porque ele botou um guardanapo na cabeça e ficou dançando? É isso? Tem que ter alguma coisa que justifique.

O que tem que se fazer é ir lá embaixo, na tal batcaverna...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Terminou o tempo de V. Ex^a, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – ...e trazer para nós coisas que mostrem favorecimento à Delta, licitação fraudada, corrupção. Então não pode ser dessa maneira.

(O Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Conclua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Por isso, então, eu defendo que se faça individualmente. E, quando votar, eu votarei pela vinda do Sr. Marconi Perillo. Justifica-se. E os demais, assim que se justificar, votaremos também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Concluído o tempo de V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – E quero aqui fazer a sugestão ao Senador Alvaro Dias para que ele diga ao Governador para abrir mão do seu sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Próximo inscrito é o Deputado Onyx Lorenzoni.

Senador Cássio Cunha Lima, o Deputado Onyx Lorenzoni, que vai fazer uso da palavra, pede para desbloquear o raio de visão dele.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho em mãos a pauta construída e apresentada ontem, deliberada pelo Sr. Presidente Vital do Rêgo e pelo Sr. Relator, Odair Cunha.

Item 1 – Quebra de sigilo da Delta nacional;

Item 2 – Convocação de governadores.

De maneira diligente e adequada, o Sr. Odair Cunha, nobre Relator, reuniu todos os requerimentos que tratavam dos governadores que são citados, têm suspeitas e seria oportuno que nós pudéssemos ouvi-los.

Ontem, quebrado o sigilo da Delta, se montou a pauta de hoje. Qual é o primeiro item da pauta de hoje? Convocação de governadores.

Portanto nós temos que simplesmente seguir aquilo que já estava delineado pelo comando desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que era convocar de maneira isonômica os três governadores que têm, pelas razões mais diversas, suspeitas que se avolumam.

O que é a CPI para um governador chefe de poder? É uma oportunidade para que ele apresente as suas razões, para que ele possa justificar as suas ações e, com isso, afastar toda e qualquer suspeita que, porventura, possa existir.

O que me causa espécie é que se queira dar tratamento diferente aos iguais. Chefe de poder de unidade federada tem responsabilidades que, por exemplo, já estão sobejamente demonstradas, no que diz respeito à Delta, no Estado do Rio de Janeiro, que deu à Delta 50% das obras feitas no Estado, muitas delas sem licitação. Portanto, cabem justificativas e explicações.

Da mesma maneira aqui no Distrito Federal. Eu quero chamar a atenção daqueles que porventura não votarem pela convocação do Governador Agnelo Queiroz de que o compartilhamento da Operação Saint-Michel foi aprovado por esta CPMI e vamos receber na próxima semana todos os autos, seguramente vão sobrar evidências para uma convocação.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu defendo que se vote em bloco por uma isonomia. Primeiro vem quem está disposto voluntariamente a vir e, depois, oportunamente, o nosso secretário e a Mesa Diretora vão atrasar para daqui a uma semana ou duas a vinda dos demais governadores. Com isso, se dá tratamento isonômico e a CPI avança, tirando qualquer suspeita de que aqui se trata as pessoas ou os representantes de unidades federadas diferentemente. Tratamento isonômico a todos; todos convidados a vir para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campanha.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Quero agregar e concluo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campanha.*) – Concluindo a palavra...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – ...Presidente, não necessitaria nem ser convocação. Sugiro que por acordo nós façamos convite aos três governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Último inscrito, o Deputado Leonardo Picciani. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, não. Nesse debate anterior à votação, Deputado Rubens Bueno. Os líderes ainda falarão. É para encaminhamento.

Deputado, só para tirar um sorriso. Quando eu falei raio de visão, errei; é campo de visão. Mas eu queria tirar um sorriso do Deputado Rubens Bueno, que está muito triste nesta reunião.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, eu só queria uma questão de ordem após o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Deputado Leonardo Picciani com a palavra.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu fiz questão de me inscrever pela oportunidade de aqui trazer a minha opinião e esclarecer alguns fatos.

Será que nós, quando aqui ouvimos falar em isonomia, vamos convocar pessoas apenas porque elas têm funções isonômicas? Nós estamos aqui julgando funções isonômicas ou nós estamos aqui julgando condutas criminosas, condutas daqueles que se envolveram com o esquema do Sr. Carlos Cachoeira? Esse é o objeto da CPI, esse é – está escrito aqui – o objeto da CPI Vegas Monte Carlos.

Nós respeitamos, Deputado Paulo Teixeira, o desejo do Governador Marconi Perillo de vir aqui dar os esclarecimentos. Essa foi uma decisão de foro íntimo de S. Ex^a, e nós esperamos que o Governador possa, para o seu próprio bem, para o bem do Estado de Goi-

ás, prestar esses esclarecimentos. Mas as condutas e aquilo que pesa sobre cada um dos três governadores que têm aqui requerimentos são fatos diferentes. Não há que se falar em pesos e medidas diferentes. Nós estaremos utilizando pesos e medidas diferentes se votarmos em bloco, se colocarmos todos no mesmo fato, porque os fatos não são iguais.

O que se tem aqui em relação ao Governador Sérgio Cabral? O fato de uma relação pessoal dele com o dono da empreiteira Delta, relação, aliás, que o Governador nunca escondeu e nunca fez como relação secreta; sempre foi uma relação pública, assim como ele deve ter relações pessoais com outras pessoas, empresários ou não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campanha.*)

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Mas o fato... Concluo neste último minuto, Deputado Paulo Teixeira. Mas o fato é que no depoimento do Delegado Matheus, da Operação Monte Carlo, ele nos disse que foram 260 mil ligações interceptadas, 20 mil afeitas, fazem parte do inquérito. Em nenhuma dessas ligações o Governador Sérgio Cabral foi citado; ele sequer teve o seu nome citado. O delegado leu aqui 82 nomes de autoridades que foram citadas, mesmo sem ter envolvimento, apenas tiveram os seus nomes citados. O governador não teve o seu nome sequer citado.

Os fatos são diferentes, nós vamos votar, mas vamos votar caso a caso, discutindo caso a caso, e respeitamos a decisão do Governador Perillo de vir a esta Comissão.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor. É para ajudá-lo. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP. *Faz soar a campanha.*) – Encerrada...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já estou em processo de votação...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Ponha em votação, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio, por um minuto, à questão de ordem, eu vou acolher ou não a questão de ordem de V. Ex^a. E vou decidir.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Perfeito.

Presidente, na verdade, é bom que V. Ex^a esclareça o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou esclarecer.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Porque, veja bem, está tendo um grande equívoco aqui. Veja o primeiro ponto: V. Ex^a sabe que, para convocar pessoas, sejam quais forem, tem de ser individual a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer votação individual.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Calma! Então, explique ao Plenário o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou explicar.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Já explicou o Presidente. Nós já entendemos.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Não está explicado, não! Não está explicado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou explicar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – A decisão é vamos colocar os três requerimentos ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – É isso.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Então, explique.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou explicar.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Aí, tudo bem.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Processo de votação.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – V. Ex^a já explicou, parta para o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Processo de votação.

É o seguinte: o que nós estamos votando? Quem quer a convocação em bloco ou individualizada? É isso, esse é o debate. Então, quem quiser em bloco está de acordo com a preferência e vai dizer “sim”; quem quiser individualizada vai dizer “não” à preferência. Está certo assim?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está entendido a todos? Esclarecido? Ninguém está com dúvida?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Uma questão de ordem.

Eu fiz uma sugestão baseado no art. 36, inciso II, da Câmara dos Deputados, para que os requerimentos que são de convocação – porque nada impede que seja

um convite –, que, acho, atenderia demandas de todos. Ou seja, o convite os governadores atenderiam nas datas aprazadas em entendimentos com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Eu vou partir para a votação.

Quem votar “sim” está votando pela convocação em bloco; quem votar “não” está votando pela convocação individualizada.

Portanto, como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Sérgio Souza? (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luís Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SRª ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Silvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Voto com o Regimento da Casa, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira? (*Pausa.*)

O Deputado Filipe Pereira não está?

Deputado Hugo Leal, seu suplente?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Não”.

Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – De acordo com o Regimento, “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Não”. Então, eu quero, agora, fazer a apuração dos votos. (*Pausa.*)

Proclamando o resultado: São 18 votos “não” e 09 votos “sim”.

Portanto, a votação agora é individualizada. Eu parto, então, para a votação individualizada governador por governador?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem mesmo regimental. Tendo em vista disponibilidade de vir já na próxima sessão, se haveria a necessidade da votação da convocação ou se hoje se deliberaria a data em que ele viria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, hoje nós vamos definir a convocação e a data nós não vamos marcar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Há necessidade de convocar quando ele se coloca à disposição? É uma pergunta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, vou fazer nos termos do requerimento.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, agora eu passo à discussão da convocação da votação dos Srs. Governadores.

Eu vou começar pelo Governador Marconi Perillo, depois o Governador Agnelo Queiroz e depois o Governador Sérgio Cabral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Na ordem de apresentação dos requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes de V. Exª iniciar a votação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Tem dois requerimentos de preferência aí sobre a

mesa. Um de minha autoria sobre os requerimentos de minha autoria para serem votados e outro, salvo melhor juízo, da Senadora Kátia Abreu, pedindo a convocação do Sr. Cavendish.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou só terminar essa votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pergunto a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele é de preferência no bloco dele. Nesse bloco governadores nós já resolvemos as preferências, já estamos em processo de votação. Depois eu procederei a essa votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Sr. Presidente, será que não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador...

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – ...consultar os Líderes ou este Plenário sobre a necessidade de votar no caso do Governador Marconi Perillo ou se é o caso apenas de marcar a data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu já respondi, nós vamos votar.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB – SP) – Por economia processual.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Encaminhe a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou encaminhar a votação.

Em relação ao Governador Marconi Perillo, eu quero saber se há necessidade de dois encaminharem contrários e dois favoráveis e se necessidade de votação nominal.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, vejo que todos querem. Acredito que poderia ser até simbólico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Em relação ao Governador Marconi Perillo, a convocação do Governador Marconi Perillo.

Aqueles que são favoráveis...

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Sr. Presidente, tem que ser votação nominal. Não vai inventar moda aqui não, Presidente. Não vai inventar moda não. O Regimento exige que seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou fazer nominal.

Bom, em relação à convocação do Governador Marconi Perillo, é o Requerimento 47 e os apensados. Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa... *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Lídice da Mata?

Nós estamos discutindo a convocação do Governador Marconi Perillo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu tinha, inclusive, falado que ele deveria ser convidado. Mas não me ouviram, agora tenho que votar por sua convocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jayme Campos? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima? *(Pausa.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Quem não deve não teme. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP. *Fora do microfone. Inaudível.*) – ...“sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Wellington Dias? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Delcídio do Amaral? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*
 Como vota a Senadora Kátia Abreu? Acho que eu já recolhi o voto de V. Ex^a. Desculpa.

Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza?
(Pausa.)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Por Goiás, Sr. Presidente, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Fernando Francischini? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu não apenas voto “sim”, mas eu requeiro a V. Ex^a que nós tenhamos, já, a marca, a definição da data no máximo até na próxima terça-feira, se puder ser amanhã ou depois, porque é uma situação muito evidente. Nós precisamos ter os depoimentos dos governadores e eu requeiro a V. Ex^a, portanto, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vota “sim”.

Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Filipe Pereira? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Então, por unanimidade, está convocado o Governador Marconi Perillo para vir a esta CPI.

Segunda votação, do Governador Agnelo Queiroz.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Para encaminhar a favor, Presidente. *(Pausa.)*

Retiro o encaminhamento. Se ninguém encaminhar, eu retiro o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Muito obrigado.

Então, vamos à votação direta.

Como vota o Senador José Pimentel em relação à convocação do Governador Agnelo Queiroz?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Como vota a Senadora Lídice da Mata? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? *(Pausa.)*

Ela está aí.

Como vota o Senador Vital do Rêgo Filho?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Senador Ricardo Ferraço? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto “não”.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Vital do Rêgo vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) –
 Olha, Presidente, eu até gostaria de convidá-lo para assumir o posto que a V. Ex^a pertence.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Não, pode continuar, Presidente. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu sou apenas um substituto eventual.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Fique à vontade, Presidente.

Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Muito obrigado.

Senador Sérgio Souza? “Sim”.

Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Sim”.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu tinha votado “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Não”, desculpe.

Então, o Senador Vital do Rêgo, como vota?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Ele votou “sim”.

Senador Sérgio Souza, como vota?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Não”.

Senador Ciro Nogueira, como vota?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Ciro Nogueira vota “sim”.

O Senador Paulo Davim, como vota? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Sim”.

Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Sim”.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa, que chegou?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Não”.

Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – “Não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Senador Vicentinho Alves vota “não”.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SR^a KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – “Não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SR^a ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Cada dia com sua agonia. Hoje, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – “Não”.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem, depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Posso depois de concluir?

Deputado Carlos Sampaio, como vota?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB – ES) – “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quem deve teme. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pelo conjunto da obra do Governador Agnelo, eu voto “sim”. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Filipe Pereira? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Hugo Leal?

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Delegado Protógenes?

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Não, Sr. Presidente. V. Ex^a...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Só para reformar a minha votação: foi “não”, Sr. Presidente. (*Risos. Apupos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Olha, o voto do Senador Vital do Rêgo Filho...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu tenho aqui as interceptações onde o Sr. Governador Marconi Perillo...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, está em votação ou está em depoimento do Protógenes? Você vai fazer defesa de voto, agora, aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP). *Fazendo soar a campanha.* – O Senador Vital do Rêgo Filho...

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não há questão de ordem em votação, Sr. Presidente. Está em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – V. Ex^a já votou. E ainda não encerrou.

O Senador Vital do Rêgo Filho alterou o seu voto de “sim” para “não”. Então, eu peço à Mesa o cômputo...

O SR. ONIX LORENZONI (DEM – RS) – Não, mas não resolveu, Protógenes. Não resolveu.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, o meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Isso. Eu já recolhi como Não. O voto do Delegado Protógenes é “não”.

O SR. (Orador não identificado) – Concluiu a votação, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu estou apurando os votos. Eu vou proclamar...

Não, não acabou a votação.

O SR. (Orador não identificado) – Eu solicito que se proclame o resultado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Votação concluída.

Olha, o resultado aqui proclamado é de 16 votos Sim, 12 votos Não.

Portanto, está convocado o Governador Agnelo Queiroz. (*Palmas.*)

Terceira votação.

É a votação da convocação do Governador Sérgio Cabral.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Voto Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT – PE) – Voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Coerentemente, Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Paulo Davim? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Benedito de Lira? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Jayme Campos? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Cássio Cunha Lima?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB – PB) – Presidente, ressalvada a possibilidade de convocação posterior a partir das investigações que serão feitas na Delta, neste instante eu voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? (*Pausa.*)

O Senador Aloysio Nunes Ferreira vota Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Senador Fernando Collor? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Voto Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Senador Vicentinho Alves vota Não.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Voto Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Cândido Vaccarezza? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Odair Cunha?

O SR. ODAIR CUNHA (PT – MG) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Sérgio?

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota a Deputada Íris de Araújo?

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Luiz Pitiman?

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Carlos Sampaio?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Governador do Rio de Janeiro não foi referido no contexto probatório.

O voto é Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Fernando Francischini? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Domingos Sávio?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, como disse o Senador Cássio, agora que receberemos o material da Delta e agora que vamos nos debruçar sobre algumas coisas a que se aventou possibilidade.

De maneira responsável, eu entendo que temos de decidir uma coisa de cada vez e neste momento é Não, com relação ao Governador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (PP – AC) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, Sr. Presidente. E vai ficar muito claro quando chegar o sigilo da Delta nacional aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Maurício Quintella Lessa?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR – AL) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Paulo Foletto?

O SR. PAULO FOLETTO (PSB – ES) – Sr. Presidente, apesar de achar que é intempestiva essa convocação, a partir do momento em que optei pelo voto Sim, eu voto coerentemente Sim para todos. Apesar de achar que deveríamos esperar o resultado da Delta primeiro. Essa votação, para mim, parece intempestiva neste momento, mas voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Miro Teixeira?

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Como um bom gaúcho, trilegal, “trissim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Como vota o Deputado Sílvio Costa?

O SR. SÍLVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, pelo princípio da equidade democrática, tratamentos iguais para autoridades iguais, e, repito, pelo conjunto da obra também, eu não entendi alguns votos mal-assombrados aqui, mas eu voto Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Peço o voto do Deputado Filipe Pereira.

O SR. FILIPE PEREIRA (PSC – RJ. *Fora do microfone.* Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (PSC – RJ) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu mantenho a minha coerência, os autos não contêm elementos, eu voto Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Então, vou proclamar o resultado. (*Pausa.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Presidente, enquanto o senhor apura, só para aproveitar

a oportunidade de ponderar ao Sr. Relator, que não sei onde está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu peço que V. Ex^a aguarde a vinda do Relator.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Vou aguardar, disciplinadamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

Proclamando o resultado, declaro que foram 17 votos NÃO e 11, SIM.

Portanto, não será convocado o Governador Sérgio Cabral.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, eu quero só dar uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O Relator não chegou.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sim, mas V. Ex^a e o Presidente Vital podem recolher. É o seguinte: em todas as convocações que nós fizemos, faltaram duas convocações que são os Requerimentos de n^{os} 016 e 017, que são importantíssimos porque são os proprietários de uma empresa chamada Sigma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nós vamos fazer na próxima, dia 12.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu quero só pedir para que sejam incluídos na pauta do dia 12 os Requerimentos de n^{os} 016 e 017, que convocam o Sr. José Augusto Quintela e o Sr. Romênio Marcelino Machado, da Sigma, empresa que permitiu um avanço nas operações da Delta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou agora conceder a palavra para os Líderes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu estou inscrito, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Protógenes, em primeiro lugar.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Obrigado, Presidente.

Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, eu dou ciência pública à Nota sobre as declarações do Ministro Gilmar Mendes, a qual já repassei a todos os membros desta CPI e também aos 513 Deputados e aos 81 Senadores.

Vou passar à leitura da Nota.

“Ao povo brasileiro, como todos e todas puderam recentemente testemunhar, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Sr. Gilmar Mendes fez declarações à revista *Veja*, ao site *Conjur*, aos jornais *Globo* e *Folha de S. Paulo*, nesta semana, repercutindo em diversos meios de comunicação...”

Sr. Presidente, por favor, me retome o tempo.

(*O Sr. Presidente faz soar a campanha.*)

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Vou interromper até V. Ex^a sanar administrativamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou devolver o tempo ao Deputado que está com a palavra, Deputado Delegado Protógenes. E vou voltar o tempo de V. Ex^a, Deputado.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu passo à leitura da Nota que foi encaminhada a V. Ex^a, ao Vice-Presidente, ao Presidente Vital do Rêgo e também ao Relator, para que fique registrada nos Anais desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito:

Ao povo brasileiro.

*Como todos e todas puderam recentemente testemunhar, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Sr. Gilmar Mendes fez declaração à revista *Veja*, ao site *Conjur*, aos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, nesta semana, repercutida em diversos meios de comunicação, envolvendo o ex-presidente Lula e também o ex-Ministro Nelson Jobim. Tanto foi assim que o próprio Gilmar Mendes teve que retificar as declarações em seguida, na Rede Globo, no dia 29 de maio.*

Desta vez, a tentativa de blindar o crime organizado não deu certo. Felizmente, o trabalho da CPMI do Cachoeira já transcendeu o poder de obstrução dos corruptos, corruptores e do Sr. Gilmar Mendes.

Não adianta mais tentar ganhar no grito ou querer dispersar o foco, o objetivo da CPMI por meio de mentiras.

E o registro disso é que hoje, nesta tarde, aprovamos importantes requerimentos.

E prossigo:

Convém lembrar que, há pouco menos de quatro anos, em 2008, quando o mesmo Gilmar Mendes, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, concedeu dois habeas corpus, em 48 horas, ao banqueiro condenado Daniel Dantas, preso previamente por desviar bilhões de reais dos cofres públicos, inaugurou, naquela época, o foro privilegiado para banqueiro bandido.

Naquele momento de crise institucional no Brasil, advindo da Operação Satiagraha, a falta de credibilidade na Justiça brasileira foi alertada também pelo Ministro Joaquim Barbosa, ocasião em que abriu debate na própria Corte com o Presidente Gilmar Mendes.

Os atos incomuns praticados no Supremo Tribunal Federal pelo ex-presidente Gilmar Mendes tinha então respaldo de um superpoder judicial acima da lei, da Constituição da República. Hoje ele não tem mais. As coisas mudaram no Brasil e continuarão mudando. As afirmações mentirosas e criminosas dirigidas por ele contra mim serão apreciadas em instrumentos próprios e no foro adequado.

Registro que não há indícios e documentos que classifiquem qualquer conduta da minha atividade como policial ou parlamentar vinculados ao esquema Cachoeira.

Talvez o destempero, o nervosismo e arrogância de Gilmar Mendes se explique ao longo da CPML do Cachoeira, na ampliação de coleta de dados, documentos e informações que aprofundem as investigações com o objetivo final de revelar as infiltrações nos Poderes da República que ameaçam o Estado democrático de direito.

Por isso, é bom lembrar que as mudanças abrem novos caminhos para o futuro da mesma forma que resgatam a memória. Assim, retroativamente, podemos desimpedir a evolução de um país que permanece obstruído por um legado de corrupção ética, moral e material.

Ressalto, ao final, que a instauração da Comissão da Verdade e do Acesso à Informação dá para entender que a busca pela verdade é a ordem do dia no Brasil de hoje e de amanhã.

E só registrando que a imprensa brasileira, Sr. Presidente, cumpre o seu papel. E só registrando, ao final, tão somente esses dois atos que a imprensa publicou, um foi no site Conjur, que diz aqui:

O que o presidente quis dizer [o Gilmar Mendes se referindo ao Presidente Lula. Ele interpreta o que o Presidente Lula quis dizer; ele é mãe Dinah] é que o Protógenes pode querer convocá-lo. Ao que Gilmar teria retrucado que, nesse caso, quem precisa de proteção é ele, pelas suas ligações com o esquema Cachoeira.

Sr. Presidente, por último, leio, na *Folha de S.Paulo*, no *Blog* do Josias, em que ele vai mais levemente, de forma abusiva, arbitrária, saindo dos poderes que a Constituição Federal lhe confere e sai para um outro patamar. Diz aqui: “O ex-Ministro Nelson Jobim pressionou para uma conversa...” E ele registra ao final: “O Protógenes está precisando é de proteção, ele está aparecendo como quem estivesse extorquindo o Cachoeira”.

Quem andou, Sr. Presidente, nos aviõezinhos do Sr. Cachoeira e nos voos até então não explicados, que vão ser explicados nesta CPI. Talvez seja prematura a convocação do Sr. Ministro Gilmar Mendes, mas ele vai dever explicações a esta CPI quando chegar a quebra de sigilo nacional da Delta, quando chegar a quebra do sigilo das empresas referidas que serviam ao esquema do Sr. Cachoeira e quando chegar a quebra do sigilo também de algumas pessoas ligadas ao esquema Cachoeira, doleiros e empresas fantasmas.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Senador Randolfe, eu agora vou passar a palavra para o Senador Pedro Taques; depois para V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu quero só um despacho de V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– O senhor falou?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Falei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Desculpa!

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Eu agradeço a gentileza. Se V. Ex^a quiser, eu posso falar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu até gosto de ouvi-lo a cada reunião.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Obrigado.

Mas eu prefiro abrir mão para as questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Tal a preciosidade da fala de V. Ex^a.

Eu passo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Agradeço, Sr. Presidente.

É só uma questão de ordem simples e objetiva para V. Ex^a. Eu preciso de um despacho de V. Ex^a em relação aos dois requerimentos que estão sobre a mesa: o requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que, ao final, com a assinatura de vários Parlamentares, pede a convocação do Sr. Cavendish, e o requerimento de minha autoria, que pede para que seja colocado na pauta – já vi que não será possível na reunião de hoje, mas que seja convertido para ser colocado na pauta da próxima reunião – a quebra do sigilo fiscal e do sigilo bancário das vinte e oito empresas citadas nos meus requerimentos. Quebrados esses sigilos, parece-me que será inevitável a presença aqui do Governador Sérgio Cabral, que hoje foi recusada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– V. Ex^a mesmo disse que não há quórum para essa deliberação. Então, vou remeter à Secretaria para análise do Sr. Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Eu faço uma consulta ao senhor e ao Relator. A consulta é a seguinte: esses requerimentos, como são de preferência para a votação desses dois temas, estão subscritos pelo número regimental, eles entram, então, como prioridade para votação na próxima reunião administrativa, correto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP)

– Eu vou remeter a questão ao Presidente efetivo. Eu sou Vice-Presidente, portanto, substituto. Eu vou remeter ao Presidente efetivo. Logo no início V. Ex^a poderá levantar essa questão na próxima reunião ou mesmo

em conversas anteriores à próxima reunião com o Presidente Vital do Rêgo Filho.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Eu vou passar a palavra ao Senador Pedro Taques e, depois, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – É muito rápido, Sr. Presidente. Agradeço a palavra pela ordem.

É só para dar o apoio a esse requerimento de preferência do Senador Randolfe, que eu também subscrevi. Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Obrigado.

O Deputado Onyx Lorenzoni é o último inscrito. Nós vamos encerrar a reunião depois de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Eu coloquei uma solicitação de extrapauta, mas, em virtude do longo tempo que durou a reunião, das deliberações que tínhamos, não foi possível ser apreciado. Ele diz respeito ao Requerimento nº 477, que já protocolei nesta CPMI, que abre a possibilidade de que esta CPMI se valha do mesmo instrumento utilizado para o Procurador-Geral de Justiça, para arguir, de maneira respeitosa, por escrito, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque as declarações que a ele são imputadas são muito graves.

Quando ele diz que ele tinha informações que diziam respeito às mobilizações ou movimentações do Ministro Gilmar Mendes, quando ele dizia que poderia blindar o Ministro Gilmar Mendes nesta CPMI, o que isso significa, Sr. Presidente? O Presidente Lula detinha fontes de informação diferentes da CPMI? Quando nós mergulhamos nos autos das Operações Monte Carlo e Vegas, lá não há nenhuma informação que corrobore o que o Presidente Lula disse na reunião ao Ministro Gilmar Mendes.

Não é uma figura qualquer. É um Ministro do Supremo Tribunal Federal que tem fé pública e que diz que recebeu uma proposta no mínimo que se pode admitir como caminho para uma eventual chantagem ou cooptação, alegando ainda o ex-presidente que poderia livrá-lo, blindá-lo dentro desta CPMI.

Então, eu construí aqui quatro questionamentos, que o Sr. Relator poderia analisar e ajustar. São os seguintes: perguntar ao ex-presidente como é que ele teve conhecimento de que o Ministro Gilmar Mendes viajou a Berlim com despesas custeadas pelo Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

Segunda pergunta: Por que S. Ex^a o ex-presidente Lula teria afirmado que blindaria o Ministro Gilmar Mendes de possíveis investigações de parte desta CPMI? Quais as acusações que porventura pesariam sobre o Ministro do STF? Que mecanismos seriam utilizados por S. Ex^a que teriam a capacidade de impedir a atuação dos membros desta Comissão? E, por fim, como S. Ex^a, o ex-presidente Lula, teria tido acesso às informações a respeito do Ministro Gilmar Mendes, visto que essas informações não constam dos autos da Operação Monte Carlo nem dos autos da Operação Vegas? Quem foram as fontes de tais informações ao ex-presidente?

Eu creio que o documento é adequado, respeitoso, vai na mesma linha do que consultamos o Procurador-Geral da República e que é imperioso que esta CPMI tome alguma decisão em relação a fatos tão graves que foram dados publicidade por ninguém menos do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, reconhecido pelo próprio presidente uma nota em que ele questiona partes dessas afirmações e reconhecida pelo ex-ministro, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim.

Então nós não estamos falando de pessoas que não mereceriam a atenção desta CPMI. Todos, de uma maneira direta ou indireta, se reportam à funcionalidade desta Comissão.

Portanto, eu peço que o Sr. Relator analise e coloque em discussão na próxima reunião administrativa. Esse é o requerimento que faça a V. Ex^a.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Só na fala final falaram o Delegado Dr. Protógenes, o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe, o Deputado Onyx Lorenzoni.

Se V. Ex^{as} me permitirem, vou conceder por três minutos ao Deputado Silvio Costa, que foi o único que não falou, e vou encerrar a reunião, a bem dos mandatos de V. Ex^{as}.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que me concedesse, porque o Deputado Onyx falou sobre um fato relativo ao que eu apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Está bem, então vai ter o contraditório. Então vou conceder a V. Ex^{as}, se me permitirem, rapidamente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE) – Presidente, eu, sinceramente, acho essa proposta do Deputado Onyx uma afronta e um desrespeito a esta CPMI. Começa que esta CPMI tem um fato determinado e a possível conversa entre o presidente Lula e o Ministro Gilmar Mendes, com a presença do ex-ministro Jobim,

evidentemente, não faz parte do conjunto dos fatos consumados desta CPMI.

Então eu peço a V. Ex^a que evidentemente não aceite esse tipo de requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni; que V. Ex^a não aceite, V. Ex^a de bate-pronto, tem a prerrogativa inclusive de não aceitar, porque ele pede para que V. Ex^a recolha o requerimento e entregue ao Relator para o Relator avaliar.

Evidentemente, o Deputado Onyx Lorenzoni é um caçador de holofote. O que ele quer é holofote, dizendo que fez questionamentos ao ex-presidente Lula nesta CPMI.

Portanto, o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni não é objeto desta CPMI, é algo semelhante a eu pedir para convocar Obama para esta CPMI. Isso aqui não é brincadeira, ele fica com esse tipo de piadinha aqui. Então V. Ex^a, por favor, não aceite. E se V. Ex^a aceitar, eu vou recorrer do Plenário. Mas como só tem dois votos aqui, a gente não tem como deliberar. Então eu vou recorrer para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Deputado Silvio, eu concedi a palavra a V. Ex^a, porque V. Ex^a não fez uso da palavra na reunião hoje, então eu concedi a palavra finalmente.

O SR. SILVIO COSTA (PTB – PE. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a é muito carinhoso, mas eu não tenho culpa de entender de Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – O último inscrito, Delegado Protógenes.

O SR. DELEGADO PROTÓGENES (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, eu estou aqui municiado com várias interceptações e não vou entrar no mérito do diálogo do ex-presidente Lula, do ex-ministro da Justiça e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim nem tampouco da conversa de que participou o Ministro Gilmar Mendes. Apenas faço a referência de que é importante o contexto desse fato noticiado pelo Deputado Onyx Lorenzoni no que diz respeito ao Ministro Gilmar Mendes, que tem todas as implicações com o esquema Cachoeira, de uma forma direta ou indiretamente. Nós vamos aprofundar para ver se realmente vamos encontrar indícios suficientes ou não.

Mas aqui é bem claro. No áudio do dia 23 de abril de 2011, o Sr. Wladimir faz referência a um avião de Ataíde que está em São Paulo, para embarcar o Senador Demóstenes Torres. Aqui, diz: “O Carlinhos Cachoeira responde que pode autorizar”. Aí Wladimir diz que ele e o Gilmar, que é o Gilmar Mendes, estão para embarcar no avião. Carlinhos diz: “Está preparando o avião enquanto acha o Ataíde”.

E vai mais à frente: “Aí eu peguei e falei com ele, e ele falou não, não preocupa, que eu organizo, por-

que está vindo ele, com o Gilmar, que vai achar que o voo”... E vai mais à frente.

Além disso, há indícios daquele intimado que veio hoje, o Gleyb, que tinha ali um contato, um possível tráfico de influência junto ao Supremo, inclusive intermediando liberação de HC de pessoas interessadas em processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Esses indícios são graves, Sr. Presidente. E, aqui, devemos aprofundar as investigações não só para governadores de Estado, deputados e senadores, mas também, possivelmente, para ministros da Suprema Corte.

Era isso que eu gostaria de registrar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, invocando o art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder-lhe um minuto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – É um minuto. Não preciso mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Vou conceder um minuto para o senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM – RS) – Está OK!

Sr. Presidente, o requerimento que apresentei é uma autorização que o mandato que exerço me outorga e a que a indicação do meu Partido para esta Comissão me habilita. Portanto, o Deputado Sílvio Costa não tem nenhuma capacidade de julgar ou de achar isso ou aquilo de qualquer documento que eu apresente aqui. E o fiz dentro do que determina o Regimento e sugeri uma análise do Relator, até porque é um fato grave. Não dá para ficar só na cor partidária! Um ex-presidente da República tem um encontro com um ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, e há um conflito que vem à mídia e que inclui a nossa CPI, porque os fatos transitam por dentro dos autos que temos aqui. Esse não é um fato correlato? Esse não é um fato conexo? O Supremo Tribunal Federal já autorizou a análise de todo e qualquer fato correlato com o tema principal de uma CPI. Já há decisões a rodo a esse respeito.

Portanto, o requerimento é oportuno e vai exigir uma decisão da CPMI.

Agradeço a gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, de me permitir fazer esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Teixeira. PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL, SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS, ROTAS E RESPONSÁVEIS, NO PERÍODO DE 2003 E 2011, COMPREENDIDO NA VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO DE PALERMO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 226, DE 2011.

ATA DA 24ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 24ª Reunião realizada em 3 de maio de 2012, às onze horas e um minuto, na Sala nº 03 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin e com a presença dos Senhores Senadores: Paulo Davim, Ângela Portela e Lídice da Mata. Na ocasião foram apreciados os seguintes Requerimentos:

| Número | Ementa | Autor | Resultado |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------|
| 160/12 | Requer a realização de Audiência Pública na cidade de Natal-RN, em data a ser definida. | Paulo Davim | Aprovado |
| 161/12 | Requer seja convidada a Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, para participar de Audiência Pública que será realizada por esta Comissão. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 162/12 | Requer seja convidada a Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, para participar de Audiência Pública que será realizada por esta Comissão. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 163/12 | Requer seja convidado o Dr. Hélio Bicudo, presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, para participar de Audiência Pública que será realizada por esta Comissão. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |

| | | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------|
| 164/12 | Requer seja convidado o Sr. Luiz Alexandre de Faria, Representante da Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, Seção de Fiscalização. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 165/12 | Requer seja convidado o Delegado da Polícia Federal Antonio Carlos Floriano Floriano Lessa, Coordenador-Geral de Polícia de Imigração. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 166/12 | Requer seja convidada a Irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 167/12 | Requer seja convidado Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 168/12 | Requer seja convidado o Embaixador Eduardo Gradilone, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 169/12 | Requer seja convidado o Sr. José Eduardo Cardoso, para participar de Audiência Pública que será realizada por esta Comissão. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 170/12 | Requer seja realizada diligência, pela Comissão, na cidade de Goiânia-GO, em data a ser definida. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 171/12 | Requer seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Amazonas. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |

| | | | |
|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------|
| 172/12 | Requer seja convidado o Sr. Marcos Vinícius da Costa Júnior, Delegado de Polícia Civil de Goiás. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 173/12 | Requer seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 174/12 | Requer seja convidado o Cacique Raul Maury dos Santos, avô da adolescente desaparecida. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 175/12 | Requer seja convidado o Delegado Delano Cerqueira Bunn, Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 176/12 | Requer seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 177/12 | Requer seja convidada a Sra. Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Miséria. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 178/12 | Requer seja convidada a Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 179/12 | Requer seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Amazonas. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |

| | | | |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------|
| 180/12 | Requer seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |
| 181/12 | Requer seja convidada a Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. | Vanessa Grazziotin | Aprovado |

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 24^a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas, compreendido na Convenção de Palermo.

Em votação a Ata da 23^a Reunião e, ao mesmo tempo, solicito a dispensa da leitura da mesma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

Conforme pauta da presente reunião, serão apreciados os seguintes requerimentos.

Primeiramente, esta é uma reunião administrativa que estamos realizando para organizar os nossos trabalhos daqui para frente, tendo em vista que se instalou recentemente uma CPMI, de que os três presentes fazem parte. Então, vamos ter que ajustar os nossos calendários às nossas atividades, no sentido de fazer com que esse acúmulo de tarefas não prejudique o andamento dos trabalhos desta CPI.

Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata, nossa Relatora, que não apenas fará a leitura dos requerimentos, já sugerindo que possamos votá-los em bloco.

Podemos votá-los em bloco? *(Pausa.)*

Vamos votá-los em bloco, e a Senadora Lídice da Mata apresenta os encaminhamentos de como deverão ocorrer os trabalhos.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos. Creio que a Presidente já fez as explicações devidas, para que possamos reavaliar esse plano de trabalho e apresentá-lo aqui hoje, no sentido de maximizar nossa capacidade de trabalho nesta e na CPMI, além das outras Comissões de que somos integrantes normalmente, como titulares da Casa.

Eu gostaria, portanto, de apresentar uma série de requerimentos que visam afunilar esse processo de reformulação e revisão do nosso relatório.

Vou apresentar os requerimentos e votá-los em bloco.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, com fundamento no §2º, inciso II, do art. 58 da Constituição Federal, a realização de uma audiência pública pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI de Tráfico Interno e Internacional de Pessoas), para tratar de matéria atinente a ser objetivo de investigação na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, em data a ser definida.

Senador Paulo Davim.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Srª Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Miséria.

Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Srª Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Srª Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos.

Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Amazonas.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um

representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, para, em audiência pública, tratar sobre o cumprimento do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como sobre os termos do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e questões atinentes a espécies do tráfico de pessoas.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Convido a Srª Eleonora Menicucci de Oliveira, Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, para tratar do I Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, bem como sobre o termo do II Plano Nacional sobre o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e questões atinentes a espécies e tráfico de pessoas.

Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Convido a Srª Maria do Rosário para tratar do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com base no art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado o Dr. Hélio Bicudo, Presidente da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos, para participar da audiência pública que será realizada por esta Comissão para tratar do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e questões atinentes a espécies de tráfico de pessoas.

Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Embaixador Eduardo Gradilone, Subsecretário Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidada a irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado o Delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Floriano Lessa, Coordenador Geral da Polícia de Imigração.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado Luís Alexandre de Faria, representante da Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, Seção de Fiscalização.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Isto aqui formará uma mesa de debate.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, com fundamento no art. 149 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência pela Comissão, para tratar de matéria atinente ao seu objetivo de investigação na cidade de Goiânia – GO, em data a ser definida.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de Goiás.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado um representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Amazonas.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado o Sr. Marcus Vinicius da Silva Júnior, Delegado de Polícia Civil de Goiás.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado o cacique Raul Mauri dos Santos, avô da adolescente desaparecida.

Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do RISF, seja convidado o Delegado Delano Cerqueira Bunn, Chefe de Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Tendo sido lidos todos os requerimentos, pela decisão de que vamos votá-los em bloco, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com os mesmos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Retorno a palavra à Presidência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Senadora Lídice da Mata, esse requerimento de minha autoria, solicitando uma diligência a Natal, que ainda não tem data, vamos discutir em função do nosso calendário, que realmente está muito cheio, em função das atividades não só desta CPI, mas também da CPMI, de que todos nós fazemos parte.

Quero destacar a importância deste requerimento, porque sabemos que Natal está na rota do tráfico de pessoas e, infelizmente, do turismo sexual. Então, há muitos anos, estamos combatendo esse desvio, esse problema grave, essa permissividade; e a diligência da CPMI do Tráfico de Pessoas em Natal vai fortalecer, e muito, a nossa bandeira lá. Na verdade, numa audiência pública.

Mas também vamos visitar o Governo do Estado, solicitar o apoio, solicitar medidas que incrementem o enfrentamento, fortalecendo o núcleo; também visitar o Ministério Público. Enfim, vamos fazer uma atividade no sentido do fortalecimento.

Passo, agora, a Presidência à Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr^a Presidente, nós já votamos os requerimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Bom, então foram aprovados os requerimentos.

Lidos e aprovados os requerimentos, só para dar uma explicação de que estamos dividindo os nossos trabalhos basicamente em três blocos. O primeiro deles dá sequência à investigação daquele caso exemplar do Rio de Janeiro. Trata-se de tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual. É algo muito importante. Não vamos ter a ilusão de que a gente vai trabalhar em todos os casos. Esse é o papel da Justiça, é o papel das forças policiais. Mas incluímos em nosso relatório até como ilustração, até como exemplos, nesses casos é importante. De fato, é um caso importante, e que nós vamos dar sequência a essas investigações.

O outro diz respeito à migração, a correntes migratórias, a possível exploração e tráfico de pessoas nessas correntes migratórias. Vivemos, recentemente, um problema com o Haiti. Quero dizer que o Governo Brasileiro, pela Comissão de Migração, liberou e foram concedidos todos os vistos dos haitianos que chegaram após aquela resolução que limitou a cem o número de vistos concedidos por mês. Havia quase 400 haitianos no Estado do Amazonas, na fronteira norte com o Peru e a Bolívia, e havia mais de 250 em Iñapari, que é um Município vizinho a Assis Brasil, no Estado do Acre.

Então, nós encaminhamos pela CPI uma solicitação, mostrando todo o problema que isso causaria. São duas regiões, principalmente a do Amazonas, muito férteis para o narcotráfico, para atividades ilícitas. Deixar lá pessoas sem documentos, sem nada, é colocá-las à disposição desses grupos criminosos que atuam. Mas o problema está resolvido. Todos eles já possuem documentação, visto permanente, etc.

É importante que a gente verifique com as autoridades que acompanham o dia a dia deles como é que eles estão; se houve preocupação em detectar possível exploração deles pelo tráfico internacional. Se eles estariam sendo obrigados a mandar muitos recursos para que suas famílias não sofressem nenhum tipo de violência, qualquer tipo de atividade cerceadora. Esse é o segundo aspecto.

O terceiro aspecto nós vamos definir, é importante. Temos um requerimento aprovado para fazer uma diligência em Goiânia, para acompanhar alguns casos. Goiânia tem sido um alvo importante. O requerimento já está aprovado. Se os Senadores concordarem a gente pode, inicialmente, tendo em vista a nossa agenda corrida, deliberar para que possam ir alguns assessores da Comissão e dos Parlamentares para fazer uma audiência prévia, uma diligência prévia em Goiânia. Fariam isso formalmente. Se necessário for, posteriormente, a gente pode ver uma data. Então esse seria um terceiro ponto.

Esqueci-me de dizer que, em relação ao Rio de Janeiro, lá estaremos na outra segunda, dia 14 de maio. Faremos apenas diligências. Não teremos audiência pública, serão apenas diligências já devidamente acertadas com a Polícia Federal.

Os requerimentos lidos pela Senadora Lídice e assinados por ela, inclusive, se referem ao debate que a gente deve continuar acerca do II Plano Nacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

E preocupa-me, gente. Acho que esta CPI não pode continuar passiva do jeito que está. O Plano venceu em 2010. Dois mil e onze já se foi. Nós já estamos em meados de 2012 e nada do Plano. O Plano foi posto para audiência, para receber sugestões, opiniões... As

informações – e tenho buscado muitas informações – são de que ainda nem foi remetido para a Casa Civil. Então, seria muito importante que fizéssemos um contato com o Ministro José Eduardo Cardozo – e já aprovamos o requerimento – para que ele pudesse vir a esta Comissão. O ideal seria que a gente pudesse colocar uma mesa de Ministros, com o Ministro José Eduardo Cardozo, com a Ministra Maria do Rosário, com a Ministra que trata da mulher, da igualdade social. Todos em uma única mesa. Vamos procurar fazer um esforço e colocar todos eles juntos.

Poderíamos convidar, também, a CPMI das Mulheres, que atua no combate à violência. E vamos conversar, Senadora Lídice, com a Presidente e com a Relatora. A Relatora é a Senadora Ana Rita; a Presidente a Deputada Jô Moraes. Vamos conversar para que façamos isto conjuntamente: uma mesa com os ministros. O foco seria o tráfico nacional e internacional de pessoas. Sabemos que as mulheres são as maiores vítimas. Não são somente as mulheres, mas as maiores vítimas são as mulheres.

Acho que precisamos... E peço desde já...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Gostaria de fazer um aparte.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Acho que além de convidarmos a Presidente e a Relatora da CPI da Violência Contra a Mulher, deveríamos convidar o Senador Pedro Taques, que é Presidente da Subcomissão de Segurança Pública e também um dos Relatores do grupo de trabalho de revisão do Código Penal. Acho que seria interessante para nós, para a nossa CPI, dialogarmos com o trabalho que está sendo desenvolvido de revisão do Código Penal no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo concordância do Senador Davim, eu só pediria à nossa Comissão que tentasse, na semana que vem, uma audiência. Se não puderem ir todos irão alguns, pelo menos um. Se eu não puder vai a Senadora Lídice, se não puder vai o Senador Davim, mas um de nós tem de ir, na semana que vem, com o Ministro José Eduardo Cardozo, para a gente poder fazer esse acerto com ele. Ele, um pouco, coordenaria a parte do Executivo. O ideal é que pudesse vir aqui apresentar já o II Plano, pelo menos um esboço inicial. Não é aquilo exatamente o que vem, mas mostrar os avanços nessa reunião. Está certo? Então, semana que vem...

Vou submeter à votação o aditamento feito pela Senadora Lídice da Mata.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Aprovado o aditamento.

Acho que é basicamente esse o nosso roteiro de trabalho. A gente informa, também, que teremos outras reuniões, espero que audiência pública também. Temos de trabalhar direito o calendário. A audiência pública não pode ter muitos convidados, a não ser essa com os ministros e com as muitas comissões que convidaremos. Essa será uma grande audiência. Nas outras que se fale do tema, mas com um número mais reduzido, porque não podemos nos estender muito.

Quero comunicar, também, que deveremos ir aos Estados Unidos, brevemente, no início do mês de junho, atendendo a um convite feito por eles ainda no ano passado e que não pudemos efetivar. É um programa que o Senado norte-americano desenvolve em relação ao tráfico internacional de pessoas.

Pergunto se haveria mais alguma coisa, Senador Davim, Senadora Lídice? (*Pausa.*)

Bem, vamos ver se a gente consegue, pelo menos, uma audiência para a semana que vem e uma audiência com o Ministro José Eduardo Cardozo lá. Nós vamos lá fazer essa gentileza para ele, com ele, para que ele nos ajude nesse debate. Temos de convencê-lo da necessidade de expor aqui o II Plano. É uma forma até de agilizar para que, quando chegar à Casa Civil, seja aprovado imediatamente.

Então, nada mais havendo a tratar, nós encerramos a nossa reunião. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos).



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 58,00 |
| Porte do Correio | R\$ 488,40 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 546,40 |

ANUAL

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada) | R\$ 116,00 |
| Porte do Correio | R\$ 976,80 |
| Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada) | R\$ 1.092,80 |

NÚMEROS AVULSOS

| | |
|------------------------|-----------------|
| Valor do Número Avulso | R\$ 0,50 |
| Porte Avulso | R\$ 3,70 |

ORDEM BANCÁRIA

| | |
|--------------------|-----------------------|
| UG - 020054 | GESTÃO - 00001 |
|--------------------|-----------------------|

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

| | | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|
| UG - 020054 | GESTÃO - 00001 | COD. - 70815-1 |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

